

**Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Sociologia**

A desigualdade racial de renda no Brasil: 1976-2006

Rafael Guerreiro Osorio

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Sociologia, Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientadora: Professora Lourdes Bandeira

Brasília, abril de 2009

Esta tese é dedicada a todas as pessoas que lutaram, lutam, e lutarão, por um mundo livre de todas as formas de discriminação.

Agradecimentos

Agradeço aos colegas da Universidade de Brasília, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, e do Centro Internacional de Pobreza com os quais tive a oportunidade de estudar, trabalhar e conviver nos últimos anos; com quem tanto aprendi, e que me beneficiaram com sua interlocução para a discussão de questões relacionadas indireta ou diretamente a esta tese. Vocês sabem quem são. Posso poupar a lista quilométrica de nomes.

Também agradeço aos professores e aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília, e à Universidade de Brasília.

Agradeço em especial à Professora Lourdes Bandeira, minha orientadora, pela paciência, confiança, apoio, disponibilidade e discussões frutíferas.

Finalmente agradeço à minha família e à de minha esposa. Sou particularmente grato a Isabella, que me aturou e incentivou, e aos nossos filhos, Letícia e Guilherme, por terem dividido o pai com a tese desde o nascimento.

E isso é a crença. Nada de mais poderoso existe sobre a alma. A crença é obra do nosso espírito, mas não encontramos nesse a liberdade para modificá-la ao seu gosto. A crença é de nossa criação, fato que ignoramos. É humana e julgamo-la sobrenatural. É efeito do nosso poder e é mais forte do que nós. Está em nós, não nos deixa, e nos fala a cada instante. Se nos manda obedecer, obedecemos; se nos indica deveres, submetemo-nos. O homem pode dominar a natureza, mas está sempre sujeito ao seu próprio pensamento.

Fustel de COULANGES (2002: 143)

Sumário

<i>Introdução</i>	1
<i>Capítulo 1: Raça, classe e desigualdade racial</i>	13
1.1 Preconceito de classe sem preconceito racial: a primeira onda teórica	17
1.2 Realidade e especificidade do preconceito racial: a segunda onda teórica.....	22
1.3 Medindo os efeitos do preconceito racial: a terceira onda teórica	30
1.4 Um diálogo com a terceira onda	37
<i>Capítulo 2: Raça e discriminação racial</i>	42
2.1 Raça, racismo, preconceito e discriminação racial	45
2.1.1 Racismo e preconceito racial	52
2.1.2 Distinção entre racismo e preconceito racial.....	54
2.1.3 Discriminação racial	56
2.2 Coletando a raça das pessoas: a operacionalização do conceito	63
2.2.1 Métodos de identificação racial	63
2.2.2 Auto e hetero-atribuição de pertença racial.....	65
2.2.3 A classificação racial do IBGE	73
2.2.4 Classificação de “cor ou raça” e preconceito de marca.....	76
2.2.5 O arco-íris das cores.....	79
2.2.6 A evolução da composição racial segundo a PNAD.....	86
2.3 Negros: grupo composto por pretos e pardos.....	89
2.4 Raça, discriminação e desigualdade racial	92
<i>Capítulo 3: Da estrutura de classes à distribuição da renda</i>	96
3.1 A estratificação como representação da desigualdade socioeconômica	98
3.2 Modelos sociológicos da estratificação social.....	103
3.3 Processos de mobilidade social	107
3.4 O debate sobre a representação da desigualdade	116
3.4.1 Abordagens neo-weberianas e neo-marxistas	118
3.4.2 A abordagem bourdieuriana.....	121
3.4.3 Críticas aos modelos de classes	124
3.5 A renda como símbolo da desigualdade na sociedade de consumo	129
<i>Capítulo 4: A desigualdade racial de renda</i>	131

4.1 Raça e renda: antecedentes	133
4.2 O estudo da desigualdade da renda: método e técnicas	140
4.2.1 A renda na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios	141
4.2.2 A renda domiciliar <i>per capita</i>	145
4.2.3 A comparação do nível das distribuições.....	148
4.2.4 A comparação da forma das distribuições.....	149
4.2.5 A comparação simultânea da forma e do nível das distribuições.....	153
4.2.6 A comparação das distribuições em sua relação com a distribuição total.....	157
4.3 A desigualdade de renda entre negros e brancos	164
4.3.1 O nível das distribuições da renda dos negros e dos brancos.....	164
4.3.2 A forma das distribuições da renda dos negros e dos brancos	165
4.3.3 O nível e a forma das distribuições da renda dos negros e dos brancos.....	168
4.3.4 As distribuições de renda de negros e de brancos e a distribuição total.....	172
4.3.5 Escolhendo um conjunto de indicadores de desigualdade racial de renda	176
4.4 Conclusões preliminares.....	178
<i>Capítulo 5: A mobilidade de renda dos negros e a dos brancos</i>	180
5.1 Raça e mobilidade de renda: antecedentes	182
5.1.1 Mobilidade de renda no Brasil	184
5.2 O estudo da mobilidade de renda: método e técnicas.....	186
5.2.1 Criando a distribuição de renda do passado no presente.....	187
5.2.2 Características das distribuições de renda estimadas	197
5.2.3 Indicadores de persistência intergeracional da renda.....	201
5.2.4 Indicadores da distância percorrida.....	203
5.2.5 Representações gráficas do padrão de mobilidade.....	205
5.3 A mobilidade de renda de 1976 a 1996 dos nascidos de 1957 a 1966.....	208
5.4 Conclusões preliminares.....	218
<i>Capítulo 6: Identificação das fontes da desigualdade racial de renda.....</i>	220
6.1 A identificação das fontes da desigualdade: método e técnicas	221
6.1.1 Fatores demográficos, composição dos grupos domésticos e razões de dependência.....	222
6.1.2 Composição da renda média individual segundo as rendas componentes	223
6.1.3 Decomposição da renda média	225
6.1.4 Simulações contrafatuais com as médias	226
6.1.5 Distribuições contrafatuais da renda domiciliar <i>per capita</i>	227
6.2 As principais fontes da desigualdade racial de renda.....	230
6.2.2 A composição das rendas individuais	234

6.2.3 Os recebedores das rendas e suas rendas médias	235
6.2.4 Simulações	238
6.3 Conclusões preliminares.....	242
<i>Capítulo 7: A desigualdade racial no mercado de trabalho.....</i>	<i>245</i>
7.1 Raça e trabalho: antecedentes	247
7.1.1 Estudos sobre raça e trabalho no Brasil	249
7.2 A desigualdade racial na renda do trabalho: método e técnicas	251
7.2.1 Modelo para a decomposição da desigualdade na renda do trabalho.....	251
7.2.2 Simulações com a renda do trabalho.....	257
7.3 Os determinantes da diferença de nível na renda do trabalho	260
7.3.1 Resultados dos modelos da renda horária do trabalho	260
7.3.2 Simulações	275
7.4 Conclusões preliminares.....	278
<i>Capítulo 8: A desigualdade racial na educação</i>	<i>281</i>
8.1 Raça e educação: antecedentes	283
8.1.1 Desigualdades raciais e discriminação racial: as abordagens quantitativas	287
8.2 O estudo da desigualdade racial na educação: método e técnicas	290
8.2.1 Indicadores de educação	291
8.2.2 Modelos de sucesso educacional.....	292
8.3 A produção das desigualdades educacionais entre negros e brancos nascidos de 1973 a 1977	297
8.3.1 Os fatores do sucesso educacional	299
8.4 Conclusões preliminares.....	312
<i>Conclusões: As causas da persistência da desigualdade racial de renda.....</i>	<i>315</i>
As características da desigualdade racial de renda	316
O processo de acumulação de desvantagens.....	321
Retomando o diálogo teórico.....	337
Considerações finais	344
<i>Referências Bibliográficas</i>	<i>349</i>

Tabelas

TABELA 2.1	Cor hetero-atribuída versus cor auto-atribuída. São Paulo, 1986	68
TABELA 2.2	Cor hetero-atribuída versus cor auto-atribuída. Brasil, 1995	69
TABELA 2.3	Cor hetero-atribuída versus cor auto-atribuída. Brasil, 1996	70
TABELA 2.4	Cor predefinida versus cor espontânea. Brasil, 1976	80
TABELA 2.5	Cor predefinida versus cor espontânea. Brasil, 1995	81
TABELA 2.6	Cor predefinida versus cor espontânea. Regiões Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador e Recife, 1998	84
TABELA 4.1	Fatores de deflação e conversão. Brasil, 1976, 1986, 1996 e 2006	149
TABELA 4.2	Nível e tamanho das distribuições da renda. Brasil, 1976, 1986, 1996 e 2006	164
TABELA 4.3	Indicadores de desigualdade. Brasil, 1976, 1986, 1996 e 2006	167
TABELA 4.4	Indicadores de desigualdade de Atkinson. Brasil, 1976, 1986, 1996 e 2006	171
TABELA 4.5	Indicadores da concentração dos grupos raciais na distribuição da renda. Brasil, 1976, 1986, 1996 e 2006	173
TABELA 4.6	Indicadores de desigualdade na distribuição da renda decompostos por grupos raciais. Brasil, 1976, 1986, 1996 e 2006	174
TABELA 4.7	Indicadores de desigualdade de Atkinson na distribuição da renda decompostos por grupos raciais. Brasil, 1976, 1986, 1996 e 2006	175
TABELA 5.1	Classificação de ocupações padronizada para todas as edições da PNAD	193
TABELA 5.2	Médias das rendas domiciliares <i>per capita</i> observadas e estimadas das pessoas nascidas no período 1957-1966. Brasil, 1976 e 1996	199
TABELA 5.3	Indicador de desigualdade de entropia generalizada $E_{\theta=1}$ nas distribuições das rendas observadas e estimadas das pessoas nascidas no período 1957-1966 decomposto por grupos raciais. Brasil, 1976 e 1996	200
TABELA 5.4	Indicadores de persistência intergeracional da renda de 1976 para 1996 das pessoas nascidas de 1957 a 1966. Brasil, 1996	208
TABELA 5.5	Mobilidade de renda de 1976 a 1996 das pessoas nascidas de 1957 a 1966. Brasil, 1996	209
TABELA 6.1	Composição demográfica da população e porcentagem de pessoas com renda em cada grupo populacional. Brasil, 1976, 1986, 1996 e 2006	230
TABELA 6.2	Renda individual média e sua composição. Brasil, 1976, 1986, 1996 e 2006	234
TABELA 6.3	Porcentagem de provedores de renda. Brasil, 1976, 1986, 1996 e 2006	236
TABELA 6.4	Renda média dos provedores. Brasil, 1976, 1986, 1996 e 2006	237
TABELA 6.5	Renda média dos negros como porcentagem da dos brancos em cenários contrafatuais. Brasil, 1976, 1986, 1996 e 2006	239
TABELA 6.6	Indicadores de desigualdade racial de renda em distribuições simuladas. Brasil, 1976, 1986, 1996 e 2006	241
TABELA 7.1	Características da população ocupada. Brasil, 1976, 1986, 1996, 2006	254
TABELA 7.2	Horas semanais na ocupação principal segundo raça e sexo. Brasil, 1976, 1986, 1996 e 2006	255

TABELA 7.3	Estatísticas dos modelos. Brasil, 1976, 1986, 1996 e 2006 _____	260
TABELA 7.4	Coeficientes das variáveis de controle. Brasil, 1976, 1986, 1996 e 2006 _____	261
TABELA 7.5	Coeficientes das variáveis de educação. Brasil, 1976, 1986, 1996 e 2006 _____	267
TABELA 7.6	Coeficientes das variáveis de ocupação (empregados). Brasil, 1976, 1986, 1996 e 2006 _____	270
TABELA 7.7	Coeficientes das variáveis de setor de atividade (empreendedores). Brasil, 1976, 1986, 1996 e 2006 _____	273
TABELA 7.8	Coeficientes da variável de raça. Brasil, 1976, 1986, 1996 e 2006 _____	274
TABELA 7.9	Indicadores de desigualdade racial de renda para distribuições simuladas. Brasil, 1976, 1986, 1996 e 2006 _____	276
TABELA 8.1	Frequência à escola e nível freqüentado – pessoas nascidas de 1973 a 1977. Brasil, 1982, 1987, 1992, 1996 e 2005 _____	297
TABELA 8.2	Resultado educacional mais elevado – pessoas nascidas de 1973 a 1977. Brasil, 1982, 1987, 1992, 1996 e 2005 _____	298
TABELA 8.3	Estatísticas e coeficientes dos modelos. Brasil, 1982, 1987, 1992, 1996 e 2005	301

Gráficos

GRÁFICO 2.1	Composição racial da população (em %). Brasil, 1976-2006	87
GRÁFICO 4.1	Renda domiciliar <i>per capita</i> como porcentagem da renda domiciliar segundo o tamanho do grupo doméstico.	147
GRÁFICO 4.2	Curvas de concentração.	158
GRÁFICO 4.3	Curvas de Lorenz. Brasil, 1976, 1986, 1996 e 2006	166
GRÁFICO 4.4	Curvas dos percentis. Brasil, 1976, 1986, 1996 e 2006	169
GRÁFICO 4.5	Curvas de Lorenz generalizadas. Brasil, 1976, 1986, 1996 e 2006	170
GRÁFICO 4.6	Curvas de concentração dos grupos raciais na distribuição de renda. Brasil, 1976, 1986, 1996 e 2006	172
GRÁFICO 4.7	Indicadores selecionados de desigualdade racial de renda. Brasil, 1976-2006	177
GRÁFICO 5.1	Esquema da representação gráfica da mobilidade intergeracional de renda domiciliar <i>per capita</i> de 1976 a 1996 dos nascidos de 1957 a 1966. Brasil, 1996.	207
GRÁFICO 5.2	Distribuição das distâncias relativas percorridas pelas pessoas nascidas no período 1957-1966. Brasil, 1996	211
GRÁFICO 5.3	Distribuição adirecional das distâncias de 1976 a 1996, pessoas nascidas de 1957 a 1966. Brasil, 1996	211
GRÁFICO 5.4	Distâncias relativas médias percorridas pelas pessoas nascidas no período 1957-1966 segundo o centésimo da distribuição da renda esperada em que se encontravam e porcentagem acumulada dessa população segundo os centésimos da distribuição do passado. Brasil, 1996	212
GRÁFICO 5.5	Transições entre décimos das distribuições de renda, de 1976 a 1996, pessoas nascidas de 1957 a 1966. Brasil, 1996	214
GRÁFICO 5.6	Indicadores de desigualdade racial de renda simulados para pessoas de 30 a 39 anos de idade. Brasil 2016-2196	216
GRÁFICO 5.7	Distância média percorrida nas simulações pelas pessoas de 30 a 39 anos de idade. Brasil 2016-2196	217
GRÁFICO 6.1	Tamanho médio dos grupos domésticos por centésimos da população ordenada pela renda domiciliar <i>per capita</i> . Brasil, 1976, 1986, 1996 e 2006	232
GRÁFICO 6.2	Porcentagem de membros com renda nos grupos domésticos por centésimos da população ordenada pela renda domiciliar <i>per capita</i> . Brasil, 1976, 1986, 1996 e 2006	233
GRÁFICO 7.1	Efeito de ser mulher sobre a renda horária do trabalho principal. Brasil, 1976, 1986, 1996 e 2006	262
GRÁFICO 7.2	Efeito da zona de residência sobre a renda horária do trabalho principal. Brasil, 1976, 1986, 1996 e 2006	263
GRÁFICO 7.3	Porcentagem de trabalhadores negros por zona de residência. Brasil, 1976, 1986, 1996 e 2006	264
GRÁFICO 7.4	Efeito da unidade da federação de residência sobre a renda horária do trabalho principal e porcentagem de negros (empregados). Brasil, 1976, 1986, 1996 e 2006	265
GRÁFICO 7.5	Efeito da unidade da federação de residência sobre a renda horária do trabalho principal e porcentagem de negros (empreendedores). Brasil, 1976, 1986, 1996 e 2006	266

GRÁFICO 7.6	Efeito da educação sobre a renda horária do trabalho principal. Brasil, 1976, 1986, 1996 e 2006	268
GRÁFICO 7.7	Porcentagem de trabalhadores negros por nível educacional. Brasil, 1976, 1986, 1996 e 2006	268
GRÁFICO 7.8	Efeito da ocupação sobre a renda horária do trabalho principal e porcentagem de negros (empregados). Brasil, 1976, 1986, 1996 e 2006	272
GRÁFICO 7.9	Efeito do setor de atividade sobre a renda horária do trabalho principal (empreendedores). Brasil, 1976, 1986, 1996 e 2006	273
GRÁFICO 7.10	Porcentagem de empreendedores negros por setor de atividade. Brasil, 1976, 1986, 1996 e 2006	274
GRÁFICO 7.11	Efeito da raça sobre a renda horária do trabalho principal. Brasil, 1976, 1986, 1996 e 2006	275
GRÁFICO 7.12	Redução da desigualdade em cada simulação parcial como porcentagem da redução obtida pela simulação da equalização completa da renda do trabalho principal. Brasil, 1976, 1986, 1996 e 2006	277
GRÁFICO 8.1	Probabilidade de alfabetização estimada para as pessoas nascidas de 1973 a 1975. Brasil, 1982	303
GRÁFICO 8.2	Probabilidade de completar a 4ª série do 1º grau estimada para as pessoas nascidas de 1973 a 1976. Brasil, 1987	304
GRÁFICO 8.3	Probabilidade de completar o 1º grau estimada para as pessoas nascidas de 1973 a 1977. Brasil, 1992	305
GRÁFICO 8.4	Probabilidade de completar o 2º grau estimada para as pessoas nascidas de 1973 a 1977. Brasil, 1996	306
GRÁFICO 8.5	Probabilidade de cursar nível superior estimada para as pessoas nascidas de 1973 a 1977. Brasil, 1996	307
GRÁFICO 8.6	Probabilidade de alfabetização estimada para pessoas nascidas de 1996 a 1998 de mãe e/ou pai nascidos de 1973 a 1977. Brasil, 2005	308

Resumo

Esta pesquisa apresenta uma análise da desigualdade racial de renda no Brasil para investigar a validade da tese de que a sua persistência se deve preponderantemente ao peso exacerbado da origem social nos processos de estratificação caracterizando um regime de baixa mobilidade, no qual há ainda o complemento de efeitos menores da discriminação racial. A origem social e a discriminação prejudicam os negros em suas trajetórias, a primeira mais do que a última por causa da associação entre raça e estratificação legada pelo passado escravista. Porém, o complemento proporcionado pela discriminação é fundamental para gerar a persistência, pois na sua ausência o regime de mobilidade induziria uma equalização racial lenta. A análise é conduzida mediante técnicas estatísticas a partir de bases de dados que contêm as respostas aos questionários aplicados de 1976 a 2006 pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, com ênfase nos dados de 1976, 1986, 1996 e 2006. A desigualdade racial de renda considerada é a de renda domiciliar *per capita* entre brancos e negros, grupo formado pela agregação de pretos e pardos. A tese foi quebrada em seis hipóteses que guiaram a pesquisa e a análise dos dados. Todas as seis são compatíveis com os dados, corroborando a tese. Mostra-se progressivamente que: i) existe desigualdade racial de renda domiciliar *per capita* no Brasil; ii) essa desigualdade é persistente de 1976 a 2006, seu nível é relativamente constante; iii) os dois grupos raciais têm regimes de baixa mobilidade, o que denota importância da origem social nesses processos; iv) a principal fonte da desigualdade racial de renda é a diferença no nível da renda do trabalho de negros e brancos; v) a diferença no nível da renda do trabalho se deve preponderantemente às desigualdades educacionais entre negros e brancos; vi) as desigualdades educacionais entre os grupos raciais são em larga escala determinadas pela origem social.

Palavras chave:

desigualdade racial, mobilidade social, discriminação racial, estratificação social, distribuição de renda

Resumen

Esta investigación presenta un análisis de la desigualdad racial de ingreso en Brasil para investigar la validez de la tesis de que su persistencia se debe principalmente a el peso exacerbado de el origen social en los procesos de estratificación, que caracteriza un sistema de baja movilidad, en lo que se encuentra la adición de efectos menores de la discriminación racial. El origen social y la discriminación afectan los negros en sus carreras, la primera más que la última causa de la asociación entre la raza y la estratificación legada por la esclavitud. Pero el suplemento de la discriminación es esencial para generar la persistencia, ya que en su ausencia, el sistema de movilidad conduciría a la equidad racial. El análisis se lleva a cabo mediante técnicas estadísticas usando bases de datos que contienen las respuestas a las boletas utilizadas entre 1976 y 2006 por la Encuesta Nacional de Hogares por Muestra, la PNAD conducida por el Instituto Brasileño de Geografía y Estadística, el IBGE, con énfasis en los datos de 1976, 1986, 1996 y 2006. Las desigualdad racial en cuenta es la de los ingresos per cápita de los hogares entre los blancos y los negros, un grupo formado por la agregación de “pretos” y “pardos”. La tesis se divide en seis hipótesis que guiaron la investigación y análisis de datos. Las seis son compatibles con los datos, corroborando a la tesis: i) existe desigualdad racial de ingreso per cápita de los hogares en Brasil; ii) esta desigualdad es persistente desde 1976 hasta 2006, su nivel es relativamente constante; iii) los dos grupos raciales tienen baja movilidad, que denota la importancia del origen social en estos procesos; iv) la principal fuente de la desigualdad racial de ingreso es la diferencia en el nivel de los ingresos del trabajo; v) la diferencia en el nivel de ingresos del trabajo de los grupos raciales se debe principalmente a la desigualdad educativa; vi) las desigualdades educativas entre los grupos raciales están determinados en gran medida por el origen social.

Palabras clave:

desigualdad racial, movilidad social, discriminación racial, estratificación social, distribución de ingreso

Abstract

This dissertation presents an analysis of racial income inequality in Brazil. It seeks to establish the likelihood of the thesis that the persistence of this inequality is due mainly to the heavy weight of social background in stratification processes inducing a low mobility régime, to which minor effects of racial discrimination also count. Social background and discrimination hinders the advance of black individuals, the former far more than the latter because of the association between race and stratification bequeathed by the past of slavery. But the supplementary hindrance provided by racial discrimination is essential to understand why inequality persists, as in its absence the mobility régime would lead to slow-paced racial equalization. The analysis is conducted with statistical techniques over databases containing the answers to the questionnaires fielded from 1976 to 2006 by the National Household Survey, PNAD held by the Brazilian Institute of Geography and Statistics, IBGE, emphasizing data from 1976, 1986, 1996 and 2006. The racial income inequality under scrutiny is that of *per capita* household income between white and black Brazilians. The thesis is broken into six hypotheses that guided research and data analysis. All six were proven to be supported by the evidences, leading to the acceptance of the thesis. It is shown that: i) there is racial income inequality in Brazil; ii) it is persistent from 1976 to 2006, its level being relatively constant; iii) both racial groups have similar low mobility régimes, pinpointing the heavy influence of social background on these processes; iv) the main source of racial income inequality is labour income; v) the difference in the level of labour income is due mainly to black-white educational inequality; vi) black-white educational inequality is largely determined by social background.

Keywords:

racial inequality, social mobility, racial discrimination, social stratification, income distribution

Résumé

Cette thèse présente une analyse de l'inégalité raciale des revenus au Brésil. Il cherche à établir la vérité de la thèse de que la persistance de cette inégalité est conséquence des lourd poids de la origine racial dans le processus de la stratification sociale qu'induit à un régime à faible mobilité, dont il-y-a aussi le complément des effets mineurs de discrimination raciale. L'origine sociale et la discrimination entravent le mouvement de progression de personnes noires, le premier beaucoup plus que le dernier en raison de l'association entre la race et la stratification légués par le passé de l'esclavage. Mais aussi le complément de la discrimination raciale est essentiel pour comprendre pourquoi les inégalités perdurent, parce que, en son absence, le régime de mobilité devrait conduire à l'égalité raciale en un rythme lent. L'analyse est réalisée avec des techniques statistiques sur des bases de données contenant les réponses aux questionnaires de 1976 à 2006 de la Recherche Nationale des Habitations, PNAD tenue par l'Institut brésilien de géographie et de statistique, IBGE, surtout sur les données de 1976, 1986, 1996 et 2006. L'inégalité raciale des revenus à l'examen représente la différence de revenu par habitant de la maison entre les blancs et les noirs. La thèse est divisée en six hypothèses qui ont guidé la recherche et l'analyse des données. Tous les six ont été vérifiés pour les preuves, que conduisent à l'acceptation de la thèse. Il est démontré que: i) il existe des inégalités raciale de revenus par habitant de la maison au Brésil; ii) il est persistant, de 1976 à 2006, quand son niveau étiez relativement constante, iii) les deux groupes raciaux ont des régimes à faible mobilité, à mettre en évidence les fortes influence de la origine social sur ces processus; iv) la principale source de l'inégalité raciale de revenu sont les revenus du travail; v) la différence de niveau des revenus du travail est conséquence surtout de le inégalité scolaire entre le noir et le blanc; vi) le inégalité scolaire entre le noir et le blanc est largement déterminée par l'origine sociale.

Mots-clés:

l'inégalité raciale, la mobilité sociale, la discrimination raciale, la stratification sociale, la répartition des revenus

Introdução

O nosso desafio atual, ao formar as novas gerações, é teorizar a simultaneidade desses dois fatos aparentemente contraditórios, apontados por todos os que nos precederam: a reprodução ampliada das desigualdades raciais no Brasil coexiste com a suavização crescente das atitudes e dos comportamentos racistas.

Antônio Sérgio Alfredo GUIMARÃES (2004a: 33)

Raça é um objeto de pesquisa fascinante para o cientista social. São tantas as questões, tantos enfoques possíveis, que o risco de se perder no formidável edifício simbólico a que leva essa curta palavra é enorme. Por tal razão, começa-se declarando de forma direta o objeto desta pesquisa e a tese aqui defendida.

O objeto é o problema da persistência da desigualdade racial de renda na sociedade brasileira. A tese é a de que essa persistência se deve preponderantemente ao fato de que o Brasil é um país de elevada desigualdade de oportunidades, e que a baixa mobilidade social decorrente faz a posição dos negros na estratificação social, por inércia, ser relativamente semelhante à ocupada por seus antepassados. Logo, a origem social é o principal fator de reprodução da desigualdade racial de renda. Contudo, a discriminação racial também é um fator importante nos processos de mobilidade. Sua presença é um freio: atrapalha os negros impedindo a redução lenta da desigualdade racial, que ocorreria sob um regime de baixa mobilidade sem viés racial. Embora seja um determinante secundário quanto à intensidade de seus efeitos é fundamental para a compreensão do problema. Sem discriminação racial não haveria persistência, e sim um lento processo de equalização da renda dos grupos.

A escolha da passagem que serve de epígrafe a esta *Introdução* foi feita por expressar bem a preocupação subjacente à escolha do problema. Como é possível a persistência da desigualdade racial quando as pessoas parecem estar cada vez mais convencidas da, parafrazeando MONTAGU (1998), falácia da raça? Quando tantos se prontificam a repetir a unidade da espécie humana, que “raça não existe”, quando comportamentos abertamente racistas não são mais tolerados como no passado, e em um país que transformou o preconceito e a discriminação em crimes? Por que os negros brasileiros continuam concentrados na base da “pirâmide social”, mesmo passado mais de um século da Abolição?

A tradição sociológica de estudos das questões raciais no Brasil, que sempre deu ênfase às desigualdades socioeconômicas, explica a desigualdade racial em termos das relações entre classe e raça, tendo como pano de fundo o que se pode chamar de “condição inicial”. Essa condição inicial é dada pelo inescapável fato histórico de o Brasil ter se constituído a partir da colonização pelos Portugueses, os quais escravizaram primeiro os nativos, e depois enormes contingentes de africanos. Independentemente das questões sobre a especificidade das relações entre senhores e escravos no Brasil Colônia, e do “branqueamento” demográfico causado pela volumosa imigração européia na virada do século XX, esse passado legou ao Brasil uma composição racial específica da população que estava – e ainda está – associada à estratificação social.

No momento da Abolição foram suprimidas as barreiras formais que a escravidão impunha à competição dos negros com os brancos pelas posições sociais. Mas quando os portões são abertos e se faculta aos negros o ingresso na corrida, os brancos já estão quilômetros adiante, em uma sociedade estruturada para favorecer a reprodução das elites. Essa é a condição histórica inicial. Para que os negros superem a desvantagem, é preciso que a cada geração percorram uma distância maior do que a percorrida pelos brancos. Se não conseguem fazê-lo, a desigualdade racial existente no momento da abertura dos portões persiste.

O elo entre condição inicial, raça e classe, na tradição sociológica de explicação das desigualdades raciais foi sempre a mobilidade social. No *Primeiro Capítulo* são abordadas as teorias que foram aventadas para o problema. Ressalvas feitas ao eterno dilema de toda categorização envolver algum grau de simplificação e de supressão das idiosincrasias das explicações proporcionadas por cada estudioso do tema, considera-se que podem ser identificadas três grandes ondas teóricas nessa tradição.

A principal diferença da primeira à terceira onda gira em torno dos pólos classe e raça. Mais especificamente, em torno do peso dado aos efeitos da discriminação racial nos processos de mobilidade e das características da mobilidade em si. Na primeira onda, considerava-se que a discriminação racial teria peso nulo ou insignificante. Sob essa perspectiva, da condição inicial de concentração dos negros na base da pirâmide social à equalização racial se passariam algumas gerações. O número de gerações dependeria apenas do peso da origem social nos processos de mobilidade, quanto menor, em menos gerações ocorreria a equalização.

Na segunda onda, considerava-se que a discriminação racial tinha um peso nos processos de mobilidade, mas inferior ao de classe, e que se reduziria com o tempo. Portanto, a discriminação era um fator que retardava a equalização, mas não a impedia. Ainda que demorasse, aconteceria; o tempo de espera seria função do peso da classe nos processos de mobilidade.

Na terceira onda, o peso da discriminação racial é de tal ordem que impede a equalização. Somente a ação política dos negros poderia contrapor a desigualdade.

As três teorias que emergem das ondas relacionam de forma distinta classe, raça e a condição histórica inicial, com a mediação dos processos de mobilidade para explicar a desigualdade racial e prever sua tendência.

A primeira dizia não haver discriminação racial nos processos de mobilidade, apenas influência da classe, e o problema da desigualdade racial se devia à condição inicial. Ainda que a desigualdade de classe se mantivesse em nível elevado, sua confirmação empírica se daria se houvesse uma redução da desigualdade racial ao longo do tempo; e inexistissem diferenças entre indivíduos de grupos raciais diferentes, mas na mesma classe.

A segunda teoria reconhecia haver discriminação racial conjugada à influência de classe nos processos de mobilidade, retardando a supressão da desigualdade racial legada pela condição inicial. Mas considerava que a discriminação racial tenderia a diminuir à medida que a nação se desenvolvesse. Sua confirmação empírica exigiria – ainda que a desigualdade de classe se mantivesse em nível elevado – a redução lenta da desigualdade racial; e também das diferenças intra-classes entre indivíduos de grupos raciais diferentes.

Estudos que embasaram a terceira teoria mostraram que essas duas primeiras deveriam ser rejeitadas por inadequação aos fatos. Primeiro, a desigualdade racial é persistente. Segundo, há boas evidências tanto de que indivíduos semelhantes de grupos raciais diferentes recebem tratamentos desiguais, quanto de que o tratamento desigual é relativamente constante ao longo do tempo. A terceira teoria diz haver discriminação racial constante e influência de classe nos processos de mobilidade, ocasionando a persistência da desigualdade racial legada pela condição inicial. Tal explicação tem se mostrado adequada às evidências de persistência da desigualdade racial e das diferenças de resultados entre indivíduos semelhantes de grupos raciais diferentes.

A terceira teoria considera estarem os negros sujeitos a um ciclo de desvantagens cumulativas devidas à interação dos fatores raça e classe ao longo do curso de vida dos indivíduos. A condição inicial faz com que a probabilidade de nascerem nas camadas sociais mais pobres seja maior. Isso os faz se depararem com menos oportunidades educacionais de boa qualidade, o que somado à discriminação racial na escola e a outros tipos de constrangimentos, como a necessidade de começar a trabalhar cedo, leva a população negra a ter desvantagens educacionais. Essas se traduzem em desvantagens no mercado de trabalho, pelo menor acesso às ocupações que oferecem maior renda, às quais se conjugam a discriminação racial em formas variadas, a segmentação ocupacional, a discriminação salarial pura, as barreiras à ascensão profissional, e, no caso dos empreendedores, dificuldades no acesso ao crédito. A inserção desvantajosa no mercado de trabalho faz com que, como resultado de todo o processo, a renda dos negros, seja menor do que a dos brancos. E como a renda está correlacionada com quase tudo considerado fonte de bem-estar em sociedades de consumo, a desigualdade legada pela condição inicial se espalha em múltiplas dimensões.

Todavia, essa teoria exige o esclarecimento do peso de cada um dos fatores principais, classe e raça, na reprodução da desigualdade racial legada pela condição inicial. Isso por que pode ser confirmada com várias combinações de pesos de classe e raça nos processos de mobilidade. A discriminação racial pode ser intensa e a influência da origem social fraca; ou elas podem ter pesos de monta equivalente; ou a influência da origem social pode ser intensa e a discriminação racial fraca.

A tese ora defendida é a de que a persistência da desigualdade racial no Brasil se deve preponderantemente ao fato de que o Brasil é um país de elevada desigualdade de oportunidades, o que ocasiona baixa mobilidade social. No ciclo de desvantagens cumulativas, a discriminação racial é um fator importante, mas não tanto quanto a origem social. A defesa é realizada mediante o teste empírico dessa versão da teoria do ciclo das desvantagens cumulativas da população negra; e do peso da discriminação racial vis-à-vis o da origem social nas etapas do ciclo. Para tanto, foram formuladas seis hipóteses que guiaram a pesquisa.

1. *Existe desigualdade racial de renda.*
2. *A desigualdade racial de renda é persistente.*
3. *A mobilidade social é baixa para negros e brancos.*
4. *A principal fonte da desigualdade de renda é o nível da renda do trabalho.*
5. *A principal fonte da desigualdade da renda do trabalho é a educação.*
6. *A principal fonte da desigualdade educacional é a origem social.*

As duas primeiras hipóteses estão implícitas na enunciação do objeto. Só é possível estudar a persistência da desigualdade racial de renda se existe e persiste. A terceira hipótese é implicada pela tese: se a classe é mais importante que a raça, a mobilidade necessariamente tem que ser baixa para todos os grupos raciais, e apresentar padrões relativamente semelhantes. Mobilidade alta e/ou padrões diferentes indicariam uma maior importância da raça no ciclo de desvantagens cumulativas. A quarta hipótese é implicada pela teoria das desvantagens cumulativas. É preciso verificar se a desigualdade de renda se deve de fato a uma menor remuneração pelo trabalho, ou a características não relacionadas ao mercado de trabalho, como a composição demográfica dos grupos raciais e padrões de formação de grupos domésticos. A quinta e a sexta hipóteses são ditadas pela teoria e pela tese. O principal efeito da origem social no mercado de trabalho se dá, segundo a teoria, via educação, então a tese requer que a educação seja a principal fonte da desigualdade na renda do trabalho. Ainda segundo a teoria, a realização educacional é mediada pela classe e pela raça, e a tese exige que a classe tenha maiores efeitos nesse processo.

As seis hipóteses estão dispostas em uma seqüência lógica, segundo a qual serão testadas. A rejeição de qualquer uma delas inviabilizaria a tese e tornaria desnecessário o teste das hipóteses subsequentes. Se não há desigualdade, não há persistência da desigualdade. Se não há persistência, a mobilidade não pode ser baixa para ambos os grupos. Se a mobilidade não é baixa, a origem social não é mais importante do que a raça. Se o nível da renda do trabalho não é importante, o problema não está associado a desvantagens cumulativas, mas a diferenças exógenas ao mercado de trabalho. Se a educação não é o principal fator de desigualdade na renda do trabalho, a origem social não é o fator preponderante. E, finalmente, se a origem social não é o principal fator de desigualdade racial na realização educacional, não pode ser o principal determinante da persistência da desigualdade racial de renda.

As evidências reveladas pela pesquisa levam à aceitação de todas as seis hipóteses, corroborando a tese defendida. Nas *Conclusões*, a tese sobre as causas da persistência da desigualdade racial de renda no Brasil é revista à luz dos detalhes relacionados ao teste de cada hipótese e das informações adicionais aportadas pela análise dos dados.

O fato de a origem social ser mais importante do que a discriminação racial para a persistência da desigualdade racial tem várias conseqüências tanto do ponto de vista da teoria quanto das práticas sociais, em especial, para as intervenções resolutivas do problema por intermédio das políticas públicas. A preocupação com o possível emprego do conhecimento produzido pela pesquisa na elaboração de políticas nunca esteve fora de seu horizonte. A motivação para a escolha do problema não adveio só de um impulso “popperiano” de testar teorias, mas também do desejo de fornecer uma visão refinada do processo de reprodução da desigualdade racial que permita uma intervenção eficiente da sociedade para enfraquecê-lo. Porém, há, como disse HASENBALG (2005), a necessidade de se separar o momento da tese, que é o da explicação sociológica de um problema, do momento da engenharia social, as intervenções na realidade orientadas pela explicação. As intervenções estão fora do escopo da pesquisa.

Apresentada a tese, o objeto da pesquisa e as hipóteses que a guiaram, pode-se passar à descrição da estrutura da pesquisa, composta de oito capítulos agrupados em duas partes. A primeira parte é eminentemente teórica, e a segunda eminentemente empírica.

Além do já referido *Primeiro Capítulo*, no qual são discutidas as teorias sociológicas sobre a desigualdade racial no Brasil, a primeira parte da pesquisa contém dois outros capítulos, um sobre raça e outro sobre classe. Raça e classe são conceitos controversos e polêmicos, que exigem o esclarecimento da acepção em que são usados. Não há consenso teórico nas ciências sociais sobre raça e classe, tampouco sobre as formas adequadas de se operacionalizá-las em pesquisas empíricas.

Classe e raça são semelhantes em alguns aspectos. Classe designa algo que tem sido objeto de reflexão desde tempos imemoriais, e raça também. Raça remete às questões sobre a origem dos seres humanos e sua diversidade cultural e física; e classe às desigualdades de riqueza e poder. Esses sentidos particulares lhes dão um núcleo canônico de significados, que embora não seja dado independentemente dos símbolos com as quais se as representa, permanece invariante quando sua “*mensagem é traduzida*

de um código a outro” (CASTORIADIS, 1995: 167), seja esse código o de outra sociedade ou o de outro período histórico.

Tanto uma quanto a outra são onipresentes no pensamento social. Estão nos registros históricos legados pelas grandes civilizações do passado, a raça quando a própria civilização é representada face às outras, a classe quando se trata das divisões internas; e também de forma misturada, pois uma das principais justificativas para a escravidão, que gera uma divisão de classe, foi sempre a origem diferente (real ou mítica), uma distinção de raça. Estão nos monumentos de pedra, nas tábuas de bambu, nos papiros, na Bíblia. Raça e classe compreendem idéias e significados anteriores às palavras que usamos para designá-las e às ciências sociais que hoje reivindicam a primazia de dizer o que são.

Nesta pesquisa, considera-se que raça é uma construção sócio-histórica que designa no âmbito de uma sociedade grupos definidos por uma mesma progênie, real ou mítica, cujos membros possuem marcas que permitem sua identificação. Mesmo assim, é necessário esclarecer não só o que se entende por raça, mas também o que se entende por conceitos conexos, racismo, preconceito racial, e discriminação racial, particularmente o último, que será empregado com frequência. Essas tarefas são levadas a cabo no *Segundo Capítulo*.

Também é preciso examinar de forma crítica a forma de operacionalização da raça nos levantamentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE. No caso da raça, o problema da definição é minimizado pelo fato de a maior parte das teorias sobre desigualdade racial no Brasil ser baseada em dados desses levantamentos, implicando o compartilhamento de uma forma básica de operacionalização do conceito – mas não necessariamente de interpretação. Aqui também se faz uso desses dados.

Para classe, o problema da definição é maior, pois os que estudaram a desigualdade racial no Brasil muitas vezes operacionalizaram o conceito de forma distinta, e interpretaram os dados orientados por teorias particulares sobre a divisão das sociedades em classes. Aqui, aquilo a que classe se refere, a desigualdade de riqueza e de poder, será representado pela distribuição da renda. Essa é uma opção que exige discussão e justificativa, o que será feito em diálogo com teorias contemporâneas de estratificação social. Isso inclui a vertente, por vezes denominada “pós-moderna”, que defende a inadequação dos modelos de estratificação em classes para a compreensão da

desigualdade nas sociedades de consumo urbanas que se constituíram ao longo do século XX. A discussão e a justificativa da opção pela distribuição de renda para operacionalizar a estratificação social são apresentadas no *Terceiro Capítulo*.

A segunda parte apresenta em cinco capítulos os resultados da pesquisa empírica, conduzida a partir dos dados de várias edições da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. O *Quarto Capítulo* é dedicado ao teste da primeira e da segunda hipótese, por meio da caracterização da desigualdade racial de renda domiciliar *per capita* e de sua persistência temporal. O *Quinto Capítulo* é dedicado ao teste da terceira hipótese, a partir de um estudo da mobilidade de renda dos negros e dos brancos. No *Sexto Capítulo* testa-se a quarta hipótese, verificando se as desigualdades raciais devem ser preponderantemente atribuídas a fatores demográficos ou à composição e ao nível das rendas componentes da renda total de cada grupo racial. No *Sétimo Capítulo* a quinta hipótese é testada, a partir da investigação da desigualdade racial na renda do trabalho. No *Oitavo Capítulo* verifica-se a sexta hipótese, pela pesquisa da desigualdade racial nas trajetórias educacionais.

A opção pela renda domiciliar *per capita* qualifica o objeto da pesquisa, o problema da persistência da desigualdade entre grupos raciais na sociedade brasileira. A própria formulação do problema traz implícitas as duas primeiras hipóteses: a de que existe desigualdade de renda domiciliar *per capita* entre os grupos raciais; e a de que essa desigualdade é persistente. Todavia, embora baseados na desigualdade racial de classe os estudos discutidos no *Primeiro Capítulo*, tenham inferido a existência de desigualdade racial de renda, poucos a caracterizaram e buscaram explicá-la.

No *Quarto Capítulo*, esses estudos são revisados. Técnicas de análise da distribuição de renda consagradas por estudos econômicos são apresentadas e empregadas na investigação dos dados de renda levantados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. As duas primeiras hipóteses são testadas. Os resultados as confirmam: tanto existe desigualdade de renda entre os grupos raciais quanto há persistência temporal dessa desigualdade.

O *Quarto Capítulo* tem caráter central não só por caracterizar o objeto, mas também por conter as definições e os valores observados dos indicadores de desigualdade de resultados escolhidos para serem usados nos capítulos seguintes, nos quais se testam as demais hipóteses. Do *Quinto* ao *Sétimo* capítulo, faz-se uso constante da abordagem de

simulações contrafatuais para o teste das hipóteses aventadas sobre cada possível determinante das desigualdades raciais.

As simulações contrafatuais podem ser vistas como uma espécie de laboratório virtual do cientista social. Um dos seus usos consiste na troca de um determinado conjunto de fatores por outro, hipotético, mantendo os demais fatores constantes. Um exemplo de simulação contrafactual é calcular os indicadores de desigualdade para uma distribuição de renda obtida a partir da “eliminação” da discriminação salarial pura contra os negros no mercado de trabalho em um cenário alternativo no qual se atribui a eles a renda que teriam se fossem brancos. Outro uso consiste em projetar situações futuras mediante a repetição de um processo sob condições especificáveis.

Os indicadores de desigualdade selecionados no *Quarto Capítulo* são recalculados para cada situação simulada. A importância do conjunto de fatores considerado em cada simulação contrafactual é avaliada em termos do impacto sobre a desigualdade, medida por esses indicadores. Se um conjunto de fatores é trocado, e a desigualdade racial de renda na situação simulada é próxima à observada, não se pode considerar que é um determinante importante. Caso contrário, sendo a desigualdade bem menor no cenário contrafactual, pode-se considerar que o conjunto de fatores trocado é um determinante importante.

Corroboradas as duas primeiras hipóteses, o *Quinto Capítulo* é dedicado ao teste da terceira hipótese, a de que a mobilidade social é baixa para ambos os grupos raciais. A mobilidade social baixa é um requisito da tese, pois somente sob essa condição os efeitos da origem social podem ser considerados os principais determinantes da desigualdade racial de renda. O teste dessa hipótese exige uma solução para o problema de ausência de dados adequados para o estudo de mobilidade de renda no Brasil. As técnicas adotadas para contornar esse problema são explicadas em detalhe. Depois são apresentadas e empregadas as técnicas para fazer o estudo da mobilidade de renda, diferentes das baseadas em tabelas de contingência, tradicionalmente usadas no campo sociológico de estudos da mobilidade social.

O resultado da análise dos dados corrobora a hipótese de baixa mobilidade de renda para ambos os grupos raciais. A correlação entre a renda dos pais e dos filhos é muito alta, logo, a transmissão intergeracional da renda é elevada. O padrão de movimentação na distribuição de renda, caracterizado pela curta distância, é praticamente o mesmo

para negros e brancos. Dada a condição inicial dos negros de concentração na base da distribuição de renda, a mobilidade de curta distância faz com que os negros circulem entre os mais pobres, trocando de posição principalmente com outros negros, enquanto os brancos circulam no topo da distribuição.

Porém, a análise do *Quinto Capítulo* mostra que somente o peso da origem social não é suficiente para explicar a persistência da desigualdade. Simulando que trocas intergeracionais futuras se dariam segundo o mesmo padrão de mobilidade de curta distância, porém anulando o efeito do pertencimento racial no processo, constatou-se que sem o viés racial haveria uma tendência de redução progressiva da desigualdade racial de renda. A velocidade dessa redução, contudo, seria lenta, por causa do peso elevado da origem social nos processos de mobilidade.

A corroboração das três primeiras hipóteses já permitiria a aceitação da parte central da tese, qual seja a de que a influência da origem social nos processos de mobilidade é o principal determinante da persistência da desigualdade racial de renda, com a contribuição do freio proporcionado pela influência da discriminação racial, que é secundária quanto à intensidade. Porém, a tese está vinculada a uma teoria particular, o que exige o teste de hipóteses adicionais para se ter certeza de que se pode assumir a origem social como o principal determinante da cadeia de resultados obtidos em cada uma das duas grandes etapas do processo de mobilidade, educação e trabalho.

Como o indicador de renda empregado na pesquisa é a renda domiciliar *per capita*, que envolve outras rendas além da do trabalho, e é afetada pelo tamanho e pela razão de dependência de cada grupo doméstico (a razão entre os membros com e os sem renda), é preciso verificar se os dados corroboram a quarta hipótese, de que a principal fonte da desigualdade racial de renda é a renda do trabalho. Essa é a tarefa do *Sexto Capítulo*.

As evidências do *Sexto Capítulo* revelam que os grupos raciais são extremamente parecidos no que toca à estruturação de seus grupos domésticos, às razões de dependência e entre sexos, e à composição das rendas. O que diferencia suas rendas é o nível, principalmente o da renda do trabalho. As situações contrafatuais em que se simulou dar aos negros o mesmo nível de renda do trabalho do que os brancos apresentaram desigualdade racial de renda muito mais baixa do que a observada. Portanto, a quarta hipótese é corroborada, podendo-se passar ao estudo dos motivos de a renda do trabalho dos brancos ser tão maior do que a dos negros.

O *Sétimo Capítulo* é dedicado ao teste da quinta hipótese, a de que a principal fonte da desigualdade da renda do trabalho é a educação. Isso é feito mediante a estimação de equações de renda separadas para empregados e empreendedores (conta-própria e empregadores), levando em consideração aspectos como idade, sexo, unidade da federação, o tipo de área, o grupo racial do trabalhador, a educação, e seu setor de ocupação, no caso dos empregados, ou de atividade, no caso dos empreendedores. Conclui-se, a partir dos resultados tanto dos modelos quanto das simulações contrafatuais, que as diferenças educacionais entre a população negra e branca são a principal fonte singular da desigualdade racial da renda do trabalho, corroborando a quinta hipótese. O que não exclui a contribuição de outros fatores, como as desigualdades regionais (o fato de os negros estarem sobre-representados nas unidades da federação de menor renda), a discriminação racial e a segmentação ocupacional.

Finalmente, para que o maior efeito da educação na produção da desigualdade racial de renda possa ser considerado um efeito da origem social, é preciso que a educação alcançada seja em larga escala também um produto da origem social. Se a desigualdade educacional fosse, ao contrário, principalmente produzida pela discriminação racial, então a educação não poderia representar origem social no mercado de trabalho, seria um resultado do pertencimento racial, falseando a tese.

A sexta hipótese, a de que a principal fonte da desigualdade educacional é a origem social, é corroborada pelo estudo da trajetória educacional dos grupos raciais, apresentado no *Oitavo Capítulo*. Em todos os pontos da trajetória educacional, considerando um conjunto de fatores como a região de residência, sexo e idade, a probabilidade de concluir uma etapa na idade esperada é amplamente influenciada pela origem social das crianças e dos adolescentes. Entretanto, mais uma vez, a discriminação racial aparece como um fator secundário não desprezível.

A aceitação de todas as seis hipóteses propostas corrobora a tese. A persistência da desigualdade racial de renda no Brasil se deve à interação entre classe – origem social – e raça – discriminação racial – nos processos de mobilidade. Nessa interação, a origem social tem um efeito mais intenso do que a discriminação racial, por causa da condição inicial, o ponto de partida dos negros, concentrados na base da estratificação social. Em suas trajetórias individuais os negros acumulam, a cada etapa da mobilidade, desvantagens – devidas principalmente à origem social, mas também à discriminação – que se transformam em condições iniciais desvantajosas para a próxima etapa. O

resultado de todas essas desvantagens se traduz em posições piores na distribuição de renda, que se tornam a condição inicial da próxima geração, o começo de uma nova fase do ciclo de reprodução da desigualdade racial de renda.

Capítulo 1: Raça, classe e desigualdade racial

Constato, porém, com certo lamento, que a discussão em torno das Ações Afirmativas tem levado, no mundo acadêmico, na grande mídia e pelas ruas do país, a um endurecimento de duas posições: defesa de um “etos” (e/ou de “mitos sociais”) versus defesa de um grupo específico. Este enrijecimento (recrudescimento na discussão) pouco tem contribuído para aprofundar a compreensão dos mecanismos e das causas dos processos discriminatórios no Brasil. Está na hora de redirecionarmos nosso olhar, aproveitando o que há de frutífero nas tradições antropológicas e sociológicas para avançarmos na análise e, dessa forma, abrirmos novos horizontes, e quem sabe perspectivas mais eficazes de combater o racismo.

Andreas HOFBAUER (2006: 426)

O objetivo deste capítulo é rever as teorias sociológicas sobre como os fatores raça e classe interagem nos processos de mobilidade social causando a reprodução da desigualdade racial no Brasil, legada pela escravidão. Considera-se que podem ser divididas em três ondas teóricas, as quais são discutidas em suas principais características nas três seções que seguem esta introdução. Na seção final, relaciona-se às teorias consideradas o problema que constitui o objeto da tese, a persistência da desigualdade racial.

Não se pretende revisitar aqui o pensamento social do Brasil Colônia, Império ou República, a recepção do racismo científico pela intelectualidade brasileira na virada do século XX, estudar a identidade, a cultura ou os movimentos sociais negros, a participação política, o pensamento social brasileiro hoje ou o debate sobre ações afirmativas, tampouco teorias contemporâneas sobre negritude ou etnicidade. Tais temas têm sido abordados de forma competente e exaustiva em vários estudos, dentre os quais se faz questão de citar os trabalhos de D'ADESKY (2001), HANCHARD (2001), GUIMARÃES (2002, 2004a), COSTA (2006) e HOFBAUER (2006), por, em conjunto cobrirem todos esses assuntos.

Entretanto, existe um descompasso muito grande entre a produção dedicada a esses temas, que é volumosa e variada, e a produção que busca entender os mecanismos de reprodução da desigualdade racial, como salienta HOFBAUER na passagem que serve de epígrafe a este capítulo. O conhecimento sobre os mecanismos de reprodução da desigualdade racial precisa ser aprofundado; e a pesquisa sobre eles precisa ser conduzida com a mente limpa, livre do sectarismo que tem dominado os debates sobre os “problemas raciais”.

Esta pesquisa se dedica justamente ao problema específico da persistência da desigualdade socioeconômica entre negros e brancos e dos mecanismos que a produzem. Por isso dialoga com o que HOFBAUER designa “*tradição basicamente sociológica*” (2006: 23) de estudos das questões raciais no Brasil. Tal tradição sociológica se caracteriza e se distingue da “*tradição cultural-antropológica*” por investigações eminentemente empíricas sobre as relações raciais na sociedade brasileira, embasadas em evidências estatísticas sobre a desigualdade racial.

Essa característica da tradição sociológica permite datar seu surgimento na década de 1940. No fim dessa década e no início da seguinte, o Projeto UNESCO (MAIO, 1997, 1998, 1999), no âmbito do qual foram patrocinados estudos sobre as relações raciais no Brasil, foi um fator importante para sua catálise. HOFBAUER (2006) também aponta a raiz – histórico-metodológica – dessa tradição sociológica nos estudos patrocinados pelo Projeto UNESCO. Porém, há que se registrar que o trabalho precursor dessa tradição – e que foi uma das motivações do próprio Projeto UNESCO – foi o realizado por Donald PIERSON (1945) na Bahia. PIERSON não só influenciou os autores pioneiros da tradição sociológica aludida como seu trabalho pode ser considerado tão importante quanto o de Gilberto FREYRE (1994) para a construção da imagem do Brasil como “paraíso” das relações raciais.

Muitos foram os que contribuíram para essa tradição sociológica, da década de 1940 até os dias atuais. A revisão detalhada de cada uma dessas contribuições seria extremamente longa, razão pela qual se discute apenas os aspectos principais das teorias que emergiram dessa tradição, a partir dos trabalhos de seus representantes mais conhecidos. Não se pretende fazer história da sociologia tampouco sociologia da sociologia.

Revedo a tradição sociológica de uma perspectiva panorâmica, é possível identificar nela três grandes ondas teóricas. Essas ondas têm alguns pontos em comum na explicação da desigualdade racial. Primeiro, têm como pano de fundo uma “condição inicial”, que é o estado da desigualdade racial no Brasil no momento da Abolição e a divisão da história da desigualdade em antes e depois desse evento. Segundo, o fato de articularem o peso da raça – discriminação racial – e da classe – origem social – nos processos de mobilidade social a partir da Abolição para explicarem a desigualdade racial.

A primeira onda teórica era otimista quanto ao futuro da desigualdade racial no Brasil. Para alguns dos que realizaram estudos nas décadas de 1940 e 1950, os acelerados processos de urbanização e industrialização e o elevado crescimento econômico do país criariam oportunidades de ascensão social que poderiam ser aproveitadas por todos os brasileiros independentemente da afiliação racial. Constatavam que no Brasil, mesmo nos tempos da Colônia, sempre houvera a presença de negros, pretos ou mestiços, nos escalões mais elevados da estrutura social. Disso deduziam não haver barreiras à ascensão social dessas pessoas.

O problema era, portanto, a proximidade histórica da condição inicial: mesmo na ausência de barreiras raciais, por partirem da base da pirâmide social seriam necessárias algumas gerações para que os negros estivessem mais bem distribuídos na estrutura socioeconômica. Mas isso ocorreria inevitavelmente, sob os auspícios do crescimento econômico e da suposta ausência de discriminação nos processos de mobilidade.

Na segunda onda havia ainda certo otimismo. Porém, a hipótese da ausência de discriminação foi rechaçada. A crença no poder de integração racial do crescimento econômico e dos processos de modernização se manteve. Mas houve o reconhecimento de que no plano das idéias a modernização era mais lenta, e o racismo persistia como um legado irracional da condição inicial, como um arcaísmo. A formação das classes no período pós-Abolição era permeada pelo preconceito de cor, e isso retardaria a integração dos negros no emergente Brasil moderno.

Nas décadas de 1950 e de 1960 houve a constatação empírica – por meio de dados censitários sobre a estrutura ocupacional – de que não se podia considerar, como na onda anterior, que os processos de mobilidade ocorriam sob o signo da igualdade de oportunidades entre raças, pois a desigualdade racial não diminuía. Elaboraram-se considerações sobre a especificidade do racismo à brasileira. A despeito disso, em regra, considerava-se a superação do racismo, e, por conseguinte, a aceleração da integração dos negros, uma questão de tempo. A visão da modernização era a de que o desenvolvimento que a acompanhava levava à racionalização da produção econômica e de toda a sociedade, com a qual o racismo, arcaísmo irracional, era incompatível.

Na terceira onda não havia espaço para otimismo. Constatava-se novamente na década de 1970 a persistência da desigualdade racial. Se o racismo era um arcaísmo, legado irracional que seria superado no decorrer dos processos de modernização, passado quase

um século da Abolição, as influências da condição inicial teriam que estar se esvaindo, e a desigualdade racial deveria apresentar sinais de queda. Se isso não ocorria, era por que o racismo possuía uma plasticidade antes insuspeita, e ao invés de ser superado fora racionalizado mantendo, ou ganhando, a função de garantir os privilégios dos brancos, agora em uma sociedade moderna caracterizada por elevada mobilidade social. Em uma sociedade extremamente móvel, somente a discriminação racial forte atuando nos processos de mobilidade poderia garantir a persistência da desigualdade racial.

E de fato, os estudos empíricos realizados pelos expoentes da terceira onda, conduzidos com métodos estatísticos modernos a partir de pesquisas amostrais de grande qualidade, constataram a existência de um elevado grau de discriminação nos processos de mobilidade social. Enterrava-se a esperança de que o desenvolvimento e a modernização pudessem por fim à discriminação, e junto com essa a perspectiva de supressão da desigualdade racial em poucas gerações. A tendência da desigualdade racial era persistir, e somente o ativismo político dos movimentos negros poderia interromper seu ciclo de reprodução.

Antes de passar à análise das idéias principais de cada onda teórica, convém esclarecer o uso da expressão “onda teórica”. Qualquer tentativa de periodização rígida da produção teórica sobre a desigualdade racial, ou mesmo de separação de autores por escolas estaria de antemão fadada ao fracasso. A noção de onda implica fluidez, continuidade e diferença. Numa enseada, uma mesma onda chega às areias em momentos distintos. Em alguns pontos da enseada a onda que a sucede demora a chegar; em outros, ambas estouram quase simultaneamente, ao ponto de ser difícil distingui-las. É o caso dos movimentos teóricos discutidos. Para alguns autores, há momentos da obra em uma onda e momentos em outra. Há idéias que são comuns às três ondas: elas são como o refluxo de uma onda já estourada que ao retornar ao mar se incorpora à onda seguinte lhe dando maior volume. É nesse sentido que se usa aqui a noção de onda teórica, sem a pretensão de fixar com rigidez diferenças entre períodos ou entre autores, mas com foco nas principais idéias que distinguem cada onda.

1.1 Preconceito de classe sem preconceito racial: a primeira onda teórica

O negro de cor mais escura parece ser o que emergiu mais recentemente da escravidão e por isso ocupa ainda os degraus mais baixos da vida econômica e social, sofrendo com mais intensidade o preconceito de classe.

Arthur Ramos (in PIERSON, 1945: 24)

Não existem castas baseadas na raça; existem somente classes. Isto não quer dizer que não existe algo que se possa chamar propriamente de “preconceito”, mas sim que o preconceito existente é um preconceito de classe e não de raça.

Donald PIERSON (1945: 402)

(...) as pessoas de cor têm seu status condicionado por suas qualidades e aptidões individuais, competindo em igualdade de condições com o branco.

Thales de AZEVEDO (1996: 164)

Como apontado, quando o número de indivíduos de ancestralidade negra ou mista melhora sua posição educacional e econômica, eles desafiam a posição dominante da classe superior branca. Isso pode bem resultar em ênfase na “raça” como critério de posição social, em maior preconceito, em tensão entre grupos raciais, e mesmo em discriminação.¹

Charles WAGLEY (1952a: 155)

As quatro passagens citadas acima retratam com perfeição o cerne das teorias que pertencem à primeira onda teórica. São dois os pressupostos fundamentais sobre as relações entre classe e raça: o da existência de muita mobilidade social no Brasil; e o da permeabilidade da estrutura social para os mestiços na razão direta do seu grau de branqueamento – que indica a distância temporal da condição de escravo. A mobilidade alta seria implicada pela transição de uma sociedade de castas² para uma de classes. E a permeabilidade é assumida a partir da suposição de que o preconceito inexistia ou é ameno, devido às especificidades da colonização com intensa miscigenação. A presença, ainda que pequena, de pretos e mestiços em posições sociais de destaque era tida como evidência tanto da permeabilidade quanto da ausência de preconceito. Todavia, a despeito de insistirem na não importância da raça como critério para a definição da posição social, de forma geral os representantes da primeira onda teórica compartilhavam a preocupação de que o preconceito e a discriminação emergissem

¹ “As has been pointed out, when the number of individuals of Negro or mixed ancestry improve their educational and economic position they challenge the dominant position of the white upper class. This might well result in emphasis upon “race” as a criterion for social position, in greater prejudice, in tension between racial groups, and even in discrimination.”

² Em muitos estudos do período, considera-se que durante a escravidão o modelo de estratificação é o da sociedade em castas.

como ferramenta de garantia dos privilégios da elite branca quando essa se visse ameaçada por uma competição efetiva por parte dos negros e dos mestiços.

A miscigenação sempre teve um papel central no pensamento social brasileiro. É um fato histórico incontestável, geneticamente comprovado (PENA *et al.*, 2000), mas sua interpretação variou consideravelmente ao longo do tempo. Após a recepção do racismo científico na segunda metade do século XIX passou a ser majoritariamente malvista, causa do “atraso” nacional.

No momento imediatamente anterior à primeira onda, porém, os defensores dos aspectos negativos da miscigenação começavam a minguar, e ganhava força nos discursos a idéia de que a miscigenação estava a produzir um tipo genuinamente brasileiro, o moreno. É o período da gestação do “mito da democracia racial”. Valorizações da emergência do moreno e da miscigenação podem ser encontradas nas obras de intelectuais influentes, tão distintos quanto Silvio ROMERO (1949) e Gilberto FREYRE (1994).

FREYRE (1994), em particular, foi uma referência importante para a primeira onda. Criou uma imagem um tanto quanto benigna da escravidão, na qual patriarcas bonachões condescendiam em dar algum status aos filhos nascidos de suas aventuras com as suas escravas negras. Além disso, descreve uma colonização que se dera sob o signo da ausência de mulheres brancas, mas com a presença de mulheres africanas e indígenas não tolhidas pelos códigos que regiam a sexualidade européia, ou simplesmente presas fáceis da violência sexual. Nesse paraíso, os sexualmente ecléticos aventureiros portugueses deixavam a sífilis e numerosos descendentes mestiços.

Para os representantes da primeira onda, uma das provas de que o racismo não existia ou era de pouca monta na sociedade brasileira, seria a mobilidade ascendente dos mulatos. O fato de que havia mestiços entre as elites econômicas e políticas, ou desempenhando – com reconhecimento social – ocupações prestigiosas, era tido como sinal da ausência de preconceito racial. Esses mestiços teriam obtido sucesso por estar há tempos afastados da escravidão, por seus ancestrais terem sido libertos antes da Abolição. Negros no extremo escuro da escala de cor não estariam tão integrados à sociedade livre – eles ou seus parentes ascendentes teriam experimentado uma escravidão mais recente, e esta seria a razão de sua condição social mais baixa.

Subjacente a essa idéia está uma tese de miscigenação branqueadora. ROMERO (1949), por exemplo, ainda um autor racista do ponto de vista da hierarquização de negros e de brancos, considerava que ao longo do processo de contato racial e de miscigenação, os elementos étnicos mais fracos, negros e índios, sucumbiriam ante ao mais forte, o europeu. Todavia, o tipo resultante, genuinamente brasileiro, não seria inferior, pois reuniria as características dos indivíduos de maior eugenia nas três raças. Esse tipo étnico não seria branco, mas também não seria mulato – seria moreno.

PIERSON (1945), que constata nas declarações de seus informantes a valorização do tipo moreno como ideal de beleza brasileiro, desenvolve uma argumentação semelhante. Considera que o aumento da proporção de mestiços se dá a expensas do desaparecimento dos negros, e não dos brancos europeus, e que a progressiva miscigenação levaria a uma espécie de absorção total dos próprios mestiços pelos brancos.

Em *Negroes in Brazil*, um dos principais promotores da imagem internacional do Brasil como paraíso das relações raciais, publicado em 1942, Donald PIERSON (1945) considerava que não havia visto em Salvador, Bahia, onde conduziu sua pesquisa, o tipo de preconceito racial então vigente nos Estados Unidos. Admitia a existência de preconceito contra os negros, só que não racial, mas de classe, pois, no Brasil, negros e brancos não estavam separados em “castas”, como em sua terra natal. Todavia, como outros representantes da primeira onda, ponderava que talvez a ausência de preconceito racial pudesse ocorrer em decorrência de os negros não terem, até então, entrado em competição efetiva com os brancos.

Arthur Ramos, por sua vez, na introdução escrita à edição brasileira do livro de PIERSON (1945), endossava as idéias do autor e as esclarecia: os negros de cor mais escura haviam sido escravos por mais tempo, e estando nas posições sociais inferiores sofriam mais com o preconceito de classe que os mulatos, que já contavam com representantes que haviam ascendido socialmente.

Seguindo a trilha aberta por Donald PIERSON (1945), AZEVEDO (1996) empreendeu um estudo dedicado à mobilidade e à estratificação social em Salvador, publicado em 1953, como parte do Projeto UNESCO. Apesar de reconhecer a existência de preconceito racial, AZEVEDO reduz sua importância, considerando-o muito brando

ante o de classe. Além disso, “argumentava” que somente negros e mestiços não “socialmente brancos” sustentavam a existência de racismo.

Sobre a mobilidade social, AZEVEDO (1996) descreveu a cidade de Salvador da década de 1940 como uma sociedade multirracial de classes, na qual os negros e os brancos competiam igualmente, diferenciados apenas por suas habilidades e por outros atributos pessoais. Negros e brancos teriam, portanto, chances equivalentes de ascensão social. Todavia, em estudo posterior, sem contradizer essas assertivas, AZEVEDO (1966) ponderou que a ascensão social não implicava mudança completa de status, pois galgar postos rumo a ocupações mais valorizadas não representaria necessariamente ascensão em outras esferas da vida social: o negro e o mestiço poderiam, por exemplo, vir a serem advogados ou engenheiros, mas dificilmente pertenceriam aos clubes ou seriam introduzidos nos círculos familiares dos brancos nessas profissões.

Outra frente de pesquisa do Projeto UNESCO foi liderada por Charles WAGLEY (1952a) e dedicou-se às relações entre raça e classe no Brasil rural. O volume resultante foi publicado em 1952 com trabalhos de WAGLEY (1952b), que estudou a pequena comunidade rural amazônica de Itá; e de Harry HUTCHINSON (1952), Marvin HARRIS (1952) e Ben ZIMMERMAN (1952), que estudaram comunidades rurais de características distintas no interior da Bahia, Vila Recôncavo, Minas Velhas e Monte Serrat. O livro conta com um texto final que resume e integra os principais achados das quatro pesquisas (WAGLEY, 1952a). A presença de pretos e pardos entre as elites dos locais é vista por WAGLEY (1952a) e seus colegas como um claro signo da passagem de uma sociedade de castas, a dos períodos colonial e imperial, a uma sociedade de classes, embora em algumas das comunidades estudadas ainda houvesse vestígios de uma casta branca aristocrata cujo acesso estava fechado aos negros.

Os quatro autores supracitados estavam bem familiarizados com o trabalho de PIERSON (1945) e, a despeito das diferenças históricas e estruturais das comunidades estudadas, chegaram à conclusão de que as assertivas daquele autor acerca das relações entre hierarquias de classe e de raça em Salvador poderiam ser generalizadas para o Brasil rural. Em especial, consideravam generalizável a tese de que o preconceito de classe teria preponderância sobre o de raça, existente, mas de tão pouca intensidade que se poderia considerar o Brasil uma nação sem problemas raciais.

Assim, na primeira onda teórica, a proximidade histórica da escravidão é indicada como explicação para a sobre-representação dos negros nos estratos sociais inferiores e para sua sub-representação nos superiores. Todavia, o rápido desenvolvimento econômico do país teria o condão de propiciar numerosas oportunidades para a melhoria do status socioeconômico dos brasileiros de todas as cores, e os negros dos baixos escalões teriam condições de ascender às camadas médias, fazendo desaparecer a correspondência entre cor e estratificação social. Isso no cenário otimista no qual o preconceito de classe seria ameno ou mesmo inexistente, com a miscigenação e a “morenidade” do brasileiro valorizadas. Mas nenhum dos principais representantes da primeira onda deixou de notar que a competição efetiva dos negros com os brancos poderia gerar preconceito e discriminação.

1.2 Realidade e especificidade do preconceito racial: a segunda onda teórica

(...) as tensões raciais que aqui se desenrolam são (...) manifestações históricas específicas, (...) é inteiramente arbitrário (...) tomar-se a situação de opressão racial noutra país – geralmente se escolhem os Estados Unidos (...) – transformá-la em modelo e ir julgar todas as demais situações concretas de relações de raça que existem no mundo (...). Esta prática (...) consiste em levar qualquer pesquisa sobre relações de raças a desembocar na conclusão de que tudo vai bem porque não está tão ruim quanto no Deep South.

Luiz de Aguiar Costa PINTO (1998: 273)

(...) qualquer indivíduo de cor poderá citar exemplos sucessivos, (...) os quais mostram como a situação de fato não coincide com a situação idealizada, enfim, como a sociedade nacional restringe a mobilidade social de negros e mulatos e lhes reserva humilhações e dissabores de que os brancos, em igualdade de condições, estão isentos.

Oracy NOGUEIRA (1998: 196)

(...) quanto mais elevada a classe a que pertence o branco, mais preconceituoso ele parece ser. Exatamente o oposto do que afirmam os mulatos e negros que sobem (...).

Octavio IANNI (1987: 62-63)

(...) a sociedade local não proporcionou muitas oportunidades de ascensão social aos negros, que continuaram a desempenhar como antes, os serviços para os quais eles eram naturalmente aptos: o trabalho braçal econômica e socialmente desqualificado. Numa situação social como essa existem, obviamente, muitos estímulos para a preservação da antiga ideologia racial dos brancos

Fernando Henrique CARDOSO (2000: 200)

É preciso que se note, neste passo, que as manifestações de preconceito e discriminação raciais (...) são expressões puras e simples de mecanismos que mantiveram, literalmente, o passado no presente, preservando a desigualdade racial ao estilo da que imperava no regime de castas.

Florestan FERNANDES (2007: 122)

A segunda onda teórica é bem mais heterogênea do que a primeira. O que une seus representantes é a reação à afirmação da inexistência, ou inocuidade, do preconceito racial. Como se pode depreender das passagens selecionadas acima, essa idéia que marca os representantes da primeira onda é rechaçada com veemência. Para os representantes da segunda onda, o preconceito racial existe, e tem uma especificidade – só pode ser entendido à luz da história e particularmente das relações raciais vigentes durante o regime escravista. A maior parte deles compartilha com a primeira onda a noção de que, nas primeiras décadas do século XX, a transição da sociedade de castas à sociedade de classes implica aumento substantivo da mobilidade social. Mas há um grau razoável de divergência quanto às origens, a natureza e a forma de atuação do

preconceito, e também quanto à provável dinâmica temporal (futura) da desigualdade racial.

Dos representantes da segunda onda, Oracy NOGUEIRA (1998) foi um dos que mais elaborou sobre a especificidade do tipo de preconceito racial aqui existente. Estudando as relações raciais em Itapetininga, São Paulo, chegou a conclusões altamente generalizáveis sobre o preconceito contra os “indivíduos de cor” no Brasil. Elaborou uma tipologia distinguindo o preconceito racial existente no Brasil e nos Estados Unidos segundo o mecanismo de atuação. A distinção entre os dois tipos explicaria o porquê de os cientistas sociais da primeira onda considerarem não existir preconceito racial no Brasil.

No Brasil o preconceito seria “de marca”, atuaria com base na aparência das pessoas, cor da pele, cabelo, feições. Daí a importância do branqueamento, quanto mais branca uma pessoa, maiores suas possibilidades de ascensão social e menores as chances de ser vítima de discriminação. Nos Estados Unidos, a regra seria de descendência, caracterizando o preconceito “de origem”: apenas uma gota de sangue negro, apenas um ancestral negro conhecido, seria suficiente para a exclusão incondicional da pessoa, independentemente de sua aparência física. A diferença entre os dois tipos ideais de preconceito teria gerado a suposição de que no Brasil os negros e mulatos estariam sujeitos a barreiras apenas de classe, pois não havia a exclusão incondicional (NOGUEIRA, 1985, 1998).

A formulação teórica de NOGUEIRA para a explicação da desigualdade racial, contudo, é singular, bem distinta da de outros representantes da segunda onda. Foi talvez o único a teorizar o problema sem pressupor que a transição para a sociedade de classes ocasiona um grande aumento da mobilidade social. Ao contrário, considerava a estrutura social extremamente rígida, mesmo no período pós-Abolição, o que por si só já era um elemento de perpetuação da “*mesma configuração no que toca a distribuição da população quanto às condições de vida e à aparência racial*” (NOGUEIRA, 1998: 168). Em uma sociedade de baixa mobilidade, a configuração da estratificação social no período da escravidão, quando a cor e posição social estavam irremediavelmente associadas, tenderia a se perpetuar por inércia. Assim, poderia não existir preconceito racial no Brasil.

Para testar a hipótese da existência de preconceito, NOGUEIRA (1998) se propõe a analisar os resultados de um experimento natural: comparar as “carreiras” dos imigrantes italianos com as dos negros no período pós-Abolição. Por volta da época da Abolição, Itapetininga havia recebido muitos imigrantes italianos cujas qualificações para o trabalho eram mesmo inferiores às dos negros e mulatos locais. Isso por que uma parte não desprezível dos negros e mulatos se dedicava a artes e ofícios que exigiam habilidades e experiência, enquanto a massa dos italianos era composta de camponeses. Se efetivamente as barreiras à mobilidade ascendente fossem apenas de classe, sem a presença de barreiras de raça, na década de 1940 os negros e os italianos em Itapetininga deveriam desfrutar de condições de vida semelhante.

Porém, as evidências de NOGUEIRA (1998) mostravam que a despeito de ambos os grupos terem partido praticamente da mesma posição na estrutura socioeconômica de Itapetininga, os resultados haviam sido extremamente desiguais. Mesmo numa estrutura extremamente rígida e caracterizada pela baixa mobilidade, os imigrantes italianos haviam ascendido socialmente de forma acelerada, enquanto os negros permaneciam relativamente na mesma posição, se não um pouco pior, dado terem sido progressivamente preteridos mesmo naquelas ocupações que requeriam qualificações, exercidas antes da chegada dos imigrantes. Essa desigualdade de resultados foi vista como prova da existência de barreiras raciais atuando paralelamente às barreiras de classe.

Parafraseando NOGUEIRA (1998), para os imigrantes italianos a estrutura social foi altamente permeável; para os negros, altamente impermeável. Nesse processo, a ideologia racial de valorização da aparência branca típica do preconceito de marca contribuiu muito, pois parte dos imigrantes ascendera por ter sido aceita nas “boas famílias”: casar com um imigrante italiano, ainda que pobre e ignorante, servia para branquear aquelas famílias sobre as quais pairavam suspeitas de impureza racial. Era, por exemplo, uma forma de um mulato bem sucedido branquear seus descendentes, habilitando-os para a integração e para vãos mais altos em direção ao topo da pirâmide social. A brancura proporcionou aos imigrantes italianos, e aos seus descendentes, oportunidades para boas alianças, não só em termos de casamentos, mas também dos contatos para os negócios (pois eram, por exemplo, aceitos nos clubes e associações da elite local) e vagas no mercado de trabalho.

Luiz de Aguiar Costa PINTO (1998) também apontou o fato de que os representantes da primeira onda consideraram não haver preconceito racial no Brasil por estarem presos ao modelo estadunidense. Segundo PINTO, não eram necessárias violações boçais e constantes dos direitos humanos ou a violência reiterada, como ocorria no Sul dos Estados Unidos, para constatar os efeitos da discriminação. Ao contrário, a maior prova da existência das tensões raciais no Brasil seria a necessidade de desmentir repetidamente sua existência, o que configuraria o “criptomelanismo”, termo que empresta de outro autor. O criptomelanismo se caracterizaria justamente pela tentativa de esconder e pelo medo de assumir a importância dada à cor nas relações sociais (PINTO, 1998).

Porém, a despeito da crítica ao criptomelanismo e do reconhecimento da existência de um tipo preconceito genuinamente brasileiro, PINTO (1998) considerava não existir no Brasil uma ideologia racista bem definida. Em oposição a outros representantes da segunda onda, teorizava que o preconceito racial e a discriminação não eram heranças do passado escravista, mas produtos da sociedade de classes em formação nas primeiras décadas do século XX, particularmente a partir do fim da Primeira Guerra Mundial. Para PINTO, no Brasil Colônia e Império as distâncias sociais eram tão bem demarcadas que não haveria necessidade de preconceito racial, seria afuncional e descabido. Somente após a Abolição é que o preconceito e a discriminação seriam necessários, encontrando sua funcionalidade na recondução, ou manutenção, dos negros ao seu lugar, isto é, o lugar que a ideologia do grupo dominante considerava naturalmente apropriado para eles.

As transformações sociais profundas causadas pelos processos que acompanham o surgimento da sociedade de classes, urbanização e industrialização geram novas formas de negros e brancos reagirem ao contato racial. Negros carregam marcas físicas indeléveis que remetem ao passado, e a posição do negro no modo de produção passa de escravo a proletário. Embora não um cidadão completo ao ver de PINTO (1998), o proletário não encontra barreiras formais à ascensão social. Na sociedade de classes, as portas de todas as camadas estariam em tese abertas aos proletários negros.

Quando os primeiros negros começam a ascender, porém, o preconceito racial emerge como forma de impedir isso, não em nome do racismo, mas da manutenção dos privilégios da classe dominante, que é branca. O preconceito é um signo da resistência da ordem social à sua própria transformação, é fruto dessa última. Assim, a tensão racial

que emerge, para PINTO (1998), é na verdade uma faceta do conflito de classes. E a tendência do preconceito e da discriminação seria a de aumento de intensidade, podendo mesmo resultar no nascimento de uma ideologia racista idiossincrática e bem definida, eventualmente levando o país de volta a um sistema de castas. Para PINTO, portanto, o que os representantes da primeira onda consideravam uma possibilidade, a emergência do preconceito como forma de os brancos se protegerem da competição dos negros quando essa começasse a se tornar efetiva, era realidade.

Em nome dessas idéias, PINTO (1998) polemizou e atacou algumas lideranças de movimentos negros que, nos anos 1940/50, iniciavam a valorizar a negritude, tachando-as pejorativamente de movimentos de classes médias minoritárias, que não contemplavam os interesses da maioria negra. Na sua visão, os negros teriam que se incorporar às lutas da classe trabalhadora, com a qual teriam passado a compartilhar as condições de vida e as aspirações.

De todos os representantes da segunda onda teórica, o mais eminente foi por certo Florestan FERNANDES. Suas reflexões (FERNANDES, 1965, 2007; BASTIDE e FERNANDES, 2008) são importantes tanto por suas influências sobre o trabalho de seus alunos sobre questões raciais (IANNI, 1962, 1987; CARDOSO, 2000, 2003), quanto por ser em relação a essas que se estabelecem os elementos de distinção da terceira onda teórica – ver-se-á na próxima seção.

A teoria de FERNANDES sobre a desigualdade racial, consubstanciada nos dois volumes de *A integração do negro na sociedade de classes* (1965) é, em seus principais aspectos, uma imagem no espelho da teoria de PINTO (1998). Para FERNANDES, o preconceito racial surge durante o Brasil Colônia para cumprir uma função de legitimação da ordem social, e tende a desaparecer com a transição para a sociedade de classes, pois perde sua funcionalidade e se torna um elemento arcaico e irracional, uma herança do passado. O racismo não é fruto da ameaça introduzida “(...) *pela competição do negro com o branco, nem com o agravamento real ou potencial das tensões raciais.*” (FERNANDES, 2007: 122). O preconceito e a discriminação racial são expressões de mecanismos que teriam mantido o passado no presente. A despeito deles, “(...) *a ascensão social do negro e do mulato se processou, está se processando e se processará no futuro*” (FERNANDES, 1965: 274). A presença do racismo não impede a integração do negro, apenas a retarda.

Para FERNANDES (1965) durante o escravismo, o caráter assimétrico das relações raciais, determinado por normas e códigos, não é criado pelo racismo, ao contrário, o racismo é gerado pelas relações no sistema escravista, dada a coincidência quase total entre raça e posição social devida à diferença física implicada pela origem dos escravos. O racismo é funcional, serve para apaziguar a consciência dos colonizadores: definir um status inumano para o negro é a forma de justificar sua escravização ante os “*mores*” cristãos.

No momento da Abolição, há uma súbita equalização do status legal de negros e brancos que não é acompanhada por tipo algum de equalização socioeconômica, tampouco pelo desaparecimento instantâneo de toda a ideologia racial produzida durante o escravismo. Esta ideologia remanescente, inculcada em ambos os grupos, funciona como uma força de contra-arresto, que atrasa a integração dos negros (FERNANDES, 1965, 2007). No início do século XX, surgem os primeiros laivos de industrialização e urbanização no País. Porém, a ideologia racista leva ao estímulo da imigração européia massiva, e dá aos imigrantes brancos maiores chances de aproveitar as oportunidades criadas por tais mudanças estruturais – ainda que mesmo esses tenham sido vítimas freqüentes de preconceito. Somente a partir da década de 1930, em São Paulo, a massa de trabalhadores negros começa a ser incorporada na estrutura da sociedade industrial de classes em instalação, mas de forma lenta, por baixo e sob o signo do racismo, que, a despeito de sua incompatibilidade com a nova lógica social, persiste.

Mas não é o racismo em si que posiciona os negros na emergente sociedade industrial de classes, sua situação é herdada da ordem anterior. O racismo é um obstáculo à redistribuição dos negros. Sua presença é um sinal de atraso cultural, uma “sociopatia”, é um elemento arcaico e irracional incompatível com a nova ordem e que será vencido e suprimido pela racionalidade imposta por esta, ainda que isso demore a ocorrer. Princípios raciais de seleção e distinção das pessoas desapareceriam então, junto com a ideologia caduca que lhes dava suporte, dando lugar a princípios igualitaristas e meritocráticos de posicionamento dos indivíduos na estrutura socioeconômica. Isso ocorreria mais rapidamente nos locais onde os padrões tradicionalistas de relações raciais assimétricas já tivessem colapsado (FERNANDES, 1965).

Em *Cor e mobilidade social em Florianópolis* (CARDOSO e IANNI, 1960; IANNI, 1987; CARDOSO, 2000)³, Fernando Henrique CARDOSO e Octavio IANNI se alinharam com seu professor, Florestan FERNANDES, e desenvolvem praticamente a mesma argumentação teórica. A diferença é que em Florianópolis os processos de transição para a sociedade de classes haviam se dado de forma mais lenta do que em São Paulo, e, portanto, as oportunidades oferecidas aos negros haviam sido escassas e eles permaneciam realizando as mesmas atividades. Porém, para os dois jovens sociólogos, crenças como o mestre nos poderes integradores do desenvolvimento econômico, a situação tendia a mudar: “*no presente a aceleração do ritmo de mudança econômica parece tender a favorecer o aproveitamento mais amplo dos negros no sistema ocupacional da cidade, abrindo, dessa forma, maiores possibilidades de ascensão social.*” (CARDOSO e IANNI, 1960: 120).

Mas tanto IANNI (1987) quanto CARDOSO (2000) acabaram reconsiderando a noção de que o preconceito tenderia a acabar quando a transição para uma sociedade de classes se tivesse efetivado. O primeiro ponderou que o racismo, por ser um fenômeno ideológico, gozaria de relativa autonomia em relação à configuração da estrutura econômico-social. “*A sua preservação, contudo, podendo revigorar-se ou debilitar-se, se torna explicável quando o inscrevemos no âmbito da estrutura de classes, em que as suas significações essenciais se mantêm*” (IANNI, 1987: 336). Ou seja, a intensidade do preconceito e da discriminação depende da saúde da sociedade de classes. Se as coisas vão mal, e as tensões de classe se acirram, o mesmo acontece com o preconceito; mas se tudo vai bem, em “épocas normais”, sem tensões de classe, com equilíbrio entre a demanda e a oferta de mão-de-obra, a discriminação diminui. Assim, a desigualdade racial é, como em PINTO (1998), uma face do conflito de classes.

A mudança na visão de CARDOSO também é notável. Em um dos capítulos escritos para o estudo de Florianópolis (CARDOSO e IANNI, 1960), a filiação à teoria de FERNANDES (1965, 2007) é patente: “*fatores irracionais ligados a diferenças raciais*

³ A pesquisa em Florianópolis foi conduzida por Fernando Henrique CARDOSO e por Octávio IANNI, mas os capítulos que compõem o livro (CARDOSO e IANNI, 1960) foram redigidos separadamente. Os capítulos de IANNI foram publicados em uma coletânea de textos do autor que inclui outros escritos sobre o tema das classes e raças (IANNI, 1987). Posteriormente, após a eleição de CARDOSO para Presidente da República, houve interesse na reedição do estudo sobre Florianópolis. Porém, IANNI rompeu com o antigo colega e se recusou a autorizar a reedição da obra. Alegando também que os capítulos que escrevera já haviam sido republicados sugeriu a edição de um livro que contivesse somente os capítulos escritos por CARDOSO, sugestão acatada pelo editor (CARDOSO, 2000).

continuaram a operar no processo de classificação social vigente na comunidade” (CARDOSO, 2000: 200). No entanto, em trabalho mais maduro, muda de opinião acerca da irracionalidade do preconceito. Passa a entender que o preconceito não é simplesmente uma herança do passado no presente, é outro, “*muda de conteúdo significativo e de funções sociais*” (CARDOSO, 2003: 318).

Essa mudança conceitual pode ser vista como uma espécie de conciliação teórica entre as formulações de PINTO (1998) e de FERNANDES (1965). Durante a escravidão, o preconceito existe como descrito pelo último. Mas pós-Abolição se metamorfoseia em outro tipo de preconceito, um que tem a ver com a preservação dos privilégios dos brancos, não mais protegidos pela ordem legal, contra a competição dos negros, como descrito pelo primeiro. “*Numa sociedade formalmente de classes, as arbitrariedades não podiam justificar-se mais pela lei ou pelos valores da moral exclusivista dos brancos. É neste sentido preciso que o preconceito se torna um recurso de auto-defesa do branco; a espoliação social que ele deseja manter justifica-se “por motivos naturais”*” (CARDOSO, 2003: 320)

1.3 Medindo os efeitos do preconceito racial: a terceira onda teórica

Um ponto central da análise consiste em desenfaturar o legado do escravismo como explicação das relações raciais contemporâneas e, ao invés disso, acentuar o racismo e a discriminação depois da abolição como as principais causas da subordinação social dos não-brancos e seu recrutamento a posições inferiores. Dessa forma, a raça, como atributo socialmente elaborado, é analisada como um critério eficaz dentre os mecanismos que regulam o preenchimento de posições na estrutura de classes e no sistema de estratificação social.

Carlos HASENBALG (2005: 20)

Branços são muito mais eficientes em converter experiência e escolaridade em retornos monetários enquanto os não-brancos sofrem desvantagens crescentes ao tentarem subir a escada social.⁴

De qualquer forma, nossos resultados indicam que as hipóteses tradicionais encontradas na bibliografia brasileira devem ser rejeitadas como implausíveis e permitem questionar seriamente a idéia de uma democracia racial brasileira, um mito que tem provado ter uma extraordinária resiliência.⁵

Nelson do Valle SILVA (1978: 287;291)

Pode-se dizer que da terceira onda teórica provém a explicação hoje hegemônica sobre a persistência da desigualdade racial no Brasil. Seus dois expoentes, Carlos HASENBALG e Nelson do Valle SILVA dedicaram suas teses de doutorado, ambas defendidas em 1978 nos Estados Unidos, ao tema das desigualdades raciais no Brasil dos anos 1960/70. São duas teses distintas, mas ambas fizeram uso de técnicas de análise quantitativa de dados produzidos por *surveys*. Os dois autores, produzindo na mesma época sobre o mesmo tema, com enfoques semelhantes, ambos radicados no Rio de Janeiro, acabaram por se aproximar. Já em 1981, SILVA (1988) registrava o nascimento da terceira onda, marcando a parceria intelectual com HASENBALG, reivindicando a paternidade de uma nova linha de pesquisas sobre a desigualdade racial no Brasil.

Na parceria intelectual, coube a HASENBALG a primazia no trato com as questões de ordem histórica e política, e a SILVA a primazia na análise aprofundada dos dados empíricos. Essa divisão emerge das próprias teses de doutorado de cada um. A de HASENBALG (2005) voltava ao período antes da Abolição para tratar da persistência

⁴ “Whites are much more efficient in converting experience and schooling into monetary returns while non-whites suffer increasing disadvantages as they try to climb the social ladder.”

⁵ “At any rate, our results indicate that the traditional hypotheses found in the Brazilian literature should be rejected as implausible and allow one to seriously question the idea of a Brazilian racial democracy, a myth that had proven to have an extraordinary resilience.”

da desigualdade racial no Brasil industrializado. Também analisava o papel dos movimentos sociais negros. Nisso se assemelhava a trabalhos da segunda onda, e em particular a FERNANDES (1965, 2007). Mas uma das características que conferiam distinção à tese de HASENBALG (2005) era o emprego de métodos quantitativos que envolviam modelos estatísticos, em contraposição às estatísticas meramente descritivas empregadas pelos representantes da segunda onda.

Já a tese de SILVA (1978) não continha grandes elucubrações teóricas ou considerações sobre o passado histórico escravista e seu legado, era eminentemente empírica. Um verdadeiro “tour de force” técnico na análise do processo de realização socioeconômica, quantificando o peso da discriminação racial nos resultados. A tese impressiona pelo uso de técnicas então recentemente desenvolvidas⁶.

Embora existam de fato algumas diferenças teóricas da terceira onda em relação à segunda, particularmente em relação a FERNANDES (1965), a principal diferença se assenta sobre os métodos e técnicas empregados. Esses permitiam ir além da especulação sobre os efeitos de classe e raça, fornecendo pela primeira vez sua quantificação ao longo do processo de realização socioeconômica. HASENBALG e SILVA, em vários trabalhos das décadas de 1980 e 1990, analisaram o peso da discriminação racial vis-à-vis o da origem social na realização educacional, no mercado de trabalho, no posicionamento na estratificação social, e mesmo na atividade política. A maior parte dessa produção intelectual foi reunida em três volumes por eles organizados (HASENBALG e SILVA, 1988, 1992; HASENBALG, SILVA e LIMA, 1999).

As evidências empíricas quantitativas tratadas pelos dois autores com técnicas que eram o que havia de mais avançado à época foram a pá de cal na idéia de que o racismo, por sua irracionalidade, tendia a desaparecer com o desenvolvimento econômico. HASENBALG e SILVA, em seus vários trabalhos, mostraram de forma bastante convincente a persistência da desigualdade racial. Os negros tendiam a permanecer na mesma posição relativamente subalterna de seus pais, a despeito de sua incorporação à moderna sociedade de classes. Se o racismo estivesse fadado a desaparecer com a

⁶ Algumas, hoje amplamente empregadas, como a decomposição de Oaxaca-Blinder para a decomposição da desigualdade salarial entre negros e brancos.

progressiva racionalização trazida pela modernidade, a desigualdade deveria ter diminuído.

Do ponto de vista teórico, HASENBALG (2005) dialoga com FERNANDES (1965). Basicamente, aponta o problema de se considerar o racismo um arcaísmo irracional incompatível com a modernidade, reconhecendo que CARDOSO (2003) o antecipara nesse aspecto – como visto na seção anterior. Condescendente, considera que a construção teórica de FERNANDES na qual o racismo é uma forma ideológica sobrevivente de um modo de produção anterior, irracional e incompatível com a nova sociedade que surgia, deve ser situada no contexto intelectual da época. HASENBALG chama atenção para a hegemonia de correntes do pensamento sociológico, em particular o estrutural-funcionalismo estadunidense, que tinham uma visão otimista do processo de modernização e industrialização, e uma crença na convergência ao modelo de organização social dos EUA acompanhando o desenvolvimento econômico.

Talcott PARSONS, o principal teórico do estrutural-funcionalismo, formula de forma muito clara essa teoria da modernização que acompanha o desenvolvimento econômico, na qual acreditava FERNANDES (1965). Em trabalho no qual sintetiza sua visão, PARSONS (1974) parte da teorização de Weber sobre as condições do desenvolvimento da sociedade capitalista gerada por processos históricos de racionalização e secularização no ocidente, mais especificamente na Europa e nos Estados Unidos (considerado uma extensão da primeira), e sobre a progressiva extensão do tipo de sociedade gerado para todo o resto do mundo. Considerava haver evidências de que um processo global de modernização e desenvolvimento estava em curso, e que os Estados Unidos eram o país mais avançado, pois lá já teria havido a maior parte das transformações que representariam o desenvolvimento. Todavia, não considera que a transição nos Estados Unidos já se poderia dar como completada, pois em sua avaliação, o processo de modernização se estenderia ainda pelo século XXI inteiro, com variações na velocidade do desenvolvimento das nações rumo à modernidade.

A transição para a modernidade implicaria uma série de transformações na sociedade, segundo PARSONS (1974). Um dos principais motores da transformação é a economia. As sociedades se industrializam. Esta induz um elevado nível de mobilidade espacial da população, que progressivamente deixa o meio rural e vai viver em aglomerados urbanos. A urbanização e a industrialização são fatores tão importantes para o processo de modernização a ponto de serem muitas vezes empregados como seus sinônimos. No

que toca à estratificação e à mobilidade social, grandes mudanças se fazem sentir. A estratificação passaria a assumir uma feição meritocrática, a posição pessoal das pessoas progressivamente deixaria de ser determinada por fatores além do controle dos indivíduos, como a família de origem, a raça, o sexo, passando a ser determinada pelos talentos inatos e pelo esforço despendido pelos indivíduos no sentido realizar tais talentos, ou simplesmente pelo empenho individual na ausência de talentos. Esses efeitos da modernização sobre a estratificação e a mobilidade social foram objetos de muito estudo e debate, a partir da segunda metade do século XX, e FERNANDES (1965) respirava essa atmosfera intelectual.

Na perspectiva do estrutural-funcionalismo, o racismo é um fator de atribuição de posição social incompatível com a racionalidade da sociedade moderna e destinado a desaparecer com o desenvolvimento. Esta assertiva virou uma espécie de senso comum sociológico. Para HASENBALG (2005), o principal problema na obra de FERNANDES (1965) era justamente aderir a tal suposição. Evocando os trabalhos de BLUMER (1965) e BOWLES (1973), HASENBALG critica a “perspectiva assimilacionista” implicada nas análises da industrialização e de seus efeitos, pois o racismo, ao invés de minguar por ser um elemento irracional que conspira contra a instalação da modernidade, levando à integração dos negros, é racionalizado, incorporado, transformado e aproveitado para a manutenção do “establishment” e dos privilégios das elites – como apontara CARDOSO (2003).

Essa pode ser vista como a principal crítica de HASENBALG (2005) a FERNANDES (1965), e o maior ponto de distanciamento teórico entre as duas análises. Esta diferença se faz sentir na importância que HASENBALG dá ao potencial transformador dos movimentos sociais negros. Se para FERNANDES o racismo existe, mas tende a desaparecer na transição para a modernidade, com a instalação da sociedade industrial de classes, da democracia representativa liberal, e da massificação da educação, para HASENBALG é a atividade política dos negros que pode romper o ciclo cumulativo de reprodução das desigualdades ao qual estão sujeitos, delineado a partir do estudo da mobilidade social diferencial de negros e brancos no Brasil.

A teoria das desvantagens cumulativas ao longo da vida desenvolvida por HASENBALG e SILVA se baseia no estabelecimento de etapas pelas quais passa o indivíduo. Basicamente, existem duas grandes etapas que podem ser designadas como a vida pré-adulta, a infância e a adolescência, e a vida adulta. As duas estão

intrinsecamente relacionadas no sentido de que a etapa inicial é uma preparação para a segunda. Enquanto a grande atividade das pessoas na primeira fase é o estudo e a aquisição de habilidades, na segunda fase é o trabalho, seja este realizado na esfera da produção de bens e serviços, ou na esfera doméstica. A seqüência das duas etapas é lógica, pois na prática uma parcela das pessoas, principalmente na transição entre etapas, trabalha e estuda. Note-se que FERNANDES (1965) também havia chamado a atenção para o caráter cíclico da reprodução da desigualdade racial, mas em termos das vantagens cumulativas dos brancos.

A transição para a fase adulta da vida é marcada pelo fim dos estudos e pela constituição de um novo grupo doméstico, sendo o último evento normalmente marcado pela formação de uma união conjugal. A constituição de um novo grupo doméstico implica a necessidade da produção da vida imediata de forma autônoma, exigindo que seus membros adultos trabalhem tanto nas atividades que geram renda para fazer frente às necessidades de consumo, quanto nas que suprem as necessidades domésticas.

A raça é uma variável importante em todas as fases da vida, mas teria maiores impactos na primeira fase. A origem social, entendida como a situação da família em que se nasce é o primeiro momento em que a raça afeta os indivíduos. Como os negros estão sobre-representados nos níveis mais baixos da pirâmide social (independentemente da forma de se a representar), e a raça é um fator transmitido hereditariamente, a probabilidade de um negro nascer pobre é consideravelmente maior que a de um branco. Desta forma a origem social, seria em grande grau influenciada pela raça da pessoa.

Dentro da escola, outros fatores se somam ao legado da origem social conspirando contra o sucesso dos alunos negros. Para os negros, a passagem pelo sistema educacional é ainda mais importante que para os brancos, pois esta é a única forma pela qual podem eventualmente superar as desvantagens de origem, qualificando-se para aproveitar os canais de mobilidade ascendente. Mas o sistema educacional tende a reproduzir as desigualdades de origem, e não a contrapô-las.

Os negros brasileiros chegam ao fim da primeira fase de sua vida com uma razoável desvantagem educacional. Isto se reflete decisivamente nas oportunidades que terão no mercado de trabalho. O grande determinante das diferenças na renda do trabalho das pessoas é a educação, mas ainda há espaço para um pouco mais de desigualdade

produzida pela segmentação do mercado, pela discriminação salarial e pelas limitações à ascensão profissional dos negros.

No fim da segunda fase, ao se aposentarem (se o fizerem) os negros verão a manutenção da diferença, pois receberão pela sua contribuição passada sobre uma remuneração menor. Ou, para aqueles que estiveram excluídos do mercado de trabalho, ou sempre vinculados aos setores informais da economia, restará a dependência da família ou da assistência social. Antes, na flor da vida adulta, muito provavelmente terão filhos que sentirão, no curso de suas próprias vidas, os efeitos das mesmas desvantagens e discriminações a que estiveram sujeitos seus pais – daí a noção de ciclo.

Essa teoria já se apresenta essencialmente nessa forma nas teses de doutorado de HASENBALG (2005) e SILVA (1978). Não se pode considerar que haja um grande avanço teórico na produção posterior desses autores, individual ou conjunta (HASENBALG e SILVA, 1988, 1992; HASENBALG, SILVA e LIMA, 1999). A explicação da desigualdade racial fica praticamente intocada, e à análise original são acrescidas novas e mais detalhadas evidências, trabalhadas com técnicas cada vez mais sofisticadas. Contudo, não revelam fatos novos, apenas reforçam a interpretação original da teoria das desvantagens cumulativas. Isso pode ser percebido a partir de produções mais recentes desses autores (SILVA, 2000; HASENBALG, 2006).

Também na terceira onda se insere o trabalho de Edward TELLES (2003), que acrescenta ao estudo da desigualdade racial reflexões sobre o debate acerca da adoção de políticas afirmativas no Brasil na década de 1990. Existe, porém, uma discordância em relação ao tratamento de homogêneo de pardos e pretos como um só grupo, TELLES considera que são distintos em características socioeconômicas, em oposição a SILVA (1978), que os considerou homogêneos. Porém, do ponto de vista dos mecanismos de reprodução da desigualdade racial, TELLES se insere no contexto da terceira onda.

Ainda dentro do paradigma da teoria das desvantagens cumulativas que emerge da terceira onda, alguns estudos recentes têm contribuído para chamar a atenção para dois pontos. O primeiro é o de que a origem social e a discriminação racial não são fatores independentes nos processos de mobilidade social, mas interagem. Dependendo da origem social, alguns negros podem sofrer de forma mais intensa os efeitos da discriminação (OSORIO, 2003a; RIBEIRO, 2006; OSORIO, 2008). Embora esse

aspecto possa ser apreendido a partir dos resultados apresentados por HASENBALG e SILVA, a interpretação hegemônica da teoria das desvantagens cumulativas tem sido a de que o efeito da discriminação seria independente da origem social, embora as evidências apontem interação. O segundo ponto é que as evidências trazidas por esses novos estudos apontam a preponderância da origem social sobre a discriminação nos processos de mobilidade.

1.4 Um diálogo com a terceira onda

*Ideologia e mito não morrem facilmente, e certamente não na mão de cientistas sociais.*⁷

Gøsta ESPING-ANDERSEN (2004: 289)

A explicação sociológica hegemônica na contemporaneidade para a explicação da persistência da desigualdade racial emerge da terceira onda teórica. Mas, embora a teoria das desvantagens cumulativas seja de fato boa para dar conta da persistência da desigualdade racial, algumas ressalvas se fazem necessárias.

A primeira é que muita ênfase tem sido dada ao peso da discriminação racial, apesar de freqüentemente as evidências apontarem outros fatores como tendo maior peso na produção da desigualdade. Por exemplo, em suas teses, HASENBALG (2005) e SILVA (1978) salientam o papel da discriminação racial na determinação salarial, mas as evidências apontam a preponderância da diferença educacional entre negros e brancos. Por sua vez, a obtenção das características produtivas – educação – nas evidências apresentadas, é mais influenciada pela origem social do que propriamente pela raça. O excesso no realce do papel da raça como fator de estratificação pode ser entendido se contextualizado. A constatação da intensidade da discriminação racial nos processos de mobilidade era a principal distinção dos autores e questionava abertamente a teoria hegemônica, de FERNANDES, então o grande nome da sociologia brasileira, sobre a reprodução da desigualdade racial.

A segunda ressalva diz respeito ao volume de mobilidade introduzido pela transição acelerada de uma sociedade escravista para uma sociedade de classes. Supõe-se que a emergente sociedade de classes fora, durante o período de rápido crescimento, industrialização e urbanização, “*uma sociedade dinâmica aberta, com largas chances de mobilidade para a maioria de seus membros e com as classes altas sendo recrutadas sobre a larga base*” (SILVA, 1979: 65). Com tal regime de mobilidade, partindo da condição inicial, os negros também seriam recrutados para as classes altas e rapidamente se espalhariam por toda a pirâmide social. Exceto se houvesse barreiras raciais muito intensas. Mas, se tais barreiras raciais estivessem presentes, os dois regimes de mobilidade teriam que ser muito distintos para os negros continuarem

⁷ “Ideology and myth do not die easily, and certainly not at the hands of social scientists”.

concentrados na base da pirâmide social ocasionando a persistência da desigualdade. Daí vem a suposição de um regime de mobilidade diferenciado (HASENBALG e SILVA, 1988, 1992; HASENBALG, SILVA e LIMA, 1999; SILVA, 2000).

Com a notável exceção de NOGUEIRA (1998) os representantes das três ondas teóricas subscrevem a hipótese de que a transição para a sociedade de classes é acompanhada por alta mobilidade. Trabalhos específicos sobre a mobilidade social no Brasil, mesmo aqueles que não se voltavam com a questão racial, apontaram a existência de um volume alto de mobilidade, porém de curta distância, com alto grau de recrutamento de membros das classes inferiores para as superiores (cf. PASTORE, 1979; SILVA, 1979; SCALON, 1999; PASTORE e SILVA, 2000; RIBEIRO e SCALON, 2001; RIBEIRO, 2007). Portanto, à primeira vista, a hipótese de aumento substancial da mobilidade na transição parece confirmada.

Todavia, conforme argumentado em OSORIO (2003a, 2004) o uso de esquemas de classe típicos dos estudos sociológicos de mobilidade social pode levar à confusão da mobilidade gerada pela diminuição da desigualdade de oportunidades com as mudanças na estrutura ocupacional. Embora seja razoável supor que uma sociedade de classes possui mais mobilidade do que uma de castas ou uma estamental, não há por que supor que seu grau seja elevado – tudo depende do sentido que se dá a “mobilidade social”, uma expressão polissêmica (WILENSKY, 1966). Quando a mobilidade é de curta distância, a posição final é fortemente associada à posição original. Se se entende a mobilidade social como algo que varia de forma inversa ao grau de associação entre origem e destino, a mobilidade social no Brasil é baixa.

Os estudos de mobilidade intergeracional de renda discutidos no *Quinto Capítulo* mostram uma sociedade extremamente rígida, onde a posição dos pais na distribuição de renda determina quase completamente a posição dos filhos. E em tal sociedade, conforme argumentara NOGUEIRA (1998), o posicionamento relativo dos grupos raciais na condição inicial pode perdurar por longo tempo, por inércia, mesmo na ausência total de preconceito racial.

A terceira ressalva à teoria das desvantagens cumulativas diz respeito à mensuração da discriminação nos trabalhos que a inspiraram. Embora as técnicas quantitativas usadas nesses estudos fossem indubitavelmente mais sofisticadas que a dos seus antecessores, eles possuem problemas metodológicos na análise dos dados. Para medir a

discriminação por resíduo, o conceito subjacente é o de que a discriminação deve ser vista como um tratamento/resultado desigual para pessoas que são o menos distintas possíveis, diferenciadas apenas pela raça (vide a seção 2.1.3). Todavia, os controles empregados nesses estudos para garantir que os indivíduos racialmente diferentes sob comparação sejam tão parecidos quanto possível em todas as outras dimensões relevantes, frequentemente deixam a desejar. Isso faz com que a discriminação racial seja sobreestimada.

Apesar dessas ressalvas, a teoria do ciclo de desvantagens cumulativas que emerge da terceira onda é válida para descrever a persistência da desigualdade racial. Embora a terceira onda tenha buscado desvincular a persistência da desigualdade da herança do passado escravocrata, essa assertiva deve ser entendida como se referindo ao aspecto funcional do racismo e do preconceito. O preconceito é uma força que se renova e encontra novas funções e significados – portanto não associada a uma configuração sócio-histórica específica e destinada ao desaparecimento. Sua presença é crucial para a perpetuação da desigualdade racial.

Não é possível desvincular a persistência da desigualdade da condição histórica inicial: considerar o fato de que no momento da Abolição os negros estão concentrados na base da pirâmide social é condição para entender como a interação classe e raça nos processos de mobilidade produz tal persistência. Ou seja, como teorizou FERNANDES, não foi o preconceito que definiu a posição social dos negros, foi o passado escravocrata que o fez.

Pode-se comparar o que acontece após a Abolição a uma corrida. Quando a partida é dada, os brancos estão à frente dos negros. Para que os negros alcancem os brancos, ou suas passadas têm que ser mais largas do que as dos brancos, ou eles tem que dar dois ou mais passos para cada passo dado pelos brancos. A pista dessa corrida é a estratificação social, e cada passo é uma troca de geração. Como não é possível que os negros tenham muitas trocas geracionais a mais do que os brancos, a única solução para alcançá-los é percorrerem distâncias maiores a cada troca geracional. Se as distâncias percorridas em cada passada são iguais, os negros jamais alcançam os brancos: a distância entre eles permanece a mesma. Essa metáfora da corrida permite entender que a equalização racial exige que os negros tenham, ao menos até o momento da equalização, um desempenho superior ao dos brancos. O desempenho igual não basta, projetaria ao infinito a distância entre os corredores no momento da partida.

Imagine-se então que nessa corrida cada pessoa carrega uma mochila. E que o peso das mochilas varia. Em uma sociedade perfeitamente meritocrática, as diferenças de peso se deveriam apenas a características inatas. Os mais inteligentes e/ou mais empenhados teriam mochilas mais leves, o que lhes facultaria passadas mais largas. Assim, as pessoas mais inteligentes e esforçadas assumiriam a dianteira. A condição inicial faria com que mais pessoas negras começassem a corrida atrás. Contudo, se o Brasil pós-Abolição fosse uma sociedade perfeitamente meritocrática, na qual a posição das pessoas na corrida dependesse apenas de suas qualidades e aptidões individuais (características inatas), como postulou AZEVEDO (1996: 164), pode-se demonstrar que em apenas uma troca geracional, negros e brancos estariam aleatoriamente distribuídos na pista de corrida (vide o *Quinto Capítulo*). Não haveria distância entre a posição média de cada grupo.

Obviamente, a expectativa de tal resultado implica uma visão não racista de que a distribuição de características inatas entre grupos raciais é aleatória, ou seja, que não há nenhuma diferença corporal que faça com que entre os brancos haja mais indivíduos mais inteligentes e/ou esforçados do que entre os negros. Adicionalmente, o modelo de sociedade meritocrática exige todos terem desfrutado as mesmas oportunidades de desenvolver ou superar características inatas. Nessa perspectiva, a própria persistência da desigualdade racial, seja qual for a combinação de classe e raça que a produz, é prova de que a sociedade brasileira não é meritocrática, pois se o fosse a desigualdade racial não poderia persistir.

Continuando a metáfora, o que a teoria das desvantagens cumulativas diz é que além das características inatas, os corredores trazem outras bagagens que farão variar o peso de suas mochilas. Uma é a origem social, e outra é a discriminação racial sofrida. Na sociedade brasileira não-meritocrática do mundo real, o peso combinado dessas duas bagagens é mais importante do que o das características inatas. É uma combinação dos pesos trazidos pela bagagem de raça e classe que faz com que os as posições relativas dos corredores na pista sejam, a cada momento, semelhantes às das passadas anteriores.

A teoria das desvantagens cumulativas comporta cenários diferentes de relação entre condição inicial, raça – discriminação racial – e classe – origem socioeconômica – e os processos de mobilidade social. A tese defendida é a de que o peso da bagagem de classe é mais importante para a manutenção da distância social entre negros e brancos. No contexto definido pela teoria, sua aceitação exige que a mobilidade, entendida como

a falta de associação entre a posição em um momento e a do momento subsequente, seja baixa (ou seja, a associação é forte).

Os expoentes da terceira onda acreditaram que na transição para a sociedade de classes a mobilidade aumenta – particularmente sendo esta uma transição abrupta, com transformações estruturais profundas em um período relativamente curto. Ao sobreestimarem a mobilidade, sobreestimaram também o papel da raça como fator de estratificação social. Mas, conforme notou ESPING-ANDERSEN (2004), essa é uma crença das ciências sociais do pós-guerra que persiste como mito sociológico, a despeito do volumoso corpo de evidências a mostrar o contrário. Mudança estrutural não é sinônima de mobilidade.

Carlos HASENBALG e Nelson do Valle SILVA questionaram, com sólidas evidências, Florestan FERNANDES pela crença em um dos mitos do desenvolvimento, o de que fatores “irracionais” relativos a características além do controle ou escolha dos indivíduos deixariam de ser importantes nos processos de definição da posição das pessoas nas estruturas socioeconômicas das sociedades. Mas foram influenciados por sua própria crença em outro mito, o de que a mobilidade aumenta muito na transição para as sociedades modernas.

Capítulo 2: Raça e discriminação racial

Mas o pecado original da antropologia consiste na confusão entre a noção puramente biológica de raça (supondo, por outro lado, que, mesmo neste campo limitado, esta noção possa pretender atingir qualquer objetividade, o que a genética moderna contesta) e as produções sociológicas e psicológicas das culturas humanas.

Claude LÉVI-STRAUSS (2000: 10)

No capítulo anterior, conceitos como raça, preconceito e discriminação racial foram usados sem uma definição precisa. Neste capítulo, questões variadas relativas à raça são discutidas. Define-se o que se entende por raça, preconceito, racismo e discriminação racial; como a raça é captada na pesquisa que é a principal fonte dos dados aqui apresentados; e o porquê de se juntar pretos e pardos em um mesmo grupo e chamá-lo negro.

Na primeira seção deste capítulo lembra-se que a classificação dos povos em raças, segundo um conjunto particular de características, gerando grupos cujas diferenças são explicadas por suas origens distintas, é uma característica social freqüente. A raça não é simplesmente uma criação da ciência do século XIX, é uma forma ancestral e recorrente de representar a diversidade da espécie humana que antecede à própria palavra. O conceito muda de forma para se adequar as situações reais nas quais se aplica e aos usos de cada tempo histórico, mas tem um núcleo canônico de significados subjacente a todas as suas encarnações. A ciência do século XIX contribuiu em muito para a noção contemporânea de raça, mas não a definiu integralmente.

Argumenta-se que raça é uma categoria social usada para designar grandes grupos humanos que compartilham uma marca visível, corporal ou não, de sua progênie comum, real ou mítica. Também, que o “problema” da raça não é a raça em si, seja como for definida. As raças se tornam um problema quando acompanhadas pelo racismo, doutrinas sobre a superioridade de uma raça sobre outras, pelo preconceito racial, pela aversão ao outro. No Brasil, o racismo e o preconceito apresentam especificidades devidas à própria noção de raça, definida pela aparência física. As características do preconceito de marca, tipo ideal do preconceito brasileiro já discutido no *Primeiro Capítulo*, são revistas.

Em respeito à desigualdade racial de renda, racismo e preconceito se tornam danosos a partir do momento em que orientam ações e provocam discriminação racial. Existem vários tipos de discriminação, formas de o racismo e o preconceito se realizarem acarretando para suas vítimas desvantagens na obtenção de bons resultados nas etapas do processo de mobilidade social. A discriminação produz as conseqüências que se acumulam ao longo da vida das pessoas e na população, provocando parte da desigualdade estatisticamente constatável entre os grupos raciais. Identificar e medir a discriminação, porém, não é tarefa simples, por razões discutidas ao fim da primeira seção.

A segunda seção é dedicada à captação da raça das pessoas nas pesquisas domiciliares do IBGE, que são a principal fonte dos dados analisados. Essa seção é fortemente baseada em OSORIO (2003b). Inicialmente, faz-se uma distinção entre os dois elementos básicos do sistema de classificação, que são o método de identificação e o conjunto das categorias da classificação. Depois, passa-se à discussão dos métodos de identificação disponíveis e o empregado pelo IBGE. O método do IBGE, de auto-atribuição de categoria, é avaliado pela comparação das composições raciais obtidas mediante sua aplicação a composições raciais obtidas da mesma amostra usando o método de hetero-atribuição.

O conjunto das categorias da classificação, branca, parda, preta, amarela e indígena, é discutido segundo três aspectos. O primeiro é a sua história, de onde vêm as categorias, quando começaram a ser usadas e seu significado. O segundo é a especificidade nacional da classificação, mediante sua comparação a de outros países, em particular os Estados Unidos e o Canadá. Contrastando a classificação racial do Brasil às de outros países, constata-se que um dos fatores que a distingue é a presença de uma categoria para designar os mestiços, parda. Poucos países têm categorias semelhantes, dos quais a maior parte é de países latino-americanos com histórico “colonial-demográfico” similar ao do Brasil. O terceiro aspecto é a fluidez social das categorias, o quanto a população usa de forma espontânea as categorias da classificação.

A terceira seção deste capítulo discute brevemente um assunto polêmico relacionado à classificação racial que é a agregação de pretos e pardos em um grupo e a escolha de um nome para designar o agregado. Existem razões de ordem teórica, metodológica e empírica para se fazer a agregação. Apesar de existir uma inevitável carga política

na escolha de um termo para se designar o agregado, a tradição e a teoria, endossam o uso de negro para esse fim.

2.1 Raça, racismo, preconceito e discriminação racial

*Esse estudo científico da raça tem sido parte integral da antropologia desde seu mais remoto começo por que proporcionou um registro, escrito em ossos e outras características corporais do Homem, da História da humanidade; e nesse estudo antropólogos descobriram de forma acachapante que a raça não se correlaciona com superioridade ou inferioridade.*⁸

Ruth BENEDICT (1940: 98-99)

*De todas as formas vulgares de esquivar-se à consideração do efeito das influências sociais e morais sobre a mente humana, a mais vulgar é a que atribui as diversidades de conduta e caráter a diferenças naturais inatas.*⁹

John Stuart MILL (1899: 390)

Consideramos ser adequada a utilização do termo raça por muitos cientistas sociais brasileiros e pelos grupos e entidades negras, não em seu sentido biológico, já tão exorcizado, mas com a finalidade de denotar a origem comum dos grupos e sua trajetória histórica.

Lucia OLIVEIRA, Rosa PORCARO e Teresa ARAÚJO (1985: 12)

Nesta convenção a expressão “discriminação racial” significará qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseadas em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tem por objetivo ou efeito anular ou restringir o gozo ou exercício num mesmo plano (em igualdade de condição) de direitos humanos e liberdades fundamentais no domínio político, econômico, social, cultural, ou em qualquer outro domínio da vida pública.

Excerto do primeiro artigo da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (Assembléia Geral das Nações Unidas, Resolução nº 2.106 de 21 de dezembro de 1965).

Na Antiguidade e na Idade Média, outras palavras, que não raça ou suas traduções, foram usadas para qualificar povos, culturas ou nações e suas características, e também para hierarquizá-los. Muitos dos significados que foram atrelados à palavra raça a antecedem. As raças não foram criadas pela ciência do século XIX, não foram abolidas pela ciência do século XX, e, provavelmente, não serão eliminadas pela ciência do século XXI. Parecem ter sempre existido. Independentemente da palavra usada, raça é uma das formas usadas pelas sociedades, através dos tempos, para expressar e buscar entender suas origens e a diversidade cultural e física dos seres humanos, a si e aos outros. Podem-se alcançar outros entendimentos sobre raça, usar outras palavras para

⁸ “This scientific study of race has been an integral part of anthropology from its earliest beginnings because it provided a record, written in the bones and other bodily characteristics of men, of the history of mankind; and in this study anthropologists have found overwhelmingly that race did not correlate with superiority or inferiority.”

⁹ “Of all vulgar modes of escaping from the consideration of the effect of social and moral influences on human mind, the most vulgar is that of attributing the diversities of conduct and character to inherent natural differences.”

designá-la. Mas aquilo que as raças expressam, provavelmente seguirá sendo objeto de reflexões enquanto não for desvendado o enigma da origem e evolução humanas.

Tanto a palavra raça quanto seu uso para designar e hierarquizar grupos humanos surgiram nas línguas dos países europeus que a partir do século XV se expandiram colonizando e dominando praticamente todo o mundo. A etimologia padrão da palavra raça aponta sua origem no Francês ou no Italiano dos séculos XIV-XV – provavelmente em algum dialeto falado em zonas que hoje são fronteiriças entre a França e a Itália contemporâneas. Depois foi rapidamente assimilada por outras línguas, como o Português, o Espanhol e o Inglês. Nessas cinco línguas há registros do uso de raça a partir do final do século XV ou do início do XVI. O uso se torna progressivamente mais freqüente a partir de então. Essa é a história encontrada na maior parte dos dicionários etimológicos das línguas portuguesa e inglesa.

Todavia, o dicionário etimológico da língua italiana de PIANIGIANI (1907) revela que a origem de “razza” no Italiano é incerta. Os etimólogos procuram por vocábulos similares em forma (grafia e fonética) e significado em línguas mais antigas ao investigarem a origem de uma palavra, e há vários que podem ter gerado “razza” ao serem incorporados pelo Italiano dos séculos XIV-XV.

Os vocábulos apontados por PIANIGIANI (1907) como prováveis geradores de “razza” têm um conjunto relativamente interligado de significados. As palavras latinas “radix” e “ratio”, por exemplo, significavam respectivamente raiz e gênero; uma candidata árabe significava origem, outra plantar; finalmente, uma palavra eslava que significava marca. Para o etimólogo italiano, a raça designa “*todos aqueles que pertencem a uma mesma família, provenientes do mesmo tronco: e se usa ao falar das grandes famílias humanas e das espécies dos animais*”¹⁰ (PIANIGIANI, 1907: razza).

Independentemente do fato de a relação de vocábulos candidatos a terem-na gerado poder não ter nada a ver com as origens de raça, e ser apenas um produto do desejo dos etimólogos citados por PIANIGIANI (e dele mesmo) de encontrar em línguas antigas palavras de significado semelhante ao que eles próprios atribuíam à palavra estudada, esses significados elucidam o “sentido original” de raça. A raça é um *grupo que compartilha uma marca da sua formação a partir de uma origem comum*. A formação é

¹⁰ “...tutti coloro che appartengono alla stessa famiglia, provenendo dal medesimo stipite: e si usa parlando delle grandi famiglie umane e della specie degli animali”.

dada por algum tipo de reprodução da “semente”, cuja acumulação como sucessão de gerações produz a linhagem. Pessoas, animais, ou mesmo coisas, podem formar uma raça.

Por volta do início do século XVII a palavra raça estava sendo usada para designar povos, nações, tribos, ou outros grandes grupos humanos de mesma progênie – real ou mítica. Um novo significante atrelado a velhos significados. No século XVIII a história do termo raça sofre uma reviravolta quando passa a ser usada pela História Natural. É consensual apontar o naturalista BUFFON como o primeiro¹¹ a usar a palavra raça para descrever grupos humanos em um contexto científico (KLINEBERG, 1966; MONTAGU, 1998; COQUERY-VIDROVITCH, 2004). Porém, o empregou de forma um tanto quanto imprecisa e foi BLUMENBACH quem primeiro, em 1755, aplicou o termo com o intuito de classificar as variedades da espécie humana em seu “De generis humani varietate” (MONTAGU, 1998).

A etimologia da palavra raça ajuda a entender por que BLUMENBACH, o pai da antropologia física, no intuito de classificar a variedade de aparência dos seres humanos, escolheu a palavra raça. Raça tinha já um sentido apropriado ao que queria descrever. CASTORIADIS lembra que o discurso visa antes de tudo “*um sentido que pode ser percebido, pensado ou imaginado; e [que] são as modalidades dessa relação com o sentido que fazem um discurso ou um delírio*” (1995: 169). Como exemplo, CASTORIADIS discorre que o que permite que se diferencie como um discurso o do sujeito que ao olhar para a Torre Eiffel diz “Eis a Torre Eiffel” e como um delírio o do sujeito que na mesma circunstância diz “Eis a vovó” está no significado canônico dos termos que utiliza e na relação destes com “*um núcleo independente de todo o discurso e de toda simbolização*” (1995: 169). É óbvio que este núcleo não pode existir fora da simbolização, mas é independente por ser possível em qualquer época e em qualquer língua. BLUMENBACH não poderia dizer que as variações da espécie humana, relacionadas aos mitos e aos fatos de sua origem, eram “a vovó”. Escolheu para o seu discurso o termo que carregava o sentido apropriado, na sua época, na sua língua. E não foi o único a fazê-lo, houve outros, e seus pares entenderam o que dizia, provando a adequação da escolha.

¹¹ Não obstante, HOFBAUER (2006) relata que BUFFON não teria sido de fato o primeiro.

Não é preciso muito esforço para perceber que o conceito da divisão da humanidade em raças é forma de representação da diversidade humana. Essa diversidade sempre foi objeto de interesse e sua explicação relacionada às respostas às perguntas que, por certo, são das mais importantes para os seres humanos, aquelas acerca da nossa origem. Durante a maior parte da história da humanidade as respostas às perguntas relativas à origem foram dadas pelo mito e pela religião. No século XIX, porém, no ápice de um processo histórico que se iniciara no Renascimento, o homem é tomado pela ciência como objeto de estudo, parte e produto da natureza. Assim sendo, cabia colocar o ser humano em seu lugar na classificação zoológica das criaturas do mundo animal, e estudar a evolução da espécie e suas variações.

Classificar zoológicamente o ser humano e suas variações, estudá-las e descrevê-las, era a forma científica de responder de onde veio e os porquês da sua diversidade cultural e física. No século XIX, essa tarefa coube à Antropologia, então uma especialidade da Zoologia, uma ciência Biológica (HUXLEY, 1896). Como toda a ciência, essa Antropologia foi sacudida pelas descobertas de Charles DARWIN (1860) e por sua teoria da evolução, divulgada publicamente em 1858. DARWIN antecipara o impacto de suas descobertas sobre as ciências humanas: “*Muita luz será lançada sobre as origens do homem e sua história*”¹² (1860: 473). De fato, como conta HUXLEY (1896), quando a teoria da evolução veio a público havia um acalorado debate sobre a classificação zoológica da espécie humana – seu lugar na natureza e a hierarquia entre os vários grupos humanos. Depois de DARWIN, estudar a variedade da espécie humana segundo a teoria da evolução se tornou imperativo.

Partidários de concepções racistas encontraram na teoria da evolução, que pregava a sobrevivência dos mais bem adaptados¹³, a “confirmação” científica de seu credo. Disseminou-se a idéia errônea de que a teoria da evolução também valia para as raças humanas. Para os europeus, que então dominavam todo o mundo, a idéia vinha a calhar. Ainda que o raciocínio primitivo “*eu pertencço aos eleitos*”¹⁴ (BENEDICT, 1940: 155) esteja na base de ambos os tipos de alegação de superioridade, o domínio podia ser legitimado com base na pretensa superioridade racial, e não mais com base na

¹² “Much light will be thrown on the origin of man and his history.”

¹³ Convém lembrar o subtítulo do livro de DARWIN (1860): “The preservation of the favored races in the struggle for life”.

¹⁴ “I belong to the elect.”

superioridade religiosa. Desenvolveu-se toda uma “ciência” para comprovar as teses de superioridade racial dos europeus ou de nações européias específicas. Mas, como demonstraram várias histórias da ciência, mesmo em fins do século XIX havia muitos cientistas e filósofos que desconfiavam do racismo científico, e ao exercitarem a dúvida apontavam não serem conclusivas as evidências da existência de hierarquias entre as raças (BENEDICT, 1940; KLINEBERG, 1966; MONTAGU, 1998).

Quanto mais cientistas de ponta da virada para o século XX, como HUXLEY (1896) e BOAS (1922), estudavam a diversidade dos seres humanos e de suas sociedades e culturas, menos encontravam bases para a defesa de concepções racistas. No entanto, a raça ganhava uma dimensão política sem precedentes, e ideólogos alegavam bases pseudocientíficas para as reivindicações de superioridade racial. A situação na Alemanha, em particular, onde o racismo se tornou uma ideologia de Estado levou associações científicas de antropólogos, psicólogos e biólogos a afirmarem em declarações públicas, no final da década de 1930, a não existência de bases biológicas, psicológicas, ou culturais para se afirmar a superioridade de grupos humanos (BENEDICT, 1940).

Alguns foram além e defenderam o simples abandono do uso do conceito e da própria palavra raça para se referir à diversidade dos seres humanos (MONTAGU, 1998). A idéia de que se deve abolir o uso da palavra raça, de que não se deve falar em raça, é forte na contemporaneidade. Considera-se que o simples uso da palavra indica racismo ou racialismo, e já que a raça não existe para a biologia, seria parte de um discurso pseudocientífico pernicioso e por isso deveria ser abolida (GILROY, 1998). GUIMARÃES considera a noção de que falar em raça leva ao racismo reflexo de uma *“crença iluminista de que os indivíduos podem ser esclarecidos sobre a inexistência das raças, e que, a partir desse esclarecimento mudem seu comportamento racista”* (2002: 53).

MONTAGU (1998), por exemplo, parece convencido de que basta abolir o termo raça do vocabulário científico e substituí-lo por etnia ao tratar da diversidade humana para acabar com o racismo. Se a ciência disser que raças não existem, as sociedades se convencerão. Mas as ciências não criaram as raças. As ciências discursaram sobre as raças, como discursam sobre a origem do universo, mas não foram os primeiros discursos sobre esses temas, recorrentes nas religiões e filosofias. Existem inúmeros

exemplos históricos de declarações que se referem às raças, muitas embasando preconceito racial, anteriores à ciência iluminista ou positivista.

É mesmo questionável a afirmação de que para a biologia contemporânea não existem raças. O conceito, por certo, é desprovido de utilidade se usado em sua acepção novecentista. A genética renunciou ao uso da raça, mas fala em ancestralidade biogeográfica, e é capaz de dizer pelo DNA de qual canto do mundo vieram os ancestrais de uma pessoa. Em última instância, está falando de raça nos seus próprios termos, sem usar a palavra. A química não deixou de chamar fogo ao fogo porque se descobriu que não havia algo como o flogisto, e que o oxigênio no ar era o responsável pela combustão. A biologia não precisaria ter renunciado ao termo raça por ter passado a estudar a diversidade humana e sua origem pela genética e não mais pela morfologia dos corpos, se não pelas razões políticas.

É um tanto quanto óbvio que o objeto de estudo da genética evolucionista, por exemplo, de CAVALLI-SFORZA (2003) é a raça, ainda que não use a palavra. Afinal de contas, estuda a origem e a diversidade dos seres humanos, as grandes migrações, a conquista do planeta pela espécie, a difusão dos troncos lingüísticos em sua relação com os marcadores genéticos das pequenas mutações que diferenciam grandes grupos populacionais. Raça, para a genética evolucionista contemporânea, é um objeto de estudo de contornos inteiramente distintos e é estudado de forma completamente diferente do que para a antropologia zoológica do século XIX. Mas a motivação científica, a curiosidade, é a mesma: quem somos, de onde viemos, porque somos tão diversos. Assim como o átomo da física quântica moderna é muito distinto do átomo de Dalton (cf. TRATTNER, 1967) e é estudado de uma forma inalcançável pela imaginação dos físicos do passado, mas o objetivo continua sendo a compreensão da matéria.

Alguns cientistas sociais, surpreendentemente, negam a validade científica do conceito raça com base no fato de que as raças não teriam existência física constatável pela biologia. Se a biologia se tornasse critério de validade científica para as ciências sociais, teríamos que abandonar também outros conceitos caros as nossas disciplinas. Não consta que classe, socialização, Estado, símbolos, globalização, pós-modernidade, sejam fatos da biologia. É irônico ver a existência de raças negada por sua “inexistência” biológica por parte de intelectuais que acessam “diretamente” o “imaginário” ou a “cultura” e os analisam. Ainda mais por ser justamente nesses lugares que se encontra a

raça. Parafraseando COULANGES (2002), a crença nos fantasmas dos antepassados pode parecer ridícula, mas para aqueles que acreditam neles constituem uma realidade tão ou mais real que pedras – moldam seus sentimentos, suas ações, suas expectativas.

Outra coisa questionável é considerar que todos aqueles que fazem uso de um discurso racista, que externam preconceito, que hierarquizam as raças, o fazem por acreditarem que tal hierarquia seria “cientificamente” demonstrável. A existência de bases científicas para o racismo vem sendo negada veementemente há décadas, e não consta que teorias racistas pseudocientíficas façam parte dos currículos escolares. Pessoas que passaram no sistema de ensino tempo o suficiente para serem iniciadas nos rudimentos das ciências deveriam ter aprendido que não existem bases científicas para dizer que uma raça é superior a outras. O conhecimento de que não existem bases científicas para o estabelecimento de hierarquias entre as raças não impede os que o detêm de serem preconceituosos. Para os que não tiveram a mesma sorte – a maioria da população brasileira – ciência e magia são virtualmente indistinguíveis e todo esse debate sobre o embasamento científico da existência de raças deve soar bizantino.

O debate sobre a existência físico-biológica de algo que se poderia denominar raça é uma questão menor do ponto de vista da ciência social e só adquire relevância se entendido em sua dimensão política. Como salientou REUTER (1918), ainda que existisse uma realidade biológica à qual se poderia denominar raça, o que importa não é esse sentido, mas o sentido popular de raça. Interessa o que as pessoas comuns entendem por raça. E a raça como construção sócio-histórica, como categoria de percepção da diversidade dos seres humanos, eventualmente com a atribuição de valores às diferenças, tem mais a ver com os significados revelados pela etimologia da palavra do que com suas acepções biológicas.

E é nesse sentido que se entende raça aqui: uma categoria social usada para designar grandes grupos humanos que compartilham uma marca visível, corporal ou não, de sua progênie comum, cuja história é uma mistura de mito e realidade. Grupos aos quais se pode ou não atribuir determinadas características que podem ou não ser usadas para estabelecer hierarquias. Algo que as pessoas sabem o que é mesmo que não possam definir como reconhecê-la com a clareza e a objetividade da linguagem científica. Que, como os fantasmas dos antepassados, ou o oráculo de Delfos, interfere nas relações e atitudes que perfazem o convívio social. E que tem conseqüências bastante concretas sobre a vida dos que pertencem a um ou outro grupo. Algo que as pessoas comuns ou

intelectualizadas podem mesmo negar a existência – mesmo sem perceber que para negar a existência de algo, é preciso saber o que é.

2.1.1 Racismo e preconceito racial

A História ensina que na Antiguidade Clássica, Egípcios, Gregos, Romanos e outros povos se consideravam e se representavam superiores em relação aos demais povos com os quais entravam em contato. Todavia, essa superioridade era fundamentada pela nacionalidade, pela cultura – principalmente pela religião – e não pelas diferenças de aparência entre os corpos. Embora em textos do período já houvesse referências negativas aos povos negros, é ao longo da Idade Média, com a expansão do tráfico árabe que as representações negativas dos negros começam a se cristalizar. Todavia, a referência à inferioridade tinha por base sua atribuição a povos negros específicos, que eram objeto do tráfico, e não aos negros em geral, como uma raça única (COQUERY-VIDROVITCH, 2004). A inferioridade dos negros em geral, independentemente da nacionalidade, é uma construção da primeira fase da expansão européia, quando os negros passaram a ser amplamente empregados como escravos em várias colônias. Nessa época, as diferenças entre os povos negros são suprimidas generalizando a inferioridade. Os negros passam a ser inferiores por serem negros.

Quando a ciência começa a tomar da religião a primazia do discurso sobre as coisas relativas ao mundo material, a idéia da superioridade racial biológica serviu com perfeição para substituir a noção de superioridade religiosa como fator de legitimação do domínio de praticamente todo o mundo por alguns países europeus. Deu vigor a teorias racistas de várias ordens que já existiam, mesmo teorias que pregavam a superioridade de algumas nações européias sobre outras, ou de alguns grupos dentro de países sobre outros (*e.g.* nobreza vs. burguesia), como a de Gobineau de que os brancos eram a raça suprema e dentre os brancos os “arianos” eram os mais perfeitos.

As teorias racistas ganharam força com a divulgação da teoria da evolução de DARWIN (1860), que logo encontrou recepção na ciência do século XIX e foi extrapolada para outras áreas, por exemplo, a sociologia do período, degenerando no que ficou conhecido como “darwinismo social” e dando origem a movimentos racistas e eugenistas. Aplicadas às sociedades e aos seres humanos, as idéias da teoria da evolução levaram à suposição errônea de que as sociedades européias eram superiores por representarem o ápice da evolução da espécie, compostas por raças mais evoluídas e mais aptas. Existem várias histórias dessas teorias (cf. BENEDICT, 1940; KLINEBERG, 1966; MONTAGU,

1998; HOFBAUER, 2006). HOFBAUER (2006) fornece um relato completo e atualizado da recepção dessas idéias no Brasil.

Entretanto, como visto na seção anterior, as teorias racistas não se sustentavam nos cânones da boa ciência dos séculos XVIII e XIX, mas no clima intelectual e político do período e na legitimação do domínio europeu em outras bases além da religiosa. HUXLEY (1896), por exemplo, alertara para os problemas do uso de noções imprecisas e eivadas de preconceitos, como raça, e mesmo espécie, no estudo científico da diversidade humana. BENEDICT (1940), MONTAGU (1998) e KLINEBERG (1966) fornecem inúmeros exemplos de expoentes da antropologia física, da biologia, da filosofia e de outras áreas do saber, que não só viam o uso do conceito de raça no âmbito de teorias racistas com desconfiança e preocupação, como declaravam taxativamente, citando os estudos existentes, não haver base para a consideração de que diferenças raciais justificassem alegações de superioridade.

Nos anos 1960 e 1970 emerge o que alguns caracterizaram como um “novo” racismo. Até então, os adeptos de teorias racistas, a despeito da negação das autoridades científicas, continuavam a se basear em trabalhos de uma ciência de segunda linha que reafirmava a existência de diferenças biológicas que produziam uma hierarquia entre raças. Entretanto, devido ao crescente corpo de evidências que denunciava a falta de embasamento dessas alegações, o “novo” racismo passa a fundar a hierarquia nas diferenças culturais. Como descreve WIEVIORKA, *“esta nova forma de racismo descreve seus alvos e suas vítimas como sendo culturalmente diferentes, irremediavelmente diferentes, fundamentalmente incapazes de serem integradas na sociedade e compartilhar os valores do grupo dominante”*¹⁵ (2004: 285).

Os perpetradores são os mesmos, algumas das vítimas também, mas o novo racismo amplia o universo de alvos. Passa a incluir, por exemplo, os imigrantes nos países europeus, particularmente os árabes, e está na base da oposição exacerbada recentemente entre os países de tradição judaico-cristã e os islâmicos. Mas não se dirige apenas aos árabes, se manifesta, sob a mesma alegação de incapacidade cultural de assimilação, na América Latina contra povos indígenas, na Europa contra imigrantes de países europeus mais pobres, e pelo mundo afora. Ressalve-se que teorias de supremacia

¹⁵ “This new form of racism describes its targets and its victims as being culturally different, and irremediably so, fundamentally incapable of being integrated into society and sharing the values of the dominant group.”

baseadas na cultura e não na biologia não são propriamente uma novidade, e se se considera a religião como elemento cultural, são mesmo anteriores às de fundo biológico. KLINEBERG (1966), por exemplo, já havia considerado e exposto as fragilidades de uma série dessas teorias de superioridade cultural elaboradas no início do século XX. A novidade é o seu “mainstreaming” em substituição ao racismo de fundo pseudobiológico.

Tanto o racismo quanto o preconceito racial se referem a essas pretensões de superioridade, independentemente do embasamento, se religioso, pseudocientífico, ou cultural. Na história brasileira, podem-se detectar todos os três tipos de racismo. No Brasil Colônia, predominava o fundo religioso contra os cristãos novos, judeus e negros (CARNEIRO, 1988). Vale ressaltar, no princípio da colonização, o preconceito contra os negros era de fundo essencialmente religioso, era o paganismo que legitimava a escravidão, não a inferioridade biológica, como se depreende claramente do Sermão aos Escravos do padre Antônio VIEIRA (1971). Depois houve o racismo científico, bem representado por Nina RODRIGUES (1988), e também o racismo cultural, do qual não escapou Arthur RAMOS (2001).

O racismo e o preconceito racial que ainda existem na sociedade brasileira, motivando tanto a discriminação racial aberta (GUIMARÃES, 2004b), quanto formas veladas de discriminação (GOMES, 2001) contra os negros, não se filiam a uma única matriz. Não são exclusivamente vinculados ao racismo científico do século XIX. Os edifícios simbólicos se constroem sobre as ruínas de tempos passados (CASTORIADIS, 1995), com tijolos de todas as épocas, e o do racismo não é exceção. O racista pode não gostar de negros por considerá-los “macumbeiros”, por considerá-los em um “estágio inferior da cadeia evolutiva”, ou por serem “batuqueiros”. Ou por todas essas razões juntas. A ciência do século XIX deu uma contribuição importante ao racismo, mas não o definiu. As alegações de superioridade de um grupo sobre outro não são necessariamente de fundo científico, mas ideológico.

2.1.2 Distinção entre racismo e preconceito racial

Embora seja freqüente o uso da expressão preconceito racial como sinônimo de racismo, pode-se estabelecer uma distinção conceitual entre eles. Como aponta GUIMARÃES (2004b) quando se faz a distinção, o racismo se refere a uma doutrina que afirma a superioridade de uma raça sobre as demais – independentemente do embasamento da afirmação, se de ordem religiosa, biológica ou cultural. Ou seja, o racismo pressupõe

uma racionalização, um discurso articulado sobre os porquês da superioridade. Envolve um sistema de crenças nas qualidades intrínsecas a cada grupo, e produz atitudes e comportamentos.

O preconceito racial tem as mesmas características que o racismo, exceto a racionalização e a articulação das crenças e atitudes em uma doutrina (GUIMARÃES, 2004b). Grosso modo, o racista sabe os porquês de sua atitude e discrimina de forma consciente. A pessoa preconceituosa não tem clareza das razões pelas quais atribui inferioridade aos outros grupos. O preconceito racial tem um fundo emocional, pode ser fruto simplesmente do estranhamento do outro, produzido, por exemplo, pelo isolamento social, pela falta de convívio com pessoas do grupo discriminado.

Na maior parte dos trabalhos discutidos no *Primeiro Capítulo*, nota-se uma preferência pelo uso da expressão preconceito racial, ou mesmo da categoria “nativa” (GUIMARÃES, 2002) preconceito de cor. PINTO (1998) aborda a questão diretamente e considera não existir racismo no Brasil como uma doutrina, um corpo de idéias e crenças articuladas, racionalizado e amplamente difundido. As afirmações de superioridade no Brasil seriam, portanto melhor apreendidas pela noção de preconceito racial, pois as crenças e atitudes são difusas, não bem estabelecidas. E, como demonstrado por alguns estudos, há quem exercite o preconceito sem se reconhecer como racista, ou mesmo se declarando anti-racista.

De qualquer forma, da perspectiva do problema desta pesquisa, a questão de determinar se no Brasil há racismo ou o que há é preconceito racial é secundária. O que importa é que quando as atitudes e crenças que formam o racismo ou o preconceito se transformam em comportamentos e atitudes, influenciando as relações sociais, dão azo à discriminação racial. E é a discriminação racial, em suas várias formas, que é o determinante direto de parte da desigualdade racial de renda.

Voltando ao preconceito racial, sua caracterização no Brasil pode ser feita recorrendo a NOGUEIRA (1985), que delimita dois tipos ideais. Um é o tipo que vigia nos Estados Unidos, o qual NOGUEIRA define como “preconceito racial de origem”. O outro seria o existente no Brasil, o “preconceito racial de marca”. Obviamente, a qualificação destes preconceitos como tipos ideais indica que a distinção entre eles tem fim analítico, pois, na realidade, os dois se encontram entremeados, embora um deles tenda a ser preponderante. Na maior parte dos casos as marcas remetem à origem, e a origem às

marcas. Mas, dependendo do tipo de preconceito para o qual tendem com maior intensidade as relações raciais, alteram-se os mecanismos pelos quais a discriminação se torna efetiva.

O preconceito racial de origem prejudica os que descendem do grupo discriminado, não importando se as pessoas trazem em sua aparência física os traços de seu grupo de origem. Em caso de miscigenação, o produto do cruzamento é identificado com o grupo discriminado, mesmo se fisicamente se caracterize pela aparência do grupo discriminador. Entretanto, a forma de atuação do preconceito racial de origem, a exclusão incondicional “*dos membros do grupo atingido, em relação a situações ou recursos pelos quais venham a competir com os membros do grupo discriminador*” (NOGUEIRA, 1985: 79), por si já reduz bastante a probabilidade de uniões inter-raciais ocorrerem. Obviamente, isso não quer dizer que não ocorram (cf. REUTER, 1918). Além disto, a pureza racial é algo prezado tanto pelo grupo discriminador quanto pelo discriminado. Como a exclusão é incondicional, a delimitação do grupo discriminado é rígida: nos Estados Unidos da década de 1950, por exemplo, qualquer pessoa que tivesse um antepassado negro conhecido ou localizável (ou que a comunidade considerasse negra) seria também negra, mesmo que, numa situação extrema, a pessoa fosse inteiramente branca em aparência.

Por outro lado, onde vige o preconceito racial de marca, não importa a origem, apenas quantos traços, ou marcas, do “fenótipo” do grupo discriminado são portados pela vítima potencial. A principal marca é a cor da pele, mas outras, em especial o tipo de cabelo, também são importantes. O preconceito racial de marca não exclui completamente, mas desabona suas vítimas. Portar os traços do grupo discriminado constitui inferioridade, e faz com que os sujeitos ao preconceito sejam sistematicamente preteridos em relação aos demais. Todavia, a posse de outras características positivamente valoradas, como a educação, poder político, projeção social e a posse de riquezas, pode compensar, ao menos parcialmente, as marcas. Contudo, quem tem “um pé na África”, não deixará de tê-lo. Outros aspectos do preconceito de marca são discutidos adiante, em relação à captação da raça pela cor da pele nas pesquisas domiciliares brasileiras.

2.1.3 Discriminação racial

Não existe discordância quanto ao entendimento do que é a discriminação racial, manifesto no primeiro parágrafo do primeiro artigo da Convenção Internacional sobre a

Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial das Nações Unidas, apresentado como epígrafe desta seção. O Brasil foi um dos primeiros países a ratificar essa Convenção: o Congresso Nacional a aprovou pelo Decreto Legislativo nº 23, em 21 de junho de 1967, e o instrumento de ratificação foi depositado no Secretariado-Geral da ONU em 27 de março de 1968. A Convenção entrou em vigor em 4 de janeiro de 1969, e foi promulgada como lei no Brasil pelo decreto nº 65.810, assinado em 8 de dezembro de 1969 pelo Presidente Médici.

Esse entendimento da discriminação encontra sua síntese em uma frase que virou lugar comum: discriminar é “tratar desigualmente os iguais”, no caso em tela, por motivo de racismo ou de preconceito racial. Em essência, é o conceito de discriminação empregado nas ciências sociais. Entretanto, quando esse conceito de natureza jurídica é aplicado a situações não jurídicas, algumas complicações emergem. Há muitas situações distintas nas quais pode haver o tratamento desigual aos iguais, nem sempre diretamente identificável. Além disso, quando se a retira do campo jurídico, a igualdade pode ser bem mais difícil de ser definida.

Enquanto membros de uma sociedade, cidadãos de um mesmo Estado, não há problema em considerar duas pessoas como sendo iguais. Mas, do ponto de vista do mercado de trabalho, por exemplo, a igualdade não é facilmente estabelecida. Dois trabalhadores são iguais enquanto cidadãos possuidores dos mesmos direitos e deveres, mas não existe um trabalhador que seja igual ao outro. Se a um cidadão é negado um direito que não é negado a outros, a discriminação se manifesta de forma cristalina. Mas se dentre dois trabalhadores, um é selecionado para um posto de trabalho e o outro não, como saber se houve discriminação? Se, por exemplo, entre um negro e um branco com o mesmo nível educacional o empregador seleciona o branco, pode-se assumir que houve discriminação? E se o branco se dispôs a trabalhar por um salário menor, ou se tinha mais experiência no desempenho da ocupação em questão? Como saber se o aluno negro tem desempenho menor do que um colega branco da mesma turma por ser discriminado ou por se esforçar menos? Se a discriminação é o tratamento desigual aos iguais, como detectar se há discriminação em situações nas quais dois indivíduos jamais poderão ser considerados iguais?

Essas situações – que são mais comuns na pesquisa social do que aquelas em que os indivíduos podem ser considerados iguais – oferecem um grande desafio de ordem metodológica ao estudo da discriminação racial e de seus efeitos sobre a desigualdade

racial. Para entender melhor o problema, convém fazer uma tipologia das formas pelas quais se manifesta a existência do tratamento desigual aos iguais.

Uma tipologia bem abrangente é fornecida por GOMES (2001), que identifica seis tipos de discriminação. A primeira é a “discriminação intencional ou tratamento discriminatório”. Essa compreende a injúria racial e todas as discriminações nas quais o discriminador, com base em uma doutrina racista ou em preconceitos raciais, discrimina com a intenção de discriminar. No Brasil, a despeito da proibição legal, são raros os casos de tratamento discriminatório que são levados a cabo por causa da dificuldade de comprovação (cf. GUIMARÃES, 2004b). Segundo GOMES a dificuldade é ampliada pelo fato de as discriminações no Brasil serem tratadas no âmbito do direito penal, que por tradição é extremamente exigente no que toca à solidez das provas.

O segundo tipo é a “discriminação legítima”, que constitui exceção por ser uma discriminação não reprovável, ou mesmo desejável. Esse tipo de discriminação também é explícito. Como exemplos, GOMES (2001) cita a exigência de que os guardas de presídios femininos sejam mulheres, e as ações afirmativas, ou de “discriminação positiva”. De fato, a Convenção Internacional Pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial é bem explícita, em seu primeiro artigo, quanto à aceitação de políticas discriminatórias que visem a corrigir uma situação de desigualdade, desde que sejam interrompidas quando o objetivo inicial for atingido¹⁶. É o que se convencionou resumir na fórmula “tratar desigualmente os desiguais”.

O terceiro tipo de discriminação examinado por GOMES (2001) é a “discriminação por impacto desproporcional ou adverso”. Esse tipo de discriminação não é aberto, constitui uma forma velada, ou indireta, de discriminar. Ocorre quando uma norma atinge mais um grupo do que outro, funcionando como uma barreira. A intenção de discriminar que motiva a criação da norma é ocultada por uma aparência de neutralidade ou legitimidade.

O exemplo citado por GOMES (2001) sai de uma ação judicial contra uma empresa estadunidense. A empresa pressionada por acusações de discriminação contra seus

¹⁶ “4. Não serão consideradas discriminação as medidas especiais tomadas com o único objetivo de assegurar progresso adequado de certos grupos raciais ou étnicos ou de indivíduos que necessitem da proteção que possa ser necessária para proporcionar a tais grupos ou indivíduos igual gozo ou exercício de direitos humanos e liberdades fundamentais, contanto que, tais medidas não conduzam, em conseqüência, à manutenção de direitos separados para diferentes grupos raciais e não prossigam após terem sido alcançados os seus objetivos.”

empregados negros, os quais não tinham as mesmas oportunidades de progressão funcional que os brancos, mudou os critérios de promoção e estabeleceu um sistema aparentemente neutro e meritocrático, que previa a realização de testes de inteligência. Mas os funcionários negros atingidos pela medida se insurgiram, pois os testes não mediam habilidades necessárias para o bom desempenho das atividades na empresa. Cobrando conhecimentos formais irrelevantes, acabavam servindo como forma de preterir os funcionários negros, que haviam estudado em escolas segregadas onde o ensino era de pior qualidade, e assim não se saíam tão bem nas provas quanto os brancos.

Outro tipo de discriminação caracterizado por GOMES (2001) é a “discriminação na aplicação do direito”. Esse tipo também ocorre de forma indireta e velada. Neste caso, a intenção de discriminar não motiva a criação da norma, que é realmente neutra. A discriminação ocorre na aplicação da norma. GOMES exemplifica com o caso das regras para o ingresso em algumas carreiras de elite do Estado brasileiro, como a diplomacia e o alto oficialato da marinha. A norma é neutra, mas proporciona, aos operadores do direito, que não são neutros, discricionariedade e instrumentos para discriminar (prevendo entrevistas e exames de avaliação sem definir objetivamente os critérios seletivos).

O quinto tipo tratado por GOMES (2001) é a “discriminação de fato”. Essa ocorre de forma inconsciente, sem que haja a intenção de discriminar, e pode ocorrer de forma velada ou aberta. É uma discriminação por costume e por descaso e insensibilidade em relação aos grupos em desvantagem. Acontece, por exemplo, quando uma política é idealizada e realizada sob o signo da igualdade formal desconsiderando a desigualdade de fato a que as pessoas estão sujeitas, naquilo em que pode impedir a real igualdade no benefício. Ou seja, também é uma forma que causa impacto desproporcional, mas a diferença fica por conta da falta de intenção, da ação ditada pelo costume de sociedades nas quais preterir ou desconsiderar as desvantagens de determinados grupos é um hábito.

O sexto tipo é a “discriminação presumida, ou *prima facie*”. Segundo GOMES (2001), essa discriminação não é constatada diretamente, mas pelos seus efeitos. É o que outros designam discriminação estatística, pois a prova estatística é normalmente o meio de constatação. Realiza-se quando há uma disparidade tão significativa entre os grupos que se parte do princípio que não pode ter outra origem que não a discriminação. Uma característica interessante desse tipo de discriminação é que não é necessariamente

contemporânea, pois a desigualdade constatada pode ser fruto de discriminações ocorridas no passado.

A tipologia de GOMES (2001) foi concebida como propósito de discutir como a discriminação pode ser combatida no âmbito legal, e para os propósitos desta investigação, não é necessária uma tipologia tão detalhada. Mas chama a atenção para alguns pontos importantes. Um diz respeito à intencionalidade. A discriminação pode ser praticada com a intenção de discriminar, produzida pelo preconceito racial ou racismo do agente. Entretanto, em uma sociedade na qual as atitudes e crenças que perfazem o preconceito são amplamente disseminadas, o agente pode discriminar inconscientemente, sem intenção. Isso vale tanto para indivíduos quanto para instituições.

Outro aspecto diz respeito à visibilidade da prática discriminatória, pode ser aberta ou velada. A discriminação aberta, por sua natureza, é facilmente identificável como tal – ainda que prová-la em um tribunal possa ser difícil pela ausência de testemunhas ou de provas materiais. Já a discriminação velada é difícil de ser detectada diretamente, tem que ser constatada por seu principal efeito: a produção da desigualdade entre iguais. Da discussão de GOMES (2001) sobre como constatar a discriminação por impacto desproporcional, na aplicação do direito, e *prima facie*, emerge o fato óbvio de que quando as crenças e atitudes racistas têm consecução em atos de discriminação reiterados, a consequência é a produção de desigualdades.

Isso remete ao problema metodológico colocado no início desta seção, de como medir a discriminação em situações nas quais para todos os efeitos, ao contrário de muitas situações jurídicas, os indivíduos não serão iguais de fato. Para responder essa pergunta, primeiro é preciso considerar que o cientista social raramente terá a oportunidade de observar a discriminação em si. Na verdade, geralmente só pode observar seus efeitos, a desigualdade produzida pelas discriminações¹⁷. Portanto, para se ter a certeza de que a desigualdade racial observada é fruto de discriminação racial – uma discriminação *prima facie* – o pesquisador precisaria garantir a consideração da desigualdade entre iguais.

¹⁷ Ou os relatos de discriminação, como GUIMARÃES (2004b).

Não podendo comparar indivíduos iguais de raças distintas para averiguar a existência de desigualdades entre eles e atribuí-la, *prima facie*, à discriminação, à desigualdade de tratamento, ao pesquisador resta somente a opção de considerar a discriminação por resíduo. Ou seja, deve comparar indivíduos de raças distintas, não iguais, mas o menos desiguais que for possível. Iguais nas principais características relevantes para o tratamento em tela, mas diferentes em outras.

A discriminação é por “resíduo” por que a desigualdade que “sobra”, depois de controlada a desigualdade que se supõe produzida pelas outras características, é atribuída à discriminação racial. Nos trabalhos da terceira onda teórica citados no *Primeiro Capítulo*, se mede o peso da discriminação racial sobre os salários no mercado de trabalho por resíduo: o modelo estatístico garante a comparação entre indivíduos iguais em algumas características. As diferenças não explicáveis por essas, são debitadas na conta da discriminação racial, e o restante não explicado é o resíduo final.

SILVA (1978, 1980), por exemplo, compara trabalhadores negros e brancos do mesmo sexo (homens) com o mesmo número de anos de experiência e de escolaridade, com a mesma situação marital, e residentes no mesmo tipo de região. Embora SILVA tente fazer comparações entre pessoas pouco desiguais, pessoas iguais nessas características selecionadas podem ser muito desiguais em outras características relevantes, que se correlacionadas com raça, podem levar à sobreestimação do peso da discriminação racial medida residualmente.

Se SILVA (1978, 1980) além do número de anos de estudo tivesse outra variável que indicasse a qualidade dos anos de estudo, não seria absurdo supor que a discriminação constatada diminuiria, pois parte da desigualdade entre negros e brancos que antes “sobrava” para a discriminação seria captada pela variável de qualidade, pois negros em regra passam por escolas onde o ensino é pior. Parte dos menores retornos à escolaridade que observa pode ser devida à menor qualidade média da educação recebida pelos negros.

Logicamente, a baixa qualidade do ensino seria fruto de discriminação passada, mas não se pode dizer que há discriminação racial na definição salarial se dentre dois trabalhadores de mesmo nível educacional o que tem uma educação de maior qualidade é mais bem remunerado. Ou seja, com a variável de qualidade, dois trabalhadores que

eram iguais em quantidade de estudo passam a ser desiguais, e então a diferença entre eles não pode mais ser vista como tratamento desigual a iguais.

A capacidade de fazer com que as pessoas de diferentes raças sob comparação sejam tão parecidas quanto possível nas características que podem ser relevantes para a determinação da desigualdade racial na dimensão estudada, portanto, pode afetar sobremaneira as conclusões que se tira sobre a existência, a intensidade e os efeitos da discriminação racial medida por resíduo. Esta discussão será retomada no *Sétimo* e no *Oitavo Capítulos*.

2.2 Coletando a raça das pessoas: a operacionalização do conceito

A coleta de dados sobre cor em sua forma censitária oficial baseia-se na suposição de que, qualquer que seja a identidade racial ou preferência verbal que o respondente tenha para indicar a sua cor, a pergunta na sua forma fechada em categorias pré-determinadas é compreendida como uma referência à característica física/demográfica cor da pele. E, como tal, respondida de forma aproximadamente correta. É claro que, como as demais características individuais, está sujeita a erros de mensuração, embora esses sejam certamente menores do que aqueles envolvidos na mensuração de características mais propriamente sócio-econômicas, tais como educação e – ainda mais notoriamente sujeita a erro – renda individual.

Nelson do Valle SILVA (1999a: 105-106)

Para estudar desigualdade racial, é preciso, obviamente, identificar grupos raciais por meio de um sistema de classificação. Sistemas de classificação racial possuem dois componentes principais: a classificação em si, isto é, as categorias raciais; e o método de identificação, que permite classificar os indivíduos nas categorias raciais (OSORIO, 2003b). Nesta seção, depois de uma breve revisão dos métodos disponíveis para a identificação, são discutidas as implicações para a pesquisa do método empregado nos levantamentos do IBGE, fontes primárias desta pesquisa. Depois, são discutidos vários aspectos da classificação de cor ou raça, das categorias em si à evolução da composição racial da população segundo a classificação.

2.2.1 Métodos de identificação racial

Um método de identificação racial é um procedimento estabelecido para a decisão do enquadramento dos indivíduos em grupos definidos pelas categorias de uma classificação, sejam estas manifestas ou latentes. Existem basicamente três métodos de identificação racial, que podem ser aplicados com variantes¹⁸. O primeiro é a *auto-atribuição* de pertença, no qual o próprio sujeito da classificação escolhe o grupo do qual se considera membro. O segundo é a *hetero-atribuição* de pertença, no qual outra pessoa¹⁹ define o grupo do sujeito. O terceiro método é a identificação de grandes grupos populacionais dos quais provieram os ancestrais por intermédio de técnicas biológicas de análise de material genético (cf. PENA *et al.*, 2000). Métodos de definição

¹⁸ A auto-atribuição, por exemplo, pode ser registrada pelo próprio sujeito em um formulário ou pode ser respondida ao entrevistador que a registra.

¹⁹ Nada impede que a identificação por hetero-atribuição seja realizada por mais de um observador externo, ou que seja remota/não-presencial (feita por imagens).

da ancestralidade biogeográfica são cada vez mais comuns, embora não se tenha notícias de seu uso em levantamentos como “surveys” ou censos.

Não há como garantir total congruência entre as classificações dos sujeitos obtidas mediante a aplicação de cada método. Todavia, é razoável esperar convergência quando os sujeitos da classificação se apresentam de forma próxima ao estereótipo dos grupos, e divergência quando forem indivíduos na fronteira entre dois grupos. Nada impede que mais de um método de identificação seja empregado para a atribuição de pertença. No sistema classificatório do IBGE são empregados simultaneamente os métodos da auto e da hetero-atribuição de pertença.

Antes de passar aos métodos de auto e de hetero-atribuição de pertença racial, que são os mais usados em pesquisas, e que são os adotados nos levantamentos do IBGE, convém considerar brevemente os métodos biológicos de identificação.

No contexto de pesquisas nas quais se busca identificar a raça para detectar evidências de discriminação métodos biológicos não devem ser empregados. Por uma razão muito simples: não existe correspondência direta ou necessária entre os grupos “raciais” que podem ser definidos pelo seu emprego e os grupos raciais que as sociedades reconhecem e usam para distinguir e hierarquizar seus membros. A sociedade não precisa saber quanto de ascendência africana tem uma pessoa, apenas se, em seu contexto relacional, sua aparência a torna passível de ser enquadrada nessa categoria, transformando-a em vítima potencial de discriminação.

Recentemente a versão brasileira da página da British Broadcast Company, BBC Brasil, convidou vários artistas negros a fazerem o teste de ancestralidade biogeográfica, e descobriu-se que alguns deles, a despeito de bem negros na aparência, tinham “mais” ancestralidade europeia do que africana.²⁰ Foi o caso do Neguinho da Beija-Flor, cuja avaliação do resultado do teste merece citação. “*Europeu, eu? Um negão desse... Eu vou pela cor da pele. Se eu disser que sou 67% europeu nego vai achar que eu estou de gozação*”²¹.

²⁰ Para a reportagem especial “Raízes Afro-Brasileiras”. No sítio da BBC Brasil, atualizado em 31 de agosto de 2007 (acesso em 15 de dezembro de 2007).

²¹ “Neguinho da Beija-Flor tem mais gene europeu”. No sítio da BBC Brasil, 29 de maio de 2007 (acesso em 15 de dezembro de 2007).

Longe de provar que “raça não existe”, esse tipo de experimento só confirma o caráter social da raça e sua definição pela aparência física. A genética não interessa para discriminar, apenas o que se pode ver – ainda mais onde prepondera o preconceito de marca – e o material genético só se enquadra na categoria dos objetos “visíveis” para os geneticistas. Para o racista ou preconceituoso comum, pouco importa o fato de que geneticamente é praticamente igual a sua vítima negra, ou mesmo de que pode ter “mais” ascendência africana: bastam as diferenças visíveis da cor da pele, do cabelo e das feições.

Fora essas objeções de ordem metodológica (inadequação ao objeto) ao eventual uso de métodos biológicos de identificação racial, há também as de ordem técnica. Não é preciso insistir muito sobre o fato de que em grandes levantamentos, ou mesmo em pequenos, seria inviável fazer análise de material genético para se verificar uma suposta ascendência africana. Além do custo, isso teria poucos resultados, pois provavelmente se descobriria que quase todas as pessoas têm ascendência africana, não apenas os pretos e pardos. E aí, ter-se-ia “afro-descendentes” que, na verdade, seriam totalmente brancos em aparência, indivíduos que não são eleitos como objetos da discriminação onde vige o preconceito de marca. O enquadramento obtido seria muito ruim, por não ter nada a ver com o enquadramento social. Criar-se-ia o novo e esotérico problema de se definir qual a porcentagem de ascendência africana que permitiria o enquadramento de uma pessoa como negra.

2.2.2 Auto e hetero-atribuição de pertença racial

Nos levantamentos domiciliares conduzidos pelo IBGE que captam a informação sobre a cor dos residentes, a identificação racial pode ser fruto de auto ou de hetero-atribuição de pertença. Embora a instrução seja para colher, sem intervir ou influenciar²², a escolha do entrevistado, nem sempre todas as pessoas do domicílio são entrevistadas – algumas por estarem ausentes no momento da visita, outras por incapacidade, como as crianças e pessoas em situações especiais. Como não há informações sobre quem respondeu a questão, não é possível distinguir o grupo das pessoas que declararam sua cor do das que tiveram sua cor apontada por outro residente do domicílio.

²² TELLES e LIM (1998) citam um estudo não publicado que revelaria que em várias situações de pesquisa no Brasil o entrevistador, ainda que isto seja contrário às suas instruções, influencia a resposta, ou então, constrangido por ter que perguntar a cor do interlocutor – o que é falta de educação segundo a etiqueta brasileira das relações raciais (NOGUEIRA, 1985) – simplesmente não o faz, e escolhe por sua conta a cor dos entrevistados.

Há que se ressaltar, porém, que esta hetero-atribuição é efetuada por um “outro” muito próximo ao sujeito da classificação, não havendo, portanto, razões para suspeitar que o enquadramento assim obtido seja, na maior parte dos casos, diferente do que seria auto-atribuído. Para todos os efeitos, embora o sistema seja misto, na exposição a seguir considerar-se-á que o método de identificação nas pesquisas domiciliares do IBGE é a auto-atribuição, para distingui-lo da atribuição feita pelo entrevistador.

Embora haja recomendações internacionais no sentido de se adotar sempre a auto-atribuição em pesquisas ou registros que captam a raça ou a etnia, ou outras características correlatas à identidade dos indivíduos, existe uma extensa discussão sobre se este método de identificação seria adequado ao Brasil.

A grande questão colocada à identificação por auto-atribuição é a variação socioeconômica da cor, pois a bibliografia disponível sobre o assunto é unânime em afirmar que a ascensão social pode embranquecer, havendo vários registros do fenômeno (cf. NOGUEIRA, 1985; RAMOS, 1995; NOGUEIRA, 1998; SILVA, 1999b, 1999a). Sabendo-se que, à luz do ideal de brancura vigente, é de se esperar que as pessoas que carregam menos traços negros em sua aparência tendam a se considerar brancas, e que essa tendência varia de acordo com a situação socioeconômica, com as pessoas mais abastadas também tendendo à escolha do branco, o fato de que a classificação de cor é realizada por auto-atribuição pode se afigurar problemático. Se, por exemplo, a grande diferença nas médias da renda domiciliar *per capita* de negros (pretos ou pardos) e brancos é considerada, poder-se-ia perguntar quanto dessa diferença, na verdade, dever-se-ia ao fato de que a reivindicação da brancura é maior entre os mais ricos, e menor entre os mais pobres (SILVA, 1999a: 117).

Uma possível forma de se contornar esse problema, e que, à primeira vista, poderia conferir maior objetividade à classificação, seria a hetero-atribuição da cor dos sujeitos pelos entrevistadores ou outros responsáveis pelo registro da informação. Eles poderiam ser treinados para reconhecer os diferentes “fenótipos” e classificá-los, sem recorrer à identidade racial subjetivamente construída e percebida pelo sujeito da classificação.

Entretanto, se os problemas em relação à auto-atribuição são ocasionados pelas características particulares da ideologia racial brasileira, que permitiria a mudança da linha de cor para os mais abastados e/ou para os que têm poucos traços da ascendência africana, não há nenhuma garantia *a priori* de que os entrevistadores também não

venham a branquear os entrevistados mais ricos e os tipos de aparência limítrofe. No fundo, a opção pela auto ou pela hetero-atribuição de pertença racial é uma escolha entre subjetividades: a do próprio sujeito da classificação, ou a do observador externo. A hetero-atribuição não é necessariamente mais objetiva do que a auto-atribuição.

É interessante, a este respeito, comentar os resultados parciais de um levantamento realizado pelo DataUff no Rio de Janeiro (ALMEIDA, YOUNG e PINTO, 2002). O levantamento piloto testava uma metodologia deveras interessante de abordagem do preconceito racial. O instrumento da pesquisa era constituído por uma seqüência de sete fotografias de homens adultos vestidos identicamente, cuja variedade de aparência ia do estritamente branco ao inequivocamente preto. Essas fotografias eram mostradas aos entrevistados, convidados a classificá-las em três categorias, preto, pardo e branco, e a ordená-las do mais branco ao mais preto.

Os resultados foram reveladores, pois mostraram haver não só um alto grau de concordância na classificação, mas também que o tipo na fronteira entre o pardo e o branco foi o que teve maiores variações de classificação – mesmo assim, 65% dos entrevistados o consideraram pardo. Esses resultados mostram que a hetero-atribuição não é livre das mesmas indefinições e imprecisões da auto-atribuição. Só um conjunto imaginário de observadores perfeitos poderia ser treinado para sempre classificar da mesma forma todos os sujeitos que lhes cruzassem a vista, especialmente aqueles próximos à fugidia linha de cor.

Há pelo menos três levantamentos realizados no Brasil que permitem comparar a composição racial da população obtida por intermédio de auto-atribuição e a gerada pela hetero-atribuição de pertença racial. Seus resultados, apresentados a seguir, permitem avaliar as relações entre auto e hetero-atribuição de cor em pesquisas. Deve-se ter em mente que os entrevistados e os entrevistadores dessas pesquisas não viam no quesito algo capaz de alavancar vantagens ou desvantagens pessoais. Ou seja, não há razão para não considerar fidedignas e sinceras ambas as classificações, mesmo quando discordantes.

É possível estabelecer de antemão um critério para julgar se a hetero-atribuição seria efetivamente preferível à auto-atribuição. Tal critério se baseia no conhecimento: i) de que ser branco é algo valorado em todas as camadas sociais, mesmo entre os mais pobres; ii) de que há uma tendência de branqueamento à medida que se galgam degraus

progressivamente mais elevados da estratificação social, isto é, de recalque da ascendência negra – especialmente se ocultável. Assim, uma maior proporção de pretos e pardos na composição racial deveria ser constatada quando o método de identificação é a hetero-atribuição. Se isso ocorresse, a classificação assim obtida poderia ser considerada mais acurada do que a obtida por auto-atribuição.

A primeira pesquisa que permite cotejar auto e hetero-atribuição de cor a ser considerada, “As eleições de 1986 em São Paulo”, foi realizada pelo instituto GALLUP com uma amostra pequena e restrita a São Paulo (capital) em 1986. Os resultados da pesquisa, no que toca a esse cotejamento particular e a prováveis explicações das variações entre as duas declarações de cor, foram analisados por SILVA (1999b). Na Tabela 2.1 são apresentados os dados da pesquisa, retabulados para que as percentagens somassem 100% no total.

TABELA 2.1 COR HETERO-ATRIBUÍDA VERSUS COR AUTO-ATRIBUÍDA.
SÃO PAULO, 1986

Cor hetero-atribuída	Cor auto-atribuída (%)						
	Branca	Morena	Mulata	Preta	Outras	Oriental	Total
Branca	56,2	9,3	3,5	0,9	0,9	0,5	71,1
Preta	0,9	0,2	1,2	2,3	0,2	0,0	4,7
Amarela	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,4	2,4
Parda	2,4	6,6	8,2	3,3	1,0	0,0	21,6
Total	59,5	16,1	12,9	6,4	2,1	3,0	100,0

FONTE: SILVA, N. D. V. *Uma nota sobre "raça social" no Brasil*. In: HASENBALG, C. A., SILVA, N. D. V. e LIMA, M. (Eds.). *Cor e estratificação social*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.

NOTA: Dados reorganizados.

Neste levantamento, os entrevistadores receberam um treinamento especial para classificar os entrevistados de acordo com o “fenótipo”, em uma das categorias da classificação do IBGE. Os entrevistados também eram convidados a identificarem a própria cor, todavia, nas categorias disponibilizadas para os entrevistados o termo designador dos mestiços era mulato. Como em outros levantamentos, muitos entrevistados optaram por se declarar morenos, o que foi registrado (SILVA, 1999b).

Na análise de SILVA (1999b) além do cotejamento puro entre esses dois registros de cor, foram considerados o nível de escolaridade e a renda familiar dos respondentes para avaliar o “efeito branqueamento”. Sua conclusão foi a de que, em regra, as discrepâncias entre a cor apontada pelo entrevistado e a pelo entrevistador podiam ser entendidas pela sua relação com o nível socioeconômico dos respondentes.

Entrevistados mais abastados considerados pretos pelos entrevistadores tendiam a se considerar morenos, mulatos, ou mesmo brancos. Contrariamente, indivíduos mais pobres considerados brancos pelos entrevistadores tendiam a se escurecer. Isso o levou à conclusão de que a hetero-atribuição geraria uma distribuição de cor mais acurada do que a produzida por auto-atribuição.

Globalmente, a partir da Tabela 2.1 é possível perceber que há um elevado grau de concordância entre as cores registradas por entrevistados e entrevistadores. Ressalvadas as diferenças de termos, se se considera que as auto-atribuições de cor morena e mulata equivalem à hetero-atribuição da cor parda, ter-se-ia que os dois métodos de determinação de cor concordam em 76% dos casos. Desconsiderando-se o refinamento da análise de SILVA (1999b), os valores marginais das distribuições dos registros de cor – 71% de brancos na hetero-atribuição contra 60% na auto-atribuição – revelam que: i) do ponto de vista dos entrevistadores, os entrevistados se escurecem; ii) do ponto de vista dos entrevistados, os entrevistadores os embranquecem.

Outro levantamento que permite o cotejamento da cor auto-atribuída com a hetero-atribuída foi conduzido pelo Datafolha em 1995. Os resultados foram reproduzidos na Tabela 2.2. O grau de concordância entre os dois registros de cor é elevado, 72%. E ao exemplo do levantamento paulista de 1986, a distribuição dos valores marginais revela ser o registro dos entrevistadores mais branco que o dos entrevistados, ainda que as discrepâncias sejam de apenas dois pontos percentuais na proporção de brancos.

TABELA 2.2 COR HETERO-ATRIBUÍDA VERSUS COR AUTO-ATRIBUÍDA. BRASIL, 1995

Cor hetero-atribuída	Cor auto-atribuída (%)				
	Branca	Parda	Preta	Outras*	Total
Branca	44	6	0	3	52
Parda/mulata	6	20	5	5	35
Preta	0	3	7	1	10
Outras ⁽¹⁾	0	1	0	1	2
Total	50	29	12	9	100

FONTE: TURRA, C. e VENTURI, G. (Eds.) *Racismo cordial: a mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil*. São Paulo: Ática, 1995.

NOTA: Dados reorganizados a partir das tabelas originais “Cor auto-atribuída segundo cor observada” e “Cor observada segundo cor auto-atribuída”.

(1) A categoria “outras” abrange a amarela, a indígena e outras.

TELLES e LIM (1998) analisaram os dados da pesquisa do Datafolha, buscando averiguar se o método de identificação racial afetaria as conclusões obtidas sobre as

desigualdades entre os brancos e os “não-brancos”, definidos como o conjunto de pretos ou pardos. Os autores concluem que a hetero-atribuição seria preferível, pois com dados de cor obtidos desta forma o modelo estatístico empregado explicaria melhor as diferenças de rendimentos entre os grupos raciais.

SILVA (1999a) havia especulado que se as pessoas mais ricas tendem a se declarar brancas, a desigualdade racial poderia estar sobreestimada no Brasil. Todavia para TELLES e LIM o contrário ocorrera: *“Então, acreditamos que estudos anteriores subestimaram as desigualdades raciais por terem se baseado somente em estatísticas oficiais, nas quais a raça é baseada em auto-classificação, ou em uma mistura desconhecida de auto-classificação ou classificação pelo entrevistador”* (1998: 473). Contudo, independentemente das suspeitas de poderem ser um pouco maiores ou menores, as desigualdades raciais no Brasil são inequivocamente intensas, sejam os grupos definidos por auto ou por hetero-atribuição.

Existe um terceiro levantamento que permite estudar os dois métodos de identificação da pertença racial, a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde, PNDS, de 1996. Nessa, as categorias raciais do IBGE foram empregadas – tanto por entrevistadores quanto por entrevistados – e o grau de concordância entre as respostas foi ainda mais elevado do que nas duas anteriormente comentadas, 89%, como se pode ver na Tabela 2.3. Novamente, a distribuição de cor hetero-atribuída é mais branca que a definida pelas respostas dos entrevistados.

TABELA 2.3 COR HETERO-ATRIBUÍDA VERSUS COR AUTO-ATRIBUÍDA.
BRASIL, 1996

Cor hetero-atribuída	Cor auto-atribuída (%)					
	Branca	Parda	Preta	Amarela	Indígena	Total
Branca	39,1	4,9	0,0	0,1	0,0	44,1
Parda	3,5	46,2	0,9	0,1	0,0	50,6
Preta	0,0	1,8	3,1	0,0	...	4,9
Amarela	0,0	0,0	...	0,3	...	0,3
Indígena	...	0,0	0,0	0,0
Total	42,7	52,9	4,0	0,4	0,0	100,0

FONTE: BEMFAM, Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde em microdados.

O fato de que em todos os levantamentos há um elevado grau de concordância não deve ser encarado como algo surpreendente: entrevistadores e entrevistados são membros da mesma sociedade e compartilham, em algum grau, suas percepções sobre raça.

Geralmente os entrevistadores moram na mesma cidade que os entrevistados. Em alguns levantamentos, os entrevistadores são recrutados para trabalhar em áreas próximas dos locais em que residem.

A experiência internacional mostra resultados semelhantes, ainda que relacionada a classificações de raça bem diferentes. Smith (1997), por exemplo, analisando o mesmo problema no contexto da Pesquisa Social Geral (GSS) estadunidense, detectou níveis de concordância ainda maiores, de no mínimo 94% entre a classificação do entrevistado e a do entrevistador.

Considerando-se as discrepâncias de cada categoria singular de cor nas três pesquisas, um quadro interessante emerge. Invariavelmente, a cor que apresenta o maior grau de concordância é a branca: 94% na pesquisa GALLUP, 87% na do Datafolha, e 92% na PNDS. Equiparando morenos e mulatos a pardos, têm-se os seguintes níveis de concordância: 51% na pesquisa GALLUP, 70% na do Datafolha, e 87% na PNDS. O menor grau de concordância é o da cor preta: 35, 57, e 78%, respectivamente.

O sentido da discordância é predominantemente o do branqueamento dos entrevistados pelos entrevistadores. A exceção óbvia é a dos entrevistados que se declararam brancos, para os quais a discordância do entrevistador só pode representar o escurecimento. Contudo, o escurecimento do entrevistado é pouco freqüente.

Tomando-se as classificações hetero-atribuídas discordantes dos entrevistados auto-declarados pardos²³, tem-se que: em 90% das discordâncias houve branqueamento na pesquisa GALLUP, 70% na do Datafolha, e 73% na PNDS. Para os que se declararam pretos a discordância implica necessariamente branqueamento. Mesmo assim é significativo que seja justamente nessa categoria que se verificam os menores percentuais de concordância.

Considerando tais dados, a defesa da hetero-atribuição por SILVA (1999b) e por TELLES e LIM (1998) parece injustificada. O fato de o branqueamento dos entrevistados pelos entrevistadores ser mais freqüente do que o empatecimento, que seria esperado da parte de entrevistadores mais atentos ao fenótipo constitui um óbice à defesa intransigente da hetero-atribuição. Teoricamente, pode-se entender esse

²³ Morenos e mulatos na pesquisa GALLUP.

fenômeno recorrendo à noção da etiqueta das relações raciais²⁴ e pelo ideal de brancura valorizado na sociedade brasileira (cf. NOGUEIRA, 1985; RAMOS, 1995; NOGUEIRA, 1998). Como mencionar a cor das pessoas pode ser visto como uma atitude pouco polida, o branqueamento poderia ser interpretado como uma “concessão” dos entrevistadores aos entrevistados: se “quanto mais preto pior”, ver o preto como pardo e o pardo como branco se torna uma “gentileza” à luz da ideologia racial.

O argumento de SILVA (1999b) de que o entrevistador treinado para o reconhecimento dos “fenótipos” produziria uma classificação mais acurada parece ser contradito pelos fatos. Comparando os entrevistadores das três pesquisas, foram justamente os entrevistadores treinados da pesquisa GALLUP que mais discordaram e branquearam os entrevistados que se declararam pretos. Em uma sociedade na qual vige ideal de brancura e em que ser negro “é ruim”, é difícil conceber uma explicação para o fato de os entrevistados se escurecerem ante os entrevistadores.

Assim, segundo o critério estabelecido no início desta seção, se há uma tendência de branqueamento por parte das pessoas à medida que se galgam os degraus mais elevados da pirâmide social, a classificação por hetero-atribuição deveria gerar uma composição racial mais escura, o que não acontece. Portanto, a auto-atribuição parece engendrar uma distribuição de cor mais acurada do que a obtida por hetero-atribuição, embora os resultados dessa não desautorizem seu uso – afinal, a discordância é pequena.

Finalmente, quanto ao treinamento dos entrevistadores para o reconhecimento de fenótipos predeterminados, é preciso considerar que isso não é de forma alguma desejável. Pessoas com aparência na fronteira entre negros e brancos podem ser classificados como brancas em determinadas regiões do país e como pardas ou mesmo pretas em outras. E é esse enquadramento que fará a diferença para defini-las como vítimas potenciais de discriminação racial. O objetivo do método de identificação racial, portanto, não é obter um enquadramento fenotípico preciso, mas sim um enquadramento estético local e relacional. Este ponto é retomado na próxima seção.

²⁴ O uso de moreno como um eufemismo para não se referir a pessoas como negras, pretas, ou pardas, é a expressão perfeita dessa etiqueta das relações raciais. É comum pessoas se referirem a uma pessoa negra, como “aquele moreno”, ainda que o sujeito não tenha o menor problema em se declarar negro, ou preto, ou pardo. É uma espécie de concessão polida para não “depreciar” o outro pela alusão ao que se entende como sua condição racial “inferior”.

2.2.3 A classificação racial do IBGE

A classificação de “cor ou raça” empregada pelo IBGE em suas pesquisas, ao contrário do que pensam alguns ²⁵, não foi inventada por burocratas, tendo mais de um século de história. Deriva da classificação usada nos primeiros censos do século XIX, quando o vocabulário étnico e racial era muito mais elaborado e diversificado do que o correntemente empregado.

Tomando, por exemplo, termos empregados por Nina RODRIGUES (1988) e nos textos de jornais analisadas por SCHWARCZ (1987), constata-se que há os relacionados à posição no sistema escravocrata: escravo, peça, liberto, livre e forro. Esses podem aparecer como substantivos ou como adjetivos, como em “preto forro”. Outros termos dizem respeito à origem étnica, compreendendo fula, nagô, angola, mina, dentre outros, que também podem aparecer como substantivos ou como adjetivos (“preta mina”, etc.). Há também os termos designadores de vários tipos de mestiçagem: crioulo, mulato, caboclo, cafuso e mameluco. Finalmente, há os termos mais relacionados às variações da cor da pele: negro, preto, pardo, branco, retinto, azeviche, oviano, cor retinta. Cores esdrúxulas, como a “cor tostada de lombo assado” já eram empregadas.

O emprego dos termos de cor é particularmente interessante nas notícias de fugas de escravos publicadas em classificados (SCHWARCZ, 1987). Nessas, a necessidade de caracterizar bem o fugitivo para que pudesse ser identificado a partir do texto leva à elaboração de cores compostas, com outros termos de cor definindo nuances, ou com outras categorias de termos étnico-raciais: pardo quase branco, preto retinto, cobre azeviche, preta de angola, crioulo bem preto, etc. As descrições frequentemente acrescentavam à cor outras características físicas, como altura, compleição, a cor e o tipo dos cabelos, a presença de barba, e eventuais marcas deixadas pelos diversos castigos que eram infligidos aos cativos. Acrescentavam também a idade, precisa ou aproximada por categorias como moço, moleque, velho; e também informações sobre o caráter, temperamento, e habilidades pessoais, como o domínio de artes e ofícios, da escrita, da leitura e da aritmética.

Dentro da grande variedade de termos, três se destacavam de forma inequívoca como os mais usados: preto, pardo e branco. Assim, no primeiro censo oficial brasileiro,

²⁵ E.g., “burocratas desse órgão [o IBGE] inventaram uma definição que não agrada a quase ninguém: a cor parda” (RODRIGUES, 1995: 32).

realizado em 1872, esses vocábulos raciais de grande fluência social foram os designadores das categorias da classificação racial. Tal escolha foi muito apropriada, pois em um levantamento dessa natureza é importante que os termos empregados tenham uso corrente e o mais disseminado possível, para proporcionar maior uniformidade e confiabilidade aos dados obtidos. Além dessas três categorias, no censo de 1872, havia a categoria “caboclo”, que definia o grupo dos indígenas. As categorias preta e parda eram as únicas aplicáveis à parcela escrava da população, embora pudessem também enquadrar pessoas livres, assim nascidas ou alforriadas. O censo de 1872, portanto, simplesmente lançou mão das categorias que a sociedade brasileira utilizava corriqueiramente como forma de classificação e hierarquização racial de seus membros.

No segundo censo brasileiro, o de 1890, o termo pardo foi substituído por mestiço. Os censos subsequentes ignoraram a raça até 1940, quando a cor da população voltou a ser coletada quase segundo as mesmas categorias do censo de 1872. O termo designador dos mestiços voltou a ser pardo, e devido ao fluxo de imigração asiática, foi criada a categoria amarela. Não havia uma categoria específica para indígenas (que foram classificados como pardos). Desde então, a única alteração no sistema classificatório, que não foi empregado no Censo de 1970, foi justamente o acréscimo da categoria indígena na década de 1990. É interessante notar que, do Censo de 1940 até o de 1991, a classificação era só de “cor”. Foi com a inclusão da categoria indígena, a partir do Censo de 1991, que a classificação passou a ser de “cor ou raça”, ganhando suas cinco categorias atuais. Essa classificação é usada também nos demais levantamentos do IBGE, nos registros administrativos do governo brasileiro, e em pesquisas realizadas por outras instituições (PETRUCCELLI, 2000; OSORIO, 2003b).

A classificação racial brasileira é única, e reflete preocupações engendradas pela história nacional em relação à diversidade dos brasileiros e sua origem. Não existe uma classificação internacional para raças ou para etnias. Nos diferentes países, conceitos como etnia, tribo, nação, povo e raça recebem conteúdos locais, pois as bases importantes para a delimitação das fronteiras entre grupos sociais são produzidas pela história de cada sociedade.

Os organismos internacionais, por exemplo, reconhecendo tal diversidade, optam por não definir um sistema de classificação universal para ser empregado, por exemplo, no estudo das desigualdades socioeconômicas e políticas existentes entre os grupos étnico-

raciais. Assim, em pesquisas internacionais, quando a diversidade racial é objeto de interesse, geralmente é captada segundo as categorias locais empregadas pelo órgão oficial de estatística de cada país. A Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde²⁶, por exemplo, quando realizada no Brasil levantou a etnia por intermédio do sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE.

Enquanto no censo brasileiro é captada a “cor ou raça” dos indivíduos, na Índia pesquisa-se como qualificador étnico a orientação religiosa, na Inglaterra se se fala o galês, e nas Ilhas Maurício interessa saber a qual de 18 grupos lingüísticos pertencia a língua falada pelos ancestrais. Em outros países da América Latina, pode se perguntar tanto sobre o grupo étnico-racial diretamente, quanto a primeira língua. O Banco de Dados Internacionais sobre População do Bureau de Censos dos Estados Unidos possui informações desse tipo para 92 países.

ALLAN (2001) levantou em detalhe as classificações etno-lingüísticas-raciais de 13 países. Uma breve análise dos dados mostra como as classificações são singulares, variando bastante de país a país. Dos 13 países pesquisados, apenas dois além do Brasil captavam a raça de seus nacionais, Estados Unidos e Canadá. Porém, nestes o quesito é complementado por considerações sobre a origem étnica que não possuem, nas pesquisas brasileiras, equivalentes diretos. Vale descrever mais detalhadamente as classificações de raça empregadas pelos órgãos oficiais de estatísticas dos Estados Unidos e do Canadá, dois países com populações grandes e de origens nacionais e étnicas variadas como o Brasil.

Nos Estados Unidos, a partir do Censo de 2000, as pessoas podem escolher mais de uma raça, embora só 2,4% da população o tenham feito. Há seis grandes grupos raciais: brancos; negros ou afro-americanos; índios americanos ou nativos do Alaska; asiáticos; nativos do Hawaii ou outros ilhéus do Pacífico; outras raças. Os asiáticos e os nativos do pacífico devem apontar subcategorias. Para os asiáticos: indianos; filipinos; chineses; japoneses; coreanos; vietnamitas; ou outros asiáticos. Para os nativos do Pacífico: nativo do Hawaii; nativo de Guam ou chamorro; nativo de Samoa; ou outros ilhéus do Pacífico. No total, são oferecidos 15 enquadramentos étnico-raciais distintos. Os que escolhem as categorias índios americanos ou nativos do Alaska, outros asiáticos, outros

²⁶ “Demographic and Health Survey”. Conduzida no Brasil em 1996.

ilhéus do Pacífico, ou outras raças devem declarar qual a sua raça ou etnia específica em campo apropriado.

No Canadá a classificação de raça também está entremeada com uma classificação étnica e visa a subsidiar políticas públicas de promoção da equidade de oportunidades no emprego (Employment Equity Act). Aos canadenses, interessa saber se o indivíduo é um nativo, ou membro de uma “minorias visível”, legalmente definida como um grupo de pessoas que, não sendo nativas do território canadense, não sejam de raça caucasiana, ou cuja cor não seja branca. Assim, as respostas possíveis à pergunta que envolve cor, raça, origem e etnia (enunciada “É esta pessoa:”) são: branco; chinês; sul-asiático (indiano, paquistanês e outros); negro; asiático do sudeste (vietnamita, cambojano e outros); árabe; asiático do oeste (afegão, iraniano e outros); japonês; coreano; outro (deve especificar qual). Esta pergunta é feita após a que visa a determinar se a pessoa pertence a um dos povos nativos do território canadense.

É interessante notar que mesmo com interesses parecidos, no sentido dos grupos que pretendem delimitar, as classificações de Estados Unidos e Canadá têm categorias distintas. Entretanto, fosse tirado o detalhamento conferido aos imigrantes orientais e do pacífico, e aos nativos dos territórios nacionais, poder-se-ia reduzir os grupos raciais identificados por ambas as classificações a quatro: brancos, negros, orientais e indígenas. Essas são essencialmente as categorias da classificação oficial brasileira, com uma notável ausência, pois não há uma categoria para enquadrar os mestiços, que seja equivalente à parda.

São minoria os países que possuem uma categoria específica para mestiços: dentre os 92 países com classificações étnico-raciais registradas no já citado Banco de Dados Internacionais sobre População, apenas 20, incluindo o Brasil, têm uma categoria para mestiços – mas o foco em mestiços de brancos e negros parece ser preocupação específica de um grupo mais restrito de nações, dentre os quais o nosso país e alguns vizinhos latino-americanos, especialmente a Colômbia e a Venezuela. Estes três países juntos agregam 80% da população estimada, em 2000, de 150 milhões de negros latino-americanos e caribenhos (HOPENHAYN e BELLO, 2001).

2.2.4 Classificação de “cor ou raça” e preconceito de marca

A diferença representada pela categoria parda remete novamente ao fato de que as preocupações étnicas ou raciais de uma sociedade refletem sua história. A preocupação

preponderante com a aparência (preconceito de marca), e não com as origens, e a intensa miscigenação engendraram o interesse pela população mestiça no Brasil. Nas antigas teorias de supremacia racial, que atingiram a intelectualidade brasileira com intensidade no momento em que esta se atribuía a missão de fornecer uma identidade nacional ao país nascituro, existia uma hierarquia das raças puras, mas em regra considerava-se que o mestiço era um ser inferior a qualquer das raças das quais provinha. Contar os mestiços se tornava até mais importante do que contar os negros.

O negro não era considerado um grande entrave à constituição da nação e seu progresso. Primeiramente, achava-se que estavam desaparecendo, não só pela miscigenação, mas por que seria uma raça inferior, condenada à extinção pelo próprio processo evolutivo e pelo contato com o branco, o mesmo podendo ser dito do indígena (ROMERO, 1949). Além disso, o negro estava em uma posição apropriadamente subalterna – e a própria negritude permitia identificá-los facilmente.

Já os mestiços não pareciam desaparecer. Acreditava-se que ascendiam socialmente e começavam a competir com os brancos pelos diversos recursos e bens sociais disponíveis. Eles é que constituíam a grande “ameaça”, principalmente se se aventava, como RODRIGUES (1988), que seu grande número poderia levá-los ao poder. O preto poderia ser isolado de várias formas, mas os mestiços imprimiam e difundiam a marca da não brancura pela sociedade: os pretos eram poucos, os mestiços muitos. Entretanto, os pardos também podiam ser encarados de forma otimista como um signo do branqueamento, por aqueles que, como ROMERO (1949), acreditavam que tal processo estava em curso e era irreversível. Numa ou noutra perspectiva, contar os mestiços é importante.

Existe no Brasil uma preocupação com o quão branca são as pessoas, e é isso que as define racialmente. Expressões como “pé na cozinha” (ou na África, ou na senzala), “cabelo ruim”, e a eterna preocupação dos pais e mães, parentes e amigos, com a aparência dos recém-nascidos (se “branquinhos” ou “moreninhos”) traem a presença do ideal do branqueamento, que tem sido objeto de várias pesquisas (HOFBAUER, 2006). A raça é uma questão de aparência, não de origem, de “afro-ascendência”. E a marca principal que permite a identificação da raça é a cor, para a qual existe uma espécie de escala de gradação que vai do estritamente branco (o nível ideal) ao completamente preto (NOGUEIRA, 1985).

Para Oracy NOGUEIRA (1985) o preconceito se intensificaria na razão direta da posição na escala de cor e do porte de outras marcas: quanto mais negra é uma pessoa maior é a probabilidade de ser vítima do preconceito. As categorias branca, parda e preta do sistema de classificação do IBGE refletem esta escala: são os dois pontos extremos, e as posições intermediárias sintetizadas em uma única categoria. Entretanto, os mais sequiosos de precisão poderiam perguntar se não seria oportuno ter mais categorias intermediárias entre o branco e o preto, se o preconceito aumenta gradualmente de um extremo ao outro. Assim o pardo não seria uma categoria tão ambígua.

Contudo, a classificação racial, ao contrário do que possa parecer, não se beneficiaria de mais precisão na delimitação dos grupos ou de um maior número de categorias. O caráter “*intelectivo e estético*” (NOGUEIRA, 1985: 82) do preconceito racial de marca faz com que a definição do grupo discriminado e a atribuição de pertença a este sejam flexíveis. Uma mesma pessoa, inserida em determinadas relações sociais, em contextos delimitados, pode ser vista como branca, ou parda, ou mesmo preta. “*Assim, a concepção de branco e não-branco varia, no Brasil, em função do grau de mestiçagem, de indivíduo para indivíduo, de classe para classe, de região para região*” (NOGUEIRA, 1985: 80).

Portanto, o fato de a classificação racial ser feita por cor a faz adequada ao Brasil. A cor é a forma de aproximar a pertença racial dos indivíduos, pois é a marca mais importante considerada nas situações concretas para a definição desta pertença. Sua eficiência nesta tarefa provém do fato de que geralmente a cor de uma pessoa está relacionada às demais marcas que porta, embora haja exceções a tal regularidade.

A abrangência da categoria parda e sua aparente indefinição, por sua vez, paradoxalmente ampliam a objetividade da classificação. Por serem fluidas e indefinidas as linhas de fronteira que separam as três grandes zonas de cor, preta, parda e branca, a classificação ganha capacidade de apreender a situação do indivíduo classificado em seu microcosmo social, no contexto relacional que efetivamente conta na definição da pertença ao grupo discriminador, ou ao discriminado. Como lembram com pertinência TELLES e LIM, essa aparente inconsistência não implica vieses nos resultados obtidos, mas chama a atenção para o fato de que a classificação racial é socialmente percebida de formas distintas e que “*essas diferenças nas percepções da*

raça são importantes por que categorizar pessoas e tratá-las de acordo com isto freqüentemente tem conseqüências deletérias para os indivíduos” (1998: 474).

A classificação do IBGE tira, portanto, sua objetividade e sua utilidade como instrumento de pesquisa não de classificar pessoas invariável e precisamente segundo um padrão fenotípico único e supra-local, como parecem desejar os que reclamam “precisão” ou “objetividade científica”, mas da sua flexibilidade que lhe proporciona a aceitação das definições locais das fronteiras de cor, sejam essas quais forem.

2.2.5 O arco-íris das cores

Alega-se freqüentemente que a classificação racial do IBGE é pobre em face à riqueza do vocabulário empregado pelos brasileiros para designar sua identidade racial, que ultrapassaria o continuum branco-pardo-preto. De fato, exemplos arrolados anteriormente aqui e por outros autores (cf. SILVA, 1999a) confirmam a riqueza deste vocabulário. Desde a década de 1940, vários estudos dedicados à identificação racial levantaram uma enorme quantidade de termos. Esses levantamentos realizados em áreas restritas, cidades ou vilas, mostravam também que determinados termos não eram objeto de concordância, pois um mesmo conjunto de traços poderia ser referido por mais de um termo, dependendo dos entrevistados, podendo mesmo haver contradições entre os termos empregados.

Sabendo-se que estas variações locais são importantes, poder-se-ia questionar se a classificação de “cor ou raça” do IBGE daria conta desta riqueza sem perder informações relevantes. Talvez a identificação da pertença racial pudesse se beneficiar da inclusão de mais categorias no sistema de classificação, ou mesmo da captação livre dos termos designadores da identidade racial, sem a indução à escolha de categorias de um conjunto previamente definido, isto é, do não emprego de um sistema de classificação.

Embora o emprego de um método de identificação seja uma condição de funcionamento do sistema classificatório, exigindo sua definição *a priori*, a classificação racial pode ser predefinida ou espontânea. No primeiro caso, a classificação tem suas categorias predefinidas e o método de identificação racial fará o enquadramento dos sujeitos. No segundo caso, não há predefinição: emergem do processo de identificação categorias espontâneas de classificação racial. Talvez fosse o caso de a classificação racial do IBGE ser definida posteriormente a partir das respostas espontâneas dos entrevistados.

Estas preocupações com a pertinência da classificação não são novas, tendo mesmo suscitado a inclusão, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD, de 1976, de um suplemento que continha questões dedicadas ao estudo do problema da identidade e da identificação racial. Tais questões permitiram verificar a adequação da classificação empregada pelo IBGE. O teste pôde ser realizado pela comparação das respostas a dois quesitos de cor: o primeiro espontâneo, sem categorias predefinidas, com os entrevistados tendo total liberdade para selecionarem o termo que consideravam descrever sua cor, ou a daqueles por quem respondiam; e no segundo eram induzidos a escolher uma dentre as quatro categorias predefinidas da classificação: branco, preto, amarelo e pardo.

A compilação das respostas ao quesito de declaração livre revelou nada menos que 136 termos distintos de identificação racial. Esse dado é freqüentemente mencionado por toda a sorte de críticos e detratores da classificação como prova de sua suposta inadequação. Porém, as quatro categorias do sistema classificatório do IBGE apareceram em nada menos que 57% das respostas espontâneas – o que é ainda mais surpreendente se se considera que o último levantamento com a pergunta de cor antes da PNAD de 1976 foi o censo de 1960. E 38% das respostas estavam concentradas em três outros termos: morena, morena-clara e clara. Ou seja, a despeito da enorme variedade, 95% das respostas espontâneas se enquadravam em apenas sete termos, todos relativos à cor da pele. A Tabela 2.4 mostra os dois quesitos cotejados da PNAD de 1976.

TABELA 2.4 COR PREDEFINIDA VERSUS COR ESPONTÂNEA.
BRASIL, 1976

Cor predefinida	Cor espontânea (%)								Total
	Branca	Preta	Parda	Amarela	Morena	Morena-clara	Clara	Outras	
Branca	42,8	0,1	0,2	0,1	8,2	1,5	2,0	2,3	57,2
Preta	0,1	4,2	0,2	0,0	3,0	0,1	0,0	1,0	8,5
Amarela	0,4	0,0	0,1	0,8	0,9	0,2	0,1	0,3	2,7
Parda	0,8	0,4	6,7	0,1	21,0	0,9	0,2	1,5	31,6
Total	44,0	4,7	7,1	1,0	33,0	2,7	2,3	5,1	100,0

FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados.

Outra pesquisa que permite cotejar a cor espontânea com a predefinida segundo a classificação do IBGE foi conduzida pelo Datafolha, em 1995. A Tabela 2.5 apresenta seus resultados, retabulados para serem comparáveis aos da Tabela 2.4.

A despeito dos quase vinte anos a separarem os dois levantamentos, e das grandes diferenças metodológicas, os resultados são praticamente os mesmos, especialmente para as categorias branca e parda da declaração induzida. As categorias da classificação do IBGE respondem, no levantamento do Datafolha, por 50% das respostas livres, um pouco menos do que os 57% verificados na PNAD de 1976. As sete categorias de cor que na PNAD 1976 cobriam 95% das respostas espontâneas, na pesquisa do Datafolha cobriam 94%, praticamente a mesma porcentagem.

Na declaração espontânea, a principal diferença entre os levantamentos fica por conta da categoria negro, que não era expressiva (0,1%) em 1976, e representava 3% das respostas em 1995. A principal diferença nas distribuições marginais da declaração predefinida é o aumento da proporção das pessoas que se declararam pretas. A inclusão da categoria indígena também parece ter exercido efeitos na distribuição proporcional das categorias: outras, na Tabela 2.5, que equivale, grosso modo, a amarela na Tabela 2.4, responde por 9% dos casos. O aumento da proporção das categorias preta e outras ocasionou, por composição, a diminuição das duas maiores categorias, branca e parda: a primeira teria decrescido 12,5% em relação a 1976, e a segunda, 6,3%.

TABELA 2.5 COR PREDEFINIDA VERSUS COR ESPONTÂNEA.
BRASIL, 1995

Cor predefinida	Cor espontânea (%)								Total
	Branca	Preta	Parda	Amarela	Morena	Morena-clara	Clara	Outras	
Branca	37	0	0	...	7	4	2	1	50
Preta	0	3	0	...	5	0	...	3	12
Outras ⁽¹⁾	1	0	0	0	6	1	0	0	9
Parda	1	1	6	0	18	2	0	2	29
Total	39	4	6	1	35	7	2	7	100

FONTE: TURRA, C. e VENTURI, G. (Eds.) Racismo cordial: a mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil. São Paulo: Ática, 1995.

NOTA: Dados reorganizados a partir das tabelas originais "Auto-atribuição espontânea de cor" e "Cor auto-atribuída segundo cor observada".

(1) A categoria outras abrange a amarela, a indígena e outras da classificação predefinida.

Guardadas as diferenças metodológicas entre os dois levantamentos, uma possível interpretação dessas mudanças seria a de maior valorização da negritude, representada pelos que se declararam negros, pelo aumento de 41,2% da proporção de pessoas pretas, e pela redução da proporção de brancos maior do que a da proporção de pardos. A hipótese de uma maior valorização da negritude em tempos recentes parece ser confirmada pelo aumento da proporção de pretos e pardos nos vários levantamentos do

IBGE, que não pode ser atribuído exclusivamente à natalidade diferencial, sendo cabível que tenham ocorrido mudanças nas declarações (PETRUCCELLI, 2002).

De forma geral, os ativistas dos movimentos sociais historicamente optaram preferencialmente por se definirem negros. O trabalho de SCHWARCZ (1987) ilustra como no século XIX os termos negro e preto eram usados em contextos bem distintos: negro era aplicado aos insubmissos, aos capoeiras e quilombolas, àqueles que se recusavam à dominação branca, e à aderência ao ideal de brancura imposto pela brasilidade; enquanto preto era reservado aos escravos e alforriados submissos, que se contentavam com a posição subalterna. Portanto, em um contexto de fortalecimento do movimento social e de valorização da negritude, não é de se surpreender algum grau de recusa a ser preto e a opção por ser negro.

Calculando-se, a partir da Tabela 2.4 e da Tabela 2.5, as percentagens da declaração espontânea condicionais às categorias predefinidas, tem-se que as distribuições da PNAD de 1976 e da pesquisa do Datafolha de 1995 para as categorias branca e parda são extremamente semelhantes. Em 1976, 75% das pessoas brancas na declaração induzida se haviam declarado brancas espontaneamente; em 1995, 74%. Ainda considerando os brancos, 14% se haviam declarado morenos em 1976, e 13% em 1995; 3% se declararam claros em 1976 e a mesma porcentagem em 1995. A diferença principal ficou por conta de uma maior concentração dos brancos na categoria espontânea morena-clara, 8% dos brancos em 1995, e apenas 3% em 1976, quando os demais brancos se encontravam mais dispersos por outras categorias espontâneas de cor.

Para os que escolheram a cor parda na classificação predefinida as semelhanças também são grandes. Em 1976, 21% antes se declararam pardos espontaneamente, enquanto em 1995 foram 19%. Nos dois levantamentos, os pardos se declararam preferencialmente como morenos: 66% em 1976, e 61% em 1995. E tanto em 1976 quanto em 1995 apenas 3% dos pardos se haviam declarado espontaneamente brancos. A maior diferença, como para os brancos, fica por conta de uma maior concentração na categoria morena-clara no levantamento de 1995.

Dois pontos revelados pela análise da Tabela 2.4 e da Tabela 2.5 devem ser retidos: o primeiro é o fato de que a multiplicidade dos termos empregados para designar a cor é altamente questionável. Apesar da grande quantidade de termos levantados, a esmagadora maioria das pessoas se define segundo um conjunto restrito de designações,

sendo insignificante a proporção dos que escolhem cores esdrúxulas. O segundo aspecto é a estabilidade temporal tanto das categorias espontâneas, quanto da relação mantida com as da classificação do IBGE. A distribuição pelas categorias espontâneas das pessoas que escolhem cada categoria predefinida é muito semelhante. As designações espontâneas proporcionalmente expressivas são as mesmas nos dois levantamentos, sendo a única exceção digna de nota a categoria negra, que cresce bastante de 1976 a 1995.

Outro aspecto relevante é que as respostas ignoradas, ou as recusas em declarar a cor segundo as categorias induzidas, representam uma porcentagem muito reduzida dos casos em ambos os levantamentos. Ou seja, a despeito da aparente rejeição de alguns termos da classificação predefinida – especialmente de pardo – as pessoas conseguem se enquadrar em uma das categorias.

A despeito das evidências a favor da classificação de “cor ou raça” do IBGE, seu questionamento parece ser eterno. O debate sobre sua adequação em face à suposta multiplicidade de cores e identidades raciais levou à realização de um levantamento semelhante ao da PNAD de 1976, para subsidiar os trabalhos da Comissão Consultiva do Censo 2000 (SCHWARTZMAN, 1999). Para tanto, foi incluído um suplemento de identificação racial na Pesquisa Mensal de Emprego, PME, de julho de 1998. Esse suplemento possuía além de um quesito de cor de declaração espontânea e outro predefinido, quesitos sobre a origem, contemplando a discussão sobre os tipos de preconceito (NOGUEIRA, 1985).

Entre as tarefas da Comissão estavam, portanto, a consideração da eventual necessidade de re-elaboração da classificação de “cor ou raça” e a possibilidade da inclusão de quesitos de origem. Adianta-se que após discutir os resultados da PME, a Comissão optou pela manutenção da classificação e pela inutilidade da inclusão de um quesito de origem, pois a maior parte dos entrevistados considerou-se brasileira, eventualmente adicionando outra origem, a portuguesa e a italiana sendo as mais expressivas (SCHWARTZMAN, 1999).

A recusa à definição por origem está plenamente de acordo com o predomínio de um preconceito de marca, essencialmente estético, reforçando a pertinência da identificação da raça pela cor. Ressalte-se que a origem africana, que definiria os que se reconhecem como afro-descendentes, ou afro-brasileiros, representou apenas 1,5% das respostas, e

foi escolhida por somente 2,1% dos entrevistados²⁷. Na Tabela 2.6 são reproduzidos os resultados da PME de julho de 1998 relativos às declarações de cor espontânea e induzida.

Mais uma vez, embora os levantamentos não sejam estritamente comparáveis, devido às diferenças metodológicas e à cobertura geográfica distinta, o quadro que emerge da PME é essencialmente o mesmo mostrado pela PNAD de 1976 e pela pesquisa do Datafolha. Os sete termos de cor que nesses dois levantamentos abarcavam, respectivamente, 95 e 94% das respostas, continuam a englobar 94% destas, uma estabilidade impressionante e significativa, levando-se em consideração as diferenças metodológicas e temporais. Como no levantamento do Datafolha, a grande diferença nas declarações espontâneas da PME em relação à PNAD de 1976 fica por conta da categoria negro, que aparece em 3% das respostas. Ou seja, adicionando-se esse termo aos outros sete mais escolhidos, cobre-se 97% das respostas livres. Cores e denominações esdrúxulas também surgiram em profusão, mas em proporção irrisória.

TABELA 2.6 COR PREDEFINIDA VERSUS COR ESPONTÂNEA.
REGIÕES METROPOLITANAS DE SÃO PAULO, RIO DE JANEIRO, PORTO ALEGRE, BELO HORIZONTE, SALVADOR E RECIFE, 1998

Cor induzida	Cor espontânea (%)								Total
	Branca	Preta	Parda	Amarela	Morena	Morena-clara	Clara	Outras	
Branca	53,2	0,0	0,1	0,0	2,8	1,1	0,7	0,4	58,5
Preta	0,1	4,1	0,1	0,0	1,3	0,0	0,0	3,6	9,3
Amarela	0,1	0,0	0,0	1,0	0,1	0,0	0,0	0,0	1,3
Parda	0,4	0,1	10,0	0,0	15,9	1,7	0,1	1,4	29,5
Indígena	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,1	0,0	0,2	0,9
Ignorado	0,2	0,0	0,1	...	0,1	0,0	0,0	0,2	0,6
Total	54,0	4,2	10,3	1,1	20,8	2,9	0,8	5,9	100,0

FONTE: SCHWARTZMAN, S. *Fora de foco: diversidade e identidades étnicas no Brasil*. Novos Estudos CEBRAP, n.55, p.83-96. 1999.

NOTA: Dados reorganizados.

Comparando-se as três últimas tabelas, percebe-se outra tendência muito importante, o aumento da correlação entre a cor espontânea e a predefinida. Das pessoas que se declaram brancas espontaneamente, 97% mantiveram a cor na declaração induzida em 1976, 95% em 1995, e 99% em 1998. Situação semelhante se reproduz para as

²⁷ O quesito de origem permitia a escolha de mais de uma opção, o que faz com que o conjunto de respostas seja maior que o de entrevistados.

categorias preta e parda: para a primeira, 90, 87 e 98%; para a parda, 94, 92 e 97%. Pode-se também prever que as pessoas que se declararam claras espontaneamente tendem a se considerar brancas na classificação predefinida: 86% agiram dessa forma, tanto em 1976 quanto em 1998.

Das categorias mais expressivas da declaração livre, as únicas que constituem fontes de “perturbação” são, portanto, morena e morena-clara, mas principalmente a última. Os morenos tendem consistentemente a se considerarem pardos na declaração induzida: 64% em 1976, e 77% em 1998. Já os que optam espontaneamente pela cor morena-clara apresentam um comportamento irregular: em 1976, dos que assim se declararam, 57% optaram pela cor branca na classificação predefinida; em 1998, a situação se inverteu, com 57% se declarando pardos. Entretanto, deve-se ressaltar que morena-clara é uma das categorias menos escolhidas dentre o conjunto das denominações livremente mencionadas, com pouco menos que 3% das respostas. Assim, não constitui uma fonte significativa de problemas para a classificação.

Outra informação extremamente relevante vem da comparação dos levantamentos do IBGE de 1976 e 1998. No levantamento mais antigo, as quatro categorias da classificação eram mencionadas em 57% das respostas espontâneas; em 1998, essas mesmas categorias, sem considerar a indígena que não existia em 1976, apareceram em 70% das respostas livres.

Ao que tudo indica, houve um aumento da fluência social das categorias da classificação. Deve-se lembrar que em 1976, há dezesseis anos não se coletava a cor da população em um grande levantamento. Em 1995, a despeito de o quesito cor ter sido pesquisado em vários levantamentos a partir de 1976, ainda era rara a divulgação de indicadores e estudos em perspectiva racial. Muitas pessoas não conheciam as categorias da classificação. Ao longo da década de 1990, a estatística social com cortes raciais começou a ser produzida e divulgada de forma progressivamente mais intensa para o público em geral, incluindo a disseminação pelos meios de comunicação de massa. Isso pode ter contribuído para que as categorias do sistema classificatório se tornassem mais conhecidas, mais fluentes no corpo social, aumentando sua escolha na declaração livre, e a previsibilidade da escolha induzida a partir da espontânea.

2.2.6 A evolução da composição racial segundo a PNAD

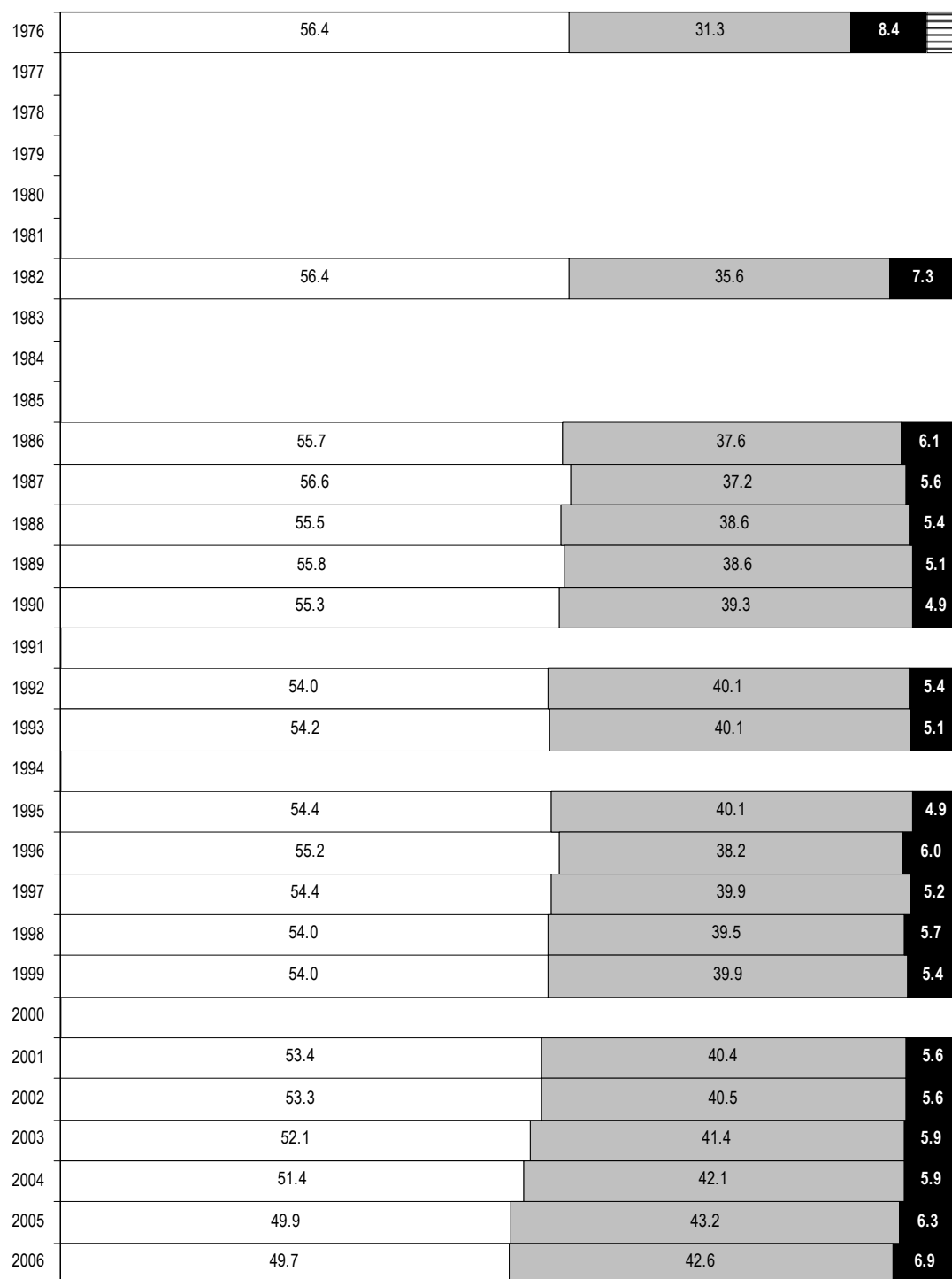
Nesta subseção, tratar-se-á da evolução da composição racial apenas a partir da PNAD, que é a fonte dos dados. A evolução da composição racial brasileira segundo os Censos de população de 1872 a 2000 pode ser conferida em PETRUCCELI (2002). A PNAD, principal fonte regular de dados sobre as condições socioeconômicas da população brasileira, não é realizada nos anos censitários (1980, 1991 e 2000), e, excepcionalmente, não foi a campo em 1994. A pesquisa foi realizada pela primeira vez em 1967, e teve um caráter experimental até 1973, quando foi interrompida. A série disponível para o público em microdados (arquivos de computador com informação questionário a questionário) começa em 1976.

Nem sempre a pergunta sobre a cor fez parte dos questionários da PNAD. A primeira edição a tê-la foi a de 1976. Seu questionário suplementar continha duas perguntas sobre cor, uma de resposta livre, e outra com categorias predefinidas. Ambos os conjuntos de respostas foram mostrados na Tabela 2.4. O questionário suplementar foi aplicado apenas a uma sub-amostra de 20% da amostra total da PNAD daquele ano. A sub-amostra e a amostra da PNAD de 1976 possuíam representatividade quase nacional, excluindo as áreas rurais do Centro-Oeste (que passaram a ser cobertas de 1981 em diante) e do Norte (que passaram a ser cobertas em 2004).

Nas demais rodadas da PNAD realizadas na década de 1970 – 1977 a 1979 – a cor das pessoas não foi perguntada. Em 1981 e em 1983, a cor também não foi perguntada. Em 1982, 1984, 1985 e 1986 a pergunta de cor fazia parte dos questionários suplementares. Todavia, em 1984 só foi feita para as mulheres em idade reprodutiva, e em 1985 para os menores de idade, pois os questionários suplementares eram dedicados à investigação de temas relativos a esses grupos populacionais. Já os questionários suplementares de 1982 e de 1986 cobriam toda a população. Em 1987, não houve questionário suplementar, mas a partir deste ano a pergunta de cor passou a fazer parte do questionário básico, que compreende as perguntas feitas todos os anos.

O Gráfico 2.1 evidencia a evolução da composição racial brasileira segundo a PNAD e as categorias originais do IBGE de 1976 a 2006. As barras brancas representam os brancos, as cinzas os pardos, as pretas os pretos, e as barras hachuradas representam as demais respostas possíveis, amarela, indígena (1992 em diante), e ignorada. Exceto em 1976, as categorias branca, parda e preta perfazem mais de 99% da população. A maior categoria é a branca, seguida pela parda e pela preta, em todos os anos.

GRÁFICO 2.1 COMPOSIÇÃO RACIAL DA POPULAÇÃO (EM %).
BRASIL, 1976-2006



FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados.

A categoria parda é a que mais cresceu no período – e, de fato, vem crescendo desde o censo de 1940 (cf. PETRUCCELLI, 2002). Passa de 31% da população em 1976 a 39% em 1988, se estabiliza em torno dos 39-40%, e volta a crescer a partir de 2002.

Entretanto, no primeiro período o aumento da população parda se dá a expensas da proporção de pretos, que decresce, com a proporção de brancos se mantendo estável em torno de 56%. A partir de 1992, a proporção de pretos se recupera e a proporção de brancos começa a decrescer. De 2003 em diante tanto pretos quanto pardos aumentam ocasionando o decréscimo da população branca.

PETRUCCELLI (2002), analisando a variação da composição racial do censo de 2000 em relação ao de 1991 concluiu que a diminuição da população branca não poderia ser integralmente explicada por tendências diferentes de crescimento vegetativo das populações dos grupos de cor. Isso foi confirmado de forma rigorosa por SOARES (2008), a partir da PNAD. Lembre-se que por ocasião do censo de 1991 foi feita uma campanha publicitária alertando para a importância do registro da cor cujo mote era “não deixe sua cor passar em branco”, mas o mesmo não ocorreu no Censo 2000. Tudo indica que os esforços de valorização da população negra por parte dos movimentos sociais, o debate sobre a desigualdade racial e a adoção de políticas de combate ao racismo e à discriminação, que ganharam a opinião pública ao longo da década de 1990, levaram a uma mudança na identificação racial por parte da população.

Em subseção anterior, foram mostradas evidências compatíveis com a hipótese de aumento da valorização de ser preto ou pardo, ou, de outra forma, de enfraquecimento do ideal de brancura. Em particular, o aumento da auto-atribuição espontânea de pertencimento a categoria negra, ocorrido de 1976 a 1998, e também o aumento, nas respostas espontâneas, do uso da cor preta e da parda.

Também não se pode desconsiderar o efeito das políticas de ações afirmativas, em particular as relativas ao acesso ao ensino superior, que podem ter parte da responsabilidade por essas mudanças. É significativo que seja a partir de 2003, quando começam a ser adotadas sob um intenso debate com ampla cobertura midiática, que as proporções de pretos e de pardos comecem a crescer de forma mais intensa.

Embora as mudanças na composição racial devam ser objeto de estudo e acompanhamento por poderem ocasionar alterações no quadro da desigualdade racial, o fato é que a composição racial no período 1976-2006 pode ser considerada relativamente estável. O que é um testemunho a favor da adequação da classificação de cor como meio de operacionalização da raça.

2.3 Negros: grupo composto por pretos e pardos

...considerar que pretos e pardos compõem um grupo racial de “não-brancos” um tanto quanto homogêneo não parece ser uma violência para com a realidade. De fato, mais do que uma mera simplificação, parece constituir uma abordagem sensível na análise da discriminação racial no Brasil.²⁸

Nelson do Valle SILVA (1978: 215)

Por vezes, critica-se não a classificação de cor ou raça do IBGE, mas uma das formas de se empregá-la. Essa se constitui na agregação de pessoas pretas e pardas para a formação de um grande grupo populacional, os negros, majoritário na maior parte das unidades da federação, e a partir de 2006, majoritário na população brasileira. É importante ressaltar que a categoria negra não existe nos levantamentos do IBGE, que não divulga resultados para negros, apenas para pretos e pardos separadamente. São os usuários dos dados que agregam pretos e pardos. Isso é feito nesta pesquisa, e os membros do grupo agregado são chamados negros.

São três as justificativas para a agregação de pretos e pardos em um só grupo populacional. A primeira é o fato de que devido às características do preconceito racial no Brasil, pretos e pardos estão sujeitos à discriminação pelo mesmo motivo, por se distanciarem do ideal de brancura socialmente valorizado. A segunda é a homogeneidade de características socioeconômicas, pois os dois grupos apresentam indicadores semelhantes em várias dimensões (*e.g.* acesso a serviços básicos, educação, trabalho, saúde, renda). A terceira é a necessidade estatística: o grupo das pessoas que se declaram pretas é relativamente pequeno, o que suscita problemas de inferência para algumas análises, devido ao tamanho menor da amostra.

Todos os autores cujos estudos foram discutidos no *Primeiro Capítulo* tratavam pretos e pardos (ou negros e mestiços ou mulatos, gente de cor) como um grande grupo populacional que sofria com o preconceito racial dos brancos. E mesmo aqueles que minimizavam ou ignoravam o preconceito racial o faziam. A agregação dos dois grupos pelos clássicos tinha por justificativa teórica, a consideração de que as discriminações, potenciais ou efetivas, sofridas por ambos os grupos seriam da mesma natureza. Ou seja,

²⁸ “...consider blacks and mulattoes are composing a rather homogeneous racial group of “non-whites” does not seem to do much violence to reality. In fact, more than being merely a simplification, it seems to constitute a sensible approach to the analysis of racial discrimination in Brazil.”

é pelo que têm de preto que os pardos são discriminados. Ambas as categorias se distanciam do ideal de brancura, e isso as torna vítimas do preconceito racial.

A segunda justificativa para a agregação é a homogeneidade de características socioeconômicas. A homogeneidade da situação social dos pretos e dos pardos já havia sido notada há muito. Porém, é na década de 1970, quando os pesquisadores começam a trabalhar os dados de *surveys* em computadores e a produzir suas próprias tabulações, que a prática de apresentar resultados para o grupo de pretos e pardos agregados se estabelece. SOUZA (1971) foi um dos primeiros a adotá-la em sua pesquisa sobre raça e comportamento político, a justificando pela homogeneidade de pretos e pardos.

Àquela época, discutia-se a tese da “válvula de escape do mulato”, que especulava que dadas as características particulares do preconceito racial na América Latina, os mulatos não seriam apenas um grupo racial intermediário entre brancos e pretos, mas também um grupo socioeconômico de status intermediário, ao contrário do que ocorria nos Estados Unidos. A existência de diferenças de situação socioeconômica entre pardos e pretos foi uma das hipóteses principais testadas na tese de Nelson do Valle SILVA (1978), que a rejeitou com base na pouca diferença entre eles. Posteriormente, LOVELL (1992) reexaminou a hipótese de homogeneidade considerando também a dimensão de gênero, concluindo novamente pela homogeneidade de pretos e pardos. TELLES e LIM (1998) e TELLES (2003) questionaram a homogeneidade apontando diferenças entre pretos e pardos. Contudo, são de pequena magnitude frente à distância que separa ambos os grupos dos brancos.

Finalmente, existe a justificativa de ordem estatística para a agregação. Nos grandes levantamentos como a PNAD e os Censos é possível analisar separadamente pretos e pardos, graças às grandes amostras. Porém, em levantamentos de amostra pequena, o grupo dos pretos pode ser representado por um número de casos insuficiente, prejudicando a inferência estatística nas análises multivariadas. Essa é a principal razão alegada por SOUZA (1971) para realizar a agregação. E mesmo em grandes levantamentos, como a PNAD, o fato de os pretos serem o menor dos três grandes grupos de cor pode oferecer problemas a determinados tipos de análise.

A agregação de pretos e pardos tem, portanto, algumas vantagens. Simplifica a análise, pois permite tratar de apenas dois grupos, os brancos e os negros. Como os pretos e os pardos estão sujeitos ao mesmo tipo de discriminação por se distanciarem do ideal de

brancura e são socioeconomicamente parecidos, não se perde informação relevante. A agregação também contorna o problema estatístico que pode apresentar o tratamento separado dos pretos. Tem também a vantagem de dissolver o problema do tipo limítrofe entre o preto e o pardo.

A despeito das vantagens da agregação, a escolha do termo designador do agregado de pretos e pardos não é neutra, e gera bastante debate. Como aponta GUIMARÃES (2002), o movimento negro adotou a estratégia política de se colocar como representante do agregado de pretos e pardos e levar adiante sua caracterização como população negra. Em um só lance passaram a falar por metade da população e a ter como suporte de suas reivindicações vários trabalhos importantes das ciências sociais e as evidências de desigualdade racial por eles desveladas.

Existem duas ordens de críticas ao uso do termo negro para designar o agregado, as de senso comum e as políticas. Críticas de senso comum ao uso do termo negro, como “os pardos não se vêem como negros”, geralmente se assentam sobre um problema de representação. Quando o termo negro é usado para designar o agregado de pretos e pardos se acentua o problema da fronteira entre pardo e branco. A representação do negro, ainda que varie circunstancialmente, aponta para o extremo preto das gradações de cor. Ao se falar em negro, a maior parte das pessoas imagina um preto. Assim, fica difícil para alguns conceber o pardo na fronteira do branco como negro, pois os traços que o relacionam à representação preta do negro estão diluídos.

As críticas de ordem política são várias, mas em geral circulam em torno do argumento de que a afirmação de uma identidade negra se faz em detrimento da afirmação de um Brasil mestiço, e que isso criaria, ou intensificaria, o conflito racial e a crença em raças. Esse é um tema que escapa ao escopo da presente pesquisa, razão pela qual não será debatido aqui.

OLIVEIRA, PORCARO e ARAÚJO (1985: 11) citam uma bibliografia sobre o negro no Brasil, que, contando algumas centenas de trabalhos, mostrava como o termo negro para designar o conjunto de pretos e pardos é extremamente comum na ciência social brasileira. Essa prática foi consagrada por vários intelectuais. A maior parte dos pesquisadores mencionados no *Primeiro Capítulo*, freqüentemente se referia ao conjunto de pretos e pardos como negros, aludindo à natureza comum da discriminação contra eles. Esta pesquisa não é exceção.

2.4 Raça, discriminação e desigualdade racial

Não existe nas ciências sociais consenso teórico ou metodológico sobre raça, que é um dos conceitos centrais desta pesquisa. Por isso, um dos objetivos deste capítulo era esclarecer o que se entende por raça, e alguns conceitos correlatos que são amplamente empregados, como racismo, preconceito e discriminação racial. O segundo objetivo era examinar detidamente o sistema de classificação de cor ou raça usado pelo IBGE, por que toda a análise empírica realizada nesta pesquisa se baseia nesse sistema para identificar brancos e negros. O terceiro objetivo era justificar uma forma particular de usar os dados gerados pela classificação, agregar os pretos e os pardos em um só grupo e designá-lo negro. Para cada objetivo, foi dedicada uma parte deste capítulo.

Na primeira parte, argumentou-se ser a raça uma construção sócio-histórica que proporciona uma forma de percepção da diversidade dos seres humanos. É uma categoria social usada para designar grandes grupos humanos que compartilham uma marca visível, corporal ou não, de sua progênie comum, real ou mítica. A noção de que os povos humanos são diversos em aparência devido às origens distintas é relativamente comum, havendo muitos exemplos históricos do seu uso.

O fato de as sociedades usarem raça para designar, identificar e diferenciar grandes grupos humanos se torna fonte potencial de desigualdade quando se atribui a estes grupos raciais características que podem ser usadas para estabelecer hierarquias de superioridade entre as raças. Isso gera racismo e preconceito, levando a situações de discriminação racial, que acumuladas se traduzem em desvantagens para o grupo vitimado. No Brasil, o preconceito racial se caracteriza por ser preponderantemente de marca. Ter um corpo de aparência branca – com as marcas que se imagina ter o branco, cor da pele, cabelos, os traços da face – é o ideal. Quem traz no corpo as marcas do negro, pardos ou pretos, se distancia do ideal se tornando vítima potencial de discriminações.

Na segunda parte deste capítulo, a forma particular de o IBGE, em seus levantamentos, operacionalizar a pergunta que permite a identificação racial, mediante a auto-declaração de cor ou raça segundo um conjunto predeterminado de categorias foi analisada de forma detalhada, segundo vários aspectos. Os resultados dessa análise permitem concluir que o sistema classificatório de cor ou raça é adequado ao estudo da desigualdade racial no Brasil, embora, obviamente, não seja perfeito.

Inicialmente constatou-se que o uso do método de identificação da pertença a um grupo por auto-declaração não é “puro”, por que nem sempre as pessoas respondem por si nos questionários de censos e pesquisas domiciliares. Crianças, por exemplo, têm a cor declarada por adultos. Assim, parte das pessoas tem o grupo de cor ou raça definido por hetero-atribuição. Mas é realizada por outro membro do grupo doméstico, provavelmente uma pessoa muito próxima ao sujeito, e não por um estranho, como o entrevistador. Lembrando que a unidade pesquisada é o grupo doméstico, e a responsabilidade pela definição da cor fica com um membro, para todos os efeitos é auto-atribuição pela unidade amostral.

De qualquer forma, contrastando o resultado da classificação racial realizada pelo entrevistador ao da feita pelos próprios indivíduos ou seus grupos domésticos, concluiu-se que não há diferenças muito grandes nos resultados produzidos por cada método. As frequências relativas das categorias são semelhantes e as duas classificações são fortemente correlacionadas. Por auto-atribuição, porém, as composições raciais resultantes são pouco mais escuras do que as obtidas por hetero-atribuição. Tomando a auto-atribuição como referência, os entrevistadores tendem a branquear alguns indivíduos, provavelmente aqueles nas fronteiras de cor.

Depois, uma breve história ilustrou não ser a classificação de “cor ou raça” empregada pelo IBGE simplesmente uma invenção saída de algum gabinete. Suas categorias têm uma história, que reflete em grande grau a própria história das relações raciais brasileiras. O fato de o sistema de classificação ser de “cor ou raça” revela sua adequação ao tipo de preconceito existente no Brasil e sua inspiração por esse. De todas as marcas corporais que permitem que as pessoas distingam raças, a mais importante é a cor da pele, justamente o aspecto pelo qual as pesquisas captam o pertencimento racial. A reflexão sobre o preconceito de marca fornece, portanto, uma base teórica à classificação do IBGE.

Uma crítica comum à classificação do IBGE é a de que seu conjunto de categorias seria muito pequeno e não corresponderia à representação racial que os brasileiros teriam de si. Todavia, foram mostradas na segunda seção deste capítulo evidências sólidas de que a tese do arco-íris das cores não se sustenta. Os brasileiros usam espontaneamente um conjunto restrito de categorias para se definirem racialmente, muito bem representado pela classificação, cujas categorias têm fluidez social. A maior parte dos entrevistados

nas pesquisas com respostas espontâneas à pergunta de cor usou uma categoria da classificação para se definir.

A única categoria freqüente na declaração espontânea da cor que não é representada na classificação é a morena e suas tonalidades. A maior parte das pessoas que se dizem morenas depois se enquadra como parda quando induzida a escolher. Apesar de a categoria parda ser uma fonte constante de críticas à classificação, há razões para não substituí-la por morena, sendo a principal o fato de que essa categoria traria ainda mais imprecisão, complicando uma tarefa já razoavelmente complexa. O branco bronzeado depois de uma temporada de sol, por exemplo, seria moreno?

Outro ponto são justamente as reivindicações de maior precisão ou objetividade na classificação. No caso da delimitação de grupos raciais no Brasil, não é só o instrumento de mensuração que é impreciso, mas o fenômeno ao qual se endereça, pois a definição da pertença racial varia circunstancialmente. As categorias abrangentes e de fronteiras fluidas da classificação permitem lidar com a imprecisão do fenômeno da identificação racial. Embora não se possa a partir dos resultados de seu emprego saber exatamente qual é o “fenótipo” nacional ideal do pardo, ou do preto, ou do branco, identificar-se-á as pessoas que se enquadram nessas categorias em seus contextos relacionais locais.

O propósito da classificação racial não é estabelecer um tipo “biológico” válido para todo o país, mas se aproximar de uma caracterização sociocultural local. O que interessa, onde vige o preconceito de marca, é a carga de traços nos indivíduos do que se imagina, em cada local, ser a aparência do negro. Pardos têm menos traços, mas esses existem, pois se não fosse assim não seriam pardos, e sim brancos; e é a presença desses traços que os elegerá vítimas potenciais de discriminações.

Essa foi uma das justificativas oferecidas na terceira seção deste capítulo para a agregação de pretos e pardos em um único grupo racial, que será contrastado aos brancos, o fato de que a fonte das discriminações contra eles é a mesma. O racismo e o preconceito racial afetam tanto pretos quanto pardos, fazendo com que tenham características socioeconômicas relativamente homogêneas, e apresentando desigualdade semelhante em relação aos brancos. Isso produz uma identidade estatística entre os dois grupos, que é a segunda justificativa para a agregação. De resto, a agregação produz vantagens, como a simplificação da análise, pois os resultados são

apresentados apenas para dois grupos, e evita o problema estatístico que pode ser criado pelo menor tamanho do grupo dos pretos.

Quanto ao nome dado ao agregado de pretos e pardos, aqui se optou por negro. É uma prática consagrada nas ciências sociais brasileiras por ser teórica e historicamente bem justificada, ainda que, principalmente por motivos de ordem política, tenha sido questionada em tempos recentes. Há quem prefira “não-branco”. Há quem prefira simplesmente não falar sobre raça, por considerar que isso acentua a crença na realidade biológica das raças herdada da ciência do século XIX.

No fim, o que realmente importa é que o problema da desigualdade racial de renda, tratado nesta pesquisa, não vai desaparecer se o nome do agregado for trocado, ou se pretos e pardos forem analisados separadamente. As produções psicológicas e sociológicas de uma cultura, parafraseando LÉVI-STRAUSS, orientam as ações das pessoas, produzindo efeitos concretos. A representação da diversidade humana por raças é uma dessas produções, portanto, conjuntamente com seus efeitos deve ser objeto de estudo sociológico. De variadas formas, pode se manifestar em orientações racistas ou preconceituosas, levando a situações de discriminação na interação entre pessoas cuja aparência as aloca em grupos raciais diferentes.

No Brasil, onde vige o preconceito racial de marca, aqueles que trazem no físico as marcas da ascendência africana, pretos ou pardos, têm grande chance de serem vítimas de discriminação. A repetição freqüente dessas situações, principalmente na esfera econômica, faz com que os grupos vitimados tenham piores condições de vida. Todavia, os efeitos da discriminação acumulados não são a única fonte de desigualdade racial. A tese que orienta esta pesquisa considera que a desigualdade racial de renda no Brasil se deve principalmente à origem social das pessoas, e, em menor grau, à existência de discriminação racial contra os negros nos processos que determinam a renda.

Capítulo 3:

Da estrutura de classes à distribuição da renda

As teorias sobre a desigualdade racial no Brasil no período pós-Abolição, discutidas no *Primeiro Capítulo*, consideram que a estratificação social na primeira metade do século XX foi marcada pela transição para uma sociedade industrial e moderna. Entendem a desigualdade racial como o produto das influências conjuntas de raça e classe nos processos de mobilidade social, e a representam mediante a comparação da distribuição da população negra e da branca pelas classes. Definidas pela divisão do trabalho e pela propriedade dos meios de produção, as classes representam a macroestrutura da desigualdade socioeconômica em uma sociedade industrial.

Neste capítulo, são discutidas questões relativas à classe, e o porquê de se ter usado a distribuição de renda para o estudo da desigualdade, ao invés de representá-la por um modelo de classes. Na primeira parte argumenta-se que o conceito de classe está relacionado à representação da desigualdade socioeconômica. Como o conceito de raça, envolve significados e representações ancestrais. As ciências sociais tiveram um papel importante na construção do conceito contemporâneo de classe, e para as representações correntes da desigualdade. O próprio uso disseminado da palavra classe, ainda que não em suas acepções sociológicas, para representar e definir grupos socioeconomicamente desiguais, testemunha essa contribuição.

As classes, na sociologia, são categorias de teorias de estratificação, que compreendem representações da estrutura da desigualdade e dos processos de mobilidade. Na segunda seção, são apresentados modelos sociológicos arquetípicos de estratificação social. Esses modelos se diferenciam segundo um conjunto de características que incluem o tipo de economia (caçadora-coletora, agrária, industrial), o grau de desigualdade, e a abertura à mobilidade. As classes são o tipo de grupo no qual se estrutura a desigualdade segundo dois modelos de estratificação: o das sociedades capitalistas industriais, e o das industriais avançadas.

Os processos de mobilidade, o aspecto dinâmico da estratificação social, são abordados na terceira seção. A mobilidade social é caracterizada como o fluxo contínuo dos indivíduos trocando de posições na estrutura de uma representação da desigualdade, como um mapa de classes ou a distribuição da renda. No bojo dessa discussão, estabelece-se a distinção entre desigualdade de oportunidades e desigualdade de

resultados. A desigualdade de oportunidades é aquela que ocorre nos processos de mobilidade, e é representada pela dependência da posição futura em relação à posição presente; e a de resultados é aquela cristalizada na representação da desigualdade entre as posições.

A quarta seção é dedicada à discussão dos modelos de classe e sua adequação ao estudo da estratificação nas sociedades contemporâneas. Faz-se uma breve genealogia das correntes neo-marxista e neo-weberiana de análise de classes, rememorando as diferenças entre a concepção weberiana e a marxista de classe. Passa-se então à abordagem bourdieuriana de análise de classes, que apesar de essencialmente weberiana, buscou superar algumas das críticas dirigidas aos demais modelos da análise de classes.

No final da quarta seção, apresentam-se críticas que têm sido dirigidas à análise de classes em geral. Uma dessas críticas se baseia na suposição de que as sociedades contemporâneas estão experimentando a transição das sociedades industriais avançadas para sociedades de consumo. Essa transição marcaria a continuidade, principalmente na esfera cultural e política, de mudanças que já se haviam operado na esfera econômica, e definiria uma nova etapa da modernização, a alta (ou pós) modernidade. Assim, o estudo da estratificação mediante modelos de classe perderia relevância tanto analítica, quanto para a formação das representações e discursos populares sobre a desigualdade.

Embora a transição possa não estar completa, é de se esperar que em uma sociedade de consumo a distribuição de renda passe a representar a desigualdade antes representada pela classe. Isso justifica a guinada da estrutura de classes à distribuição de renda, discutida na última seção.

3.1 A estratificação como representação da desigualdade socioeconômica

Do que se fala ao se empregar expressões como “estratificação social” ou “estrutura de classes”? Embora exista um grau de discordância razoável sobre sua significação precisa e sobre a equivalência ou não de ambas, é bem consensual o fato de serem formas de perceber e representar desigualdades. Não de qualquer tipo, mas o conjunto particular das desigualdades nas distribuições da riqueza e do poder em uma sociedade (OSSOWSKI, 1964).

Riqueza e poder costumam estar umbilicalmente relacionados. Virtualmente em todas as sociedades, ter riqueza confere algum tipo de poder, e ter poder favorece a acumulação de riqueza, sendo inútil tentar estabelecer uma precedência universalmente válida entre as duas dimensões (WEBER, 1999). É desnecessário elencar os autores dos mais variados calibres, dos literatos aos filósofos, que ao longo da História pensaram a riqueza, o poder, e as suas interconexões. Praticamente todos os seres humanos por um instante ao menos devem ter pensado sua situação no mundo nesses dois aspectos.

Desigualdades de riqueza e de poder são percebidas e representadas pelas pessoas no dia-a-dia. É invariável a percepção na “consciência social”, isto é, nas elaborações dos membros da sociedade sobre a mesma, de que os ricos e/ou poderosos constituem um grupo diferenciado do restante. OSSOWSKI (1964) traça a longa linhagem das imagens da desigualdade, mostrando a onipresença das representações de grupos definidos por distinções de riqueza e poder ao longo da História. Governantes e governados, senhores e escravos, patrícios e plebeus – corre-se o risco de repetir o início do Manifesto Comunista ao se continuar citando todas as formas de estabelecer e de representar as distinções. Todavia, ao contrário da visão expressa no Manifesto (MARX e ENGELS, 1848), na qual os grupos distintos por riqueza e poder são opostos e a ascendência de um grupo sobre o outro é denunciada como exploração ilegítima, nem sempre os grupos desiguais, mesmo os citados, foram representados em antagonismo, tampouco a desigualdade como ilegítima.

A referência ao Manifesto Comunista lembra que tão importantes quanto as representações das desigualdades são as justificativas aventadas para sua existência. Durante a maior parte da História da Humanidade, tais justificativas eram dadas pela posição em um sistema de parentesco, pela religião, e por feitos de força, coragem ou

magia²⁹. Raramente eram questionadas, e a crença nelas proporcionava um aspecto natural às desigualdades, lhes conferia uma razão de ser. Se na Cidade Antiga (COULANGES, 2002) havia Patrícios, é por que eles eram descendentes dos fundadores da Cidade, cujas linhagens podiam ser traçadas aos Deuses, e nessas bases se justificavam seus privilégios. Ou então, eram Patrícios os que acumularam por alguma sorte ou expediente escuso riqueza suficiente para adquirir uma árvore genealógica conveniente, ou lideraram exércitos poderosos. Obviamente, quem consegue uma coisa ou outra, conta também com o favor dos Deuses. Mas, o que importa é que nestas justificativas todas as desigualdades são vistas, não importando quão acentuadas, como parte da ordem das coisas, do destino das pessoas, dependentes da “estrela que presidiu o nascimento” de alguém.

Perceber as desigualdades e buscar suas causas, com o objetivo de legitimá-las, naturalizá-las, ou questioná-las, faz parte do pensamento social. Entretanto, pode-se identificar a partir do Renascimento e do Iluminismo o surgimento de reflexões sistemáticas e continuadas sobre as desigualdades e suas razões, não excluindo a existência de precursores em culturas diversas, alguns bem recuados no tempo. Essas reflexões foram paulatinamente mudando as percepções sobre as desigualdades, que passaram a ser vistas como tendo origem nas instituições criadas pelos seres humanos, e não mais como naturais, ou refletindo os desígnios de entes sobrenaturais.

Um dos testemunhos emblemáticos desta mudança de percepção das causas das desigualdades é o *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* de ROUSSEAU, publicado em 1754 (1999). O tema era candente à época, sendo a principal preocupação saber se as desigualdades eram fruto das leis da natureza. A resposta de ROUSSEAU foi de que nem eram as desigualdades de origem natural, tampouco havia algo como o que se designava então “leis naturais”.

Para ROUSSEAU, o que os pensadores de sua época, e os que os haviam precedido, consideravam um conjunto de leis naturais não era mais que uma série de exigências básicas à vida comum em um determinado modelo de sociedade. Não havia sentido em buscar na natureza as causas das desigualdades, pois as diferenças físicas de força e de intelecto entre os seres humanos não seriam suficientes para originar grandes

²⁹ Embora seja um tanto óbvio hoje que tanto o parentesco, quanto a religião e a magia são instituições sociais, pareceram aos pensadores e às pessoas comuns fatos da “natureza” durante quase a totalidade da história.

desigualdades, os seres humanos se equivaleriam neste aspecto, e, portanto, em um hipotético estado de natureza, vigeria a igualdade. A idéia da equivalência física dos seres humanos em estado de natureza também foi importante para HOBBS (1660: cap. XIII, § 1). No *Leviathan*, as desigualdades físicas são vistas também como de pouca monta: isso impede que um homem prevaleça sobre os demais, e em grande parte o estado de insegurança e de guerra de todos contra todos que antecede e motiva o pacto se deve à equivalência do poder dos indivíduos em estado de natureza³⁰.

É quando as comunidades humanas primevas se transformam em sociedades civis que surgem as desigualdades, segundo ROUSSEAU (1999). Esta transformação se deve a mudanças tecnológicas, o surgimento da agricultura e da metalurgia, junto com mudanças no relacionamento entre os seres humanos, devidas à invenção da propriedade e à divisão do trabalho. As famílias, que eram auto-suficientes enquanto sozinhas ou em comunidades, passam a depender umas das outras: o ferreiro a depender do agricultor que lhe fornece gêneros alimentícios, e o agricultor a depender do ferreiro que lhe forja o arado.

Por conseguinte, e este é o ponto principal da argumentação de ROUSSEAU, enquanto os seres humanos não dependiam de outros para suprir suas necessidades e as de sua prole, havia igualdade. Mas a partir do momento em que começa a interdependência, que surge a obrigação de trabalhar para a sociedade de acordo com as expectativas que a coletividade nutre em relação aos seus membros, que se institui a propriedade e a divisão do trabalho, surgem as desigualdades, que progressivamente se intensificam com a evolução e o aperfeiçoamento das instituições sociais. As desigualdades, portanto, são produzidas e reproduzidas pela vida em sociedade, principalmente mediante a divisão do trabalho e o acúmulo e a transmissão de propriedade.

Estas duas fontes não naturais de desigualdades de riqueza e poder, a propriedade e a divisão do trabalho, são ainda os eixos principais das reflexões sobre a estratificação social na sociologia.

³⁰ “Nature hath made men so equal in the faculties of body and mind as that, though there be found one man sometimes manifestly stronger in body or of quicker mind than another, yet when all is reckoned together the difference between man and man is not so considerable as that one man can thereupon claim to himself any benefit to which another may not pretend as well as he. For as to the strength of body, the weakest has strength enough to kill the strongest, either by secret machination or by confederacy with others that are in the same danger with himself” (1660, cap. XIII, § 1).

A “desnaturalização” da desigualdade e sua caracterização como instituição sócio-histórica tornaram seu estudo um campo das ciências sociais e também alimentaram ideologias de revoluções ou reformas para tornar a sociedade menos desigual. A sociologia passa a deter a primazia do discurso sobre a estratificação, e o discurso produzido é muitas vezes engajado com propostas de transformação social ou com modelos particulares de sociedade.

Pode-se fazer uma analogia com a história da categoria raça, discutida no capítulo anterior. Tanto a classe quanto a raça representam algo que tem sido objeto de reflexão pelas sociedades humanas, a diversidade, a desigualdade na distribuição de riqueza e poder, e as hierarquias entre grupos raciais e de classe. Ambas são noções essenciais para os indivíduos se localizarem em sua sociedade, para construírem e reconhecerem identidades. Porém, como são construções sócio-históricas, só podem existir mediante um discurso que as especifica fornecendo os elementos de identificação das classes e das raças. No caso da raça, o discurso, pré-existente, recebeu contribuições da antropologia do século XIX. No caso da classe, parte do discurso é inspirada em modelos sociológicos da estratificação social, como os discutidos adiante.

Um assunto tão fundamental quanto a desigualdade de riqueza e poder mereceu a atenção de uma parte significativa dos cientistas sociais de todas as disciplinas, embora tenha sido a sociologia a maior produtora de modelos de estratificação social. Na virada do século XIX para o XX houve um grande desenvolvimento das ciências sociais, e é principalmente das taxonomias e teorias das desigualdades produzidas então que a sociologia herdou a maior parte do vocabulário analítico hoje empregado na construção de modelos sociológicos da estrutura de classes e da estratificação social e distinções entre categorias. Esse vocabulário, com o passar do tempo, extrapolou as fronteiras das ciências sociais e influenciou as concepções populares de classe, mesclando-se com representações preexistentes das desigualdades de riqueza e poder presentes na consciência social.

A noção de classe, portanto, vai muito além dos modelos sociológicos que proporcionam classificações “zoológicas” das classes. À medida que as pessoas acreditam que as relações entre as classes respondem pelas desigualdades sociais, e que existe uma visão particular dessas que é muito difundida, influenciada ou não por elementos de modelos sociológicos, é bem provável que constitua uma fonte de influência sobre a ação (OSSOWSKI, 1964). Os indivíduos não são social ou

culturalmente levados, agem reflexivamente sobre o mundo, em parte o reproduzindo, em parte o transformando e para isso, usam a informação ao seu alcance. Portanto, para que uma representação sociológica da estratificação seja relevante, é preciso que esteja em sintonia com as classificações produzidas pelos próprios atores. Essas classificações populares – as “classes reais” – informam o que os indivíduos farão para se manterem ou mudarem sua posição social, ou mesmo para mudarem os princípios de estratificação (BOURDIEU, 2000).

3.2 Modelos sociológicos da estratificação social

A representação da divisão da sociedade em classes é um modelo empregado por diferentes teorias de estratificação social, como as de inspiração marxista e weberiana. As teorias costumam divergir bastante sobre as conseqüências da estruturação da desigualdade em classes e sobre a justiça da desigualdade. Porém, compartilham a consideração de que a estratificação por classes é característica de um tipo particular de sociedade: a sociedade industrial. Embora o conjunto de classes em cada teoria possa diferir, sua definição é feita a partir da inserção dos adultos na esfera da produção.

Teorias de estratificação social, por geralmente incluírem também uma explicação histórica da desigualdade, discorrem sobre os modelos de estratificação de outras sociedades que não a industrial, contemporâneas ou do passado. Assim, existem vários modelos de estratificação social. Embora um mesmo modelo possa ser usado por teorias diferentes, a escolha de um para representar a desigualdade de riqueza e poder em uma determinada sociedade, em um determinado período de sua história, depende essencialmente das características atribuídas a sua economia. Principalmente do tipo de divisão do trabalho e regime de propriedade.

Existem muitas tentativas de sistematização dos principais traços que caracterizam os inúmeros modelos sociológicos de estratificação social, permitindo agrupá-los em um número reduzido de tipos ideais. Aqui se segue a de GRUSKY (2001). Esse autor chama a atenção para a importância de serem os modelos de estratificação social, sempre, entendidos como tipos ideais. No caso, acrescenta-se, são tipos-ideais duplos. Ideais em relação à realidade, por que se supõe que em situações reais um tipo de estratificação predomina, mas isto não exclui de todo a presença, com maior ou menor influência para o sistema “real” de estratificação, de elementos de outros modelos. E ideais em relação aos próprios modelos embutidos em teorias de estratificação, pois: nenhuma teoria específica os adota exatamente como descritos.

GRUSKY (2001) segue o consenso de que o primeiro aspecto a ser levado em consideração para a adoção de um modelo é o tipo de atividade econômica de sociedade sob análise, por intermédio da qual os membros daquela sociedade garantem a sua sobrevivência e realizam seus estilos de vida. São três os tipos básicos: i) sociedades de caçadores e coletores; ii) sociedades agrárias; iii) sociedades industriais. Esse primeiro aspecto salienta o fato de ser a economia a dimensão mais relevante a ser considerada

em uma teoria de estratificação, pois é a base da desigualdade que pretende representar e explicar.

Dentro desses três tipos básicos, outros fatores provocam diferenciações adicionais e determinando os grupos que são produzidos pela estratificação. O principal fator, ligado ao modo de produção econômica da sociedade, é o *tipo de recurso* sobre o qual se constrói o sistema de estratificação. Outro é o *grau de desigualdade* entre os grupos que possuem (ou possuem mais) e entre os que não possuem (possuem menos) o recurso-base. GRUSKY (2001) também considera a *rigidez*, que pode ser entendida como a abertura a troca de grupos pelos indivíduos, o grau de mobilidade inter e intrageracional que uma determinada estratificação possibilita. Um interessante fator adicional sugerido pelo autor é o grau de *cristalização*, isto é, o nível de associação entre a posse de vários recursos sociais vantajosos, como por exemplo, a posse de propriedade e de poder político. Se em um sistema de estratificação um recurso implica o outro, a cristalização é alta. Finalmente, mas não menos importante que os demais, há o tipo de *ideologia legitimadora* das desigualdades implicadas pelo sistema de estratificação.

Com base nos três tipos primários de modo de produção e nestes fatores adicionais, GRUSKY (2001) identifica oito tipos de estratificação. Nas sociedades caçador-coletoras, existe apenas um tipo, que seria o tribalismo (1). No tribalismo, os pilares do sistema de estratificação que diferenciam os grupos são recursos humanos, as habilidades para a caça, a guerra, e a magia. É um sistema de baixa desigualdade, pouco rígido, mas de alta cristalização, cuja ideologia justificadora é a da seleção meritocrática: quem tem as habilidades, qualquer um que as apresente, independentemente da linhagem ou fatores correlatos, merece ter todas as recompensas que a sociedade lhe reserva, entretanto, a diferença produzida em relação aos demais membros não é intensa. Os grupos produzidos são basicamente os chefes tribais, pajés e figuras correlatas, e os demais membros da tribo.

Já entre as sociedades agrárias GRUSKY (2001) reconhece quatro subtipos, que variam em respeito ao tipo de recurso sobre o qual se constrói a estratificação e à rigidez e à ideologia justificadora. Contudo, são idênticos quanto aos elevados graus de desigualdade gerada e de cristalização. As sociedades agrárias podem ser do subtipo asiático (2), feudal (3), escravocrata (4) e de casta (5). Desses o asiático seria o tipo mais permeável às trocas entre classes, mas ainda assim considerado por GRUSKY (2001) de rigidez média. Em oposição, a sociedade de casta é vista como sendo o único

tipo de grau elevado de rigidez. No meio termo, sociedades escravocratas e feudais teriam rigidez médio-alta. As justificativas ideológicas dos quatro subtipos, com exceção do escravocrata, são mistas, dada pela tradição conjugada a uma doutrina religiosa (inextricavelmente relacionada à tradição), no caso do feudalismo o catolicismo romano, e no do sistema de castas o hinduísmo. A ideologia legitimadora do tipo escravocrata se assenta no postulado da inferioridade natural ou social dos escravos (o que não exclui algum apoio em doutrina religiosa).

Falta apenas definir os tipos de recursos sobre os quais esses sistemas de estratificação são construídos para saber o tipo de grupos que geram. No modo asiático, o principal recurso é político, deter uma posição no aparelho estatal, originando uma distinção entre os funcionários do Estado e os camponeses. Sendo o grau de cristalização elevado, pode-se inferir que o poder é acompanhado pela riqueza. No feudalismo, os recursos são a posse de terra e os direitos sobre parte da força de trabalho dos nascidos na terra possuída, o que gera a distinção da nobreza e do clero dos demais, plebeus e servos. Aqui, riqueza implica poder, e o mesmo ocorre no tipo escravocrata. Nesse, o principal recurso é a posse de seres humanos, e, por conseguinte de sua força de trabalho integral, um recurso de ordem econômica, e a distinção básica gerada é entre proprietários de escravos e escravos. Finalmente a sociedade de castas é o tipo mais singular no que toca ao tipo de recursos, que não são de natureza humana, política ou econômica, como em todas as demais, mas, segundo GRUSKY (2001), culturais, têm a ver com prestígio e pureza étnica (linhagem). O grau de pureza étnica e de pureza dos estilos de vida determina a estratificação em castas e subcastas.

As classificações dos tipos de sociedades caçador-coletoras e agrárias têm interesse histórico e antropológico, mas são as classificações dos tipos de sociedades de modo de produção industrial que interessam ao estudo dos sistemas de estratificação contemporâneos. A maior parte dos esquemas de classe em debate hoje, discutidos adiante, foi elaborada para esse modelo de sociedade. GRUSKY (2001) distingue entre as sociedades industriais três subtipos diferenciados pelas bases de estratificação. São eles: a sociedade de classes, o socialismo de Estado, e a sociedade industrial avançada.

No socialismo de Estado (6) as ideologias legitimadoras são as inúmeras vertentes do marxismo (GRUSKY, 2001). Nesse tipo de sociedade o grau de desigualdade seria de médio para baixo (o segundo tipo menos desigual, na classificação típico-ideal do autor). A rigidez também seria de média para baixa, embora a cristalização, como nos demais

tipos analisados até aqui, seja elevada. O tipo de recurso sobre o qual se assenta a estratificação neste caso é de ordem política. Ser membro do partido, ou desempenhar funções com autoridade nas relações de produção gera uma dicotomia básica entre governantes/gerentes e governados/gerenciados.

A sociedade industrial de classes (7) é aquela que foi objeto da crítica marxista, cujo principal recurso de estratificação é a posse dos meios de produção. Os que têm propriedade dos meios de produção são os capitalistas, e os demais operários. Seguindo GRUSKY (2001), é o tipo de sociedade industrial com maior grau de desigualdade, de médio para alto, com permeabilidade de classe (rigidez) mediana, e alta cristalização.

O liberalismo clássico que legitima a sociedade industrial de classes também é a ideologia legitimadora de sua sucessora temporal, a sociedade industrial avançada (8). As diferenças entre uma e outra se assentam, segundo GRUSKY (2001) no fato de que, na avançada, as bases do sistema de estratificação são recursos humanos, principalmente educação formal e habilidades especiais. Em relação às sociedades industriais, o nível de desigualdade nas sociedades industriais avançadas seria um pouco menor, mediano na caracterização do autor, com maior mobilidade, rigidez de média para baixa. De todos os tipos de sociedade relacionados até o presente ponto, é o único que tem um grau mediano de cristalização. Portanto, a posse dos recursos humanos sobre os quais repousaria o sistema de estratificação não garante, ao menos não tanto quanto nos outros sistemas, a posse de outros recursos como riqueza e poder. Os grupos gerados por este sistema de estratificação são mais numerosos, e são determinados principalmente pelo nível de habilidades e pela ocupação desempenhada, i.e., em última instância, grupos ocupacionais determinados pela divisão do trabalho³¹.

³¹ Nessa descrição dos grupos gerados pela sociedade industrial avançada, GRUSKY (2001) está também defendendo a abordagem neo-durkheimiana no debate contemporâneo sobre estratificação.

3.3 Processos de mobilidade social

A estratificação social é estudada pela sociologia em seus aspectos “estáticos e dinâmicos”, para usar uma distinção clássica. Os estáticos englobam a configuração estrutural da desigualdade socioeconômica em momentos específicos, “fotogramas”, mapas das posições e suas inter-relações. O dinâmico considera os processos que levam da posição em uma configuração estrutural da desigualdade a posições em outras configurações, em outros momentos.

É interessante notar que os grandes debates sobre as teorias de estratificação se referem mais ao seu aspecto estático. O que está em jogo é o mapa, a representação dos grupos e da desigualdade que a estratificação produz. Porém, as descrições dos processos de mobilidade nas sociedades industriais de classe ou avançadas seguem padrões muito semelhantes, a despeito das idiossincrasias das representações da estrutura da desigualdade. Às pessoas é atribuída uma determinada posição social no nascimento, e depois ao longo do processo de socialização para a vida adulta dependendo das oportunidades, podem se mover para outras posições. Três instituições são fundamentais nesses processos: a família, a escola e a empresa.

As representações sociológicas dos processos de mobilidade devem muito a SOROKIN, pioneiro que definiu muitos conceitos do campo em seu estudo original publicado em 1927. O autor partiu da consideração simples de que no curso de suas vidas, as pessoas entram e saem de vários grupos sociais. O agregado das entradas e saídas, reguladas e conduzidas por processos variados de recrutamento e desligamento, perfaz um fluxo constante ao qual SOROKIN³² (1968) designou *mobilidade social*. Via os grupos sociais, para os quais elaborara uma complexa taxonomia, como organismos buscando sua própria sobrevivência. Grupos sociais precisam ter membros para existir, o que implica manter os que possuem, e, eventualmente, recrutar novos membros, para substituir os perdidos ou para crescer. O grupo precisa também possuir formas de desligar elementos que porventura se tornem indesejáveis.

SOROKIN (1968) classificou e descreveu as várias formas de recrutamento e de desligamento empregados por vários tipos de grupos sociais em automáticas e não

³² A obra citada foi publicada originalmente em 1947, e nela o autor retoma o tema da mobilidade do estudo de 1927, abordado também em outros livros.

automáticas, e, no caso das formas de desligamento, acrescenta a categoria natural, a morte. Assim, a família e o Estado lançam mão principalmente do recrutamento automático – o recém-nascido é membro da família e tem a cidadania dos pais. Dentre as formas não automáticas as mais relevantes são o emprego (demissão), a eleição, a indicação, a compra, o voluntariado, a coerção.

Exceto no caso do desligamento por morte e dos recrutamentos automáticos dos recém-nascidos, os processos de recrutamento e desligamento envolvem a troca de pessoas entre grupos. Ao conjunto das trocas entre grupos situados “*no mesmo nível ou estrato*” (1968:629), SOROKIN designou *mobilidade horizontal*. Não surpreendentemente, o conjunto de trocas entre grupos situados em níveis diferentes constitui a *mobilidade vertical*. A mobilidade vertical, por sua vez, pode ser distinguida em *mobilidade ascendente*, quando se trata do conjunto de trocas que envolvem a saída de um grupo de nível mais baixo e a entrada em um de nível mais alto, e em *mobilidade descendente* ao conjunto dos movimentos no sentido oposto. Também se poderia falar de mobilidade ascendente ou descendente no caso de um grupo inteiro mudar de nível.

Embora a dinâmica social de SOROKIN não tenha se destacado como teoria, é consensual identificar seu estudo pioneiro de 1927 como sendo o marco de uma área importante dos estudos sociológicos sobre desigualdade e estratificação. Além de batizar o campo, os conceitos mencionados se tornaram o vocabulário básico da pesquisa da mobilidade (cf. o *Quinto Capítulo*). As reflexões de SOROKIN acerca das relações entre a mobilidade e a igualdade de oportunidades, particularmente no recrutamento para os grupos sociais de nível mais elevado, ajudaram a despertar o interesse pela mobilidade.

SOROKIN, considerando as evidências de seu estudo de 1927, refletira que a mobilidade vertical “*tende a ser mais elevada nos grupos que desfrutam uma real igualdade de oportunidades, e nos grupos abertos mais que nos fechados (...) tende a ser mais alta nos Estados de sistema eletivo democrático do que naqueles em que vigora o status hereditário das categorias e posições sociais*” (1968:662). A identificação da mobilidade social como um possível indicador da igualdade de oportunidades foi um fator de circunscrição dos grupos entre os quais as trocas são relevantes. SOROKIN também apontou que nas sociedades modernas a passagem pelo sistema de ensino e a pelas instituições do mundo do trabalho eram cruciais para moldar o destino dos indivíduos.

Cada aspecto da estratificação, o estático e o dinâmico, diz respeito a um tipo de desigualdade. O estático trata da desigualdade de resultados, da diferença na distribuição da riqueza e dos benefícios da vida em sociedade em um momento. O dinâmico trata da desigualdade de oportunidades, isto é, das chances que as pessoas encontram (não encontram) na vida para melhorar (piorar) sua posição relativa na desigualdade de resultados, em relação a posições anteriores. Porém, como argumentado no *Quinto Capítulo*, não existe ligação necessária entre o nível de desigualdade de oportunidades e o de resultados. Sociedades podem apresentar muita desigualdade de oportunidades e pouca de resultados, o contrário, ou qualquer combinação de intensidade.

Seguindo a trilha de SOROKIN (1968), terminou por se consagrar no campo a conceituação de que elevada desigualdade de oportunidades implica baixa mobilidade e vice-versa. É o nível de desigualdade de oportunidades que determina o que GRUSKY (2001) chamou de rigidez da estratificação. Se a desigualdade de oportunidades fosse absoluta, as pessoas jamais sairiam do grupo social para o qual foram automaticamente recrutados por nascimento.

Representações da desigualdade não andam desacompanhadas, estão sempre ligadas a explicações e justificativas de sua existência, a considerações sobre sua justiça e a prescrições sobre como deveria se estruturar a desigualdade. Uma teoria de estratificação incorpora todos esses aspectos, embora os dois últimos nem sempre de forma explícita. No que toca ao aspecto dinâmico, prescreve as características ideais para os processos de mobilidade. As duas vertentes hegemônicas de análise da estratificação no século XX, a marxista e a liberal (rótulo normalmente aplicado a todas as análises não marxistas) são surpreendentemente semelhantes no tratamento dos aspectos dinâmicos da estratificação.

Mas há entre marxistas e liberais uma discordância inconciliável quanto aos resultados dos processos de mobilidade. Os marxistas esperavam existir algum grau de mobilidade na sociedade de classes capitalista, maior até do que em outros modelos de sociedade. Mas essa mobilidade não poderia ser alta demais, pois o pertencimento às classes é determinante quase que exclusivo das variações da vida social. A reprodução das classes sob esse regime de mobilidade levaria à formação da consciência de classe, que por sua vez levaria o proletariado a fazer a revolução. Assim, muita mobilidade é um problema, um fator de desmobilização ou de emburguesamento do proletariado.

Já os liberais consideravam que os resultados do processo são no sentido do aumento da mobilidade social devido à redução da desigualdade de oportunidades que acompanha a transição para as meritocracias. Essas se instalariam como resultado do desenvolvimento histórico, da racionalização do processo produtivo, e das combinações de capitalismo, democracia participativa e proteção social. Tal concepção estava presente nas principais teorias elaboradas a partir da comparação da mobilidade social em sociedades industriais avançadas no pós-guerra, que consistiam em explicações de uma suposta convergência para altas taxas de mobilidade (para uma boa revisão dessas teorias, ver RIBEIRO, 2007).

Entretanto, tanto o modelo marxista quanto o liberal prescreviam que na sociedade ideal no fim da linha do desenvolvimento, comunista ou meritocrática, haveria estrita igualdade de oportunidades. No primeiro, seria acompanhada por igualdade de resultados: de cada um de acordo com a sua capacidade, a cada um de acordo com a sua necessidade. No modelo liberal há espaço para a desigualdade de resultados, mas é uma desigualdade “funcional”.

Note-se que no modelo marxista, mesmo com a consecução da igualdade de resultados a desigualdade de oportunidades continuaria a ser importante. A sociedade comunista também deve ser meritocrática nos processos de mobilidade, o que exige a igualdade de oportunidades. A alocação meritocrática dos indivíduos em função de suas habilidades nas posições do sistema produtivo em que essas podem ser mais bem aproveitadas é condição para que cada um contribua socialmente de acordo com a sua capacidade. A meritocracia garante a realização e a utilização plena dos talentos individuais. A diferença, mais uma vez, é que no modelo marxista nem o caráter meritocrático dos processos, nem considerações sobre eficiência, são justificativas para a desigualdade de resultados.

Implícita ou explicitamente, estudos de mobilidade das mais variadas tendências costumam ter uma sociedade meritocrática como padrão para avaliar a mobilidade observada. No capitaneado por GLASS (1954), por exemplo, as considerações mais genéricas de SOROKIN sobre a mobilidade social são retomadas, circunscritas ao âmbito de uma teoria de estratificação socioeconômica. Ou seja, os grupos que contam para a mobilidade são os que representam a desigualdade de riqueza e de poder. Esse estudo foi um dos responsáveis pela consolidação do modelo de mobilidade perfeita como referência para a avaliação do nível de mobilidade das sociedades concretas, do

seu grau de “fluidez social”, o volume do “fluxo constante”. A mobilidade perfeita seria aquela que existiria na sociedade meritocrática de estrita igualdade de oportunidades, onde a posição social das pessoas não poderia ser prevista pela de seus antepassados.

Um dos aspectos mais interessantes do estudo liderado por GLASS (1954) é que objetivava não apenas a caracterização do regime de mobilidade britânico, mas também entender o papel das políticas públicas, particularmente da política educacional. Àquela época de forte influência dos mitos do desenvolvimento, acreditava-se que a instauração da meritocracia preconizada pelo liberalismo era essencialmente uma questão de engenharia social. Bastava assegurar a igualdade de oportunidades no sistema de ensino, e promover a convivência social intensa entre as classes (para gerar solidariedade entre classes de forma a superar a indiferença).

Para justificar suas propostas de reforma da política educacional, GLASS (1954) estabelece as razões para as sociedades perseguirem a meritocracia nos processos de mobilidade, e o que ganhariam com o aumento da mobilidade. A primeira razão seria o aumento da eficiência econômica e social. Em uma estrutura social fluida haveria maiores chances de que as posições do sistema produtivo que requeressem alta habilidade fossem ocupadas por indivíduos de alta habilidade; e tal tipo de estrutura seria mais adaptável a mudanças internas e externas.

A segunda razão seria que para os indivíduos a percepção da existência de oportunidades de ascensão social funciona como incentivo para que realizem e utilizem completamente suas capacidades. Porém aponta ser suficiente a percepção de que há mobilidade, mesmo falsa: não precisa existir de fato. Para ilustrar, GLASS (1954) cita o exemplo do mito do “self-made man” dos EUA: a crença nas oportunidades pode produzir o mesmo incentivo que sua existência, ainda que seja um mito derivado de imagens do país no século XIX.

A terceira razão seria o fato de que oferecer aos indivíduos todas as oportunidades possíveis para o desenvolvimento de suas capacidades se justificaria por ser um fim social. “*Certamente é um dos postulados de uma sociedade democrática e igualitária que a habilidade, seja qual for seu pano de fundo social, não deve ter negada a chance de realizar-se*”³³ (GLASS, 1954: 25). É o corolário do argumento de eficiência: a

³³ “Certainly it is one of the postulates of a democratic and egalitarian society that ability, whatever its social background, shall not be denied to fulfil itself”.

sociedade não pode ser privada dos benefícios que podem lhe trazer os indivíduos excepcionais, geniais, por parte deles nascer em famílias humildes, não encontrando as condições para desenvolver sua genialidade inata. A falta de meritocracia, nesse sentido, prejudica até os bem nascidos que, no mais, normalmente se beneficiam dessa ausência.

Outro aspecto interessante das reflexões de GLASS (1954) é que a sua sociologia aplicada, visando à engenharia da reforma social, fez com que abordasse outro lado da mobilidade perfeita que ocasionaria tensões durante a transição para a meritocracia. São raras as reflexões sobre as desvantagens da fluidez social. Um de seus efeitos colaterais seria induzir nos pais uma ansiedade neurótica, principalmente os das elites, em relação ao desempenho educacional dos filhos. Em uma sociedade meritocrática, é a realização das habilidades inatas que pode garantir aos descendentes boas posições, mas com oportunidades de ensino iguais, o empenho de cada um em realizar tais habilidades seria crucial. Filhos preguiçosos e sem habilidades específicas, mesmo nascendo ricos não teriam o seguro contra a queda de classe, tradicionalmente proporcionado pela desigualdade de oportunidades. O sentimento de cair de classe, nota GLASS (1954), é desagradável, e a queda poderia gerar rompimento com a família e com as redes de relacionamentos, além de privações as quais os indivíduos em queda não estavam acostumados.

A mobilidade perfeita em uma estrutura de desigualdade estável implica fluxos ascendentes e descendentes de mesma intensidade. Seria preciso, portanto, pensar também em como amenizar as prováveis conseqüências da mobilidade descendente. A estratégia sugerida por GLASS (1954) é limitar o grau da desigualdade de resultados. Uma elite, mesmo se selecionada por “Q.I.”, formada pelos indivíduos que além de naturalmente mais hábeis se empenharam na realização de suas capacidades, não poderia levar um padrão de vida nem ter prestígio social muito díspar em relação ao restante da população. E como nem todas as habilidades inatas encontram aproveitamento na divisão do trabalho, a sociedade deveria disponibilizar outros canais de “prestígio” além do emprego em ocupações de alta habilidade. Haveria outros meios de servir a comunidade e, portanto, outras formas de adquirir prestígio.

A noção de que uma sociedade meritocrática só é sustentável com um nível baixo de desigualdade de resultados também está presente no estrutural-funcionalismo norte-americano, postulada quase na mesma forma que a idealizada por GLASS. No âmbito do estrutural-funcionalismo, a noção de que haveria um nível de desigualdade de

resultados “funcional”, que seria atingido junto com a igualdade de oportunidades meritocrática para a qual levavam os processos de modernização, desenvolvimento e racionalização da sociedade, recebeu uma nova elaboração. Essa perspectiva teleológica teve grande influência sobre os contornos do debate brasileiro acerca da desigualdade racial, particularmente entre Florestan FERNANDES e Carlos HASENBALG (ver o *Primeiro Capítulo*).

Mas alguns representantes do estrutural-funcionalismo foram acusados de confundir modelo e realidade. A “confusão” nasce em parte da tentativa, fundada no contexto político-ideológico da Guerra Fria, de caracterizar as sociedades industriais avançadas capitalistas, e em particular os Estados Unidos, como já sendo meritocráticas e já tendo atingido o nível funcional de desigualdade. Note-se que isso era reivindicado também pela União Soviética. Naquele momento, as duas superpotências reivindicavam serem meritocracias e também representarem “o” modelo de estratificação que os demais países deveriam seguir. Com a ressalva de que a reivindicação soviética era ainda mais pretensiosa por considerar que as desigualdades de resultados teriam sido eliminadas pela revolução, junto com as classes, ainda que na prática uma relação de “classe” tenha se estabelecido entre os membros do partido e o resto da população (OSSOWSKI, 1964; CASTORIADIS, 1995). A suposta igualdade de oportunidades fazia parte da ideologia legitimadora como “prêmio” de ambas as vias de desenvolvimento, e na socialista o “prêmio” era “mais” sedutor, por incluir a igualdade de resultados.

O trabalho de DAVIS e MOORE (1945) é emblemático nesse sentido. A desigualdade de resultados se daria em razão da divisão do trabalho. As posições mais bem remuneradas o eram por serem funcionalmente mais importantes que a demais. A remuneração adicional era necessária, pois como GLASS (1954) acreditavam haver uma distribuição desigual de talentos na sociedade, e apenas poucos indivíduos teriam capacidade para desempenhar as funções mais importantes. Essas funções não só exigiriam mais habilidades, mas também maior dedicação e sacrifícios. A remuneração mais alta funcionaria como incentivo para que os mais talentosos fizessem os sacrifícios do treinamento para realizar suas capacidades e, por meio do trabalho, colocá-las a serviço do bem estar coletivo. Essa desigualdade funcional, porém, seria relativamente baixa.

A discussão de DAVIS e MOORE (1945), por ser referenciada nos Estados Unidos, levanta alguns pontos relevantes para o entendimento teórico da raça como fator de

estratificação. Esses autores consideram que a estratificação depende de um conjunto de fatores que definem as posições, criadas pela divisão do trabalho, ocupadas pelos indivíduos. Os fatores estão dispostos em um eixo fundamental de estratificação.

Em uma das extremidades, estão os fatores de atribuição, e na outra, os de aquisição de posições. Os de atribuição dizem respeito a tudo que é considerado pelo regime social de mobilidade, mas além do controle e da escolha dos indivíduos: a idade, o sexo, a raça, o parentesco, a religião, a nacionalidade. Na linguagem de SOROKIN (1968), os fatores de atribuição seriam as influências duradouras nas trajetórias individuais do pertencimento – presente ou passado – a grupos de recrutamento automático.

Mas a posição ocupada também se deve em parte aos fatores de aquisição. Esses compreendem o esforço individual para a realização das habilidades aleatoriamente distribuídas na população. O esforço é equacionado ao mérito, e é mais importante do que as habilidades inatas que realiza, pois de nada adianta uma grande capacidade individual destreinada, e o trabalho duro pode compensar parcialmente a falta de talentos daqueles que não foram brindados pela generosidade da natureza.

Na sociedade meritocrática liberal, os processos de mobilidade se dariam exclusivamente de acordo com os fatores de aquisição. A transição para esse modelo, o desenvolvimento e a modernização, seriam acompanhados pela progressiva redução da desigualdade de oportunidades e o aumento do volume da mobilidade, convergindo ao esperado sob mobilidade perfeita. A racionalização, primeiro da economia, e depois de toda a sociedade, se orientaria rumo à maximização da eficiência social, tornando irracionais e afuncionais os fatores de estratificação por atribuição, como a raça.

DAVIS e MOORE (1945), porém, se arriscaram a postular que os Estados Unidos já apresentavam esse modelo de estratificação, e foram logo combatidos por TUMIN (1953). Esse autor apontou que realmente os indivíduos dentro da sociedade nascem com talentos diferenciados, mas também era fato que a sociedade ignorava vastamente a extensão e a localização de tais talentos. Não seria possível a estratificação tender espontaneamente à meritocracia, pois a desigualdade em um dado momento contribui para esconder esses talentos e evitar sua descoberta, sua tendência é reproduzir-se.

Nos Estados Unidos, argumentava TUMIN (1953) a probabilidade de se descobrir talentos em uma geração não dependia da distribuição natural, mas sim da desigualdade de recursos da geração que a antecederia. Não havia meritocracia, os esforços pessoais

poderiam ser importantes, é certo, mas as oportunidades para o desenvolvimento das capacidades seriam muito distintas, fazendo com que mesmo a parte “adquirida” da posição social tivesse as cores da parte “atribuída”. O exemplo que usa é o da educação, consensualmente considerada o principal canal de mobilidade nas sociedades contemporâneas. Se a quantidade e a qualidade da educação dos filhos dependem do volume de recursos que os pais podem gastar, os talentos permanecerão desconhecidos entre os filhos dos que não tiverem o suficiente.

Reflexões posteriores de PARSONS (1974) sobre o estado de modernização e de desenvolvimento dos Estados Unidos no pós-guerra espelham as ponderações de TUMIN (1953). PARSONS considerou que seu país seria de fato o que mais teria progredido na transição para a sociedade moderna – capitalista, democrática, meritocrática, e liberal – mas que ainda assim estaria distante do ideal. Especulava que talvez os EUA chegassem lá antes do fim do século XXI. Mas apontava várias barreiras. Dentre essas, considerava particularmente relevante a racial. O grande peso da raça continuava a se fazer sentir na estratificação social. E também persistia a privação de oportunidades sofrida pelos indivíduos de baixa origem social, principalmente via educação. As barreiras mostravam a resiliência dos fatores de atribuição de posição social.

É a preocupação, seja de fundo marxista ou liberal, com a construção de uma sociedade justa que desperta o interesse pela mobilidade e pelo grau de desigualdade de oportunidades que representa. Comparar a mobilidade observada com a mobilidade perfeita serve para analistas de ambas as tendências estimarem o quanto a sociedade está distante da estrita igualdade de oportunidades. Entretanto, ainda que o processo de mobilidade seja delineado e avaliado de forma semelhante por várias teorias de estratificação, envolve o trânsito entre posições da estrutura de um modelo analítico. Dependendo da estrutura do modelo e de como a teoria relaciona as posições entre si e aos fatores de mobilidade, as conclusões sobre a estratificação de uma sociedade podem ser razoavelmente distintas.

3.4 O debate sobre a representação da desigualdade

Existe um debate acirrado em torno do modelo a ser usado para representar as desigualdades de riqueza e poder nas sociedades industriais avançadas. De um lado, há os herdeiros de duas grandes tradições analíticas, a marxista e a weberiana. Defendem a continuidade do uso e a pertinência de seus esquemas de análise baseados na divisão do trabalho e na posse de propriedade. Do outro, os insatisfeitos com os esquemas tradicionais postulam desde a inclusão de outras dimensões para definir classes até o completo abandono da noção de classe. Em cada lado há diferentes posições específicas, dando azo à multiplicação de abordagens sociológicas da desigualdade.

A história convencional do debate sobre a estratificação social começa com o modelo marxista. A “revisão” weberiana (SØRENSEN, 2000) do modelo marxista representa a primeira grande mudança de rumo analítico. Embora Karl MARX e Max WEBER sejam as fontes das duas principais escolas contemporâneas de análise da estratificação social, a neo-marxista e a neo-weberiana, escreveram pouco sobre o que de fato entendiam por classe, o que dá margem a várias possibilidades de interpretações. Ambos concordam quanto à natureza econômica do conceito. A linha divisória entre weberianos e marxistas é traçada na importância conferida às classes e ao caráter de suas relações. Ou, em formulação irônica, toda teoria de estratificação que não seja explicitamente marxista é liberal, e também weberiana – a não ser que reivindique uma linhagem particular, buscando se destacar.

O conceito de classe é central na teoria marxista, pois a dinâmica social depende do conflito entre as classes que caracterizam um determinado modo-de-produção. As classes sociais diferenciam grupos de homens não pela sua ocupação, ou situação econômica, ou legal, mas pela posição nas relações de dominação e exploração travadas na esfera da produção. As classes são categorias analíticas que representam contradições no sistema que forçosamente o levarão à mudança, são complementares e antagônicas. A condição de classe determina o sujeito, sua visão de mundo, suas opções políticas, seus hábitos de consumo. O compartilhamento de valores assim produzido geraria em cada classe uma consciência dos seus próprios interesses, o que despertaria, na sociedade industrial capitalista, a vocação do proletariado para impulsionar a história com a revolução.

Porém, para WEBER (1999) a classe é apenas um dos canais de circulação do poder na sociedade. A situação econômica semelhante de um grupo de indivíduos pode uni-los em torno da defesa de interesses compartilhados – tornar-se base de ações sociais. Mas as associações de natureza política e os grupos de honra e prestígio são vistas como dimensões da vida mais prováveis de virem a embasar ações coletivas, ou gerarem uma consciência de grupo, do que a econômica. As classes são simplesmente grupos de pessoas que compartilham as mesmas condições de mercado, que sofrem as mesmas restrições de ordem econômica. O papel destinado à classe na teoria weberiana é, portanto, mais modesto do que na teoria marxista. WEBER chamou a atenção para a importância de se considerar outras dimensões, de ordem não econômica, que afetam a desigualdade de riqueza e poder.

O questionamento da adequação do modelo de classes para a estratificação social contemporânea também tem seu surgimento no marxismo. A primeira experiência em larga escala de socialismo de Estado resultou de uma revolução pouco provável segundo a teoria marxista clássica. A Rússia não era um país industrializado com proletariado transformado em classe em si. Era um país de economia agrária e relativamente atrasada. A teoria marxista esperava a eclosão das revoluções nos países altamente industrializados, nos quais o desenvolvimento das forças produtivas já seria de tal ordem que as contradições inerentes ao modo-de-produção capitalista aflorariam. Isso tornaria inevitável o conflito final entre classes levando à superação do capitalismo e à instauração de ditaduras do proletariado que pavimentariam o caminho para as sociedades verdadeiramente comunistas.

Assim, era do proletariado das grandes potências européias, como Inglaterra, França e Alemanha, que se esperava a revolução, não do campesinato russo. Como pontuara LENIN, seria nesses países que o capitalismo, em sua fase superior, dava sinais que prenunciavam seu fim, começando pelo alto grau de sindicalização e politização dos trabalhadores e passando pela pulverização da propriedade dos meios de produção mediante a abertura do capital das grandes corporações (LENIN, 1970). Porém, os trabalhadores desses países não aderiam massivamente aos partidos de esquerda e à práxis revolucionária, dando origem a um debate entre correntes marxistas.

Várias teses foram aventadas para a explicação dos porquês de o proletariado não assumir o papel histórico de coveiro do capitalismo que lhe reservava a narrativa marxista (CROMPTON, 1998; CROMPTON e SCOTT, 2000; GOLDTHORPE, 2000;

SAVAGE, 2000). Muito esforço foi despendido em discussões sobre a real interpretação das relações entre a estrutura e o conflito de classes, que passaram a ser tratados de forma separada. Buscou-se a distinção de um “marxismo vulgar” que não compreendia a relativa autonomia da superestrutura em relação à infra-estrutura econômica, que ao passo que determina em última instância a superestrutura, tem suas condições de existência dadas por essa (HALL, 1982; HUNT, 1982); verificar a existência de processos de “emburguesamento” da classe trabalhadora (GOLDTHORPE *et al.*, 1969) e entender o papel sistêmico da “nova” pequena burguesia (POULANTZAS, 1982). A crise do marxismo se dá em um momento em que a emergência ou o recrudescimento de movimentos sociais clamam atenção a várias dimensões de ordem não econômica que afetam a estratificação econômica, como gênero, raça e etnia.

3.4.1 Abordagens neo-weberianas e neo-marxistas

As abordagens neo-weberianas e neo-marxistas, além das fontes óbvias, foram influenciadas por sínteses das duas abordagens clássicas, como as de DAHRENDORF (1981) e a de LOCKWOOD (1958). O primeiro introduziu o exercício da autoridade nas relações de produção, e o segundo a noção de situação de trabalho (estabilidade do contrato, grau de controle das próprias atividades), como complementos à divisão do trabalho e à propriedade na definição do esquema de classes. A consciência de classe seria um produto complexo dessas três dimensões.

Porém, a contribuição mais importante desses dois trabalhos para a sociologia da estratificação social, foi o estabelecimento da separação da análise da estrutura das classes e de seus processos de formação (mobilidade) da análise da ação ditada pela consciência de classe que produz conflitos políticos entre grupos antagonizados pelas relações de produção³⁴. Tal distinção permitia dar seguimento às pesquisas sobre a estratificação social de forma relativamente autônoma ao debate político.

Vários críticos têm apontado o fato de que as abordagens neo-weberianas e neo-marxistas se tornaram extremamente parecidas do ponto de vista dos resultados da análise estrutural que proporcionam. Isso ocorre por que elegem o mesmo conjunto de eixos definidores dos grupos reais correspondentes às posições da estrutura de classe: a posse de propriedade, a posição na divisão do trabalho, e o exercício da, ou a sujeição à

³⁴ Essa distinção também foi sugerida por BENDIX e LIPSET (1967).

autoridade no trabalho (CROMPTON, 1998; CROMPTON e SCOTT, 2000; SAVAGE, 2000). O fato de que a maior parte dos princípios divisores das classes é compartilhada é exacerbado por serem as evidências sobre a estratificação produzidas a partir das classificações ocupacionais usadas em grandes levantamentos amostrais (do tipo da PNAD). Essas classificações ocupacionais foram idealizadas segundo os mesmos princípios que balizam as teorias da estratificação por classes. Então qualquer abordagem, não só as neo-marxistas e as neo-weberianas, também outras, como a neo-durkheimiana³⁵ e a bourdieuriana, que operacionalizem seu mapa de classes a partir dessas classificações, estilizará fatos semelhantes.

O principal expoente da corrente neo-marxista, Erik Olin WRIGHT, reconhece a similitude entre os esquemas de análise neo-marxista da estrutura de classe e de sua formação e os neo-weberianos (WRIGHT, 2005). Na sua visão, isso ocorre por que o modelo neo-weberiano estaria aninhado no neo-marxista. Assim, para certos propósitos de pesquisa, a opção por uma ou outra abordagem seria irrelevante. Para, por exemplo, estudar como o posicionamento das pessoas na estrutura de classe afeta seu padrão de vida, tanto um esquema de classe weberiano quanto um marxista gerariam o mesmo resultado.

A principal diferença, segundo WRIGHT (2005), entre as duas correntes, reside nos conceitos de exploração e dominação que caracterizam a interpretação marxista, e que a tornam, mais do que uma teoria científica sobre conflito de interesses, também uma filosofia para a emancipação do ser humano e para a justiça social. Na perspectiva de WRIGHT, ainda que o socialismo tenha perdido seu lugar como modelo alternativo de organização política e econômica no horizonte da história, a análise marxista de classe, indissociável da crítica moral à exploração e a dominação, continua atual enquanto houver o desejo de combater a desigualdade que advém da lógica “predatória” do capitalismo.

A mesma diferença é colocada de outra forma por SØRENSEN (2000). Os neo-marxistas se preocupariam com a origem das classes, com os porquês de sua existência. As classes são grupos em conflito formados a partir das relações de exploração baseadas

³⁵ Identificada com o sociólogo David GRUSKY a corrente neo-durkheimiana se diferencia basicamente por preconizar o uso de muitas categorias nas tabelas de mobilidade, com cada categoria ocupacional correspondendo a uma classe (GRUSKY e GALESCU, 2005). Porém, não tantas classes ao ponto de gerar células vazias nas tabelas...

em dominação e na propriedade, travadas no processo produtivo. Já os neo-weberianos não se preocupariam com a origem das classes, apenas com as suas conseqüências: as classes determinam condições de vida compartilhadas em uma estrutura desigual de distribuição dos benefícios da vida em sociedade. Para uma abordagem, o determinante são as condições de vida derivadas da participação na esfera produtiva (o mercado), e para a outra é a exploração nas relações de produção.

Richard BREEN (2005), um dos representantes da “Escola de Nuffield” de análise da estratificação social, freqüentemente classificada como “neo-weberiana”, basicamente concorda com SØRENSEN (2000) e com WRIGHT (2005). Mas vai além, ao considerar que qualquer tipo de análise de estratificação que não seja marxista e nem esteja explicitamente afiliada a outra teoria pode ser considerada weberiana. O weberianismo dessa escola, que tem grande influência no campo dos estudos de mobilidade, reside no fato de que consideram que não necessariamente o pertencimento às classes serve de bases para ações coletivas, e que quando isso acontece geralmente é mediado por alguma outra dimensão (BREEN, 2005). Mas a figura de proa dessa escola analítica, a principal na contemporaneidade, John GOLDTHORPE (2000) reconhece a influência do marxismo em sua teoria e modelo da estratificação social.

As classes, para os neo-weberianos, são importantes à medida que determinam um acesso desigual aos recursos econômicos para os que nascem em cada classe, devido à desigualdade. Do pertencimento às classes dependem as chances que se oferecerão a um indivíduo no curso de sua vida, determinando a classe a que pertencerá no futuro, e por extensão a dos seus filhos (GOLDTHORPE, 2000; GOLDTHORPE e MCKNIGHT, 2006). Portanto, as classes representam tanto a desigualdade de resultados em um determinado momento quanto a desigualdade de oportunidades no processo histórico que leva até um momento subsequente, posicionando os indivíduos no segundo momento, na distribuição dos resultados, em posição correlata à ocupada no primeiro momento (GOLDTHORPE, 2000).

No Brasil, existem análises recentes da estratificação social segundo ambos os paradigmas. Na linha neo-weberiana, usando uma versão adaptada aos dados brasileiros

do esquema de classe do CASMIN³⁶, RIBEIRO (2007) estudou a mobilidade social e suas mudanças ao longo do tempo. Nesse estudo pode-se encontrar uma descrição dos demais estudos “de orientação neo-weberiana” da estratificação brasileira. Na linha neo-marxista, há o trabalho de SANTOS (2000). Mas a maior parte dos estudos empíricos sobre mobilidade e classes usou uma representação da estrutura de classes desenvolvida por SILVA inspirada pelas teorias de estratificação social do estrutural-funcionalismo (cf. PASTORE e SILVA, 2000; OSORIO, 2003a). Porém, pelas razões apontadas acima, todas essas análises apresentam resultados semelhantes, pois seus mapas de classes são baseados nas classificações ocupacionais da PNAD (ver o *Quinto Capítulo*), como notaram SCALON (1999) e também RIBEIRO (2007).

3.4.2 A abordagem bourdieuriana

SAVAGE (2000) considera ser Pierre BOURDIEU o teórico contemporâneo que fornece à sociologia o melhor caminho para persistir na análise de classes e no emprego do conceito como categoria explicativa. O que não quer dizer que sua teoria de classes seja perfeita e acabada, formando um todo coerente (WEININGER, 2005). SAVAGE (2000) aponta também o fato de ser “excessivamente francesa”, requerendo cuidados na transposição de seu modelo para a análise de outras sociedades. BOURDIEU trata das classes direta ou indiretamente em vários de seus trabalhos, inspirado tanto pelas obras de MARX e de WEBER quanto pelas sínteses teóricas supracitadas e pela crítica à nulidade do sujeito em modelos exacerbadamente estruturalistas da sociedade.

Na sua concepção particular do que são as classes, BOURDIEU (2000) parte do pressuposto de que a sociologia vê a sociedade por intermédio de uma metáfora espacial. O espaço social, ou a sociedade, é multidimensional, e construído por processos de diferenciação e de distribuição. Cada dimensão do espaço, definida por um ou mais aspectos variáveis que a diferenciam das demais, constitui um campo particular de ação social. Dentro de um campo, os indivíduos ocupam posições distintas na distribuição do capital circulante. Deter um maior capital, seja pela apropriação das heranças ou da produção, significa maior poder sobre o campo. Por conseguinte, em cada campo os indivíduos têm poderes em níveis distintos. Mas a vida das pessoas não se esgota em um campo, pois os indivíduos se encontram simultaneamente inseridos nos vários

³⁶ Projeto internacional de análise comparativa da mobilidade social em sociedades industriais, inspirado pelo paradigma analítico da Escola de Nuffield. A adaptação ao caso brasileiro implica a preservação de distinções entre trabalhadores “manuais” que não fazem sentido nas sociedades européias.

campos, e os capitais de uns podem ser convertidos e aproveitados em outros, ainda que as taxas de conversão sejam objetos de disputa. As classes sociais também não são definidas em uma só dimensão do espaço social.

É a proximidade dos agentes nas múltiplas dimensões do espaço social que permite a definição de classes. Estas, não implicam necessariamente atores e movimentos sociais, mas aumentam a probabilidade de que ocorram, pois as pessoas que estão em posições mais próximas no espaço social têm maiores chances de se juntarem e agirem por algo do que as que estão distantes³⁷. O que não quer dizer que os que estão distantes no espaço social nunca se juntem em ações, pois como exemplifica o próprio BOURDIEU (2000), em face de uma guerra que ameace a nação, membros muito distantes no espaço social podem se unir para defendê-la.

As classes, no papel ou reais, têm uma gênese e um desenvolvimento ditados por um processo de nomeação, que para BOURDIEU (2000) está intimamente associado ao exercício do poder no espaço social. No campo da produção de bens simbólicos, os cientistas sociais disputam com outros produtores profissionais de cultura e ideologia a primazia de oferecer a taxonomia “correta” das classes sociais, a melhor, aquela que trace com maior perfeição as fronteiras entre os grupos, a verdadeira. Os intelectuais, que têm um posicionamento ambíguo na estrutura de classes, constituindo uma fração dominada da classe dominante, tenderiam a se identificar com as “classes operárias”.

Graças a essa identificação, constituir-se-ia uma aliança ambígua entre os produtores de bens culturais e os operários, que permitiria uma difusão ampla das visões do social e de sua divisão em classes que são produzidas pelos primeiros. Ambos os lados se beneficiam da aliança. Os sequiosos de nominar encontram um público disposto a ser denominado, e esse público encontra, na nomeação, meios para se constituir como grupo e representar seus interesses. Uma vez constituído o partido, o sindicato, o movimento, é possível que os “porta-vozes profissionais”, com a anuência tácita

³⁷ “Com base no conhecimento do espaço das posições, podemos recortar classes no sentido lógico do termo, quer dizer, conjuntos de agentes que ocupam posições semelhantes e sujeitos a condicionamentos semelhantes, têm, com toda a probabilidade, atitudes e interesses semelhantes, logo, práticas e tomadas de posição semelhante. Esta classe no papel tem a existência teórica, que é a das teorias: enquanto produto de uma classificação explicativa, perfeitamente semelhante à dos zoólogos ou botânicos, ela permite explicar e prever as práticas e as propriedades das coisas classificadas – e, entre outras, as das condutas de reunião em grupo. Não é realmente uma classe, uma classe atual, no sentido de grupo e de grupo mobilizado para a luta; poder-se-ia dizer, em rigor, que é uma classe provável, enquanto conjunto de agentes que oporá menos obstáculos objetivos às ações de mobilização do que qualquer outro conjunto de agentes.” (BOURDIEU, 2000: 136).

daqueles de quem emprestam sua legitimidade, falem pelo “povo”, pela “classe operária”, pelos “trabalhadores”. E são esses intérpretes que permitem a própria existência das classes, que só ocorre quando se sentem dotados do poder de falar em nome delas. Poder que constitui, no dizer de BOURDIEU (2000), o “mistério do ministério”, a operação de “magia social” que faz com que pessoas se tornem representações de coletividades.

BOURDIEU tenta, portanto: contemplar o conhecimento reflexivo que os agentes possuem do espaço social em que se movem; desenvolver a idéia weberiana de que a proximidade na estrutura social permite a identificação de classes, mas que elas são apenas uma base probabilística para ações comunais; e enfatizar a importância de se considerar múltiplas dimensões do espaço social, não só a econômica, tampouco apenas os três canais weberianos de circulação do poder, para o recorte das classes.

Todavia, quando aplica a dados empíricos o seu conceito de classe, o faz à maneira tradicional. Assim, por exemplo, ao falar do mercado de bens simbólicos (BOURDIEU, 1999), considera três classes, cada uma delas por sua vez definida no plural, denotando o pressuposto de sua diversidade interna: classes superiores, classes médias e classes populares. Em um trabalho de pesquisa mais detalhado (BOURDIEU, 1984) também se vale de uma noção tripartite e hierárquica de classes, mas as denomina de forma diferente: classe dominante, classe média e classe dominada, ou popular ou trabalhadora. Entretanto, os gostos e estilos de vida, cuja propensão a tê-los é determinada pela proximidade social, não são uniformes para essas classes amplamente definidas, mas para frações destas, que são agregados ocupacionais criados a partir dos títulos das ocupações.

Assim, inobstante a crítica aos mapas de classe, BOURDIEU (1984) emprega um mapa de agregados ocupacionais que, a despeito do lastro teórico particular, se assemelha em vários pontos aos mapas neo-marxistas e neo-weberianos. As frações da classe dominante, por exemplo, têm a propriedade dos meios de produção e o exercício de autoridade nas relações de trabalho como critérios de distinção. Esses critérios separam os grupos de “empregadores comerciais”, “industriais”, e os “altos executivos e administradores”, como frações da classe dominante. Os ricos em capital cultural formam os “profissionais” e os “engenheiros”, e os produtores de bens culturais, em ocupações de ensino, artísticas ou científicas, formam uma fração própria da classe dominante.

3.4.3 Críticas aos modelos de classes

Existem várias críticas à análise de estratificação social mediante modelos de classe, algumas das quais já foram abordadas. TOURAINE (1995), partindo da derrocada das relações entre as condições objetivas de classe e a formação de consciência ou de ações políticas, defende a necessidade de substituir na moldura analítica da desigualdade o conceito de classe pelo de movimento social. A justificativa para tal substituição seria uma realidade na qual não são os lugares estruturais predefinidos que determinam os atores e suas ações, mas uma onde as ações, reativas ou conformistas, determinam os atores.

O alerta de TOURAINE (1995) é para o fato de que classes, ou qualquer outro tipo de grupo estruturalmente definido, ou definível, principalmente na esfera econômica, não necessariamente engendrará culturas ou ações específicas. É a reação contra um poder que modela a realidade ou a conformação à modelagem que determinará a ação ou sua ausência. Assim, pensando-se em um exemplo concreto, um poder masculino modelando toda a sociedade gerará em seus receptores, mulheres ou homens, diferentes reações, que podem ir da adesão aos valores modelares, à reação feminista mais radical. Mas a condição objetivamente predeterminada de se ser mulher não implica feminismo, ou reatividade, como ser homem não implica machismo, ou adesão. O mesmo vale para raça e classe.

Outras críticas incluem a insensibilidade das análises tradicionais a fatores de atribuição de posição na estratificação que não a classe de origem e o fato de que estudos centrados na participação no mercado de trabalho excluem uma grande parte da população (desempregados, crianças e jovens, donas-de-casa). Dentre as críticas, uma das maiores é dirigida a ter o estudo da estratificação se tornado uma área de concentração extremamente técnica e árida, e a uma suposta perda de sintonia das classes dos modelos com as “classes reais” (CROMPTON, 1998; CROMPTON e SCOTT, 2000; SAVAGE, 2000). A sociologia contemporânea da estratificação social teria se tornado reduto de iniciados, suas discussões e conclusões incompreensíveis aos leigos.

Por isso, outros discursos sobre a desigualdade e a estratificação ganharam, no processo de formação e nomeação das “classes reais”, parte do poder e do papel antes exercido pelos discursos sociológicos. Formas particulares de se abordar as desigualdades de riqueza e poder, que não as tradicionais em sociologia, encontram maior divulgação,

como as classes A, B, C, D e E de consumo usadas por publicitários, ou os estratos e índices de desigualdade de renda dos economistas (GRUSKY e WEEDEN, 2006). A representação da desigualdade de riqueza e poder na consciência social seria mais dinâmica do que os modelos sociológicos de classe, amarrados a preceitos de tradições analíticas e teorias sobre uma sociedade que já passou (KINGSTON, 2000; PAKULSKI, 2005).

Alguns consideram que a crise do modelo de classes se deve simplesmente ao fato de que a desigualdade mudou, junto com a sociedade, e o modelo que era bom para as sociedades que existiam, diga-se, até a primeira metade do século XX, não serve para a estratificação social que caracterizaria as sociedades da alta, ou pós, modernidade (PAKULSKI, 2005). Há quem simplesmente especule que o conceito de classes teve importância apenas política, e que o sistema de estratificação jamais produziu grupos com as características descritas pelas teorias, marxistas ou liberais (KINGSTON, 2000).

É razoável a crítica de que a representação da desigualdade deve se adequar para captar as novas configurações que surgem. Isso sempre foi parte do exercício analítico da estratificação social. Da mesma forma que sociedades agrárias foram substituídas por sociedades industriais, a sociedade industrial avançada dará vez a uma com outra estratificação – que provavelmente não será a prometida pelo marxismo ou pelo liberalismo. Também é razoável considerar que transformações da sociedade contemporânea indiquem a transição. Porém, a questão relevante é se uma sociedade em particular já está avançada o suficiente na transição para a alta (pós) modernidade para que se aplique na análise da estratificação um novo modelo. Julgar a pertinência da aplicação do modelo requer o conhecimento de quais seriam os traços que caracterizariam o novo modelo de estratificação.

Não há consenso em torno da designação a ser dada a esse novo modelo de sociedade. Alguns a consideram pós-moderna – por ser a sociedade que surge da moderna. Porém, críticos dessa caracterização apontam que se uma das suas principais características é a hipertrofia dos próprios valores modernos, o que há é uma continuidade da modernização, e não sua superação por uma nova etapa (BERMAN, 1986; GIDDENS, 1991). Portanto, talvez fosse mais pertinente pensar em uma alta modernidade. De qualquer forma, existe certo consenso em relação às características dessa nova fase, bem descritas por LIPOVETSKY (1989).

LIPOVETSKY (1989) pondera que a cultura “pós-moderna” é fruto da hipertrofia de uma cultura antinômica, o modernismo. Segundo o autor, nasce da negação da ordem burguesa por parte de uma minoria de artistas e intelectuais mediante a adoção de práticas e valores hedonistas da sociedade de corte. Tal adoção exporia as contradições de uma sociedade que implantou um individualismo radical na ordem econômica atentando contra todas as formas tradicionais de relacionamento, como a família e a religião, mas que em outras esferas continuava guardando profundas restrições morais e culturais.

É o advento, no século XX, do consumo de massa e dos meios de comunicação idem que contribuem definitivamente para a implosão das reservas e pudores burgueses. O estilo de vida consagrado ao hedonismo adotado por artistas e intelectuais se torna um padrão cultural hegemônico. A substituição do puritanismo pelo hedonismo, da valorização do trabalho pela do consumo, marcos da consolidação de um estilo moderno de vida a partir da segunda metade do século XX, fazem parte da dinâmica da modernização.

Na análise pessimista de BELL (1976), essas conseqüências culturais do capitalismo contribuem para conferir às sociedades contemporâneas um caráter heterogêneo, pois passam a possuir três ordens regidas por princípios antagônicos. Uma é a ordem técnica-econômica, cujo princípio é uma racionalidade funcional. Outra é a ordem política, regida pelo princípio da igualdade. A terceira é a ordem cultural, aonde impera um hedonismo exacerbado. No esforço particular de cada ordem em tornar o ambiente social global congruente e adequado ao seu princípio axial, a oposição radical entre os princípios produziria tensões estruturais aparentemente insuperáveis.

Partindo dessas reflexões LIPOVETSKY (1989) detecta uma relação profunda entre o modernismo e os valores democráticos que ganharam progressivamente hegemonia nas sociedades ocidentais a partir do final do século XVIII. É uma colocação interessante: ao considerar um período histórico mais amplo, é possível identificar na cultura modernista o mesmo impulso transformador que, na ordem política, havia produzido as sociedades democráticas; e que, antes, em outra esfera gerara a economia de mercado.

Ao contrário de BELL (1976), LIPOVETSKY (1989) é otimista. Embora tenha sido conduzido por uma elite, o movimento cultural modernista foi um primeiro passo na democratização da cultura. A instituição do sufrágio e sua progressiva universalização

já haviam democratizado a ordem política. E antes o capitalismo democratizara radicalmente a propriedade: com a abolição da escravidão e de formas servis, cada pessoa passa a ser dona de sua própria força de trabalho, e detentora de exclusividade dos direitos sobre essa, ainda que grande parte da população seja obrigada a alugá-la a um empregador. O modernismo, portanto, representaria a continuidade, na esfera da arte e da cultura, do processo libertário concluído na economia e iniciado na política.

O modernismo pode levar à relativização absoluta: se não há tradição, e se o que vale é o novo, tudo é possível e toda possibilidade, forma e conteúdo, se torna legítima. No extremo, massificada, tal orientação faz com que mesmo o novo deixe de ser radical e que a própria recuperação da tradição possa ser legítima, no retorno caótico e não impositivo, tampouco uniforme, das mesmas amarras com que se havia rompido. Instaurar-se-ia então a fase pós-moderna na visão de LIPOVETSKY (1989).

Aqui se considera que a mudança associada à emergência da sociedade de consumo representa não uma ruptura, mas uma continuidade do modernismo, que também pugnava por amplo controle social aliado a liberdade na esfera privada. O indivíduo moderno, rompido com as tradições, dessocializado e atomizado na caracterização de LIPOVETSKY (1989); inseguro e despido de referenciais segundo BAUMAN (1992), “desencaixado” na teorização de GIDDENS (1991), flutua ao sabor das modas, pode mudar seu estilo de vida de uma hora para outra. E a mudança pode ser independente de todos os determinantes de comportamento que representam a tradição, ou uma mudança em busca da segurança e da certeza conferidas por suas amarras, em um movimento de “reencaixe”, de busca da tradição.

O consumo, como coloca LIPOVETSKY (1989), é a forma adequada de controle social para o indivíduo flutuante. Não é mecânico nem totalitário, e suplanta em eficiência formas de controle desses tipos. Seu mecanismo de funcionamento é a sedução, o que não necessariamente implica ausência de planejamento. O sujeito que não consome o produto A, mas somente B, faz dentro de sua liberdade individual escolhas, combinando livremente elementos disponíveis. Quanto mais minuciosamente engenheiros e planejadores conseguem “elaborar” o cotidiano, maior é a regulação. O paradoxo da sociedade de consumo é que isso também aumenta o número de opções na esfera individual. A batata frita padronizada de outrora tem agora incontáveis sabores que variam do churrasco de picanha ao azeite de oliva com manjeriço. Os indivíduos ficam

com uma percepção ampliada de liberdade e autodeterminação. Têm comportamentos coletivos previsíveis, mas são singulares em suas opções.

Um grande problema para as teorias de estratificação, nesse cenário, é que compartimentos sociológicos tradicionalmente estanques, como os determinados por classe, raça, sexo e idade parecem se desvanecer como determinantes das escolhas. A multiplicidade de opções disponíveis induz o desejo de uma vida única, singular, a ser produzida e desfrutada – quase um projeto existencialista. Isto faz de cada indivíduo uma instância de seleção e combinação de opções. Progressivamente as outrora importantes e diferentes identidades coletivas vão sendo homogeneizadas, tornando a massa mais indistinta e os indivíduos mais distintos, dotados de identidade singulares. A vida passaria, então, a ser uma constante sucessão de escolhas hedonistas. Imperaria o narcisismo e o culto ao corpo (LASCH, 1983) entre indivíduos altamente informados e possuídos da sensação de serem responsáveis por seus próprios destinos. Mesmo os processos de socialização deixariam de ter conteúdos fortemente definidos, tornando-se mais fluidos.

Parafraseando LIPOVETSKY (1989), o indivíduo consumidor é uma colcha de retalhos heteróclita, uma combinação polimorfa sem grandes preocupações morais – muito menos consciência de classe. É o consumo enquanto estrutura aberta e dinâmica que permite o “desenraizamento” social dos indivíduos. Com a transição das sociedades industriais para as sociedades de consumo de massa, os sistemas sociais se tornariam abertos e flexíveis. A liberdade na sociedade de consumo estará relacionada à capacidade de consumir. A renda passará a ser o principal símbolo da posição social das pessoas, e a distribuição de renda a representação mais adequada da desigualdade.

3.5 A renda como símbolo da desigualdade na sociedade de consumo

O que as teorias discutidas no *Primeiro Capítulo* designam por classe é uma representação particular da estrutura da desigualdade em sociedades industriais. Todavia, os modelos sociológicos da estratificação em classe têm sido acusados, em tempos recentes, de não darem conta da representação da desigualdade nas sociedades que parecem emergir da sociedade industrial avançada. Têm sido acusados também de terem se distanciado das representações populares da desigualdade, dispersas na consciência social.

Parte dessas críticas está atrelada à tradição de se abordar a desigualdade a partir das atividades produtivas dos indivíduos adultos. Em todos os modelos de estratificação tradicionais discutidos é possível notar uma característica comum nas classes que geram. Todas podem ser definidas em termos de ocupações. O pertencimento dos indivíduos às classes se opera pela identificação das atividades econômicas que desempenham – sua posição na divisão do trabalho – e pela posse de propriedade. Magos, burocratas, guerreiros, camponeses, operários, burgueses, são grupos que se caracterizam essencialmente pelo que fazem os que os compõem.

Enquanto é homogêneo por ocupação o retorno social aos que as desempenham – em poder, riqueza ou renda – assim como as atitudes e comportamentos de seus membros, é razoável a definição de classe por atividade, por que as desigualdades de riqueza e poder são resultados da atividade. Porém, quando a cristalização se reduz, nas sociedades industriais avançadas, e ainda mais, na transição para as sociedades de consumo, a atividade perde o poder de representar o resultado que define a desigualdade.

Se passa a haver desigualdade substantiva de retornos entre os que exercem uma mesma atividade, no quê as pessoas trabalham passa a ser uma informação secundária na representação da desigualdade social. A posição do indivíduo e a própria estrutura da desigualdade passam a ser definidas por uma combinação crescentemente indeterminada de vários tipos de recursos. Para o estudo da estratificação, o que as pessoas recebem por aquilo que fazem passa a ser mais importante do que o quê fazem. Num cenário de produção complexa da desigualdade, baixa cristalização, e indeterminação, representar a desigualdade pelo resultado individual, a renda, suprime o problema da variabilidade intraocupacional.

Nas sociedades contemporâneas, a diferença nas chances de vida e nos resultados é determinada em grande grau pela capacidade que teve a geração anterior de pagar as melhores escolas privadas, ou, em alguns países, de comprar uma casa na vizinhança onde estão as melhores escolas públicas. Em uma sociedade de consumo também há desigualdade de oportunidades e de resultados, processos de mobilidade e de estruturação da desigualdade. Mas sua estratificação exige outra representação para a desigualdade, papel que cabe bem à renda por ser um indicador da capacidade de consumo melhor do que o pertencimento às classes dos esquemas tradicionais.

A renda na sociedade de consumo não é determinante das escolhas de estilos de vida, nem de comportamento político ou base de ações coletivas. É uma restrição da liberdade para optar por estilos de vida imposta pela desigualdade socioeconômica. Ao exemplo da classe nas conceituações de WEBER e BOURDIEU, a proximidade de renda não suscita movimento social ou ação coletiva, mas os tornam mais prováveis se houver proximidade em outra dimensão do espaço social.

Por todas as razões discutidas nesse capítulo, optou-se por representar a desigualdade pela distribuição da renda nesta pesquisa. Deixar de lado algumas formas consagradas de representação da estrutura social e experimentar outras pode levar ao avanço dos estudos sociológicos de mobilidade social. No caso da opção pela distribuição de renda, esse potencial aumenta ao se considerar as contribuições que os estudos econômicos sobre a desigualdade e a mobilidade de renda têm a oferecer, principalmente em termos de técnicas.

Os resultados da pesquisa apresentados nos próximos cinco capítulos indicam que realmente a representação da desigualdade pela renda permite a ampliação do conhecimento da estratificação social, e, em particular, da desigualdade racial. Porém, é cedo para decretar o fim da análise mediante modelos tradicionais da estratificação em classes. Se o momento histórico é o de transição de uma sociedade industrial de classes avançada para uma sociedade de consumo, a estratificação será marcada tanto pela desigualdade de classe quanto pela de renda. Nesse sentido, as análises que empreguem essas representações distintas da desigualdade não devem ser tidas como concorrentes, mas como complementares.

Capítulo 4: A desigualdade racial de renda

O problema ao qual esta pesquisa se dedica é o da persistência da desigualdade racial de renda no Brasil. A própria formulação do problema traz implícitas duas hipóteses. A primeira é a de que existem desigualdades de renda domiciliar *per capita* entre os negros e os brancos. A segunda hipótese, dependente da primeira, é a de que essas desigualdades são persistentes. O objetivo deste capítulo é testar essas duas hipóteses, pois a investigação de um problema começa pela demonstração de sua existência e caracterização. Para atingir esse objetivo, este capítulo está estruturado em três seções precedidas por esta introdução, e sucedidas por uma seção conclusiva.

Na primeira seção, trata-se dos antecedentes. Nessa, a bibliografia brasileira dedicada ao tema das relações entre o pertencimento racial e a estratificação social é revista no que toca à desigualdade de renda. Embora existam vários estudos clássicos da sociologia brasileira dedicados às relações entre raça e classe, a maior parte abordou essa relação por meio da distribuição dos negros na estrutura ocupacional. Os poucos estudos que se dedicaram à desigualdade de renda, geralmente se limitaram à distribuição da renda do trabalho. Menos estudos ainda a abordaram sob a ótica da distribuição da renda domiciliar *per capita*. O estudo da evolução da participação dos negros e dos brancos na distribuição de renda é ainda mais raro.

Na segunda seção são discutidas as informações de renda da Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios, a PNAD, realizada pelo IBGE; a renda domiciliar *per capita*; e a metodologia para o teste das hipóteses a partir dessa fonte de dados. Para testar as hipóteses é preciso considerar que uma distribuição de renda tem dois aspectos básicos, a forma e o nível. Logo, a comprovação da presença de desigualdade de renda entre negros e brancos depende da existência de diferenças de forma e de nível entre suas distribuições. Se essas existem e não mudam, ou mudam pouco, ao longo do tempo, pode-se também comprovar sua persistência. O método consiste, portanto, em comparar o nível e a forma das distribuições de renda de cada grupo racial a partir dos dados de mais de uma edição de uma pesquisa domiciliar amostral de representatividade nacional.

Ainda na segunda seção, descreve-se como se faz a comparação das diferenças de nível e de forma entre as distribuições de renda de negros e brancos, separadamente e em conjunto. Até esse ponto, as distribuições são consideradas separadamente, como se as

duas populações fossem independentes. Então, passa-se à descrição da estimação da desigualdade entre os grupos em função das características de suas distribuições e de como essas estão relacionadas à distribuição brasileira da renda.

Na terceira seção são apresentados os resultados da análise realizada para testar as duas hipóteses propostas. Forma e nível das distribuições de renda de negros e brancos são comparados para averiguar a hipótese de existência de desigualdade. Isso é repetido para quatro anos, 1976, 1986, 1996 e 2006, de forma a contemplar a hipótese de persistência da desigualdade.

As duas hipóteses propostas são aceitas como verdadeiras face às evidências proporcionadas pela PNAD, corroborando as conclusões dos estudos anteriores e legitimando a escolha do problema. Existe no Brasil desigualdade de renda domiciliar *per capita* entre negros e brancos – provocada por diferenças de forma e de nível entre suas distribuições. E essa desigualdade é persistente, pois varia pouco no período abordado, de 1976 a 2006.

4.1 Raça e renda: antecedentes

Uma das grandes distinções da sociologia brasileira das décadas de 1940 a 1960, em relação ao pensamento social ensaísta que a precedera, é o seu caráter eminentemente empírico. Essa é uma característica marcante do trabalho dos sociólogos que primeiro se dedicaram ao tema das relações entre raça e classe. Suas conclusões se erigem sobre evidências históricas documentais, sobre etnografias, entrevistas, e sobre dados quantitativos. E é principalmente nos dados oriundos dos Censos de População do IBGE que se baseiam para refletir sobre raça e estratificação social.

Porém, nenhum dos estudos dessa época apresenta dados sobre a desigualdade de renda, embora todos tomem por dada sua existência, decorrente da situação de classe dos negros, representada por sua posição na estrutura ocupacional. Para falar da relação entre raça e estratificação social usavam-se, para o período pós-Abolição, tabulações dos Censos de 1940 e 1950 que relacionavam a cor com a categoria ocupacional ou com a posição na ocupação (FERNANDES, 1965; NOGUEIRA, 1998; PINTO, L. D. A. C., 1998; CARDOSO, 2000; FERNANDES, 2007; BASTIDE e FERNANDES, 2008). E não poderia ser de outra forma, considerando que esses dois Censos, e os anteriores, não registravam a renda das pessoas.

O primeiro levantamento com cobertura nacional a possuir simultaneamente dados de cor e de renda foi o Censo de 1960. As tabulações publicadas pelo IBGE a partir desse (IBGE, 1965, *circa* 1970) enfatizaram os dados de renda, então uma novidade. Todavia, foram divulgados pouquíssimos resultados por cor, e nenhum cruzamento de cor e renda.

Em 1978 uma análise dos dados de cor e renda do Censo de 1960 se tornou pública, embutida na tese de doutorado de Nelson do Valle SILVA (1978). A parte mais substantiva dessa análise foi publicada em português resumidamente dois anos depois (SILVA, 1980). Também em 1978, Carlos HASENBALG defendeu tese de doutorado, publicada no Brasil em 1979 (HASENBALG, 2005), apresentando dados de renda por grupo racial (mas não do Censo de 1960). Somente então, 90 anos após a Abolição, duas teses defendidas nos Estados Unidos apresentavam as primeiras caracterizações da desigualdade racial de renda entre brancos e “não-brancos” no Brasil. Entretanto, esses dois estudos não apresentavam dados relativos ao país inteiro: o de SILVA era restrito ao Rio de Janeiro e à Guanabara; e o de HASENBALG a seis estados do Centro-Sul do país. Apenas em 1981 vieram a público os primeiros dados sobre a desigualdade de

renda entre negros e brancos com cobertura nacional, nos trabalhos de OLIVEIRA, PORCARO e ARAUJO (1985) e de SILVA (1988), baseados na PNAD de 1976.

Dado SILVA (1978) analisar apenas as desigualdades na distribuição da renda do trabalho, a única captada pelo censo de 1960, a tese de HASENBALG (2005) foi o primeiro trabalho a conter dados sobre as desigualdades de renda domiciliar entre negros e brancos. Porém, o próprio autor reconhece a precariedade do modelo de determinação da renda domiciliar apresentado, por não levar em consideração o tamanho dos grupos domésticos, dedicando ao modelo apenas uma tabela e três breves parágrafos (HASENBALG, 2005: 229-230), nos quais não chega a explicar quais os tipos de renda que compõem a renda domiciliar na pesquisa que lhe serviu de fonte.

Dos dois primeiros trabalhos baseados na PNAD de 1976, publicados em 1981, o de SILVA (1988) se dedicava apenas à desigualdade racial na distribuição da renda do trabalho entre a população masculina ocupada, considerando sua situação marital, mas não outras características dos grupos domésticos dos quais participavam tampouco outras rendas não oriundas de trabalho (*e.g.* aluguéis, aposentadorias, pensões e doações/mesadas). A maior parte dos trabalhos³⁸ realizados posteriormente sobre desigualdade de renda entre negros e brancos se dedica à desigualdade das rendas do trabalho por meio de equações de salários. O problema dessa abordagem é excluir as pessoas que não participam do mercado de trabalho – crianças, donas de casa, aposentados e desempregados – cuja renda depende de outras pessoas ou da participação passada.

Já OLIVEIRA, PORCARO e ARAUJO (1985) dedicam o sexto capítulo de sua pesquisa ao papel das estruturas familiares na reprodução das desigualdades raciais, adotando o grupo doméstico³⁹ como unidade de análise das estatísticas apresentadas, racialmente identificado pela cor do chefe. É no trabalho dessas três pesquisadoras do IBGE que se encontra a primeira estimativa da desigualdade racial na renda domiciliar *per capita* no Brasil: em 1976, a renda domiciliar *per capita* média das famílias chefiadas por pessoas negras e por pessoas pardas era, respectivamente, 35 e 54% dessa renda média para as famílias chefiadas por pessoas brancas (OLIVEIRA, PORCARO e

³⁸ Esses trabalhos são revistos no *Sétimo Capítulo*.

³⁹ Na PNAD de 1976 não havia a distinção entre grupo doméstico e família, presente em rodadas posteriores da pesquisa. Sobre essa distinção, vide MEDEIROS e OSORIO (2001).

ARAÚJO, 1985: 68). Todavia, no texto, as pesquisadoras não explicitam se levaram em consideração as rendas não oriundas de trabalho captadas pela PNAD de 1976 ao computar a renda domiciliar, ou se trabalharam apenas com as rendas de todas as ocupações.

Em capítulos anteriores, nos quais a unidade de análise é o indivíduo, OLIVEIRA, PORCARO e ARAUJO (1985) trabalham com dados sobre os rendimentos de todas as ocupações. Particularmente no quinto capítulo, apresentam uma análise da distribuição desses rendimentos empregando técnicas bem distintas das regressões lineares de SILVA (1978, 1980, 1988) e de HASENBALG (2005). As autoras apresentam, por exemplo, as frações da renda que cabiam a cada grupo e as comparam as frações da população de cada grupo de cor; frações acumuladas e médias dos rendimentos por décimos da distribuição, e para o vigésimo e o centésimo mais ricos; e também apresentam os primeiros índices de Gini e coeficientes de variação da renda para os grupos de cor.

Mais uma década se passa até que ressurgam trabalhos com foco na raça e na renda dos grupos domésticos. Essa lacuna se deve em parte à ausência de dados, pois o quesito cor, após 1976, só fora perguntado para todos os entrevistados nos questionários suplementares de temas especiais das rodadas de 1982 e de 1986 da PNAD (vide seção 2.2.6). No ano de 1987, o quesito cor foi incorporado definitivamente no questionário principal da PNAD, e como naquele ano a pesquisa não teve suplemento especial, e sua divulgação ocorreu no ano do centenário da Abolição, sua síntese de indicadores continha um número excepcional de tabelas por cor, incluindo tabelas com a distribuição das famílias por faixas de renda segundo a cor do chefe. Esses dados foram empregados por ANDREWS (1992: 73) para comparar a incidência de pobreza na população preta e parda do Brasil com a incidência na população negra dos Estados Unidos.

O primeiro estudo rigoroso dedicado aos diferenciais de pobreza de negros e de brancos segundo a renda familiar *per capita*, surge em 1992. Usando os microdados da PNAD de 1988, SILVA (1992) conduz um estudo da incidência de pobreza por grupos de cor empregando como indicador a renda familiar *per capita* e indivíduos como unidade analítica. Grande parte dos dados descritivos desse estudo é repetida em SILVA (1993). Todavia, em SILVA (1992), uma regressão logística é usada para explicar a chance de um indivíduo ser pobre segundo características da família e do indivíduo. A partir do

resultado da aplicação do modelo aos dados, o autor conclui que mesmo considerando a região de residência da família e características como a educação do chefe e o aproveitamento da força de trabalho familiar, ainda existiam diferenças significativas na incidência de pobreza em cada grupo de cor (SILVA, 1992: 136-137).

Posteriormente, BARROS e MENDONÇA discorreram sobre o impacto da discriminação salarial por raça na desigualdade da distribuição da renda domiciliar *per capita*. Infelizmente, o fizeram de forma breve, sem apresentar a metodologia, e atribuindo toda a diferença de renda entre os negros e os brancos à discriminação. Mesmo assim, concluem que “a discriminação por raça seria capaz de explicar 1/2 da sobre-desigualdade brasileira” (BARROS e MENDONÇA, 1996: 189). Por “sobre-desigualdade” os autores entendiam a diferença entre o grau de desigualdade na distribuição da renda brasileira, por volta de 0,6 segundo o índice de Gini, e a média dos países desenvolvidos, em torno de 0,4. Os autores retomam o tema das relações entre discriminação e desigualdade de forma rigorosa em BARROS, FRANCO e MENDONÇA (2007), discutido adiante, embora com preocupação distinta.

Mais quase uma década se passa antes de vir a público o terceiro estudo com dados sobre a incidência de pobreza nas populações de cada grupo racial. HENRIQUES (2001) demonstra a diferença racial na incidência da pobreza e de indigência, todavia usando linhas obtidas por uma metodologia mais sofisticada que a de SILVA (1992, 1993), que empregou uma linha de um quarto do salário mínimo de 1980. Outra diferença é que HENRIQUES (2001) apresenta a evolução temporal da incidência da pobreza ao longo da década de 1990.

Mais importantes que os dados de pobreza, porém, são os dados sobre as relações entre raça e distribuição da renda domiciliar *per capita* apresentados por HENRIQUES (2001: 17-26). Pela primeira vez é mostrada uma imagem contínua da distribuição da população negra ao longo da distribuição da renda domiciliar *per capita*, que exhibe o quanto a população se torna mais branca à medida que são considerados os níveis mais altos de renda e vice-versa. HENRIQUES exhibe também a evolução da desigualdade racial ao longo da década de 1990, por meio das frações de renda apropriadas por cada grupo.

Em outra análise inédita, HENRIQUES (2001: 20-21) mostra a razão entre as rendas médias dos décimos das distribuições de renda de cada grupo. O autor se limita a

concluir que a renda média dos brancos é maior em todos os décimos e que a razão aumenta nos décimos mais ricos. Embora pareça não compreender todas as implicações dos dados que apresenta, caracterizou pela primeira vez a existência de dominância de primeira ordem (vide a seção 4.2.5) da distribuição de renda dos brancos sobre a dos negros – ainda que de forma rudimentar. Isso lhe teria permitido concluir que os negros surgiriam como mais pobres do que os brancos independentemente da linha e do indicador de pobreza empregados. Finalmente, apresenta simulações contrafatuais que permitem concluir que o quê diferencia as distribuições da renda domiciliar *per capita* dos negros e dos brancos e causa a maior incidência de pobreza nos primeiros não é a forma, e sim o nível das distribuições, representado pela renda média.

Depois do trabalho de HENRIQUES (2001), começam a ser divulgadas caracterizações da desigualdade entre grupos raciais na renda domiciliar *per capita*, principalmente em sínteses de indicadores disseminadas por institutos de pesquisa governamentais, notoriamente o IBGE e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA, e por organismos internacionais, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD (*e.g.* SHICASHO, 2002; PNUD, 2005). KILSZTAJN *et al.* (2005) realizam uma breve descrição da concentração da renda domiciliar *per capita* segundo grupos raciais. SOARES, FONTOURA e PINHEIRO (2007) fornecem alguns dados atualizados da evolução da pobreza e das rendas domiciliares *per capita* médias de negros e brancos de 1994 até 2005.

Partindo da constatação de que a queda na desigualdade dos rendimentos do trabalho foi o principal determinante da queda recente da desigualdade da renda domiciliar *per capita* no Brasil (cf. os trabalhos reunidos por BARROS, FOGUEL e ULYSSEA, 2007), BARROS, FRANCO e MENDONÇA (2007) estudaram a contribuição da discriminação salarial e da segmentação ocupacional para ambas as quedas. Embora se dediquem a outros tipos de discriminação e o foco seja na desigualdade global de renda, concluem que tanto a discriminação salarial contra negros quanto a segmentação ocupacional no mercado de trabalho diminuíram – particularmente no período 2001-2005 – contribuindo para a redução da desigualdade de renda nacional.

Também com foco no fenômeno da queda da desigualdade global da renda domiciliar *per capita*, FERREIRA *et al.* (2007) apresentaram decomposições de um indicador da desigualdade total em desigualdade entre os grupos e dentro dos grupos. Um dos tipos de grupos para o qual realizam essas decomposições são os grupos raciais, o que lhes

permite estabelecer, para os anos selecionados, quanto a desigualdade entre as distribuições da renda domiciliar *per capita* de negros e de brancos contribui para a desigualdade total (FERREIRA *et al.*, 2007: 364). Depois empreendem uma decomposição “dinâmica” da variação da desigualdade entre grupos em termos das mudanças na desigualdade e nas frações da população e nas frações da renda apropriada. Esses poucos estudos ou sínteses de indicadores que apresentaram dados sobre a desigualdade das distribuições da renda domiciliar *per capita* de negros e brancos não buscaram explicar as suas causas de forma direta. As únicas exceções são parciais. SILVA (1992) apresenta um modelo explicativo da incidência da pobreza nos grupos raciais, mas não da desigualdade de renda entre esses. BARROS, FRANCO e MENDONÇA (2007) estabeleceram a relação de causalidade entre a discriminação salarial e a desigualdade de renda: mas não a desigualdade entre grupos raciais e sim a global. FERREIRA *et al.* (2007), ao empreenderem as decomposições dinâmicas da desigualdade entre os grupos raciais, adentram o terreno da variação de algumas causas dessa desigualdade.

Os demais estudos citados são descritivos. Suas tentativas de explicação da desigualdade na renda domiciliar *per capita* são meta-analíticas. Eles mostram uma série de estatísticas de desigualdade racial em várias dimensões e inferem serem causadas por discriminação. Há uma preocupação maior com a denúncia da injustiça do que propriamente com seus determinantes. Geralmente, para justificarem suas inferências causais remetem a trabalhos pregressos sobre raça e estratificação social (*e.g.* FERNANDES, 1965; HASENBALG e SILVA, 1988, 1992; HASENBALG, SILVA e LIMA, 1999; FERNANDES, 2007). Esses, de fato, estabelecem os vínculos causais entre pertencimento racial e posição na estrutura ocupacional ou de classes, mas de forma alguma explicam sistematicamente os vínculos entre raça e posição na distribuição da renda domiciliar *per capita*.

As caracterizações fornecidas pelos estudos revistos autorizam a aceitação preliminar das duas hipóteses centrais deste capítulo, a de que existem desigualdades de renda domiciliar *per capita* entre negros e brancos e a de que essas desigualdades são persistentes. No entanto, essas caracterizações deixam muito a desejar do ponto de vista do método – particularmente pela ausência de sistematicidade nas abordagens – e, principalmente, das técnicas. Existe um cabedal de técnicas consagradas de análise das distribuições de renda que jamais foi aplicado de forma consistente ao problema das

desigualdades de renda entre os grupos raciais no Brasil. Essa lacuna é preenchida neste capítulo.

4.2 O estudo da desigualdade da renda: método e técnicas

Os principais métodos e técnicas para o estudo da desigualdade da renda se desenvolveram no âmbito dos estudos econômicos de pobreza e bem-estar. No final da década de 1960, KOLM (1969) e ATKINSON (1970) lançaram as bases de uma abordagem axiomática para o estudo da desigualdade na distribuição de renda que permitia relacioná-lo com as concepções de desigualdade implicadas por teorias filosóficas de justiça distributiva (cf. os textos reunidos em SIELBER, 1999; ATKINSON e BOURGUIGNON, 2000).

Não cabe fazer aqui uma história detalhada desse campo de estudos. Basta registrar que ao longo das décadas de 1970 e 1980 houve um rápido desenvolvimento das técnicas de mensuração de desigualdade, bem-estar e pobreza a partir de variáveis contínuas, como a renda, e a criação de grande consenso em torno de seus princípios metodológicos. Esse consenso foi consubstanciado em inúmeros manuais que versam sobre as técnicas de análise da distribuição de renda, como o de COWELL (2000) e o de LAMBERT (2001), que serviram de orientação a presente análise.

Para que exista uma distribuição são necessárias duas coisas distintas. Uma é aquilo que se distribui – no caso, a renda. Outra são as unidades que participam da distribuição, que recebem uma parte do que é distribuído – por exemplo, indivíduos. Toda a análise da distribuição de renda se baseia em dois parâmetros: o nível e a forma da distribuição. O nível representa a magnitude daquilo que se há para distribuir. E a forma expressa o quanto cada unidade recebe considerando o conjunto das unidades: a fração que cabe a cada uma na distribuição do total. A comparação entre distribuições de renda – seja entre as de uma sociedade em momentos distintos, seja de várias sociedades diferentes, seja entre grupos de uma mesma sociedade – é feita em termos do nível e da forma das distribuições.

Portanto, para testar a hipótese de que existe desigualdade de renda entre negros e brancos, é preciso comparar o nível e a forma da distribuição da renda dos negros entre os negros com o nível e a forma da distribuição da renda dos brancos entre os brancos. Mas não basta empreender esta comparação como se as distribuições fossem independentes, pois negros e brancos fazem parte da distribuição de renda brasileira. Portanto a desigualdade de renda entre eles tem que ser estabelecida não só em termos

das diferenças entre suas distribuições, mas também das implicações dessas diferenças no posicionamento de cada grupo na distribuição brasileira da renda.

E para testar a hipótese de que essa desigualdade é persistente, é necessário empreender essa comparação em vários momentos.

Obviamente, para empreender essas duas tarefas, há que se dispor de uma fonte de dados confiável sobre a renda de negros e brancos, e a segunda hipótese exige também que a renda seja da mesma natureza em todos os momentos.

Para discorrer sobre como esses testes serão conduzidos, esta seção metodológica compreende seis subseções. Na primeira, discute-se a informação de renda na fonte de dados, a PNAD. Na segunda, a renda domiciliar *per capita*. Na terceira, a comparação do nível das distribuições (comparação das rendas médias). Na quarta, a comparação da forma das distribuições (comparação do grau de desigualdade). Na quinta, a comparação simultânea do nível e da forma das distribuições (comparação de bem-estar e pobreza). Na sexta, discorre-se sobre a desigualdade de renda entre os grupos levando em consideração além do nível e da forma da distribuição de renda em cada grupo, sua participação conjunta na distribuição de renda nacional. As subseções três a seis se baseiam em COWELL (2000) e em LAMBERT (2001) – exceto as curvas de concentração populacional e o índice de concentração ajustado, apresentados na sexta subseção, que são indicadores desenvolvidos para uso nesta pesquisa.

4.2.1 A renda na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

A fonte das informações apresentadas é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD, realizada pelo IBGE. Como um dos objetivos é testar a persistência temporal da desigualdade de renda entre negros e brancos, são usados os dados das edições da PNAD realizadas em 1976, 1986, 1996 e 2006. Embora o questionário da pesquisa tenha sofrido algumas modificações, os dados de renda desses anos são comparáveis, uma vez deflacionados. A informação de renda das PNAD não é perfeita, mas é considerada de excelente qualidade. E não há razão para supor que os problemas que a afetam impactem distintamente negros e brancos.

Pesquisar renda em pesquisas domiciliares é difícil. Perguntar sobre a renda de uma pessoa é uma intrusão na vida privada muito mais severa do que perguntar a data de nascimento ou o estado civil. Muitas pessoas podem não se sentir à vontade para declarar a renda a um estranho – o entrevistador. O desconforto em declarar a renda

pode ter inúmeros motivos. Pessoas pobres podem ter vergonha do seu baixo nível de renda, e pessoas mais abastadas podem temer que a informação venha a ser usada para outros propósitos, por exemplo, conferir suas declarações de renda para o fisco (DEATON, 1997; MCKAY, 2000a). Mesmo com a garantia de sigilo e da finalidade estatística da coleta de dados a reticência das pessoas em declarar sua renda pode persistir.

Além dos problemas relacionados à intrusão da intimidade e ao receio de que a informação possa ser usada para outros fins, existe também uma série de problemas conceituais e técnicos associados à captação da renda. Usualmente, a renda em pesquisas domiciliares é dividida em dois componentes principais, a renda do trabalho e as outras rendas (MCKAY, 2000a). A captação de rendas pela PNAD se encaixa nesse padrão (MEDICI, 1988; ROCHA, 2002).

As dificuldades na captação da renda do trabalho dependem muito do tipo de trabalhador e do mercado de trabalho do qual participa (SCHAFFNER, 2000). Por exemplo, uma família que empenha a força de trabalho de seus membros em um pequeno empreendimento agrícola terá uma renda variável, sazonal e incerta. O cálculo de sua renda envolveria o cômputo da produção familiar vendida ou consumida. E deste total, teriam que ser descontados os custos de produção: sementes, rações e outros insumos, incluindo a eventual contratação de mão-de-obra.

No caso de empreendedores ou autônomos contratados por período, a captação também é dificultada pela variabilidade dos rendimentos: há épocas piores e melhores. Alguns desses trabalhadores podem simplesmente ignorar quanto ganham habitualmente em um determinado período, por não manterem registros contábeis. No caso dos empreendedores em empreendimentos não agrícolas, também existe o problema de se descontar os custos de produção do faturamento total da venda de produtos ou serviços (SCHAFFNER, 2000).

A PNAD não capta detalhadamente as informações necessárias para calcular a renda dos vários tipos de empreendedores. Simplesmente se lhes pede calcularem uma média vagamente definida de seus rendimentos mensais (ROCHA, 2002).

Já se o trabalhador é assalariado em um emprego regular, sua renda pode ser captada mais facilmente. Mesmo assim, restam alguns problemas conceituais, como, por exemplo, se devem ser registradas rendas ocasionais (bonificações, comissões, e

gratificações extras), a remuneração em produtos ou benefícios (cesta-básica, vale transporte), e se se deve registrar a remuneração bruta ou líquida (SCHAFFNER, 2000). A PNAD busca registrar a renda bruta regular, incluindo uma estimativa do valor do pagamento do trabalho em produtos, se houver, excluindo benefícios (ROCHA, 2002). Apesar dessas dificuldades, de forma geral, quanto mais urbana é a sociedade e sua economia (do ponto de vista do emprego da mão de obra), e quanto mais formalizadas e estáveis são as relações de trabalho, maior é a possibilidade de captação precisa da renda do trabalho.

As rendas que não são oriundas do trabalho também oferecem dificuldades para captação que variam conforme o tipo da renda (MCKAY, 2000b). Algumas dessas rendas, quando regulares, têm a captação fácil, caso de aposentadorias, pensões, ou de transferências monetárias de programas governamentais. Porém, nem todas as rendas regulares são de fácil captação: as rendas de aluguéis, de imóveis ou de bens de capital, são usualmente afetadas por subdeclaração, seja por não serem declaradas, seja por seus recebedores serem tão poucos na população que escapam à amostra.

Quando as outras rendas não são regulares, a dificuldade aumenta. Uma família pode receber transferências esporádicas e de valor variável de um parente que reside em outro domicílio (*e.g.* um trabalhador emigrante). Também são de difícil captação os juros e dividendos provenientes de aplicações financeiras. Outras rendas oferecem dificuldades conceituais por serem de ocorrência rara, como heranças, vendas de imóveis e prêmios de loteria (MCKAY, 2000b).

Não há como contornar todos esses problemas, pode-se apenas minimizá-los por meio de bom planejamento e da elaboração de questionários adequados às características das principais fontes de renda da população pesquisada (DEATON, 1997; MCKAY, 2000a, 2000b; SCHAFFNER, 2000). A captação de renda na PNAD não é exceção, é afetada por todos esses problemas. Dado existirem dois estudos aprofundados sobre a captação de renda na PNAD, seus problemas e mudanças ao longo do tempo (MEDICI, 1988; ROCHA, 2002), não será feita aqui uma descrição detalhada dos questionários. Apesar dos problemas, compartilhados com outras pesquisas do seu naipe, a informação de renda na PNAD é considerada de ótima qualidade pelos que a usam e pelos que a estudaram visando a melhorá-la (MEDICI, 1988; ROCHA, 2002).

Um aspecto importante da captação de renda na PNAD é que mudou relativamente pouco desde 1976. Embora de 1977 a 1979 várias experiências tenham sido feitas (MEDICI, 1988), as questões de renda de 1976 são praticamente as mesmas que foram empregadas de 1981 a 1990. A partir de 1992 houve um maior detalhamento das rendas não oriundas do trabalho, com a especificação de diferentes tipos de pensões e aposentadorias (ROCHA, 2002). Mas ao que tudo indica, não há razões para evitar comparações intertemporais dos dados de renda da PNAD. No caso das comparações de nível, entretanto, deve se tomar o cuidado de empregar fatores de deflação adequados (COURSEIL e FOGUEL, 2002).

Adotou-se a seguinte classificação operacional para as rendas da PNAD, que pode ser aplicada a qualquer rodada da PNAD de 1976 em diante.

$$\text{renda individual} \left\{ \begin{array}{l} \text{trabalho} \left\{ \begin{array}{l} \textit{principal} - \textit{primeira ocupação} \\ \textit{demais} - \textit{outras ocupações} + \textit{abono} \end{array} \right. \\ \text{não trabalho} \left\{ \begin{array}{l} \textit{pensões} - \textit{aposentadorias e pensões} \\ \textit{outras} - \textit{doações, mesadas, aluguéis, outras} \end{array} \right. \end{array} \right.$$

Críticos da captação de renda na PNAD costumam alegar que o nível da renda das famílias que mede é inferior aos registrados pela Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) e pelo Sistema de Contas Nacionais (SCN), ambos realizados pelo IBGE. No contexto dos estudos de desigualdade, também se alega que a subdeclaração das rendas de aluguéis e de aplicações financeiras seria relativamente maior do que a de outras rendas, o que levaria a uma subestimação da desigualdade na distribuição da renda.

BARROS, CURY e ULYSSEA (2007) empreenderam um estudo comparativo detalhado das informações de renda dessas três fontes. Os autores concluíram que efetivamente a PNAD subestima o montante total da renda das famílias se comparada à POF e ao SCN. No caso do SCN, a subestimação se dá em parte por ser mais abrangente o conceito de renda usado – feitas as restrições necessárias para tornar o conceito mais próximo ao das pesquisas domiciliares, o nível de renda aferido pelo SCN passa a ser muito próximo ao da POF.

Porém, do ponto de vista da desigualdade, isto é, da forma da distribuição, não existem diferenças significativas entre a POF e a PNAD⁴⁰: os indicadores de desigualdade de renda obtidos a partir de ambas as pesquisas são muito próximos (BARROS, CURY e ULYSSEA, 2007). Isso acontece porque a subestimação de renda na PNAD ocorre de maneira razoavelmente uniforme ao longo de toda a distribuição.

Na POF, que é uma pesquisa especificamente desenhada para captar dados de renda⁴¹, o nível das rendas dos arrendadores, concentradas entre os mais ricos, é de fato mais elevado do que o da PNAD, como alegam críticos. Porém, o nível das rendas não monetárias, concentradas entre os mais pobres – os recebimentos em produtos e serviços, a produção familiar para o próprio consumo – também é consideravelmente mais elevado. De fato, ao se comparar a distribuição da renda da PNAD a da POF, percebe-se que a subestimação é, na verdade, maior entre os 10% mais pobres da população (BARROS, CURY e ULYSSEA, 2007). Portanto, a desigualdade de renda calculada a partir da PNAD pode estar ligeiramente sobre-estimada, e não o contrário.

Sendo a subestimação uniforme ao longo da distribuição, não há razões para considerar que afete de forma diferente a renda dos negros e a dos brancos. Assim, a subestimação da renda nas PNAD não é obstáculo para o estudo da desigualdade de renda entre os grupos raciais, nem do ponto de vista da forma, nem do nível das distribuições.

4.2.2 A renda domiciliar *per capita*

Na experiência cotidiana, as pessoas pertencem a um grupo doméstico e não a um abstrato e enorme grupo primordialmente taxonômico, como o racial. Esse grupo doméstico pode perfeitamente agregar pessoas de ambos os grupos raciais – embora se saiba que predominam os grupos domésticos racialmente homogêneos⁴².

Um negro e um branco podem ter exatamente a mesma renda individual, mas as razões de dependência em seus respectivos grupos domésticos podem ser distintas ao ponto de, uma vez consideradas, apontarem o que tem menos dependentes em situação muito

⁴⁰ A natureza agregada do SCN não permite falar de desigualdade a partir de seus dados.

⁴¹ A POF, apesar de captar melhor a renda do que a PNAD, não pode servir de base ao presente estudo por ter sido realizada apenas três vezes, e por conter poucas informações sobre outros assuntos que não a renda e o consumo.

⁴² A porcentagem dos grupos domésticos cujos membros são todos brancos ou todos negros varia de 71%, em 1976, a 83%, em 1986. A porcentagem dos casais cujos cônjuges são do mesmo grupo varia de 75% em 2006 a 86% em 1986.

melhor. Um negro adulto morando sozinho pode ter um padrão de vida superior ao de um branco com renda maior que sustenta uma família grande. Para levar em consideração essas diferenças calcula-se a renda média de cada grupo doméstico – a renda domiciliar *per capita*.

Para obter a renda domiciliar *per capita*, duas informações são necessárias: a renda total do grupo doméstico e o seu tamanho. A renda total do grupo doméstico é a soma das rendas individuais de seus membros. Portanto, o primeiro passo é o cálculo da renda individual, no qual se somam todas as k rendas r de cada indivíduo i . Depois, as rendas individuais dos m membros do grupo doméstico do indivíduo i são somadas, excluindo dessa soma os rendimentos dos “não-membros”: pensionistas, empregados domésticos e os parentes desses⁴³. Essa é a definição empregada pelo IBGE para divulgar dados de renda domiciliar obtidos a partir das PNAD. O passo final é a divisão da renda domiciliar pelo número de membros, que produz a renda domiciliar *per capita*:

$$x_i = \frac{1}{m} \sum_{i=1}^m \sum_{k=1}^k r_{ik} \quad [4.1]$$

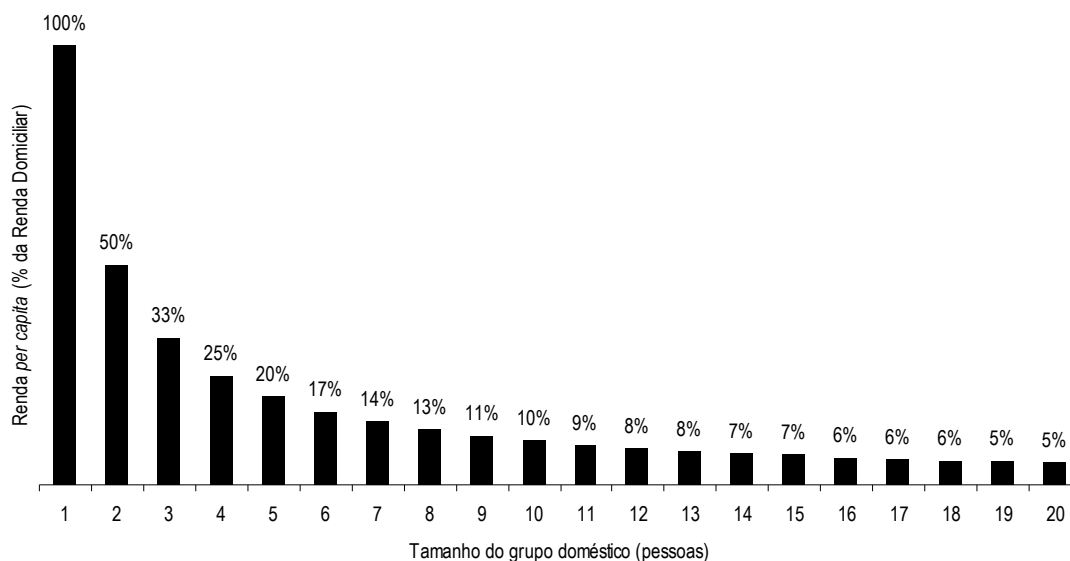
O cálculo acima é feito para todas as pessoas na amostra, exceto para os “não-membros”, para quem a renda domiciliar *per capita*, x_i , não é atribuída.

Existe um debate (cf. COWELL e MERCADER-PRATS, 1999; MANCERO, 2001) sobre a necessidade de se calcular a renda do grupo doméstico levando em consideração as economias de escala em que incorrem grupos maiores (se dá para dois, comem três...), e as equivalências devidas à composição demográfica (uma criança pode “custar” menos do que um adulto). A abordagem da renda *per capita* é criticada por não levar esses aspectos em consideração.

⁴³ A definição de domicílio empregada pela PNAD não muda muito ao longo do tempo (MEDEIROS e OSORIO, 2001). Na documentação da PNAD, domicílio se refere tanto à estrutura física da moradia quanto ao grupo de pessoas residentes – que aqui se prefere designar por “grupo doméstico”. Na pesquisa, todos os membros do grupo doméstico têm anotado o tipo de relação que guardam com um deles, escolhido pelo próprio grupo – o equivalente a ego em um diagrama de parentesco. Em relação à pessoa de referência os demais membros podem estar relacionados por parentesco: cônjuge (apenas um); filhos (naturais, adotivos, enteados); outros parentes. Os filhos ou os outros parentes podem ser do cônjuge, e não de ego. Podem também estar relacionados por afinidade e por normas de convivência: agregados; pensionistas; empregados domésticos ou os parentes deste (cônjuge, filhos...).

Na função da renda domiciliar *per capita*, todos pesam o mesmo, o que faz com que, na faixa de tamanhos de grupos domésticos mais comuns, de uma a nove pessoas⁴⁴, a renda domiciliar *per capita* diminua acentuadamente a cada adição de um novo membro devido a sua forma funcional. O Gráfico 4.1 exibe o comportamento da função renda *per capita* em relação à renda domiciliar para grupos domésticos de um a 20 membros.

GRÁFICO 4.1 RENDA DOMICILIAR *PER CAPITA* COMO PORCENTAGEM DA RENDA DOMICILIAR SEGUNDO O TAMANHO DO GRUPO DOMÉSTICO.



FONTE: O autor.

O Gráfico 4.1 mostra que a renda *per capita* é um indicador imperfeito, e que pode levar, por exemplo, a uma superestimação da pobreza das famílias pequenas. Mas o emprego de ajustes para economias de escala e de equivalências gera uma série de problemas adicionais – entre eles o de como obter seus parâmetros (COWELL e MERCADER-PRATS, 1999; MANCERO, 2001). Assim, como não há, até o momento, um bom sistema de escalas de equivalências para o Brasil, confiável e posto à prova, aqui se optou pela renda *per capita*.

Porém, dado não serem significativamente distintas as estruturas dos grupos domésticos de negros e de brancos⁴⁵, o uso da renda *per capita* não afeta o estudo da desigualdade entre os grupos.

⁴⁴ Por volta de 96% dos grupos domésticos em 1976, quando os grupos eram maiores. Sobre a diminuição do tamanho dos grupos domésticos, vide MEDEIROS e OSORIO (2000)

⁴⁵ Ver o *Sexto Capítulo*.

4.2.3 A comparação do nível das distribuições

O indicador primário do nível de uma distribuição é o montante a ser distribuído. Para obter esse valor, basta somar as rendas domiciliares *per capita*. Porém, esse indicador possui problemas de comparabilidade intergrupos e intertemporal. A comparabilidade intergrupos fica impossibilitada se os tamanhos dos grupos são diferentes. E a comparabilidade intertemporal fica apenas prejudicada porque o nível das rendas é afetado pelas mudanças nos preços, mas não a razão entre os níveis⁴⁶. O primeiro problema se resolve adotando a média da renda como indicador de nível. O segundo aplicando fatores de deflação construídos a partir de índices de preços.

A renda média relaciona o montante distribuído ao tamanho da distribuição, facilitando a comparação intergrupos. Na hipótese nula de ausência de diferença de nível entre as distribuições de renda dos negros e dos brancos, as médias seriam iguais. A distância entre as duas médias permite confirmar a hipótese de que existe uma diferença no nível da renda dos grupos. E tal distância pode ser vista como fruto de uma discrepância entre as frações de cada grupo na população e as frações da renda total fluindo para cada grupo. Quando as frações de renda apropriadas pelos grupos são iguais às suas frações da população total, o nível de renda dos grupos é o mesmo.

Para testar a hipótese de persistência temporal da diferença de nível, pode-se olhar para as diferenças entre as médias deflacionadas de cada grupo. Porém, como mesmo em valores correntes a renda média de ambos os grupos deve variar devido ao crescimento econômico, a razão entre as rendas médias de negros e de brancos se torna um indicador mais apropriado para testar a hipótese de persistência da diferença de nível.

Médias diferentes, mas muito próximas, exigiriam um teste estatístico formal de diferença de médias, devido ao caráter amostral dos dados. Porém, por ser o tamanho da amostra da PNAD muito grande, qualquer diferença relevante para a análise geralmente é estatisticamente significativa. Os testes podem então, em nome da concisão e da objetividade, ficar reservados às situações em que realmente se fizerem necessários. Esse procedimento é adotado em toda a pesquisa.

⁴⁶ Assumindo o pressuposto comum de que a variação nos preços afeta de forma homogênea os vários segmentos da distribuição da renda. A análise da desigualdade levando em consideração variações de preços específicas por estrato de renda enfrenta uma série de obstáculos técnicos para sua realização (SOARES e OSORIO, 2007).

Para calcular as médias μ das rendas a partir da PNAD, é preciso calcular a renda total X levando em consideração o fato de que cada indivíduo na amostra de tamanho a representa um número maior de indivíduos segundo a projeção de população N , usando os pesos w fornecidos pelo IBGE (fatores de expansão da amostra):

$$N = \sum_{i=1}^a w_i, \quad X = \sum_{i=1}^a x_i w_i, \quad \mu = \frac{X}{N} \quad [4.2]$$

Para comparar os valores de renda de rodadas distintas da PNAD, convém transformar as rendas nominais em rendas correntes. A correção dos valores foi feita pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor, INPC, do IBGE, ajustado para uso com as PNAD (COURSEIL e FOGUEL, 2002). Os ajustes são: a projeção da série para 1976 (quando o INPC não existia), seu “centramento” no primeiro dia de cada mês (O INPC é centrado no meio do mês), e uma correção para lidar com o impacto da transição para o Real. Também é preciso aplicar fatores de conversão da unidade monetária da época (cruzeiro/cruzado) para Real (R\$): 2,75E+12 para 1976; e 2,75E+9 para 1986. Os fatores finais aplicados às rendas da PNAD para deflacioná-las e convertê-las para Reais (R\$) de setembro de 2006 estão na Tabela 4.1.

TABELA 4.1 FATORES DE DEFLAÇÃO E CONVERSÃO.
BRASIL, 1976, 1986, 1996 E 2006

	1976	1986	1996	2006
Fator	2,06223340196	2,29962465978	0,51562418201	1,00000000000

FONTE: IPEA, IPEADATA.

4.2.4 A comparação da forma das distribuições

O objetivo de comparar as formas de duas distribuições é saber qual das duas é mais desigual: a forma de uma distribuição implica certo grau de desigualdade relativa. A hipótese de diferença de forma entre a distribuição de renda dos negros e a dos brancos deve ser aceita se uma for mais desigual do que a outra⁴⁷. Representar a forma da distribuição da renda domiciliar *per capita*, o conjunto das frações da renda total recebidas por cada indivíduo, porém, exige mais do que um indicador sintético. A representação canônica da forma da distribuição de renda é gráfica, a curva de Lorenz. Todavia, as curvas de Lorenz às vezes não bastam para decidir qual distribuição é mais

⁴⁷ É teoricamente possível duas distribuições de formas diferentes terem o mesmo grau de desigualdade segundo algum indicador – porém, a situação é empiricamente implausível.

desigual. Nesses casos, é preciso lançar mão de indicadores de desigualdade, e a escolha de um implica juízos de valor.

A curva de Lorenz tem propriedades que a fazem comportar-se segundo alguns princípios que são comuns a várias concepções filosóficas de justiça distributiva. Independe do tamanho da população e da escala das rendas. Independe da identificação do indivíduo se atendo apenas à renda recebida. E obedece ao princípio das transferências, segundo o qual a desigualdade aumenta sempre que há uma transferência de renda de uma pessoa mais pobre para uma mais rica, mantido o nível total de renda e as posições das pessoas na distribuição. Por essas propriedades a curva de Lorenz é uma das melhores representações do grau de desigualdade implicado pela forma da distribuição da renda.

Para testar a hipótese de que existe diferença de forma entre a distribuição de renda dos negros e a dos brancos, por conseguinte, basta comparar a curva de Lorenz de uma à da outra.

A elaboração da curva de Lorenz exige que os indivíduos sejam ordenados de acordo com a renda recebida, da menor à maior renda, de forma que a renda x_i do i -ésimo indivíduo seja maior ou igual a do indivíduo que o antecede e menor ou igual à de seu sucessor: $[x_1 \leq x_2 \leq (\dots) \leq x_{i-1} \leq x_i \leq x_{i+1} (\dots) \leq x_n]$. Muito obviamente, se os indivíduos estão ordenados dessa forma na distribuição total, também estarão em quaisquer agrupamentos que possam ser definidos. Então, a posição relativa do i -ésimo indivíduo na distribuição da renda, que também é a fração acumulada da população N até ele, é calculada por:

$$n_i = \frac{1}{N} \sum_{i=1}^i w_i \quad [4.3]$$

Depois é calculada a parcela da renda total que cabe a cada indivíduo. A parcela da renda *acumulada* até um determinado indivíduo, y_i , é dada pela soma de sua fração da renda total às de todos aqueles cuja posição relativa é mais baixa:

$$y_i = \frac{1}{X} \sum_{i=1}^i x_i w_i \quad [4.4]$$

A curva de Lorenz é dada pelo conjunto de pontos $[n_i; y_i]$. Em caso de perfeita igualdade na distribuição de renda – o que ocorreria se todos recebessem a renda média – a curva de Lorenz assumiria a forma de uma reta com inclinação de 45 graus.

Havendo desigualdade, assumiria um formato côncavo: quanto mais côncava, maior a desigualdade. Quando a desigualdade é a maior possível, isto é, quando apenas um indivíduo recebe toda a renda, a curva de Lorenz assume a forma dos catetos de um triângulo retângulo cuja hipotenusa é a reta diagonal de igualdade. A curva de Lorenz é um tipo particular de curva de concentração (ver Gráfico 4.2): representa a concentração daquilo que serviu para ordenar a população, a renda.

O primeiro passo na comparação de duas curvas de Lorenz é verificar a existência de dominância. Diz-se que uma distribuição *A* Lorenz domina a distribuição *B* quando $y_{iA} > y_{iB}$ sempre que $n_{iA} \approx n_{iB}$. Em palavras, quando a parcela da renda total acumulada até o indivíduo em uma determinada posição relativa na distribuição *A* for sempre maior que a parcela acumulada até o indivíduo em posição equivalente na distribuição *B*. Graficamente, a curva de Lorenz dominante está sempre acima da dominada.

Se há dominância de Lorenz, pode-se dizer que as formas das distribuições são diferentes, e que a distribuição dominante é menos desigual do que a dominada. Se este for o caso, pode-se aceitar inequivocamente a hipótese da existência de diferença de forma entre as distribuições de negros e brancos. Muitos dos indicadores do grau da desigualdade “concordam” com a comparação das curvas de Lorenz quando há dominância, pois apresentam as mesmas propriedades.

Porém, nem sempre existe dominância de Lorenz, e as curvas podem se interceptar. Nesse caso, a diferença de forma pode ainda ser constatada pela comparação das curvas de Lorenz, mas talvez não seja mais possível decidir qual é a distribuição mais desigual. Na ausência de dominância, pode ser muito difícil fazer essa decisão sem recorrer a um indicador de desigualdade. Outra razão para o emprego de indicadores é que, na presença ou não de dominância de Lorenz, variações intertemporais pequenas, contudo substantivas, na forma da desigualdade, podem não ser visualizadas na curva de Lorenz. Indicadores sensíveis de desigualdade podem revelá-las.

A escolha de um indicador de desigualdade, porém, não é neutra. Dependendo do tipo da diferença de forma entre as distribuições, quando não há dominância, um indicador pode escolher como menos desigual a distribuição que outro aponta ser mais desigual. Isso por que todos os indicadores de desigualdade têm alguma função de bem-estar implícita que é mais sensível a determinadas configurações da desigualdade. Há indicadores que variam mais quando a desigualdade aumenta para os mais pobres,

outros que respondem mais ao que acontece nas camadas médias da distribuição, e os que são mais estimulados pelas mudanças no topo da distribuição.

Se a métrica dos indicadores varia, são distintas as representações das distâncias entre distribuições que eles proporcionam. Na presença de dominância de Lorenz, os indicadores hierarquizarão as distribuições por grau de desigualdade de forma idêntica, mas a distância entre os graus variará segundo o indicador. A dinâmica da desigualdade também pode variar: para alguns indicadores os grupos podem estar convergindo, e para outros divergindo. Alguns indicadores têm interpretações mais facilmente apreensíveis, outros são de difícil compreensão. A construção dos indicadores também lhes confere propriedades matemáticas distintas, que podem os tornar mais ou menos úteis dependendo do propósito em vista.

A bibliografia prévia (ANDREWS, 1992; SILVA, 1992; HENRIQUES, 2001) sugere que os dois grupos raciais não estão uniformemente distribuídos na distribuição da renda domiciliar *per capita*, e que os negros estão concentrados entre os mais pobres. Logo, ainda que haja dominância de Lorenz e que os grupos sejam hierarquizados da mesma forma, é de se esperar que haja variações razoáveis na distância entre os graus de desigualdade de forma e na sua dinâmica, medidas por diferentes indicadores. Por essa razão, mais de um indicador de desigualdade será empregado.

Um dos indicadores mais usados para representar o grau de desigualdade implicado pela forma da distribuição é o índice de Gini. É um indicador relacionado diretamente com a curva de Lorenz - pode ser calculado a partir dela e possui as mesmas propriedades. Uma de suas múltiplas interpretações, que se baseia justamente na sua relação com a curva de Lorenz, é extremamente simples e intuitiva: mede o grau de desigualdade observado como proporção do grau mais alto possível – que seria atingido se apenas um indivíduo detivesse toda a renda. Existem várias formas de se expressar matematicamente o índice de Gini. Aqui se apresenta a forma geométrica, derivada da curva de Lorenz:

$$G = 1 - \sum_{i=2}^a (y_i + y_{i-1}) \cdot (n_i - n_{i-1}) \quad [4.5]$$

Um conjunto de indicadores do grau de desigualdade freqüentemente empregado é o das medidas de entropia generalizadas. Esses indicadores também têm as propriedades de

Lorenz. As fórmulas para os indicadores de desigualdade da classe de entropia generalizada são:

$$E_{\theta \neq \{0;1\}} = \frac{1}{\theta^2 - \theta} \left\{ \frac{1}{N} \sum_{i=1}^a w_i \left[\left(\frac{x_i}{\mu} \right)^\theta - 1 \right] \right\} \quad [4.6]$$

$$E_{\theta=0} = \frac{1}{N} \sum_{i=1}^a w_i \log \left(\frac{\mu}{x_i} \right) \quad [4.7]$$

$$E_{\theta=1} = \frac{1}{N} \sum_{i=1}^a w_i \left(\frac{x_i}{\mu} \right) \log \left(\frac{x_i}{\mu} \right) \quad [4.8]$$

O parâmetro θ define o membro da classe. Em teoria, pode assumir qualquer valor, mas são comumente usados os valores $[-1, 0, 1, 2]$. Os valores $[0, 1]$ definem respectivamente as medidas conhecidas como L e T de Theil, e o $[2]$ resulta na metade do quadrado do coeficiente de variação de Pearson. Quanto menor é o parâmetro θ de um indicador de entropia, mais peso dá à desigualdade na parte inferior da distribuição, isto é, às rendas mais baixas.

4.2.5 A comparação simultânea da forma e do nível das distribuições

Ao se analisar a desigualdade entre as distribuições de renda dos grupos raciais considerando ao mesmo tempo o nível e a forma da distribuição, a renda é transformada em indicador de bem-estar. Quando a distribuição não é considerada em sua integridade, mas apenas as pessoas que têm renda até um determinado valor, ao invés de bem-estar, a comparação simultânea diz respeito à pobreza na distribuição. O bem-estar e a pobreza implicados pelo nível e pela forma da distribuição de renda podem ser expressos de forma gráfica. Mas freqüentemente as representações gráficas não permitem um julgamento inequívoco, e então há que se lançar mão de indicadores de bem-estar.

É importante testar a hipótese de que existe desigualdade entre as distribuições de renda dos grupos raciais considerando ao mesmo tempo o nível e a forma da distribuição. Dependendo de como essas características são relacionadas, pode-se chegar à conclusão de que em termos de bem-estar agregado os grupos são semelhantes a despeito das diferenças em cada uma das dimensões. Isto é, que as discrepâncias na média são compensadas pelas diferenças no grau da desigualdade.

As formas gráficas canônicas para representar as distribuições em termos de bem-estar são a curva dos percentis e a curva de Lorenz generalizada. Elaborando essas duas representações gráficas para negros e para brancos, podem-se comparar suas distribuições em termos de bem-estar.

Para elaborar a curva dos percentis, a população, ordenada do indivíduo de menor ao de maior renda, é dividida em cem partes iguais, gerando 99 fronteiras entre as partes – chamadas percentis. Numa distribuição grande, há pessoas cuja posição relativa no ordenamento coincide com os percentis: $n_i \approx [0,01; 0,02; 0,03; \dots; 0,98; 0,99]$. Usando apenas essas 99 pessoas e suas rendas, é possível traçar a curva dos percentis, que tem aproximadamente a mesma forma da curva que seria obtida traçando todo o conjunto de pontos $[n_i; x_i]$.

Obtidas as curvas, o próximo passo para averiguar a existência de desigualdades de bem-estar e de pobreza entre negros e brancos implicadas pelo nível e pela forma de suas distribuições de renda é a busca de uma relação de dominância de primeira ordem. Diz-se que uma distribuição A domina em primeira ordem a distribuição B quando $x_{iB} < x_{iA}$ sempre que $n_{iA} \approx n_{iB}$. Em palavras, quando a renda do indivíduo em determinada posição relativa da distribuição A for sempre maior que a renda do indivíduo em posição equivalente na distribuição B . Graficamente, havendo dominância de primeira ordem uma das curvas dos percentis se situa completamente acima da outra.

Havendo dominância de primeira ordem, a distribuição dominante será apontada como sendo a de maior bem-estar e de menor pobreza, segundo muitas concepções distintas de bem-estar. Neste caso, seria possível confirmar a hipótese de que existem desigualdades simultâneas de nível e de forma entre as distribuições de negros e de brancos, e apontar qual a melhor distribuição. Contudo, pode não haver dominância de primeira ordem.

Quando não há dominância de primeira ordem há ainda um recurso a ser tentado, a busca por relações de dominância de segunda ordem. Essas se verificam a partir da comparação de curvas de Lorenz generalizadas. A curva de Lorenz generalizada nada mais é que uma curva de Lorenz que teve as ordenadas multiplicadas pela renda média, μ , consistindo no conjunto de pontos $[n_i, y_i\mu]$. Diz-se que uma distribuição A domina em segunda ordem a distribuição B quando $y_{iA}\mu_A > y_{iB}\mu_B$ sempre que $n_{iA} \approx n_{iB}$. Em palavras, quando a renda média acumulada até o indivíduo em determinada posição relativa da

distribuição *A* for sempre maior que a acumulada até o indivíduo em posição equivalente na distribuição *B*.

A existência de dominância de segunda ordem permite as mesmas conclusões sobre as distribuições que a de primeira ordem, todavia para número um pouco menor de concepções distintas de bem-estar. A existência de dominância de primeira ordem implica a de dominância de segunda ordem, mas não é por essa implicada. Porém, se não existe dominância de primeira ou segunda ordem, há que se lançar mão de indicadores para decidir qual a distribuição de maior bem estar.

O teorema de ATKINSON (1970) garante que no caso extremo de duas distribuições de igual forma (curvas de Lorenz idênticas) e diferentes níveis (médias), a melhor em termos de bem-estar e pobreza é aquela de maior nível. Os indicadores de bem-estar costumam se comportar dessa forma. Contudo, quando nível e forma da distribuição são diferentes e não há dominância, uma distribuição com nível mais baixo, mas menos desigual, pode ser considerada melhor do que uma distribuição de média maior, porém mais desigual.

O problema está nas escalas de conversão dessas relações, isto é, na definição de a quantas unidades de desigualdade equivale uma unidade da média. Não existe consenso em torno dessa definição. E as disputas em torno desse tipo de escala de conversão (BOURDIEU, 1984) nunca são neutras ou puramente acadêmicas: são, antes de tudo, disputas entre os produtores de bens simbólicos. E, de fato, as várias funções de bem-estar subjacentes aos indicadores representam concepções distintas de como se devem relacionar o nível e a forma de uma distribuição, que advêm dos juízos que se fazem sobre a importância da variação em cada dimensão.

Por exemplo, se a renda aumenta 5% e a desigualdade também, o bem estar aumenta, permanece o mesmo ou diminui? A resposta depende de o quanto, na visão de uma determinada concepção de justiça distributiva, a desigualdade acarreta perdas de bem-estar social. Para concepções pouco avessas à desigualdade, o bem-estar teria aumentado devido ao aumento da média. Para uma concepção “imparcial”, que atribuisse o mesmo peso a ambas as variações, o bem-estar teria permanecido o mesmo, pois o decréscimo de bem-estar provocado pelo aumento da desigualdade teria contraposto o aumento devido ao crescimento da média. À luz de uma concepção avessa

à desigualdade, o bem estar teria diminuído a despeito do aumento da média. Além disso, a resposta também dependerá da configuração dessa mudança na desigualdade.

ATKINSON (1970) propôs um indicador de desigualdade que incorpora de forma explícita um juízo sobre as relações entre a média e a desigualdade. Ao contrário dos indicadores de desigualdade apresentados na seção anterior, que possuem uma função de bem-estar oculta, a função de bem-estar do indicador de ATKINSON permite a especificação de um parâmetro que define a escala de conversão de desigualdade em bem-estar, o grau de aversão a desigualdade. Quanto mais baixa é a aversão à desigualdade menor é a preocupação social (do analista) com a desigualdade. No limite, com aversão a desigualdade se aproximando de zero, a variação do bem-estar é quase totalmente determinada por variações na média. Quando a aversão à desigualdade é elevada as mudanças de forma se tornam mais importantes do que as de nível.

Para calcular o indicador de ATKINSON, primeiro, se computa o bem-estar observado para um determinado valor de aversão à desigualdade; depois, calcula-se qual o valor de renda que distribuído a todos geraria o mesmo nível de bem-estar – a renda média em uma distribuição perfeitamente igualitária. Essa renda é conhecida como “renda equivalente igualmente distribuída”. Quanto maior é o grau de aversão à desigualdade, menor é a renda média que em uma distribuição igualitária geraria o nível de bem-estar observado. Quando a aversão à desigualdade se aproxima de zero, a renda equivalente igualmente distribuída se aproxima da média observada.

O indicador de ATKINSON se baseia na razão entre essa média hipotética e a observada. Quando são próximas, a perda de bem-estar ocasionada pela desigualdade é considerada baixa, quando estão distantes, é considerada alta. A perda é expressa diretamente como a proporção da renda média que não se converte em bem-estar por causa da forma da distribuição – para certo grau de aversão à desigualdade. A quantidade de bem-estar perdida pode ser diferente para uma mesma distribuição, se a aversão à desigualdade for diferente.

A família de indicadores de desigualdade de ATKINSON é expressa por:

$$A_{\varepsilon \neq 1} = 1 - \left[\frac{1}{N} \sum_{i=1}^a w_i \left(\frac{x_i}{\mu} \right)^{1-\varepsilon} \right]^{\frac{1}{1-\varepsilon}} \quad [4.9]$$

$$A_{\varepsilon=1} = 1 - \left[\frac{1}{N} \prod_{i=1}^a w_i \left(\frac{x_i}{\mu} \right)^{\frac{1}{N}} \right] \quad [4.10]$$

O parâmetro ε define o grau de aversão à desigualdade da função de bem-estar subjacente ao indicador, influenciando o cálculo do valor da renda que em uma distribuição igualitária geraria o mesmo nível de bem-estar que a distribuição real. Nas aplicações, são comumente usados os parâmetros de aversão [0,5; 1; 2] para representar, respectivamente, “aversão baixa, média e alta”.

4.2.6 A comparação das distribuições em sua relação com a distribuição total.

As diferenças de nível e de forma entre as distribuições de negros e brancos interessam pelos seus resultados, por produzirem uma participação desigual de negros e de brancos na distribuição de renda brasileira, influenciando tanto a forma quanto o nível dessa última. Portanto, faz parte da comprovação da hipótese de desigualdade entre as distribuições de renda a comprovação da existência de conseqüências das diferenças de forma e nível das distribuições. Essas conseqüências podem ser resumidas em três aspectos da relação entre as distribuições de cada grupo e a distribuição total: a posição dos grupos na distribuição nacional de renda; a composição, nível e forma, da desigualdade total dessa distribuição; e a perda de bem-estar gerada pela forma das distribuições.

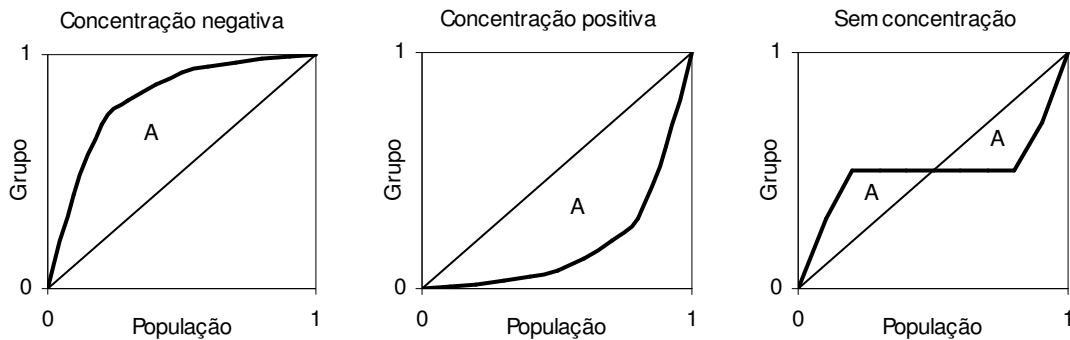
Branco e negro fazem parte da mesma distribuição de renda, embora participem nela distintamente. Onde estão os indivíduos brancos e os negros na distribuição da renda brasileira?

Para responder a essa pergunta, pode-se lançar mão de curvas de concentração populacionais. Essas curvas se assemelham bastante à curva de Lorenz, mas o eixo das ordenadas representa a proporção acumulada da população do grupo g , brancos ou negros, ao invés da fração acumulada da renda. Tais curvas fornecem uma boa representação do aspecto posicional da desigualdade entre grupos por serem independentes da média e da desigualdade da distribuição nacional – portanto, do nível

do bem-estar. Elas só dependem das posições relativas dos indivíduos de cada grupo na distribuição da renda, e do tamanho do grupo.

A curva de concentração populacional do grupo g é definida pelo conjunto de pontos $[n_i; n_{ig}]$. Ou seja, compara a distribuição acumulada da população do grupo com a da população total. Na ausência de concentração de um grupo populacional em alguma parte da distribuição de renda, a curva assume a forma de uma linha diagonal. Em relação à diagonal, se o grupo está concentrado no extremo mais pobre da distribuição de renda, a curva é convexa; se concentrada no extremo mais rico, a curva é côncava. O Gráfico 4.2 mostra alguns exemplos de curvas de concentração.

GRÁFICO 4.2 CURVAS DE CONCENTRAÇÃO.



FONTE: Dados hipotéticos, elaboração do autor.

A curva de concentração, ao exemplo de outras representações gráficas, pode eventualmente não ser suficiente para caracterizar variações intergrupos ou intertemporais na intensidade da concentração, sendo preciso o uso de indicadores de concentração.

É possível construir um indicador do nível de concentração populacional a partir da comparação da área “A”, entre a curva de concentração e a linha diagonal de igualdade, à área abaixo da diagonal. Para distinguir entre a concentração no extremo mais pobre da distribuição da concentração no extremo mais rico, basta fazer “negativas” as áreas acima da linha diagonal. Assim, um índice negativo representa concentração entre os mais pobres, e um índice positivo representa concentração entre os mais ricos. Observe-se que essa medida não dá conta de representar corretamente a concentração quando há

polarização do grupo, isto é, se a concentração ocorre em zonas distintas da distribuição que se anulam parcial ou integralmente – caso do terceiro gráfico⁴⁸.

A fórmula do índice de concentração populacional é quase idêntica à do índice de Gini, apresentada anteriormente:

$$C_g = 1 - \sum_{i=2}^a (n_{ig} + n_{(i-1)g}) \cdot (n_i - n_{i-1}) \quad [4.11]$$

O indicador de concentração tende a menos um (-1) se o grupo estiver muito concentrado no extremo mais pobre da distribuição, e tende a um (1) se no extremo mais rico. Todavia, esse indicador apresenta uma deficiência em relação ao índice de Gini. No caso do Gini é teoricamente possível que apenas um indivíduo detenha toda a renda a ser distribuída, e nesse caso seu valor seria muito próximo de um (1). No entanto, se a população de um grupo racial possui mais de um indivíduo, é impossível que esteja toda em um indivíduo. O índice de concentração acima só pode assumir os valores extremos caso a população do “grupo” seja apenas uma pessoa, a mais pobre ou a mais rica de toda a distribuição. Quanto maior for a população do grupo, menor será sua concentração máxima possível. No limite, se toda a população pertencer a um só grupo, sua concentração será nula.

A solução para esse problema é ajustar o índice de concentração medido pelo valor máximo que poderia assumir dada a parcela da população do grupo na população total:

$$n_g = \frac{N_g}{N} \quad [4.12]$$

Esse valor máximo é obtido pelo cálculo do módulo do coeficiente de concentração para uma distribuição contrafactual acumulada da população do grupo. Essa distribuição é simulada com o maior grau de concentração possível, isto é, se a parcela dos n_g mais pobres ou mais ricos⁴⁹ da população fossem todos membros do grupo g . Na prática não é preciso gerar uma distribuição contrafactual. Um pouco de álgebra mostraria que a concentração máxima é simplesmente:

⁴⁸ Porém, isso não é um problema para o objeto em tela – ver-se-á que a concentração dos negros sempre assume a forma à esquerda, e a dos brancos a do meio.

⁴⁹ A concentração máxima entre os pobres assume o mesmo valor que a concentração máxima entre os ricos, porém, com o sinal trocado. Tirando-se o módulo da concentração máxima, tanto faz o extremo em que ocorre.

$$C_g^{\max} = 1 - n_g \quad [4.13]$$

Portanto, o coeficiente de concentração ajustado, que expressa a concentração observada como proporção da concentração máxima que poderia ter o grupo considerando a sua fração da população pode ser obtido por:

$$C_g^{aj.} = \frac{C_g}{1 - n_g} \quad [4.14]$$

A comparação das curvas de concentração populacionais e a dos índices de concentração ajustados permitem verificar a existência de desigualdade de forma e nível entre as distribuições de negros e brancos em termos de suas conseqüências para o posicionamento dos grupos na distribuição nacional da renda.

A forma e o nível das distribuições de cada grupo na população podem ser vistas como determinantes da forma e do nível da distribuição nacional de renda. Se não houvesse diferença de forma e de nível entre as distribuições dos grupos, a distribuição nacional teria o nível e a forma delas. Porém, havendo diferença de nível ou de forma entre as distribuições dos grupos, a distribuição total será distinta.

O nível da distribuição nacional é totalmente determinado pelo nível das distribuições dos grupos e pelo tamanho destes: a média da renda domiciliar *per capita* nacional é igual à soma das rendas médias dos G grupos ponderadas por suas respectivas frações de população:

$$\mu = \sum_{g=1}^G \mu_g n_g \quad [4.15]$$

Já a forma da distribuição nacional depende tanto da diferença de forma quanto da de nível entre as distribuições dos grupos. Depende também das frações da população, n_g , e das frações da renda de cada grupo:

$$y_g = \frac{X_g}{X} \quad [4.16]$$

Na presença de diferenças de nível e/ou forma, quando as distribuições dos grupos são juntadas em uma só distribuição, todas as frações de renda implicadas pela renda dos indivíduos são alteradas, pois muda o montante a ser distribuído e o tamanho da distribuição. Assim, a interação de nível e de forma entre as distribuições determina a forma da distribuição nacional.

Alguns indicadores do grau da desigualdade implicada pela forma, em particular os indicadores de entropia, permitem captar o quanto da desigualdade na distribuição nacional de renda se deve a essa interação entre as distribuições dos grupos⁵⁰. Eles permitem a decomposição matemática do grau de desigualdade total como soma dos graus de desigualdade implicados pela forma da distribuição de cada grupo e do grau de desigualdade devido às diferenças de nível dessas distribuições. Essa propriedade faz com que variem consistentemente com a diferença de forma e de nível entre as distribuições dos grupos. Assim, *ceteris paribus*, se o grau da desigualdade em um grupo diminui a desigualdade total também diminui. Ou, se os graus de desigualdade dos grupos permanecem constantes, porém os níveis das distribuições se aproximam, a desigualdade total diminui.

Para decompor um indicador de entropia por G grupos, primeiro calcula-se a desigualdade dentro de cada grupo g , $E_{\theta g}$, desconsiderando os demais. A desigualdade entre os grupos $E_{\theta b}$ pode ser obtida aplicando a fórmula do indicador de entropia simulando uma distribuição igualitária dentro de cada grupo – isto é, com todos os membros recebendo a média do grupo (ou depois, por complementaridade). A desigualdade dentro de cada grupo compõe a desigualdade total segundo um fator de ponderação, enquanto a entre grupos já está corretamente dimensionada, de forma que:

$$E_{\theta} = E_{\theta b} + \sum_{g=1}^G \lambda_{\theta g} E_{\theta g} \quad [4.17]$$

O fator de ponderação $\lambda_{\theta g}$ da desigualdade dentro de um grupo é dado pelas suas frações da renda total, y_g , e da população, n_g , segundo a função:

$$\lambda_{\theta g} = n_g^{1-\theta} y_g^{\theta} \quad [4.18]$$

Uma vez calculada a contribuição de cada componente, seus valores podem ser divididos pela desigualdade total para serem expressos como porcentagem. A decomposição dos indicadores de entropia generalizada permite comparar, em função das frações de renda e de população, o peso do grau de desigualdade em cada grupo, bem como o da diferença de nível entre as distribuições dos grupos para a produção da desigualdade de forma na distribuição nacional da renda.

⁵⁰ O índice de Gini não permite uma decomposição matemática simples em desigualdade entre grupos e dentro dos grupos.

Note-se que indicadores com θ maiores, mais sensíveis às frações de renda mais altas, darão maior peso à desigualdade de forma de grupos mais ricos na composição da desigualdade total.

A última verificação da existência de desigualdade de forma e nível entre as distribuições de negros e brancos é em termos da perda de bem-estar que acarretam quando reunidas na distribuição nacional da renda. Para tanto, pode-se empregar o índice de desigualdade de ATKINSON, que permite a decomposição matemática da perda de bem-estar ocasionada na distribuição total pela sua desigualdade como soma das perdas de bem-estar na distribuição de cada grupo, da perda de bem-estar devida às diferenças *de nível e de forma* entre essas distribuições, e de uma interação entre esses dois componentes.

Aparte o termo de interação entre a desigualdade dos grupos e a desigualdade entre grupos e a interpretação em termos da perda de bem-estar, são duas as principais diferenças da decomposição do indicador de ATKINSON em relação à decomposição dos indicadores de entropia. A primeira é que o termo da desigualdade entre grupos considera a diferença de forma além da de nível. A segunda é que o termo da desigualdade de cada grupo considera o nível além da forma. Assim, o componente da desigualdade entre grupos não é obtível pelo cálculo do indicador para uma distribuição limpa das desigualdades dentro dos grupos. Outra diferença é que essa decomposição gera um termo de interação entre a desigualdade entre grupos e as desigualdades dentro dos grupos. Além disso, apenas as frações da renda total de cada grupo são empregadas para ponderar o peso da desigualdade de cada grupo para a desigualdade total. A decomposição de um indicador de ATKINSON, portanto, se dá da seguinte forma:

$$A_{\varepsilon} = [A_{\varepsilon b}] + \left[\sum_{g=1}^G y_g A_{\varepsilon g} \right] - \left[A_{\varepsilon b} \sum_{g=1}^G y_g A_{\varepsilon g} \right] \quad [4.19]$$

Assim, após calcular o peso absoluto da perda de bem estar devida à desigualdade dentro de cada grupo para a perda total (segundo termo em colchetes), é possível obter o valor da desigualdade entre os grupos (primeiro termo):

$$A_{eb} = \frac{A_\varepsilon - \sum_{g=1}^G y_g A_{\varepsilon g}}{1 - \sum_{g=1}^G y_g A_{\varepsilon g}} \quad [4.20]$$

Ou então, pode-se calcular seu valor diretamente por meio de:

$$A_{eb} = 1 - \left[1 - \sum_{g=1}^G n_g^\varepsilon y_g^{1-\varepsilon} \left[(1 - A_{\varepsilon g})^{1-\varepsilon} - 1 \right] \right]^{\frac{1}{1-\varepsilon}} \quad [4.21]$$

Uma vez obtidos os valores de todos os componentes da decomposição, incluindo o da interação entre a desigualdade dentro dos grupos e a entre os grupos (por complementaridade), pode-se expressá-los como porcentagem da perda de bem estar total devida à desigualdade para certo grau de aversão.

4.3 A desigualdade de renda entre negros e brancos

Nesta seção, são comparados a forma e o nível das distribuições de renda de negros e brancos em 1976, 1986, 1996 e 2006, a partir dos dados da PNAD. A comparação segue o roteiro delineado e aplica os indicadores descritos na seção anterior. Primeiro é apresentada a comparação do nível das distribuições, representado pelas rendas médias. Depois, a comparação da forma das distribuições e do grau de desigualdade que implicam. Passa-se à comparação simultânea do nível e da forma das distribuições. Finalmente discorre-se sobre as conseqüências das diferenças de nível e forma entre as distribuições dos grupos ao se considerar sua participação conjunta na distribuição de renda nacional. Tanto a hipótese da existência da desigualdade de renda entre os grupos raciais quanto a de persistência dessa desigualdade são corroboradas pelos resultados.

4.3.1 O nível das distribuições da renda dos negros e dos brancos

A Tabela 4.2 mostra os indicadores de nível e tamanho das distribuições de renda de negros e brancos, e da distribuição nacional de renda. O primeiro indicador de desigualdade é a parcela da renda total recebida por cada um dos grupos. Até 1996, os brancos levam cerca de três quartos da renda, e os negros ficam com mais ou menos outro quarto. Em 2006, há um aumento da parcela que cabe aos negros, que chega a por volta de um terço da renda total, contra dois terços para os brancos.

TABELA 4.2 NÍVEL E TAMANHO DAS DISTRIBUIÇÕES DA RENDA.
BRASIL, 1976, 1986, 1996 E 2006

	1976	1986	1996	2006
Renda total (X) em milhões de R\$ ⁽¹⁾	37.992,27	73.037,63	66.873,60	87.853,10
Fração da renda total (y_g) – Brancos	77,19%	74,68%	74,92%	67,97%
Fração da renda total (y_g) – Negros	22,81%	25,32%	25,08%	32,03%
População (N) em milhões ⁽¹⁾	99,88	132,37	148,85	178,52
Fração da população (n_g) – Brancos	58,86%	55,98%	55,56%	50,31%
Fração da população (n_g) – Negros	41,14%	44,02%	44,44%	49,69%
Renda média (μ) em R\$	380,39	551,79	449,27	492,13
Renda média (μ_g) em R\$ - Brancos	498,86	736,05	605,87	664,87
Renda média (μ_g) em R\$ - Negros	210,93	317,43	253,51	317,23
Razão entre as médias - Negros/Brancos	42,28%	43,13%	41,84%	47,71%

FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados.

NOTA: Valores monetários em R\$ de setembro de 2006.

(1) Excluídas as pessoas amarelas, de cor ignorada, e as pessoas de renda domiciliar *per capita* indefinida.

Todavia, não é possível dizer que a diferença nas parcelas da renda total representa desigualdade sem saber por quantas pessoas cada grupo tem que dividir seu quinhão. Na quarta linha da Tabela 4.2 tem-se o tamanho da população brasileira e nas duas linhas subsequentes a porcentagem de brancos e a de negros. Em 1976, por volta de dois quintos da população era negra, proporção que foi crescendo até praticamente a metade da população em 2006.

Uma vez que a parcela da renda total recebida pelos negros é menor do que a parcela da população que representam, não surpreende a constatação de que em todos os anos a renda média dos negros é menor do que a dos brancos. Nos três primeiros anos, sendo pequenas as variações na parcela da renda total recebida e na parcela da população, a razão entre a renda dos negros e a dos brancos quase não muda, sendo a dos primeiros pouco mais que dois quintos da dos últimos. Em 2006, a situação parece pouco melhor, com a renda dos negros se aproximando de metade da dos brancos.

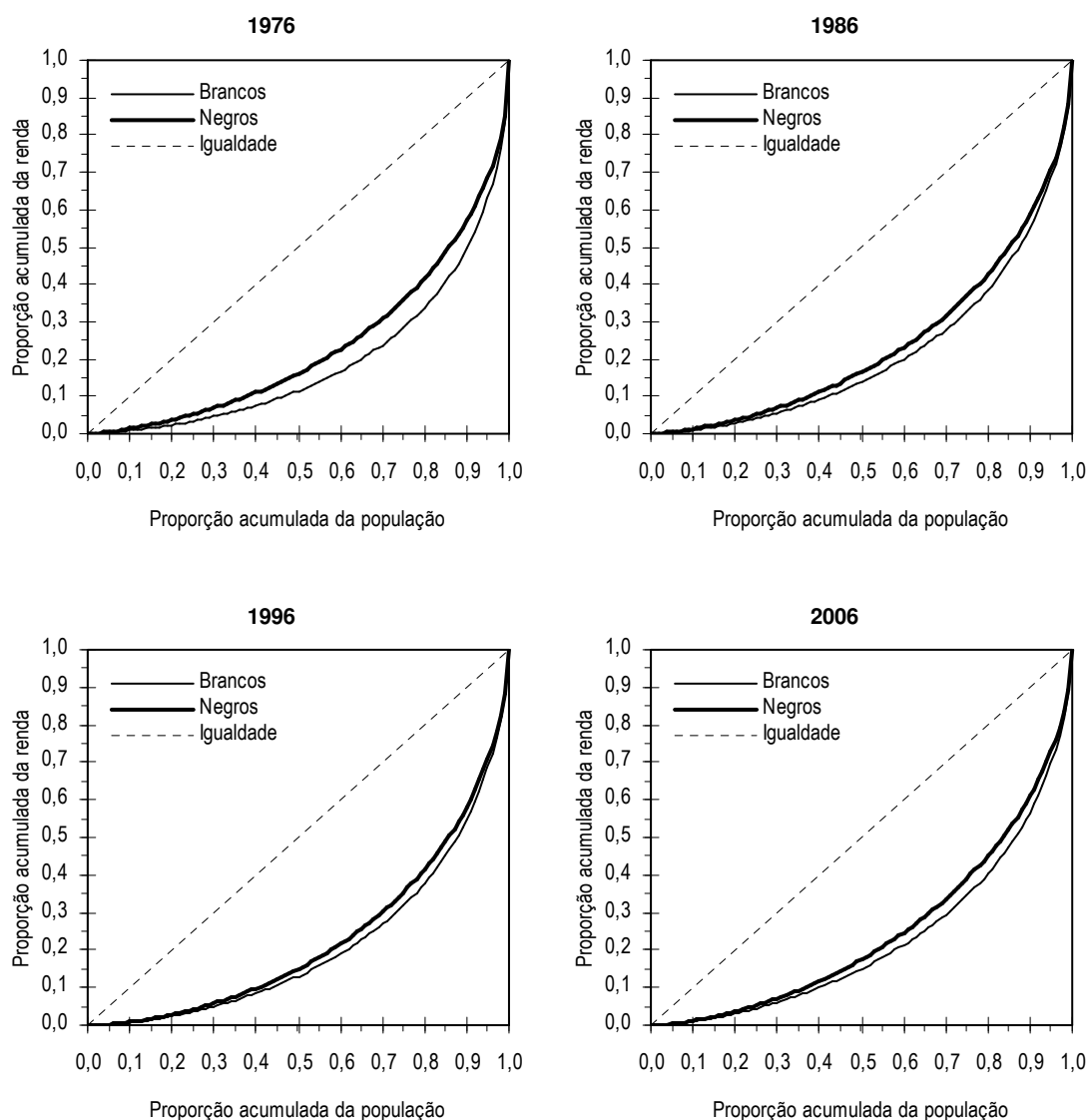
Os dados da Tabela 4.2 comprovam a existência de diferença de nível entre as distribuições de renda dos brancos e dos negros. O nível de renda dos brancos é mais do que duas vezes maior do que o nível de renda dos negros em todos os anos. Embora tenha havido uma pequena redução da distância entre os níveis de renda dos grupos raciais em 2006, a diferença de nível é persistente.

4.3.2 A forma das distribuições da renda dos negros e dos brancos

As curvas de Lorenz das distribuições de renda dos brancos e dos negros estão representadas no Gráfico 4.3. A linha de igualdade perfeita é a forma que seria assumida pela curva de Lorenz se todas as pessoas tivessem a mesma parcela da renda total.

Ambas as distribuições são bastante desiguais, dada a área entre ambas e a linha diagonal de igualdade. Em todos os anos, entre os brancos os dez% mais ricos levam por volta da metade da renda, enquanto entre os negros são os 15% mais ricos que levam metade da renda. Nota-se também que as curvas da distribuição dos negros estão sempre acima das dos brancos, indicando que existe dominância de Lorenz. A distribuição da renda entre os negros, menos desigual, domina a dos brancos em todos os anos.

GRÁFICO 4.3 CURVAS DE LORENZ.
BRASIL, 1976, 1986, 1996 E 2006



FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados.

As curvas de Lorenz comprovam a existência de diferenças de forma entre as distribuições de negros e de brancos, sendo a dos negros menos desigual em todos os anos. Esse diagnóstico é confirmado pelos indicadores de desigualdade apresentados na Tabela 4.3. Segundo o Gini, por exemplo, em 1976 o grau de desigualdade na distribuição dos brancos era 62% do maior grau possível, enquanto o dos negros era 54%. Em 2006, a desigualdade havia caído consideravelmente para ambos os grupos: 55% para os brancos e 50% para os negros. Lembrando, a desigualdade atinge o maior grau possível quando o indivíduo mais rico da distribuição recebe toda a renda.

TABELA 4.3 INDICADORES DE DESIGUALDADE.
BRASIL, 1976, 1986, 1996 E 2006

Indicadores de desigualdade		Grupo	1976	1986	1996	2006
Gini (G)		Branco	0,6210	0,5702	0,5810	0,5498
		Negro	0,5368	0,5259	0,5449	0,5044
Entropia (E_{θ})	$\theta = -1$	Branco	3,8592	3,9670	3,2518	2,7561
		Negro	2,0698	2,2083	2,2340	2,0275
	L de Theil, $\theta = 0$	Branco	0,7463	0,6193	0,6798	0,5767
		Negro	0,5325	0,5117	0,5978	0,4911
	T de Theil, $\theta = 1$	Branco	0,8351	0,6637	0,6644	0,5997
		Negro	0,6677	0,5643	0,5843	0,5046
	$\theta = 2$	Branco	2,6422	1,9729	1,4227	1,3332
		Negro	3,3617	1,7099	1,3099	1,0856

FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados.

Na Tabela 4.3, a única exceção é $E_{\theta=2}$ em 1976, que aponta maior desigualdade entre os negros do que entre os brancos. O problema é que a curva de Lorenz da distribuição dos negros daquele ano é mais desigual do que a dos brancos nos 3,5 milésimos mais ricos. Nesse extremo, a curva dos negros não domina de fato a Lorenz dos brancos. Dado $E_{\theta=2}$ ser extremamente sensível à renda dos mais ricos, acusa essa diferença no topo das distribuições que é ignorada pelos demais indicadores⁵¹. Do ponto de vista prático, é preferível desprezar essa exceção e considerar que, para todos os fins, existe dominância também em 1976.

Embora os indicadores concordem que a forma da distribuição dos negros implica menor desigualdade que a dos brancos, as representações que fornecem da distância entre os graus de desigualdade varia. Mas, afora algumas exceções e as diferenças de intensidade, a dinâmica temporal dos indicadores é parecida.

Em 1986 houve uma redução do grau desigualdade das distribuições de negros e de brancos em relação a 1976, exceto segundo $E_{\theta=-1}$ que indica aumento da desigualdade para ambos (a discordância desse indicador significa que não há dominância de Lorenz da distribuição, de cada grupo, de 1986 sobre a de 1976). Em 1996 houve aumento da desigualdade em relação a 1986, exceto segundo $E_{\theta=2}$ que indica redução da desigualdade. Em 2006 ocorrem os menores graus de desigualdade para ambos os grupos, segundo todos os indicadores.

⁵¹ Se se calcula o indicador desconsiderando os 3,5 milésimos mais ricos da distribuição dos negros e dos brancos, a desigualdade entre os negros passa a ser menor.

De 1976 a 1986 e depois a 1996, a diferença entre os indicadores do grau de desigualdade nas duas distribuições decresce – embora a variação de 1986 para 1996 seja pequena. Em 1996, a diferença atinge os mínimos, exceto segundo $E_{\theta=-1}$ (mínimo em 2006). Em 2006, a distância entre os indicadores dos grupos é maior do que em 1996, embora os indicadores em si sejam menores. Isso ocorre por que de 1996 a 2006, o grau de desigualdade na distribuição dos negros decresceu relativamente mais que o da dos brancos.

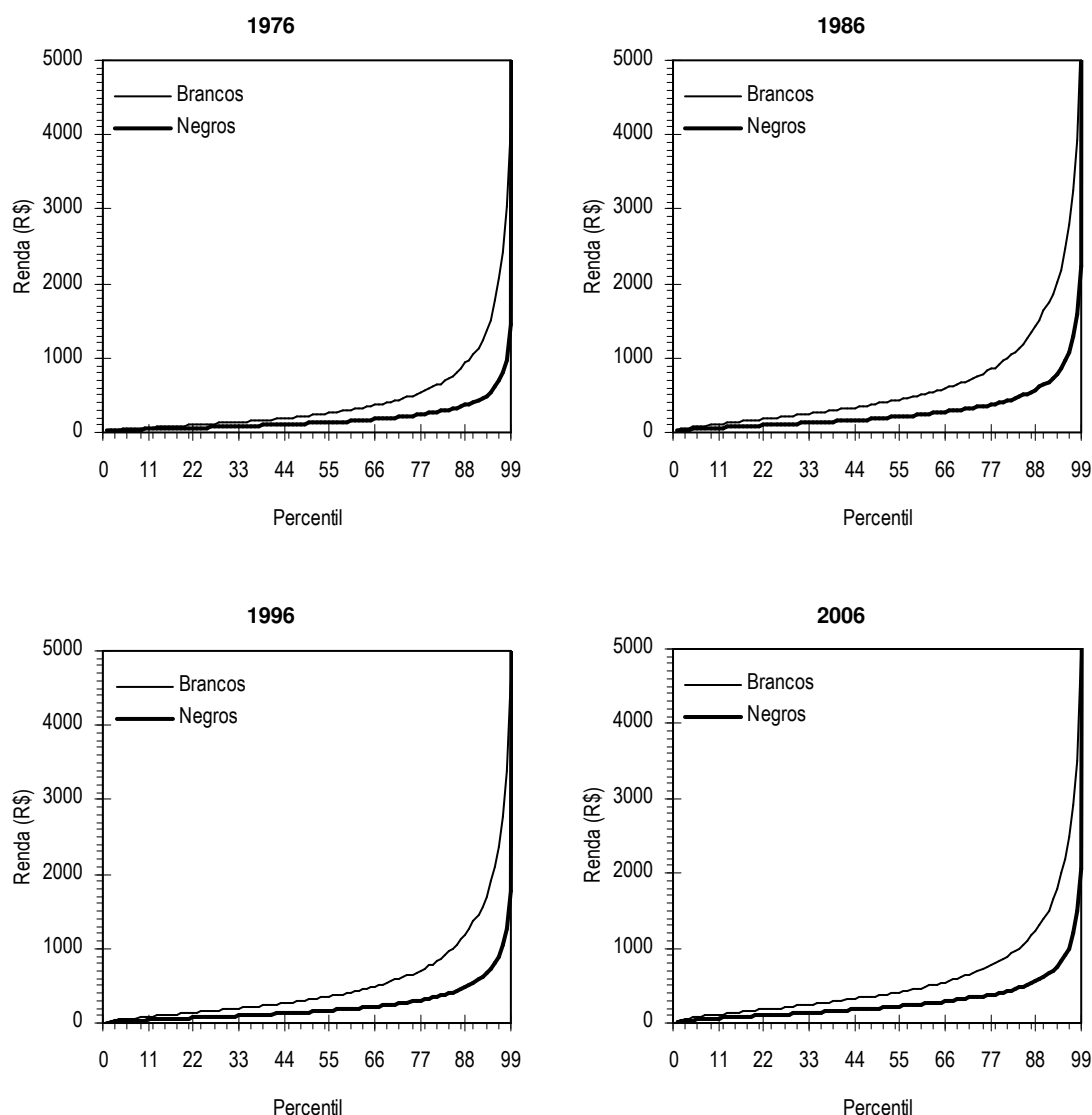
Os dados desta subseção comprovam a existência de diferenças de forma entre as distribuições de renda dos brancos e dos negros. A forma da distribuição de renda dos brancos implica um grau de desigualdade maior do que a forma da dos negros em todos os anos. Embora tenha havido variações da distância entre os graus da desigualdade de renda dos grupos raciais, e uma redução geral deles de 1976 a 2006, essa distância só apresenta uma tendência de redução contínua segundo um dos cinco indicadores. Por isso, pode-se concluir pela persistência da diferença de forma e da distância entre os graus de desigualdade.

4.3.3 O nível e a forma das distribuições da renda dos negros e dos brancos

Nas duas seções anteriores, constatou-se a existência de diferenças de nível e de forma entre as distribuições de renda de negros e de brancos. Essas diferenças, porém, se dão em sentidos opostos. O nível da distribuição dos brancos é preferível ao da dos negros, contudo a forma da distribuição dos negros é preferível à da dos brancos. Assim, convém analisar nível e forma das distribuições simultaneamente, começando pelas curvas dos percentis.

Pela simples inspeção visual das oito curvas dos percentis representadas no Gráfico 4.4 é difícil apreender as pequenas diferenças existentes entre os pares de curvas de cada ano. Todavia, dois padrões são imediatamente identificáveis. O primeiro é o de que as pessoas negras, em qualquer par de curvas, têm rendas domiciliares *per capita* menores do que as das brancas em posição relativa equivalente. O segundo é o de que a desigualdade entre as rendas menores e as maiores é enorme tanto entre os negros quanto entre os brancos.

GRÁFICO 4.4 CURVAS DOS PERCENTIS.
BRASIL, 1976, 1986, 1996 E 2006



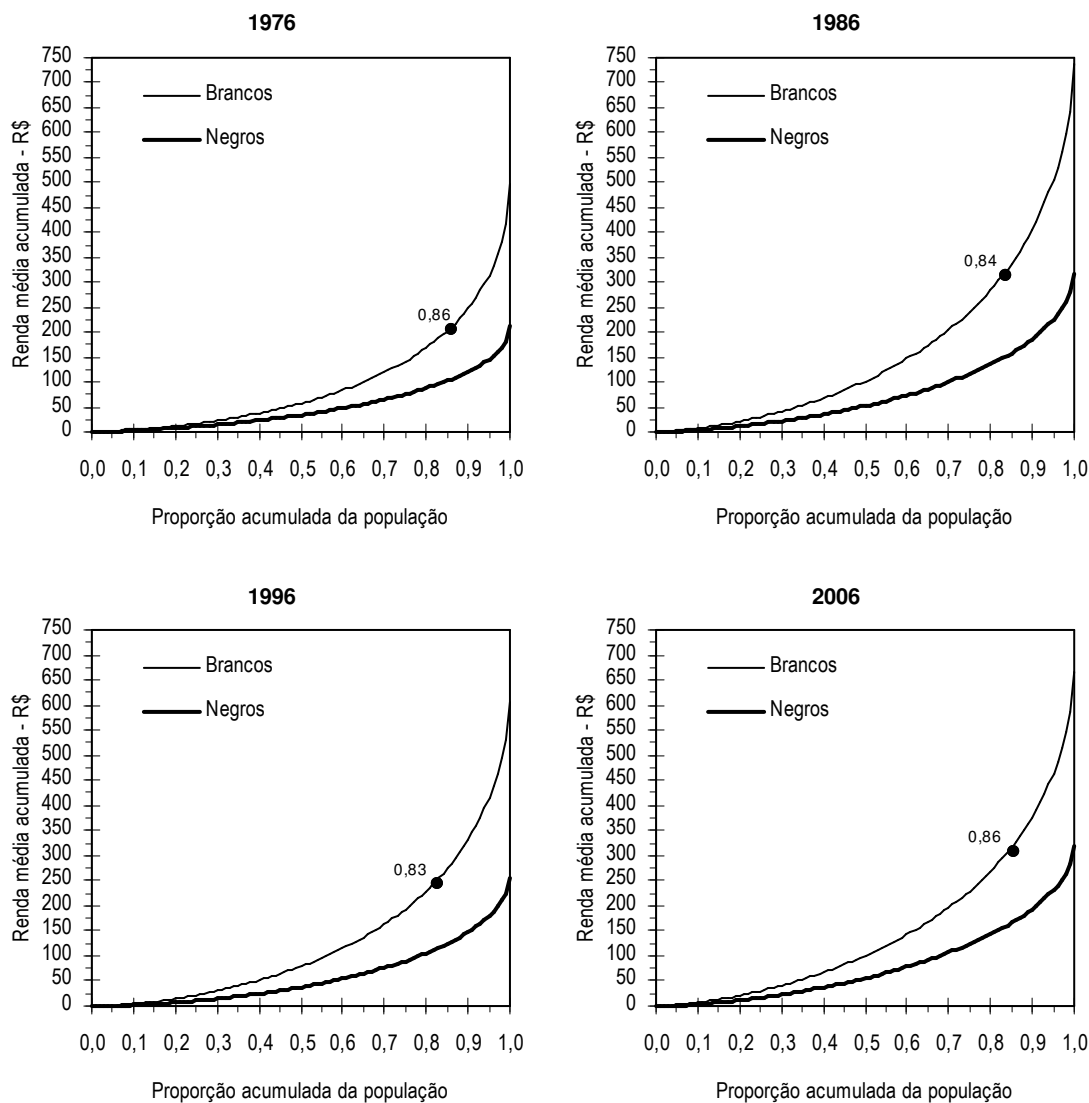
FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados.

NOTA: Valores monetários em R\$ de setembro de 2006.

O fato de as curvas dos percentis das distribuições de renda dos negros estarem sempre abaixo das dos brancos implica a situação de dominância de primeira ordem. No caso, o Gráfico 4.4 não deixa dúvidas quanto ao fato de a distribuição de renda dos brancos dominar em primeira ordem a dos negros em todos os anos. Quando isso acontece, podem-se fazer dois importantes juízos sobre a desigualdade entre os grupos implicada pelas diferenças de nível e de forma entre as distribuições. O primeiro é o de que, se a renda for vista como indicador de bem-estar, a distribuição dos brancos terá maior bem-estar que a dos negros. O segundo é o de que, independentemente da linha de pobreza

empregada, se a pobreza for definida como insuficiência de renda os negros serão mais pobres que os brancos.

GRÁFICO 4.5 CURVAS DE LORENZ GENERALIZADAS.
BRASIL, 1976, 1986, 1996 E 2006



FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados.

NOTA: Valores monetários em R\$ de setembro de 2006.

Havendo dominância de primeira ordem, haverá dominância de segunda ordem. Mesmo assim, vale apresentar as curvas de Lorenz generalizadas para melhor visualizar as diferenças de forma e de nível entre as distribuições no Gráfico 4.5. Nota-se que uma grande fonte de diferença entre as duas distribuições é a extremidade mais rica da distribuição dos brancos. Se, dependendo do ano, os 14 a 17% mais ricos dentre os

brancos não existissem, praticamente desapareceria a desigualdade de nível e de forma entre as duas distribuições.

Embora o bem-estar da distribuição dos brancos seja maior do que o da dos negros, e menor a pobreza, a perda de bem-estar devida à desigualdade é maior na distribuição dos brancos para vários graus de aversão. Isso acontece por ser a desigualdade menor na distribuição dos negros, com dominância de Lorenz, como visto na Tabela 4.4.

TABELA 4.4 INDICADORES DE DESIGUALDADE DE ATKINSON.
BRASIL, 1976, 1986, 1996 E 2006

Aversão à desigualdade	Grupo	1976	1986	1996	2006
Baixa ($A_{\epsilon=0,5}$)	Branco	0,3235	0,2707	0,2815	0,2521
	Negros	0,2488	0,2315	0,2503	0,2153
Média ($A_{\epsilon=1}$)	Branco	0,5259	0,4617	0,4933	0,4391
	Negros	0,4128	0,4005	0,4500	0,3881
Alta ($A_{\epsilon=2}$)	Branco	0,8853	0,8881	0,8667	0,8464
	Negros	0,8054	0,8154	0,8171	0,8014

FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados.

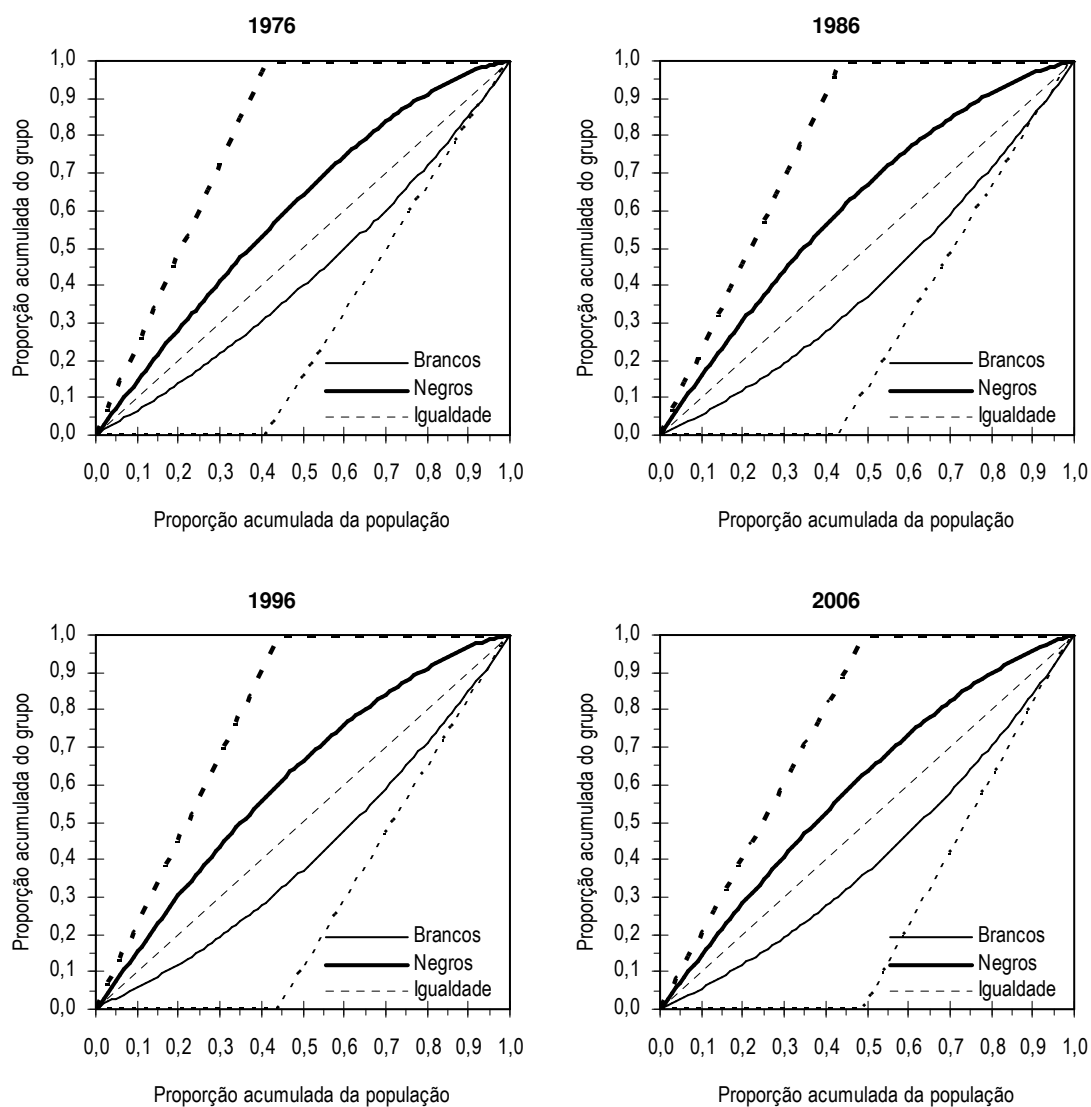
Assim, segundo o indicador de ATKINSON, para baixa aversão à desigualdade, o grau de desigualdade na distribuição dos brancos a faz perder, em 2006, 25% do bem-estar que teria se fosse uma distribuição perfeitamente igualitária, enquanto a distribuição dos negros, menos desigual, perde 22% do bem-estar potencial. Como seria de se esperar, o indicador de desigualdade de Atkinson aponta maior perda de bem-estar se a aversão à desigualdade é mais alta.

Recapitulando, a forma e o nível das distribuições de renda de negros e brancos são diferentes. A diferença de nível é a favor dos brancos, mas a de forma favorece os negros: a distribuição dos últimos tem menor renda média, mas é menos desigual. Porém, a análise conjunta dessas diferenças revelou a existência de dominância de primeira ordem da distribuição dos brancos sobre a dos negros. Isso implica ser a diferença de nível de ordem tal que a maior média da distribuição dos brancos mais do que compensa seu maior grau de desigualdade. Assim, a distribuição dos brancos será apontada sempre como a de maior bem-estar, e a de menor pobreza, independentemente do indicador empregado. Contudo, dado sua desigualdade ser maior, a perda de bem-estar potencial devida à forma da distribuição é maior para os brancos.

4.3.4 As distribuições de renda de negros e de brancos e a distribuição total

Até aqui, as representações gráficas e os indicadores de desigualdade de renda permitiram a apreensão da desigualdade por meio da comparação das duas distribuições de renda, a dos brancos e a dos negros. Constatou-se a existência de desigualdade devida às diferenças de nível e forma entre as distribuições dos grupos raciais. Nesta subseção, a desigualdade é caracterizada em termos das conseqüências da participação conjunta das duas distribuições na distribuição de renda brasileira. A primeira conseqüência é o posicionamento dos grupos na distribuição total. A segunda conseqüência é a composição da desigualdade na distribuição total. A terceira é a composição da perda de bem estar devida à desigualdade na distribuição total.

GRÁFICO 4.6 CURVAS DE CONCENTRAÇÃO DOS GRUPOS RACIAIS NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA. BRASIL, 1976, 1986, 1996 E 2006



FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados.

As curvas de concentração das populações negra e branca na distribuição da renda brasileira estão no Gráfico 4.6. Elas indicam que apenas por volta de 37% dos brancos pertencem à metade mais pobre da população; contra por volta de 66% dos negros. Ou seja, enquanto a população negra está concentrada no lado mais pobre da distribuição, a branca está concentrada no lado mais rico. Em todos os anos, a curva de concentração dos negros fica sempre acima da linha de igualdade, e a dos brancos abaixo. Se não houvesse diferenças de nível e de forma entre as distribuições de renda de cada grupo, ambas as curvas de concentração passariam por cima da linha da igualdade – a despeito do nível global de desigualdade.

No Gráfico 4.6, as duas linhas pontilhadas além da diagonal, representam a maior concentração possível (limitada pela fração que cada grupo tem da população total) – negativa para os negros, e positiva para os brancos. As curvas de concentração populacional aparentam bastante estabilidade temporal, razão pela qual é interessante traduzir em um número o grau de concentração que representam.

Os indicadores de concentração das populações branca e negra na distribuição de renda brasileira estão na 0. O valor observado desses indicadores não varia muito ao longo do tempo. De 1976 a 1986 há aumento da concentração de ambos os grupos, mas a partir de 1986 há uma redução progressiva. O dos negros é sempre negativo, indicando estarem sobre-representados entre os mais pobres, e o dos brancos é sempre positivo, indicando estarem concentrados sempre entre os mais brasileiros mais ricos.

TABELA 4.5 INDICADORES DA CONCENTRAÇÃO DOS GRUPOS RACIAIS NA DISTRIBUIÇÃO DA RENDA. BRASIL, 1976, 1986, 1996 E 2006

Indicador de concentração	Grupo	1976	1986	1996	2006
Observado	Branco	0,1398	0,1762	0,1745	0,1815
	Negro	-0,2000	-0,2242	-0,2182	-0,1838
Ajustado	Branco	0,3398	0,4004	0,3927	0,3653
	Negro	-0,3398	-0,4004	-0,3927	-0,3653

FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados.

O valor do coeficiente de concentração ajustado apresenta a mesma dinâmica. Ou seja, controlando-se a variação das frações da população em cada grupo a concentração também apresenta estabilidade ao longo do tempo. Cresce de 1976 a 1986, e depois se reduz. Em 1986, a concentração da população negra entre os mais pobres era equivalente a 40% da maior concentração possível. Em 2006, caíra a 36%.

A contribuição das diferenças de nível e forma entre as distribuições de negros e brancos para a forma da distribuição nacional é ilustrada pelas decomposições dos indicadores de entropia, apresentadas na Tabela 4.6. Nessa, as linhas rotuladas “Desigualdade Brancos” representam a porcentagem do grau de desigualdade implicado pela forma da distribuição total que pode ser atribuído ao grau de desigualdade implicado pela forma da distribuição dos brancos. As linhas “Desigualdade Negros” representam a mesma coisa para a distribuição dos negros. E as desigualdades de nível dizem respeito à porcentagem do grau de desigualdade nacional devida à distância entre as médias dos grupos.

TABELA 4.6 INDICADORES DE DESIGUALDADE NA DISTRIBUIÇÃO DA RENDA DECOMPOSTOS POR GRUPOS RACIAIS. BRASIL, 1976, 1986, 1996 E 2006

Indicador E_{θ}	Componente	1976	1986	1996	2006
$\theta = -1$	Desigualdade nacional (100%)	3,3631	3,4470	3,1989	2,6556
	Desigualdade de nível entre grupos	2,84%	2,68%	3,12%	2,50%
	Desigualdade Brancos	51,50%	48,30%	41,88%	38,65%
	Desigualdade Negros	45,66%	49,02%	55,00%	58,85%
$\theta = 0$	Desigualdade nacional (100%)	0,7413	0,6540	0,7315	0,6028
	Desigualdade de nível entre grupos	11,20%	12,55%	12,05%	11,39%
	Desigualdade Brancos	59,25%	53,01%	51,63%	48,13%
	Desigualdade Negros	29,55%	34,44%	36,32%	40,48%
$\theta = 1$	Desigualdade nacional (100%)	0,8716	0,7137	0,7248	0,6353
	Desigualdade de nível entre grupos	8,57%	10,53%	11,11%	10,41%
	Desigualdade Brancos	73,95%	69,45%	68,67%	64,15%
	Desigualdade Negros	17,48%	20,02%	20,22%	25,44%
$\theta = 2$	Desigualdade nacional (100%)	3,1691	2,2854	1,6987	1,5211
	Desigualdade de nível entre grupos	2,19%	3,10%	4,47%	4,78%
	Desigualdade Brancos	84,39%	86,00%	84,62%	80,49%
	Desigualdade Negros	13,42%	10,90%	10,91%	14,74%

FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados.

O indicador que dá mais peso às rendas menores, $E_{\theta=-1}$, valoriza mais a forma da distribuição dos negros na composição da desigualdade total, exceto em 1976. Mas é a única medida que se comporta assim: segundo os demais indicadores da Tabela 4.6, a forma da distribuição dos brancos contribui mais para o grau de desigualdade total do que a dos negros. Para $E_{\theta=2}$, mais de quatro quintos do grau de desigualdade total se devem à forma da distribuição dos brancos. Dado ter aumentado tanto a fração da população quanto a fração de renda dos negros (cf. Tabela 4.2), todos os indicadores

apontam um crescimento da contribuição do grau de desigualdade da distribuição desse grupo.

Quanto à diferença de nível entre grupos, com exceção de $E_{\theta=2}$, os demais indicadores apontam um padrão de estabilidade temporal. Porém, a importância da desigualdade de nível entre grupos para a desigualdade total varia bastante, de 2,7 a 12,5%, dependendo do indicador.

Outra forma de caracterizar como as diferenças de nível e forma entre os grupos interagem para produzir a desigualdade total é em termos da perda de bem-estar gerada pela distribuição de cada grupo e pelas interações entre elas. Isso pode ser verificado pela decomposição dos indicadores de ATKINSON para a distribuição total.

TABELA 4.7 INDICADORES DE DESIGUALDADE DE ATKINSON NA DISTRIBUIÇÃO DA RENDA DECOMPOSTOS POR GRUPOS RACIAIS. BRASIL, 1976, 1986, 1996 E 2006

Aversão à desigualdade	Perda de bem-estar	1976	1986	1996	2006
Baixa ($A_{\epsilon=0,5}$)	Nacional (100%)	0,3277	0,2862	0,3012	0,2623
	Interação	-2,87%	-3,14%	-3,44%	-2,67%
	Entre grupos	9,37%	12,04%	12,58%	11,10%
	Branços	76,18%	70,62%	70,02%	65,01%
	Negros	17,32%	20,48%	20,84%	26,55%
Média ($A_{\epsilon=1}$)	Nacional (100%)	0,5235	0,4800	0,5188	0,4527
	Interação	-4,48%	-5,68%	-6,54%	-4,87%
	Entre grupos	8,96%	12,73%	13,55%	11,52%
	Branços	77,53%	71,82%	71,23%	65,62%
	Negros	17,99%	21,13%	21,75%	27,73%
Alta ($A_{\epsilon=2}$)	Nacional (100%)	0,8706	0,8733	0,8648	0,8416
	Interação	-2,62%	-2,79%	-7,14%	-5,72%
	Entre grupos	3,02%	3,21%	8,36%	6,88%
	Branços	78,49%	75,94%	75,09%	68,04%
	Negros	21,11%	23,64%	23,70%	30,81%

FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados.

Os indicadores de ATKINSON podem ser encontrados na Tabela 4.7, para três graus distintos de aversão à desigualdade. No ano de 1976, por exemplo, a desigualdade na distribuição total ocasiona a perda de 32,8% do bem-estar que seria proporcionado por uma distribuição perfeitamente igualitária – na avaliação de uma sociedade ou analista com “baixa” aversão à desigualdade; perda de 52,4% para aversão “média” à desigualdade; e perda de 87,1% se a aversão à desigualdade for “alta”.

A decomposição dos indicadores de ATKINSON incorpora um termo de interação que representa um ajuste para a perda/ganho de bem-estar resultante da junção das duas distribuições. No caso da Tabela 4.7, todos os termos de interação são negativos, o que indica haver um ganho de bem-estar ao se juntar as distribuições de negros e brancos (os primeiros passam a viver em uma sociedade mais rica, e os últimos em uma menos desigual). Se a perda de bem-estar se devesse apenas às perdas de cada grupo e à perda devida à desigualdade entre grupos, seria ainda maior.

De qualquer forma, independentemente do ano e do grau de aversão à desigualdade, a perda de bem-estar dos brancos resultante da desigualdade entre eles é sempre o componente que responde pela maior parte da perda total de bem estar, de por volta de dois terços a quase quatro quintos. Em segundo lugar, vem a perda de bem-estar dos negros devido à desigualdade entre eles, responsável por algo entre um quinto e pouco menos que um terço da perda total. Por último, vem a perda de bem-estar devida à desigualdade entre os grupos. As avaliações do peso da desigualdade entre os grupos na perda total de bem estar variam consideravelmente, de meros 3% a um oitavo.

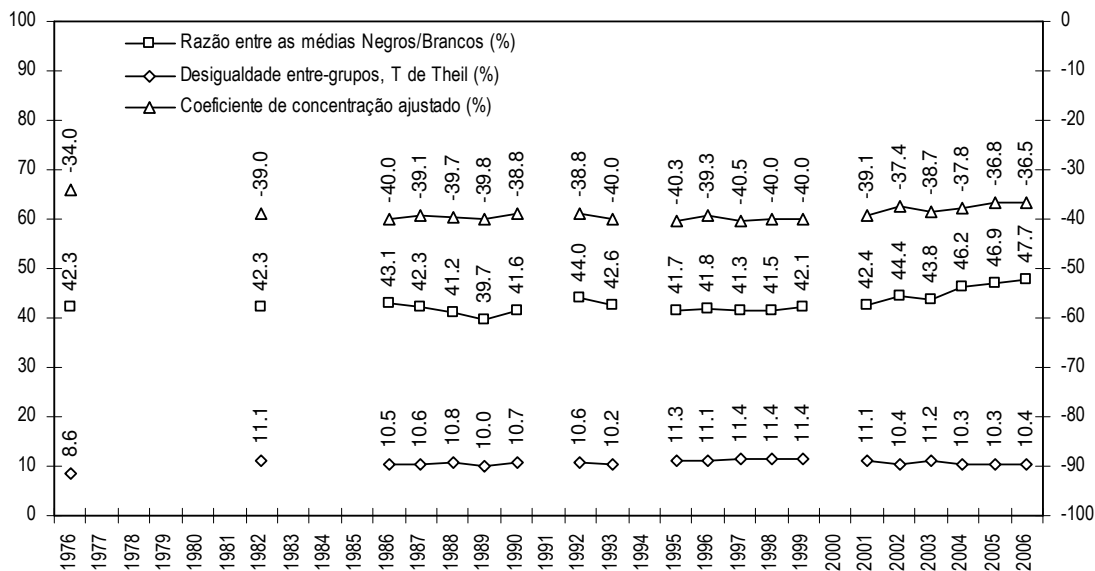
4.3.5 Escolhendo um conjunto de indicadores de desigualdade racial de renda

Nesta seção de resultados foram apresentados vários indicadores da desigualdade racial de renda. Porém, para os capítulos seguintes, nos quais serão investigadas as causas da desigualdade constatada, tornou-se necessário escolher um conjunto mais restrito de apenas três indicadores. Dado ser a diferença de nível entre as distribuições de negros e brancos o principal fator de desigualdade de renda, foram escolhidos dois indicadores que as expressam. E como a principal consequência dessa diferença é o posicionamento da população negra na distribuição de renda brasileira, foi escolhido um terceiro indicador que expressa essa dimensão.

O primeiro dos três indicadores é a razão entre as rendas médias de cada grupo. O segundo é a contribuição relativa da diferença de nível entre os grupos para a desigualdade total de renda obtido a partir da decomposição aditiva do indicador de desigualdade de entropia generalizada $E_{\theta=1}$, o T de Theil. A escolha desse indicador se deve ao fato de que na sua decomposição a contribuição da desigualdade dentro dos grupos para a desigualdade total é ponderada pela fração da renda total que cabe a cada grupo, que é o principal fator de diferenciação das médias (dado serem muito próximas as frações de população). O terceiro indicador é o índice de concentração ajustado, que tem a propriedade de ser independente tanto do nível global de desigualdade, quanto das

frações de população dos grupos. Esses três indicadores têm ainda a vantagem de expressarem a desigualdade racial sinteticamente, não é necessário um indicador para os brancos e outros para os negros.

GRÁFICO 4.7 INDICADORES SELECIONADOS DE DESIGUALDADE RACIAL DE RENDA. BRASIL, 1976-2006



FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados.

O Gráfico 4.7 exibe a dinâmica desses três indicadores de 1976 a 2006, excepcionalmente, para todos os anos em que a PNAD estava disponível com informação de cor. Note-se que os anos escolhidos para a realização das análises, 1976, 1986, 1996 e 2006, representam bem a tendência, e também a estabilidade persistente da desigualdade racial de renda.

4.4 Conclusões preliminares

O objetivo deste capítulo era testar duas hipóteses implicadas pelo problema desta pesquisa: a de que existe desigualdade de renda domiciliar *per capita* entre negros e brancos; e a de que essa desigualdade é persistente. Ambas as hipóteses são confirmadas pelas evidências obtidas a partir das edições de 1976 a 2006 da PNAD.

Na segunda seção do capítulo, ao se revisar a bibliografia brasileira sobre desigualdade racial de renda, constatou-se que embora trabalhos anteriores tivessem apresentado resultados que permitiam inferir a validade das hipóteses postuladas, o problema da desigualdade de renda domiciliar *per capita* entre negros e brancos nunca havia sido estudado de forma sistemática, seja em termos da desigualdade em si ou em termos de sua evolução temporal. Esta lacuna foi preenchida por este capítulo, no qual a desigualdade foi analisada de forma detalhada e de ângulos distintos.

Viu-se que a desigualdade racial de renda pode ser entendida como desigualdade entre as distribuições de renda, a da renda dos negros entre os negros e a da renda dos brancos entre os brancos. E que estudar a existência de desigualdade entre os grupos implica comparar suas distribuições sob dois aspectos: nível e forma. Além disso, como os dois grupos raciais participam de uma mesma distribuição de renda, a brasileira, além de constatar eventuais desigualdades de nível e de forma, é preciso averiguar também as conseqüências das desigualdades entre eles para a distribuição nacional. Essas conseqüências se traduzem tanto no modo de participação de negros e de brancos na distribuição nacional quanto na contribuição de suas distribuições.

Existe desigualdade de nível e de forma entre as distribuições de renda de negros e de brancos, levando à aceitação da hipótese de desigualdade. Essa desigualdade se configura de modo a fazer a distribuição dos brancos preferível a dos negros em termos de nível, bem-estar e pobreza, porquanto seja a dos negros preferível em termos do grau de desigualdade, pouco menor do que o da dos brancos. Mas a diferença de nível a favor dos brancos é de tal ordem que anula a pequena vantagem oferecida pela menor desigualdade entre os negros. Quando as duas distribuições são consideradas em conjunto, percebe-se que a desigualdade entre elas contribui de forma decisiva para moldar a distribuição global. A principal conseqüência da desigualdade de forma e, principalmente, de nível entre as distribuições é a concentração da população negra na parte mais pobre da distribuição de renda nacional.

A desigualdade de renda entre negros e brancos também é persistente ao longo do tempo, embora não imutável, levando a aceitação da segunda hipótese. Houve no período 1976-2006 uma pequena redução da diferença de nível. Também há diminuição pequena do grau de desigualdade, e da distância entre os grupos neste quesito. Estas reduções conjugadas ao avanço da participação dos negros na renda e na população alteraram as contribuições do nível e da forma da distribuição de cada grupo para a distribuição nacional. Entretanto, essas variações são pequenas, levando à conclusão pela persistência da desigualdade racial de renda.

Capítulo 5:

A mobilidade de renda dos negros e a dos brancos

Demonstrou-se no *Quarto Capítulo* que existe desigualdade racial de renda intensa e persistente no Brasil. Neste capítulo o objetivo é testar a terceira hipótese desta tese, a de que a mobilidade social é baixa para ambos os grupos raciais. A hipótese de mobilidade baixa está relacionada à defesa da parte do argumento da tese que estabelece ser a origem social preponderante sobre a discriminação racial nos processos que levam à persistência da desigualdade racial de renda.

Se tanto os negros quanto os brancos tivessem alta mobilidade social, isto é, baixa associação entre origem social e destino, seria preciso que, ao serem considerados separadamente ambos os grupos apresentassem baixa influência da renda do passado sobre suas rendas presentes. Se isso ocorresse, a persistência da desigualdade racial de renda só poderia ser explicada pela presença de forte discriminação contra os negros, criando na distribuição de renda uma zona de contenção inultrapassável.

A aceitação da terceira hipótese exige o contrário, que a associação entre origem social e destino seja muito elevada. Ou seja, a mobilidade social tem que ser baixa devido à elevada influência da renda do passado sobre a renda do presente, tornando desnecessária a criação de uma zona de contenção bem definida para impedir a ascensão dos negros. A discriminação racial funciona como um elemento adicional de retenção, um freio.

As evidências apresentadas neste capítulo levam à aceitação da hipótese. No Brasil existe muita mobilidade social, se entendida como troca de posições. Porém, a mobilidade é de curta distância, o que ocasiona alta persistência intergeracional – a previsibilidade da posição futura pela atual, e dessa última pela posição do passado. Nesse sentido, a mobilidade social é baixa, indicando um elevado grau de desigualdade de oportunidades.

Mostrar-se também que mesmo na ausência total de discriminação racial, o padrão de mobilidade vigente no Brasil, com alta influência da origem social, seria capaz de fazer a desigualdade racial de renda persistir por ao menos mais um século. Dado as evidências também apontarem a existência de discriminação racial atuando nos processos de mobilidade, não há espaço para otimismo acerca das configurações futuras da desigualdade racial de renda.

Para empreender o estudo da mobilidade de renda este capítulo é composto por quatro seções, além desta breve introdução. Na primeira seção, são revistos os antecedentes. Começa com uma visão geral dos estudos de mobilidade de renda, suas várias orientações, e a relação de uma dessas orientações com os estudos sociológicos de mobilidade ocupacional e de classe. Depois, discutem-se os resultados dos poucos estudos de mobilidade de renda já feitos no Brasil. Em especial, salienta-se o fato de que os estudos de mobilidade de renda são mais taxativos do que os de mobilidade ocupacional ou de classes na caracterização da existência de um regime de baixa mobilidade intergeracional na sociedade brasileira.

A segunda seção apresenta a metodologia e as técnicas empregadas para o estudo da mobilidade de renda. Como tal estudo exige uma série de pressuposições e artifícios de ordem técnica e metodológica, a descrição dos procedimentos usados é densa. A terceira seção apresenta os resultados da análise da mobilidade. A quarta seção apresenta as conclusões que podem ser tiradas dos resultados que levam à aceitação da terceira hipótese.

5.1 Raça e mobilidade de renda: antecedentes

A relação entre mobilidade de renda e desigualdade de renda não é necessária. Teoricamente uma sociedade de muita mobilidade pode ser bastante ou pouco desigual, o mesmo podendo ser dito de uma de baixa mobilidade. Apesar disso, há razões para supor que a aversão à desigualdade (e daí o “gosto” por políticas redistributivas) seja baixa em sociedades aonde existe a *percepção* de que a mobilidade é elevada, e vice-versa (BENABOU e OK, 2001). Empiricamente se tem constatado que sociedades com menores níveis de desigualdade, como, por exemplo, a Holanda ou a Suécia, apresentam mobilidade mais alta do que sociedades mais desiguais, como os Estados Unidos ou a Inglaterra. Essa tendência é persistente ao longo do tempo e é verificada tanto por estudos sociológicos de mobilidade de classe ou ocupacional (cf. BREEN, 2004), quanto por estudos econômicos de mobilidade de renda (cf. CORAK, 2004a) realizados com dados desses países. Mas, apesar de esforços recentes, essas relações carecem de uma teoria geral que as explique, permanecendo essencialmente dados empíricos.

A mobilidade não serve para explicar o nível da desigualdade, tampouco o crescimento econômico – os dois principais determinantes do bem-estar. Pode haver uma sociedade estamental de baixíssima mobilidade, riquíssima e com baixa desigualdade socioeconômica entre os estamentos, ou uma sociedade de classes de altíssima mobilidade, pobre e ainda assim com elevada desigualdade de resultados entre as classes. Qualquer combinação de riqueza, desigualdade e mobilidade é possível em teoria. O estudo da mobilidade serve para descrever de onde partiram os indivíduos hoje em determinadas posições na distribuição de renda, e a partir daí se inferir o grau de desigualdade de oportunidades existente na sociedade.

No campo de estudos da mobilidade de renda, ainda não se conseguiu estabelecer uma abordagem consensual, como nos estudos de desigualdade de renda. Há tentativas nesse sentido, mas não consolidadas. Talvez seja mais difícil produzir consenso sobre como se deve abordar a mobilidade de renda do que foi sobre a abordagem da desigualdade de renda. Isso porque o conceito de mobilidade é empregado em vários sentidos, e alguns sequer guardam relação com a noção clássica, tanto da economia quanto da sociologia, de que expressa a desigualdade de oportunidades. WILENSKY (1966) identificou dezenove possíveis significados para a expressão “mobilidade social”. A mobilidade de renda, que nada mais é que um tipo de mobilidade social, também é uma expressão

polissêmica (FIELDS e OK, 1999; FIELDS, 2001). FIELDS (2001) considera que, do ponto de vista da mensuração, haveria cinco abordagens distintas.

Porém, teoricamente, os cinco tipos arrolados por esse autor podem ser reduzidos a dois tipos essenciais de abordagem. A primeira abordagem se preocupa essencialmente com o grau de desigualdade de oportunidades nos processos que determinam a renda. A segunda abordagem se preocupa com as variações de bem-estar agregado implicadas pelos movimentos das rendas.

Os estudos que se inserem na primeira abordagem se alinham com a preocupação clássica dos estudos sociológicos de mobilidade com o grau de abertura de uma sociedade às trocas de posição na estrutura social. O grau de abertura é inversamente relacionado à desigualdade de oportunidades: quanto maior a desigualdade, menor a abertura. Nos primeiros estudos sociológicos, o grau de abertura era inferido de alguma forma a partir da mobilidade de circulação – aquela produzida pelas trocas de posições. Nos estudos sociológicos mais recentes, a mobilidade observada é comparada com padrões hipotéticos que representam graus maiores ou menores e diferentes tipos de abertura (cf. BREEN, 2004).

Os estudos de mobilidade de renda baseados na estimação do coeficiente de persistência da renda pela regressão da renda atual em alguma renda do passado (*e.g.* a renda do pai no passado explicando a do filho no presente) se inserem na linha de preocupação dos estudos sociológicos de mobilidade. Quanto mais baixo é o coeficiente estimado, maior é a abertura social às trocas de posições e menor é a desigualdade de oportunidades (BECKER e TOMES, 1979; SOLON, 2004).

Essa abordagem, portanto, privilegia a associação entre as rendas do passado e do presente, por conseguinte, entre as posições de um indivíduo em cada uma das distribuições comparadas. Seu parâmetro de comparação, portanto, é a mobilidade perfeita: a independência estatística entre a posição na origem e a posição no destino, que deveria ocorrer em uma sociedade com estrita igualdade de oportunidades (ROEMER, 2004).

A outra abordagem é encontrada principalmente no campo de estudos de mensuração de desigualdade, bem-estar e pobreza (FIELDS e OK, 1999; FIELDS, 2001). Nessa abordagem importam principalmente as variações no valor da renda dos indivíduos, e não as mudanças de posição. Uma sociedade de castas que tivesse tido sua renda

decuplicada teria experimentado mobilidade de renda mesmo sem troca alguma de posições entre indivíduos na distribuição. Essa mesma situação seria considerada imóvel pela abordagem das posições.

Neste capítulo, a mobilidade de renda é abordada segundo a preocupação sociológica clássica com o grau de desigualdade de oportunidades nos processos de mobilidade e estratificação social que concorrem para as transições entre gerações. Só há interesse nas rendas na medida em que determinam a posição dos indivíduos na distribuição da renda.

5.1.1 Mobilidade de renda no Brasil

Existem pouquíssimos estudos sobre a mobilidade intergeracional de renda no Brasil. A principal razão disso é a ausência de dados adequados para sua realização. Enquanto as rodadas da PNAD de 1973, 1976, 1982, 1988 e 1996 possuem questões especiais que permitem a realização de estudos sociológicos de mobilidade de classe, ocupacional, ou de educação, não há sequer uma pesquisa que permita o estudo direto da mobilidade de renda. Para estudar a mobilidade de renda no Brasil, é preciso lançar mão de um artifício metodológico que permite a adaptação das pesquisas feitas para os estudos sociológicos.

Esse artifício é a técnica das “variáveis instrumentais com momentos de duas amostras independentes”, no jargão técnico conhecida como TSIV (sigla para *two sample instrumental variables*). Três estudos foram realizados no Brasil⁵² aplicando a técnica de TSIV para estudar a mobilidade intergeracional de renda com dados das PNAD (ANDRADE *et al.*, 2003; FERREIRA, S. G. e VELOSO, 2006; PERO e SZERMAN, 2008). Todos chegaram à conclusão de que a mobilidade de renda no Brasil é muito baixa, por ser alto o coeficiente de persistência intergeracional da renda – isto é, o tanto que a renda dos pais estava distante da média de sua distribuição determina em grande grau o tanto que a renda dos filhos se distancia da média da distribuição desses. Portanto, o Brasil seria uma sociedade de baixa igualdade de oportunidades.

⁵² Existem também alguns estudos que tratam de outros tipos de mobilidade de renda. COSTA (1988, 1989) estudou a mobilidade de renda de grupos etários ao longo do ciclo de vida a partir de dados censitários. BARROS, RAMOS e REIS (1992) se aproveitaram de uma característica do desenho amostral da PNAD – o fato de se basear em um painel de municípios e de setores censitários submunicipais – para estudar a mobilidade de renda de setores censitários ao longo da década de 1980.

É interessante notar que esses resultados são opostos, do ponto de vista da quantidade da mobilidade, às caracterizações da mobilidade social no Brasil feitas por estudos sociológicos, também baseados na PNAD. Segundo esses a mobilidade social no Brasil é elevada, porém de curta distância, sendo induzida principalmente pelas mudanças estruturais propiciadas pela urbanização, pela industrialização e pelo crescimento econômico, mas num processo marcado pela desigualdade de oportunidades (PASTORE, 1979; SCALON, 1999; PASTORE e SILVA, 2000; RIBEIRO e SCALON, 2001; RIBEIRO, 2007). Porém, as conclusões substantivas sobre a desigualdade de oportunidades no processo são as mesmas.

A diferença se deve ao fato que pela abordagem da renda não existe mobilidade estrutural – o movimento induzido não pela abertura da sociedade às trocas de posições entre indivíduos de estratos diferentes, mas pelas mudanças na estrutura ocupacional. São essas mudanças que produzem as altas taxas de mobilidade nesses estudos (OSORIO, 2003a). E foram essas elevadas taxas que levaram à crença na existência de alta mobilidade, a despeito de os mesmos estudos mostrarem que a persistência intergeracional era alta e os movimentos de curta distância. Ou seja, que se fosse entendida em termos de desigualdade de oportunidades, a mobilidade no Brasil deveria ser considerada baixa.

Quanto à desigualdade racial, o único estudo a se dedicar aos diferenciais raciais de mobilidade de renda foi o de FERREIRA e VELOSO (2006). Os autores, que analisam exclusivamente a renda do trabalho, concluem que a persistência intergeracional da renda é ligeiramente maior para os brancos do que para os negros – o que equivale a dizer que os negros teriam mais mobilidade. Porém, também apontam que a persistência dos negros é maior ao se considerar os salários mais baixos. Ou seja, negros têm um pouco mais de mobilidade na distribuição dos rendimentos de trabalho, mas menos mobilidade ao se considerar faixas de renda mais baixas, nas quais os negros estão sobre-representados.

5.2 O estudo da mobilidade de renda: método e técnicas

Na caracterização da desigualdade de renda realizada no capítulo anterior, respeitou-se o “axioma do anonimato”. Ou seja, não importa quem é o recebedor de cada renda e qual a sua posição na distribuição em cada momento. Os únicos aspectos relevantes são a forma e o nível das distribuições. Todavia, quando o interesse vai além de simplesmente saber em que parte da distribuição os indivíduos de um grupo estão concentrados, e passa a ser saber como eles chegaram às posições que ocupam, é preciso romper com o axioma do anonimato. A história do indivíduo se torna importante. Adentra-se então o campo de estudos da mobilidade de renda.

No estudo da mobilidade intergeracional de renda, compara-se a posição atual do indivíduo na distribuição de renda com a posição que esse indivíduo ocupava na distribuição de renda do passado. A renda que define a posição do indivíduo nos dois momentos é a renda *per capita* de seu grupo doméstico. A diferença é que no passado o indivíduo era uma criança/adolescente, que se beneficiava do trabalho de seu pai e/ou de sua mãe, e agora é o provedor (ou um dos provedores) de renda de seu próprio grupo doméstico. Como essa comparação será feita é o assunto das cinco subseções que compõem esta seção.

Comparar a renda do passado com a renda do presente não é trivial. O problema, como visto na seção anterior, é que a informação sobre a renda do passado raramente está disponível. Para fazer a comparação da renda do passado com a renda do presente é preciso antes criar a renda do passado nos dados do presente, o que é feito por meio de um artifício metodológico que é descrito na primeira subseção desta seção.

O processo de criação da renda do passado nos dados do presente não é perfeito. Existe uma parte da informação de renda que não pode ser transportada do passado ao presente. Esta parte são os resíduos, ou seja, a parcela da renda que não é estruturalmente determinada por variáveis que podem ser observadas nos dois momentos, passado e presente. Para minimizar este problema, aqui, optou-se por retirar os resíduos da renda do presente para realizar a comparação com a renda do passado. Na segunda subseção, mostra-se que, ao fazê-lo, se passam a comparar distribuições menos desiguais do que as observadas. Contudo, essas distribuições depuradas dos resíduos ainda assim têm nível de desigualdade racial semelhante aos observados.

Também devido a limitações de ordem metodológica discutidas na primeira subseção, o estudo de mobilidade tem que ser restrito a uma geração particular de brasileiros, os nascidos de 1957 a 1966. Isso poderia gerar dúvidas quanto à generalização dos resultados, pois o padrão de mobilidade dessa coorte poderia ser distinto do de outras coortes. Todavia, na segunda subseção mostra-se que a desigualdade racial de renda dessa coorte de brasileiros é extremamente semelhante à caracterizada no *Quarto Capítulo*, mediante o cálculo para eles dos três indicadores de desigualdade racial escolhidos.

A terceira, a quarta e a quinta subseções apresentam os indicadores e as representações gráficas de mobilidade que serão empregados na análise. Se dividem em dois grandes grupos: os indicadores de persistência, que indicam o grau de correlação ou de dependência da renda do presente em respeito a renda do passado; e os indicadores de distância, que expressam quão distantes as pessoas estão, na distribuição do presente, de suas posições na distribuição de renda do passado.

5.2.1 Criando a distribuição de renda do passado no presente

Um grande obstáculo que se impõe a estimações de indicadores de mobilidade de renda é a dificuldade de realização de pesquisas adequadas a esse tipo de estudo. Estudos de mobilidade de renda normalmente têm por fonte pesquisas de painel, ou longitudinais, na qual as unidades (indivíduos ou famílias) são entrevistadas várias vezes ao longo de um período – assim é possível estudar a relação entre a renda delas em dois ou mais momentos. Dependendo do país, registros administrativos dos impostos sobre renda também podem ser empregados como fonte (cf. BJÖRKLUND *et al.*, 2004) – mas isso é raro, pois são poucos os países com tradição na compilação dessas informações, e elas sempre envolvem a delicada questão do sigilo fiscal, que impede sua disseminação, quando existentes.

Embora o número de pesquisas de painel tenha aumentado nos últimos anos, geralmente trata-se de painéis de curta duração. No caso da mobilidade intergeracional, de pais para filhos, o período de tempo requerido é muito grande – décadas – e nesse caso quase não há pesquisas que podem servir de fonte. Na prática, só existe uma pesquisa de painel no mundo que permite estudar a mobilidade intergeracional de renda, a estadunidense *Panel Study of Income Dynamics*. Pesquisas semelhantes realizadas na Inglaterra e na Alemanha ainda não contam com uma história suficientemente longa, embora já tenham sido utilizadas.

Tradicionalmente a mobilidade intergeracional tem sido estudada por sociólogos a partir de perguntas retrospectivas em pesquisas amostrais⁵³. É mais comum encontrar essas perguntas em pesquisas que contam com longas séries históricas do que pesquisas de painel que cubram longos períodos. Porém, embora existam muitas pesquisas com perguntas retrospectivas, dado serem essas normalmente sobre educação e trabalho dos pais, tais pesquisas não eram usadas para estudo de mobilidade de renda.

O motivo da ausência de perguntas retrospectivas sobre renda é de ordem empírica. Grande parte das pessoas adultas é capaz de dizer qual era o nível educacional de seus pais ou se trabalhavam e em que quando elas tinham dez ou quinze anos de idade. Porém, pouquíssimas pessoas saberiam declarar de forma precisa qual era a renda de seus pais quando tinham tais idades. Essa é uma das razões por que nos estudos sociológicos de mobilidade foi feita a opção metodológica pelas perguntas retrospectivas sobre ocupação e educação (cf. GLASS, 1954; HUTCHINSON, 1960). Outra razão é a tradição, pois como aponta ROGOFF (1966), o foco dos primeiros estudos de mobilidade do início do século XX era a correlação entre os ofícios de pais e de filhos.

O problema da ausência generalizada de dados sobre a renda em mais de um momento no tempo, porém, pode ser contornado graças a já citada técnica das variáveis instrumentais – TSIV. No início da década de 1990, ARELLANO e MEGUIR (1992) e ANGRIST e KRUEGER (1992), com objetivos distintos, testaram as propriedades de uma técnica para a junção de informações provenientes de duas pesquisas diferentes, a das variáveis instrumentais com momentos de duas amostras independentes.

Inspirados nesses trabalhos, BJÖRKLUND e JÄNTTI (1997) resolveram aplicar essa técnica para trazer a informação da renda de edições passadas da pesquisa sueca de padrões de vida para uma edição recente, a fim de estimar a mobilidade intergeracional de renda daquele país, usando as perguntas retrospectivas como variáveis instrumentais.

Assim, ao invés de relacionarem dados de duas pesquisas diferentes, com amostras diferentes da mesma população, porém contemporâneas, BJÖRKLUND e JÄNTTI (1997) relacionaram duas amostras diferentes da mesma pesquisa, separadas pelo tempo.

⁵³ Existe outra linha de estudos que se baseia em entrevistas qualitativas que levantam histórias de vida (BERTAUX e THOMPSON, 1997), exigindo o levantamento de um grande número de entrevistas; geralmente seus resultados se referem a grupos populacionais específicos e têm escasso potencial de generalização.

Essa solução criativa permite o uso de pesquisas “*cross-section*” como fonte de dados sobre mobilidade de renda – desde que contenham as perguntas retrospectivas, e que haja ao menos uma edição dessas (ou de outra pesquisa compatível) suficientemente recuada no tempo para oferecer as informações do passado.

A PNAD de 1996, a última com questões retrospectivas – ocupação do pai e educação do pai e da mãe – para o estudo da mobilidade intergeracional se presta bem à aplicação da metodologia de BJÖRKLUND e JÄNTTI (1997), se conjugada a uma das rodadas mais antigas da PNAD. Aqui, a metodologia sugerida por esses autores foi aplicada para criar, em 1996, para adultos de ambos os sexos, de 30 a 39 anos, a renda domiciliar *per capita* que tinham dos 10 aos 19 anos, em 1976.

A restrição à coorte dos nascidos de 1957 a 1966 é imposta por razões metodológicas. As rendas das pessoas variam ao longo do tempo, e no ponto em que são observadas devem ser razoavelmente equivalentes, em termos do curso da vida, às rendas dos seus pais no momento em que essas foram observadas. Se isso não é levado em consideração, pode se introduzir vieses na estimação da mobilidade (GRAWE, 2004). Se, por exemplo, a estimação fosse feita para pessoas mais jovens tendo como referência a renda no passado de pais mais velhos, poder-se-ia introduzir um viés que aumentaria a mobilidade no sentido descendente, pois a renda dos filhos seria menor simplesmente por estarem no início de suas carreiras, ainda não recebendo a renda que receberiam uma vez atingida certa estabilidade profissional.

Outro ponto importante a ser levado em consideração é que a renda prevista (estimada) não é uma recriação perfeita, devido à impossibilidade de se transportar a parcela da renda devida aos fatores não observados pela pesquisa (os resíduos). É uma renda “estrutural”, no sentido de ser a renda esperada para um grupo doméstico em 1976 em função da ocupação do chefe e do seu nível educacional e o de sua esposa (as três informações que permitem ligar 1976 a 1996), desprezando os fatores idiossincráticos que fazem variar as rendas de grupos estruturalmente idênticos. A distribuição da renda estimada do passado, portanto, é muito menos desigual do que a distribuição real da renda do passado.

Não há como contornar esse problema, e os próprios pais da idéia começam seu artigo reconhecendo essa imperfeição da renda estimada do passado (BJÖRKLUND e JÄNTTI, 1997). Mas ou se usa essa aproximação, ou, na ausência de dados de painéis,

se abdica da idéia de estudar a mobilidade de renda. Note-se que, a despeito das imperfeições, estudos que testaram essa técnica e compararam os resultados obtidos aos de pesquisas de painel concluíram que, embora difiram, as discrepâncias não são grandes o suficiente para prejudicar a interpretação. Por uma técnica ou por outra, chega-se às mesmas conclusões sobre a mobilidade de renda, ainda que não aos mesmos coeficientes de persistência intergeracional (GRAWE, 2004; BOURGUIGNON, GOH e KIM, 2006).

Para minimizar esse problema optou-se aqui por comparar renda estrutural com renda estrutural, isto é, ao invés de trabalhar com as rendas observadas dos filhos e das filhas, será privilegiada a renda estimada para seus grupos domésticos em 1996.

O emprego da técnica das variáveis instrumentais exige a definição de quais são essas, que devem existir nas duas amostras, ou seja, na PNAD de 1976 e na de 1996. No caso, a escolha não é difícil, deve-se trabalhar com as três únicas disponíveis. A educação do pai, a da mãe, e a ocupação do pai são as variáveis que permitem ligar os dados do passado, 1976, ao “presente”, 1996. Outro aspecto crucial é a necessidade de as variáveis instrumentais serem construídas da mesma forma em 1996 e em 1976.

No caso das variáveis de educação as pequenas diferenças na captação do nível educacional mais alto atingido pelas pessoas não oferecem obstáculo algum à construção de variáveis idênticas. As variáveis de educação empregadas na estimação foram construídas da seguinte forma: i) analfabetos; ii) pessoas alfabetizadas, mas que não haviam completado o nível elementar de ensino – o equivalente à quinta série do ensino fundamental atualmente, ou à quarta série primária antes da extensão do ciclo fundamental de oito para nove séries; iii) nível elementar completo; iv) nível primário completo; v) nível médio completo; vi) superior completo ou pós-graduação.

A variável de ocupação, ao contrário, ofereceu um desafio considerável para sua compatibilização. A classificação de ocupações empregada pela PNAD passou por três alterações no período 1976-2006. A primeira grande alteração se dá com a reformulação da pesquisa no início da década de 1980, e consiste na ampliação do número de categorias ocupacionais e melhor especificação de alguns títulos ocupacionais.

A segunda alteração é menor, e ocorre com a reformulação feita no início da década de 1990. Nessa, algumas categorias ocupacionais são desmembradas, e outras sofrem mudanças de códigos. Mas são poucas as mudanças na classificação em si. Todavia,

ocorre uma alteração na forma de divulgação da classificação. Uma ocupação na PNAD – como em qualquer pesquisa do gênero - não é “uma” ocupação estrito senso, porém um agregado de ocupações. No questionário da PNAD, o entrevistador não anota o código, mas a descrição textual e razoavelmente detalhada da ocupação (é uma pergunta aberta). A codificação é feita posteriormente pelo IBGE. A partir da década de 1990, o IBGE passa a divulgar uma lista das ocupações declaradas mais comuns que compõem cada categoria ocupacional: são mais de 8.100 ocupações que são agregadas em 381 códigos de ocupações.

A terceira grande alteração ocorre em 2002, quando a PNAD passa a empregar a Classificação Brasileira de Ocupações, CBO, adaptada para pesquisas domiciliares. Essa alteração se deu segundo os padrões da versão mais recente, de 1988, da classificação internacional de ocupações (ISCO88). Comparando a nova classificação àquela empregada anteriormente, essa é sem dúvida a mudança mais radical, pois envolve a alteração completa de todos os códigos previamente empregados, a alteração de todas as categorias, e a mudança de quase todos os títulos ocupacionais.

A compatibilização das classificações de ocupações usadas pela PNAD nas décadas de 1970, 1980, 1990, e a partir de 2002, é um processo que necessariamente envolve a perda de informações. Quando uma categoria ocupacional é desmembrada em duas, geralmente não é possível repetir esse procedimento para anos anteriores, o que se pode fazer é agregar as categorias desmembradas na categoria original.

Um exemplo é o da categoria de sacerdotes religiosos. Até a década de 1980, havia apenas um código para essa categoria. Na década de 1990, passa a existir uma categoria para sacerdotes “empregados” – *e.g.* padres da Igreja Católica – e outra para sacerdotes “conta-própria” – aqueles que têm sua própria Igreja. A única forma de compatibilização possível nesse caso é agregar as duas categorias na categoria sacerdotes. Se fosse uma categoria muito freqüente, poder-se-ia tentar desmembrá-la no passado usando a informação de outra variável, sobre posição na ocupação, transformando os sacerdotes cuja posição fosse conta-própria em outra categoria. Porém, isso geralmente não é possível pela baixa freqüência da maior parte das ocupações.

Além disso, outro problema para a estimação é que, se por um lado quanto mais categorias ocupacionais melhor, pois se poderia criar uma distribuição de renda estimada que refletisse melhor a desigualdade da distribuição original, do outro lado,

muitas categorias ocupacionais são pouco frequentes. E categorias com poucos indivíduos na amostra podem dar azo a estimações ruins e não significantes. Portanto, é preciso reduzir as mais de trezentas categorias ocupacionais gerando uma classificação com menos categorias.

Fazer isso é uma atividade extremamente trabalhosa, que demanda muito tempo e a comparação cuidadosa de grandes listas de ocupação. PERO e SZERMAN (2008) contornaram este problema classificando as ocupações em grupos definidos pela renda dos ocupados. ANDRADE *et al.* (2003) e FERREIRA e VELOSO (2006) contornaram o problema empregando o método de classificação proposto por Nelson do Vale SILVA, atualizado pelo próprio para as rodadas da PNAD de 1992 a 1999 (PASTORE e SILVA, 2000: 16-21). Esse método classifica as ocupações com base na média de duas rendas, a renda média observada e a esperada dada a educação dos ocupados.

Todavia, a forma adotada nesses trabalhos para contornar o problema da classificação é problemática, por causa do uso a ser dado à classificação de ocupações. Não se pode usar a renda para classificar ocupações que serão usadas para prever a renda em um modelo linear. Ao fazer isso, cria-se um problema de endogeneidade, ou dupla causalidade, pois a variável independente (ocupação) deixa de sê-lo, passando a ser dependente da variável dependente (renda).

A classificação ocupacional para o propósito de prever a renda deve ser baseada exclusivamente em agrupamentos orientados pela similitude das ocupações em outros aspectos. O caminho mais fácil para obter uma classificação ocupacional, portanto, seria simplesmente usar os grandes agregados de ocupação do IBGE. Porém, se se fizesse isso o número de categorias ocupacionais seria muito pequeno, e a distribuição das rendas estimadas terminaria sendo muito pouco desigual. Por outro lado, criar uma classificação de ocupações entre a classificação do IBGE mais desagregada e a mais agregada *ex-nihil* implicaria em uma série de problemas relacionados às decisões de quais aspectos das ocupações seriam privilegiados, além da dificuldade de identificar suas características a partir de títulos ocupacionais como: “CF.SEÇ.ENC.CONT.FIN.PRIV” (que “traduzido” significa, chefe de seção ou encarregado em estabelecimentos de contabilidade ou finanças privados).

Felizmente, a PNAD de 1976 contém três classificações de ocupações: a mais desagregada; uma medianamente agregada; e a mais agregada. A classificação

medianamente agregada foi usada como guia para criar uma classificação padrão com 44 grupos ocupacionais (mais dois, um para as ocupações mal-definidas e outro para as não declaradas), compatível de 1976 a 1996. Para tanto, a recodificação se baseou também: nas listas de ocupações das rodadas da PNAD da década de 1980 e da década de 1990; na CBO-domiciliar, para os anos de 2002 em diante; e na revisão de 1988 da Classificação Internacional de Ocupações. A nova classificação está na Tabela 5.1. Para poupar espaço, não serão apresentados os esquemas de conversão dos códigos originais da PNAD para a obtenção desta classificação padronizada.

TABELA 5.1 CLASSIFICAÇÃO DE OCUPAÇÕES PADRONIZADA PARA TODAS AS EDIÇÕES DA PNAD

Código	Descrição	Descrição detalhada
10	Proprietários	Empresários-proprietários em qualquer setor de atividade econômica
11	Altos funcionários públicos	Legisladores, ministros, diplomatas, diretores e chefes no serviço público
12	Administradores, gerentes e supervisores	Administradores, gerentes, supervisores, chefes em empresas privadas de qualquer setor de atividade econômica
20	Profissionais da engenharia, arquitetura e urbanismo	Engenheiros, arquitetos e urbanistas
21	Profissionais da saúde	Médicos, dentistas, veterinários, parteiros e enfermeiros diplomados, e outras especialidades da medicina
22	Profissionais do direito	Magistrados, advogados, promotores e defensores públicos, tabeliães
23	Profissionais das ciências exatas	Físicos, químicos, biólogos, agrônomos, geólogos, matemáticos (inclusive atuaristas) estatísticos e assemelhados
24	Profissionais das humanidades	Cientistas sociais, escritores ou jornalistas, assistentes sociais e assemelhados
25	Profissionais das ciências econômicas e informática	Economistas, contadores e administradores, analistas de sistemas
26	Profissionais das artes, dos esportes e das religiões	Produtores e diretores de espetáculos, escultores, pintores, decoradores, atores, cantores, cenógrafos, sacerdotes, atletas profissionais, técnicos e juizes esportivos, e assemelhados
27	Professores em geral	Professores do ensino infantil ou fundamental, ou sem especificação, inspetores de alunos e bedéis
28	Professores secundários	Professores do ensino médio, técnico ou profissionalizante
29	Professores universitários	Professores do ensino superior, pesquisadores; orientadores, diretores ou coordenadores de ensino
30	Ocupações auxiliares da engenharia, arquitetura e urbanismo	Agrimensores, topógrafos, cartógrafos, desenhistas e assemelhados
31	Ocupações auxiliares da saúde	Auxiliares de enfermagem, optometristas, laboratoristas, operadores de raio-X e outros equipamentos, massagistas, práticos e assemelhados
32	Ocupações auxiliares do direito	Escrivão de cartório, técnicos e assistentes jurídicos, oficiais de justiça e assemelhados
33	Ocupações auxiliares das ciências exatas	Técnicos de laboratório e assemelhados
34	Ocupações auxiliares das humanidades das ciências econômicas e informática	Técnicos em contabilidade, administração, operadores de computador, entrevistadores/pesquisadores e assemelhados
36	Ocupações auxiliares das artes e religiões	Operadores e técnicos de cinema, rádio e TV, contra-regras, maquinistas de teatro, iluminadores
37	Ocupações burocráticas e de escritório	Fiscais de tributos, fiscais previdenciários, inspetores de trabalho, tesoureiros, caixas, almoxarifes, armazenistas, datilógrafos, taquígrafos, digitadores, auxiliares administrativos, contínuos, "boy" e assemelhados
40	Trabalhadores autônomos em atividades primárias	Trabalhadores autônomos na agropecuária, pescadores, caçadores, lenhadores, chacareiros horticultores, floricultores e assemelhados

Código	Descrição	Descrição detalhada
41	Trabalhadores agropecuários qualificados	Técnicos agrícolas, práticos rurais, tratoristas e operadores de máquinas agrícolas, e assemelhados
50	Ocupações na indústria de extração e produção de minerais	Mineiro, marroeiro, garimpeiro, trabalhador na extração de petróleo/gás
51	Ocupações nas indústrias metalúrgica e mecânica	Mecânicos, soldadores, rebitadores, funileiros, caldeiros, afiadores de ferramentas, operadores de máquinas ferramentas e fornos, relojoeiros, serralheiros e assemelhados
52	Ocupações nas indústrias madeireira e moveleira	Marceneiros, lustreadores, serradores, capoteiros, estofadores colchoeiros e assemelhados
53	Ocupações na indústria têxtil e couros	Fiadores, bobinadores, tecelões, tapeceiros, branqueadores, acabadores de pano, curtidores, correeiros e assemelhados
54	Ocupações na indústria de alimentos e bebidas	Padeiro, confeitoiro, moleiro, magarefe, charqueiro, açougueiro, peixeiro e assemelhados
55	Ocupações na indústria do vestuário	Alfaiates, costureiros, montadores, bordadeiros, cerzidores, sapateiros, bolseiros, chapeleiros e assemelhados
56	Ocupações na indústria da construção civil	Mestre de obras, pedreiros, serventes de pedreiro, pintores, estucadores, ladrilheiros e assemelhados
57	Ocupações na indústria eletroeletrônica	Ajustadores, montadores e reparadores de aparelhos eletroeletrônicos, eletricitas e assemelhados
58	Ocupações na indústria gráfica	Tipógrafos, linotipistas, estereotipistas, diagramadores, gravadores, fotogravadores e assemelhados
59	Ocupações em outras indústrias de transformação	Curtidores, seleiros, preparadores de fumo, cigarreiros, charuteiros, ceramistas, oleiros, louceiros, vidraceiros, sopradores de vidro, papel borracheiros, pneumáticos e produtos vulcanizados
60	Balconistas e vendedores	Balconistas, vendedores, açougueiros, jornaleiros e assemelhados (atendem o público no comércio)
61	Outras ocupações no comércio	Representantes comerciais, vendedores (não-balconistas), caixeiros, propagandistas, corretores de seguros, imóveis ou valores
71	Ocupações nos serviços de transportes	Motoristas, cobradores, pilotos, maquinistas, comissários de bordo e assemelhados
72	Ocupações nos serviços de comunicações	Telefonistas, carteiros, telegrafistas, agentes postais e assemelhados
73	Ocupações nos serviços de higiene e cuidados pessoais	Barbeiros, cabeleiros, manicures, pedicuros
74	Ocupações nos serviços de alimentação e hotelaria	Cozinheiros, ajudantes de cozinha, garção, camareiras, arrumadeiras, e assemelhados
75	Ocupações na defesa nacional e segurança pública	Forças armadas, policiais e bombeiros
76	Ocupações no serviço doméstico	Empregada, faxineira, copeira, diarista, motorista, jardineiro, babá e assemelhados
77	Ocupações em prédios e condomínios	Porteiros, zeladores, vigias, serventes, faxineiros, ascensoristas e assemelhados
78	Ocupações na limpeza e serviços de urbanização	Lixeiros
80	Trabalhadores autônomos de rua e vendedores ambulantes	Biscateiros, vendedores ambulantes, guardadores, engraxates
81	Trabalhadores braçais	Trabalhadores braçais sem especificação
98	Ocupações mal-definidas	Todas as que não se enquadram em categoria alguma
99	Ocupação não declarada	Pessoas que estavam ocupadas, mas cuja ocupação não foi declarada

FONTE: O autor.

Repetindo, as variáveis instrumentais empregadas para recriar em 1996 a distribuição de renda de 1976 são três: a *ocupação do pai*; a *educação do pai*; a *educação da mãe*.

Como a raça não é empregada nessa estimação, ao invés de usar a base de estudo de 1976, construída a partir da sub-amostra da PNAD daquele ano para a qual a informação sobre raça estava disponível, a estimação foi feita com base na amostra completa da PNAD de 1976. A distribuição das três variáveis acima mencionadas é praticamente idêntica na amostra e na sub-amostra da PNAD daquele ano, segundo testes que foram realizados para a preparação deste capítulo – cujos resultados não serão apresentados para poupar espaço.

Por razões discutidas anteriormente, o estudo da mobilidade de renda teve que se restringir às pessoas nascidas no período 1957-1966, que tinham de 10 a 19 anos em 1976 e de 30 a 39 anos em 1996. A estimação dos parâmetros, portanto, foi feita apenas para os grupos domésticos que possuíam pessoas de 10 a 19 anos em 1976. Além disso, essas pessoas teriam que estar, em 1976, classificadas em seus grupos domésticos como filhos do chefe ou de seu cônjuge: o pai e a mãe. Outra restrição foi trabalhar apenas com grupos domésticos cujo núcleo era um casal, para usar tanto a informação do pai e da mãe: em 1976, nos grupos em que o núcleo era um casal, o homem era sempre o chefe, portanto o pai, e o cônjuge era a mãe. Uma última restrição foi considerar apenas os grupos domésticos em que o pai estava ocupado, e cuja ocupação não era mal-definida, tampouco ignorada.

Para o subconjunto acima definido dos grupos domésticos, a seguinte equação linear foi ajustada para prever a renda domiciliar *per capita*:

$$\ln(x_i) = \alpha + \beta_{ocupai} + \beta_{edupai} + \beta_{edumãe} + \varepsilon_i \quad [5.1]$$

A ocupação do pai é representada na regressão por 43 variáveis dicotômicas, sendo a ocupação base a dos “trabalhadores autônomos em atividades primárias” (código 40 na Tabela 5.1). Tanto a educação do pai quanto a da mãe são representadas por cinco variáveis dicotômicas tendo como base a categoria dos “analfabetos”. O modelo foi rodado para 26.551 observações correspondentes a mais de sete milhões de grupos domésticos, aproximadamente 32% dos quase 23 milhões de grupos domésticos representados na PNAD de 1976. O modelo deu conta de explicar 50% da variância da renda domiciliar *per capita*, segundo a estatística R^2 , e foi significativa a 0,0000 segundo a estatística F , que diz respeito ao ajuste global do modelo aos dados (sobre estas estatísticas, vide GUJARATI, 2000). Em palavras, o modelo é bom.

Para não ocupar muito espaço, não são apresentados aqui os coeficientes estimados para cada uma das 53 variáveis dicotômicas do modelo. Apenas três dos coeficientes estimados tinham erros-padrão (robustos) grandes e não eram significantes a 0,1%: os das categorias ocupacionais 23, 36 e 76, respectivamente “profissionais das ciências exatas” ($\beta = 0,485$; $t = 1,08$), “ocupações auxiliares das artes e religiões” ($\beta = 0,450$; $t = 2,07$), e “ocupações no serviço doméstico” ($\beta = 0,138$; $t = 1,24$). Mesmo assim, eles foram empregados nas estimações.

As variáveis de ocupação do pai quando o entrevistado tinha 15 anos – ou para aqueles cujo pai já tinha morrido ao atingirem essa idade, antes dos 15 anos – educação do pai e educação da mãe do suplemento de mobilidade social da PNAD de 1996 foram categorizadas da forma descrita acima. Após isso, os coeficientes estimados em 1976 foram aplicados aos dados de 1996 usando essas variáveis como instrumentos para estimar o logaritmo neperiano da renda domiciliar *per capita* do passado. O último passo consistiu em tirar o antilogaritmo para obter a renda na unidade monetária de 1976, à qual se aplicou o fator de deflação apresentado na Tabela 4.1. Desta forma se obteve a renda que ao longo deste capítulo será designada “renda do passado”, estimada em 1996 a partir dos coeficientes de 1976.

Isso não foi feito, porém, para todas as pessoas, apenas para os nascidos no período 1957-1966, que contavam de 30 a 39 anos em 1996. É importante aqui fazer um comentário sobre a faixa etária. Rigorosamente falando, como a pergunta retrospectiva sobre a ocupação do pai se refere a esta quando o entrevistado (filho/a) tinha 15 anos, a mobilidade de renda só poderia ser estimada para pessoas com 35 anos. Ao fazer a estimação para pessoas de 30 a 39 anos, se assume que a ocupação do pai quando o entrevistado tinha 15 anos era a mesma ou equivalente a essa quando o filho tinha de 10 a 19 anos. O que não é um grande problema, dado se estar trabalhando com agrupamentos ocupacionais relativamente abrangentes. Para as variáveis de educação, isso também não é um problema, pois a maior parte dos pais não estava mais estudando em 1976 quando seus filhos já tinham de 10 a 19 anos.

Algumas restrições adicionais contribuem para uma redução ainda maior da amostra dos nascidos de 1957 a 1966. Primeiro, a estimação só pode ser feita para os indivíduos marcados como pessoas de referência ou cônjuges nos grupos domésticos, pois só para eles estão disponíveis as informações do suplemento de mobilidade social da PNAD de 1996.

A segunda restrição se deveu ao fato de se querer trabalhar não com a renda observada em 1996, mas com a renda estimada para 1996 da mesma forma que em 1976. Isso obrigou a seleção das pessoas da coorte que estavam casadas em 1996 (o que exclui chefes sem cônjuge – que são menos de 5% nessa faixa etária), e dos casais em que o homem estava ocupado (ocupação definida e declarada). Um fato interessante é o de que em metade dos grupos domésticos nos quais havia pessoas de referência e cônjuges nascidos de 1957 a 1966, tanto um quanto o outro eram dessa coorte. Após todos os cortes, restaram 19.618 indivíduos na amostra, representando 9,3 milhões de indivíduos da coorte.

Então, o mesmo modelo de regressão empregado para estimar a renda do passado foi empregado para estimar a renda do grupo doméstico em 1996 que neste capítulo foi chamada de “renda atual” ou “renda do presente”. Para que a regressão fosse igual à de 1976, foi usada a ocupação do cônjuge homem, independente de ter sido apontado como a pessoa de referência de seu grupo doméstico. Porém, na maior parte dos casais o homem é classificado como pessoa de referência (MEDEIROS e OSORIO, 2001). Somente um dos cônjuges precisava ter nascido no período 1957-1966.

O modelo de regressão se mostrou ainda mais eficiente para estimar a renda do presente. Rodado para 23,077 grupos domésticos com as características descritas, explicou 54% da variância da renda domiciliar *per capita*, segundo a estatística R^2 , e foi significativa a 0,0000 segundo a estatística F . Todos os coeficientes das 53 variáveis dicotômicas se revelaram significantes a 0.1%. Mais uma vez, não são apresentados aqui por questão de espaço.

5.2.2 Características das distribuições de renda estimadas

Trabalhar com distribuições de renda estimadas por equações, segundo o procedimento descrito na subseção anterior, implica ao menos duas fragilidades analíticas que merecem comentários. A mais óbvia é a reprodução imperfeita das rendas do passado. Todavia, é um problema menor, vez que a técnica empregada para tanto já foi testada e aprovada, e é usada em vários estudos de mobilidade de renda nos quais os pesquisadores se depararam com o problema da ausência de dados de painéis de longa duração.

O outro problema é o da generalização. Os dados a serem apresentados se referem a uma coorte específica de brasileiros, os nascidos no período 1957-1966, e a um ano

específico, o de 1996. A pergunta que imediatamente surge, com muita legitimidade, é se os padrões de mobilidade dessa coorte valem para outras coortes mais velhas, se valerão para coortes mais novas, e se valem para os outros anos abordados no capítulo anterior 1976, 1986 e 2006.

Não há como responder diretamente essa pergunta. Dada a disponibilidade e as características dos dados, a única coorte sobre a qual se pode falar de mobilidade de renda com rigor, é a dos nascidos no período 1957-1966. Seria possível estender a análise para outras coortes, e mesmo realizá-la para alguns outros anos nos quais a PNAD possui perguntas retrospectivas, 1982 e 1988. Porém, fazer isso exigiria realizar uma série de correções para vieses que existiriam nos dados obtidos, e no fim das contas já não seria possível distinguir os fatos das ficções analíticas: não se saberia se os resultados seriam produto das observações ou das técnicas.

Entretanto, uma resposta indireta pode ser dada a essa pergunta. Se os padrões de desigualdade entre os negros e brancos nascidos no período 1957-1966 fossem, em 1976 e em 1996, semelhantes aos observados para a população inteira, não haveria por que não considerar plausível a generalização dos resultados. Assim, embora não se possa afirmar categoricamente que o padrão de mobilidade seria o mesmo, não se pode, por outro lado, negar que a probabilidade de ser o mesmo é razoável, havendo similitude dos demais indicadores. Assim, nesta subseção apresentamos os três indicadores selecionados no *Quarto Capítulo* calculados apenas para os membros da coorte 1957-1966, para as distribuições observadas e para as distribuições estimadas.

Para averiguar se as desigualdades entre os negros nascidos no período 1957-1966 são comparáveis às desigualdades entre negros e brancos em geral, começa-se pela Tabela 5.2, que apresenta as médias da coorte e de negros e brancos da coorte para as distribuições observadas e para as estimadas. Nas linhas um e dois, percebe-se que as rendas estimadas para 1996 são menores do que as observadas – devido à ausência dos resíduos. Isso faz com que a renda média estimada para os negros seja um pouco mais próxima da dos brancos que a observada – como revelam as razões entre essas. No capítulo anterior, viu-se que a razão entre as rendas de negros e brancos – populações inteiras – era por volta de 42% (vide a Tabela 4.2). Assim, a razão entre as médias das rendas observadas da coorte em 1996 não destoa da diferença observada naquele ano para toda a população.

TABELA 5.2 MÉDIAS DAS RENDAS DOMICILIARES *PER CAPITA* OBSERVADAS E ESTIMADAS DAS PESSOAS NASCIDAS NO PERÍODO 1957-1966. BRASIL, 1976 E 1996

Renda	Total	Branco	Negro	Razão Negro/Branco
Renda observada em 1996	589,22	758,41	319,67	42,2%
Renda esperada em 1996	435,05	530,16	283,52	53,5%
Renda observada em 1976	297,39	386,52	173,32	44,8%
Renda de 1976 estimada em 1996	257,72	308,27	177,19	57,5%

FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados.

NOTA: Valores monetários em R\$ de setembro de 2006.

Nas linhas três e quatro da Tabela 5.2, percebe-se que a renda média de 1976 estimada em 1996 é menor para todos os membros da coorte e para os brancos, mas a renda média estimada dos negros é ligeiramente maior do que a observada em 1976. De qualquer forma, quanto à diferença entre negros e brancos, as razões se assemelham às registradas para 1996, com a renda dos negros mais próxima da dos brancos na distribuição estimada. Porém, a razão entre as rendas observadas de negros e brancos da coorte em 1976 era apenas ligeiramente maior do que a das populações inteiras, 42%, como visto no capítulo anterior (Tabela 4.2).

A desigualdade de nível, portanto, entre as distribuições de renda observadas de negros e brancos nascidos de 1957 a 1966 são de magnitude muito próxima às distribuições globais. Porém, a desigualdade de nível é menor ao se considerar as distribuições estimadas. Ainda assim, a desigualdade de nível permanece elevada.

Para avaliar a desigualdade de forma, apresenta-se na Tabela 5.3 o indicador de entropia generalizada com parâmetro de cardinalização zero, $E_{\theta=1}$, o T de Theil (para os valores da distribuição total vide a Tabela 4.3 e a Tabela 4.6). O primeiro aspecto que emerge da Tabela 5.3 é o fato de serem consideravelmente menores os graus de desigualdade implicados pela forma das distribuições das rendas estimadas. Isso se deve ao fato de estarem depuradas dos resíduos. Pode-se ainda acrescentar que a menor desigualdade nas distribuições estimadas se deve a nessas os ricos serem consideravelmente menos ricos do que nas distribuições observadas. Isso justamente por que, como demonstrou MEDEIROS (2005), o que faz os ricos está no resíduo. As desigualdades nas distribuições observadas para os membros da coorte, todavia, são apenas ligeiramente menores que as observadas para a população inteira no capítulo anterior.

No que toca à contribuição para a desigualdade total da desigualdade dentro de cada grupo e de nível entre os grupos, não há muita diferença entre as distribuições estimadas e as observadas. Tampouco há diferenças muito grandes em relação aos resultados da mesma decomposição apresentada no capítulo anterior (Tabela 4.6) para as populações inteiras em 1976, 1986, 1996 e 2006.

TABELA 5.3 INDICADOR DE DESIGUALDADE DE ENTROPIA GENERALIZADA $E_{\theta=1}$ NAS DISTRIBUIÇÕES DAS RENDAS OBSERVADAS E ESTIMADAS DAS PESSOAS NASCIDAS NO PERÍODO 1957-1966 DECOMPOSTO POR GRUPOS RACIAIS. BRASIL, 1976 E 1996

Renda	Total	Entre grupos	Branco	Negro
Renda observada em 1996	0,6679	10,6%	70,7%	18,7%
Renda esperada em 1996	0,4304	9,4%	69,0%	21,6%
Renda observada em 1976	0,7817	8,5%	76,5%	14,9%
Renda de 1976 estimada em 1996	0,4576	7,1%	74,2%	18,7%

FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados.

Finalmente, quanto à concentração dos grupos na distribuição de renda, também há muito semelhança entre a população total e a população da coorte, bem como entre a concentração das rendas observadas e a das rendas estimadas. Na Tabela 4.5, viu-se que a concentração ajustada dos negros em 1976 era aproximadamente 34% da maior concentração possível entre os pobres; para a coorte de nascidos de 1957 a 1966, era 32% na distribuição observada, e 33% na estimada. Em 1996 a concentração ajustada era 39% do grau máximo de concentração entre os pobres; para os membros da coorte, era 41% na distribuição observada, e 37% na estimada.

Tendo em vista as semelhanças expostas nesta subsecção, não parecem existir grandes obstáculos para a generalização dos resultados da mobilidade de renda a serem apresentados. Com certeza os números, as medidas, para a população inteira, e ao longo do tempo, não são idênticos aos da geração aqui estudada. Mas não há razões para supor que o padrão global de mobilidade de renda relacionado às desigualdades descritas no capítulo anterior seja muito diferente do descrito neste capítulo. O problema de se trabalhar com rendas estimadas também é minimizado pelo fato de a desigualdade racial nas distribuições de renda estimadas ser próxima à verificada nas distribuições de renda observadas.

5.2.3 Indicadores de persistência intergeracional da renda

Os primeiros indicadores a serem apresentados para medir a mobilidade de renda são os de persistência intergeracional da renda, isto é, aqueles que relacionam a renda do passado à do presente apontando sua correlação ou relação de causalidade. Começa-se por uma estatística antiga e amplamente empregada, o coeficiente de correlação de Pearson. Essa estatística informa sobre a existência de linearidade na relação entre duas variáveis, e seu quadrado informa o quanto a variação de uma variável “explica” a variação da outra. Quando existe uma relação linear perfeita entre duas variáveis, essa estatística assume valor unitário: positivo, se uma variável cresce à medida que a outra cresce; ou negativo, se uma decresce à medida que a outra cresce. Na ausência de relação linear, o coeficiente de correlação de Pearson assume o valor zero.

No contexto da mobilidade de renda, essa estatística pode ser muito útil – ainda que seja comumente desprezada, talvez por sua aparente simplicidade. Para entender o que a correlação de Pearson pode dizer sobre a mobilidade, suponha-se uma sociedade absolutamente imóvel, na qual a renda das pessoas na distribuição do presente fosse igual a do passado. Neste caso o coeficiente de correlação entre a renda de origem e de destino seria um (1), pois haveria uma relação linear perfeita e positiva entre as duas variáveis. Se houvesse uma completa reversão de posições, isto é, se a pessoa mais rica se tornasse a mais pobre, a segunda mais rica se tornasse a segunda mais pobre, e assim por diante, o valor da estatística seria menos um (-1), pois haveria uma relação linear perfeita e negativa entre origem e destino. Finalmente, se houvesse independência entre origem e destino no processo de alocação de posições, todas as combinações possíveis de origem e destino ocorreriam. Nesse caso, o coeficiente de correlação de Pearson seria igual a zero (0), dada a ausência de relação linear entre origem e destino.

Assim, quanto mais baixa é a mobilidade, mais o coeficiente de Pearson se aproxima de um. Quando a mobilidade cresce, o coeficiente de Pearson tende a zero. No caso de independência estatística entre origem e destino – mobilidade perfeita – o coeficiente seria igual a zero. Em situações reais, o coeficiente de Pearson, aplicado à mensuração da mobilidade de renda muito provavelmente se situará entre zero e um. Dificilmente assumirá valores negativos – isso só ocorreria em situações extremas, como revoluções sociais.

Existem várias formas de se expressar matematicamente o coeficiente de correlação de Pearson, R , que figura em praticamente qualquer manual básico de estatística (*e.g.*

SPIEGEL, 1994). Essa estatística nada mais é que a covariância das duas distribuições dividida pelo produto dos desvios-padrão de cada uma. Ou, a média dos produtos dos escores z adimensionais (no presente caso, renda individual menos a renda média dividida pelo desvio-padrão) de cada distribuição:

$$R = \frac{1}{N} \sum_{i=1}^a w_i \left[\left(\frac{\hat{x}_{i(1996)} - \hat{\mu}_{1996}}{\hat{\sigma}_{1996}} \right) \cdot \left(\frac{\hat{x}_{i(1976)} - \hat{\mu}_{1976}}{\hat{\sigma}_{1976}} \right) \right] \quad [5.2]$$

Os acentos circunflexos indicam simplesmente que o cálculo foi feito com as rendas estimadas.

O segundo indicador de persistência intergeracional da renda é obtido a partir da regressão da renda dos filhos como dependente da renda dos pais. O coeficiente de persistência intergeracional é o parâmetro β do modelo linear:

$$\ln(\hat{x}_{i(1996)}) = \alpha + \beta \ln(\hat{x}_{i(1976)}) + \varepsilon_i \quad [5.3]$$

A interpretação do coeficiente de persistência intergeracional é simples. Expressa a proporção da renda dos pais que é transmitida aos filhos, em termos do desvio da renda dos filhos em relação à média da distribuição da renda entre eles (CORAK, 2004b). Quanto mais próximo de zero é o coeficiente, mais próxima da mobilidade perfeita está a sociedade.

SOLON (2004) demonstra ser o valor dessa estatística associado a quatro aspectos importantes do processo de mobilidade de renda. O primeiro é o grau de herança dos atributos idiossincráticos, por exemplo, esforço ou características inatas. Quanto maior é o grau de herança dessas características, maior é a persistência intergeracional. O segundo aspecto é a “produtividade” do investimento feito pelos pais na educação dos filhos: quanto maior é essa produtividade, isto é, quanto mais o montante investido na educação dos filhos se converte em educação de qualidade, maior é a herança. O terceiro aspecto tem a ver com o nível de retorno à educação alcançada no mercado de trabalho, ou o quanto a educação se traduz em renda: quanto maior é o retorno, maior é a persistência intergeracional. Finalmente, o quarto aspecto apontado por SOLON diz respeito à progressividade dos gastos do Estado com educação pública: quanto mais o Estado investe na educação das crianças cujos pais não podem fazê-lo, menor é a persistência intergeracional. Isso se a produtividade do investimento estatal em educação for capaz de contrapor a produtividade dos investimentos privados.

5.2.4 Indicadores da distância percorrida

Os primeiros estudos de mobilidade social se preocupavam principalmente com a porcentagem dos indivíduos que trocavam de classes, e com a direção dessas trocas. A mobilidade é vista como um agregado de movimentos individuais. Essa forma de conceituá-la deriva diretamente de SOROKIN (1968) para quem a mobilidade é o fluxo constante de desligamento e recrutamento de indivíduos por grupos sociais (vide o *Terceiro Capítulo*). Assim, a troca de posição é uma mudança de grupo, por exemplo, de uma classe baixa para uma classe média ou alta. Nesses estudos era comum encontrar as taxas de mobilidade total, que podia ser decomposta em ascendente e descendente, e essas taxas que compõem a volumetria básica da mobilidade são até hoje empregadas como estatísticas auxiliares (OSORIO, 2003a). Estudos de mobilidade de renda que se baseiam em matrizes de transição entre estratos de renda também costumam empregar essas medidas.

Entretanto, essas taxas já foram amplamente criticadas por serem extremamente dependentes do número e do tamanho das classes entre as quais se analisam as transições (BOUDON, 1973; HOUT, 1983), sendo essa uma das razões pelas quais os estudos de mobilidade logo as abandonaram, optando primeiro por estudos de correlações entre escores socioeconômicos aplicando técnicas de regressão (DUNCAN, 1966; BLAU e DUNCAN, 1967; KAHL, 1968) e depois pelas técnicas de modelagem log-linear (HOUT, 1983; GOLDTHORPE, 2000; BREEN, 2004). Essas taxas também foram criticadas por não permitirem a distinção entre a mobilidade provocada pela abertura social e a induzida pelo crescimento econômico (ROGOFF, 1966), o que levou à separação entre mobilidade de circulação e estrutural, e à busca de medidas baseadas em padrões hipotéticos de mobilidade.

No contexto da análise da mobilidade de renda considerando a integralidade da distribuição, porém, nenhuma dessas medidas da volumetria clássica da mobilidade faz sentido. Primeiro por ser extremamente improvável que um indivíduo ocupe exatamente a mesma posição nas distribuições comparadas: uma pessoa pode até ter uma posição relativa na distribuição de renda presente muito próxima da de seus pais no passado, mas não a mesma posição (a imobilidade é comum ao se considerar os indivíduos pertencendo a grandes classes sociais ou grupos ocupacionais). Segundo, por que ao se comparar a posição relativa dos indivíduos nas distribuições de renda, também não faz sentido falar em mobilidade estrutural: os 20% mais pobres, por exemplo, serão sempre

20% da população, ao contrário do grupo ocupacional dos trabalhadores rurais, que pode diminuir radicalmente de tamanho em uma sociedade que se urbaniza.

Ao se considerar os movimentos entre as distribuições de forma contínua o que interessa são as relações entre as posições de pais e filhos, dadas pelos dois indicadores discutidos na subseção anterior, e, principalmente as distâncias percorridas. Obviamente, se as distâncias percorridas são curtas, a correlação e a persistência intergeracional são elevadas. BOUDON (1973) atribui o primeiro indicador de distância percorrida a BARTHOLOMEW (1967), todavia o indicador em questão pode ser encontrado já em GLASS (1954: 185). Esse indicador é simplesmente o número médio de fronteiras de classe cruzadas, por todos os indivíduos, ou apenas pelo que efetivamente se moveram.

A maior parte da análise a ser apresentada nesse capítulo se baseia em uma medida de distância semelhante a essa, concernente ao movimento dos indivíduos de uma distribuição de renda para a outra em termos não da associação do valor de suas rendas, mas da distância entre suas posições relativas nas distribuições. Essa distância é representada pela diferença entre as posições. A distância relativa, d_i , percorrida pelo i -ésimo indivíduo é dada por:

$$d_i = n_{i(1996)} - n_{i(1976)} \quad [5.4]$$

E daí quase naturalmente deriva-se a distância média, D :

$$D = \frac{1}{N} \sum_{i=1}^a w_i d_i \quad [5.5]$$

E o movimento médio adirecional $|D|$:

$$|D| = \frac{1}{N} \sum_{i=1}^a w_i |d_i| \quad [5.6]$$

Para obter o movimento ascendente médio, calcula-se a distância média para a população de indivíduos que têm $d_i > 0$; para o movimento descendente para a população de indivíduos que têm $d_i < 0$. Observe-se que por definição, para a distribuição considerada na sua integralidade, D é igual a zero (na prática, devido às imperfeições dos dados, o indicador é próximo a zero). As distribuições acumuladas de população são idênticas, e cada movimento para cima é anulado por um movimento para baixo.

Entretanto, cada grupo racial está concentrado em zonas distintas da distribuição de renda, portanto suas distâncias médias são diferentes de zero. A distância média total também pode ser decomposta como sendo a soma das distâncias médias de cada grupo ponderadas pela fração de população. Tem-se, portanto, as seguintes identidades:

$$0 = D = \frac{N_{d_i > 0}}{N} \sum_{i=1}^{a_{d_i > 0}} w_i (d_i > 0) + \frac{N_{d_i < 0}}{N} \sum_{i=1}^{a_{d_i < 0}} w_i (d_i < 0) = \sum_{g=1}^G n_g \left(\frac{1}{N_g} \sum_{i=1}^{a_g} w_{ig} d_{ig} \right) \quad [5.7]$$

Em uma sociedade onde há desigualdade racial de renda entre os grupos, mas o regime de mobilidade tende à equalização, a distância média percorrida pelo grupo mais pobre deve ser positiva e a do grupo mais rico negativa.

A distância média que seria percorrida por todas as pessoas e por cada grupo racial sob a hipótese de mobilidade perfeita é o parâmetro para julgar as distâncias observadas. Para obter as distâncias esperadas sob esta hipótese foram feitas mil simulações contrafatuais nas quais os indivíduos foram alocados aleatoriamente na distribuição do presente. Para cada uma destas mil simulações, foram medidas as distâncias médias de cada grupo, percorridas em relação ao passado. Depois, tirou-se a média dessas distâncias nas mil simulações, obtendo os valores esperados sob mobilidade perfeita.

Esse exercício é interessante por comprovar algo que se declarou no *Primeiro Capítulo*: sob mobilidade perfeita, a equalização racial é alcançada em apenas uma troca geracional. Isso ocorreu em todas as mil simulações contrafatuais realizadas.

5.2.5 Representações gráficas do padrão de mobilidade

A estratégia empregada para o estudo da desigualdade no capítulo anterior ensina que, na análise quantitativa, uma boa representação gráfica dos dados vale mais do que qualquer índice, pois conhecendo os padrões da informação bruta, é possível saber de antemão como um indicador – do qual se conheçam as propriedades – se comportará. Porém, na análise da mobilidade de renda não há uma representação gráfica de uso consagrado. Aqui se optou por aperfeiçoar a representação gráfica de matrizes de transição apresentada por HALPIN e CHAN (2003), incluindo a representação das frequências esperadas sob mobilidade perfeita.

A análise dos padrões de mobilidade revelados por este tipo de representação segue os mesmos princípios da análise de modelos log-lineares. Ou seja, podem-se comparar os padrões observados aos padrões esperados em situações hipotéticas, mas aqui se opta por fazer isso de forma visual, dispensando a modelagem das frequências de tabelas de

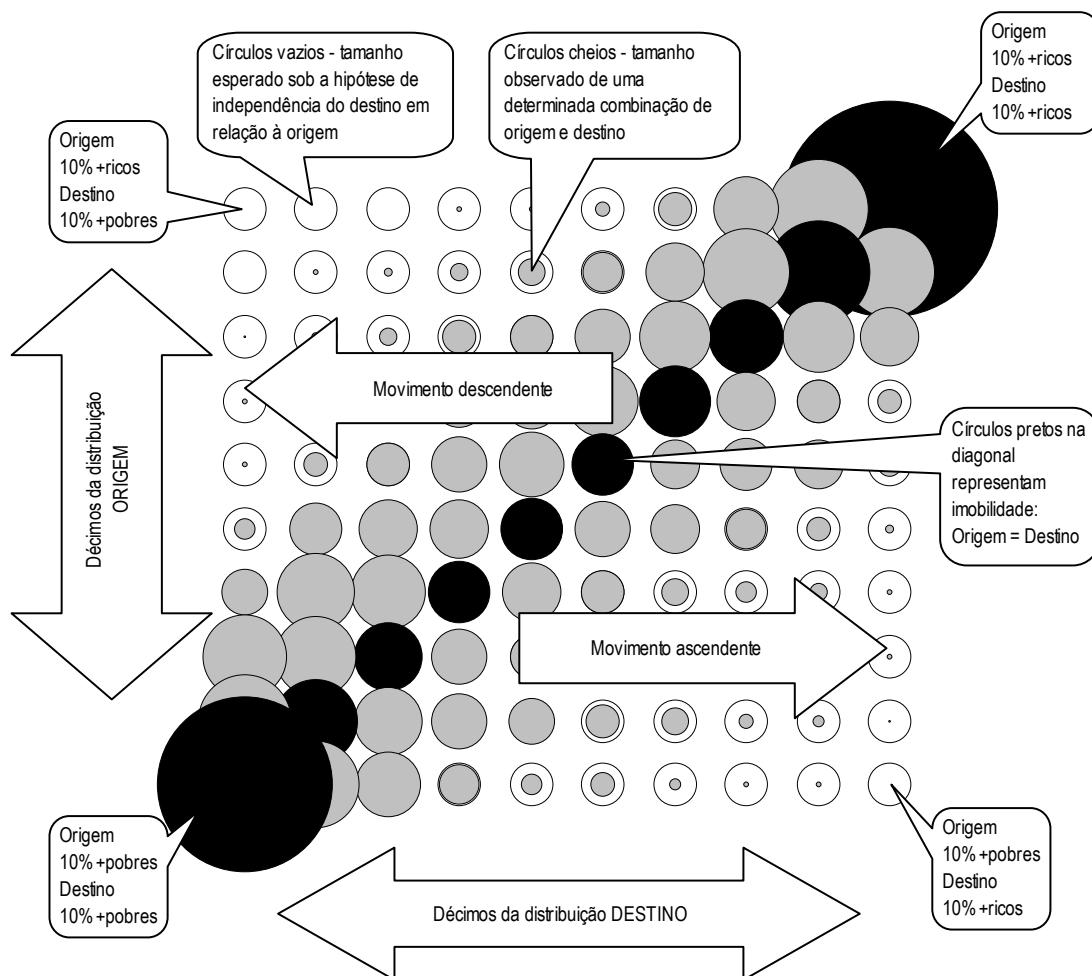
contingência. A vantagem de se fazer isso de forma visual é complementar com uma imagem de apreensão intuitiva os resultados da análise dos movimentos entre as distribuições. As matrizes de transição não são importantes, apenas os padrões de movimento que auxiliam a caracterizar.

Para elaborar as matrizes de transição subjacentes à representação gráfica, os nascidos de 1957 a 1966 foram ordenados do mais pobre ao mais rico em cada uma das distribuições de renda: a do passado e a do presente. Cada uma dessas distribuições foi dividida em dez partes com número aproximadamente idêntico de pessoas, décimos da população. Assim, existem dez origens e dez destinos, gerando 100 combinações possíveis de origem e destino.

Na representação gráfica, as dez origens estão representadas na vertical, e os dez destinos na horizontal. O Gráfico 5.1 é um exemplo esquemático da representação gráfica da matriz de transição usando os dados obtidos segundo a descrição da subseção 5.2.1. Brancos e negros estão juntos, portanto o padrão representado é o global de mobilidade. A imagem revela o que nos estudos que aplicam modelagem log-linear é chamado de padrão de quase-simetria.

Os círculos preenchidos com cinza e preto representam as frequências relativas da matriz de transição observada. Os círculos pretos na diagonal representam imobilidade: pessoas cujo décimo de destino é igual ao décimo de origem. Ao contrário dos círculos vazios que representam o padrão de ausência de associação entre origem e destino, o tamanho dos círculos preenchidos varia bastante. Se o círculo preenchido é maior do que o círculo vazio e o oculto, a sociedade favorece aquele tipo de combinação. Se o círculo preenchido é praticamente do mesmo tamanho que o preenchido, a sociedade é neutra em relação à combinação. Se o círculo preenchido é menor do que o círculo vazio, a sociedade desfavorece a combinação. Percebe-se que os movimentos de curta distância são os mais favorecidos. Ou seja, o padrão global é de muita mudança de posição, porém de curta distância.

GRÁFICO 5.1 ESQUEMA DA REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA MOBILIDADE INTERGERACIONAL DE RENDA DOMICILIAR PER CAPITA DE 1976 A 1996 DOS NASCIDOS DE 1957 A 1966. BRASIL, 1996.



FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados.

5.3 A mobilidade de renda de 1976 a 1996 dos nascidos de 1957 a 1966

Nesta seção, são apresentados os resultados do estudo da mobilidade de renda com base nas distribuições estimadas (ver seção 5.2.1). Segue-se o roteiro delineado na introdução da seção anterior. A renda estimada para 1996 é designada renda do presente; e a renda de 1976 estimada em 1996, renda do passado.

A Tabela 5.4 apresenta os coeficientes de correlação, R , entre a renda do passado e a renda do presente e os coeficientes de persistência intergeracional da renda. Os dois indicadores apresentam valores bem distantes de zero, o que permite afirmar que o regime de mobilidade brasileiro está bem longe da mobilidade perfeita. Do ponto de vista da persistência intergeracional, a despeito de as pessoas poderem estar trocando de posição na distribuição de renda, suas novas posições são previsíveis a partir das posições do passado. Segundo esses indicadores, a mobilidade é baixa e a desigualdade de oportunidades é alta.

TABELA 5.4 INDICADORES DE PERSISTÊNCIA INTERGERACIONAL DA RENDA DE 1976 PARA 1996 DAS PESSOAS NASCIDAS DE 1957 A 1966. BRASIL, 1996

Indicador	Total	Branco	Negro
Coefficiente de correlação de Pearson	0,5710	0,5555	0,5241
Coefficiente de persistência intergeracional	0,7770	0,7099	0,7869

FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados.

Os coeficientes para cada grupo racial indicam que essa descrição do regime global de mobilidade também se aplica a negros e brancos. A correlação entre rendas é um pouco menor para negros do que para os brancos, mas a persistência intergeracional é maior para os negros. Embora as diferenças sejam estatisticamente significantes (para um intervalo de confiança de 95%), do ponto de vista substantivo, negros e brancos são muito parecidos segundo os indicadores de persistência intergeracional da renda. Em outras palavras, segundo esses indicadores, os brasileiros estão sujeitos a um regime de mobilidade comum, no qual o peso da renda do passado é muito grande na determinação da renda presente, independentemente do grupo racial.

A elevada persistência intergeracional demonstrada por ambos os indicadores sugere que a posição das pessoas na distribuição da renda do presente deve ser em regra próxima da sua posição na distribuição de renda do passado. De fato, como se pode ver na Tabela 5.5, em média os indivíduos estavam, em 1996, 17,7 pontos percentuais (p. p.)

distantes, acima ou abaixo, de sua posição na distribuição de renda de 1976. Os que experimentaram mobilidade ascendente estavam em média 18 p. p. distantes da posição original, e os que sofreram mobilidade descendente estavam em média 17,5 p. p. distantes.

Comparando esses mesmos indicadores produzidos para os grupos raciais, constata-se que o movimento médio ascendente dos negros foi ligeiramente mais curto que o dos brancos. Mas os padrões de movimento de ambos os grupos foram muito parecidos entre si e com o padrão global. Isso fez com que seus movimentos médios fossem muito próximos de zero. No caso dos negros, houve relativamente mais movimentos para baixo, fazendo com que a média fosse negativa; no caso dos brancos o contrário ocorreu. É interessante notar que os padrões de movimento dos brancos e dos negros são parecidos não apenas em termos das médias, mas também em termos dos desvios-padrão e dos movimentos extremos, os mais e os menos curtos.

TABELA 5.5 MOBILIDADE DE RENDA DE 1976 A 1996 DAS PESSOAS NASCIDAS DE 1957 A 1966. BRASIL, 1996

Coorte 1957-1966	Distância (em pontos percentuais)	Média		Desvio padrão	Mínimo	Máximo
		Observada	Esperada			
Todos	Direcional (D)	0,0	0,0	23,3	-86,0	88,2
	Adirecional (D)	17,7	33,3	15,1	0,0	88,2
	Ascendente	18,0	33,3	16,0	0,0	88,2
	Descendente	-17,5	-33,3	14,2	-86,0	0,0
Branco	Direcional (D)	0,6	-6,4	23,4	-82,1	88,2
	Adirecional (D)	17,8	33,0	15,1	0,0	88,2
	Ascendente	18,6	30,6	16,2	0,0	88,2
	Descendente	-17,1	-34,9	14,0	-82,1	0,0
Negro	Direcional (D)	-1,0	10,1	23,1	-86,0	83,7
	Adirecional (D)	17,6	33,6	15,0	0,0	86,0
	Ascendente	17,0	36,4	15,6	0,0	83,7
	Descendente	-18,1	-29,4	14,4	-86,0	0,0

FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados.

Todavia, o fato de negros e brancos estarem sujeitos a um mesmo regime de mobilidade é extremamente ruim para os negros, do ponto de vista da equalização racial. Esse aspecto negativo da quase igualdade no padrão de mobilidade pode ser compreendido a partir da comparação das médias observadas com as esperadas sob a hipótese de mobilidade perfeita. Sob mobilidade perfeita, se esperaria que os movimentos dos negros fossem predominantemente ascendentes e os dos brancos predominantemente

descendentes. Mais especificamente, para que tivesse havido equalização racial de 1976 a 1996, seria preciso que os brancos estivessem em média 6,4 p. p. abaixo de sua posição no passado e os negros 10,1 p. p. acima.

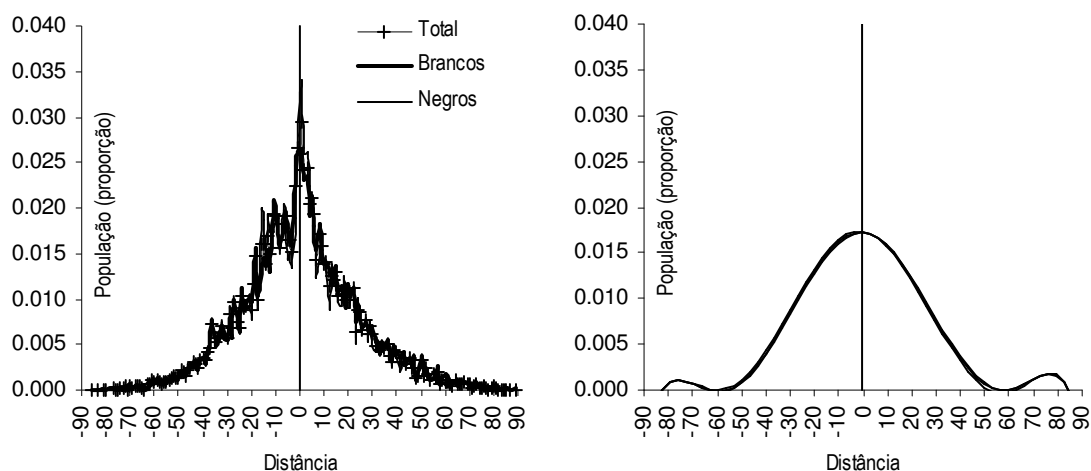
Mesmo sob um regime de mobilidade imperfeito, a equalização racial requereria que os movimentos ascendentes dos negros superassem os dos brancos. Ou seja, não seria preciso que a média direcional dos negros fosse 10,1 p. p., bastaria que fosse positiva e a dos brancos negativa para se afirmar a presença de uma tendência de equalização racial. Porém, o que ocorre é justamente o contrário, e os valores das médias direcionais são tão próximos de zero que se esse padrão persistir, jamais será alcançada a equalização racial.

Finalmente, note-se também que o padrão de mobilidade de curta distância é confirmado pelo fato de que as distâncias médias para cima, para baixo, ou adirecionais, observadas, são aproximadamente metade das que seriam esperadas sob mobilidade perfeita. Lembre-se que movimentos de curta distância sempre foram considerados uma das principais características do regime de mobilidade por estudos sociológicos. Os dados aqui apresentados mostram ser esta caracterização apropriada também para o regime de mobilidade de renda.

Para aprofundar a investigação sobre a curta distância dos movimentos, todavia, é preciso olhar além das médias, e investigar a forma da distribuição das distâncias, representada no Gráfico 5.2. A forma da distribuição revela que a maior parte das distâncias é curta, em ambas as direções. No painel à esquerda, que apresenta os dados observados, é praticamente impossível distinguir as seqüências que correspondem a todos, ou a cada um dos grupos raciais. Porém, percebe-se que a simetria não é perfeita: as distâncias percorridas no sentido descendente tendem a ser ligeiramente maiores do que no outro sentido.

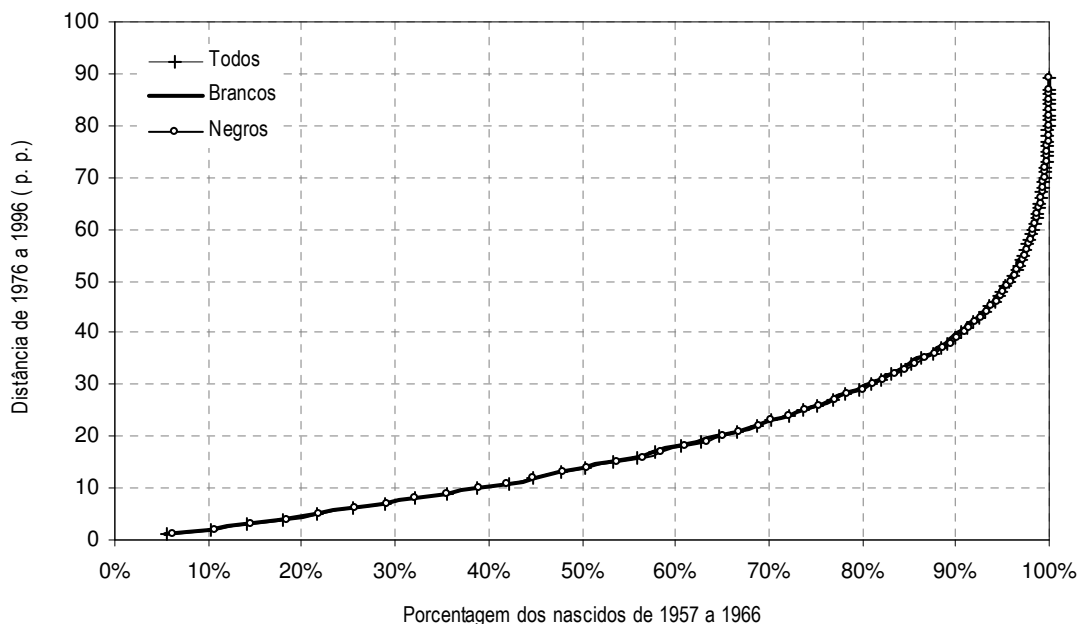
Todavia, as diferenças simplesmente desaparecem no painel à direita, que apresenta curvas polinomiais de sexto grau ajustadas aos dados do painel esquerdo, suavizando as imperfeições dos dados reais. A indistinguibilidade das três curvas polinomiais reforça a similitude do padrão da distribuição de distâncias percorridas por negros e brancos.

GRÁFICO 5.2 DISTRIBUIÇÃO DAS DISTÂNCIAS RELATIVAS PERCORRIDAS PELAS PESSOAS NASCIDAS NO PERÍODO 1957-1966. BRASIL, 1996



FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados.

GRÁFICO 5.3 DISTRIBUIÇÃO ADIRECIONAL DAS DISTÂNCIAS DE 1976 A 1996, PESSOAS NASCIDAS DE 1957 A 1966. BRASIL, 1996



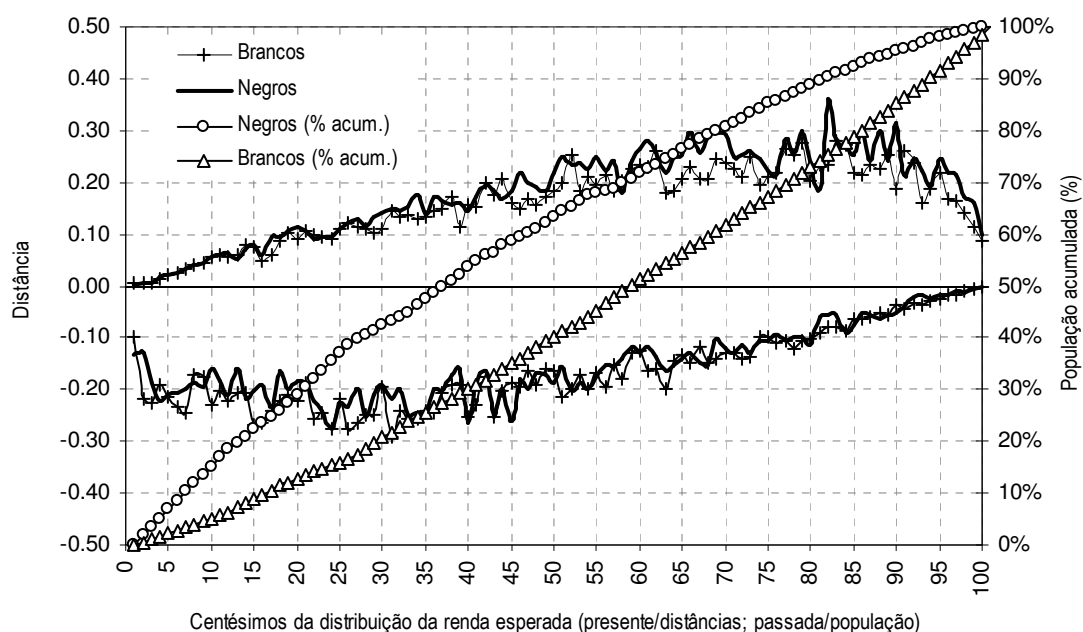
FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados.

Para confirmar o fato de serem curtas as distâncias percorridas pela maior parte das pessoas, foi elaborado o Gráfico 5.3, no qual o sentido do movimento foi ignorado. Sua vantagem é a leitura direta. Pode-se constatar que: por volta de 5% das pessoas nascidas

no período 1957-1966 percorre uma distância de até um p. p.; 20% percorrem distâncias de até cinco p. p.; metade das unidades percorre distâncias de até 15 p. p.; e que apenas 10% das unidades percorrem distâncias superiores a 40 p. p. (para cima ou para baixo). Ou seja, para a maior parte das pessoas, a posição relativa na distribuição de renda esperada em 1996 era muito próxima da posição relativa que ocupavam em 1976.

Na Tabela 5.5, no Gráfico 5.2 e no Gráfico 5.3, tratou-se das distâncias relativas percorridas de uma distribuição a outra sem considerar a posição em que estavam os nascidos no período 1957-1966 na distribuição esperada em 1996. No Gráfico 5.4, são apresentadas, no eixo à esquerda, as distâncias relativas médias percorridas pelas pessoas de cada centésimo da distribuição. Na metade superior estão representados os movimentos ascendentes, e na metade inferior os movimentos descendentes.

GRÁFICO 5.4 DISTÂNCIAS RELATIVAS MÉDIAS PERCORRIDAS PELAS PESSOAS NASCIDAS NO PERÍODO 1957-1966 SEGUNDO O CENTÉSIMO DA DISTRIBUIÇÃO DA RENDA ESPERADA EM QUE SE ENCONTRAVAM E PORCENTAGEM ACUMULADA DESSA POPULAÇÃO SEGUNDO OS CENTÉSIMOS DA DISTRIBUIÇÃO DO PASSADO.
BRASIL, 1996



FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados.

Mais uma vez, constata-se não existir um padrão claro delimitando a mobilidade dos negros da dos brancos. Como regra, nos extremos a mobilidade é menor: para quem está nos centésimos inferiores vindo de um centésimo ainda mais baixo, a distância percorrida necessariamente tem que ser curta, e o inverso também é verdadeiro. Porém,

peessoas nos centésimos inferiores poderiam ter feitos longos movimentos descendentes, e também as pessoas nos centésimos superiores poderiam ter feito longos movimentos ascendentes. Mas no Gráfico 5.4, se vê que nos extremos, há mesmo uma tendência de os movimentos que levaram as pessoas a estas posições serem menores.

Outra forma de se ler o Gráfico 5.4 é olhar para um centésimo específico e analisar de onde, em média, as pessoas que nele estão vêm. Assim, por exemplo, no centésimo 50, as pessoas que vem de centésimos inferiores tiveram um movimento ascendente médio de 20% da distribuição, e as que vieram de centésimos superiores tiveram um movimento descende médio também da ordem de 20%. Essas informações sugerem que a mobilidade de curta distância faz com que as pessoas circulem em zonas restritas da distribuição.

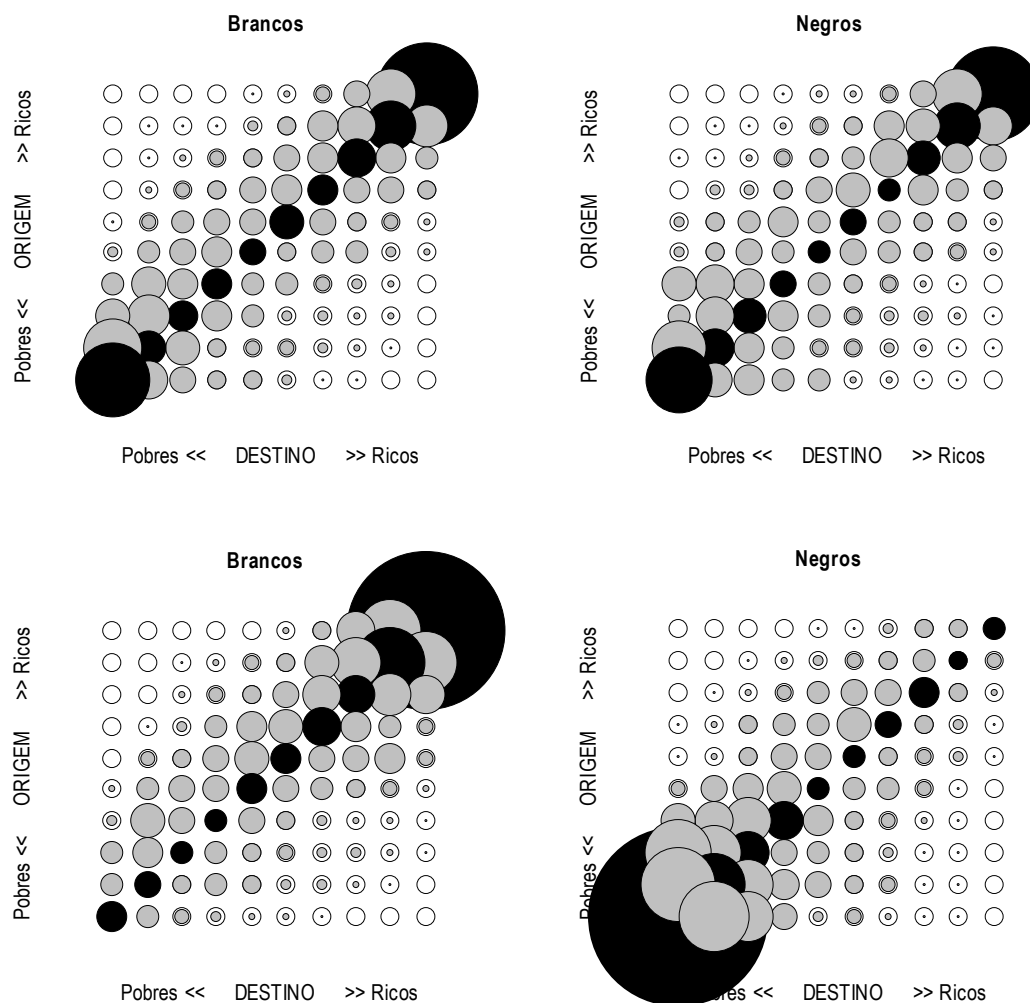
Ainda no Gráfico 5.4, foram representadas, no eixo à direita, a proporção acumulada de cada grupo racial da população nascida no período 1957-1966, para a distribuição do passado. Essas proporções revelam para essa coorte específica um padrão de concentração populacional semelhante ao constatado no capítulo anterior para a população negra e para a branca, em anos distintos (Gráfico 4.6). No centésimo 50, quase 65% da população negra já foi acumulada, contra por volta de 40% da população branca.

A conclusão é a de que com mobilidade de curta distância, a situação inicial importa muito. Os negros, por estarem concentrados entre os pobres, trocaram de posições com outros pobres, principalmente com outros negros. O contrário ocorreu para os brancos concentrados entre os ricos. Na zona intermediária da distribuição é que ocorrem mais trocas de posições entre brancos e negros – que, todavia, permanecem na zona intermediária. Assim, embora exista muita troca de posições para indivíduos de ambos os grupos, dada a situação inicial e o padrão de mobilidade de curta distância, os grupos como um todo permanecem concentrados na mesma zona da distribuição de renda, perpetuando as desigualdades.

Isso pode ser visto claramente a partir das representações gráficas das matrizes de transição, exibidas no Gráfico 5.5. Os subgráficos na linha superior mostram o padrão de mobilidade de cada grupo em suas próprias distribuições de renda. Comparando negros e brancos, percebe-se que são poucas as diferenças entre os padrões de mobilidade de cada grupo, que são muito parecidos com o padrão global de mobilidade

de renda exibido no Gráfico 5.1. A maior parte dos que se movem fica perto do décimo original, ou os movimentos são tão curtos que nem fazem com que troquem de décimo. Nos extremos da distribuição, como já visto, os movimentos tendem a ser ainda menores – o que os faz aparecer como imobilidade nas matrizes de transição.

GRÁFICO 5.5 TRANSIÇÕES ENTRE DÉCIMOS DAS DISTRIBUIÇÕES DE RENDA, DE 1976 A 1996, PESSOAS NASCIDAS DE 1957 A 1966. BRASIL, 1996



FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados.

Já na linha inferior do Gráfico 5.5 são apresentadas as matrizes de transição que representam os movimentos das pessoas não nas distribuições de renda de cada grupo racial, mas na distribuição de renda da coorte 1957-1966. Então se torna muito claro que o padrão de mobilidade de curta distância essencialmente idêntico para ambos os grupos raciais faz os indivíduos estarem muito próximos de seus pontos de partida. Dada a condição inicial de concentração dos negros no extremo mais pobre da distribuição, os

negros circulam principalmente entre os mais pobres, e trocam de posições com outros negros. Com os brancos, ocorre o contrário. Eles circulam no extremo mais rico da distribuição de renda e trocam de posição principalmente com outros brancos.

Uma pergunta importante é se esse padrão de mobilidade de curta distância pode levar à equalização racial. Lembrando a argumentação de NOGUEIRA (1998) discutida no *Primeiro Capítulo*, se a sociedade brasileira tem baixa mobilidade, entendida como mobilidade de curta distância, isso por si só pode ocasionar a persistência da desigualdade racial legada pela condição inicial.

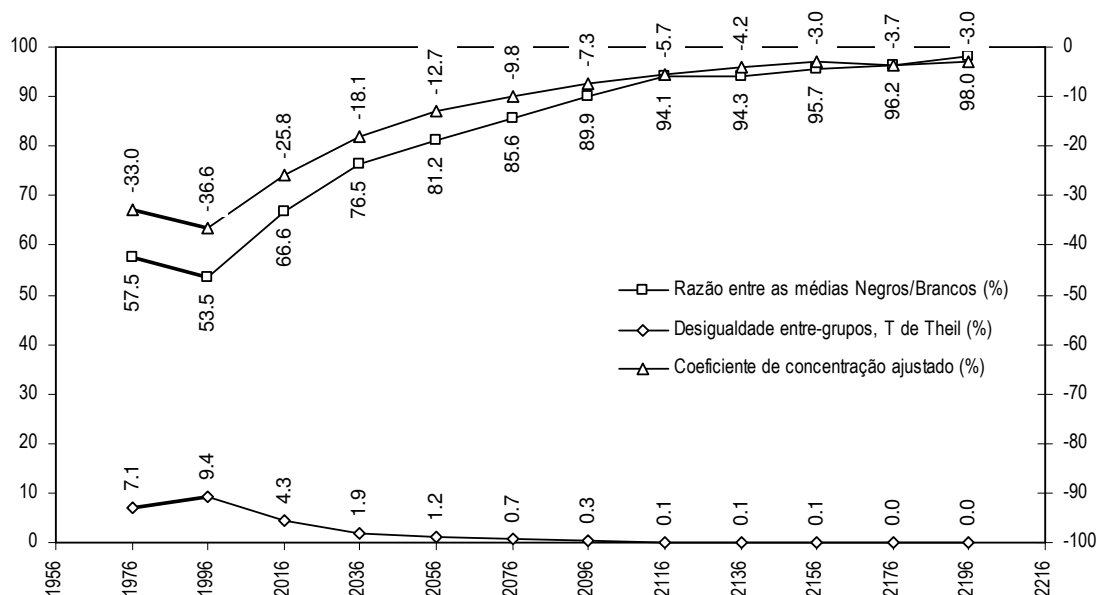
Para especular o tempo que levaria para se chegar à igualdade racial de renda (ou, melhor, a um nível desprezível de desigualdade) sob o regime de mobilidade de curta distância foi feita uma simulação contrafactual. Nessa simulação as distribuições de renda do futuro (2016 a 2196) foram projetadas como se tivessem exatamente a mesma forma e nível da distribuição de 1996. Considerou-se que em 1996, as pessoas de 30 a 39 anos tinham um número de filhos de 10 a 19 anos equivalente ao tamanho de seu grupo, e que por sua vez esses filhos ao terem de 30 a 39 anos em 2016 teriam também igual número de filhos de 10 a 19 anos que seriam os adultos de 30 a 39 anos em 2036, e assim por diante.

Os filhos foram movidos de uma distribuição a outra sem considerar sua cor, apenas sua posição de origem, exatamente da mesma forma que os membros da coorte se moveram de 1976 a 1996. Isto é, se a pessoa mais pobre tivesse se tornado a mais rica, e a pessoa no percentil 30 tivesse se tornado a mais pobre, a cada troca intergeracional a pessoa no percentil 30 se tornaria a mais pobre, e a mais pobre se tornaria a mais rica. E para cada troca intergeracional assim realizadas, foram calculados os três indicadores de desigualdade racial definidos no *Quarto Capítulo*. Ou seja, em 2016, vê-se a desigualdade racial de renda simulada para os filhos hipotéticos nascidos no período 1977-1986 da coorte 1957-1966; em 2036 a desigualdade simulada para os filhos nascidos no período 1997-2006 da coorte 1977-1986 e assim por diante. Os resultados dessas simulações estão no Gráfico 5.6.

As simulações mostram que sem discriminação racial, o padrão de mobilidade de curta distância levaria à equalização, mas isso levaria ao menos um século para acontecer – o nível de desigualdade racial de renda só se tornaria irrisório em 2116. Todavia, deve se levar em consideração que a simulação é para pessoas de 30 a 39 anos. Como na

população de 2116 haveria ainda pessoas de coorte mais velhas, para as quais a desigualdade racial seria maior, a equalização racial para toda a população, com o padrão de mobilidade atual, demoraria mais do que um século.

GRÁFICO 5.6 INDICADORES DE DESIGUALDADE RACIAL DE RENDA SIMULADOS PARA PESSOAS DE 30 A 39 ANOS DE IDADE. BRASIL 2016-2196



FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados.

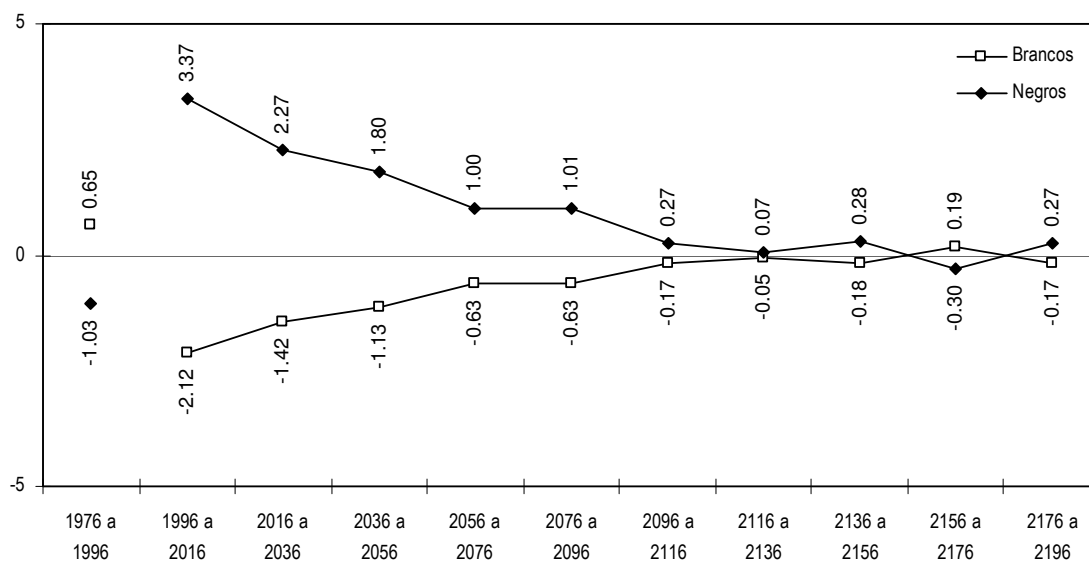
Todavia, na simulação, a equalização só ocorre por ter sido feita considerando apenas as posições das pessoas, a origem social, e não a cor. A partir da condição inicial, as trocas geracionais se dão sem discriminação racial, e o tempo da equalização é dado apenas pela distância média dos movimentos que cada geração faz da distribuição de renda de seus pais para a sua própria distribuição de renda.

Quando isso é feito, preenche-se um dos requisitos da equalização: os negros terem movimentos em média ascendentes e os brancos terem movimentos em média descendentes. No Gráfico 5.7, são exibidas as distâncias médias (direcionais) percorridas por cada grupo nas transições simuladas, e também foram reproduzidas da Tabela 5.5 as distâncias observadas na transição 1976-1996.

A simulação revela, portanto, que sob um regime de mobilidade sem discriminação racial, mesmo de curta distância, o grupo que devido à condição inicial se encontra concentrado na parte inferior da distribuição de renda apresentará mobilidade ascendente superior a descendente, e isso levará a equalização. Todavia, quanto mais

curtos forem em média os movimentos, maior será o tempo e o número de trocas geracionais necessárias para que a equalização ocorra.

GRÁFICO 5.7 DISTÂNCIA MÉDIA PERCORRIDA NAS SIMULAÇÕES PELAS PESSOAS DE 30 A 39 ANOS DE IDADE.
BRASIL 2016-2196



FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados.

No caso brasileiro, porém o prognóstico para a desigualdade racial de renda não é positivo. O fato de a mobilidade dos negros não ser predominantemente ascendente, somado ao padrão de mobilidade de curta distância indica que a desigualdade racial de renda tende a se reproduzir para sempre.

5.4 Conclusões preliminares

O objetivo deste capítulo era testar a hipótese de que a mobilidade social no Brasil, representada pela mobilidade de renda, é baixa tanto para os negros quanto para os brancos. As evidências apresentadas recomendam a aceitação dessa hipótese.

Inicialmente se definiu que a mobilidade de renda deveria ser entendida como uma função inversa do grau de associação entre a renda do passado e a renda do presente. Se essa associação é alta, a mobilidade é baixa e a desigualdade de oportunidades é alta. Quando a mobilidade é baixa, a renda do grupo doméstico em que um indivíduo nasceu e cresceu pode ser usada para prever a renda do seu próprio grupo doméstico e a origem social é o fator preponderante nos processos de mobilidade. Se a associação é baixa, a mobilidade é alta e a desigualdade de oportunidades é baixa. Para o objeto em tela, isso implicaria necessariamente a preponderância da discriminação como causa da persistência da desigualdade racial.

Existe uma série de problemas de ordem metodológica a serem resolvidos, ou contornados, para medir o grau de associação entre a renda do passado e a renda do presente. Esses problemas, discutidos neste capítulo, exigiram a restrição do estudo da mobilidade de renda a um grupo particular de brasileiros, os nascidos de 1957 a 1966. Para esses, foi possível estimar a renda que possuíam em 1976, quando eram dependentes em seus grupos domésticos originais, e compará-la à renda que possuíam em 1996, quando eram provedores de seus próprios grupos domésticos.

Mostrou-se que a desigualdade racial nas distribuições de renda desses brasileiros era semelhante à desigualdade racial nas distribuições totais de renda de 1976 e de 1996. Portanto, guardadas as devidas precauções, não é absurdo considerar os resultados apresentados passíveis de generalização. Embora deva haver variações, não há por que supor que, em linhas gerais, o regime de mobilidade de renda dessa coorte, de 1976 a 1996, não seja representativo do regime brasileiro de mobilidade de renda.

Todos os indicadores de persistência intergeracional da renda apresentados possuíam valores elevados, tanto os dos negros quanto os dos brancos. Além disso, os valores dos indicadores de cada grupo racial eram bastante próximos. Dado que esses indicadores medem justamente o grau de associação entre a renda do passado e a renda do presente, tais resultados confirmaram que a mobilidade de renda no Brasil é baixa, como de resto

já havia sido demonstrado em estudos de mobilidade de renda do trabalho. Somente isso bastaria para a aceitação da terceira hipótese.

A análise prosseguiu investigando o padrão de movimentos entre as distribuições do passado e do presente. Como esperado, devido ao alto grau de associação entre as rendas, predominam os movimentos de curta distância. O padrão dos movimentos dos negros e dos brancos em termos das distâncias percorridas, considerando ou não o sentido dos movimentos, é extremamente semelhante.

Essa semelhança, ao contrário da expectativa de senso comum de que represente igualdade racial, é um indício forte da presença de discriminação racial atuando nos processos de mobilidade. Em um regime de mobilidade no qual apenas a origem social fosse importante, mesmo de curta distância, se esperaria que um grupo cuja condição inicial fosse de concentração em um dos extremos da distribuição de renda, progressivamente se tornasse menos concentrado (como nas simulações). Sob baixa mobilidade, os negros, que sofrem a condição inicial de estarem concentrados entre os mais pobres, circulam na parte inferior da distribuição de renda, alguns melhorando, outros piorando, trocando de posição primordialmente com outros negros.

Na simulação apresentada ao final do capítulo, esse padrão de mobilidade foi projetado para o futuro, mas como se não houvesse discriminação racial, e apenas a origem social fosse importante nos processos de mobilidade. Constatou-se que mesmo sendo a mobilidade pequena, a mobilidade ascendente dos negros teria que ser maior do que a sua mobilidade descendente, e vice-versa para os brancos. A desigualdade racial de renda diminuiria lentamente ao longo do tempo. Mesmo se fosse possível acabar com a discriminação racial, a desigualdade racial de renda continuaria a existir por muito tempo, provavelmente mais de um século, por causa do elevado peso da origem social nos processos de mobilidade conjugado à condição inicial.

Porém, as evidências apresentadas no *Quarto Capítulo* mostraram que a desigualdade racial de renda não cede, é intensa e persistente. Se não há equalização, ou se é tão lenta que não aparece em um período de trinta anos, pode se inferir que a discriminação racial se soma, contra os negros, à origem social, funcionando como um freio que faz constante a situação relativa dos grupos raciais. Apesar de ser a origem social o principal determinante da reprodução da desigualdade racial de renda, é pelo complemento da discriminação racial que se produz a persistência.

Capítulo 6: Identificação das fontes da desigualdade racial de renda

Nos dois capítulos anteriores confirmaram-se as hipóteses de que a desigualdade de renda existe, de que é persistente, e de que a mobilidade de renda é baixa. Neste capítulo, o objetivo é testar a quarta hipótese, a de que a renda do trabalho é a principal fonte da desigualdade de renda domiciliar *per capita* entre negros e brancos. Dado ser a renda domiciliar *per capita* uma função do número de pessoas com renda, da composição e do nível dessa renda, e do número de pessoas sem renda no grupo doméstico, existem outros fatores que podem provocar a desigualdade racial de renda além da renda do trabalho.

Para tanto, este capítulo se encontra estruturado em três seções, além desta introdução. Na primeira seção apresentam-se quais podem ser as principais fontes de desigualdade na renda domiciliar *per capita* e como serão investigadas. Na segunda seção, apresenta-se a investigação propriamente dita, feita a partir dos dados das mesmas rodadas da PNAD usadas no *Quarto Capítulo* para caracterizar a persistência da desigualdade racial de renda, 1976, 1986, 1996 e 2006. A terceira seção apresenta as conclusões. Este capítulo não conta com uma seção de antecedentes devido ao fato de que não foi encontrada análise semelhante a aqui conduzida no processo de revisão de bibliografia.

A principal conclusão é a de que, de fato, a maior fonte da desigualdade racial de renda são as diferenças de nível na renda do trabalho principal dos trabalhadores negros em relação aos brancos. Em segundo lugar, vêm as diferenças de nível nas demais rendas, particularmente nas rendas de aposentadorias e pensões. Fatores populacionais como composição demográfica, tamanho dos grupos domésticos, e taxas de dependência globais ou intradomiciliares, também são fontes de desigualdade, todavia, são desprezíveis face ao efeito das diferenças nos níveis das rendas. A composição das rendas também não é uma fonte importante de desigualdade racial de renda.

6.1 A identificação das fontes da desigualdade: método e técnicas

A renda domiciliar *per capita*, que é o indicador de renda sobre o qual se basearam as análises da desigualdade e da mobilidade de renda apresentadas nos dois capítulos anteriores é a soma de todas as rendas individuais dos membros de um grupo doméstico dividida pelo tamanho do grupo. As rendas individuais, por sua vez, são compostas de vários componentes de renda, que se dividem em dois grandes grupos: o das rendas provenientes de trabalho, e o das que não provêm de trabalho. Essa definição é implicada pela conceituação da fórmula de cálculo desse indicador (ver 4.2.2).

Portanto, são dois os grandes grupos de fatores que determinam a renda domiciliar *per capita*. O primeiro grupo são os fatores populacionais, que podem implicar diferentes razões ou taxas de dependência. Se, por exemplo, a população negra tem um número relativamente maior de crianças do que as brancas, os adultos negros tem que prover a renda de um número maior de dependentes, e isso pode fazer com que a renda dos negros seja menor. De outra forma, o número relativo de crianças em ambos os grupos raciais poderia ser equivalente, mas poderia haver muito menos adultos negros com renda própria atuando como provedores de seus grupos domésticos, o que também pode ser fonte de desigualdade.

O segundo grupo de fatores tem a ver com a composição e o nível das rendas. Se, por exemplo, os negros recebessem relativamente mais rendas de assistência social do que rendas do trabalho, e o nível dessas fosse inferior ao das rendas do trabalho, ainda que o nível das rendas componentes fosse igual para brancos e negros haveria diferenças provocadas pela composição. Ou então, a composição das rendas de negros e de brancos poderia ser igual, mas o nível de cada renda componente poderia ser muito diferente, o que também provocaria desigualdade.

A desigualdade racial de renda pode ter por fonte qualquer um dos fatores que influenciam o valor da renda domiciliar *per capita*. Então é preciso testar todos os fatores para identificar se algum deles se sobressai como fonte da desigualdade. Nesta seção, expõe-se em cinco subseções como isso é feito neste capítulo.

Na primeira subseção apresenta-se como são analisados os principais fatores populacionais: a composição demográfica (distribuição da população por grupos etários e por sexo), o tamanho dos grupos domésticos, e as razões de dependência, totais e intradomiciliares (quantos provedores de renda existem em cada grupo doméstico). Na

segunda seção, discorre-se sobre a análise da composição das rendas individuais. Na terceira subseção, sobre como se podem decompor as rendas médias em termos dos fatores populacionais e dos fatores de renda, estimando o peso de cada um para a produção da renda média de cada grupo racial.

A partir do conhecimento do peso dos fatores populacionais e de rendas de negros e de brancos, podem-se realizar algumas simulações contrafatuais que permitem quantificar o efeito das diferenças de cada fator na desigualdade racial de renda. Assim, é possível identificar quais são os fatores mais importantes, e, por conseguinte, quais são as principais fontes da desigualdade entre negros e brancos.

As simulações são simples. Consistem em “dar” aos negros ora o fator populacional, ora o fator renda dos brancos, ora ambos, e recalcular a renda domiciliar para ver quantos por cento da renda dos brancos seria essa renda simulada para os negros. Se o fator não é uma fonte importante de desigualdade, a razão entre as rendas médias simuladas é próxima da observada; se é, a razão entre as rendas médias se aproxima de 100%. As simulações são explicadas em detalhe na quarta e na quinta subseção.

6.1.1 Fatores demográficos, composição dos grupos domésticos e razões de dependência

A forma tradicional de se estudar as diferenças na composição demográfica das populações é por meio do gráfico conhecido como “pirâmide etária”, que mostra o tamanho absoluto ou relativo de grupos etários (geralmente quinquênais ou decenais) segundo o sexo. Todavia, dado o interesse aqui ser na relação entre a composição demográfica das populações de negros e brancos e a desigualdade de renda, a composição demográfica só interessa no que toca a sua relação com o recebimento de rendas. Assim, por exemplo, se por definição a PNAD não capta a renda das crianças de zero a nove anos de idade, o sexo das crianças dessa faixa etária não interessa para a presente análise. Já para a população adulta, o sexo interessa, dado que uma parcela das mulheres adultas se dedica exclusivamente às atividades domésticas e não tem renda própria, e se essa parcela for muito diferente entre os grupos raciais, pode ser uma fonte de desigualdade. Por outro lado, não há aqui interesse em detalhar muito a população adulta de acordo com a idade.

Feitas essas considerações, optou-se por dividir, para os fins analíticos deste capítulo, a população em quatro grandes grupos etários: crianças de zero a nove anos; jovens de 10 a 24 anos; adultos de 25 a 59 anos; e idosos de 60 ou mais anos. Os três últimos grupos

etários são subdivididos pelo sexo. Ao invés de apresentar pirâmides etárias, serão apresentadas as porcentagens representadas por cada um desses sete grupos na população branca e na negra.

O interesse na composição demográfica está relacionado às taxas de dependência. Por taxas de dependência deve-se entender a razão entre o número de pessoas que recebem renda e o número de pessoas que não recebem renda. As primeiras são provedoras de renda de seus grupos domésticos, e as últimas são dependentes. Obviamente, se uma população tem um número de crianças de zero a nove anos muito maior do que a outra, seu nível global de renda pode ser menor a despeito de eventualmente as rendas médias dos recebedores serem muito próximas. Por isso, juntamente com a composição demográfica, serão apresentadas também as proporções de provedores de renda dentro de cada um dos sete grupos demográficos. Proporções maiores de provedores de renda implicam menores taxas, ou razões, de dependência.

Todavia, apenas averiguar a proporção de provedores considerando as populações agregadas não é suficiente, por que as pessoas estão organizadas em grupos domésticos. Dado a renda domiciliar *per capita* ser extremamente influenciada pelo tamanho dos grupos domésticos, é preciso averiguar se existem diferenças entre negros e brancos neste aspecto. Assim, na seção de resultados são apresentados o tamanho médio dos grupos domésticos de negros e de brancos, total e ao longo das distribuições da renda domiciliar *per capita* (média dos centésimos).

Não basta olhar somente para o tamanho dos grupos domésticos. Se grupos domésticos maiores têm números também maiores de provedores de renda, as razões de dependência de grupos grandes e pequenos não seriam muito distintas. Por isso, investigam-se também as proporções intradomiciliares de provedores, apresentando na seção de resultados tanto a média global desse indicador, quanto seu valor ao longo das distribuições da renda domiciliar *per capita* (média dos centésimos).

6.1.2 Composição da renda média individual segundo as rendas componentes

No *Quarto Capítulo* definiu-se um esquema de agregação das rendas originais captadas pela PNAD em quatro componentes. A renda individual r_i do i -ésimo indivíduo (ver [4.1]) é a soma de todos os tipos de k rendas individuais que uma pessoa pode ter. Portanto, a renda total X pode também ser expressa como a soma de todas as rendas individuais:

$$X = \sum_{i=1}^n w_i r_i = \sum_{i=1}^n w_i \sum_{k=1}^k r_{ki} \quad [6.1]$$

A contribuição porcentual de cada renda componente k , para a média ou para a renda total, é dada por:

$$\frac{100}{X} \sum_{i=1}^n w_i r_{ki} \quad [6.2]$$

Na seção de resultados são apresentadas as contribuições percentuais de cada renda componente para as rendas médias, total e de negros e de brancos.

Note-se que matematicamente se espera que a média das rendas individuais seja igual à média da renda domiciliar *per capita* (ver [4.1] e [4.2]):

$$\mu = \frac{X}{N} = \frac{1}{N} \sum_{i=1}^n w_i r_i = \frac{1}{N} \sum_{i=1}^n w_i x_i \quad [6.3]$$

Porém, na prática, existe uma pequena diferença entre as médias da renda domiciliar *per capita*, x_i , e da renda individual, r_i , que matematicamente não deveria existir para a população inteira. A diferença é devida a um detalhe técnico: dentro de uma área de ponderação, pessoas de um mesmo grupo doméstico podem ter variação de uma unidade no seu fator de expansão, w_i . Dado a renda domiciliar *per capita* ser calculada antes da expansão da amostra, isso produz pequenas discrepâncias entre a média da renda domiciliar *per capita* e a média da renda individual. Além disso, a divisão pelo número de membros do domicílio provoca erros de arredondamento. Em amostras muito grandes, como a da PNAD, esses erros somados e expandidos acabam por produzir uma pequena discrepância adicional entre essas médias.

No caso das médias da renda individual e da renda domiciliar *per capita* de brancos e negros, porém, se espera haver diferença entre elas devido à existência de grupos domésticos multirraciais. Nesses grupos domésticos, há negros dependentes cuja renda é definida pelas rendas individuais de provedores brancos e vice-versa. Se todos os grupos domésticos fossem compostos por membros de apenas um grupo racial, aí, ressalvado o problema técnico descrito acima, a média da renda individual de cada grupo racial seria igual a da sua renda domiciliar *per capita*.

6.1.3 Decomposição da renda média

A população, total ou a de cada grupo racial, pode ser vista como dividida em pessoas que possuem renda individual, $r_i > 0$, os provedores, e em pessoas que não possuem renda, $r_i = 0$, os dependentes. Se o número de provedores na amostra n é representado por q ($q \leq n$), a proporção deles na população é dada por:

$$p = \frac{1}{N} \sum_{i=1}^q w_i \quad [6.4]$$

Esse é o “fator populacional” da média, e vale não só para a renda individual, mas também para qualquer renda componente k .

Pode-se então definir a existência de uma renda média dos provedores. Esta é a média que considera apenas o subgrupo q da amostra, cuja renda obedece à restrição $r_i > 0$, que expandido para toda a população N , pode ser representado por pN ($pN \leq N$):

$$\bar{r} = \frac{1}{pN} \sum_{i=1}^n w_i r_i \quad [6.5]$$

Esse é o “fator renda” da média. Observe-se que na fórmula acima não há problema em se somar as rendas ponderadas de todos os indivíduos da amostra, vez que para os dependentes, $w_i r_i = 0$, portanto a renda total, X , é definida pela renda dos provedores, e a divisão por pN garante o resultado correto.

Logo, a renda média (individual ou de qualquer renda componente k) pode ser expressa por:

$$p \cdot \bar{r} = p \cdot \frac{1}{pN} \sum_{i=1}^n w_i r_i = \frac{1}{N} \sum_{i=1}^n w_i r_i = \frac{X}{N} = \mu \quad [6.6]$$

A decomposição da média apresentada acima pode ser estendida se se considera que a população total está dividida em g grupos de pertencimento exclusivo, como os grupos raciais, de forma que:

$$\mu = \sum_{g=1}^g p_g \bar{r}_g \quad [6.7]$$

E dado que a renda individual pode ser decomposta em componentes conforme demonstrado acima, também é possível expressar sua média da seguinte forma:

$$\mu = \sum_{g=1}^g \sum_{k=1}^k p_{gk} \bar{r}_{gk} \quad [6.8]$$

Na seção de resultados, são apresentadas tanto as proporções de provedores de cada tipo de renda quanto as médias dos provedores, para a população total e para a de cada grupo racial.

6.1.4 Simulações contrafatuais com as médias

A partir da decomposição demonstrada na seção anterior, podem-se realizar simulações contrafatuais que consistem em ora trocar as proporções de provedores dos negros pelas dos brancos, ora trocar as rendas médias dos provedores. Essas simulações permitem averiguar o que é mais importante na produção da desigualdade pela observação do que acontece com a razão entre as médias dos grupos raciais nas situações simuladas. Se, por exemplo, a razão observada diz que a renda média dos negros é 42% da dos brancos, e após simularmos a troca de um fator passa a 43%, pode-se concluir que o fator em questão não é fonte importante de desigualdade. Mas se ao trocar um fator a razão passa a 90%, aí se pode ter certeza de se estar diante de uma importante fonte de desigualdade. O resultado final da simulação (a renda média simulada dos negros como porcentagem da renda média observada dos brancos) em que o fator renda da média da renda individual dos brancos, B , é dado aos negros, N , é obtido por:

$$\frac{100}{\mu_B} p_N \bar{r}_B \quad [6.9]$$

No caso da troca de fatores de componentes da renda individual, procede-se de maneira semelhante para a renda em simulação, simplesmente somando as médias observadas das demais rendas componentes. No exemplo, troca-se a primeira renda ($k = 1$):

$$\frac{100}{\mu_B} \left(p_{N1} \bar{r}_{B1} + \sum_{k=2}^k \mu_{Nk} \right) \quad [6.10]$$

No exemplo a seguir, tem-se o resultado da simulação para a troca do fator populacional da primeira renda componente:

$$\frac{100}{\mu_B} \left(p_{B1} \bar{r}_{N1} + \sum_{k=2}^k \mu_{Nk} \right) \quad [6.11]$$

Finalmente, o resultado da simulação de troca simultânea do fator populacional e do fator renda da primeira renda componente:

$$\frac{100}{\mu_B} \left(p_{B1} \bar{r}_{B1} + \sum_{k=2}^k \mu_{Nk} \right) \quad [6.12]$$

Na seção de resultados são apresentadas as razões entre as médias de negros e de brancos após a simulação da equalização: dos fatores populacionais; das médias dos provedores; e de ambos os fatores simultaneamente. Isso é feito para as rendas individuais e para cada uma das rendas componentes. Obviamente, a simulação na qual tanto a proporção de provedores de renda individual quanto a renda média dos provedores brancos é dada à população negra produz a igualdade de renda entre os dois grupos.

6.1.5 Distribuições contrafatuais da renda domiciliar *per capita*

As simulações descritas na subseção anterior são feitas somente com as médias e não com as distribuições inteiras. Por isso só permitem calcular, dentre os três indicadores escolhidos no *Quarto Capítulo*, a razão entre as médias. Todavia, não há por que supor que o efeito verificado pelas simulações com as médias será o mesmo ao longo de toda a distribuição. Ao longo da distribuição da renda domiciliar *per capita*, variam os tamanhos dos grupos domésticos e as porcentagens de provedores. Cumpre, portanto, realizar o mesmo tipo de simulação discutido na subseção anterior ao longo das distribuições das rendas dos provedores.

A simulação ao longo da distribuição é feita da seguinte forma. Primeiro a distribuição da renda individual total e a da renda do trabalho principal é dividida em quinhentas partes, cada uma com aproximadamente dois milésimos da população de provedores. Essa partição é feita separadamente para cada grupo racial. Depois, podem-se empreender as simulações descritas na seção anterior, porém com as médias de cada pedaço de dois milésimos.

Serão feitas apenas duas simulações deste tipo. Na primeira trocam-se apenas as médias dos provedores de renda individual. Na segunda, apenas as médias dos provedores de renda do trabalho principal. Ou seja, faz-se a simulação igualando-se a média dos dois milésimos de provedores mais pobres dos negros à média dos dois milésimos de provedores mais pobres dos brancos, e assim por diante, até chegar aos dois milésimos mais ricos.

Contudo, há um obstáculo para se realizar essas decomposições ao longo da distribuição de renda. Para cada um desses grupos de dois milésimos o tamanho absoluto, o número de provedores, é diferente. Para garantir então que as médias dos provedores fiquem idênticas, é preciso corrigir a renda total dos brancos a cada dois milésimos das

distribuições, de forma que ao se dividir a renda ajustada total dos brancos pela quantidade de provedores negros, se equalize as médias, mantendo a proporção de provedores – o objetivo da simulação. Esse ajuste é feito pela razão entre o tamanho de cada dois milésimos dos provedores negros e dos brancos. A renda simulada dos negros, portanto é dada por:

$$\hat{r}_{iN} = \frac{r_{iN} N_{fN} X_{fB}}{N_{fB} X_{fN}} \quad [6.13]$$

Onde f representa cada fração de dois milésimos da distribuição da renda individual, e N e B nos subscritos representam as distribuições de negros e brancos. O procedimento é repetido para a renda do trabalho principal. As distribuições assim simuladas para os negros apresentam a cada dois milésimos exatamente a mesma renda média que a fração correspondente das distribuições dos provedores brancos.

Obtidas as distribuições simuladas da renda individual, e do trabalho principal, basta calcular as rendas domiciliares *per capita* a partir delas, ao invés de com base nas rendas observadas. Depois, para comparar as rendas dos negros nestes cenários alternativos com a renda dos brancos são calculados os três indicadores de desigualdade racial de renda, selecionados no *Quarto Capítulo*.

Para concluir, é preciso chamar a atenção para algo que acontece nessas simulações, embora não apareça diretamente nos resultados. Viu-se que embora a média das rendas individuais seja, por definição, igual à média das rendas domiciliares *per capita*, isso vale para a população inteira, mas não para as médias dos grupos raciais. A média da renda individual dos negros é diferente da média da renda domiciliar *per capita* dos negros (e o mesmo para os brancos). Isso por que, a despeito de a maior parte dos grupos domésticos possuir indivíduos de apenas um grupo racial, a porcentagem de grupos domésticos multirraciais não é desprezível: nos quatro anos analisados, varia de 29% em 1976 a 17% em 1986.

Assim, a situação das pessoas brancas que vivem em grupos domésticos com provedores negros melhora ao se simular um aumento das rendas dos últimos. Quando se simula um aumento da renda individual, ou do trabalho principal, dos provedores negros, e se recalcula as rendas domiciliares *per capita* por grupos raciais, a renda dos brancos aumenta também. Isso faz com que a diminuição da desigualdade racial de renda nessas simulações seja menor do que nas simulações que consideram apenas as

médias globais. Ou seja, não é retórico dizer que mesmo a população branca se beneficiaria de reduções da desigualdade racial de renda, é fato.

6.2 As principais fontes da desigualdade racial de renda

Para os fins analíticos desta seção a população foi dividida em quatro grandes grupos etários: crianças de zero a nove anos; jovens de 10 a 24 anos; adultos de 25 a 59 anos; e idosos de 60 ou mais anos (os três últimos subdivididos por sexo). A composição da população total e de cada grupo racial segundo esses grupos é apresentada na Tabela 6.1.

TABELA 6.1 COMPOSIÇÃO DEMOGRÁFICA DA POPULAÇÃO E PORCENTAGEM DE PESSOAS COM RENDA EM CADA GRUPO POPULACIONAL. BRASIL, 1976, 1986, 1996 E 2006

Ano	Grupos populacionais	População			Com renda		
		Total	Branços	Negros	Total	Branços	Negros
1976	Crianças – 0 a 9 anos	25,9%	24,9%	27,4%	0,0%	0,0%	0,0%
	Homens jovens - 10 a 24 anos	16,9%	16,1%	17,9%	43,0%	41,5%	44,9%
	Mulheres jovens - 10 a 24 anos	17,0%	17,2%	16,9%	20,8%	21,6%	19,7%
	Homens adultos - 25 a 59 anos	16,9%	17,6%	15,9%	97,4%	97,5%	97,1%
	Mulheres adultas – 25 a 59 anos	17,2%	17,8%	16,3%	33,9%	33,5%	34,5%
	Homens idosos - 60 ou mais anos	2,9%	3,1%	2,7%	97,0%	97,3%	96,3%
	Mulheres idosas - 60 ou mais anos	3,1%	3,3%	2,9%	50,1%	48,6%	52,5%
1986	Crianças – 0 a 9 anos	25,2%	23,4%	27,4%	0,0%	0,0%	0,0%
	Homens jovens - 10 a 24 anos	15,6%	14,6%	16,9%	49,6%	49,7%	49,4%
	Mulheres jovens - 10 a 24 anos	15,3%	14,7%	16,1%	27,1%	29,3%	24,6%
	Homens adultos - 25 a 59 anos	17,9%	19,1%	16,5%	96,4%	96,6%	96,1%
	Mulheres adultas – 25 a 59 anos	19,1%	20,5%	17,2%	46,9%	47,3%	46,4%
	Homens idosos - 60 ou mais anos	3,2%	3,5%	2,8%	98,1%	98,0%	98,3%
	Mulheres idosas - 60 ou mais anos	3,7%	4,2%	3,1%	68,1%	67,1%	69,8%
1996	Crianças – 0 a 9 anos	20,1%	19,0%	21,5%	0,0%	0,0%	0,0%
	Homens jovens - 10 a 24 anos	15,4%	14,1%	17,1%	38,5%	39,3%	37,7%
	Mulheres jovens - 10 a 24 anos	15,1%	14,3%	16,0%	24,4%	26,8%	21,8%
	Homens adultos - 25 a 59 anos	19,6%	20,2%	18,7%	91,1%	92,4%	89,4%
	Mulheres adultas – 25 a 59 anos	21,2%	22,7%	19,4%	54,6%	55,2%	53,7%
	Homens idosos - 60 ou mais anos	3,8%	4,2%	3,3%	96,2%	97,0%	95,1%
	Mulheres idosas - 60 ou mais anos	4,8%	5,4%	3,9%	80,0%	78,8%	82,2%
2006	Crianças – 0 a 9 anos	16,7%	15,7%	17,7%	0,0%	0,0%	0,0%
	Homens jovens - 10 a 24 anos	14,1%	12,7%	15,4%	39,5%	41,0%	38,3%
	Mulheres jovens - 10 a 24 anos	13,9%	13,1%	14,7%	31,1%	33,4%	29,0%
	Homens adultos - 25 a 59 anos	21,7%	21,9%	21,4%	91,2%	92,5%	89,9%
	Mulheres adultas – 25 a 59 anos	23,5%	24,8%	22,2%	73,1%	72,3%	73,9%
	Homens idosos - 60 ou mais anos	4,4%	5,0%	3,9%	97,0%	97,6%	96,3%
	Mulheres idosas - 60 ou mais anos	5,6%	6,6%	4,7%	86,8%	85,5%	88,7%

FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados.

Atendo-se inicialmente às três colunas que tratam da composição de cada grupo, o primeiro fato digno de registro é que a razão entre os sexos não é diferente entre os negros e os brancos. É próxima a um entre jovens e adultos, e entre os idosos há mais mulheres do que homens na mesma razão, em ambos os grupos raciais. O segundo fato é o de que a população negra é ligeiramente mais jovem do que a branca, em todos os anos: as porcentagens de crianças e jovens negros são maiores do que as dos brancos, e as dos adultos e dos idosos são menores. São diferenças pequenas, e ambos os grupos envelhecem ao longo do período 1976-2006.

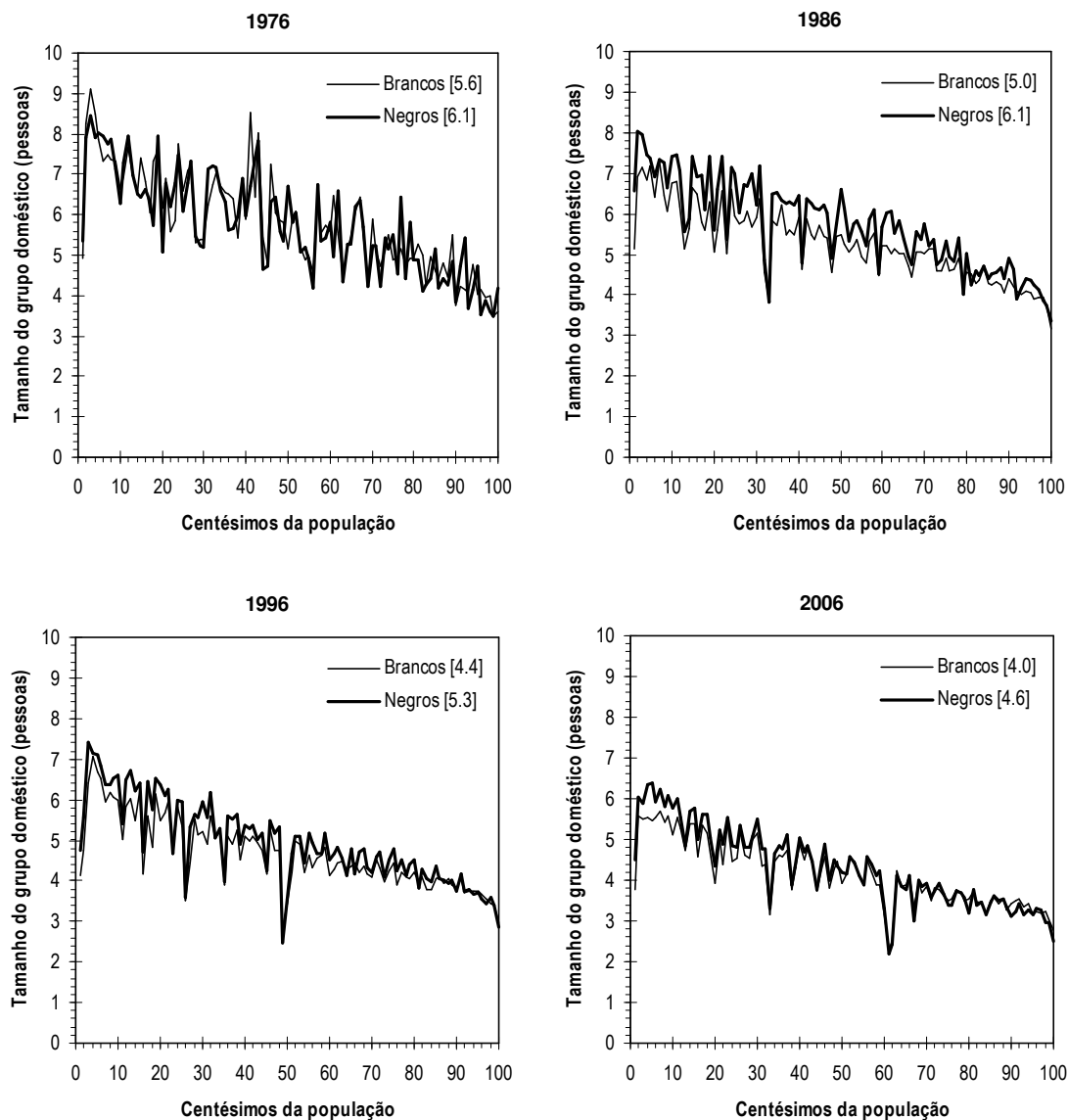
Nas três colunas à direita da Tabela 6.1 são apresentadas as porcentagens de pessoas que tem renda individual em cada um dos grupos populacionais. Entre as crianças de zero a nove anos, por desenho, não há recebedores de renda. Aqui o primeiro fato a chamar a atenção é o crescimento, ao longo do tempo, das porcentagens de mulheres com renda, principalmente entre as adultas e as idosas. Mas a porcentagem de homens com renda é sempre maior que a de mulheres: quase todos os homens adultos e idosos possuem renda. Apenas a proporção de homens jovens com renda decresce de 1986 em diante. No que toca às diferenças entre brancos e negros, nota-se que as porcentagens de provedores em cada grupo populacional são muito próximas. Portanto, as razões de dependência na população negra e na branca estão no mesmo nível.

Os dados apresentados na Tabela 6.1, indicam que as diferenças nas composições demográficas dos dois grupos não podem ser consideradas fontes importantes da desigualdade de renda entre negros e brancos. Porém, para se ter certeza, é preciso ainda investigar se os padrões de composição de grupos domésticos dos negros e dos brancos são substancialmente diferentes, em termos do tamanho e das razões de dependência dentro dos grupos domésticos. Isso é particularmente importante dada a natureza do principal indicador de renda empregado, a renda domiciliar *per capita*, que é extremamente sensível ao tamanho dos grupos domésticos (vide seção 4.2.2).

No Gráfico 6.1 são apresentados os tamanhos médios dos grupos domésticos de negros e brancos por centésimos da distribuição da renda domiciliar *per capita* (pobres à esquerda, ricos à direita). Entre colchetes, ao lado das legendas das seqüências, estão as médias globais de cada grupo: em todos os anos o tamanho médio dos grupos domésticos dos negros é ligeiramente maior do que o dos brancos. Porém, isso pode ser interpretado como sendo resultado da sobre-representação dos negros entre os mais pobres, que têm grupos domésticos maiores. Ao longo da distribuição, exceto em 1986,

dentro de cada centésimo o tamanho médio dos grupos domésticos de negros e brancos é bem próximo. E mesmo em 1986 a diferença não é muito pronunciada.

GRÁFICO 6.1 TAMANHO MÉDIO DOS GRUPOS DOMÉSTICOS POR CENTÉSIMOS DA POPULAÇÃO
ORDENADA PELA RENDA DOMICILIAR *PER CAPITA*.
BRASIL, 1976, 1986, 1996 E 2006

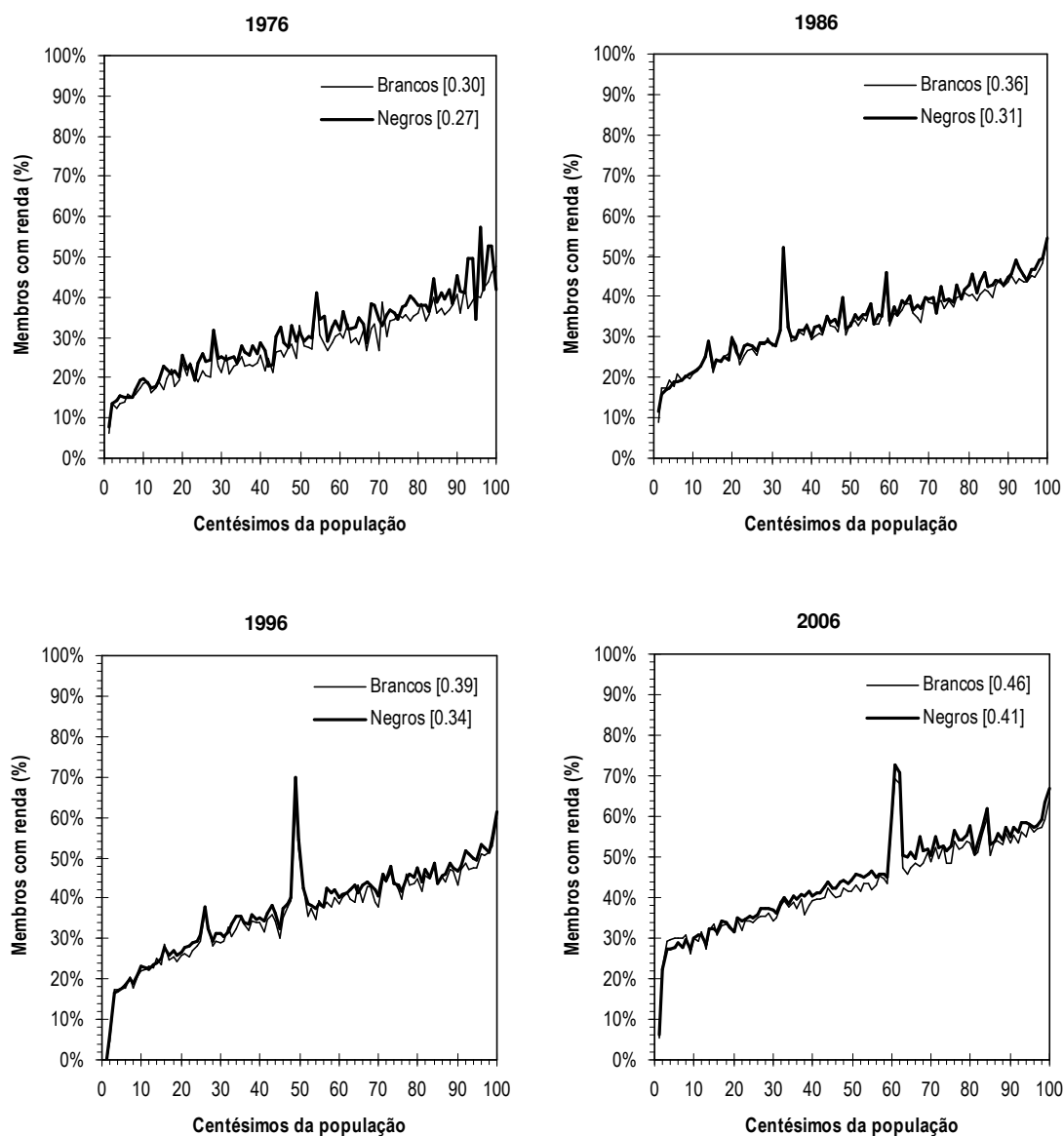


FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados.

Mesmo assim, o fator demográfico poderia ser importante se as razões de dependência dentro dos grupos domésticos de negros e brancos fossem muito distintas. Para dirimir essa última dúvida, foi elaborado o Gráfico 6.2. Esse apresenta a média da porcentagem de indivíduos com renda dentro de cada grupo doméstico por centésimos, e, entre colchetes, ao lado das legendas de cada seqüência, a média global de cada população

(em proporção). Em todos os anos a média da proporção de provedores dentro de cada grupo doméstico é ligeiramente maior para os brancos.

GRÁFICO 6.2 PORCENTAGEM DE MEMBROS COM RENDA NOS GRUPOS DOMÉSTICOS POR CENTÉSIMOS DA POPULAÇÃO ORDENADA PELA RENDA DOMICILIAR *PER CAPITA*. BRASIL, 1976, 1986, 1996 E 2006



FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados.

Todavia, mais uma vez isso é um produto da sobre-representação dos negros entre os mais pobres. Ao longo da distribuição não há diferenças muito marcantes, mas a seqüência dos negros está na maior parte dos centésimos ligeiramente acima da dos brancos. Ou seja, a proporção de provedores negros por grupo doméstico, centésimo a centésimo, é em regra maior do que a dos brancos, mas como os brancos são maioria no

extremo superior da distribuição, onde as proporções de provedores são maiores, isso faz com que na média a proporção de provedores dos brancos seja maior.

A população negra é mais jovem, tem grupos domésticos maiores e menores proporções de provedores de renda individual quando comparada à população branca. Porém, todas essas diferenças são sutis, razão pela qual se pode assumir que não podem ser as principais responsáveis pela desigualdade de renda entre negros e brancos, anteriormente caracterizada. Não é possível considerar que essas pequenas diferenças, nem mesmo em conjunto, sejam a razão de a renda dos negros ser menos do que a metade da renda dos brancos.

6.2.2 A composição das rendas individuais

Na Tabela 6.2 são apresentadas as rendas individuais médias da população de cada um dos grupos raciais e as dos dois grupos juntos. Estas médias diferem ligeiramente das médias calculadas a partir das rendas agregadas e do tamanho das populações apresentadas na Tabela 4.2, pois só consideram aquelas pessoas que viviam em grupos domésticos com todas as rendas individuais declaradas – isto é, excluem os grupos aonde havia indivíduos cuja renda era ignorada.

TABELA 6.2 RENDA INDIVIDUAL MÉDIA E SUA COMPOSIÇÃO.
BRASIL, 1976, 1986, 1996 E 2006

Ano	Grupo	Renda individual	Renda do trabalho		Renda não trabalho	
			Principal	Demais	Pensões	Outras
1976	Total	386,50	85,5%	2,4%	7,2%	4,8%
	Branco	506,18	84,9%	2,5%	7,2%	5,5%
	Negro	215,31	87,5%	2,4%	7,5%	2,7%
1986	Total	551,32	83,6%	3,3%	8,9%	4,2%
	Branco	729,93	82,4%	3,6%	9,3%	4,7%
	Negro	324,15	87,0%	2,5%	7,7%	2,8%
1996	Total	448,95	78,2%	3,4%	14,6%	3,8%
	Branco	599,67	77,4%	3,6%	14,7%	4,3%
	Negro	260,54	80,4%	3,0%	14,5%	2,1%
2006	Total	486,38	72,8%	3,2%	19,4%	4,6%
	Branco	655,82	72,7%	3,3%	19,5%	4,5%
	Negro	318,56	73,0%	2,8%	19,3%	4,8%

FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados.

NOTA: Valores monetários em R\$ de setembro de 2006.

Em todos os anos, a renda mais importante é a do trabalho principal, seguida pela renda de aposentadorias e pensões, pelas outras rendas (exceto para os negros em 1996), e a

renda menos importante é a dos demais trabalhos. Ao longo do tempo, cresce o peso das rendas de aposentadorias e pensões em detrimento do da renda do trabalho principal.

Embora a Tabela 6.2 mostre haver uma grande discrepância entre os níveis das médias das rendas individuais de negros e brancos, o mesmo não pode ser dito de sua composição. A renda do trabalho principal apresenta sempre um peso maior na média das rendas individuais dos negros, mas a diferença em relação ao peso dessa renda na renda individual média dos brancos nunca ultrapassa o máximo de cinco pontos percentuais, verificado em 1986. É nesse ano que as composições das rendas individuais de negros e brancos são mais distintas (os componentes da renda individual foram definidos na seção 4.2.1).

Relativamente, a diferença mais marcante na composição das rendas individuais médias de negros e brancos está no componente das outras rendas – cujo peso, embora pequeno, é por volta de duas vezes maior para a renda dos brancos de 1976 a 1996. A diferença no peso do trabalho principal é quase totalmente refletida na diferença do peso deste componente. A mudança em 2006, quando a composição das rendas médias individuais de ambos os grupos se torna praticamente idêntica, provavelmente se deve à expansão dos programas sociais de transferência de renda (*e.g.* o Bolsa-Família), cujos benefícios são captados na PNAD como outras rendas. Como vão principalmente para os mais pobres (SOARES *et al.*, 2007), incidem mais intensamente sobre os negros.

A despeito de ser nas outras rendas que a diferença é mais marcante, em termos relativos, a renda do trabalho principal e as rendas de aposentadorias e pensões, juntas, compõem mais de 90% das rendas individuais. Logo, são as principais suspeitas de serem as maiores fontes da desigualdade entre negros e brancos, particularmente a renda do trabalho principal. Todavia, dada a semelhança entre negros e brancos neste aspecto, a composição das rendas não pode ser considerada uma fonte importante da desigualdade racial de renda.

6.2.3 Os recebedores das rendas e suas rendas médias

Nem todos os membros da população possuem rendas, parte das pessoas é dependente de outras que têm renda. A porcentagem de pessoas que possuem renda individual, e as de pessoas que recebem um dos quatro tipos de rendas definidos são apresentadas na Tabela 6.3. Ressalte-se que um indivíduo pode receber mais de um tipo de renda, portanto, a soma das porcentagens de provedores de cada um dos componentes é

superior à porcentagem de pessoas que possuem renda própria. Todavia, o resultado dessa soma não é muito maior que a porcentagem de provedores de renda, indicando que a maior parte desses possui apenas um tipo de renda. Mesmo assim, é possível notar, no período 1976-2006, um aumento da porcentagem de pessoas que recebem mais de uma renda.

A proporção de negros que possuem renda é quase sempre menor que a de brancos, havendo apenas duas exceções. Em 1976, a proporção de negros que recebem renda de trabalhos secundários é ligeiramente maior que a dos brancos; e em 2006 a proporção de negros recebendo outras rendas também é maior. Observando a porcentagem de provedores das rendas mais importantes, do trabalho principal e a de aposentadorias e pensões, nota-se que a diferença absoluta entre negros e brancos cresce paulatinamente ao longo do tempo – de, respectivamente, 0,2% a 3,8%, e de um% a quatro% – aumentando também a diferença relativa (a razão entre as proporções de provedores). No que toca aos provedores de rendas individuais, em 2006 a distância relativa e a absoluta entre as porcentagens de provedores também são maiores do que em 1976, todavia ligeiramente menores do que em 1986 e em 1996.

TABELA 6.3 PORCENTAGEM DE PROVEDORES DE RENDA.
BRASIL, 1976, 1986, 1996 E 2006

Ano	Grupo	Renda individual	Renda do trabalho		Renda não trabalho	
			Principal	Demais	Pensões	Outras
1976	Total	37,5%	32,6%	1,6%	4,6%	2,5%
	Branco	38,1%	32,7%	1,5%	5,0%	3,1%
	Negro	36,6%	32,5%	1,8%	4,0%	1,6%
1986	Total	43,8%	37,2%	1,4%	7,3%	8,9%
	Branco	45,9%	38,3%	1,6%	8,2%	10,9%
	Negro	41,1%	35,8%	1,2%	6,1%	6,4%
1996	Total	46,5%	37,6%	1,7%	10,7%	3,1%
	Branco	48,9%	38,9%	1,8%	12,1%	4,0%
	Negro	43,5%	36,0%	1,6%	8,9%	1,9%
2006	Total	56,0%	42,2%	2,1%	12,6%	9,1%
	Branco	58,4%	44,0%	2,3%	14,7%	8,0%
	Negro	53,7%	40,3%	1,9%	10,6%	10,2%

FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados.

Essa dinâmica é em alguma medida surpreendente, pois as médias das rendas individuais apresentadas na Tabela 6.2 se comportam de forma distinta. De 1976 a 2006, a distância relativa entre negros e brancos diminui – ainda que 1996 seja um ano

ligeiramente pior para os negros do que 1996. O mesmo ocorre na distância relativa entre as médias da renda do trabalho principal. No caso das rendas de aposentadorias e pensões, em 1986 e em 1996 a distância relativa das médias dos negros às dos brancos é ligeiramente maior do que em 1976, mas em 2006 se torna consideravelmente menor⁵⁴.

Para que as distâncias relativas entre as médias diminuam ao mesmo tempo em que aumentam as distâncias relativas entre as porcentagens de provedores de rendas de cada grupo, é preciso que as distâncias relativas entre as médias dos provedores de rendas de cada grupo tenham diminuído. Em outras palavras, é preciso que o crescimento das rendas dos provedores negros tenha sido mais intenso do que o crescimento das rendas dos brancos. Ou, quando as rendas encolhem, que a redução da renda dos negros tenha sido menos intensa do que a redução das rendas dos brancos.

TABELA 6.4 RENDA MÉDIA DOS PROVEDORES.
BRASIL, 1976, 1986, 1996 E 2006

Ano	Grupo	Renda individual	Renda do trabalho		Renda não trabalho	
			Principal	Demais	Pensões	Outras
1976	Total	1031,18	1012,49	592,78	604,68	752,37
	Branco	1327,56	1313,89	852,84	720,41	903,04
	Negro	588,97	579,06	286,20	398,53	349,72
1986	Total	1258,82	1239,85	1271,74	671,30	261,62
	Branco	1589,50	1571,66	1608,94	824,19	315,95
	Negro	788,81	788,29	684,75	408,24	143,88
1996	Total	965,27	933,00	922,55	611,38	546,61
	Branco	1225,13	1192,50	1217,21	723,75	646,87
	Negro	599,43	581,93	505,37	420,84	287,77
2006	Total	867,82	839,83	736,57	748,41	246,46
	Branco	1123,40	1081,83	953,34	871,34	369,39
	Negro	592,82	577,66	475,96	580,19	150,59

FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados.

NOTA: Valores monetários em R\$ de setembro de 2006.

Na Tabela 6.4 são apresentadas as rendas médias dos provedores de renda – isto é, as médias calculadas sem levar em consideração a parcela da população que é dependente, que não tem renda. Um primeiro fato que chama a atenção tem a ver com a dinâmica global da renda. Em tabelas anteriores, a renda média crescia de 1976 a 1986, decrescia

⁵⁴ Como se optou por mostrar os pesos dos componentes para a média da renda individual na Tabela 6.2, para observar as dinâmicas descritas nesse parágrafo, deve-se multiplicar a renda individual pelo peso do componente para obter a média do componente, e depois dividir as médias de cada componente dos negros pela dos brancos.

de 1986 a 1996, e crescia novamente de 1996 a 2006. Todavia, nesse último período, verifica-se um decréscimo na renda média dos provedores, portanto, os aumentos da renda média e do total da renda, anteriormente constatados, devem-se ao aumento da porcentagem de provedores de 1996 a 2006, apresentado na Tabela 6.3.

No que toca às diferenças entre negros e brancos que possuem renda, como seria de se esperar, as distâncias relativas entre as médias das rendas individuais e do trabalho principal diminuem de 1976 para 2006, exceto em 1996, quando a distância é menor do que em 1976, mas pouco maior do que em 1986. No caso das rendas de aposentadorias e pensões, em 1986 a distância é maior do que em 1976, porém nos anos seguintes a distância se reduz consideravelmente.

6.2.4 Simulações

A renda média individual de cada população, apresentada na Tabela 6.2, pode ser decomposta em dois fatores: a porcentagem de recebedores, apresentada na Tabela 6.3; e a média dos recebedores, apresentada na Tabela 6.4. No caso, se por um lado a porcentagem dos provedores foi um fator cuja dinâmica agiu no sentido de aumentar a desigualdade entre negros e brancos, a dinâmica das médias dos provedores agiu no sentido contrário. Como houve de fato uma pequena redução da desigualdade entre negros e brancos, principalmente se medida pela razão entre as médias, o efeito do fator média dos provedores foi mais intenso que o da porcentagem de provedores, e o anulou. Porém, se as distâncias entre as porcentagens de provedores não tivessem se alterado, a desigualdade entre as médias poderia ter caído ainda mais.

Pode-se ir além deste raciocínio. Se o fator populacional, isto é, a razão de dependência, representada pela proporção de provedores, fosse o mesmo para negros e brancos, a desigualdade entre as médias seria menor que a observada. Da mesma forma, se o fator renda, isto é, a média dos provedores, fosse igual para os dois grupos raciais, a desigualdade entre as médias também seria menor. E caso ambos os fatores fossem idênticos, não haveria desigualdade.

Para estimar qual desses fatores é mais importante, foram feitas algumas simulações. Os resultados são expressos pela razão entre as médias. Abaixo de cada ano, na Tabela 6.5, está a razão observada entre as médias das rendas individuais de brancos e negros, apresentadas na Tabela 6.2. É em relação a essas porcentagens que se devem avaliar os resultados das simulações. Por exemplo, na coluna “fator trocado”, na linha

“populacional”, tem-se que em 1976, a renda individual dos negros seria 44,4% da renda dos brancos. Isso quer dizer que se a porcentagem de provedores de rendas individuais entre os negros fosse igual a dos brancos, a razão entre a renda deles e a dos brancos seria 1,9 p. p. mais alta do que a observada, 42,5%. Na linha abaixo, “renda” tem-se que a renda média dos negros subiria para 95,9% da renda dos brancos se os provedores negros tivessem média igual à dos provedores brancos. E, obviamente, se tanto a proporção de provedores negros quanto a média deles fosse igual a dos brancos, as rendas médias de ambos os grupos seriam iguais, o que pode ser visto na linha “ambos”.

TABELA 6.5 RENDA MÉDIA DOS NEGROS COMO PORCENTAGEM DA DOS BRANCOS EM CENÁRIOS CONTRAFATUAIS.
BRASIL, 1976, 1986, 1996 E 2006

Ano	Fator trocado	Renda individual	Renda do trabalho		Renda não trabalho	
			Principal	Demais	Pensões	Outras
1976 42,5%	Populacional	44,4%	42,7%	42,4%	43,3%	43,5%
	Renda	95,9%	89,8%	44,5%	45,1%	44,3%
	Ambos	100,0%	90,2%	44,0%	46,5%	46,9%
1986 44,4%	Populacional	49,6%	47,1%	44,8%	45,6%	45,3%
	Renda	89,5%	82,8%	45,9%	47,9%	45,9%
	Ambos	100,0%	88,2%	46,9%	50,3%	47,9%
1996 43,4%	Populacional	48,9%	46,3%	43,6%	45,7%	44,4%
	Renda	88,8%	80,1%	45,3%	48,0%	44,6%
	Ambos	100,0%	86,0%	45,7%	51,8%	46,8%
2006 48,6%	Populacional	52,8%	51,9%	48,9%	52,2%	48,1%
	Renda	92,0%	79,5%	50,0%	53,3%	52,0%
	Ambos	100,0%	85,8%	50,5%	58,7%	50,8%

FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados.

Isso para a renda individual. Nas demais colunas da Tabela 6.5, apresentam-se os resultados da troca dos fatores para cada componente da renda. Em regra, o que se percebe é que nas simulações em que são trocados os fatores populacionais, as mudanças são muito pequenas: a maior diferença em relação aos dados observados é de 5,5 p. p. em 1996, para a porcentagem de provedores de renda individual. E em dois casos – aqueles nos quais a porcentagem de provedores negros era maior do que a dos brancos há mesmo uma redução da renda dos negros em relação à dos brancos. Esses resultados corroboram a rejeição dos fatores populacionais como a principal fonte da desigualdade racial de renda. São responsáveis por uma parcela muito pequena da desigualdade.

As simulações em que há trocas das médias dos recebedores apresentam sempre efeitos maiores do que as em que há trocas das porcentagens de provedores. E é bem óbvio o fato de que, considerando as rendas componentes, a simulação da equiparação da renda média da ocupação principal dos trabalhadores negros à dos trabalhadores brancos é a que demonstra efeitos mais acentuados. Mesmo em 2006, quando a renda de aposentadorias e pensões é relativamente mais importante do que no passado, e quando a porcentagem dos provedores negros se apresenta mais distante da porcentagem de provedores brancos, apenas a troca do fator renda da ocupação principal é suficiente para elevar a renda média dos negros de 48,6% a 79,5% da renda dos brancos. E em 1976, o ano de maior efeito, essa troca faz a renda média dos negros passar de 42,5% a 89,8% da renda dos brancos.

Neste ponto da análise, já há evidências suficientes para aceitar a hipótese de que a principal fonte da desigualdade racial de renda é o nível da renda do trabalho. Constatou-se que as diferenças demográficas e as de composição das rendas não são importantes, apenas as diferenças de nível, particularmente da principal fonte de renda dos grupos domésticos, o trabalho.

Mas, até agora isso só foi constatado na média e considerando as rendas individuais. A simulação apresentada não permite o cálculo dos outros dois indicadores de desigualdade racial de renda, selecionados no *Quarto Capítulo*. A contribuição da desigualdade entre grupos para a desigualdade total e o coeficiente de concentração ajustado precisam de distribuições de renda simuladas para poderem ser calculados. Dado neste ponto da análise já se saber que o fator renda, em particular o nível da renda do trabalho principal, é a principal fonte de desigualdade, são feitas apenas duas simulações, trocando o fator renda.

A primeira simulação consiste em igualar os níveis das rendas individuais de negros e de brancos ao longo das distribuições de renda *individuais* de cada grupo e recalculas as rendas domiciliares *per capita*. A desigualdade remanescente nessa simulação se deve às diferenças demográficas e na proporção de provedores. A segunda simulação consiste em fazer o mesmo com a renda do trabalho principal. Nesse caso, a desigualdade remanescente se deve também às diferenças de nível nas demais rendas. Os resultados de ambas as simulações são apresentados na Tabela 6.6.

Na Tabela 6.6, a coluna “Obs.” apresenta o valor observado dos indicadores reproduzidos do *Quarto Capítulo* (Gráfico 4.7) para facilitar a comparação. O primeiro aspecto que chama atenção é que nas simulações ao longo da distribuição as reduções nas razões entre rendas não são tão grandes quanto as observadas nas simulações feitas apenas com as médias (Tabela 6.5). Isso se deve ao fato de que embora as diferenças demográficas, nos padrões de composição de grupos domésticos, e nas razões de dependência sejam pequenas isoladamente, somadas são responsáveis por razoável parcela da desigualdade. A simulação com as médias levava em consideração apenas um desses fatores, a razão de dependência, igualando também os demais. A simulação ao longo da distribuição iguala somente o nível da renda individual (I) ou do trabalho principal (II), mantendo intocados os demais fatores de diferença.

TABELA 6.6 INDICADORES DE DESIGUALDADE RACIAL DE RENDA EM DISTRIBUIÇÕES SIMULADAS. BRASIL, 1976, 1986, 1996 E 2006

Indicador	1976			1986			1996			2006		
	Obs.	Sim(I)	Sim(II)	Obs.	Sim(I)	Sim(II)	Obs.	Sim(I)	Sim(II)	Obs.	Sim(I)	Sim(II)
Razão	42,3	79,4	75,3	43,1	78,1	73,3	41,8	73,9	68,0	47,7	76,8	68,5
T Entre	8,6	0,7	1,1	10,5	1,1	1,7	11,1	1,6	2,6	10,4	1,4	2,9
Concen.	-34,0	-9,3	-11,2	-40,0	-13,6	-16,1	-39,3	-16,5	-19,6	-36,5	-15,9	-21,7

FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados.

Além disso, como discutido na seção anterior, o fato de haver domicílios multirraciais faz com que a renda dos brancos que vivem em grupos domésticos nos quais há provedores de renda negros se eleve. Isso também contribui para que a redução da desigualdade nas situações simuladas seja menor do que as constatadas na Tabela 6.5.

Em todos os casos, para as distribuições simuladas, a desigualdade entre as distribuições dos negros e brancos apresenta uma contribuição percentual para a desigualdade total muito menor do que a observada. O indicador menos sensível é o coeficiente de concentração ajustado. Expressa o fato de que dada a condição inicial, mesmo com reduções substantivas no grau de desigualdade racial de renda os negros continuarão sobre-representados entre os mais pobres – ainda que seu nível de renda seja muito maior nas situações simuladas.

Os resultados da Tabela 6.6 não deixam dúvidas quanto ao fato de que o principal fator da desigualdade de renda entre negros e brancos são as diferenças de nível das médias dos provedores de renda de cada grupo, principalmente da renda do trabalho principal.

6.3 Conclusões preliminares

O objetivo deste capítulo era a identificação das principais fontes da desigualdade de renda entre negros e brancos para testar a hipótese de que a principal fonte da desigualdade de renda é a renda do trabalho.

Primeiramente, foi abordada a questão demográfica e a composição dos grupos domésticos. Constatou-se: i) que os negros constituem uma população mais jovem do que os brancos, isto é, com maiores porcentagens de crianças e de jovens do que de adultos e de idosos; ii) que as razões entre os sexos nos grupos jovens, adultos e idosos não diferem significativamente entre negros e brancos; iii) que as porcentagens de pessoas com rendas em cada um dos grupos definidos por sexo e idade são muito próximas entre negros e entre brancos; iv) que os grupos domésticos dos negros são maiores do que os dos brancos; v) que os grupos domésticos dos negros apresentam uma maior razão de dependência, isto é, possuem mais dependentes do que provedores de renda.

Viu-se também que o maior tamanho dos grupos domésticos dos negros se deve a sobre-representação dos negros entre os mais pobres, pois comparando ao longo da distribuição de renda, não há diferenças significativas entre os tamanhos dos grupos domésticos de negros e brancos. O mesmo acontece com a proporção de provedores quando verificada ao longo da distribuição – embora nesse caso, os negros apresentem proporção maior centésimo a centésimo. A maior proporção global de provedores entre os brancos se deve ao fato de que estão sobre-representados entre os mais ricos, que contam com proporções intradomiciliares de provedores muito maiores.

Portanto, quanto aos fatores populacionais que poderiam ser fontes da desigualdade de renda entre negros e brancos, concluiu-se que as duas populações são muito parecidas, na maior parte dos aspectos relevantes. E nas características em que se puderam constatar diferenças, como a estrutura etária e o tamanho dos grupos domésticos, viu-se que as discrepâncias eram tão pequenas que não se poderia atribuir a elas uma grande parte da desigualdade de renda entre os negros e os brancos.

O segundo passo consistiu em analisar a composição da renda individual dos negros e dos brancos. Mais uma vez, não foram constatadas diferenças muito grandes. A maior parte das rendas de ambos os grupos era proveniente do trabalho principal, e essa renda era ligeiramente mais importante para os negros do que para os brancos. Ao longo do

período 1976-2006, a importância da renda do trabalho principal decresce devido ao aumento do peso das rendas de aposentadorias e pensões para as rendas individuais. Mas isso não só acontece da mesma forma para negros e para brancos, como ao longo do período a composição das rendas dos grupos raciais se torna ainda mais parecida. De qualquer forma, a análise da composição das rendas mostrou que praticamente toda a renda dos dois grupos, mais de 90%, em todos os anos, é oriunda do trabalho principal e das aposentadorias e pensões.

Observando a porcentagem de provedores de cada componente da renda, constatou-se novamente que entre os negros, em regra, era menor do que entre os brancos. E ao contrário da composição das rendas, que havia se tornado mais igual de 1976 a 2006, a diferença entre as porcentagens de provedores negros e brancos havia aumentado, em prejuízo da renda dos negros. Porém, esse fato que teria contribuído para aumentar a desigualdade de renda entre negros e brancos foi compensado pela diminuição da distância relativa entre as rendas médias dos provedores das rendas do trabalho principal e de aposentadorias e pensões. Foi devido a essa diminuição que a desigualdade entre as médias das rendas de negros e brancos caiu, ainda que muito pouco, de 1976 a 2006.

Todavia, mais uma vez, as pequenas discrepâncias existentes entre as porcentagens de provedores não permitiriam assumi-las como responsáveis pelo fato de a renda dos negros ser em média menos da metade da renda dos brancos. Por outro lado, a discrepância entre os níveis das médias dos provedores de rendas negros e brancos salta aos olhos – elas são praticamente da mesma magnitude para todos os componentes da renda e em todos os anos, a despeito da diminuição da distância relativa entre elas.

Simulações contrafatuais simples com as rendas médias individuais confirmaram o protagonismo do nível das rendas dos provedores na produção da desigualdade de renda entre negros e brancos. As simulações com essas médias provocaram reduções substantivas da desigualdade, enquanto as simulações com fatores populacionais resultaram em reduções muito pequenas. Essas simulações também apontaram a renda do trabalho como sendo a mais importante.

A prova final foi recalcular os indicadores de desigualdade racial de renda a partir de distribuições simuladas, e comparar seus novos valores aos observados. Constatou-se, então, que a desigualdade de renda entre grupos raciais seria muito menor se os provedores negros tivessem renda de nível equivalente a dos brancos. Dado ser a renda

do trabalho principal o mais importante componente das rendas individuais, a simulação da supressão das diferenças raciais em seu nível resultaram, nas simulações, em reduções da desigualdade extremamente expressivas.

De 1976 a 2006, devido ao crescimento da importância das rendas de aposentadorias e pensões, a diminuição da desigualdade provocada pela simulação com a renda do trabalho se torna um pouco menor. Porém, como essas rendas são em sua maioria vinculadas ao trabalho realizado no passado, isso somente ressalta a importância da desigualdade na renda do trabalho, que se propaga ao longo da vida dos negros os atingindo na velhice. O nível da renda do trabalho principal é a mais importante fonte de desigualdade de renda entre negros e brancos.

Capítulo 7: A desigualdade racial no mercado de trabalho

Nos capítulos anteriores, foram corroboradas as quatro primeiras das seis hipóteses que guiam esta pesquisa. Constatou-se: que existe um grau elevado de desigualdade racial de renda; que essa desigualdade é persistente no período 1976-2006; que o regime de mobilidade de renda é marcado pelo peso da origem social; e que a renda do trabalho é a principal fonte da desigualdade racial de renda. Neste capítulo se analisa se as evidências corroboram a quinta hipótese, a de que a principal fonte da desigualdade racial da renda do trabalho é a educação. Para tanto, a exposição foi organizada em três seções, precedida por esta introdução e seguida por conclusões preliminares que resumem as principais descobertas.

A diferença de nível entre os rendimentos do trabalho de negros e brancos pode ser entendida, na perspectiva das desvantagens cumulativas, como o resultado acumulado de todas as discriminações sofridas pelos negros no curso de suas vidas. Dada sua importância, a primeira seção se inicia justamente por uma exposição de como se dá a definição da renda do trabalho nessa perspectiva.

A segunda parte da primeira seção contém uma breve revisão da bibliografia sobre raça e mercado de trabalho no Brasil. Existem muitos estudos sobre este tema, pois a centralidade do mercado de trabalho, esfera em que se concretizam os efeitos das desvantagens, o fez objeto de estudos de todos os que tentaram entender a desigualdade racial, como os clássicos mencionados no *Primeiro Capítulo*. Todavia, a despeito de variações nas abordagens, modelos, e de intensidade dos efeitos de certos fatores, o retrato da desigualdade racial no mercado de trabalho pintado pelos estudos é razoavelmente nítido em algumas características.

A segunda seção deste capítulo apresenta o método e as técnicas empregadas para trabalhar os dados sobre a população ocupada com renda do trabalho. O método consiste em usar um modelo estatístico para decompor a desigualdade na renda do trabalho em quatro grupos de fatores: circunstâncias (idade, sexo, local de residência), inserção (ocupação ou setor de atividade), educação, e discriminação racial. Os resultados da aplicação do modelo aos dados são analisados para averiguar a parcela que cabe a cada um desses fatores na produção da desigualdade. Essa análise inclui a construção, mediante simulações, de cenários contrafatuais da desigualdade racial de

renda domiciliar *per capita*, nos quais um ou mais fatores de desigualdade racial na renda do trabalho são eliminados. Tais simulações permitem averiguar o peso que a desigualdade educacional entre grupos raciais tem, via renda do trabalho, na desigualdade racial de renda

Os resultados da análise são apresentados na terceira seção. Primeiro, as estatísticas de ajuste dos modelos, e depois os efeitos de cada um dos grupos de variáveis de interesse na desigualdade racial de renda do trabalho. Além dos efeitos, são também apresentadas informações sobre a distribuição dos negros segundo essas variáveis. Finalmente, são apresentados os valores que seriam assumidos pelos indicadores de desigualdade racial de renda escolhidos no *Quarto Capítulo* em cada um dos seis cenários contrafatuais. Esses valores representam reduções da desigualdade que são comparadas à redução na desigualdade no cenário contrafactual desenhado no *Sexto Capítulo*, no qual se simulou a igualdade entre as distribuições de renda do trabalho dos grupos raciais.

Na seção de conclusões, ao se rememorar os resultados, constata-se que a educação é de fato a maior fonte da desigualdade racial na renda do trabalho, embora outras fontes tenham contribuições importantes. O peso da educação decorre do fato de que os níveis educacionais mais elevados implicam remunerações muito acima da média, e a população negra está concentrada nos níveis educacionais mais baixos.

7.1 Raça e trabalho: antecedentes

O processo que leva à renda do trabalho pode ser analiticamente decomposto em três etapas: “formação, inserção e definição salarial” (SOARES, 2000). Embora nos modelos empregados em pesquisas sobre a desigualdade na renda do trabalho as variáveis referentes às três etapas sejam consideradas simultaneamente, pressupõe-se a existência de uma seqüência lógica entre elas. Isso não exclui a sobreposição de etapas, por exemplo, é comum que as pessoas se insiram no mercado de trabalho antes do fim da sua formação. Esse processo, na perspectiva das desvantagens cumulativas, se dá como descrito a seguir.

A etapa de formação compreende o processo de socialização, durante o qual o indivíduo não só aprende a ser um membro da sociedade, mas também de um grupo social particular (BERGER e LUCKMAN, 1971). Duas instituições são cruciais para moldar os indivíduos durante a etapa de formação, a família e a escola. A inserção nessas instituições determina os capitais sociais e culturais adquiridos pelos indivíduos que definirão suas preferências e sua posição futura na sociedade quando adultos.

A escola, como apontado por SOROKIN (1968) e GLASS (1954), é particularmente importante por funcionar como uma agência de treinamento e seleção. É nela que os indivíduos adquirem grande parte dos atributos produtivos que os distinguirão como trabalhadores, bem como as credenciais que certificarão a posse desses atributos; e também por fornecer parte do material para elaborarem sua rede de relacionamentos. Apesar de serem importantes, os resultados da passagem pela escola são decisivamente influenciados pela socialização primária que é conduzida majoritariamente pela família nos primeiros anos de vida, e dependente da situação social dessa (BOUDON, 1981; BOURDIEU, 1984; ESPING-ANDERSEN, 2004).

No que toca às diferenças raciais, estudos de habilidades cognitivas aplicados a crianças brancas e negras estadunidenses de menos de um ano de idade, mostram que antes dos efeitos da socialização primária não há diferenças entre os grupos raciais (FRYER e LEVITT, 2006). Porém, no primeiro ano de escola, aos seis anos de idade, as diferenças devidas à origem familiar (capital cultural dos pais) e às condições ambientais em que se deram os primeiros anos de vida já se fazem sentir fazendo crianças negras, latinas, ou de baixa renda terem pior desempenho em testes do domínio das habilidades

necessárias para iniciar a trajetória escolar (LEE e BURKAN, 2002; ESPING-ANDERSEN, 2004).

Ao longo da trajetória, a escola não contrapõe as desigualdades de origem. O fato de que a escola tende a reproduzir a desigualdade de origem tem sido apontado nos países da América Latina (RAMA, 1989) e mesmo nos países europeus em que o sistema de ensino é considerado menos desigual (GOLDTHORPE, 2000; BREEN, 2004; CORAK, 2004b; ESPING-ANDERSEN, 2004). Sendo esse quadro válido para o Brasil, os negros adentrariam o sistema de ensino já com desvantagens em relação aos brancos, e o sistema de ensino, mesmo na ausência de discriminação, os devolveria, ao fim da trajetória, quase tão desiguais quanto no início.

O treinamento recebido na etapa de formação define em grande parte a inserção no mercado de trabalho. Para trabalhar na área de engenharia, será requerido ao indivíduo um diploma de engenheiro, uma credencial que atesta a passagem por um treinamento no qual adquiriu os conhecimentos necessários para o desempenho dessa ocupação. Uma pessoa que tenha feito um curso profissionalizante e que possua um certificado de treinamento muito provavelmente buscará e será selecionada para desempenhar uma ocupação para a qual aqueles atributos são relevantes.

Mas outros fatores concorrem para a inserção no mercado de trabalho, em particular o processo de formação de preferências que leva, por exemplo, um jovem a optar pela engenharia e não pela sociologia; a situação econômica da família, que leva outro jovem a optar por uma formação técnica de mecânico, ou outro a abrir uma empresa; e as redes de que participam os indivíduos e suas famílias, que podem conseguir um determinado emprego por indicação.

Após a inserção no mercado de trabalho os indivíduos continuam sendo treinados de formal ou informalmente. As firmas podem propiciar cursos de treinamento para qualificar trabalhadores para o desempenho de funções específicas, se não existe oferta de trabalhadores que reúnam os atributos produtivos necessários. Além de eventuais cursos de treinamento que os trabalhadores podem receber após a inserção no mercado, também ganham experiência. A experiência representa o processo de aprender ao fazer, que acrescenta valor aos atributos produtivos já detidos por um trabalhador, ou mesmo novos atributos produtivos. Quando a experiência é comprovada, pela carteira de

trabalho, pelas referências de empregadores anteriores, pelo currículo, se torna uma credencial.

O treinamento adicional e a experiência, adquiridos devido a uma inserção particular no mercado de trabalho, são fatores decisivos para a definição salarial. Uma vez inserido em um determinado nicho ocupacional de um determinado setor da atividade econômica, dificilmente um trabalhador buscará outra ocupação em outro setor. Estudos concluíram ser baixa a mobilidade ocupacional intrageracional, da entrada no mercado de trabalho à posição corrente dos trabalhadores (PASTORE, 1979; PASTORE e SILVA, 2000). Ou seja, as pessoas se inserem no mercado de trabalho em um nicho ocupacional no qual muito provavelmente permanecerão ao longo de suas trajetórias de trabalhadores. Como isso também ocorre na mobilidade intergeracional, isto é, a ocupação dos filhos está associada a dos pais, a segmentação tende a se reproduzir, alterada apenas pelas mudanças da estrutura ocupacional.

Os trabalhadores negros podem ser discriminados tanto na etapa de formação quanto na inserção no mercado de trabalho. As discriminações sofridas nessas etapas, conjuntamente com outros fatores se acumularão como desvantagens. Parte dessa desvantagem será irreversível, pois as etapas de formação e de inserção produzem trabalhadores que não são intercambiáveis: não é possível trocar sem prejuízo um engenheiro por um sociólogo, tampouco trocar um técnico agrícola por um operador de empilhadeira. Depois de formados e de inseridos no mercado de trabalho, eles podem sofrer discriminações adicionais no momento de “negociar” o salário – no caso dos assalariados – ou de ter acesso a recursos produtivos – no caso dos empreendedores. A soma dessas discriminações fará a renda do trabalho dos negros ser menor, mesmo ao se compará-los com trabalhadores brancos de mesma educação e mesma inserção.

7.1.1 Estudos sobre raça e trabalho no Brasil

Como apontado no *Quarto Capítulo*, somente a partir do censo de 1960, foi possível estudar a renda do trabalho. A maior parte dos estudos realizados no Brasil até a década de 1970 conferia centralidade à inserção dos negros no mundo do trabalho, e uma das evidências sempre apresentadas para caracterizar a desigualdade socioeconômica entre os grupos raciais era justamente a inserção desigual dos negros. As análises de tabulações especiais dos Censos de 1940 e 1950 que relacionavam a cor com a categoria ocupacional ou com a posição na ocupação recebiam grande destaque (FERNANDES,

1965; NOGUEIRA, 1998; PINTO, 1998; CARDOSO, 2000; FERNANDES, 2007; BASTIDE e FERNANDES, 2008).

SILVA (1978, 1980) foi o primeiro a modelar o processo de obtenção da renda do trabalho em cada grupo racial e estimar o peso das desvantagens educacionais e o da discriminação salarial pura, concluindo que a discriminação era menos importante em intensidade do que as diferenças de composição, principalmente da desigualdade educacional entre os grupos. Ou seja, a principal fonte de desigualdade na renda de trabalho entre negros e brancos era a educação. Porém, a discriminação racial, embora menos importante, era responsável por uma parcela bem grande da diferença da renda do trabalho de negros e brancos.

Outros estudos contribuíram com evidências detalhadas da desigualdade racial no mercado de trabalho que corroboravam a teoria das desvantagens cumulativas. Beneficiaram-se do acesso a novas bases de dados, ou a tabelas mais detalhadas, e alguns acrescentaram outras dimensões às análises anteriores (c.f. OLIVEIRA, PORCARO e ARAÚJO, 1985; PORCARO, 1988; ANDREWS, 1992; BATISTA e GALVÃO, 1992; DASILVA e LIMA, 1992; LIMA, 1999; SOARES, 2000; CAMPANTE, CRESPO e LEITE, 2004; SANTOS, 2005; OLIVEIRA e RIOS-NETO, 2006).

De forma geral, as evidências reunidas por esses estudos, dos mais antigos aos mais recentes, a despeito das diferentes abordagens, pintam um quadro bem definido da desigualdade racial na renda do trabalho. Tal quadro ilustra terem, os negros, renda do trabalho menor do que os brancos, por volta da metade. E mostra que, em parte, isso ocorre por estarem concentrados em ocupações e em setores de atividade econômica que remuneram menos. Também pesa contra os negros sua maior presença nas regiões de menor desenvolvimento econômico do país. E os estudos são unânimes em registrar que o que se pode chamar de discriminação racial pura, a diferença de salário não captada por outros fatores observáveis, responde sempre por uma parte dessa desigualdade, que embora varie, é suficientemente grande para desqualificar alegações de que não seja importante. Finalmente, todos os que se dedicaram à educação a consideraram o principal determinante da desigualdade racial na renda do trabalho.

7.2 A desigualdade racial na renda do trabalho: método e técnicas

A estratégia empregada para testar a hipótese de que a principal fonte da desigualdade da renda do trabalho é a educação é decompô-la em vários fatores para averiguar qual tem mais influência na sua produção. São quatro os grupos de fatores considerados os principais fatores de desigualdade de renda entre os trabalhadores: as circunstâncias, compostas pela idade, pelo sexo e pelo lugar do país em que o trabalho é realizado; a inserção no mercado de trabalho, o que a pessoa faz; a educação; e a discriminação. A decomposição é realizada mediante a estimação dos parâmetros de um modelo linear que define o peso desses fatores na variação dos rendimentos do trabalho. A primeira subseção adiante apresenta o modelo empregado para a decomposição da renda do trabalho.

A segunda subseção explica como foram realizadas as seis simulações contrafatuais apresentadas na seção de resultados. Essas consistem em simular, individualmente ou em combinações, a supressão das diferenças raciais em três dos fatores de desigualdade na renda do trabalho: a discriminação, a inserção no mercado de trabalho, e a educação. Com as distribuições de renda do trabalho simuladas, rendas domiciliares *per capita* contrafatuais são construídas, e a partir delas são calculados os indicadores de desigualdade racial de renda escolhidos no *Quarto Capítulo*. Essas simulações reforçam a preponderância da desigualdade educacional na produção da desigualdade racial de renda do trabalho, e, por conseguinte, seu papel central na reprodução da desigualdade racial de renda domiciliar *per capita*.

7.2.1 Modelo para a decomposição da desigualdade na renda do trabalho

A especificação de um modelo para ser aplicado às evidências que provêm de uma pesquisa domiciliar amostral, como a PNAD sofre limitações advindas do desenho da pesquisa. Isolar a parte da desigualdade que se deve à discriminação na definição salarial, por exemplo, é problemático. O conceito de discriminação já foi definido e discutido na seção 2.1.3, mas convém repeti-lo em sua formulação sintética. A discriminação é o tratamento igual dos desiguais e o tratamento desigual dos iguais. Assim a discriminação no mercado de trabalho ocorre sempre que há um tratamento desigual de trabalhadores brancos e negros que são iguais. O “tratamento”, neste caso, é a renda do trabalho, que deve ser idêntica para trabalhadores brancos e negros “iguais”.

O que faz um trabalhador negro ser igual a um branco é o fato de serem substituíveis, de poderem ser trocados um pelo outro sem prejuízo da produção dos bens e serviços, por não ser a raça um atributo produtivo. Portanto, a remuneração por um determinado período de trabalho deve ser idêntica para esses trabalhadores que são substitutos perfeitos. A parcela da desigualdade de renda equivalente à discriminação racial é resultado da comparação de trabalhadores negros e brancos com características produtivas iguais para averiguar se existem diferenças na renda atribuíveis à raça.

O ideal, no caso da comparação de um trabalhador assalariado negro e de outro branco, seria que o empregador fosse o mesmo, que eles tivessem exatamente a mesma formação, a mesma produtividade, que eles tivessem ingressado na firma juntos, quicá tivessem sido criados na mesma família, e que a família tivesse investido o mesmo na educação de cada um, dado a mesma atenção aos dois. Aí se poderia ter certeza absoluta, no caso de haver diferenças salariais, que essas seriam frutos da discriminação do trabalhador negro pelo empregador. Mas mesmo se a fonte de dados fosse um censo extremamente detalhado, seria difícil encontrar pares de trabalhadores assim tão iguais.

Na prática, dadas as limitações impostas pelas fontes de dados, o que o modelo pode fazer é controlar ao máximo todas as diferenças de renda provocadas pelas desigualdades nos atributos produtivos devidas à formação e à inserção, e a outras circunstâncias que independem da discriminação na definição da renda do trabalho. Ou seja, a discriminação no modelo é um resíduo (ALTONJI e BLANK, 2003): é a diferença entre trabalhadores negros e brancos não iguais, mas os mais semelhantes, de acordo com as condições disponíveis para a definição da similitude. Esse é um aspecto importante: quanto menos semelhantes forem os trabalhadores comparados, maior será a “discriminação” constatada. Principalmente se o aspecto não controlado traduz desigualdades que foram em parte produto de discriminações sofridas em outros momentos. Se por exemplo, não se controlasse a educação, a discriminação estimada pelo modelo seria bem mais elevada, pois o efeito da educação seria em parte captado pela raça. Por outro lado, é desnecessário controlar aspectos que fazem os trabalhadores semelhantes em características que não são importantes para definir suas rendas.

No estudo apresentado, são sempre usados dois modelos para decompor a desigualdade na renda do trabalho, um para os trabalhadores que são empregados, e outro para os que são conta-própria e empregadores, os empreendedores. Esses modelos são diferentes no

conjunto de variáveis que respondem pela inserção no mercado de trabalho. A razão para tal diferenciação é exposta a seguir.

A renda do trabalho depende essencialmente de um arranjo entre as características produtivas dos trabalhadores e da demanda de cada segmento do mercado de trabalho por trabalhadores com determinadas características. Assim, se o mercado de trabalho tem uma demanda elevada por trabalhadores cujas características são raras, aqueles que as possuem podem exigir salários elevados. Mas de nada adianta a um trabalhador ter atributos produtivos raros, cuja aquisição pode ter exigido muito esforço individual, se não há demanda por esses atributos – se os empregadores não estão dispostos a pagar o preço desses. De outro lado, mesmo se existir uma demanda elevada por trabalhadores com atributos produtivos comuns, se o número de trabalhadores com tais características for muito maior do que o de postos de trabalho oferecidos, os trabalhadores não poderão exigir altos salários. Portanto, os salários são o preço da mão-de-obra, e o sendo, são dependentes da oferta e procura de trabalhadores com determinadas características.

Porém, nem todos os trabalhadores são assalariados. Existe outro conjunto de trabalhadores, os empreendedores, cujos rendimentos do trabalho provêm da comercialização de produtos ou de serviços. Os empreendedores podem trabalhar autonomamente na produção dos bens e serviços, ou podem empregar a mão de obra de outros trabalhadores, sejam esses pagos – via algum tipo de salário – ou não pagos – e.g familiares trabalhando no empreendimento de outro familiar. Os empreendedores podem, portanto ser trabalhadores por conta-própria ou empregadores. A renda do trabalho dos empreendedores depende do preço dos produtos e serviços que oferecem e dos custos em que incorrem para realizar suas atividades.

Essa distinção é importante do ponto de vista do isolamento da parcela da desigualdade devida à discriminação na fase de definição da renda. Para os assalariados, uma renda desigual para trabalhadores iguais é um forte indício de discriminação (significa que os empregadores estariam, na média, dispostos a pagar um preço por uma característica não produtiva, no caso, a brancura). Para os empreendedores é mais difícil interpretar a diferença de renda atribuível à raça como discriminação, por haver escassez de dados sobre circunstâncias importantes para a determinação da similitude, por exemplo, o acesso a crédito e a herança de bens de capital. De mais a mais, enquanto no caso dos assalariados o discriminador e o discriminado são imediatamente identificáveis, é difícil estabelecer quando, como e por quem o empreendedor negro é discriminado. Por causa

dessas dificuldades, optou-se por aplicar modelos diferentes para os assalariados, e para os empreendedores.

Obviamente, só se pode modelar a renda do trabalho da população ocupada. As características da população modelada são apresentadas na Tabela 7.1. No modelo, foram considerados apenas os ocupados com rendimento horário superior a zero. A primeira linha mostra a fração ocupada da população de cada grupo racial. Na linha seguinte, tem-se a composição racial da população ocupada. As mudanças se coadunam com as mudanças demográficas globais discutidas no *Sexto Capítulo*. Na terceira linha tem-se a porcentagem de assalariados na população ocupada. Nas duas linhas finais, a composição racial das duas grandes categorias divisoras da população ocupada: empregados e empreendedores.

TABELA 7.1 CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO OCUPADA.
BRASIL, 1976, 1986, 1996, 2006

Característica	1976		1986		1996		2006	
	Branco	Negro	Branco	Negro	Branco	Negro	Branco	Negro
População nos modelos (%)	31,8	31,6	37,4	35,0	37,7	34,9	43,4	39,2
Composição racial nos modelos (%)	59,0	41,0	57,6	42,4	57,5	42,5	52,3	47,7
Ocupados assalariados (%)	67,9	65,8	71,3	70,3	68,5	70,8	70,9	72,2
Composição assalariados (%)	59,8	40,2	57,9	42,1	56,6	43,4	51,8	48,2
Composição empreendedores (%)	57,4	42,6	56,8	43,2	59,3	40,7	53,5	46,5

FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados.

Para a decomposição das fontes da desigualdade na renda do trabalho foi empregado um modelo de regressão linear clássico:

$$\ln\left(\frac{r_i}{h_i}\right) = \alpha + \sum \beta x_i + \varepsilon_i \quad [7.1]$$

A variável dependente é o logaritmo da renda horária do trabalho principal. Do lado direito da equação, tem-se a constante, um vetor de variáveis exógenas que representa as circunstâncias, a formação, a inserção e a discriminação, mais um termo de erro, a diferença entre a renda observada e a esperada.

Dado a variável dependente ser a renda horária do trabalho, convém ressaltar que não existem diferenciais de operosidade entre negros e brancos. A jornada média dos trabalhadores negros e brancos em horas por semana é apresentada na Tabela 7.2. A diferença entre negros e brancos é menor do que uma hora em todos os anos. Em 2006,

ano de maior diferença, não chega aos 40 minutos. Considerando o sexo, a maior diferença é registrada em 1976, quando as mulheres negras trabalhavam em média uma hora e 40 minutos a mais do que as brancas. A média por sexo revela que enquanto os homens negros, em todos os anos, trabalham em média menos do que os homens brancos, as mulheres negras trabalham mais do que as mulheres brancas, exceto em 2006.

Mesmo não existindo diferenciais de operosidade significativos entre os grupos raciais, dentro de cada grupo há uma distribuição desigual das jornadas semanais de trabalho, e é preciso comparar a remuneração dos trabalhadores para um período padronizado. Essa é a razão de se usar a renda hora do trabalho na análise. Para criá-la, primeiro divide-se a renda do trabalho principal pelo número de horas trabalhadas. Depois, por ser a renda mensal, e a jornada de trabalho semanal, o resultado é dividido por 4,3, que é o número médio de semanas que possuem os meses. Finalmente, como a distribuição da renda do trabalho é aproximadamente log-normal e o modelo é linear, tira-se o logaritmo da renda horária para linearizar a distribuição.

TABELA 7.2 HORAS SEMANAIS NA OCUPAÇÃO PRINCIPAL SEGUNDO RAÇA E SEXO.
BRASIL, 1976, 1986, 1996 E 2006

Grupo	1976	1986	1996	2006
Trabalhadores Brancos	47,3	44,8	43,4	41,5
Homens	49,3	47,5	46,4	44,3
Mulheres	42,2	39,4	38,5	37,7
Trabalhadores Negros	47,0	45,0	43,1	40,9
Homens	48,2	47,1	45,6	43,5
Mulheres	43,9	40,8	38,7	36,6

FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados.

Por serem os rendimentos de brancos e de negros modelados na mesma equação, a constante e os resíduos têm pouca importância para a presente análise. A constante simplesmente expressa o nível da renda nominal na unidade monetária de cada ano. E os resíduos não são fonte de desigualdade, pois têm distribuição idêntica para brancos e negros (tanto o modelo de empregados quanto o de empreendedores atendem ao princípio da homocedasticidade, ou seja, a distribuição dos resíduos não está correlacionada com a variável independente raça).

O vetor de características possui quatro grupos de variáveis. O das circunstâncias inclui a variável de idade, como indicadora de experiência, de sexo, para captar as diferenças

de gênero, e de unidade da federação e tipo de área (metropolitana, urbana e rural) na qual o trabalho era exercido. O grupo da formação compreende as variáveis dicotômicas que representam o mais alto nível educacional alcançado pelo trabalhador. A inserção no mercado de trabalho é representada pelo agrupamento ocupacional (ver categorias ocupacionais no *Quinto Capítulo*), no caso dos empregados, e pelo setor de atividade econômica – primária, secundária, e terciária – no caso dos empreendedores. Finalmente, a raça do trabalhador capta a discriminação residual.

Entre as circunstâncias, as mais importantes são as geográficas. Isso porque a razão entre os sexos e a estrutura etária dos grupos raciais, como visto no *Sexto Capítulo*, não são muito distintas. Assim, experiência e gênero, representados por sexo e idade, são fatores de distinção dos trabalhadores dentro dos grupos raciais, mas não de desigualdade racial. Já a distribuição dos grupos raciais pelo território nacional é bem distinta, o que a torna uma fonte de desigualdade racial por que os níveis da renda variam entre as unidades da federação, e também segundo a área. Estudos sobre as remunerações no mercado de trabalho feitos no Brasil costumam incluir nos modelos controles para as cinco Grandes Regiões e eventualmente para o tipo de área. No entanto, apenas controlar as variações regionais pode fazer com que se computem como discriminação as diferenças intra-regionais de composição racial e nível salarial.

No modelo desta pesquisa, as circunstâncias são representadas: pela idade (polinômio), por uma variável dicotômica para o sexo (base homens); por vinte e seis variáveis dicotômicas que representam as unidades da federação (base Piauí); e por duas variáveis dicotômicas que representam o tipo de área (base rural).

Outro problema é a definição dos atributos produtivos e das credenciais adquiridos durante a etapa de formação. O atributo produtivo mais importante de um trabalhador, principalmente se assalariado, é a educação. O consenso em relação a tal fato, conjugado à ampla disponibilidade de dados sobre educação faz com que essa variável, medida em anos de estudo ou por variáveis dicotômicas que representam níveis educacionais que conferem credenciais aos que as atingiram, seja onipresente nos estudos de mercado de trabalho, seja o foco na participação, no desemprego, ou na remuneração. Nos modelos aqui apresentados, a educação é representada por um conjunto de variáveis dicotômicas que representam o nível educacional mais elevado alcançado por um trabalhador, conforme o esquema discutido no próximo capítulo (ver seção 8.2.1). O nível base é o dos analfabetos.

Para os empregados, a inserção no mercado de trabalho é representada pela ocupação. O sistema de classificação ocupacional discutido no *Quinto Capítulo* (vide seção 5.2.1) é representado por um conjunto de variáveis dicotômicas, sendo a base a categoria dos empregados domésticos. Para os empreendedores, o setor de atividade econômica – primário, secundário ou terciário – é representado por variáveis dicotômicas, com o setor primário de base.

Para captar a discriminação racial, usa-se uma variável binária que assume o valor um se o trabalhador for negro. Essa variável vai captar a diferença média relativa na renda horária de trabalhadores brancos e negros idênticos nas seguintes características: em sexo, em idade, em nível educacional, que trabalham na mesma unidade da federação e no mesmo tipo de área, se forem empregados, no mesmo grupo ocupacional, ou se forem empreendedores, no mesmo setor de atividade econômica.

Finalmente, lembra-se que a estimação do efeito relativo sobre a renda horária média, e não sobre seu logaritmo, produzido pela mudança discreta de uma variável dicotômica, tudo o mais mantido constante, não pode ser feita diretamente a partir dos parâmetros estimados pelo modelo. Antes, é preciso transformá-los usando $e^{\beta}-1$.

7.2.2 Simulações com a renda do trabalho

A corroboração da hipótese de que a educação é o principal fator de desigualdade na renda do trabalho pode ser feita simplesmente a partir do resultado do ajuste dos modelos aos dados. Todavia, é interessante estimar o impacto que têm os fatores em que foi decomposta a desigualdade da renda do trabalho, na desigualdade racial de renda domiciliar *per capita*, que é o objeto da tese.

Para tanto, foram realizadas três simulações contrafatuais básicas com a renda do trabalho, e três simulações adicionais oriundas de combinações das simulações básicas. A primeira simulação é a eliminação da discriminação pura entre iguais no mercado de trabalho. Os resultados dos modelos são usados para prever a renda dos trabalhadores negros, mantendo seus resíduos e todas as demais características, exceto a raça: a renda do trabalho principal é calculada como se o trabalhador tivesse virado branco. Obviamente, a renda dos empregados é prevista pelo modelo dos empregados, e o mesmo para os empreendedores.

A segunda simulação consiste na eliminação da segmentação ocupacional ou por setor de atividade. Isso é feito alterando a distribuição dos negros pelas ocupações, ou pelos

setores de atividade no caso dos empreendedores, para que a distribuição simulada seja o mais similar possível à dos brancos. Esse tipo de simulação exige que alguns negros sejam trocados de ocupações (setores) nas quais se encontram sobre-representados para aquelas em que se encontram sub-representados, tendo a distribuição dos brancos como parâmetro. Para que a simulação apresente sempre os mesmos resultados, é preciso haver um conjunto de regras que governe essas trocas.

No caso, partiu-se do princípio de que mesmo se não houvesse barreiras raciais, ainda assim haveria desigualdade entre os indivíduos, e aqueles de características mais valorizadas e de maior empenho e esforço ocupariam os locais de maior prestígio. Assim, a distribuição de negros e de brancos pelas categorias ocupacionais seria idêntica, assim como seriam semelhantes os perfis de negros e de brancos dentro de cada categoria ocupacional.

A simulação segundo esse princípio consiste em alocar em uma categoria ocupacional que oferece maior retorno os negros que estão no extremo superior da distribuição interna de renda da categoria imediatamente abaixo. Isso faz com que nas trocas sejam promovidos os negros com maiores rendas. Esses podem ser tanto indivíduos com grandes resíduos (que representam características não observáveis como empenho e habilidades inatas), quanto com características incomuns, por exemplo, um nível educacional superior ao nível mediano da ocupação.

Na simulação dos empreendedores, os indivíduos são ordenados pelo valor do retorno estimado pelo modelo à inserção em cada um dos três setores de atividade. Isso é feito para negros e brancos, e calcula-se a proporção acumulada dos brancos nas categorias ordenadas. Como os setores estão ordenados do pior para o melhor, há mais negros nos primeiros setores do que brancos. Dentro de cada setor de atividade, os trabalhadores negros são ordenados do de menor renda para o de maior renda. Então, começando no trabalhador negro mais pobre do setor primário de atividade econômica, a proporção acumulada dos negros é calculada. A partir do ponto onde essa se iguala à proporção acumulada de brancos no setor primário, os trabalhadores negros são reclassificados para o setor secundário. A proporção acumulada de trabalhadores negros continua a ser calculada até o ponto onde se atinge a proporção de brancos em ambos os setores, primário e secundário. Todos os trabalhadores negros a partir daí são reclassificados no setor terciário.

O mesmo é feito com a distribuição ocupacional dos empregados negros, sendo a única diferença o número consideravelmente maior de categorias. Depois, os resultados dos modelos são usados para prever a renda do trabalho principal dos negros, mantendo seus resíduos e todas as demais características originais, mas usando as distribuições simuladas deles: dos empregados pelas ocupações; e dos empreendedores pelos setores de atividade.

A terceira simulação consiste em eliminar a desigualdade educacional entre negros e brancos, mediante a equalização da distribuição dos negros pelos níveis educacionais à distribuição dos brancos. Isso é feito de forma análoga à descrita para as ocupações e os setores de atividade. Os níveis educacionais são ordenados do pior – analfabetos – ao melhor – superior – e os negros dentro de cada grupo educacional são ordenados pela sua renda do trabalho. Os negros analfabetos de maior renda são transformados em alfabetizados; os alfabetizados mais ricos são transformados em pessoas com o ensino elementar (4ª série primária ou equivalente), e assim por diante. Ao fim do processo os negros têm a mesma distribuição educacional do que os brancos, e então os parâmetros dos modelos de empregados e empreendedores são usados para gerar uma distribuição simulada da renda do trabalho.

As três outras simulações são combinações das anteriores. A quarta simulação consiste em eliminar simultaneamente a discriminação racial e a segmentação ocupacional. Na quinta simulação são eliminadas a desigualdade educacional e a segmentação ocupacional. A sexta simulação elimina a discriminação racial, a desigualdade educacional e a segmentação ocupacional.

Obtidas as seis distribuições contrafatuais da renda do trabalho, essas rendas são usadas para calcular distribuições simuladas da renda domiciliar *per capita*. Ao exemplo dos capítulos anteriores, para cada uma das seis distribuições simuladas, em 1976, 1986, 1996 e 2006, foram calculados os indicadores de desigualdade racial de renda definidos no *Quarto Capítulo*. Depois, os ganhos em termos da redução da desigualdade em cada simulação são apresentados como percentagem do ganho que seria obtido se não existisse diferença alguma entre a renda do trabalho principal de negros e brancos, apresentado no *Sexto Capítulo*.

7.3 Os determinantes da diferença de nível na renda do trabalho

Nesta seção são apresentados os resultados da análise conduzida para investigar a diferença de nível na renda do trabalho. Na primeira subseção são apresentados os resultados dos modelos aplicados aos dados. Na segunda subseção, as simulações do valor assumido pelos indicadores de desigualdade racial de renda em seis cenários alternativos.

7.3.1 Resultados dos modelos da renda horária do trabalho

As principais estatísticas dos modelos podem ser conferidas na Tabela 7.3. Os modelos são todos significantes a qualquer nível convencional. O modelo para os empregados tem maior poder explicativo da variância do que o para os empreendedores (trabalhadores por conta-própria e empregadores). Todavia, ao longo do tempo, a capacidade de explicar a desigualdade salarial do modelo dos empregados cai bastante, passando de 68,9 a 56,4% da variação (R^2).

TABELA 7.3 ESTATÍSTICAS DOS MODELOS.
BRASIL, 1976, 1986, 1996 E 2006

Estatística	Empregados				Empreendedores			
	1976	1986	1996	2006	1976	1986	1996	2006
Observações	15.257	72.266	81.503	116.181	6.952	29.178	34.757	47.013
Significância: F	327,4	1264,2	1179,5	1280,2	154,3	596,4	577,8	683,8
Ajuste: R ²	0,689	0,648	0,598	0,564	0,469	0,473	0,449	0,420

FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados.

Os coeficientes ajustados às variáveis de controle dos modelos em cada ano são apresentados na Tabela 7.4. A constante se refere ao nível base de renda do ano em valores não deflacionados. Todos os coeficientes dos modelos são significativamente diferentes de zero segundo a estatística t , em geral para níveis bem rigorosos de significância. As exceções, casos em que a probabilidade de o coeficiente ser zero é maior do que 10%, foram marcadas com o valor dessa probabilidade (em porcentagem) sobre-escrito entre colchetes à frente do coeficiente. Todas as exceções se referem a variáveis de controle do estado da federação do trabalhador, e se devem ao fato de que, *ceteris paribus*, a renda/hora média daquele estado, daquele ano, era de fato muito próxima à observada no estado-base, o Piauí.

TABELA 7.4 COEFICIENTES DAS VARIÁVEIS DE CONTROLE.
BRASIL, 1976, 1986, 1996 E 2006

Característica	Empregados				Empreendedores			
	1976	1986	1996	2006	1976	1986	1996	2006
Constante	-1,251	-0,643	-2,102	-1,088	-0,537	-0,293	-1,874	-1,422
Idade	0,073	0,074	0,067	0,056	0,073	0,067	0,047	0,041
Idade ²	-0,001	-0,001	-0,001	-0,001	-0,001	-0,001	-0,000	-0,000
Homem (base)	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Mulher	-0,312	-0,272	-0,240	-0,193	-0,762	-0,662	-0,356	-0,377
Zona rural (base)	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Zona urbana	0,083	0,093	0,108	0,054	0,174	0,241	0,228	0,154
Zona metropolitana	0,337	0,274	0,306	0,170	0,330	0,285	0,366	0,225
Rondônia	0,620	0,749	0,497	0,387	1,422	1,116	0,583	0,958
Acre	0,266	0,490	0,482	0,355	^[87,0] 0,027	0,693	0,545	0,686
Amazonas	0,529	0,552	0,493	0,340	0,461	0,905	0,624	0,750
Roraima	0,518	0,761	0,791	0,460	0,485	1,016	1,076	0,666
Pará	^[21,3] 0,097	0,203	0,160	0,183	0,209	0,708	0,298	0,679
Amapá	0,359	0,457	0,644	0,440	0,638	0,864	0,743	0,750
Maranhão	^[95,5] 0,006	0,094	^[14,5] 0,051	^[27,1] 0,030	0,102	0,180	0,074	0,308
Piauí (base)	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Ceará	^[97,4] 0,003	-0,046	^[55,9] 0,016	-0,072	0,143	0,186	^[82,4] 0,009	0,076
Rio Grande do Norte	0,247	^[85,9] 0,005	0,150	0,117	^[36,1] 0,078	0,211	0,240	0,513
Paraíba	^[18,5] -0,120	-0,049	0,126	0,107	0,218	0,154	0,134	0,405
Pernambuco	^[12,6] 0,117	0,085	0,122	^[90,1] -0,003	^[87,0] 0,013	0,357	0,171	0,209
Alagoas	0,339	0,300	0,218	0,079	0,235	0,714	0,383	0,407
Sergipe	0,309	0,286	0,231	0,183	0,354	0,611	0,436	0,472
Bahia	0,352	0,231	0,139	0,085	0,453	0,585	0,323	0,496
Minas Gerais	0,353	0,222	0,321	0,244	0,351	0,579	0,389	0,658
Espírito Santo	0,337	0,411	0,426	0,272	0,433	0,945	0,530	0,774
Rio de Janeiro	0,369	0,178	0,378	0,298	0,441	0,373	0,524	0,685
São Paulo	0,631	0,507	0,659	0,402	0,695	0,789	0,710	0,843
Paraná	0,457	0,294	0,449	0,303	0,448	0,619	0,481	0,758
Santa Catarina	0,491	0,458	0,619	0,461	0,414	0,680	0,501	0,993
Rio Grande do Sul	0,387	0,300	0,427	0,353	0,362	0,510	0,347	0,713
Mato Grosso	0,546	0,415	0,382	0,332	0,636	0,739	0,461	0,784
Mato Grosso do Sul	...	0,577	0,474	0,439	...	1,107	0,577	0,978
Goiás e Tocantins	0,407	0,398	0,336	0,302	0,475	0,868	0,516	0,810
Distrito Federal	0,559	0,361	0,665	0,542	0,536	0,659	0,709	0,933

FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados.

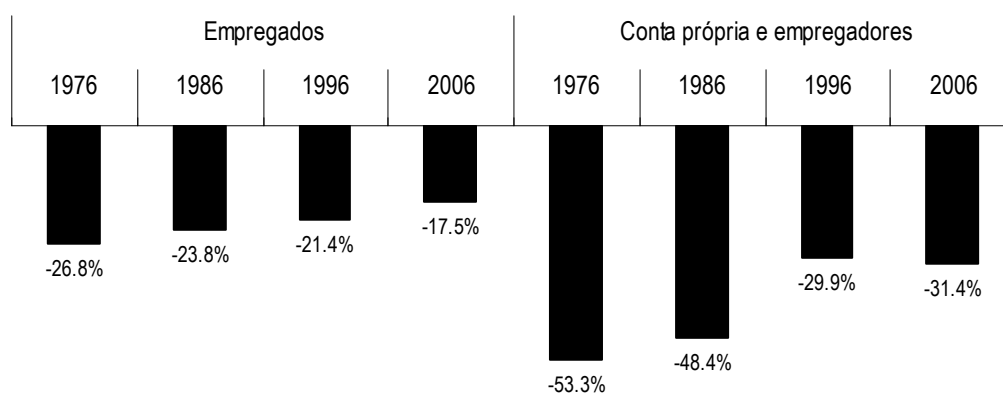
Os sinais e os valores dos coeficientes de idade, em todos os modelos, indicam que a renda cresce com a idade até ficar estável na faixa aproximada dos 47 aos 59 anos (dependendo do modelo e do ano), para depois declinar. Dentre dois trabalhadores

iguais nas demais características, um que seja um ano mais velho ganhará de 2 a 3% a mais do que o mais novo até por volta dos 47 anos.

O coeficiente das mulheres é sempre negativo, indicando que elas recebem em média menos do que os homens com características semelhantes. Mulheres que são contá-própria ou empregadoras têm uma diferença média em relação aos homens da mesma categoria ainda maior do que a das assalariadas. O Gráfico 7.1 apresenta uma estimativa do efeito de ser mulher sobre a renda do trabalho em porcentagem. Enquanto, em 1976, uma mulher assalariada recebia em média um salário/hora 26,8% menor do que o de um assalariado homem igual em todos os demais atributos, as empreendedoras tiravam uma renda/hora em média 53,3% menor do que a de um empreendedor equivalente. Porém, o valor desse coeficiente, que representa a discriminação contra as mulheres vem caindo sensivelmente no período 1976-2006.

A discriminação contra as mulheres, porém, não se traduz em desigualdade racial, pois, como visto no *Sexto Capítulo*, a proporção de mulheres que possuem renda do trabalho nos grupos raciais é muito próxima, assim como o número médio de horas trabalhadas pelas mulheres de cada grupo.

GRÁFICO 7.1 EFEITO DE SER MULHER SOBRE A RENDA HORÁRIA DO TRABALHO PRINCIPAL. BRASIL, 1976, 1986, 1996 E 2006



FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados.

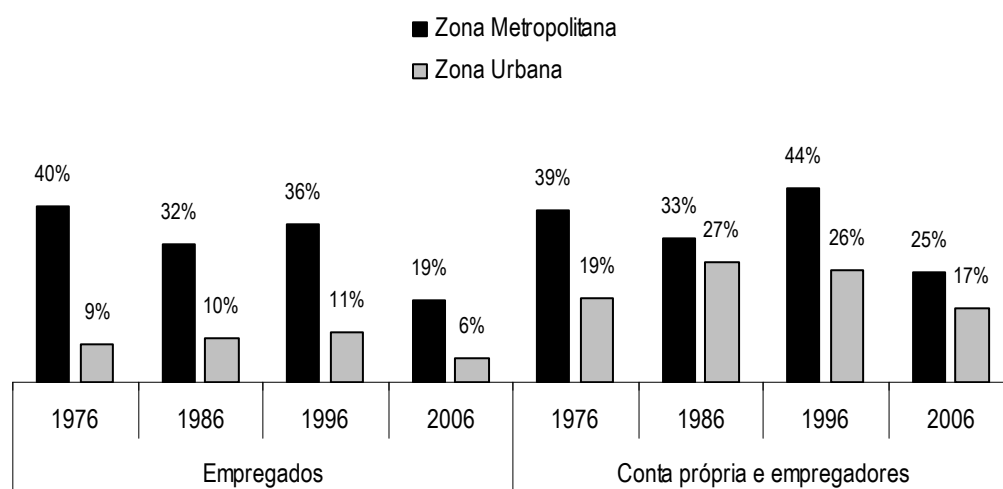
A zona de residência também tem efeitos sobre a desigualdade salarial, revelam os coeficientes da Tabela 7.4. Trabalhadores residentes em zonas metropolitanas têm renda

mais alta do que os residentes em zonas urbanas, que por sua vez têm renda mais alta do que os residentes em zonas rurais (categoria-base). Segundo o Gráfico 7.2, é em 2006 que os trabalhadores residentes em diferentes zonas têm rendas mais próximas. Mas mesmo nesse ano, um empregado na zona metropolitana recebia em média 19% a mais do que um na zona rural, e empreendedores recebiam 25% a mais.

Os trabalhadores negros se encontram sobre-representados nas zonas rurais. Pode-se ver, no Gráfico 7.3, que a proporção de trabalhadores negros, empregados ou empreendedores, é maior nas áreas rurais do que entre os trabalhadores em geral. Dado a remuneração ser em média menor nessas áreas, a diferença de renda segundo zonas de residência é uma fonte de desigualdade racial.

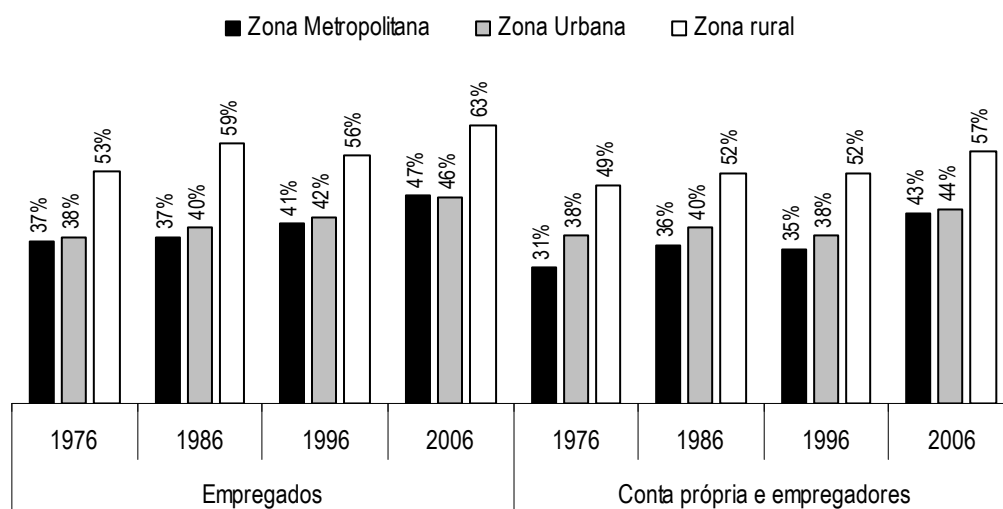
O estado de residência do trabalhador é outra fonte de desigualdade salarial. Dependendo do ano e do estado de residência, a renda horária média de um assalariado pode ser mais do que o dobro do que no estado-base, o Piauí. A renda de um empreendedor, dependendo do estado, pode ser mais do que o triplo do que no Piauí.

GRÁFICO 7.2 EFEITO DA ZONA DE RESIDÊNCIA SOBRE A RENDA HORÁRIA DO TRABALHO PRINCIPAL. BRASIL, 1976, 1986, 1996 E 2006



FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados.

GRÁFICO 7.3 PORCENTAGEM DE TRABALHADORES NEGROS POR ZONA DE RESIDÊNCIA. BRASIL, 1976, 1986, 1996 E 2006



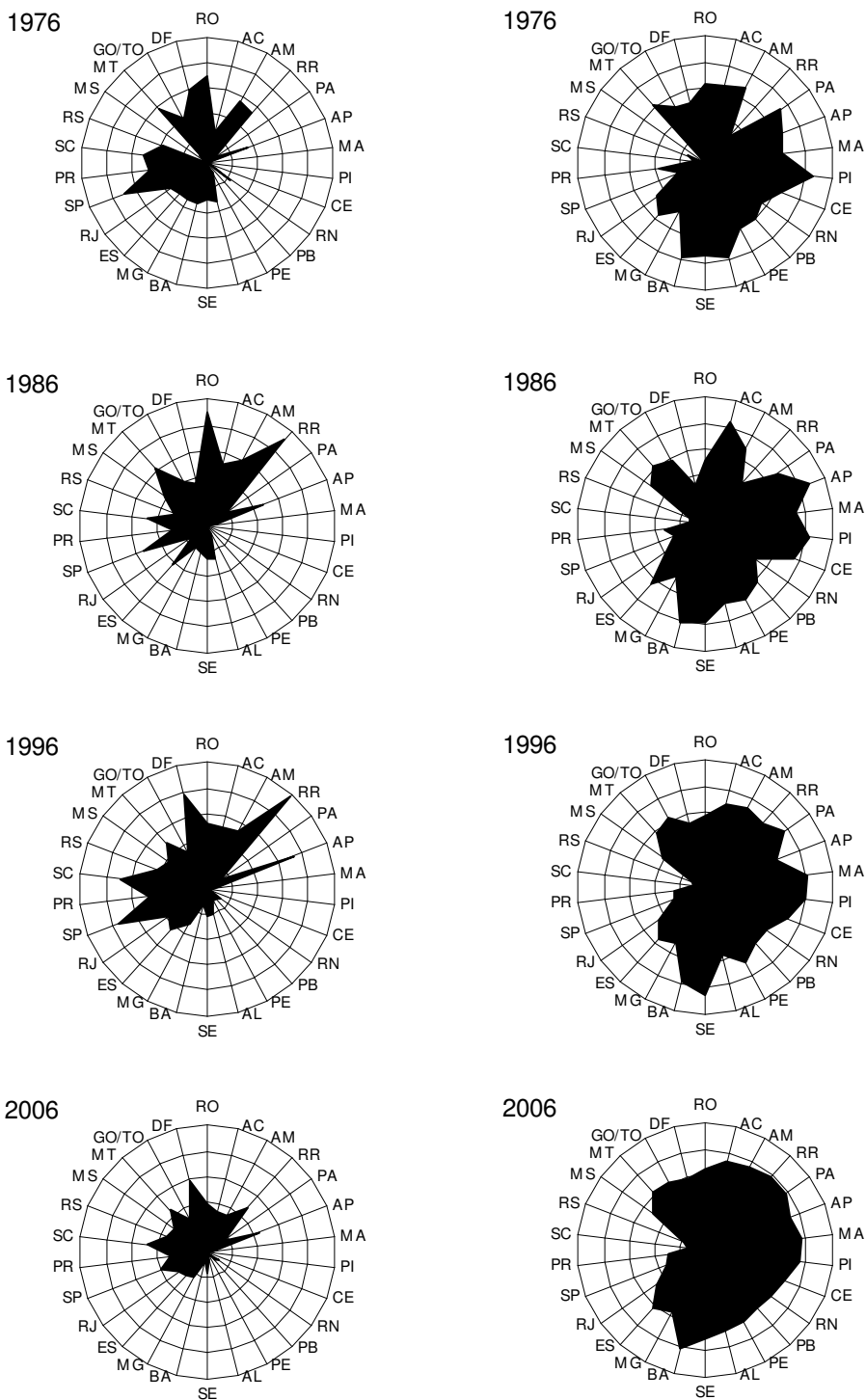
FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados.

O Gráfico 7.4 e o Gráfico 7.5 apresentam – respectivamente para empregados e empreendedores – nos subgráficos à esquerda o efeito estimado da unidade de federação de residência sobre a renda horária do trabalho principal; e nos subgráficos à direita a proporção de negros na população ocupada (amostra do modelo) em cada estado. No sentido horário, os estados se encontram ordenados por região e pelo código do IBGE (códigos que são atribuídos no sentido horário dentro de cada região).

Quanto aos efeitos, nota-se que as rendas médias são menores no Nordeste do que nas demais regiões. Distrito Federal, Mato Grosso, São Paulo, Santa Catarina e Roraima são as unidades da federação de maior nível de renda horária do trabalho. Os valores do efeito percentual sobre a renda média de se residir em cada estado tendo por base a residência no Piauí foram suprimidos dos subgráficos para facilitar a visualização dos padrões (mas podem ser calculados facilmente a partir da Tabela 7.4 conforme descrito na seção de técnicas).

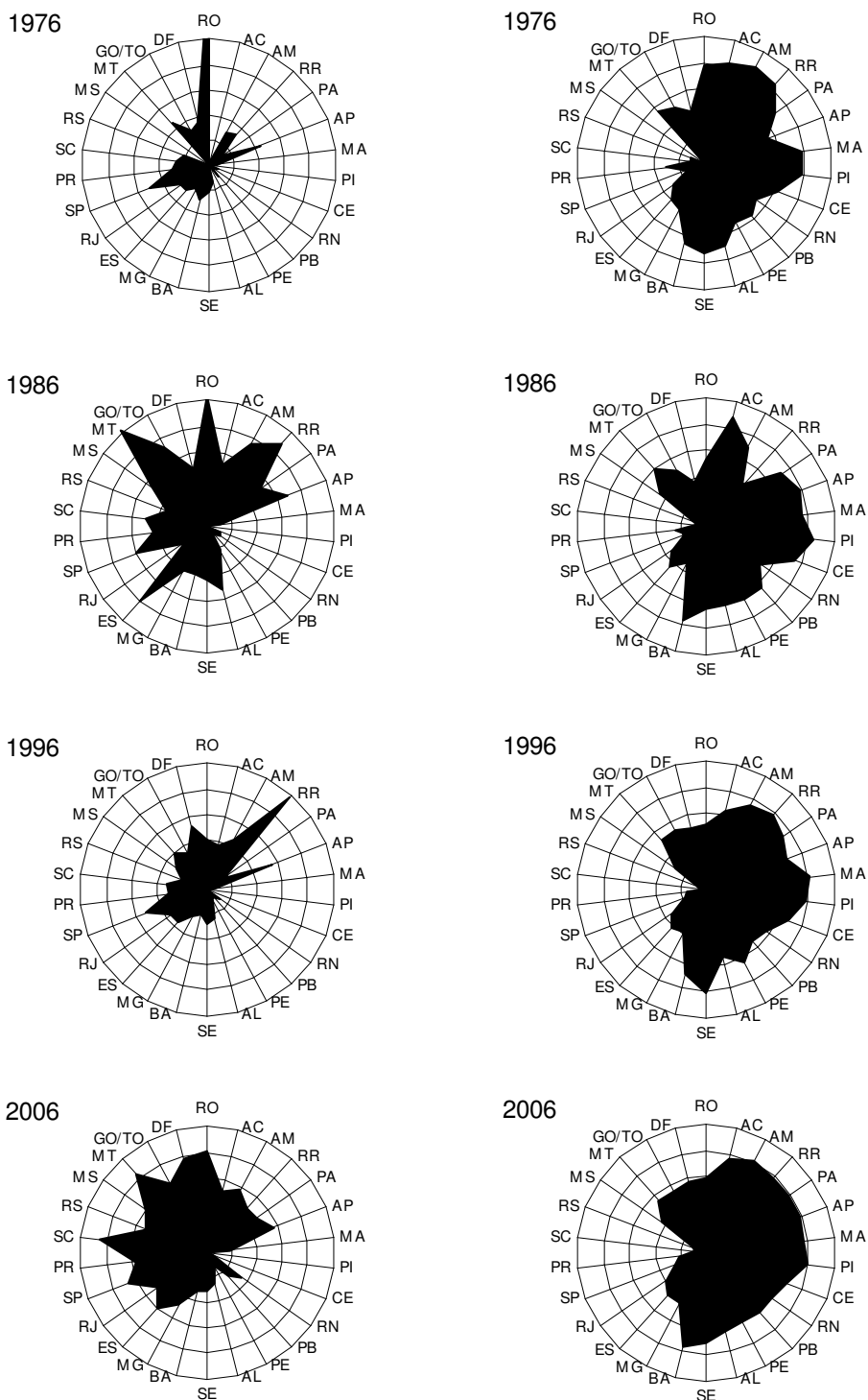
Os subgráficos à direita, por sua vez, revelam um padrão distinto. Os estados que possuem maior proporção de negros na sua população de trabalhadores ocupados são os do Centro-Oeste, Norte e os do Nordeste. Pode-se, portanto, dizer que a população negra está concentrada nestes estados (se não estivesse concentrada, todos os estados teriam aproximadamente a mesma proporção, e cada subgráfico apresentaria um círculo perfeito preenchido em preto).

GRÁFICO 7.4 EFEITO DA UNIDADE DA FEDERAÇÃO DE RESIDÊNCIA SOBRE A RENDA HORÁRIA DO TRABALHO PRINCIPAL E PORCENTAGEM DE NEGROS (EMPREGADOS). BRASIL, 1976, 1986, 1996 E 2006



FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados.

GRÁFICO 7.5 EFEITO DA UNIDADE DA FEDERAÇÃO DE RESIDÊNCIA SOBRE A RENDA HORÁRIA DO TRABALHO PRINCIPAL E PORCENTAGEM DE NEGROS (EMPREENDEDORES). BRASIL, 1976, 1986, 1996 E 2006



FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados.

Comparando os subgráficos, linha a linha, percebe-se que a mancha que representa a intensidade do efeito da unidade federativa de residência está concentrada, imaginando que a área de cada gráfico é como o mostrador de um relógio, “das oito às treze horas”, enquanto a população negra está concentrada das “dez às dezenove horas”. Ou seja, os trabalhadores negros estão concentrados nas unidades da federação nas quais os trabalhadores recebem relativamente menos pelas horas trabalhadas. Quando isso não acontece – caso de alguns estados da região norte que apresentavam remuneração bastante elevada, principalmente no passado – trata-se de estados de população pequena, de pouco peso na média nacional.

A distribuição espacial da população negra, por conseguinte, é um fator que produz desigualdade de nível na renda do trabalho.

Resumindo o quadro das variáveis de controle, sexo e idade, apesar de serem importantes determinantes da renda horária do trabalho, não são fontes de desigualdade racial, por que a estrutura demográfica dos trabalhadores negros e brancos é muito semelhante. Já a zona e a unidade da federação de residência são fontes de desigualdade racial na renda do trabalho, porque os negros estão relativamente sobre-representados nos estados de menor renda e nas áreas rurais.

Passando às variáveis de maior interesse, os coeficientes das variáveis de educação estão na Tabela 7.5. São todos positivos e significantes a qualquer nível convencional.

TABELA 7.5 COEFICIENTES DAS VARIÁVEIS DE EDUCAÇÃO.
BRASIL, 1976, 1986, 1996 E 2006

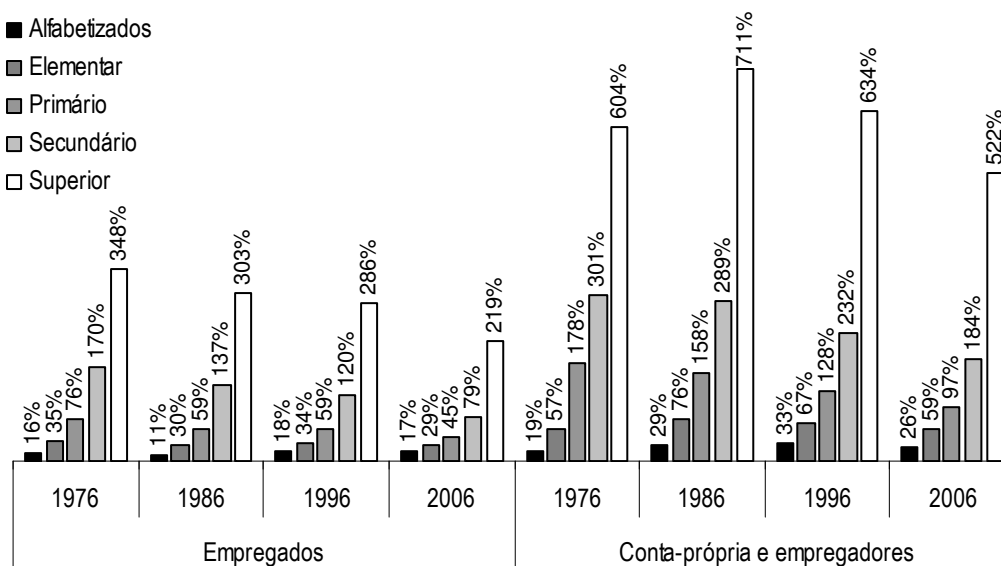
Característica	Empregados				Empreendedores			
	1976	1986	1996	2006	1976	1986	1996	2006
Analfabetos (base)	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Alfabetizados	0,148	0,106	0,164	0,159	0,176	0,255	0,282	0,235
Elementar	0,300	0,260	0,291	0,258	0,449	0,567	0,513	0,465
Primário	0,568	0,465	0,462	0,372	1,022	0,948	0,826	0,678
Secundário	0,994	0,862	0,789	0,584	1,390	1,360	1,200	1,045
Superior	1,500	1,394	1,351	1,159	1,952	2,093	1,993	1,827

FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados.

No Gráfico 7.6 são apresentadas as estimativas de quantos por cento, em média, as pessoas com níveis de educação mais elevados ganham em relação a um trabalhador analfabeto igual nas demais características. Dois fatos se sobressaem. O primeiro é que para os empreendedores o retorno à educação é mais elevado. O segundo é que os

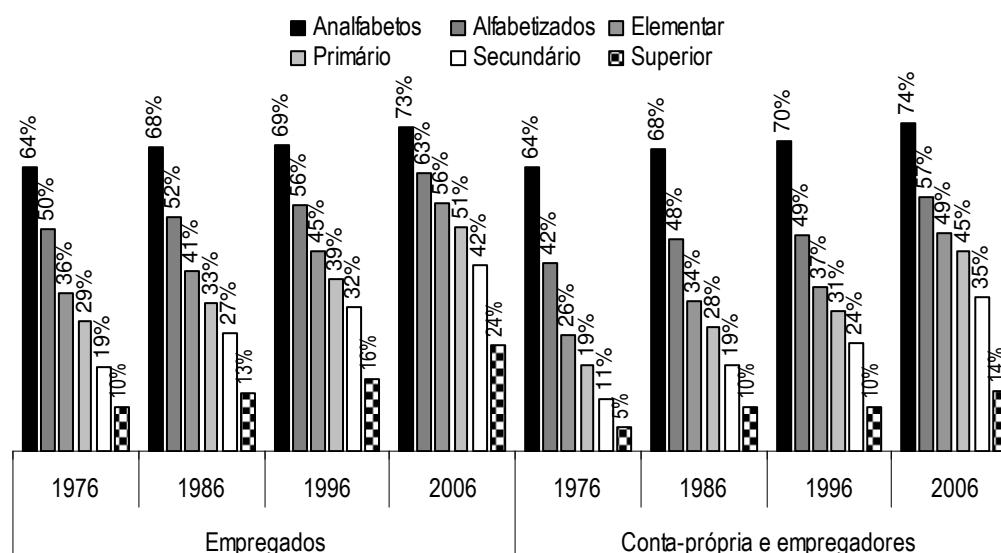
retornos aos níveis educacionais mais elevados caem ao longo do tempo. Essa queda é esperada à medida que mais pessoas atingem níveis mais elevados, isto é, que a população se torna mais educada e os trabalhadores mais qualificados menos raros.

GRÁFICO 7.6 EFEITO DA EDUCAÇÃO SOBRE A RENDA HORÁRIA DO TRABALHO PRINCIPAL. BRASIL, 1976, 1986, 1996 E 2006



FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados.

GRÁFICO 7.7 PORCENTAGEM DE TRABALHADORES NEGROS POR NÍVEL EDUCACIONAL. BRASIL, 1976, 1986, 1996 E 2006



FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados.

A distribuição de características educacionais de negros e brancos, por sua vez, é bem distinta. No Gráfico 7.7 tem-se a proporção de negros entre os trabalhadores de cada nível educacional. Os negros apresentam sobre-representação nos níveis educacionais mais baixos e sub-representação nos mais altos. Como os retornos aos níveis educacionais mais elevados são intensos, e a sub-representação dos negros nesses níveis também é intensa, pode-se afirmar com certeza que a distribuição distinta das características educacionais de cada grupo é uma fonte importante da desigualdade racial da renda do trabalho.

Além do fato de se referirem a grupos diferentes de trabalhadores, a principal diferença entre as equações da renda horária do trabalho de empregados e empreendedores está nas variáveis relativas à inserção no mercado de trabalho. Para os empregados o conjunto de variáveis dicotômicas representa os grupos ocupacionais (definidos na seção 5.2.1), enquanto para os conta-própria e empregadores representa o setor de atividade econômica.

Os coeficientes estimados para os grupos ocupacionais dos empregados são apresentados na Tabela 7.6. Apenas dois coeficientes não são significantes para qualquer nível convencional segundo a estatística *t*, e ambos os casos se referem a grupos ocupacionais cuja renda média é extremamente semelhante, no ano, à do grupo-base, o dos trabalhadores domésticos. Não há nenhuma surpresa nos coeficientes estimados, que se coadunam com julgamentos de senso comum sobre os grupos ocupacionais mais bem remunerados: advogados, médicos e outros profissionais de nível superior.

Um aspecto interessante é a redução da vantagem salarial relativa oferecida pela inserção na maior parte das categorias ocupacionais. É tão intensa, principalmente de 1986 a 1996, que no Gráfico 7.8, os subgráficos relativos aos retornos nos anos de 1996 e 2006 tiveram que ser produzidos com uma escala menor de valores do que a usada para os de 1976 e 1986 (respectivamente, valores máximos de 300 e 550%).

TABELA 7.6 COEFICIENTES DAS VARIÁVEIS DE OCUPAÇÃO (EMPREGADOS).
BRASIL, 1976, 1986, 1996 E 2006

Grupo ocupacional		1976	1986	1996	2006
11	Altos funcionários públicos	1.468	1.292	0.836	1.023
12	Administradores, gerentes e supervisores	1.531	1.251	0.753	0.797
20	Profissionais da engenharia, arquitetura e urbanismo	1.738	1.410	1.002	1.032
21	Profissionais da saúde	1.442	1.288	0.897	0.996
22	Profissionais do direito	1.779	1.549	1.356	1.087
23	Profissionais das ciências exatas	1.847	1.325	0.961	0.862
24	Profissionais das humanidades	1.306	1.141	0.596	0.642
25	Profissionais das ciências econômicas e informática	1.409	1.249	0.922	0.972
26	Profissionais das artes, dos esportes e das religiões	1.422	1.018	0.705	0.582
27	Professores em geral	0.937	0.799	0.437	0.528
28	Professores secundários	1.308	0.996	0.550	0.643
29	Professores universitários	1.728	1.185	0.805	0.925
30	Ocupações auxiliares da engenharia, arquitetura e urbanismo	1.172	1.126	0.662	0.614
31	Ocupações auxiliares da saúde	0.877	0.659	0.381	0.426
32	Ocupações auxiliares do direito	1.349	0.985	0.910	1.188
33	Ocupações auxiliares das ciências exatas	1.184	0.963	0.804	0.691
34	Ocupações aux. das humanidades das ciências econômicas e informática	1.462	1.155	0.589	0.582
36	Ocupações auxiliares das artes e religiões	1.073	0.874	0.300	0.667
37	Ocupações burocráticas e de escritório	0.964	0.744	0.402	0.422
40	Trabalhadores autônomos em atividades primárias	0.482	0.613	^(90.1) 0.050	-0.049
41	Trabalhadores agropecuários qualificados	0.739	0.399	-0.102	0.283
50	Ocupações na indústria de extração e produção de minerais	0.875	0.890	0.341	0.437
51	Ocupações nas indústrias metalúrgica e mecânica	1.012	0.805	0.401	0.377
52	Ocupações nas indústrias madeireira e moveleira	0.808	0.628	0.204	0.167
53	Ocupações na indústria têxtil e couros	0.786	0.634	0.260	0.203
54	Ocupações na indústria de alimentos e bebidas	0.610	0.512	0.133	0.102
55	Ocupações na indústria do vestuário	0.680	0.628	0.132	0.136
56	Ocupações na indústria da construção civil	0.815	0.624	0.241	0.140
57	Ocupações na indústria eletroeletrônica	1.122	0.940	0.557	0.451
58	Ocupações na indústria gráfica	0.984	0.791	0.419	0.275
59	Ocupações em outras indústrias de transformação	0.825	0.703	0.297	0.279
60	Balconistas e vendedores	0.608	0.486	0.145	0.183
61	Outras ocupações no comércio	1.538	1.240	0.571	0.580
71	Ocupações nos serviços de transportes	0.849	0.720	0.401	0.279
72	Ocupações nos serviços de comunicações	0.974	0.720	0.323	0.309
73	Ocupações nos serviços de higiene e cuidados pessoais	0.832	0.661	0.165	-0.151
74	Ocupações nos serviços de alimentação e hotelaria	0.622	0.382	0.088	0.129
75	Ocupações na defesa nacional e segurança pública	1.103	0.831	0.497	0.813
76	Ocupações no serviço doméstico (base)	0.000	0.000	0.000	0.000
77	Ocupações em prédios e condomínios	0.535	0.340	0.047	0.154
78	Ocupações na limpeza e serviços de urbanização	0.764	0.458	0.167	0.153

Grupo ocupacional		1976	1986	1996	2006
80	Trabalhadores autônomos de rua e vendedores ambulantes	0.490	0.469	0.113	[43,2]-0.035
81	Trabalhadores braçais	0.597	0.417	0.066	...

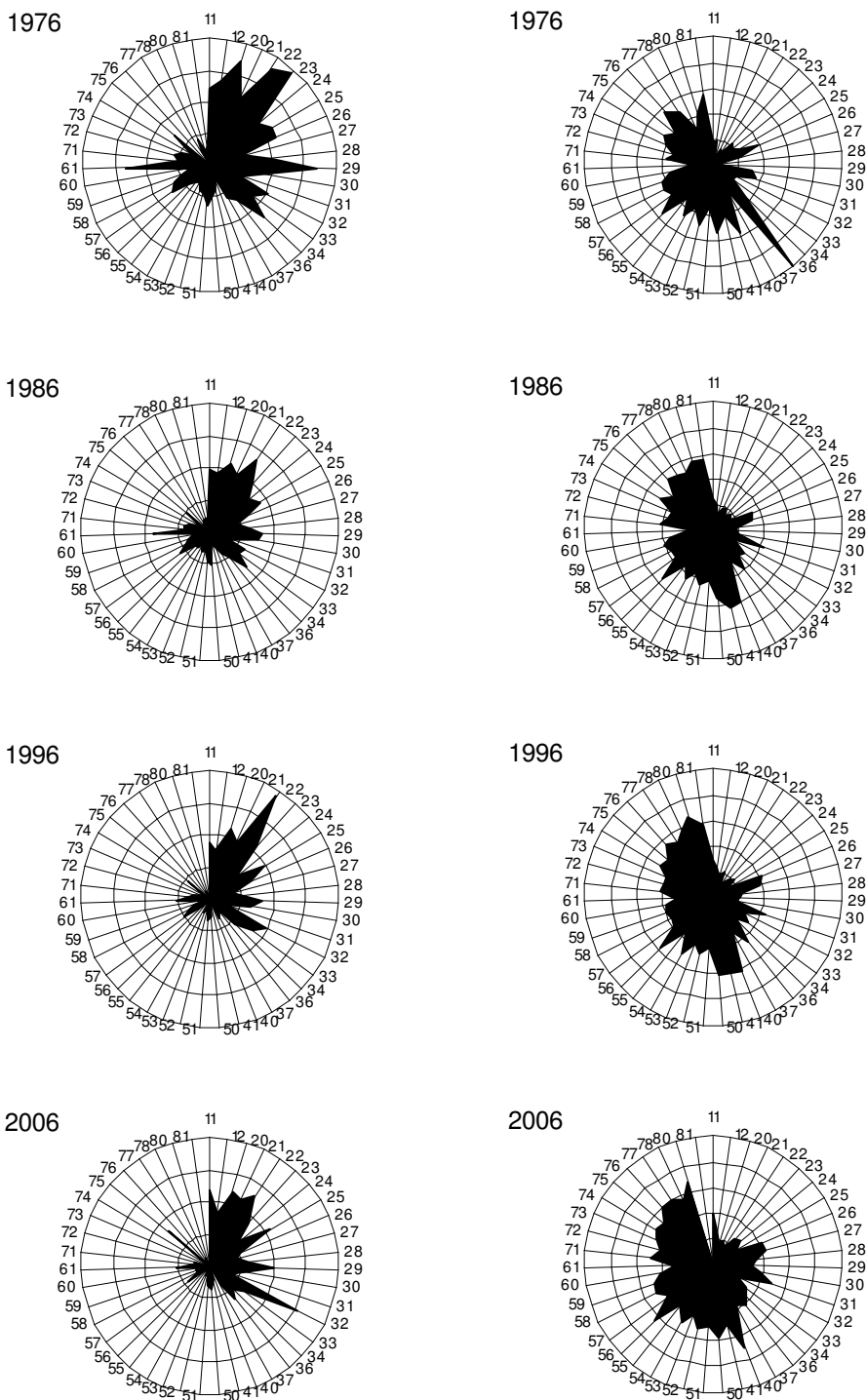
FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados.

No Gráfico 7.8, as categorias ocupacionais foram dispostas em sentido horário, ordenadas pelo código. Os subgráficos à esquerda representam o efeito porcentual estimado de pertencer a uma determinada categoria ocupacional sobre a renda hora do trabalho, em relação aos empregados domésticos. Apesar da diminuição dos retornos comentada acima, a forma das manchas desses subgráficos é semelhante, o que indica que as ocupações que remuneravam melhor no passado continuam a ser as que remuneram melhor.

Os subgráficos à direita, por sua vez, representam a proporção de negros em cada grupo ocupacional. Oferecem, por conseguinte, uma imagem da segmentação ocupacional. Convém ressaltar que se não existisse segmentação ocupacional por raça, a proporção de negros em todos os grupamentos ocupacionais seria a mesma, e a imagem do gráfico seria um círculo preenchido em preto de raio igual à proporção de negros entre os empregados no ano em questão. Todavia, não é isso que ocorre, e os negros se encontram concentrados em determinados grupos ocupacionais, caracterizando a segmentação. A segmentação não apenas é bem demarcada, como é estável ao longo do tempo, pois as manchas dos subgráficos à direita são razoavelmente semelhantes.

Comparando, linha a linha no Gráfico 7.8, o efeito da ocupação e a segmentação ocupacional por raça, nota-se nitidamente que os negros estão sobre-representados nas ocupações de menor remuneração e vice-versa. Por conseguinte, a segmentação ocupacional por raça dos empregados no mercado de trabalho também deve ser considerada uma fonte importante de desigualdade na renda do trabalho.

GRÁFICO 7.8 EFEITO DA OCUPAÇÃO SOBRE A RENDA HORÁRIA DO TRABALHO PRINCIPAL E PORCENTAGEM DE NEGROS (EMPREGADOS).
BRASIL, 1976, 1986, 1996 E 2006



FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados.

O equivalente do grupo ocupacional para os empreendedores é o setor de atividade em que atuavam. Os coeficientes estimados para as variáveis de setor de atividade, todos significantes para qualquer nível convencional, podem ser encontrados na Tabela 7.7.

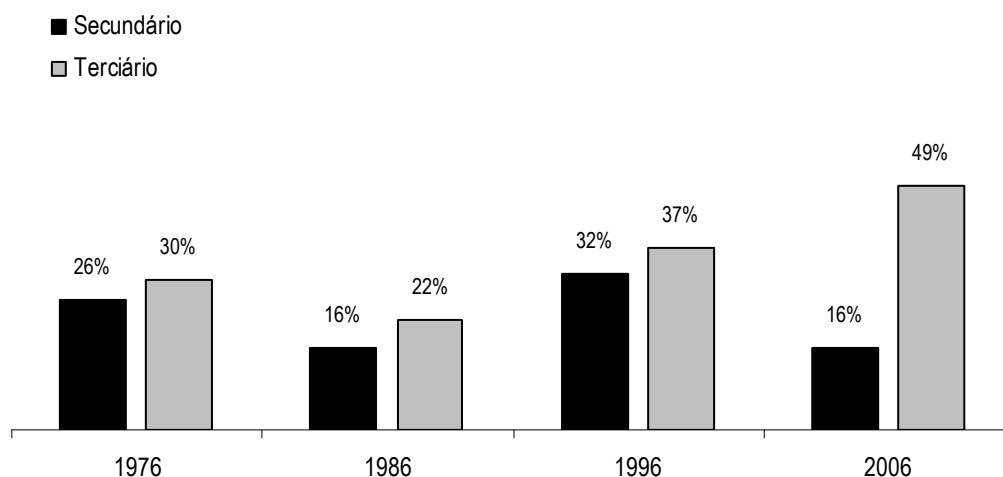
TABELA 7.7 COEFICIENTES DAS VARIÁVEIS DE SETOR DE ATIVIDADE (EMPREENDEDORES).
BRASIL, 1976, 1986, 1996 E 2006

Setor de Atividade	1976	1986	1996	2006
Primário (base)	0.000	0.000	0.000	0.000
Secundário	0.232	0.153	0.274	0.152
Terciário	0.265	0.201	0.312	0.399

FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados.

Os efeitos percentuais da atuação no setor secundário e no setor terciário da economia sobre a renda média, em relação aos empreendedores no setor primário são apresentados no Gráfico 7.9. Em média, empreendedores que atuam no setor terciário recebem mais do que os do setor secundário, que recebem mais do que os que atuam no setor primário.

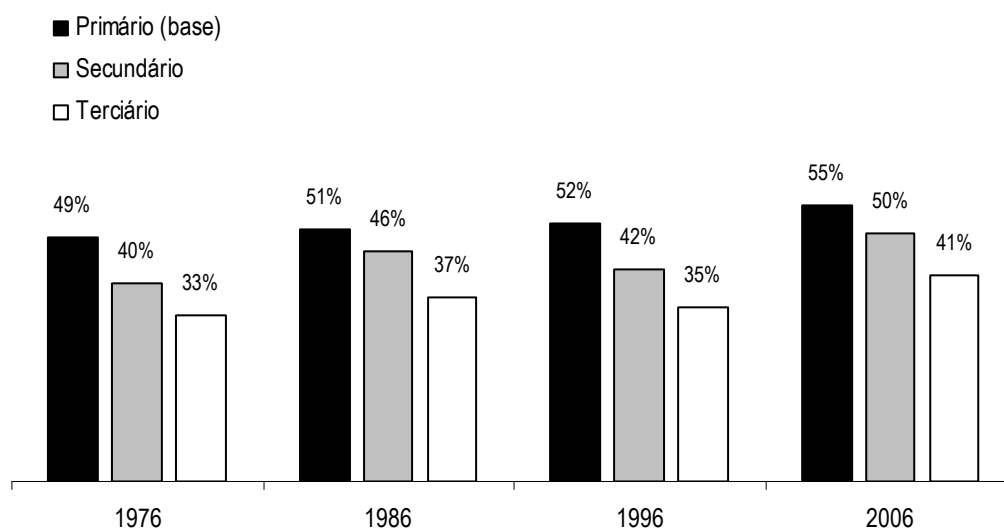
GRÁFICO 7.9 EFEITO DO SETOR DE ATIVIDADE SOBRE A RENDA HORÁRIA DO TRABALHO PRINCIPAL (EMPREENDEDORES).
BRASIL, 1976, 1986, 1996 E 2006



FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados.

No Gráfico 7.10 vê-se que a proporção de negros é maior nos setores primário e secundário da atividade econômica. Desta forma, a segmentação dos empreendedores negros por setor de atividade também se constitui em fonte de desigualdade racial na renda horária do trabalho.

GRÁFICO 7.10 PORCENTAGEM DE EMPREENDEDORES NEGROS POR SETOR DE ATIVIDADE.
BRASIL, 1976, 1986, 1996 E 2006



FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados.

Finalmente, na Tabela 7.8 são apresentados os coeficientes da variável de raça, negativos e significantes a qualquer nível convencional.

TABELA 7.8 COEFICIENTES DA VARIÁVEL DE RAÇA.
BRASIL, 1976, 1986, 1996 E 2006

Raça	Empregados				Conta própria e empregadores			
	1976	1986	1996	2006	1976	1986	1996	2006
Branco (base)	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
Negros	-0.081	-0.083	-0.102	-0.079	-0.198	-0.201	-0.185	-0.185

FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados.

Os efeitos percentuais de ser negro sobre a renda horária média do trabalho principal calculado a partir dos coeficientes das regressões foram representados no Gráfico 7.11. Empregados negros ganham em média por volta de 8% menos do que empregados brancos com as mesmas características; e empreendedores negros, por volta de 17% menos. Os efeitos são maiores para os empreendedores do que para os empregados, todavia, para ambos os grupos, a discriminação racial direta, é estável ao longo do tempo. Note-se que, como foi visto, embora a discriminação de gênero seja ainda maior do que a racial, aquela se reduziu consideravelmente no período.

GRÁFICO 7.11 EFEITO DA RAÇA SOBRE A RENDA HORÁRIA DO TRABALHO PRINCIPAL.
BRASIL, 1976, 1986, 1996 E 2006



FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados.

7.3.2 Simulações

Os resultados dos modelos apresentados na seção precedente permitiram identificar as principais fontes da desigualdade na renda horária do trabalho, que por sua vez é a principal fonte da desigualdade racial da renda domiciliar *per capita*. Essas fontes são: a concentração relativa da população negra nas unidades mais pobres da federação e nas zonas rurais; o menor nível educacional da população negra; a segmentação ocupacional caracterizada pela concentração dos negros nas ocupações (ou setores de atividade) menos remuneradas; e a discriminação racial pura, isto é, o fato de que negros ganham em média menos do que brancos iguais a eles nas características observadas. Idade e sexo, as duas outras características consideradas nos modelos, não são fontes importantes de desigualdade racial por que os grupos raciais são muito semelhantes no que toca à estrutura etária e à razão entre os sexos de seus trabalhadores.

Portanto, se o desaparecimento simultâneo dessas fontes de desigualdade racial na renda horária do trabalho fosse simulado, considerando que não há diferenciais relevantes de operosidade, os resultados obtidos seriam muito próximos dos apresentados na Tabela 6.6, que mostrou o resultado de uma simulação na qual aos negros era dada a renda do trabalho principal dos brancos. Entretanto, o objetivo desta seção é identificar a principal fonte de desigualdade racial na renda horária do trabalho, em termos do seu

impacto na desigualdade racial na renda domiciliar *per capita*. Para tanto, foram feitas seis simulações, cujos resultados podem ser conferidos na Tabela 7.9.

Na Tabela 7.9 são apresentados os três indicadores de desigualdade racial de renda definidos no *Quarto Capítulo* para as rendas domiciliares *per capita* simuladas. A primeira simulação consistiu em suprimir o efeito da discriminação racial pura. A segunda na supressão da segmentação ocupacional. E a terceira na supressão das diferenças educacionais. Depois, foram feitas três simulações adicionais, combinações das primeiras. Na quarta, são suprimidos tanto os efeitos da discriminação pura, quanto da segmentação ocupacional. Na quinta se suprime a segmentação e a desigualdade educacional. E na sexta, foram suprimidas todas as principais fontes de desigualdade, menos a concentração espacial (unidade da federação e zona de residência).

TABELA 7.9 INDICADORES DE DESIGUALDADE RACIAL DE RENDA PARA DISTRIBUIÇÕES SIMULADAS. BRASIL, 1976, 1986, 1996 E 2006

Ano e indicador	Simulação						
	1 Sem discriminação	2 Sem segmentação	3 Igual educação	4 (1+2)	5 (2+3)	6 (1+2+3)	
1976	Razão	45.3	45.5	53.4	49.4	58.9	64.3
	Tentre	7.7	7.6	5.0	6.4	3.7	2.7
	Conc.	-29.6	-30.4	-26.3	-26.3	-23.1	-18.8
1986	Razão	47.3	46.0	57.4	50.6	61.6	68.2
	Tentre	8.7	9.2	5.0	7.4	3.9	2.5
	Conc.	-35.0	-36.5	-29.7	-32.1	-26.9	-22.3
1996	Razão	45.8	44.0	52.2	47.9	54.7	60.0
	Tentre	9.5	10.2	6.7	8.6	5.9	4.4
	Conc.	-35.1	-36.9	-31.8	-33.3	-30.0	-26.2
2006	Razão	50.3	49.5	55.3	52.7	58.2	62.3
	Tentre	9.0	9.2	6.7	7.9	5.7	4.4
	Conc.	-33.8	-35.0	-31.2	-32.1	-29.5	-26.5

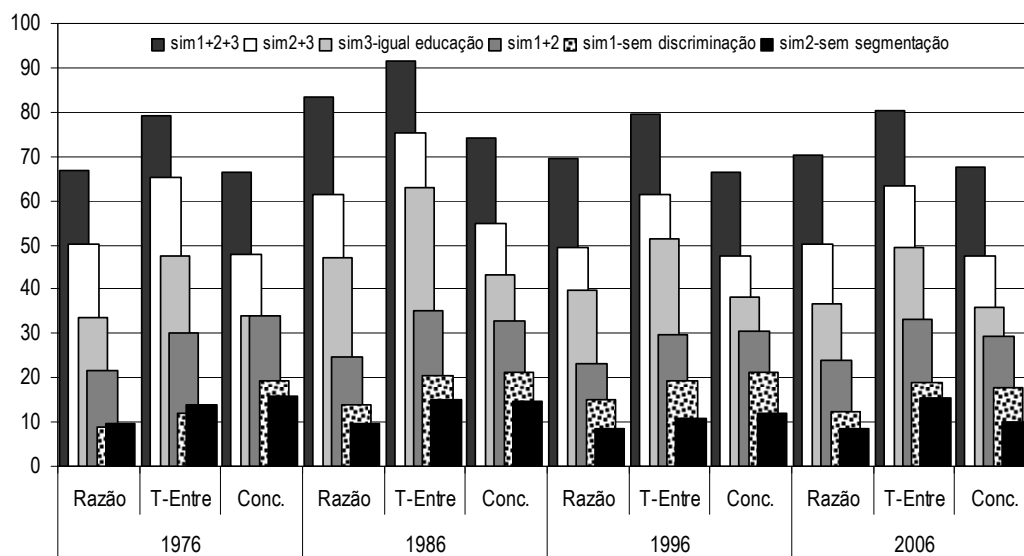
FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados.

A supressão da discriminação racial pura tem impacto de magnitude semelhante ao da eliminação da segmentação sobre os indicadores de desigualdade. Das três simulações básicas, a supressão das diferenças educacionais é a que resulta em maior impacto. A redução da desigualdade ocasionada pela equalização das características educacionais é maior do que a ocasionada na quarta simulação, na qual a discriminação e a segmentação são suprimidas conjuntamente. E, como esperado, a maior redução da desigualdade ocorre quando se simula a supressão das três fontes consideradas.

Para avaliar o tamanho do impacto dessas simulações, pode-se voltar ao Gráfico 4.7 no qual são apresentados os valores observados dos indicadores de desigualdade, ou à Tabela 6.6, onde são apresentados os indicadores após a simulação da equalização total da renda do trabalho de brancos e negros.

Ou então, pode-se observar o Gráfico 7.12. Nesse, a diferença dos indicadores da Tabela 7.9 em relação aos valores observados (Gráfico 4.7) é apresentada como porcentagem da diferença dos indicadores da Tabela 6.6 em relação aos valores observados. No Gráfico 7.12, a parcela que falta para completar 100% na sexta simulação (sim 1+2+3) pode ser quase integralmente atribuída à concentração espacial da população negra – cuja supressão não foi simulada.

GRÁFICO 7.12 REDUÇÃO DA DESIGUALDADE EM CADA SIMULAÇÃO PARCIAL COMO PORCENTAGEM DA REDUÇÃO OBTIDA PELA SIMULAÇÃO DA EQUALIZAÇÃO COMPLETA DA RENDA DO TRABALHO PRINCIPAL. BRASIL, 1976, 1986, 1996 E 2006



FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados.

Os resultados das simulações permitem, portanto, concluir que a principal fonte da desigualdade racial de renda são as diferenças educacionais entre os dois grupos, ainda que as outras fontes de desigualdade identificadas não sejam negligenciáveis.

7.4 Conclusões preliminares

As evidências apresentadas neste capítulo mostram que a principal razão de os negros terem rendas do trabalho menores, em média, do que as dos brancos é a desigualdade educacional entre os dois grupos. Corroboram, por conseguinte, a quinta hipótese, a de que a educação é a principal fonte da desigualdade de renda do trabalho. Isso vale para as duas grandes categorias de trabalhadores consideradas, empregados e empreendedores.

Pela ordem, inicialmente a exploração dos modelos lineares usados para decompor a desigualdade na distribuição da renda do trabalho revelou que a idade e o sexo dos trabalhadores não são fontes relevantes de desigualdade racial na renda do trabalho. Essas características, que representam respectivamente a experiência e as desigualdades de gênero, são determinantes importantes da desigualdade dentro de cada grupo racial, mas não entre os grupos. Isso acontece por que a composição demográfica dos grupos raciais é semelhante em termos da estrutura etária e das razões entre sexos específicas por faixas de idade, e os grupos também são similares em termos da participação dessa população no mercado de trabalho. Assim, a parcela da desigualdade racial ocasionada por esses fatores é desprezível

Uma fonte mais relevante de desigualdade racial é a zona de residência. A renda do trabalho é mais alta nas zonas metropolitanas e nas zonas urbanas. Como há relativamente mais trabalhadores negros nas zonas rurais, a sub-representação dos negros nas zonas que oferecem rendas maiores, por composição, provoca desigualdade racial. Todavia, a intensidade da desigualdade racial provocada pela zona de residência deve ser considerada pequena. Primeiro por que a maior parte da população brasileira, independentemente dos grupos de cor, reside em áreas urbanas ou metropolitanas; segundo por que a sub-representação dos negros nessas zonas não é muito intensa; terceiro por que a vantagem salarial de quem mora nessas zonas não é grande.

A primeira fonte realmente importante de desigualdade racial encontrada na análise foi a unidade da federação em que residia o trabalhador. Há relativamente mais trabalhadores negros nos estados em que os níveis de renda são mais elevados, o que produz desigualdade racial por composição. Dado a composição racial variar muito no território nacional, a intensidade da desigualdade regional termina se traduzindo parcialmente em desigualdade racial na renda do trabalho.

A segunda fonte importante de desigualdade racial na renda do trabalho é a desigualdade educacional, sobre a qual estavam centrados os holofotes neste capítulo. A desigualdade educacional produz desigualdade racial por composição, da mesma forma que o local de residência. Quanto mais elevado o nível educacional, mais bem remunerados são os trabalhadores, porém os negros se apresentam em proporções maiores nos níveis educacionais mais baixos e menores nos mais altos, fazendo com que no fim das contas a renda média dos negros seja menor.

A inserção desigual dos negros no mercado de trabalho, representada pelas ocupações dos empregados, e pelos setores de atividade dos empreendedores, se mostrou outra fonte importante de desigualdade racial na renda do trabalho. Mais uma vez, isso se deve ao fato de os negros estarem sobre-representados nos grupos ocupacionais ou nos setores de atividade econômica que oferecem os menores retornos em renda, provocando a desigualdade por composição.

A última fonte de desigualdade racial analisada foi a discriminação pura e simples no mercado de trabalho. Isto é, a diferença média de rendimentos entre trabalhadores brancos e negros iguais nas demais características controladas pelo modelo. Viu-se que quando se comparam empregados negros e brancos de mesma idade, mesmo sexo, residindo na mesma unidade da federação, no mesmo tipo de zona, com o mesmo nível educacional, e no mesmo agrupamento ocupacional, os negros ganham em média 8% a menos. No caso dos empreendedores, a discriminação faz com que a renda de um negro seja em média 17% menor. Um fato digno de nota é que a desigualdade nos retornos a muitas das características modeladas tem diminuído ao longo dos anos. Porém, o preço de ser negro para os trabalhadores pretos e pardos tem permanecido relativamente inalterado.

Comparar o potencial de cada fator para a produção da desigualdade racial de renda do trabalho, a partir dos resultados dos modelos e das distribuições das características, tendo como pano de fundo as evidências relatadas por outros estudos, já seria suficiente para considerar que a educação é de fato a principal fonte individual da desigualdade, corroborando a quinta hipótese. Entretanto, o peso de uma fonte sobre a desigualdade também é mediado por outros aspectos, razão pela qual se empreenderam simulações de cenários contrafatuais nas quais uma ou mais fontes de desigualdade foram suprimidas.

Essas simulações permitiram estimar o quanto cada fonte de desigualdade racial na renda do trabalho termina por, mediante essa, influenciar a desigualdade na renda domiciliar *per capita*. As simulações mostraram, por exemplo, que embora a partir dos coeficientes se pudesse pensar que a segmentação ocupacional e por setor de atividade fossem fontes mais importantes de desigualdade racial do que a discriminação, é o contrário que ocorre.

As simulações foram avaliadas tendo como parâmetro a redução de desigualdade obtida com a equalização da distribuição da renda do trabalho principal dos negros a dos brancos, apresentada no *Sexto Capítulo*. Essa equalização representa a supressão simultânea de todas as fontes de desigualdade racial na renda do trabalho, enquanto nas seis simulações deste capítulo apenas parte das fontes é suprimida. Os efeitos da supressão parcial ficam bem caracterizados como porcentagem do efeito obtido com a supressão total, conforme apresentado no último gráfico deste capítulo.

Pôde-se então constatar que, a fonte individual menos importante de desigualdade é a segmentação ocupacional e por atividade, imediatamente abaixo da discriminação racial. Ao se suprimir essas duas fontes conjuntamente, aumenta o efeito obtido, em termos de redução da desigualdade, como esperado. Porém, o efeito conjunto desses fatores é consideravelmente inferior ao efeito obtido pela simples supressão da desigualdade educacional entre os grupos raciais.

Isso não quer dizer que os demais fatores não sejam importantes. Isoladamente, a educação responde sozinha por algo, dependendo do indicador e do ano, por de 33 a 63% da redução da desigualdade racial de renda domiciliar *per capita* obtida mediante a equalização completa da renda do trabalho entre grupos raciais. Educação, mais a segmentação, mais a discriminação, suprimidas conjuntamente, resultam em de 67 a 92% da redução da desigualdade no cenário de equalização completa do *Sexto Capítulo*. Logicamente, os demais fatores, com destaque às desigualdades regionais, respondem por algo em torno de 8 a 33% da redução.

As grandes diferenças nos resultados das simulações, todavia, não deixam a menor dúvida quanto ao fato de que a educação é a principal fonte da desigualdade racial na renda do trabalho.

Capítulo 8: A desigualdade racial na educação

As evidências analisadas nos capítulos anteriores corroboraram as hipóteses: da existência da desigualdade racial de renda; de sua persistência; da baixa mobilidade generalizada; da renda do trabalho como principal fator de desigualdade racial de renda; e da educação como principal fator da desigualdade racial de renda do trabalho. Este capítulo se dedica ao teste da sexta e última hipótese, a de que a origem social é a principal fonte da desigualdade educacional.

No capítulo anterior, trabalhou-se assumindo que a origem social se transmite via educação para o mercado de trabalho. Todavia, para que tal assertiva seja válida, é preciso que a origem social seja o principal determinante da desigualdade educacional entre negros e brancos. Caso contrário, se o principal determinante da desigualdade educacional fosse a discriminação racial na escola, toda a tese deveria ser rejeitada. As evidências deste capítulo, porém, corroboram a hipótese da preponderância da origem social como fonte da desigualdade educacional.

Estudos progressos sobre mobilidade social que prestaram atenção à dimensão racial da estratificação já haviam concluído sobre a importância dos resultados alcançados ao fim da trajetória educacional para a reprodução das desigualdades (cf. o *Primeiro, Terceiro e Quinto Capítulos*). Todavia, tais estudos normalmente atentaram ao resultado ao fim da trajetória, e não no resultado parcial ao fim de cada etapa, cumprida ou não, da trajetória: a alfabetização, o primário, o secundário, o superior. Neste capítulo, a estratégia consiste em seguir alguns brasileiros, a coorte nascida de 1973 a 1977 de ambos os grupos raciais, ao longo de sua trajetória educacional.

Antes da seção que apresenta os resultados dessa análise, este capítulo inclui uma de antecedentes e uma de método e técnicas após esta introdução. Na seção de antecedentes, a bibliografia sobre desigualdade educacional e raça no Brasil é classificada em quatro vertentes, uma das quais é analisada em maior detalhe, a do estudo das relações entre discriminação racial e desigualdade racial de educação com técnicas estatísticas a partir de bases de dados provenientes de pesquisas de grandes amostras.

Na seção de métodos e técnicas apresenta-se a justificativa para a escolha da coorte nascida de 1973 a 1977 para o estudo. Depois, são discutidos os indicadores de

educação empregados para caracterizar a trajetória dos negros e dos brancos da coorte. A seção se encerra com uma discussão dos modelos empregados para estimar o peso da origem social e o da discriminação racial no processo de produção das desigualdades educacionais entre os negros e os brancos dessa geração.

Finalmente, o estudo, apresentado na seção dos resultados, começa com os indicadores de educação da coorte em anos específicos, nos quais todos deveriam idealmente ter atingido um determinado resultado. Em 1982, a coorte é analisada para verificar qual parcela deles já se alfabetizou. Em 1987 para verificar se completaram a quarta série primária; em 1992 para verificar se completaram o primeiro grau; em 1996 para verificar se completaram o segundo grau. Também em 1996, se verificam quantos dos que completaram o segundo grau estavam freqüentando o ensino superior.

Em cada um desses encontros, algumas características dos membros da coorte são chamadas a explicar, por meio de um modelo estatístico, o sucesso na obtenção dos resultados. Essas características são: a região de residência e o tipo de área, se rural ou urbana; a educação da pessoa de referência do grupo doméstico; a renda *per capita* do grupo doméstico; e a raça da pessoa. As estimações desses modelos permitem, portanto, avaliar o peso da discriminação racial vis-à-vis o peso da herança social (mobilidade), e o peso dos fatores regionais na produção do sucesso educacional.

As conclusões da análise do peso relativo dos diversos elementos que produzem a desigualdade são três. Uma é que mesmo controlando-se a herança social e os fatores regionais existem diferenças atribuíveis à discriminação racial. Outra é que o peso da discriminação racial não é constante, varia segundo os outros fatores, e tende a ser maior quando os resultados educacionais em questão são difíceis de serem atingidos. A terceira é a de que, a despeito da importância da discriminação racial, constata-se definitivamente neste capítulo que o efeito da origem social é claramente preponderante na produção da desigualdade educacional. A sexta hipótese, e, por conseguinte, a tese, é corroborada.

8.1 Raça e educação: antecedentes

Os estudos clássicos discutidos no *Primeiro Capítulo* já haviam se dedicado ao tema das relações entre raça e educação, mas a partir dos anos 1980 a bibliografia sobre o assunto se multiplica. O problema de como a discriminação racial nas escolas afeta as realizações educacionais dos jovens negros, ajudando a reproduzir intergeracionalmente a desigualdade racial passa a ser intensamente estudado, sob várias abordagens. Embora ainda existam lacunas no conhecimento sobre a relação entre as desigualdades raciais na educação e a discriminação racial, a bibliografia sobre o assunto já é vasta ao ponto de não poder ser totalmente dominada. MIRANDA, AGUIAR e PIERRO (2004) arrolam por volta de quinhentos títulos sobre raça e educação que constituem os trabalhos mais citados a partir da década de 1990.

Examinando o material disponível, percebe-se que pode classificá-lo em quatro grandes vertentes. A primeira é composta por relatos de militantes e instituições de suas experiências próprias de promoção de projetos educacionais e de valorização da identidade e da cultura negra. A segunda é a vertente que trata da discriminação nas escolas. Essa é a maior linha em número de trabalhos acadêmicos, e envolve desde a denúncia dos casos de discriminação no ambiente escolar e dos exemplos de preconceito ou de invisibilização dos negros nos livros didáticos, até as propostas pedagógicas para se lidar com os temas da discriminação e do preconceito em sala de aula. A terceira vertente engloba os debates sobre políticas afirmativas no campo da educação, em particular os debates sobre o acesso ao ensino superior e sobre a implantação da história da África nos currículos escolares (no que se relaciona com a segunda vertente). A quarta vertente é a que tem mais afinidade com o tipo de estudo aqui conduzido, tratando das relações entre desigualdades raciais na educação e a discriminação a partir de abordagens quantitativas. Nesta revisão dos antecedentes, dar-se-á maior ênfase à quarta vertente, mas antes serão vistas brevemente as características das demais.

O movimento negro tem uma longa história de valorização da educação como meio de superação das desvantagens raciais e de manutenção de valores e tradições culturais. A vertente dos relatos conta as histórias das iniciativas isoladas de grupos ou de militantes solitários que decidem chamar para si a responsabilidade de auxiliar na educação de outros negros. Pode ser um projeto de alfabetização, de reforço escolar, ou aulas de

capoeira. Podem ser conduzidos em uma associação de moradores, em igrejas, ou mesmo em escolas públicas. Esses relatos normalmente têm fundo emocional e autobiográfico. Bons exemplos podem ser encontrados no número 63 dos *Cadernos de Pesquisa* da Fundação Carlos Chagas, que reuniu os trabalhos do Seminário “O Negro e a Educação”, realizado em 1986, que contava com uma sessão dedicada a esses relatos (cf., dentre os 16 apresentados, os relatos de DEUS, 1987; GONÇALVES, 1987; MELLO, 1987; PAIXÃO, 1987).

A segunda vertente da bibliografia se dedica essencialmente ao problema da socialização e da construção da identidade das crianças negras em uma sociedade onde o racismo e o preconceito são veiculados ora de forma aberta, ora fechada, e freqüentemente se traduzem em práticas discriminatórias nem sempre diretamente detectáveis. Os estudos que se inserem nessa vertente começam pelo questionamento do discurso universalista, que irrefletidamente confunde o ideal de que a escola trate igualmente os seus alunos com a realidade, a despeito das evidências de que os alunos negros não são tratados da mesma forma que os brancos. Isso não por que a escola em si seja racista, mas por estar inserida em uma sociedade preconceituosa. Educadores, pais e alunos trazem o preconceito para a escola. E embora o espaço educacional não seja uma caixa vazia onde as variáveis externas ecoam (RAMA, 1989), esconder a diversidade dos alunos sob o discurso universalista apenas contribui para que a escola, ao invés de contrapor e neutralizar o preconceito racial, o ratifique.

As questões que envolvem a parte da socialização das crianças negras conduzida nas escolas vão além dos problemas de ordem propriamente pedagógica e incluem os de ordem psicológica. “*O problema é a rejeição que sentimos quando entramos em qualquer lugar onde somos as únicas pessoas negras e todos nos olham perguntando: “o que é que essa neguinha está fazendo aqui?”*” (LOPES, 1987: 39). As escolas, principalmente as da rede pública, acabam por ser revelar duplamente cruéis para as crianças negras. Primeiro, por serem pobres e terem um fraco desempenho, pois “*o aproveitamento educacional das crianças está estritamente relacionado com o capital sociocultural de suas famílias de origem, como se não existisse nenhuma mediação pedagógica capaz de alterar a capacidade de aprendizagem*” (RAMA, 1989: 29). Segundo, por que de várias formas, na escola, as crianças negras aprendem, com o concurso dos educadores, de seus colegas e das famílias, que o negro tem um lugar subalterno na sociedade.

Quais são as características dessa socialização para a aceitação de uma inferioridade construída, quais suas conseqüências sobre a identidade das crianças negras, quais são as práticas pedagógicas e as mudanças necessárias para que a escola ao invés de reproduzir, neutralize os discursos preconceituosos, contribuindo para o combate à desigualdade racial? São as principais questões dessa segunda vertente de estudos, presentes em trabalhos do já citado número 63 dos *Cadernos de Pesquisa* da Fundação Carlos Chagas, coletâneas de artigos de especialistas em educação e raça (cf. AQUINO, 1998; COR-DA-BAHIA, 2000; CAVALLEIRO, 2001; MUNANGA, 2001; OLIVEIRA, 2002), artigos em periódicos e livros (e.g. FIGUEIRA, 1990; JÚNIOR, 2002), e em grande parte da bibliografia coligida por MIRANDA, AGUIAR e PIERRO (2004)

É importante mencionar que grande atenção foi dada ao papel dos livros didáticos na reprodução dos preconceitos e da idéia de que os negros devem ocupar um lugar social subalterno. Existem inúmeros estudos sobre o tema (cf., dentre outros, NEGRÃO, 1987; PINTO, R. P., 1987; SANTOS, J. R. D., 1987; TRIUMPHO, 1987; LIMA, H. P., 2001; SOUSA, 2001; COSTA, C. S. D., 2007). Constataram que nos livros didáticos (e/ou na bibliografia infanto-juvenil) havia ausência de conteúdo positivo relacionado aos negros, sempre representados como escravos ou selvagens, em oposição à representação dos brancos como conquistadores, aventureiros e portadores e disseminadores da civilização e da cultura. Em alguns casos, detectavam-se mesmo conteúdos negativos sobre os negros, que iam desde mensagens preconceituosas não explícitas, subliminares, até o preconceito aberto e grosseiro.

Assim, o conteúdo dos livros ofereceria um problema para a socialização e a construção da identidade das crianças negras. As imagens enviesadas dos negros seriam um fator redutor da auto-estima de crianças negras, prejudicando suas perspectivas de conquistas educacionais, com conseqüências de longo prazo. Havia uma falta de exemplos positivos, de heróis, nos quais as crianças negras pudessem se espelhar e inspirar, conjugada ao oferecimento de uma série de considerações preconceituosas, estabelecendo limites ao horizonte de aspirações que determina os objetivos que as pessoas definem para suas vidas.

Muitas propostas de mudanças estruturais, pedagógicas e curriculares no sistema de ensino emergiram dos trabalhos dessa segunda vertente. No início da década de 2000, algumas dessas propostas saem do papel, principalmente por meio da adoção de quotas para o ingresso no ensino superior, por parte de algumas universidades públicas

estaduais e federais, e por meio da lei (10.639/2003) que alterou a lei de diretrizes e bases da educação nacional tornando obrigatório o ensino da “temática e cultura afro-brasileira” nas escolas. Essas foram as principais, mas não as únicas ações adotadas pelo Estado a partir da influência dos estudos da segunda vertente. Outras ações incluíram uma análise mais detalhada do conteúdo dos livros didáticos aprovados para o uso na escola pública, visando à supressão das manifestações mais grosseiras de preconceito, o apoio a cursos pré-vestibulares para negros, e a consideração do pertencimento racial para a concessão de créditos educativos a estudantes de cursos superiores privados.

A introdução da obrigatoriedade do ensino da “temática e cultura afro-brasileira” nas escolas, e a adoção de quotas nas universidades públicas gerou outra vertente de bibliografia sobre raça e educação. No caso da primeira, discute-se como introduzir a referida temática nas escolas – conteúdo e pedagogia – considerando que a ampla maioria dos professores se encontra despreparada simplesmente por não terem aprendido nada sobre isso em suas próprias trajetórias escolares (CEERT, 2007). Além disso, dependendo do enfoque que seja dado a temas como, por exemplo, a história da África, corre-se o risco de que educadores despreparados acabem por reforçar os preconceitos e estereótipos que se busca combater.

O grosso da produção da terceira vertente, todavia, é sobre as quotas nas universidades públicas. A produção acadêmica sobre relações raciais explodiu e ganhou os periódicos de ciências sociais graças aos debates suscitados pelas quotas, que renovaram o interesse pelo tema. Foram publicados livros pró (cf. CARVALHO, 2005) e contra (cf. FRY *et al.*, 2007) as quotas. Periódicos de prestígio organizaram dossiês com vários comentaristas discutindo textos-base, formato adotado pela *Econômica* (ZONINSEIN, 2004) e pela *Horizontes Antropológicos* (MAIO e SANTOS, 2005), ou números especiais com várias contribuições de autores de áreas distintas, como o número 50 (v.18) de 2004 da revista *Estudos Avançados*, ou ainda com a abertura de espaço para artigos debaterem o tema (eg., nos Cadernos de Pesquisa, os textos de MOEHLECKE, 2002; SILVÉRIO, 2002; GUIMARÃES, 2003). E foram feitos vários estudos e censos sobre a situação dos negros (docentes e discentes) nas universidades (e.g. BRANDÃO e TEIXEIRA, 2003; AMORIM, 2007; SANTOS, 2007). Graças ao debate sobre quotas, o tema das relações raciais recuperou a atenção das ciências sociais brasileiras.

8.1.1 Desigualdades raciais e discriminação racial: as abordagens quantitativas

Finalmente, filiando-se aos estudos clássicos discutidos no *Primeiro Capítulo*, que empregavam dados censitários para falar também das relações entre raça e educação, existe uma quarta vertente de estudos que faz uso de pesquisas com grandes amostras e representatividade nacional. Embora durante um longo tempo a maior parte desses estudos tenha se baseado na PNAD e nos Censos, recentemente nota-se o surgimento de alguns poucos estudos baseados nas pesquisas educacionais realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, INEP, do Ministério da Educação, algumas das quais permitem avaliar a aquisição de competência pelos alunos (se realmente aprendem os conteúdos ministrados em sala de aula).

Nessa quarta linha, depara-se novamente com o pioneirismo de Carlos HASENBALG e Nelson do Valle SILVA, que abordam primeiro o tema da educação em suas teses, (SILVA, 1978; HASENBALG, 2005) estudando os determinantes das diferenças nos anos de escolaridade, e depois em vários artigos (SILVA, 1980; HASENBALG, 1983, 1987; HASENBALG e SILVA, 1990b, 1990a, 1999b, 1999a; SILVA, 2000; SILVA e HASENBALG, 2000).

Nesses estudos HASENBALG e SILVA se dedicam à caracterização das desigualdades raciais na educação, e aos determinantes das diferenças nos resultados educacionais alcançados por brancos e negros, principalmente em termos de anos de escolaridade e do acesso à escola, e como essas diferenças se refletem na mobilidade social. Os resultados os levam a ressaltar o fato de que parte da desigualdade racial, mesmo com a introdução de controles, ainda é explicada pela raça, o que leva a conclusão pela existência de práticas discriminatórias nas escolas produzindo esses efeitos. Contudo, nos trabalhos em que os autores exploram os determinantes da desigualdade, embora o efeito da discriminação esteja sempre presente, os principais determinantes da diferença escolar estão relacionados a características relativas à origem social, como a educação dos pais, a ocupação dos pais, e no caso do estudo de acesso à escola (HASENBALG e SILVA, 1999), a renda familiar.

Outros estudos contribuíram para reforçar as caracterizações da desigualdade racial na educação. ANDREWS (1992) e BARCELOS (1992, 1993) empregaram as tabulações especiais das rodadas de 1982, 1987 e de 1988 da PNAD para caracterizarem vários aspectos da desigualdade racial na aquisição educacional: adequação ao fluxo, frequência à escola, resultados alcançados. KLEIN (1997) também reportou indicadores

educacionais mostrando que a desigualdade racial ocorria independentemente da região do país. HENRIQUES (2001) apresentou a evolução da desigualdade racial na educação ao longo da década de 1990. LIMA (1999) e HENRIQUES (2002) analisaram indicadores de desigualdade racial na educação sob a perspectiva de gênero. BELTRÃO e TEIXEIRA (2005) estudaram as diferenças de raça e gênero na escolha das carreiras pelos universitários. Indicadores educacionais do tipo dos empregados por esses autores passaram a figurar em várias coleções de indicadores, como as produzidas pelo IPEA (SHICASHO, 2002) e pelo PNUD (2005). Em SOARES, FONTOURA e PINHEIRO (2007) podem se encontrar indicadores de educação desagregados por raça atualizados até 2005.

De forma geral, os estudos citados no parágrafo anterior atribuem a desigualdade racial constatada pelos indicadores à discriminação e ao preconceito racial sem entrar nos detalhes dos mecanismos pelos quais atuam. ROSEMBERG (1987, 1990, 1991, 1998) sugeriu hipóteses complementares para explicar o pior desempenho educacional das crianças negras, não diretamente relacionados à discriminação racial nas escolas. Outros fenômenos como a segregação espacial, a seleção de alunos pelas escolas, e trajetórias educacionais truncadas deveriam ser levados em conta, a fim de compreender as desigualdades raciais na educação.

A falta de bons dados impediu um maior desenvolvimento de estudos aprofundados sobre essas questões por muito tempo. Mas também há que se considerar que existe certa subutilização das informações já disponíveis. São poucos os estudos que fazem uso de grandes séries de dados, e a maior parte se atém a uma ou duas edições da PNAD ou do Censo. Uma das exceções é BELTRÃO (2005), que empreende uma análise da mudança intergeracional na probabilidade de sucesso de várias coortes em completar as etapas da realização educacional segundo o sexo e a raça das pessoas, a partir dos Censos usando inclusive os microdados do Censo de 1960. Constata que enquanto houve um progresso global na elevação do nível educacional da população, e também enorme na dimensão de gênero, com a quase supressão da desigualdade entre os sexos, a desigualdade racial educacional continuou em patamares elevados. OSORIO e SOARES (2005) acompanham a trajetória educacional da coorte de brasileiros nascidos em 1980 na PNAD de 1987 a 2003, em trabalho que apresenta uma abordagem metodológica semelhante à empregada no estudo apresentado neste capítulo.

No que toca a estudos sobre a qualidade das escolas e do ensino nelas proporcionado, há ainda menos exemplos. BARBOSA (2005) apresenta os resultados de uma pesquisa realizada com 24 escolas de Belo Horizonte, na qual foram entrevistados professores, diretores, foram aplicados testes de competência aos alunos e também se entrevistou os pais. Nesse trabalho, constatou que o “efeito estabelecimento” é uma variável importante, e que nas escolas de alta qualidade, as diferenças raciais são menores. Contudo, uma das descobertas mais interessantes foi a de que nas escolas onde a expectativa dos professores em relação ao desempenho dos estudantes negros é tão positiva quanto em relação aos brancos, a desigualdade racial é menor.

FERRÃO e SIMÕES (2005) analisam o desempenho em matemática (que demonstram ser menor para os alunos negros) em função da competência percebida, isto é, contrastam os resultados do desempenho dos alunos em testes de proficiência com a auto-avaliação que fazem das suas próprias habilidades. Elas concluem que os alunos negros tendem a sobreestimar suas habilidades, e que isso os prejudica no aprendizado. Para o fenômeno, dão uma explicação especulativa baseada na bibliografia estadunidense de que os alunos negros não confiariam nos testes por considerarem que eles não seriam capazes de medir de fato suas competências.

8.2 O estudo da desigualdade racial na educação: método e técnicas

O objetivo deste capítulo é testar a hipótese de que a principal fonte da desigualdade educacional é o peso da origem social na trajetória educacional das pessoas. Porém, há que se contornar o problema da inexistência de pesquisas com informação retrospectiva sobre renda (ver o *Quinto Capítulo*) e sobre trajetória educacional. Uma forma de se fazer isso é acompanhar coortes de brasileiros nascidos em certos períodos, que podem ter suas trajetórias educacionais avaliadas em várias etapas, se essas ocorrem em anos que estão dentro da janela de observação proporcionada pela série da PNAD.

Para restringir o estudo a pessoas cuja trajetória educacional se deu sob condições estruturais semelhantes, apenas os brasileiros nascidos de 1973 a 1977 foram acompanhados neste capítulo. A escolha desta coorte particular é imposta pela disponibilidade de dados. Essa é uma coorte que pode ser seguida na série de PNAD usando a técnica das pseudo-coortes (DEATON, 1997). Em cada ano da PNAD utiliza-se a parcela da amostra composta dos nascidos de 1973 a 1977 para tirar conclusões sobre a população da coorte, embora os indivíduos amostrados não sejam os mesmos.

Para explicar como foi feito o estudo apresentado na seção de resultados deste capítulo, esta seção foi dividida em duas subseções. Na primeira apresentam-se as variáveis de educação empregadas, e como são usadas para criar os indicadores que fornecem perfis educacionais dos negros e dos brancos da coorte em momentos importantes de sua trajetória escolar. As desigualdades raciais em educação emergirão da comparação da evolução dos perfis, que permite concluir que os negros da coorte não só atingem em menores proporções os níveis educacionais mais elevados, como demoram em média mais tempo para fazê-lo. Dado já existirem boas compilações (vide a seção 8.1.1) que fornecem esses mesmos indicadores para toda a população negra e branca, os indicadores são apresentados apenas para a coorte seguida.

A desigualdade revelada pelos indicadores, contudo, não traz em si uma relação dos fatores que a provocam, e o objetivo aqui é justamente estimar o quanto se deve à discriminação racial e à origem social, considerando a mediação de outros fatores. Para atingir esse objetivo, lançou-se mão de modelos estatísticos a fim de analisar o peso desses fatores no sucesso em alcançar um resultado, ou um nível, educacional esperado para um dado momento da trajetória educacional. Esses modelos são discutidos na segunda subseção.

8.2.1 Indicadores de educação

As questões relativas à educação seguem o mesmo fluxo em todas as rodadas da PNAD de 1976 em diante, a despeito de pequenas variações nos questionários. Após uma pergunta sobre alfabetização (se a pessoa sabe ler e escrever um bilhete simples), os entrevistados são divididos pela frequência escolar: para aqueles que freqüentam é perguntado o grau/tipo de curso e a série (se o curso é seriado); àqueles que não freqüentam pergunta-se o grau e série mais elevados concluídos.

Usando esses dados, foram construídas três variáveis de educação para a análise apresentada neste capítulo. Duas variáveis de educação para o membro da coorte 1973-1977: uma para o nível freqüentado e outra para o nível alcançado. E uma variável de educação refletindo o maior nível educacional alcançado pela pessoa de referência⁵⁵ do grupo doméstico do membro da coorte 1973-1977.

A variável de nível educacional alcançado, pelo membro da coorte ou pela pessoa de referência de seu grupo doméstico, possui as seguintes categorias: analfabetos; alfabetizados; elementar (4ª série 1º grau); 1º grau; 2º grau; superior; mestrado/doutorado (cursando ou concluído).

A variável de nível freqüentado não possui as três primeiras categorias descritas acima. Em lugar dessas há duas categorias de “outros” cursos: uma para aqueles que freqüentam cursos não regulares básicos – *e.g.* alfabetização de adultos ou supletivo de 1º grau; e “outros 2º grau”, para cursos não regulares que exigem ao menos o 1º grau completo – *e.g.* supletivo de 2º grau ou pré-vestibular.

Em 1996, cerca de 7% da coorte 1973-1977 já havia deixado o grupo doméstico original para formar seu próprio – tornando-se pessoas de referência ou cônjuges. Nesses casos, usou-se a informação sobre educação do pai proveniente do suplemento de mobilidade social, ao invés da informação sobre a pessoa de referência.

Empregando as variáveis de educação construídas, na seção de resultados é apresentada a evolução do perfil educacional dos negros e brancos da coorte 1973-1977 em 1982, 1987, 1992, 1996 e 2005. A descrição da evolução se baseia em indicadores simples. O primeiro é a taxa de frequência bruta – a proporção da coorte freqüentando escola no ano em questão, independentemente do nível freqüentado. As taxas de frequência brutas

⁵⁵ Sobre grupos domésticos e a categoria pessoa de referência, ver a seção 4.2.2.

são complementadas pela distribuição relativa dos membros da coorte que freqüentavam escola pelos níveis educacionais freqüentados. Finalmente, apresenta-se para cada ano a distribuição dos membros da coorte segundo o nível educacional mais alto alcançado, independentemente da freqüência à escola.

8.2.2 Modelos de sucesso educacional

O objetivo dos modelos é explicar os seguintes sucessos para a coorte de nascidos de 1973 a 1977:

Modelo 1) Já ter sido alfabetizado em 1982 (menos para os nascidos em 1976 e 1977);

Modelo 2) Já ter completado a quarta série do primeiro grau em 1987 (menos para os nascidos em 1977)

Modelo 3) Já ter completado o primeiro grau em 1992

Modelo 4) Já ter completado o segundo grau em 1996

Modelo 5) Estar freqüentando um curso superior ou de pós-graduação em 1996 (apenas para os que completaram segundo grau)

Modelo 6) Já ter sido alfabetizado em 2005 – *para os descendentes da coorte 1973-1977 que tinham de sete a nove anos de idade em 2005* (nascidos de 1996 a 1998)

Para explicar estes sucessos, o mesmo conjunto de variáveis independentes é usado nos modelos: idade, sexo, região e área de residência, educação da pessoa de referência do grupo doméstico, renda domiciliar *per capita* e o grupo racial. Idade e sexo entram como controles. O sexo por terem as meninas da coorte um desempenho globalmente melhor dentro do sistema de ensino. A idade por que, obviamente, membros mais velhos da coorte têm maior probabilidade de sucesso: é relativamente mais fácil uma criança de nove anos já ter sido alfabetizada do que uma de sete. Os fatores regionais são representados no modelo pela grande região do país em que residia o membro da coorte, e pelo tipo de área, se rural ou urbana. A origem social é representada pela educação da pessoa de referência (codificada conforme seção anterior) – geralmente o pai ou a mãe do membro da coorte – e pela renda domiciliar *per capita*. Finalmente, a discriminação é representada pela raça da pessoa.

O tipo de modelo escolhido para a análise foi o *probit* clássico, tal como aparece em qualquer manual de estatística ou econometria (*e.g.* GUJARATI, 2000; POWERS e XIE, 2000) que trate de regressões cuja variável dependente é dicotômica. Portanto, para cada

sucesso educacional esperado para o ano em questão, o modelo *probit* da probabilidade de sucesso p é dado por:

$$\Phi^{-1}(p) = \text{controles} + \text{região} + \text{origem social} + \text{discriminação racial} \quad [8.1]$$

Onde Φ^{-1} representa o inverso da distribuição normal cumulativa para a probabilidade, a função de ligação *probit*.

Um modelo *probit* pode parecer uma escolha estranha, pois os parâmetros estimados para cada variável explicativa do modelo podem ser de difícil interpretação em termos da magnitude do efeito, principalmente quando as variáveis explicativas são de natureza categórica, como é o caso dos modelos a serem apresentados. Isso acontece porque cada parâmetro do *probit* depende do nível de todos os outros parâmetros, e indica a mudança marginal produzida pelo fator, em termos de desvios de uma distribuição padronizada. Assim, uma prática comum para se estimar o efeito de uma variável categórica quando há mudança de categoria (quando se passa, por exemplo, de um indivíduo branco para um negro), é obter a probabilidade de sucesso prevista na média de todas as variáveis e na categoria base da variável dicotômica em questão, e a mesma probabilidade para a categoria de interesse, e subtrair uma probabilidade da outra para obter o efeito médio de uma mudança discreta na variável em questão sobre a probabilidade modelada (LIAO, 1994: 20).

Porém, essa aparente desvantagem pode ser colocada a favor da análise se essa – ao invés de se limitar ao efeito médio da mudança discreta quando se está na média de todas as outras características – for dedicada ao estudo do efeito previsto da mudança discreta da variável ao longo das distribuições das outras variáveis. Aqui se optou por fazer isso de forma gráfica, representando a variação na probabilidade de sucesso (prevista pelos modelos) devida à discriminação racial de: i) homens, ii) residentes em áreas urbanas, iii) na idade em que o sucesso era mais difícil: sete anos de idade em 1982; 11 anos em 1987; 15 anos em 1992; 19 anos em 1996 (modelo para segundo grau completo); 21 anos em 1996 (modelo para frequência a curso superior ou de pós-graduação); e novamente sete anos para os descendentes da coorte em 2005. Essa variação foi representada ao longo da distribuição de renda domiciliar *per capita* (na média dos centésimos) de duas regiões brasileiras, Nordeste e o Sudeste, e para dois níveis educacionais da pessoa de referência: nem ao menos a 4ª série primária, e segundo grau completo.

É importante salientar que os gráficos apenas ajudam a visualizar as relações e os padrões revelados pelos modelos, a partir de cujos parâmetros são elaborados. O fato, por exemplo, de os gráficos serem produzidos fixando-se como referência o sexo masculino não impede a generalização dos padrões para mulheres, assim como a fixação no tipo de área urbana não impede a generalização para áreas rurais. O mesmo pode ser dito de todas as outras variáveis independentes dos modelos. Obviamente, existem diferenças no que toca às probabilidades previstas para outros valores/categorias de referência. Isso é discutido ao fim da análise gráfica, na seção de resultados.

Há duas razões principais para a não apresentação de representações gráficas para todos os valores/categorias de referência. A primeira são as limitações de espaço. Fazer um conjunto de gráficos para cada sexo exigiria o dobro do número de gráficos. A segunda razão é a redundância: as relações e padrões implicados pelo modelo não mudam se mudam os valores/categorias de referência, as únicas coisas que mudam são os níveis previstos das probabilidades de sucesso. Porém, essas mudanças são muito pequenas, pois os valores fixados foram escolhidos por serem emblemáticos o suficiente para dar conta da caracterização do efeito dos fatores na produção das desigualdades raciais.

Para comparar as variações de probabilidade devidas à discriminação racial em cada ponto de cada uma das distribuições estimadas pelos modelos, emprega-se a diferença entre as curvas de probabilidades de cada grupo (distância absoluta).

Existe um debate sobre a forma correta de medir a desigualdade entre grupos de um fator expresso em proporção, como o sucesso em atingir certos níveis de educação. Esse debate nasceu do ataque de HELLEVIK (1997) e RINGEN (1997) ao uso de modelos log-lineares, baseados em razões entre chances, no estudo das relações entre classe e sucesso educacional, consagrado pela “Escola de *Nuffield*” de análise de classes (ver o *Terceiro Capítulo*). Há uma dezena de artigos com posicionamentos no debate somente no periódico em que foi apresentada a crítica de HELLEVIK, respondida por adeptos do paradigma analítico atacado. O problema é que formas diferentes de medir a desigualdade entre as proporções dos grupos comparados podem gerar conclusões muito distintas sobre a intensidade e sobre a dinâmica da desigualdade.

De um ponto de vista puramente matemático, apenas as comparações por meio de razões entre chances e por meio da diferença podem ser consideradas adequadas,

embora possam gerar interpretações distintas. O motivo é a arbitrariedade da escolha metodológica entre a representação da desigualdade pela proporção de sucessos e sua representação pela proporção de fracassos (um menos a proporção de sucessos). As razões entre chances e as diferenças oferecem a mesma conclusão sobre a desigualdade, medida por sucessos ou por fracassos, o que não acontece com outras opções.

Isso pode ser mais bem compreendido por meio de um exemplo. Imagine-se que se quer medir a desigualdade em completar nível superior de dois grupos, brancos e negros para simplificar. A taxa de sucesso dos brancos é 40%, e a taxa dos negros é 10%. Tomando os brancos como referência, a diferença é 30 (40-10), a razão entre as chances⁵⁶ de sucesso é 6 ((40/60)/(10/90)), e razão entre as taxas (distância relativa) é 4 (40/10). Já a taxa de fracasso dos brancos é 60% e a dos negros é 90%. Mais uma vez tomando-se os brancos como referência, a diferença é -30 (60-90), a razão entre as chances de fracasso é 0,167 ((60/40)/(90/10)), e a razão entre as taxas é 0,67 (60/90). Tanto a diferença quanto a razão entre chances indicam desigualdade de igual magnitude em sentidos diferentes: com o sinal trocado no caso da diferença, e com fracasso igual ao inverso do sucesso no caso da razão entre chances ($6 = 1/0,167$ ou $\ln(6) = -\ln(0,167)$). Mas a razão entre as taxas, a distância relativa, revela desigualdades de ordem diferente ao se optar pelo fracasso ou pelo sucesso ($4 \neq 1/0,67$). Outros indicadores propostos no debate, como adaptações do índice de Gini, sofrem o mesmo problema.

A decisão pela diferença ou pelas razões entre chances, por sua vez, depende do contexto e das preferências do pesquisador. Modelos *probit* se comportam como as diferenças: os valores dos parâmetros obtidos ao se modelar o sucesso são idênticos aos obtidos ao se modelar o fracasso, com o sinal trocado. Assim, os valores absolutos (módulos) da curva de diferença entre as curvas de probabilidade previstas por um modelo de sucesso seriam idênticos aos de um modelo de fracasso. No caso das razões entre chances implicadas pelas curvas de probabilidade de cada grupo, trabalhar com seus logaritmos naturais também geraria curvas com valores absolutos idênticos para sucessos e para fracassos. Porém, a diferença entre duas probabilidades é um dado de apreensão imediata e intuitiva, e o mesmo não pode ser dito do logaritmo natural de uma razão entre chances. Além disso, a diferença traz uma informação adicional

⁵⁶ Uma “chance” é a transformação $p/(1-p)$ de uma probabilidade p .

importante: a proporção do grupo em desvantagem que falta para a equalização do sucesso, no exemplo, 30% da população negra.

Finalmente, convém ressaltar que a inclusão da renda domiciliar *per capita* como variável explicativa, em 1996, da probabilidade de ter completado o segundo grau, e de estar freqüentando nível superior, gera um problema de “endogeneidade”. Decisões relacionadas a completar o segundo grau ou freqüentar o nível superior na faixa etária em que se encontravam os membros da coorte em 1996 podem afetar de várias formas a participação (ou não) no mercado de trabalho, que é um determinante da renda dos grupos doméstico. Todavia dada as dificuldades de se controlar esse problema e as características do processo de constituição de novos grupos domésticos pelos jovens brasileiros (CARNEIRO, KNUDSEN e OSORIO, 2002), que certamente minimizam o problema (nessa faixa etária, a maioria dos jovens brasileiros ainda está morando com os pais) optou-se por ignorá-lo.

8.3 A produção das desigualdades educacionais entre negros e brancos nascidos de 1973 a 1977

A Tabela 8.1 contém as taxas de frequência à escola dos nascidos de 1973 a 1977 em sua última coluna. Nas colunas três a nove, tem-se a distribuição dos que frequentavam escola pelos níveis frequentados – somando 100%. Essa tabela deve ser lida da seguinte forma: em 1982, 63% dos brancos nascidos de 1973 a 1977 frequentavam escola; desses, 74,3% no 1º Grau, 21% na pré-escola, e 4,7% em outros cursos. Não há grandes novidades na Tabela 2, pois, para a coorte seguida, as desigualdades educacionais entre os grupos raciais são exatamente as já várias vezes descritas (cf. seção 8.1.1).

TABELA 8.1 FREQÜÊNCIA À ESCOLA E NÍVEL FREQUENTADO – PESSOAS NASCIDAS DE 1973 A 1977. BRASIL, 1982, 1987, 1992, 1996 E 2005

Ano	Grupo	Nível frequentado (%)						Frequentam (%)	
		Outros ⁽¹⁾	Outros 2º Grau ⁽²⁾	Pré-escola	1º Grau	2º Grau	Superior		Pós
1982	Branco	4,7		21,0	74,3			63,0	
	Negros	9,6		19,4	71,1			52,2	
	Total	6,9		20,3	72,8			57,7	
1987	Branco	0,1			99,2	0,7		85,2	
	Negros	0,2			99,6	0,2		78,9	
	Total	0,1			99,4	0,5		82,1	
1992	Branco	2,3	2,5		47,2	43,5	4,4	55,2	
	Negros	2,3	0,7		74,1	22,2	0,6	46,1	
	Total	2,3	1,7		59,3	34,0	2,7	50,7	
1996	Branco	3,0	7,7		17,9	35,2	35,9	0,3	29,0
	Negros	3,9	4,4		41,1	42,3	8,3	0,0	23,4
	Total	3,4	6,3		27,5	38,2	24,4	0,2	26,4
2005	Branco	12,4	13,1		6,8	9,0	50,9	7,9	10,6
	Negros	21,0	11,0		19,4	17,8	28,8	2,0	9,6
	Total	16,6	12,1		12,9	13,3	40,1	5,0	10,1

FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados.

(1) Curso de alfabetização de adultos, ou supletivo de 1º Grau.

(2) Supletivo de 2º grau ou pré-vestibular.

Assim, em todos os anos, os negros da coorte têm uma menor taxa de frequência à escola; e essa parcela dos negros que frequenta a escola se encontra sempre defasada em relação aos brancos. A única exceção ocorre no ano de 1987, quando os membros da coorte têm de 10 a 15 anos de idade, tornando difícil a presença deles em outros níveis que não o 1º Grau. Em 2005, quando a maior parte dos membros da coorte não mais frequenta escola, as taxas de frequência dos grupos são praticamente idênticas, porém, é

nesse ano que a defasagem entre negros e brancos é mais evidente: enquanto 59% dos brancos estão na universidade, na graduação ou pós-graduação, apenas 31% dos negros freqüentam esses níveis de ensino.

Em face aos dados apresentados na Tabela 8.1, não surpreende o fato de a Tabela 8.2 exibir sempre uma proporção menor de negros alcançando determinado resultado educacional em cada etapa da trajetória. Assim, em todos os anos há sempre uma proporção maior de negros que não alcançaram resultado algum (analfabetos); e sempre uma proporção maior de negros acumulada até o resultado educacional abaixo do esperado em um dado ano para as pessoas nascidas de 1973 a 1977.

TABELA 8.2 RESULTADO EDUCACIONAL MAIS ELEVADO – PESSOAS NASCIDAS DE 1973 A 1977.
BRASIL, 1982, 1987, 1992, 1996 E 2005

Ano	Grupo	Resultado (%)						
		Nenhum	Alfabetizado	4ª série 1º Grau	1º Grau	2º Grau	Superior	Pós
1982	Branços	63,9	36,1					
	Negros	81,8	18,2					
	Total	72,6	27,4					
1987	Branços	8,6	46,1	44,7	0,7			
	Negros	25,6	52,0	22,2	0,2			
	Total	17,0	49,0	33,6	0,4			
1992	Branços	4,0	11,7	46,9	31,0	6,4	0,0	
	Negros	12,6	23,2	48,3	14,2	1,7	0,0	
	Total	8,2	17,4	47,6	22,7	4,1	0,0	
1996	Branços	3,5	8,6	32,0	25,5	29,2	1,0	0,1
	Negros	10,5	16,5	39,1	21,1	12,6	0,2	0,0
	Total	6,8	12,3	35,3	23,5	21,4	0,6	0,0
2005	Branços	3,9	6,6	23,0	16,8	36,3	12,0	1,4
	Negros	9,4	12,0	31,9	16,1	26,9	3,4	0,3
	Total	6,7	9,4	27,5	16,4	31,5	7,6	0,9

FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados.

A Tabela 8.2 é importante por mostrar exatamente o percentual dos negros e dos brancos da coorte a atingirem o resultado esperado para cada momento da trajetória educacional. Por exemplo, em 1982, espera-se que, excetuando-se os nascidos em 1976 e 1977, os membros da coorte já tenham sido alfabetizados. Entretanto, a Tabela 8.2 nos mostra que apenas 27% da coorte lograram tal feito, porcentagem que era de 18% entre os negros da coorte, e de 36% entre os brancos. Em 2005, quando se sabe que por volta de 90% da coorte encerrou definitivamente seu processo de aquisição educacional, tem-

se que a proporção de brancos da coorte com nível superior completo era quase quatro vezes maior que a dos negros.

8.3.1 Os fatores do sucesso educacional

Não há nada de inédito na caracterização dessas diferenças educacionais, além do foco particular na coorte nascida de 1973 a 1977. Elas só reforçam o conhecimento, hoje de senso comum, de que o sistema educacional brasileiro é péssimo para todos, salvo para a minoria privilegiada, mas consegue ser “pior que péssimo” para os negros. Porém, o problema que se coloca atualmente não é o de caracterizar e denunciar a injustiça que representa tal diferença, mas o de explicá-la. Para tanto, seis modelos *probit* foram aplicados aos dados.

O primeiro modelo busca explicar essa distância no sucesso em ter sido alfabetizado em 1982 para negros e brancos nascidos de 1973 a 1975 em termos das disparidades regionais, de origem social, e dos efeitos da discriminação racial. Os outros modelos também têm por variáveis dependentes sucessos educacionais representados na Tabela 3: o segundo modelo trata do sucesso em ter completado a quarta série do primeiro grau em 1987 para os nascidos de 1973 a 1976; o terceiro da probabilidade de os nascidos de 1973 a 1977 terem completado o primeiro grau em 1992; o quarto da probabilidade de terem completado o segundo grau em 1996; o quinto da probabilidade de os que completaram o segundo grau estarem freqüentando curso superior em 1996; e, finalmente, o sexto modelo trata da probabilidade de os descendentes da coorte 1973-1977 nascidos de 1996 a 1998 já terem sido alfabetizados em 2005. As estimações dos seis modelos estão na Tabela 8.3.

As quatro linhas iniciais da Tabela 8.3 apresentam o número de observações e estatísticas relativas ao ajuste dos modelos aos dados. Nada a comentar acerca dessas informações que apenas atestam a razoabilidade dos modelos.

Quanto às variáveis de controle, idade e sexo, também não há muito a comentar, elas se comportam da maneira esperada e descrita na seção de metodologia: quanto maior a idade de um membro da coorte maior a probabilidade do sucesso educacional modelado; e os homens da coorte têm menor probabilidade de sucesso que as mulheres. A única exceção fica por conta do coeficiente de idade para o quinto modelo – freqüência em curso superior para o universo dos que completaram o segundo grau. Nesse caso, quanto mais velho é o membro da coorte com segundo grau completo, menor sua probabilidade

de freqüentar curso superior. Ou seja, pessoas que completaram mais tarde o segundo grau, ou que não ingressaram na universidade logo após a conclusão do segundo grau, têm menor probabilidade de cursar nível superior. Os coeficientes para idade e sexo são todos significantes a 1%, exceto no quinto modelo, para o qual não se pode, a 10%, rejeitar a hipótese nula de não diferença entre homens e mulheres.

O conjunto de parâmetros das variáveis que representam os fatores regionais revela padrões interessantes. Para os dois primeiros modelos, os coeficientes estimados hierarquizam as regiões da forma esperada por qualquer um que tenha alguma familiaridade com o sistema educacional brasileiro. Todas as regiões se apresentavam com probabilidades de sucesso maiores do que as do Nordeste, probabilidade que se ampliava ao se ir do Norte ao Sul do país, passando pelo Centro-Oeste e pelo Sudeste. Entretanto, em termos do sucesso em completar o primeiro grau em 1992, não se pode afirmar que as regiões Norte e Centro-Oeste diferiam do Nordeste, embora se possa dizê-lo do Sudeste e do Sul.

No caso da probabilidade de completar o segundo grau em 1996, só é possível afirmar que no Norte era menor do que no Nordeste. Para os membros da coorte que completaram o segundo grau, não se pode afirmar que a região de residência influencia a probabilidade de estar freqüentando um curso superior (ou pós-graduação). Nesse quinto modelo, nem mesmo se pode dizer se a residência em áreas rurais influencia a probabilidade – enquanto até o quarto modelo a residência em área rural é um obstáculo severo, sempre diminuindo a probabilidade dos sucessos.

Quanto ao sexto modelo, é desanimador constatar que, a despeito do aumento do nível global e de alguma atenuação, os fatores regionais em 2005 pesam quase tanto para a alfabetização dos descendentes da coorte 1973-1977 quanto pesaram em 1982 para ao menos um de seus pais.

TABELA 8.3 ESTATÍSTICAS E COEFICIENTES DOS MODELOS. BRASIL, 1982, 1987, 1992, 1996 E 2005

		1 – 1982	2 – 1987	3 – 1992	4 – 1996	5 - 1996	6 – 2005
		Alfabetizado	4ª série 1º grau	1º grau	2º grau	Superior	Alfabetizado
Observações		36020	26295	27910	28574	6341	7205
Wald χ^2 – 13 graus de liberdade		7532	5290	4436	3897	762	852
Log-pseudo-verossimilhança		-17255	-12958	-12547	-11746	-3267	-2696
Pseudo-R ²		0.3012	0.2772	0.2304	0.2241	0.1459	0.2124
Constante		-5,493583*** [0,094638]	-5,780510*** [0,126296]	-4,919308*** [0,125717]	-3,196769*** [0,157140]	0,053177ns [0,310637]	-3,200927*** [0,223371]
Controles	Idade	0,599207*** [0,011069]	0,414030*** [0,009518]	0,237765*** [0,007174]	0,102932*** [0,007311]	-0,056791*** [0,014343]	0,441223*** [0,027279]
	Sexo feminino (BASE)	0,000000 [0,000000]	0,000000 [0,000000]	0,000000 [0,000000]	0,000000 [0,000000]	0,000000 [0,000000]	0,000000 [0,000000]
	Sexo masculino	-0,150287*** [0,017238]	-0,286691*** [0,020232]	-0,325976*** [0,019899]	-0,343716*** [0,020826]	-0,029198ns [0,041044]	-0,221605*** [0,042330]
Fatores regionais	Nordeste (BASE)	0,000000 [0,000000]	0,000000 [0,000000]	0,000000 [0,000000]	0,000000 [0,000000]	0,000000 [0,000000]	0,000000 [0,000000]
	Norte	0,168178*** [0,031549]	0,087806** [0,034797]	-0,066364ns [0,043066]	-0,079212* [0,042518]	-0,043054ns [0,087113]	0,131218** [0,064213]
	Centro-Oeste	0,491447*** [0,026870]	0,343027*** [0,032868]	-0,023804ns [0,033474]	0,033975ns [0,033721]	0,093172ns [0,067316]	0,531038*** [0,063711]
	Sudeste	0,764296*** [0,022496]	0,525810*** [0,026378]	0,088138*** [0,026054]	0,044582ns [0,027191]	-0,000464ns [0,054167]	0,523487*** [0,056362]
	Sul	0,967863*** [0,028505]	0,817934*** [0,033308]	0,201194*** [0,032155]	0,033475ns [0,033302]	0,086322ns [0,064148]	0,769751*** [0,084448]
	Urbano (BASE)	0,000000 [0,000000]	0,000000 [0,000000]	0,000000 [0,000000]	0,000000 [0,000000]	0,000000 [0,000000]	0,000000 [0,000000]
	Rural	-0,466627*** [0,021077]	-0,413536*** [0,025536]	-0,418371*** [0,030687]	-0,465363*** [0,035816]	-0,076250ns [0,100900]	-0,297400*** [0,051620]
Origem social	Menos que a 4ª série (BASE)	0,000000 [0,000000]	0,000000 [0,000000]	0,000000 [0,000000]	0,000000 [0,000000]	0,000000 [0,000000]	0,000000 [0,000000]
	4ª série 1º grau	0,474618*** [0,020680]	0,539493*** [0,024525]	0,413365*** [0,023849]	0,480982*** [0,025122]	0,214847*** [0,059303]	0,439384*** [0,050193]
	1º grau	0,812913*** [0,044180]	0,680758*** [0,047148]	0,619677*** [0,036693]	0,737051*** [0,037862]	0,516269*** [0,071964]	0,654835*** [0,071609]
	2º grau	1,091507*** [0,054478]	0,953178*** [0,054528]	0,825528*** [0,039414]	1,079168*** [0,036706]	0,727933*** [0,063043]	0,892839*** [0,087001]
	Superior	1,051758*** [0,088844]	1,059238*** [0,108570]	1,057546*** [0,062990]	1,334297*** [0,058649]	1,128419*** [0,076315]	1,049421*** [0,257113]
	Renda	0,000014*** [0,000001]	0,000070*** [0,000011]	0,000001*** [0,000000]	0,000880*** [0,000054]	0,000450*** [0,000060]	0,001148*** [0,000297]
Raça	Branco (BASE)	0,000000 [0,000000]	0,000000 [0,000000]	0,000000 [0,000000]	0,000000 [0,000000]	0,000000 [0,000000]	0,000000 [0,000000]
	Negros	-0,314126*** [0,018553]	-0,364669*** [0,021841]	-0,358422*** [0,021640]	-0,308404*** [0,022543]	-0,340206*** [0,049905]	-0,078919* [0,047001]

FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados.

NOTA: Erro-padrão entre colchetes. Coeficientes significantes a : *** 1%; ** 5%; * 10%; ns não significante a 10%.

Passando aos fatores relacionados à origem social, a educação da pessoa de referência do grupo doméstico tem um efeito intenso e sempre significativo sobre as probabilidades

de sucesso educacional dos membros da coorte. Quanto maior é esta educação, maior a probabilidade de sucesso. Este fato denota ser elevada a transmissão intergeracional. Por conseguinte, a mobilidade educacional é baixa e a desigualdade na distribuição das oportunidades educacionais é alta. Esses coeficientes teriam que ser zero em uma sociedade na qual vigesse igualdade de oportunidades – ou muito próximos de zero em uma com baixa desigualdade de oportunidades.

O outro fator relacionado à origem social, a renda domiciliar *per capita*, também tem um efeito sempre significativo e positivo sobre as probabilidades de sucesso modeladas. Todavia, deve se evitar a tentação de comparar a magnitude do coeficiente da renda com os das demais variáveis, pois fora a idade, a renda é a única variável nos modelos que pode ser tratada como contínua. Sendo sua variação bem maior (a desigualdade em sua distribuição é elevada), também é maior seu efeito, a despeito do coeficiente parecer pequeno ante os demais – como se verá breve.

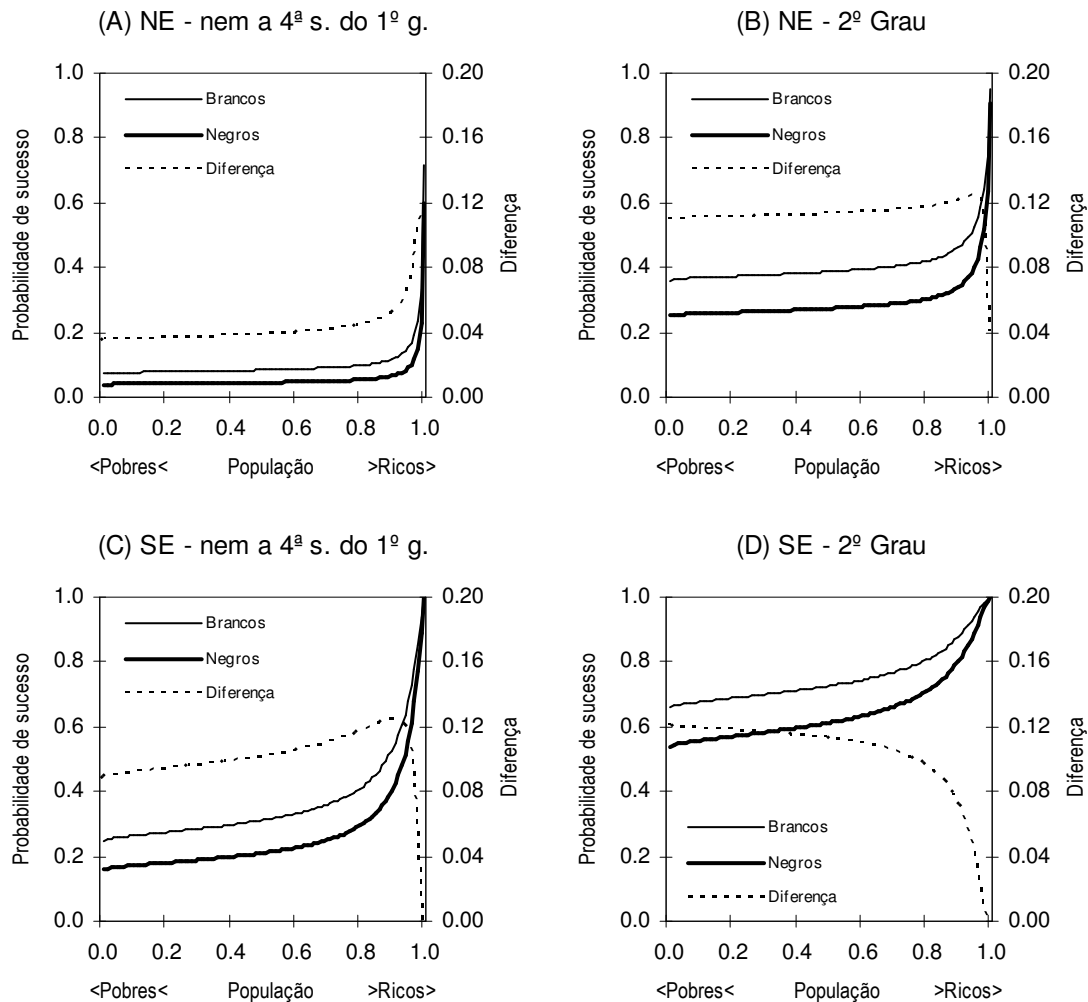
Finalmente, a raça da pessoa, representando o peso da discriminação racial (supondo controlados os demais fatores de produção das desigualdades raciais), apresenta sempre um efeito negativo significativo e de considerável intensidade. Ou seja, *ceteris paribus*, negros têm menor probabilidade de sucesso em alcançar quaisquer das conquistas educacionais modeladas. A única ressalva fica por conta do fato de ser o efeito da raça sobre a alfabetização dos descendentes da coorte 1973-1977 razoavelmente menor do que fora sobre a dos pais.

Uma análise tradicional a partir de modelos *probit* se encerraria neste ponto com uma estimativa do efeito, sobre as probabilidades modeladas, de uma mudança discreta da variável de raça, quando na média de todas as demais variáveis, e do efeito marginal das variáveis contínuas. Como visto na seção de metodologia, essa é uma forma um tanto quanto limitada de se explorar o potencial analítico dos modelos empregados, razão pela qual se observam os efeitos preditos para a raça não na média, mas ao longo de toda a distribuição da renda de cada região; e em valores específicos das demais variáveis.

O resultado condensado desse exercício está representado adiante, do Gráfico 8.1 ao Gráfico 8.6 que correspondem aos seis modelos da Tabela 8.3. Cada um desses gráficos é composto por uma matriz de quatro subgráficos dispostos de forma à linha superior (subgráficos A e B) representar o Nordeste (NE) e a inferior (subgráficos C e D) o Sudeste (SE); e de forma à primeira coluna (subgráficos A e C) representar as pessoas

de referência analfabetas e as que não chegaram a completar ao menos a quarta série do primeiro grau (nem a 4ª s. do 1º g.), e a segunda coluna (subgráficos B e D) representar as pessoas de referência com segundo grau completo (2º Grau).

GRÁFICO 8.1 PROBABILIDADE DE ALFABETIZAÇÃO ESTIMADA PARA AS PESSOAS NASCIDAS DE 1973 A 1975. BRASIL, 1982



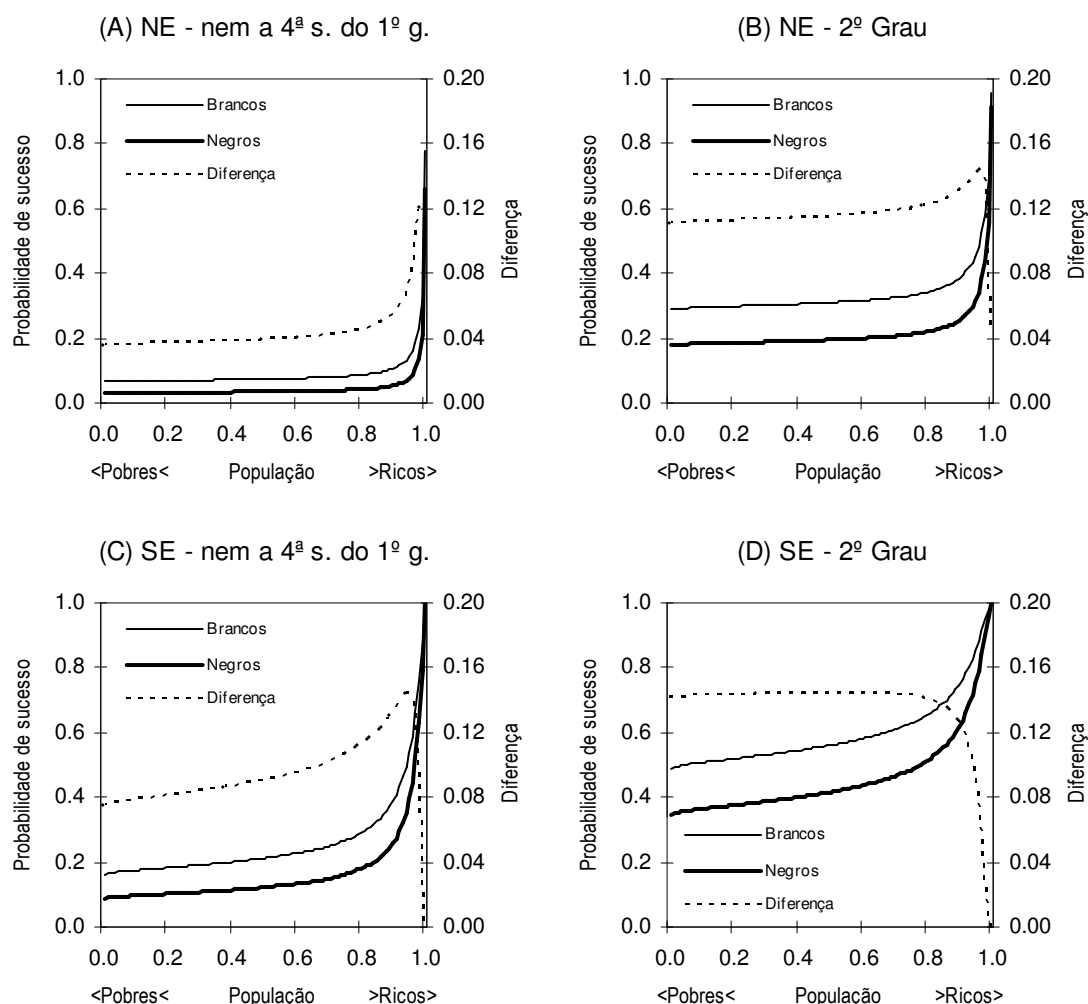
FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados.

NOTA: Predições para os seguintes valores fixos: sete anos de idade; sexo masculino; área urbana.

Os subgráficos têm a mesma estrutura e escala. Para cada um dos grupos raciais foram estimadas as probabilidades de sucesso previstas pelos modelos para cem valores de renda - as médias de cada centésimo populacional da distribuição de renda regional. Essas médias estão representadas no eixo horizontal. A probabilidade de sucesso está representada no primeiro eixo vertical (esquerdo). No segundo eixo vertical (direito), está representada a diferença entre as probabilidades de negros e brancos. Cada

subgráfico possui três curvas: a curva da probabilidade de sucesso estimada para os negros; a dos brancos; e a curva da diferença entre essas duas curvas de probabilidade.

GRÁFICO 8.2 PROBABILIDADE DE COMPLETAR A 4ª SÉRIE DO 1º GRAU ESTIMADA PARA AS PESSOAS NASCIDAS DE 1973 A 1976. BRASIL, 1987



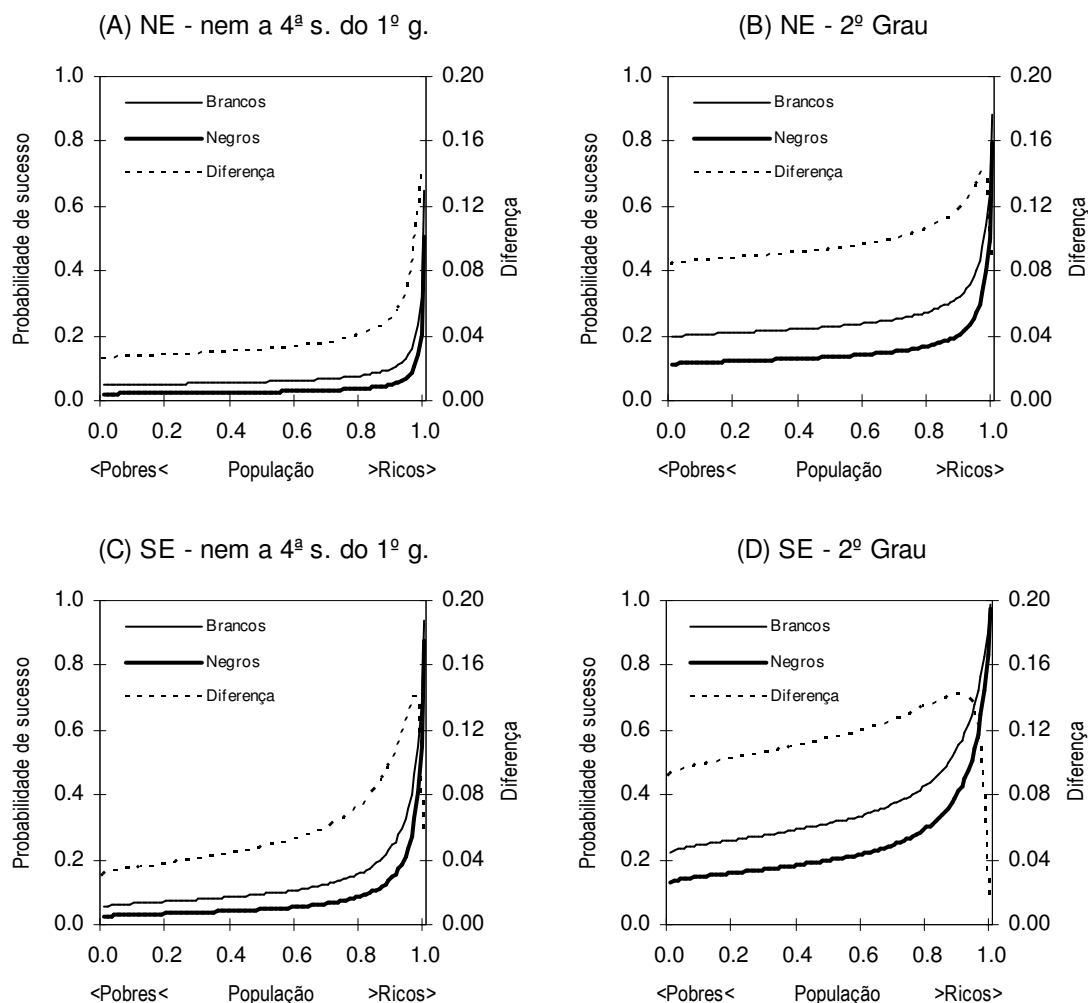
FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados.

NOTA: Predições para os seguintes valores fixos: 11 anos de idade; sexo masculino; área urbana.

Abstraindo momentaneamente as desigualdades raciais, é possível perceber alguns padrões presentes em todos os modelos, alguns previsíveis a partir dos coeficientes, outros nem tanto. Primeiro, há o padrão esperado do efeito regional – em todos os gráficos as curvas de probabilidade se deslocam para cima ao se passar da linha do Nordeste para a do Sudeste (A→C; B→D). A exceção é o Gráfico 8.5, correspondente ao quinto modelo: nele esse deslocamento é pequeno, e, como visto, não se pode rejeitar a hipótese de que não ocorra na população. Outro padrão esperado e verificável é a elevação das curvas quando se passa da coluna das pessoas de referência de baixo nível

educacional para a coluna das com segundo grau completo (A→B; C→D). Todavia, seria difícil inferir a partir da Tabela 8.3 que nestas transições, tanto a regional quanto a educacional, não só há elevações no nível das curvas, mas também redução da desigualdade nas distribuições de probabilidade, isto é, a distância entre ricos e pobres diminui.

GRÁFICO 8.3 PROBABILIDADE DE COMPLETAR O 1º GRAU ESTIMADA PARA AS PESSOAS NASCIDAS DE 1973 A 1977. BRASIL, 1992

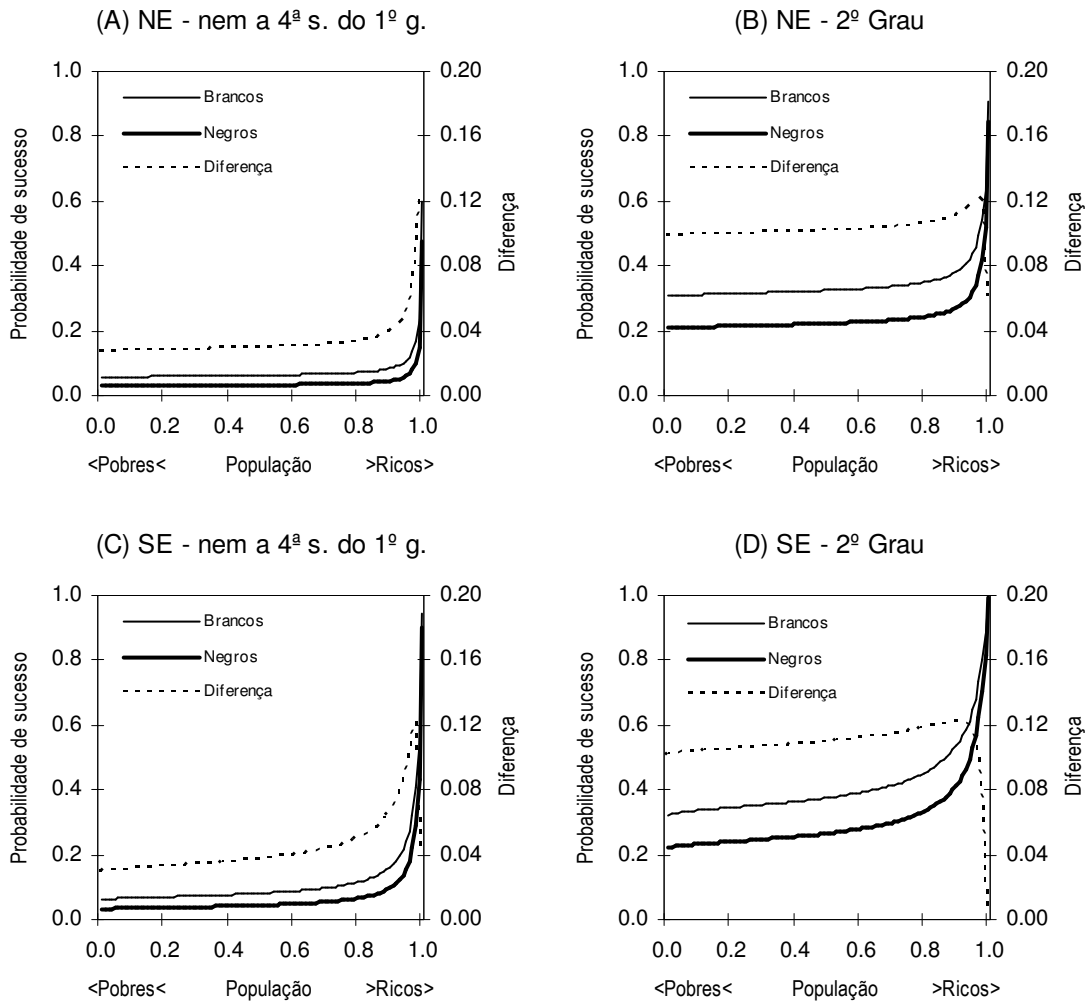


FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados.

NOTA: Predições para os seguintes valores fixos: 15 anos de idade; sexo masculino; área urbana.

Outra conclusão óbvia é sobre o efeito da renda. Em todos os subgráficos é fonte das maiores variações de probabilidade. A variação devida à renda é menor, ou contraposta, quando a educação da pessoa de referência é mais elevada ou se a região de residência possui maior oferta de educação. Mas mesmo assim, é sempre uma grande variação.

GRÁFICO 8.4 PROBABILIDADE DE COMPLETAR O 2º GRAU ESTIMADA PARA AS PESSOAS NASCIDAS DE 1973 A 1977. BRASIL, 1996



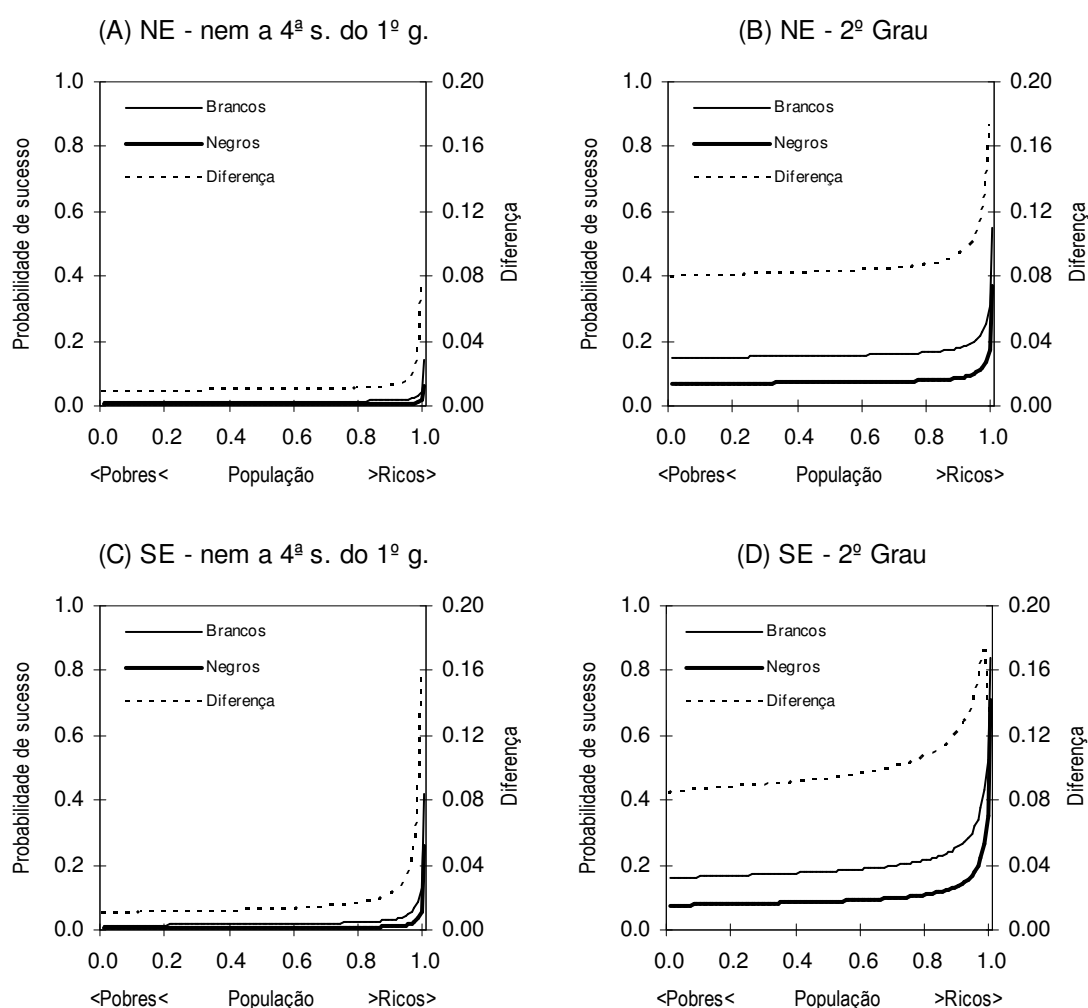
FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados.

NOTA: Predições para os seguintes valores fixos: 19 anos de idade; sexo masculino; área urbana.

Para exemplificar, a menor diferença entre as probabilidades do primeiro e do último centésimo no Gráfico 8.1 é de 0,34 para a curva de brancos residindo no Sudeste em grupos domésticos cuja pessoa de referência tinha segundo grau (2.D); e a maior diferença chega a 0,84 para negros no Sudeste com pessoas de referência de baixa escolaridade (2.C). Ainda no Gráfico 8.1, no quinquagésimo centésimo, a diferença de educação da pessoa de referência (A→B; C→D) eleva o nível da probabilidade em 0,23 no caso dos negros nordestinos e em 0,41 no caso dos brancos do Sudeste. Nesse mesmo centésimo, a diferença de nível entre o Nordeste e o Sudeste (A→C; B→D) varia de 0,17, no caso de negros em grupos domésticos cuja pessoa de referência tinha baixa educação, a 0,34, tanto para negros quanto para brancos se a pessoa de referência tinha segundo grau.

Voltando o foco às desigualdades raciais, em todos os subgráficos nota-se que a curva de probabilidade dos brancos está sempre acima da dos negros. Porém, essa diferença não é constante ao longo das distribuições regionais de renda. De fato, as curvas pontilhadas que representam a diferença entre as curvas de probabilidade de brancos e negros ora apontam uma redução dessa diferença ao se ir dos mais pobres aos mais ricos (da esquerda para a direita), ora apontam seu aumento, ora apontam aumento e depois redução. Além disso, o nível da diferença também varia consideravelmente.

GRÁFICO 8.5 PROBABILIDADE DE CURSAR NÍVEL SUPERIOR ESTIMADA PARA AS PESSOAS NASCIDAS DE 1973 A 1977. BRASIL, 1996



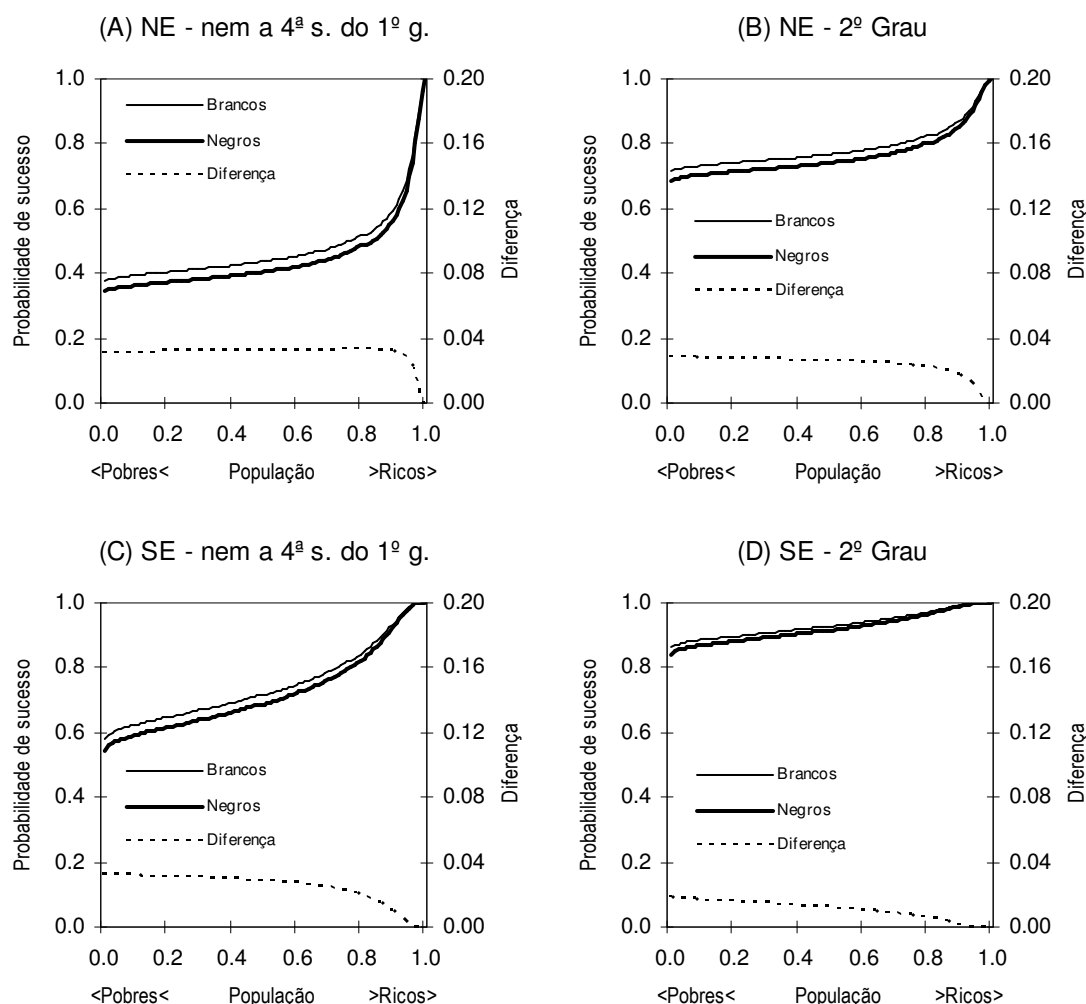
FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados.

NOTA: Predições para os seguintes valores fixos: 21 anos de idade; sexo masculino; área urbana.

Todavia, tanto o nível da diferença quanto sua variação ao longo da distribuição de renda seguem um padrão influenciado pelo nível global da distribuição da probabilidade

de sucesso. Há um padrão de diferença para quando o nível é alto, outro para nível intermediário e outro para nível baixo.

GRÁFICO 8.6 PROBABILIDADE DE ALFABETIZAÇÃO ESTIMADA PARA PESSOAS NASCIDAS DE 1996 A 1998 DE MÃE E/OU PAI NASCIDOS DE 1973 A 1977. BRASIL, 2005



FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados.

NOTA: Predições para os seguintes valores fixos: sete anos de idade; sexo masculino; área urbana.

O nível global da curva de diferença é correlacionado com o nível global da probabilidade nos gráficos. A exceção é o Gráfico 8.6, que representa o sexto modelo, no qual o peso da raça é bem menor. Nos demais, as transições A→B e C→D, e A→C; B→D, nas quais há deslocamentos para cima das curvas de probabilidade de negros e de brancos, quase sempre implicam deslocamentos para cima das curvas de diferença. A excepcionalidade do Gráfico 8.6 fica por conta do fato de que a probabilidade tem um limite superior, e quando os grupos se aproximam desse, a diferença passa a diminuir até tornar-se nula. Assim, é de se esperar que a partir de certo nível, deslocamentos para

cima das curvas de probabilidade passem a gerar deslocamentos para baixo da curva de diferença.

Quando o nível global das curvas de probabilidade é alto (o que ocorre apenas no subgráfico D do Gráfico 8.1 e nos subgráficos B, C e D do Gráfico 8.6) a diferença racial é maior entre os mais pobres e se reduz à medida que se caminha em direção aos mais ricos. Quando o nível global das curvas é próximo a 0,5 (como no subgráfico D do Gráfico 8.2 e no subgráfico A do Gráfico 8.6), a diferença é relativamente constante ao longo de quase toda a distribuição da renda, caindo a partir do último ou dos dois últimos décimos. Já quando o nível global da probabilidade é baixo, a diferença aumenta ao se ir dos mais pobres aos mais ricos. E quando se chega próximo aos dois ou três centésimos mais ricos, se o nível da probabilidade é próximo de um, a diferença cai vertiginosamente; se não, como nos subgráficos A do Gráfico 8.1 ao Gráfico 8.5, a diferença atinge seu pico justamente no último centésimo

Detalhes a parte, os fatos acima descritos são os principais que emergem da investigação das distribuições de probabilidade previstas pelos modelos da Tabela 8.3. Resumindo, todos os fatores são importantes na produção dos sucessos educacionais. Assim, havendo diferenças na composição racial das populações regionais, e estando a população negra sobre-representada entre os brasileiros mais pobres, esses fatores produzirão desigualdades entre os grupos raciais que não são atribuíveis às discriminações raciais sofridas pelos indivíduos. Todavia, mesmo controladas as variações nos sucessos produzidas pelos distintos níveis de desenvolvimento e oferta educacional regionais, e os fatores relacionados à origem social – a educação da pessoa de referência e a renda do grupo doméstico – uma parcela não desprezível das variações do sucesso educacional é devida às discriminações raciais.

Os fatores relacionados à origem social são por certo os mais influentes – os que provocam maiores variações nas probabilidades de sucesso. A renda, em particular, é muito importante – a renda elevada compensa as desvantagens devidas ao baixo nível educacional das pessoas de referência; as desvantagens devidas à região/área de residência; e, na maior parte dos casos, contrabalança o peso da discriminação racial.

Se se considera que os resultados educacionais para os quais a probabilidade de sucesso é alta são resultados “fáceis”, e que aqueles para os quais a probabilidade é baixa são “difíceis” pode-se elaborar uma interpretação em linguagem mais palatável para o

conjunto de fatos estilizados que emergiram da análise dos modelos. Em uma sentença: o peso da discriminação racial é maior para negros de origem social alta quando os resultados são difíceis; e maior para os negros de origem social baixa quando os resultados são fáceis – dentro de uma região/área de residência.

Assim, uma pessoa, branca ou negra, nascida em 1975 que em 1982 residia no Nordeste dificilmente já teria sido alfabetizada. Somente entre os nordestinos extremamente ricos de então a probabilidade prevista de alfabetização era superior a 0,2. Então, observa-se no subgráfico A do Gráfico 8.1 o crescimento da diferença entre raças com a renda. O mesmo acontece, por exemplo, em todo o Gráfico 8.5, pois frequentar cursos de nível superior era, em 1996, um privilégio dos muito ricos. O oposto se verifica no Gráfico 8.6. Para um descendente da coorte 1973-1977 nascido em 1998, já ter sido alfabetizado em 2005 era algo comparativamente muito mais fácil do que fora para ao menos um de seus pais em 1982. Aí a diferença é maior entre os mais pobres.

Esses padrões globais podem ser generalizados para as mulheres da coorte, para os membros mais velhos, para os residentes em áreas rurais, e para as regiões e os níveis educacionais do chefe não representados. Para tanto, basta voltar à Tabela 8.3 e observar os parâmetros dos modelos.

No caso das mulheres, que são a categoria base (omitida) da variável sexo, dado os coeficientes dos homens serem negativos, as curvas de probabilidade de negras e brancas estariam deslocadas para cima em relação às apresentadas, e a queda do nível das diferenças estaria à esquerda. No caso das idades mais altas, dado o parâmetro de idade ser positivo, também haveria deslocamentos das curvas de probabilidade para cima e da queda do nível das curvas de diferenças para a esquerda (exceto para o modelo de frequência a curso superior). Para os residentes em áreas rurais, as curvas de probabilidade se deslocariam para baixo e a queda do nível das curvas de diferença para a direita. No caso dos demais níveis educacionais do chefe e regiões, a lógica dos deslocamentos das curvas seria a mesma com deslocamentos para cima e para baixo das curvas de probabilidade, e para a esquerda ou para a direita da queda do nível das diferenças, dependendo do gráfico apresentado que se tome por referência.

Porém, todos esses deslocamentos seriam muito pequenos, e os gráficos resultantes da fixação dos valores da idade ou das categorias das demais variáveis seriam extremamente semelhantes aos mostrados do Gráfico 8.1 ao Gráfico 8.6. Isso por que o

principal fator de variação das probabilidades de negros e de brancos, a origem social já está neles representado, pela renda, e por dois níveis bem distintos de educação do chefe do grupo doméstico.

8.4 Conclusões preliminares

As evidências apresentadas neste último capítulo corroboram a sexta hipótese, a de que a origem social é a principal fonte da desigualdade educacional. Por meio dos indicadores de educação apresentados, caracterizou-se inicialmente o fato de que os negros nascidos de 1973 a 1977, além de terem tido menor frequência à escola foram mais sujeitos a terem trajetórias educacionais truncadas, marcadas por repetência e evasões. Isso leva o grupo a ter, ao fim da trajetória educacional, uma distribuição de resultados pior do que a dos brancos. Os negros da coorte terminam concentrados nos níveis educacionais mais baixos – o que de resto acontece com os negros em geral.

Em seguida tratou-se do problema de o quanto essas diferenças nas trajetórias e nos resultados educacionais se devem aos dois fatores principais da desigualdade racial, origem social e discriminação racial. Os modelos aplicados aos dados para esclarecer o peso relativo de cada um desses fatores na produção das diferenças nos resultados educacionais de negros e de brancos em pontos distintos de suas trajetórias revelaram que a relação entre eles varia, mas as variações se dão segundo um padrão bem definido.

Como seria de se esperar, em uma sociedade em que o sistema de ensino está cindido em um setor público e um privado, tendo o último, em regra, qualidade superior nas primeiras etapas da educação, a capacidade de as famílias mais abastadas comprarem essa educação melhor para seus filhos se apresenta como o principal fator de sucesso. Mesmo controlados todos os demais fatores, a variação nas probabilidades de sucesso devida à renda *per capita* do grupo doméstico em todos os modelos é enorme. Em alguns casos, como o da probabilidade prevista de sucesso em completar o primeiro grau aos 15 anos, ou o segundo grau aos 19 anos, para filhos de pais com nível educacional baixo, residentes na região Sudeste (respectivamente Gráficos 4.C e 5.C) varia de menos de 10%, no extremo mais pobre da distribuição da renda regional, até mais de 90%, no extremo mais rico.

O nível educacional da pessoa de referência – o/a “chefe” – do grupo doméstico é outro fator decisivo: as curvas de probabilidade de sucesso se deslocam para cima quando o nível aumenta. Em alguma medida, a educação mais elevada compensa uma renda mais baixa, sendo a distribuição das probabilidades de sucesso menos desigual para os filhos de pais mais educados.

A probabilidade de sucesso de determinados resultados educacionais nas idades corretas, obviamente, não depende apenas das características individuais e familiares das pessoas, mas também da disponibilidade de serviços educacionais. Residir em uma região de maior oferta educacional, particularmente no Sul e no Sudeste, compensa em alguma medida a origem social em famílias de baixa renda ou de baixo nível educacional. Nestas regiões, a distribuição das probabilidades de sucesso é menos desigual. O mesmo pode ser dito da residência em áreas urbanas.

Todavia, ao se comparar, na média, os efeitos dos três fatores, percebe-se inequivocamente que a origem social é o fator mais importante para a determinação das probabilidades de sucesso educacional. Discriminação racial e fatores regionais alternam de posição segundo o resultado em tela – ora um é o segundo fator mais importante, ora o outro. Tais evidências, que corroboram a sexta hipótese, são plenamente compatíveis com a tese de que a persistência da desigualdade racial de renda no Brasil deve ser vista como o produto de uma combinação de pouca mobilidade social com discriminação racial – combinação na qual o componente da herança social prepondera, e que varia regionalmente.

Além de corroborar a tese, a abordagem analítica empregada revelou um aspecto pouco explorado dos efeitos da discriminação racial, a partir da representação do padrão dos efeitos da discriminação racial ao longo da distribuição dos demais fatores – particularmente da renda, o principal determinante do sucesso educacional. Esse padrão corrobora estudos mais recentes, discutidos no *Primeiro Capítulo*, que apontam a interação entre a discriminação racial e a origem social. Entretanto, tais estudos consideraram que essa interação se dava no sentido de serem os efeitos da discriminação racial ampliados, por exemplo, entre trabalhadores nas posições mais privilegiadas da estrutura ocupacional, ou entre pessoas de origem social mais elevada. Simplificando, a discriminação racial parecia ter efeitos mais pesados sobre a vida dos negros mais abastados.

Aqui, os resultados revelaram um padrão de interação distinto. Para entendê-lo, é preciso considerar que o sistema de ensino brasileiro nas últimas décadas se expandiu rapidamente, simultaneamente aumentando a cobertura e a oferta de novas oportunidades educacionais em níveis superiores de ensino. Porém, as novas oportunidades não são distribuídas de forma equânime. A cada geração, as novas oportunidades são primeiramente aproveitadas pelas pessoas de origem social mais

elevada. Para esses, aproveitá-las é “fácil”. Para os demais, “difícil”. As novas oportunidades só passam a ser aproveitadas por uma camada social “abaixo” quando a camada social imediatamente “acima” está saciada. Tal fato pode ser facilmente apreendido a partir da comparação entre as probabilidades de sucesso em ter sido alfabetizado em 1982 com a probabilidade equivalente, em 2005, para os descendentes da coorte seguida.

Quando uma determinada camada social tem saciado seu desejo de educação, os efeitos da discriminação racial desaparecem. Isso é um tanto quanto óbvio: se 100% dos filhos de pais com segundo grau completo residentes no Sudeste cuja renda do grupo doméstico os situava entre os 10% mais ricos da população se alfabetizam aos sete anos de idade, tanto faz serem filhos negros ou brancos. Glose-se, porém, que o fato de desaparecerem os efeitos da discriminação racial não implica seu desaparecimento: pode continuar existindo, mas sendo inócua para o sucesso no alcance de um resultado específico.

Porém, quando não há essa “saciedade”, as famílias do estrato social em questão competirão para garantir que seus filhos consigam ser aqueles que aproveitarão as oportunidades que não estão disponíveis para todos. Outra obviedade, pois a maior parte das famílias quer o “melhor” para seus filhos. E é justamente onde a competição se torna mais acirrada que os efeitos da discriminação racial se mostram mais intensos. Observando as distribuições previstas pelos modelos, nota-se que, em regra, é entre os grupos cuja probabilidade de sucesso na obtenção dos resultados se situa, grosso modo, na faixa de 0,4 a 0,8, que as curvas de diferença entre as probabilidades de negros e brancos se deslocam para cima – formando picos nos gráficos.

E da mesma forma que não faz muito sentido se falar de competição por algo que todos podem ter, também não há competição por algo que ninguém poderá ter. Assim, quando as probabilidades de sucesso são baixas, os efeitos da discriminação racial são menores do que nas camadas em que a competição é acirrada.

Conclusões:

As causas da persistência da desigualdade racial de renda

No Brasil, a desigualdade racial de renda domiciliar *per capita* não só é intensa, mas também persistente. No período de 1976 a 2006, a renda média da população negra – pretos e pardos – foi sempre menos do que a metade da média da branca. Essa diferença de nível, conjugada às características das distribuições, permite afirmar que os negros tinham menor bem-estar e eram mais pobres do que os brancos, de forma quase independente da escolha dos indicadores, em todos os anos para os quais se dispõe de dados.

A tese defendida é a de que a persistência da desigualdade racial de renda, objeto da pesquisa, ocorre por que nos processos de mobilidade que levam à definição da renda, a origem social tem um grande peso, ao qual se somam os efeitos da discriminação racial. A origem social é o principal fator de reprodução da desigualdade, mas a persistência só é possível pelo complemento da discriminação.

A apresentação da pesquisa para investigar o problema e a validade da tese foi dividida em duas grandes partes, seguindo o esquema delineado na *Introdução*. A primeira parte, composta pelos três capítulos iniciais é eminentemente teórica. Compreendeu um diálogo com as teorias e as definições conceituais mais importantes. A segunda, que engloba os cinco capítulos restantes, é essencialmente empírica. Envolveu o teste progressivo das seis hipóteses que representam a tese, em ordem tal que a rejeição de qualquer uma implicaria a rejeição da tese e tornaria desnecessário o teste das hipóteses subsequentes.

Nesta seção conclusiva, a ordem de apresentação foi trocada. Primeiro, são resumidas as principais características da desigualdade racial de renda e as evidências encontradas na busca da sua explicação, oferecidas na segunda parte da pesquisa. Essas evidências corroboraram as seis hipóteses de trabalho cuja adequação aos dados foi estabelecida como condição para a aceitação da tese. Depois esses fatos são amarrados à tese e aos conceitos e teorias discutidos na primeira parte. À luz das definições conceituais e do diálogo teórico, são tecidas algumas considerações finais sobre a contribuição desta pesquisa para o conhecimento e o debate sobre a desigualdade racial no Brasil.

As características da desigualdade racial de renda

O *Quarto Capítulo* cumpre uma dupla função na pesquisa: tanto caracteriza o objeto, quanto serve ao teste de duas hipóteses fundamentais à tese: a de que a desigualdade racial de renda existe; e a de que é persistente. Os fatos apresentados corroboram ambas. O adjetivo “persistente” qualifica uma situação de pouca variabilidade intertemporal: persistente não é imutável, admitem-se flutuações em torno da tendência dominante.

Pragmaticamente, existem duas grandes vantagens em escolher a renda domiciliar *per capita* como indicador da posição social, e sua distribuição como representação da desigualdade. Uma é permitir a inclusão no estudo de pessoas que não tem renda individual, principalmente crianças e donas de casa. A outra é a disponibilidade de um vasto arsenal de técnicas de análise da distribuição de renda, desenvolvido no âmbito dos estudos econômicos de desigualdade, bem-estar e pobreza. Nesse arcabouço analítico a distribuição de renda possui duas características básicas, seu nível e sua forma. O nível, indicado pela renda média, expressa o grau de riqueza; e a forma, representada pelo conjunto de frações da renda total que cabem aos participantes da distribuição (curva de Lorenz), expressa a desigualdade.

Duas distribuições de renda comparadas, portanto, podem ser desiguais devido a diferenças de nível ou de forma. Boa parte do *Quarto Capítulo* foi dedicada a comparações de nível e de forma entre a distribuição de renda dos negros e a dos brancos, como se essas populações estivessem separadas em dois Brasis. As comparações de nível mostraram grande distância nos graus de riqueza, a renda domiciliar *per capita* dos brancos é em média pouco mais que duas vezes maior do que a dos negros em todos os anos. Já as comparações de forma revelaram ser menos desigual a distribuição de renda dos negros. Porquanto seja pior em nível, do ponto de vista do grau de desigualdade, a distribuição dos negros é preferível à dos brancos.

As comparações também revelaram que, no período 1976-2006, tanto aumentou a parcela de negros na população, de dois quintos à metade, quanto a parcela da renda total de que se apropriavam, de pouco mais de um quinto a pouco menos do que um terço. Assim, a fração da renda avançou relativamente mais do que a fração da população, dinâmica que aproximou as médias ligeiramente, principalmente a partir de 2001. De 1976 a 2006, a média dos negros passou de 42 a 48% da dos brancos.

A desigualdade dentro dos grupos também diminuiu, com a distribuição dos negros exercendo dominância de Lorenz sobre a dos brancos em todos os períodos, portanto, inequivocamente menos desigual. Contudo, as curvas de Lorenz são parecidas, revelando ser bem menos intensa a diferença entre os grupos no grau de desigualdade do que a no grau de riqueza. “Quanto” é essa diferença, porém, é uma questão de resposta aberta, depende do indicador de desigualdade escolhido. Segundo o indicador de Gini, a desigualdade dos brancos passa, no período 1976-2006, de 62 a 55% do maior grau possível de desigualdade (que ocorreria se um indivíduo se apropriasse de toda a renda); e a dos negros de 54 a 50%.

As variações na forma de medir características da distribuição de renda – isto é, os diferentes indicadores de desigualdade, pobreza e bem-estar – derivam de juízos de valor distintos sobre a importância de cada uma das características básicas da distribuição, nível e forma. Em um extremo, o juízo de que apenas o grau de riqueza importa, e não como é distribuída, leva à escolha da renda média como indicador de desigualdade. Noutro, o juízo de que apenas a distribuição importa leva à escolha de indicadores que desprezem a média. Muitas vezes, o tipo de juízo de valor e de concepção filosófica de justiça distributiva implicada pelo uso de um indicador não é explícito. Mas não existe indicador de desigualdade que não implique juízos de valor.

Devido a isso, optou-se por apresentar múltiplos indicadores de desigualdade. A presença da aludida dominância de Lorenz garantiu a concordância de todos os indicadores com o menor grau de desigualdade da distribuição dos negros. Do ponto de vista da dinâmica temporal, a maior parte dos indicadores também autorizou a conclusão pela persistência da diferença racial no grau de desigualdade implicado pela forma, considerando a redução do último. Além disso, o fato de ser maior a desigualdade entre os brancos faz com que a perda de bem estar potencial desse grupo seja maior.

A comparação das duas distribuições pode ser resumida da seguinte forma. Se a um estrangeiro fossem dadas as informações dessa parte do *Quarto Capítulo*, e se lhe fosse exigido escolher viver no Brasil negro ou no Brasil branco, as seguintes escolhas seriam feitas, dependendo do seu grau de aversão à desigualdade (que expressa o quanto preza a igualdade em detrimento da riqueza). No primeiro cenário, o estrangeiro é totalmente avesso à desigualdade, logo, escolheria o Brasil negro, que apesar de mais pobre, é menos desigual. Já se fosse indiferente à desigualdade preferiria o Brasil branco.

Finalmente, se considerasse as duas dimensões, muito provavelmente escolheria o Brasil branco. Isso por ser enorme a diferença entre as médias, e pequena a no grau de desigualdade. Somente indivíduos muito avessos à desigualdade prefeririam a distribuição dos negros.

A primeira parte do *Quarto Capítulo*, portanto, estabelece que ao menos sob um aspecto a diferença entre as distribuições é favorável aos negros, a menor desigualdade. Todavia, revela que a diferença de nível é tão grande que anula completamente essa pequena vantagem dos negros. A distribuição dos negros é dominada em primeira ordem pela dos brancos o que a torna pior no tocante ao bem-estar e à pobreza.

Na segunda parte, continua a caracterização da desigualdade racial de renda, desta feita tendo em conta o fato de que não existem dois Brasis, apenas um, com uma distribuição de renda da qual fazem parte negros e brancos. A análise muda o foco para a localização dos negros na distribuição nacional de renda, e para a contribuição a essa das diferenças entre as distribuições dos grupos raciais.

A investigação da localização dos negros na distribuição da renda domiciliar *per capita* brasileira foi feita mediante a análise de curvas e índices de concentração populacional. Esses instrumentos são baseados na posição dos indivíduos na distribuição de renda (ordenados dos mais pobres aos mais ricos). Sua vantagem é não serem afetados por mudanças na média e na desigualdade que não alterem as posições relativas na distribuição. Teoricamente, é possível acontecerem transformações na distribuição de renda que reduzam a desigualdade entre os grupos raciais sem trocas de posições. Se, por exemplo, houvesse crescimento pró-pobre (aumento da média com redução da desigualdade) sem troca de posições entre negros e brancos, as médias se aproximariam e a desigualdade dentro dos grupos se reduziria, mas os indicadores de concentração permaneceriam inalterados.

Houve uma pequena redução da concentração dos negros entre os brasileiros mais pobres, também a partir de 2001. Durante a maior parte do período 1976-2006 a concentração esteve em torno de 39-40% do maior grau possível (que ocorreria se o branco mais pobre tivesse renda maior do que a do negro mais rico). Em 2006, baixou a por volta de 36-37%.

Grande parte da perda nacional de bem-estar devida à desigualdade é produzida pela desigualdade na distribuição de renda dos brancos. Ao se analisar como “interagem” as

distribuições de renda dos grupos raciais ao serem juntadas na distribuição brasileira de renda, viu-se que a desigualdade dos brancos é a maior responsável pelo elevado grau de desigualdade nacional na maior parte das decomposições segundo os grupos raciais.

As decomposições da desigualdade nacional de renda, que a estabelecem como soma da desigualdade “entre” com a desigualdade “dentro” dos grupos raciais, revelaram outros aspectos interessantes. Devido à concentração dos negros entre os mais pobres, os indicadores que conferem mais peso às rendas mais baixas deram maior valor à contribuição da desigualdade entre os negros para a desigualdade total. À medida que aumentam tanto a fração da população quanto a fração da renda total que cabe aos negros, também aumenta a contribuição da desigualdade do grupo para a desigualdade total. Assim, segundo o indicador mais sensível às rendas baixas, a contribuição da desigualdade dos negros para a desigualdade total passa de 46 a 59% de 1976 a 2006. Por outro lado, o indicador mais sensível às rendas altas acusa uma contribuição em torno de 11-15% no período, com a desigualdade dos brancos contribuindo por volta de 80-86%.

O componente da desigualdade entre grupos nessas decomposições representa a contribuição da diferença de nível entre as duas distribuições para a desigualdade total. Se tivessem a mesma renda média, ainda que desiguais em graus diferentes, o valor da desigualdade entre os grupos seria zero. A contribuição relativa da desigualdade entre grupos para a desigualdade total, portanto, é um indicador da diferença de nível, como a razão entre as médias. Sua vantagem em relação à última é ser menos sensível a reduções na desigualdade total que provocam convergência das médias dos grupos, o que ocorre quando estão concentrados. Seu valor depende do indicador decomposto. Apesar das variações nos valores, dos quatro indicadores de desigualdade decompostos, três apontaram persistência intertemporal de 1976 a 2006, enquanto um – o mais sensível às rendas altas – acusou aumento da contribuição relativa da desigualdade entre grupos.

A caracterização da desigualdade racial de renda do *Quarto Capítulo* foi encerrada pela seleção de um conjunto de indicadores para representá-la nas demais etapas da pesquisa. Tal seleção foi feita à luz das descobertas: i) de que a diferença entre as médias é o principal fator da desigualdade racial da renda; ii) de que embora as distribuições dos negros e dos brancos sejam distintas também no grau de desigualdade implicado por suas formas, a diferença não é tão grande quanto a de nível; iii) de que a desigualdade

racial de renda produz a concentração dos negros entre os mais pobres. Os indicadores selecionados, portanto, deviam contemplar esses aspectos. Deviam também, na medida do possível, ser insensíveis a mudanças conjunturais no nível da renda nacional e no grau de desigualdade na sua distribuição, sendo afetados apenas por mudanças efetivas na desigualdade racial de renda.

O primeiro indicador selecionado foi a razão entre as médias que expressa de forma emblemática e intuitiva a diferença de nível entre as distribuições dos grupos. Todavia, a razão entre as médias padece do problema de ser sensível a reduções globais da desigualdade que não afetem significativamente o posicionamento coletivo dos negros na distribuição de renda.

O segundo indicador selecionado foi a contribuição relativa da desigualdade entre as médias dos grupos para a desigualdade total, obtida a partir da decomposição do indicador de desigualdade T de Theil (de entropia generalizada). Essa é uma espécie de “razão entre médias” depurada das variações da desigualdade. É um indicador muito estável no período, o que sugere que, efetivamente, a convergência recente entre as rendas médias de negros e brancos deve ser entendida como efeito colateral da queda global da desigualdade, e não como indício de um processo de equalização racial da renda.

O terceiro indicador foi o índice de concentração ajustado, que por ser baseado exclusivamente nas posições, só é sensível às mudanças no nível e na desigualdade que produzem alterações substantivas no posicionamento coletivo dos grupos na distribuição nacional da renda.

Esses três indicadores foram calculados para todos os anos do período 1976-2006 para os quais a informação estava disponível. A representação gráfica da série histórica dos indicadores de desigualdade racial de renda ilustrou sua intensidade e persistência. Mostrou também o quanto os quatro anos considerados na maior parte das análises da pesquisa são típicos da década que representam (exceto 1976, pois não há informações para qualquer outro ano dessa década). Dois dos indicadores – a razão entre as médias e o índice de concentração ajustado – registraram pequenas reduções na desigualdade racial a partir de 2001. Todavia, a contribuição relativa da desigualdade de nível entre os grupos para a desigualdade total apresenta uma estabilidade desconcertante em torno de 10-11%.

As pequenas reduções na desigualdade a partir de 2001 não devem ser interpretadas como contrárias à hipótese de persistência. Persistência não é imutabilidade e a melhoria recente pode ser apenas uma flutuação. Não há espaço para otimismo quanto à desigualdade racial de renda. É provável que o Brasil, nos últimos anos da primeira década do século XXI, sofra as conseqüências de uma crise econômica global. E os valores assumidos por esses dois indicadores no passado registram o recrudescimento da desigualdade racial de renda em períodos de crise.

O processo de acumulação de desvantagens

A tese defendida para explicar a persistência da desigualdade racial de renda, expressa pelos três indicadores selecionados, é versão de uma teoria de estratificação social baseada na idéia de desvantagens cumulativas. Grosso modo, considera-se que a renda do grupo doméstico no qual uma pessoa nasce e é socializada para a vida adulta limita seu escopo de oportunidades, influenciando de forma decisiva sua renda futura. Essa renda dos pais representa a origem social, é mais do que um simples indicador da capacidade de consumo. A posição dos indivíduos na distribuição de renda em certo momento é próxima à de seus antepassados em distribuições pregressas. Nesse regime de baixa mobilidade, se um grupo particular cujo pertencimento é em grande grau compartilhado por pais e filhos, como raça, ingressa subalternamente na sociedade, ficará concentrado nas camadas de baixa renda por muito tempo, ainda que nada além da origem social o prejudique. Mesmo não havendo causalidade na relação entre o pertencimento ao grupo e a renda depois do momento inicial, persistirá a correlação e a desigualdade entre grupos.

Contudo, sendo a mobilidade baixa – e não nula – não há determinação completa da renda. Embora para a maior parte dos indivíduos a origem social seja um determinante quase exclusivo da renda individual, há aqueles em cujas trajetórias a origem social pouco importou. A presença dos últimos garantiria a progressiva redução da desigualdade entre grupos existente no momento inicial, em ritmo dependente do grau de associação global entre a origem social e a renda. Quanto mais baixa a associação, mais rapidamente ocorreria a equalização racial da renda: a sociedade brasileira poderia continuar a ter uma distribuição de renda desigual, mas não haveria desigualdade entre negros e brancos. Para que a desigualdade racial de renda persista, portanto, é preciso que haja também discriminação racial atuando nos processos de mobilidade. Se a

origem social tem muito peso no processo, o complemento necessário de discriminação racial para produzir a persistência da desigualdade racial pode ser pequeno.

Essas características mais gerais do regime de mobilidade foram discutidas e pesquisadas no *Quinto Capítulo*, a partir do estudo da mobilidade de renda dos brasileiros nascidos no período de 1957-1966. As evidências apresentadas confirmaram a terceira hipótese da tese, a de que a mobilidade é baixa para ambos os grupos, e são compatíveis com o regime descrito. Tanto negros quanto brancos apresentam um elevado grau de persistência intergeracional da renda. Ou seja, conhecendo a renda dos pais é possível prever com acuidade a renda dos filhos. Conforme visto, quando a associação entre origem e destino social é elevada, a movimentação individual é predominantemente de curta distância. Na distribuição de renda contemporânea, a posição das pessoas não é muito distante da que ocupavam no passado, quando sua renda era determinada pela do grupo doméstico de origem. Mas não só a persistência intergeracional dos dois grupos é próxima. Os padrões de mobilidade de negros e brancos em suas próprias distribuições são extremamente semelhantes. Os indicadores de distância percorrida na distribuição global da renda também apontam poucas diferenças entre negros e brancos.

A constatação do fato de que os negros e os brancos ostentam um mesmo regime de mobilidade traz à tona a importância da condição histórica inicial. Se os negros tivessem ingressado na sociedade brasileira em condições de igualdade com os brancos, o regime de mobilidade observado não seria capaz de produzir desigualdade racial de renda intensa. Poderia haver um grau elevado de desigualdade nacional de renda, baixa mobilidade, muita desigualdade de oportunidades, mas não desigualdade significativa entre negros e brancos. Todavia, a condição histórica, o fato de que os negros tiveram uma inserção subalterna na sociedade brasileira, e por isso estavam, desde sempre, concentrados entre os mais pobres, faz com que o regime de mobilidade semelhante, de curta distância, ajude a perpetuar a desigualdade racial.

Se os negros estão concentrados entre os pobres, estão próximos uns dos outros. Quando há movimentos de curta distância, é mais provável ocuparem a posição deixada por outro negro. Dado seus movimentos para cima e para baixo praticamente se anularem, os negros, individualmente, circulam na zona mais pobre da distribuição de renda, trocando de posição predominantemente com outros negros, fazendo o grupo

inteiro permanecer na mesma posição relativa (sua concentração é estável). No outro extremo da distribuição, o mesmo ocorre com os brancos.

Se houvesse uma tendência de equalização racial, os padrões de mobilidade de renda de negros e brancos teriam que ser diferentes. Para que a desigualdade racial de renda diminuísse, seria preciso que a mobilidade dos negros fosse predominantemente ascendente e a dos brancos descendente. Em uma redução gradual, os regimes de mobilidade começariam bem distintos e iriam se assemelhando até se tornarem, após a equalização racial, idênticos.

Isso foi demonstrado por meio de simulações contrafatuais com os dados. Na simulação de um regime de mobilidade de renda perfeito, isto é, racialmente neutro e puramente meritocrático, com igualdade estrita de oportunidades, a desigualdade racial desaparecería em apenas uma troca de gerações. Sob esse regime, por causa da condição inicial, a mobilidade dos negros seria bem diferente da dos brancos até a equalização.

Porém, não seria necessário que o regime de mobilidade fosse perfeito para haver uma tendência de equalização em curso. Na segunda simulação, o padrão de mobilidade de renda de curta distância observado foi repetido consecutivas vezes, mas como se fosse racialmente neutro e a desigualdade de oportunidades fosse determinada apenas pela origem social. Os resultados mostraram que na ausência de vieses raciais, mesmo sob o regime de mobilidade brasileiro, a tendência temporal seria de equalização racial. Mas seria extremamente lenta e mais de um século se passaria antes de a igualdade, ou melhor, de um nível desprezível de desigualdade ser atingido. Durante esse período, a mobilidade dos negros apresentaria um padrão distinto da dos brancos, com predominância dos movimentos ascendentes.

As evidências sobre a mobilidade, portanto, são compatíveis com a tese. Primeiro a influência da origem social é muito alta, confirmando a hipótese de baixa mobilidade. Segundo, apenas a origem social não é suficiente para explicar a persistência. Na ausência de discriminação, ainda que o processo de equalização fosse lento, alguma redução da desigualdade racial de renda teria que ter sido constatada na janela de observação de 30 anos que proporcionam os dados da PNAD de 1976 a 2006. Logo, a persistência da desigualdade racial de renda exige que às desvantagens acarretadas pela origem social preponderantemente nas camadas de baixa renda se estejam somando

desvantagens advindas da discriminação racial contra os negros nas etapas do processo de mobilidade.

No *Quarto* e no *Quinto Capítulo*, portanto, confirmaram-se a existência da desigualdade racial de renda e sua persistência no período 1976-2006, e o fato de que o regime de mobilidade é marcado pela elevada influência da origem social sobre a renda, corroborando as três primeiras hipóteses da tese.

No *Sexto Capítulo*, a tarefa era a identificação das fontes da desigualdade racial de renda, orientada pela hipótese de que a principal era a renda do trabalho. Por ter sido empregada a renda domiciliar *per capita* como indicador da renda dos grupos domésticos, a desigualdade racial poderia ser devida à composição ou ao nível das rendas, ou às diferenças nos padrões de formação de grupos domésticos. Concluiu-se que a principal fonte da desigualdade racial de renda era o nível da renda individual dos provedores, da qual a principal componente é a renda do trabalho principal, levando à aceitação da quarta hipótese da tese.

A investigação começou pela estrutura etária e pela razão entre os sexos nas duas populações. Essas características demográficas são importantes por que suas variações podem produzir diferentes razões de dependência afetando a renda média dos grupos. Graças ao uso da renda domiciliar *per capita*, nenhum grupo é excluído da análise, mesmo as pessoas que não tem renda individual passam a ter uma renda. Essas são dependentes de provedores, membros do grupo doméstico com renda individual. Geralmente os dependentes são crianças, jovens, estudantes e donas-de-casa (idosos costumam ter renda individual). A maior razão de dependência, por menos mulheres adultas participarem no mercado de trabalho ou pela maior proporção de crianças e jovens, pode levar um grupo a ter renda menor, ainda que os provedores de cada grupo, comparados individualmente, tenham rendas equivalentes.

Porém, as evidências mostraram não existir diferenças significativas entre negros e brancos no que toca às características demográficas relevantes para a desigualdade racial de renda. A população negra é um pouco mais jovem. Mas as razões entre os sexos e as proporções de pessoas com renda nos grupos definidos por idade e sexo são próximas. A estrutura etária mais jovem faz os grupos domésticos dos negros serem em média um pouco maiores do que os dos brancos, e, conseqüentemente, terem maior razão de dependência.

É difícil, todavia, estipular se essas pequenas diferenças são causadas pela menor renda, ou se a causam. Investigando tais características ao longo da distribuição de renda, comparando grupos domésticos brancos e negros de renda semelhante, percebeu-se que praticamente não há diferenças no tamanho médio. No caso da razão de dependência, descobriu-se que os grupos domésticos negros tendem, na verdade, a ter uma razão de dependência interna menor em relação aos brancos de renda semelhante, o que equivale a dizer que fazem uso mais intensivo de sua própria força de trabalho. Na média nacional, os brancos têm menor razão de dependência por composição: estão concentrados na extremidade mais rica da distribuição, onde há mais provedores do que dependentes. De qualquer forma, dada sua magnitude, essas diferenças nas razões de dependência jamais poderiam produzir a intensa desigualdade racial de renda constatada.

Passando ao estudo da renda dos provedores, constatou-se que a composição média das rendas individuais de negros e de brancos também não diferia significativamente. A diferença mais marcante entre os grupos raciais nesse aspecto, ainda que pequena, foi o aumento da contribuição de outras rendas, que não as de trabalho, aposentadoria e pensões, para a renda dos negros. No início do período, em 1976, quando essas rendas eram constituídas principalmente de rendas do capital – aluguéis, juros, etc. – tinham peso maior na renda dos brancos. Em 2006 passam a ter praticamente a mesma contribuição na renda de ambos os grupos, no caso dos negros devido à presença de uma nova fonte entre as outras rendas, os programas de transferência governamentais.

A abordagem do nível das diversas componentes da renda individual, por sua vez, proporcionou de imediato a constatação de que se havia encontrado a fonte da desigualdade racial de renda. De fato, ao se comparar às dos brancos as médias das rendas individuais e das rendas componentes dos provedores negros, constata-se quase que invariavelmente que a dos brancos é por volta de duas vezes maior. Ou seja, na renda do trabalho principal, dos demais trabalhos, das aposentadorias e pensões, e nas outras rendas, a distância dos negros aos brancos é da mesma ordem da que os separa na renda domiciliar *per capita*. Isso, somado à semelhança da composição das rendas individuais, ressalta não se poder atribuir às diferenças demográficas e de padrões de formação de grupos domésticos, fatores populacionais, uma parcela relevante da desigualdade racial de renda.

Para responder quanto da desigualdade racial de renda se poderia atribuir à diferença de nível em cada uma das rendas componentes, foram feitas simulações contrafatuais. A

primeira consistia em fazer ora que os negros tivessem a mesma proporção global que os brancos de provedores de renda individual, ou das rendas componentes, uma a uma; ora igualar em nível as rendas dos grupos. As trocas de proporções de provedores, que equivalem a simular a supressão das diferenças nos fatores populacionais, como seria de se esperar, não resultaram em grandes alterações na desigualdade racial de renda. No melhor resultado, em 1996, a simulação de que os negros tinham a mesma proporção de provedores fez a média passar dos 43% observados a 49% da média dos brancos. Já a troca de nível da renda individual, no pior resultado, também em 1996, fez a média subir de 43 a 89%. Fazendo o mesmo apenas com a renda do trabalho principal, a razão entre as médias seria 80%.

Estabelecido o nível da renda individual como a principal fonte da desigualdade racial de renda, e a renda do trabalho principal como a principal componente da renda individual, foi feita uma simulação contrafactual mais sofisticada para averiguar o impacto que teria a equalização dessas nos outros dois indicadores de desigualdade racial de renda. Como o índice de concentração e a contribuição da diferença das médias para a desigualdade total exigem informações sobre a forma da distribuição, não podem ser calculados a partir das médias, requerem distribuições microssimuladas para terem calculados seus valores nas situações contrafatuais.

Essa simulação confirmou que a diferença de nível entre a renda do trabalho principal dos provedores brancos e a dos negros é efetivamente a maior fonte da desigualdade racial de renda. Tendo em conta que a segunda maior fonte é a diferença de nível das aposentadorias e pensões, em geral resultado de trabalho realizado no passado, ressalta-se a centralidade da renda recebida pela participação na produção econômica. Na simulação de piores resultados, a de 2006, a equalização racial das médias de cada quinhentos avos da distribuição da renda do trabalho principal dos provedores de cada grupo fez a média da renda domiciliar *per capita* dos negros passar de 48 a 69% da dos brancos; a contribuição da diferença entre as médias para a desigualdade total cair de 10 para 3%; e a concentração dos negros entre os pobres cair de 37 para 22% da concentração máxima.

Corroboradas as quatro primeiras hipóteses da tese, a tarefa dos dois últimos capítulos, o *Sétimo* e o *Oitavo* era a de entender as causas da desigualdade racial na renda do trabalho principal. As duas hipóteses que guiaram essa etapa da pesquisa eram: a de que a desigualdade nos perfis educacionais dos grupos era a principal fonte da desigualdade

racial na renda do trabalho; e a de que a desigualdade educacional entre brancos e negros, por sua vez, tinha por fonte principal a origem social, em particular a renda do grupo doméstico de origem. Ao exemplo das quatro hipóteses precedentes, ambas foram corroboradas pelas evidências.

Na teoria das desvantagens cumulativas a educação é o meio preferencial de transmissão dos efeitos da origem social e da discriminação racial sofridos na primeira etapa do processo de mobilidade à segunda etapa. Por isso, a hipótese de que a educação era a principal fonte da desigualdade racial da renda do trabalho foi testada antes, no *Sétimo Capítulo*, do que a de que a origem social era a principal fonte da desigualdade racial em educação. Se a maior fonte da desigualdade da renda do trabalho principal fosse outra, independentemente de a origem social ser a maior fonte da desigualdade racial na educação, a outra fonte é que seria o principal fator da desigualdade racial de renda, e não a origem social, falseando a tese. A estratégia de apresentação da pesquisa, portanto, fez com que apenas no último capítulo se abordasse a primeira etapa do processo de mobilidade, a socialização para a vida adulta.

Restaurando a seqüência lógica das etapas do processo de mobilidade, conquanto a socialização para a vida adulta obviamente não se resume às trajetórias dos indivíduos pelo sistema de ensino (nos piores casos, “não-trajetórias”), a passagem pela escola é crucial para definir os resultados da primeira etapa. O nível educacional alcançado pelos indivíduos é um dos fatores mais importantes na definição da renda dos grupos domésticos de que participam – como demonstrado no *Sétimo Capítulo*. O estudo apresentado no *Oitavo Capítulo* consistiu em acompanhar a trajetória educacional de um grupo específico de brasileiros, a coorte dos nascidos de 1973 a 1977. Essa escolha se deveu ao fato de que a trajetória desse grupo pode ser integralmente acompanhada na janela de observação proporcionada pela PNAD.

Primeiramente, foram apresentados os indicadores de educação da coorte desagregados por raça. A taxa de freqüência à escola dos negros se mostrou inferior a dos brancos em todos os anos, mas com o envelhecimento da coorte, a taxa de ambos os grupos diminuiu até a quase convergência. A distribuição dos estudantes pelo nível do curso freqüentado revelou estarem os negros sempre em maiores freqüência em níveis anteriores ao esperado para a idade. Por exemplo, em 2005, a maior parte dos membros da coorte, na faixa etária dos 28 aos 32 anos, havia parado de estudar: apenas por volta de 11% dos brancos e 10% dos negros ainda estudava. Por volta de 60% desses brancos

freqüentavam cursos superiores de graduação ou pós, contra 31% dos negros, dos quais 20% ainda tentavam concluir o primeiro grau.

O menor acesso ao sistema de ensino, as trajetórias truncadas e a defasagem se transferem de uma fase à outra do processo educacional. Os dados mostraram que mesmo para uma coorte jovem como a dos nascidos de 1973 a 1977, o desempenho do sistema de ensino foi bem ruim em geral, mas pior para os negros. Os brancos são sempre relativamente mais freqüentes no nível educacional esperado ou nos superiores ao esperado para sua faixa etária.

Para testar a hipótese do *Oitavo Capítulo*, a de que a origem social era o principal fator responsável pela desigualdade racial de educação, foram aplicados modelos estatísticos aos dados da coorte provenientes de diferentes edições da PNAD. Esses modelos buscavam explicar, em termos da idade, do sexo, da região do país e da zona de residência, da educação do “chefe” e renda do grupo doméstico, e da raça, a probabilidade de uma pessoa alcançar um resultado educacional na idade aproximadamente correta (*e.g.*: já ser alfabetizado aos sete anos de idade, terminar o primeiro grau por volta dos 15 anos, e o segundo grau antes dos 19). A renda do grupo doméstico se mostrou o maior fator de desigualdade na obtenção dos resultados.

Nesses modelos, a educação do “chefe” (geralmente o pai ou padrasto, nos casais, ou a mãe nos grupos monoparentais) e a renda *per capita* do grupo doméstico foram empregados para representar a origem social. A raça da criança/jovem representa a discriminação racial. Os outros fatores nos modelos são considerados controles. Entraram por serem fontes de variação nos resultados educacionais que poderiam “contaminar” as estimativas dos efeitos da origem social e da discriminação racial.

Por exemplo, o Brasil possui uma composição racial diversificada com maiores proporções de negros nos estados do Nordeste, e menores nos do Sul. O nível educacional da população nordestina é mais baixo do que o da população sulista. Assim, se um branco sulista “médio” é comparado a um negro nordestino “médio”, parte da desigualdade educacional que apresentam deve ser considerada um produto dessa diferença regional. Se isso não é feito, a desigualdade racial é sobreestimada. A introdução dos controles “garante”, portanto, que a estimativa da parcela da desigualdade que cabe a um fator particular não está inflada por capturar o efeito de

fatores omitidos do modelo com os quais está correlacionado, porém sem relações de causalidade direta.

Controlados os efeitos dos outros fatores e da origem social, a variável raça capta os efeitos agregados dos inúmeros eventos de discriminação racial nas relações interpessoais que podem ter efeitos duradouros sobre as trajetórias educacionais e sobre o posicionamento futuro dos indivíduos na estrutura socioeconômica. Em todos os modelos, a raça se mostrou um fator importante para a determinação das probabilidades de sucesso. Porém, inequivocamente a origem social, em particular a renda do grupo doméstico é o grande determinante da desigualdade em educação. A condição inicial de concentração dos negros entre os mais pobres, cujas probabilidades de sucesso são sempre menores, faz com que a origem social, complementada pela desvantagem adicional aportada pela discriminação, se transforme na desvantagem racial de educação.

A análise conduzida no *Oitavo Capítulo* também revela o aspecto da variação circunstancial da intensidade dos efeitos da discriminação racial. Esse dado parece se alinhar a teses sobre o caráter “funcional” da discriminação racial para prevenir a competição dos negros com brancos, discutidas no *Primeiro Capítulo*. A intensidade do efeito da discriminação parece depender da probabilidade de obtenção de um determinado resultado educacional. Quando a probabilidade de obtenção do resultado é muita baixa, ou muito alta, a diferença entre negros e brancos em situações semelhantes é pequena. Porém, quando a probabilidade é mediana, a distância racial aumenta, permitindo a interpretação de que, ao se acirrar a competição para a obtenção do resultado, aumenta a incidência de discriminação.

As desvantagens educacionais dos negros em relação aos brancos se devem, portanto, às limitações sofridas em suas trajetórias pelo sistema de ensino no qual as oportunidades de acesso a boa educação são condicionadas em larga escala pela origem social. Todavia, alunos brancos e negros de origem social semelhante, residentes na mesma região do país, em teoria expostos a oportunidades educacionais parecidas, apresentam probabilidades distintas de atingirem um mesmo resultado. Essa parcela da desigualdade entre os grupos não explicável pelos demais fatores considerados é atribuída ao acúmulo de eventos de discriminação racial contra crianças e jovens negros: as imagens preconceituosas no livro didático, a subestimação da capacidade, a discriminação aberta por parte de professores e colegas, e outros tipos descritos e registrados pela bibliografia sobre relações raciais e educação. Mas a distância

educacional entre pessoas que são “iguais em tudo” menos na raça é consideravelmente menor do que a que pode haver entre duas pessoas de origem social bem diferente.

No *Sétimo Capítulo* testou-se a hipótese de que a desvantagem educacional trazida da primeira etapa do processo de mobilidade era a principal responsável pela desigualdade racial da renda do trabalho. A renda do trabalho pode ser vista como o resultado da segunda etapa do processo de mobilidade, para os indivíduos que ingressam no mercado. Obviamente, nem todas as pessoas adultas se engajam na produção de bens e serviços para o mercado, como as donas-de-casa e os aposentados. Porém, a maior parte da renda dos grupos domésticos é proveniente de trabalho. E a segunda maior fonte de renda são as pensões e aposentadorias fruto do trabalho passado. No *Sexto Capítulo* foi demonstrado que, juntas, essas duas fontes perfazem 95% da renda. Assim, as pessoas que não trabalham costumam ter sua renda domiciliar *per capita* determinada ou pela participação de outros membros do grupo doméstico no mercado de trabalho, ou pela sua participação passada.

Na transição para a vida adulta, aumenta a proporção dos que deixam de estudar – consolidando o seu nível educacional – e dos que entram no mercado de trabalho, estudando ou não. Em função de uma série de fatores dentre os quais se destaca o nível educacional, os jovens se inserem no mercado de trabalho em um determinado nicho de ocupação e atividade econômica no qual provavelmente permanecerão e ganharão experiência. Em muitos casos, a formação iniciada no sistema de ensino é complementada pela formação na atividade. O nível educacional acaba por ser o principal veículo transportador da influência da origem social para a vida adulta dos indivíduos contando na definição da renda daqueles que trabalham e por extensão dos seus dependentes e co-provedores. Contudo, ainda que “constituído” primariamente dos efeitos da origem social, uma pequena parcela sua transporta discriminação racial passada.

Embora se reconheça também o caráter processual da definição da renda do trabalho, existem limitações de ordem técnica para a realização de uma abordagem desse processo como a realizada no *Oitavo Capítulo*. Enquanto no sistema educacional brasileiro só há uma trajetória possível – primário, secundário, superior, pós – são muitas as trajetórias possíveis no mundo do trabalho, o que inviabiliza a definição de eventos que marquem as etapas das trajetórias, pontos onde negros e brancos são comparados. No *Sétimo Capítulo* o problema da desigualdade racial na renda do

trabalho foi abordado por meio de modelos lineares clássicos – “equações de salários” – aplicadas aos dados dos trabalhadores provenientes das edições de 1976, 1986, 1996 e 2006 da PNAD.

Origem social e discriminação racial são os fatores de interesse, sendo objetivo dos modelos a determinação do seu peso na produção da desigualdade na renda do trabalho principal. A origem social é representada pelo nível educacional do trabalhador; e a discriminação racial pela raça. Para garantir que nos modelos a diferença devida ao pertencimento racial possa ser atribuída a um tratamento desigual a trabalhadores razoavelmente semelhantes, outras características que produzem variações na renda do trabalho são controladas. A idade, que representa a experiência do trabalhador; o sexo, que captura a desigualdade de gênero; e a região de residência, representada pela unidade da federação e o tipo de zona, se metropolitana, urbana, ou rural, que dão conta das variações locais do nível da renda.

Por se considerar que empregados e empreendedores (conta-própria e empregadores) têm processos distintos de definição da renda, as rendas desses dois grupos de trabalhadores foram modeladas separadamente, embora por equações quase idênticas. A diferença fica por conta de para os trabalhadores o fator segmento de inserção no mercado de trabalho ser representado pela categoria ocupacional, e para os empreendedores pelo setor de atividade econômica.

Os resultados dos modelos mostraram que a experiência e a desigualdade de gênero são fatores responsáveis por parte da desigualdade de renda do trabalho, mas que não se traduzem em desigualdade racial, por que as taxas de participação específicas por idade dos homens e das mulheres de ambos os grupos não são muito distintas (o que não surpreende, face à identidade demográfica que guardam nesses aspectos). Os demais fatores são fontes de desigualdade racial na renda do trabalho.

A distribuição espacial da população negra, que aumenta, relativamente, ao se rumar dos estados do Sul aos do Norte do país, conjugada às desigualdades entre os estados, e também dentro deles entre zonas de características econômicas diferentes, é responsável por uma parte da desigualdade racial de renda. Essa parcela se deve, simplesmente, à existência de mais negros nas localidades em que o nível da renda do trabalho é menor. A outra fonte de desigualdade de renda do trabalho que se transforma em desigualdade racial é a segmentação ocupacional dos empregados e a por setor de atividade dos

empreendedores. Novamente, o fato de haver mais negros empregados nas ocupações pior remuneradas, ou empreendedores nos setores de atividade econômica idem, faz com que as diferenças de renda entre os segmentos econômicos se metamorfoseiem em parte da desigualdade racial.

As características do processo de definição da renda, portanto, fazem com que partes da desigualdade racial na renda do trabalho sejam produzidas por diferenças nas características da força de trabalho de cada grupo racial. Essas diferenças podem se dever a resultados produzidos parcialmente por discriminações passadas e não por uma discriminação racial “contemporânea” à atividade, como seria a discriminação salarial pura, ou por interposição de barreiras à ascensão profissional dentro das empresas ou para o acesso de empreendedores ao crédito. As desigualdades educacionais também se transformam em desigualdade racial de renda mediante esse mecanismo, trazendo para a segunda etapa da mobilidade o peso da origem social, e o peso, menor, porém não desprezível, da discriminação racial nas trajetórias pelo sistema de ensino.

A parcela final da desigualdade, aquela devida ao peso da discriminação racial contemporânea no mercado de trabalho, se revelou extremamente estável nas estimativas dos modelos. Comparados a outros trabalhadores iguais em sexo, idade, local de residência, nível educacional e ocupação ou setor de atividade, empregados negros tem renda em média 8% menor, e os empreendedores 17% menor. Essas porcentagens praticamente não mudam de 1976 a 2006, em flagrante contraste com o efeito do viés de gênero contra as mulheres que se reduziu acentuadamente no período, a despeito de ainda ser maior do que o racial.

Portanto, a desigualdade racial na renda do trabalho é produzida por diferenças entre os grupos em algumas características e por discriminação contemporânea. Das diferenças de características, duas são resultantes predominantemente da origem social, mas carregam também o efeito de discriminações passadas: a desigualdade educacional e a segmentação ocupacional ou por setor de atividade. A diferença nas distribuições das populações pelo território também produz desigualdade racial, porém não atribuível à discriminação.

Estipular quais são os fatores mais importantes simplesmente a partir dos resultados dos modelos e da distribuição racial das características em tela, contudo, pode ser enganoso. No *Sétimo Capítulo*, a avaliação da intensidade dos efeitos de cada fonte sobre a

desigualdade racial foi feita a partir de seis simulações contrafatuais. Embora o interesse primário fosse testar a hipótese de que a educação era o principal determinante da renda do trabalho, simulou-se o impacto dos fatores de desigualdade na renda do trabalho sobre a desigualdade racial de renda domiciliar *per capita*. Ou seja, nas simulações foram construídas distribuições contrafatuais da renda do trabalho, mas ao invés de se analisar, essas rendas foram usadas para gerar distribuições simuladas da renda domiciliar *per capita*, objeto da pesquisa, para as quais foram calculados os indicadores de desigualdade racial selecionados.

As três primeiras simulações consistiram em: eliminar os efeitos da discriminação racial transformando todos os trabalhadores negros em brancos; eliminar os efeitos da segmentação ocupacional ou por setor de atividade, igualando a distribuição relativa pelos segmentos dos empregados e dos empreendedores negros à dos brancos; eliminar os efeitos das desvantagens educacionais igualando o perfil educacional dos negros ao dos brancos. As outras três simulações foram combinações das primeiras: supressão da discriminação e da segmentação; supressão da segmentação e da desvantagem educacional; supressão simultânea dessas três fontes de desigualdade.

Essas simulações envolveram a eliminação de apenas parte da desigualdade racial na renda do trabalho principal, por isso seus resultados, em termos do impacto sobre os três indicadores, foram sempre inferiores aos da equalização completa da renda do trabalho principal, realizada na simulação final do *Sexto Capítulo*. Os resultados, em função disso, foram apresentados também como a porcentagem do avanço dos indicadores produzido pela equalização total atingida com a equalização parcial devida a supressão de apenas uma ou algumas fontes de desigualdade racial da renda do trabalho, facilitando a visualização e a apreensão intuitiva das diferenças entre os cenários contrafatuais.

Os impactos sobre a desigualdade racial de renda, acarretados pela supressão “experimental” de cada uma das três fontes de desigualdade, revelaram que inequivocamente a mais importante é a educacional, seguida pela discriminação e pela segmentação. Nem mesmo a supressão conjunta da discriminação e da segmentação seria capaz de produzir uma redução tão grande quanto a que seria obtida pela equalização dos perfis educacionais dos dois grupos. Como a discriminação em questão e a segmentação são frutos do mercado de trabalho, da segunda etapa do processo de mobilidade, percebe-se que é na primeira etapa da mobilidade, nas desvantagens

acumuladas nas trajetórias educacionais, que se criam as condições para a reprodução da desigualdade.

Em conjunto, as evidências geradas pela pesquisa delinearão o seguinte quadro. No período de 1976 a 2006 a desigualdade racial de renda no Brasil foi intensa e persistente. Embora existam pequenas diferenças entre as populações no que toca às razões de dependência, a principal fonte da desigualdade é a diferença de nível das rendas individuais dos provedores negros em relação aos brancos. Essa diferença é quase totalmente determinada pela desigualdade na distribuição da renda do trabalho. A desigualdade na renda do trabalho é produzida ao longo de um processo de mobilidade que pode ser dividido em duas grandes etapas. Na primeira etapa, a origem social, a posição na distribuição de renda do passado, complementada por uma discriminação racial que varia em função da competição por um determinado resultado, se transforma em desvantagens educacionais para cada coorte de negros que chega ao mercado de trabalho. A essas desvantagens educacionais somam-se outras desvantagens produzidas ao longo da trajetória de trabalho, como a fixação nas ocupações e setores de menor remuneração, e novas discriminações, gerando uma grande distância entre as rendas. Porém, as desvantagens educacionais são o principal fator da desigualdade racial de renda.

Devido ao peso da origem social nas trajetórias, a mobilidade de renda é baixa, seu regime é de elevada persistência intergeracional. A renda do grupo doméstico das pessoas, quando crianças, permite prever a renda de seus próprios grupos quando adultos. Porém, não existem diferenças no regime de mobilidade de negros e brancos. Na ausência de vieses raciais os regimes deveriam ser diferentes por causa da condição inicial de concentração dos grupos raciais. A inexistência dessas diferenças é produzida pela incidência da discriminação complementando a origem social no processo de mobilidade, levando à persistência da desigualdade racial.

Antes de passar às reflexões teórico-conceituais suscitadas pelas características da desigualdade racial de renda brasileira e dos processos de mobilidade que a reproduzem e ocasionam sua persistência, convém reconhecer certas limitações das evidências apresentadas.

A maior parte das limitações está relacionada à fonte de dados, a PNAD, e por isso são incontornáveis. Embora seja possível fazer pesquisas melhores e mais detalhadas, seu

custo as tornaria inviáveis e obviamente não seria possível voltar ao passado para aplicá-las. Estudar a dinâmica de processos de mudança e reprodução social exige a análise de informações sobre amplos períodos temporais. Mesmo a janela de observação de 30 anos oferecida pela série da PNAD de 1976 a 2006 (e são raras no mundo fontes de dados sociais com séries tão extensas e comparáveis) pode ser considerada estreita para tal fim. Porém, não há outra fonte de informação confiável que ofereça janela mais larga ou representatividade nacional. E a PNAD tem ainda a vantagem de, por ser pública, garantir a reprodutibilidade dos resultados, e mesmo a crítica do método e das técnicas empregadas para trabalhar os dados primários⁵⁷.

As partes da pesquisa sobre mobilidade, sobre educação, e sobre trabalho, foram as mais afetadas pelas limitações da PNAD. No caso da mobilidade, a ausência de pesquisas longitudinais com informações sobre a renda de pais e filhos exige o uso de uma técnica para recriar a informação, ausente, da renda dos pais. Embora seja uma técnica de bons resultados, a estreiteza da janela de observação da PNAD faz com que esse estudo só possa ser conduzido para a coorte de brasileiros nascidos de 1957 a 1966, observada dos 10 aos 19 anos em 1976 e dos 30 aos 39 em 1996. Apesar disso, mostrou-se no *Quinto Capítulo* que esse grupo particular de brasileiros não difere significativamente em desigualdade racial e total de renda do restante da população. Portanto, considerou-se razoável generalizar o regime de mobilidade caracterizado, que, de resto, é compatível com as demais evidências.

Sobre a renda do trabalho, a principal limitação é a impossibilidade de se captar a trajetória dos trabalhadores, levando a análise a considerar concomitantemente fatos que apresentam um encadeamento lógico-temporal. Outra limitação é ausência de informações mais detalhadas sobre os empreendedores. Há uma diferença muito grande entre o efeito racial na renda dos empreendedores e na dos assalariados. Isso leva a considerar que provavelmente o efeito de fatores não controlados, correlacionados com raça, mas não necessariamente fruto de discriminação racial, foram capturados como se o fossem. No caso dos assalariados, na fase exploratória da pesquisa modelos do tipo “pia de cozinha” foram aplicados aos dados. Porém mesmo nos mais detalhados –

⁵⁷ Mediante a análise dos programas usados para produzir os resultados a partir das bases de dados. No caso desta pesquisa, toda a programação pode ser fornecida a eventuais interessados, possibilitando a alguém que possua as bases originais do IBGE e o programa estatístico STATA a reprodução das evidências apresentadas.

incluindo do status migratório e marital à educação do pai e da mãe – a distância média entre brancos e negros “iguais”, que representa a discriminação racial, nunca foi inferior a 6%.

No caso do estudo das trajetórias educacionais, o problema é semelhante ao da mobilidade. Embora a PNAD permita, mediante o uso de pseudo-coortes, o seguimento restrito das trajetórias, a estreiteza da janela de observação limita o número de coortes para as quais toda a trajetória pode ser seguida. Entretanto, nesse caso o problema é menor do que a limitação imposta ao estudo da mobilidade, por ser relativamente mais fácil avaliar o potencial de generalização das conclusões. Porquanto não exista informação sobre o padrão global de mobilidade (o que fez a generalização se basear na similitude da desigualdade do grupo estudado e a da população) há informação sobre a desigualdade racial educacional. A disponibilidade de indicadores de educação desagregada por raça é tão grande que se optou por apresentar os dados apenas da coorte de nascidos no período 1973-1977. A evolução da educação da coorte se coaduna com o padrão global de desigualdade educacional brasileiro. Logo, em nome da simplificação se abdicou de trabalhar com algumas coortes adicionais, o que seria possível, e se considerou que as características principais da trajetória educacional dos brancos e negros da coorte poderiam ser generalizadas.

Nem todas as limitações da pesquisa são, porém, incontornáveis. A aquisição de credenciais pelo término de etapas do sistema de ensino formal, por exemplo, é um aspecto importante da primeira etapa dos processos de mobilidade. Porém, a socialização para a vida adulta não se resume ao nível educacional atingido. E mesmo outros aspectos da passagem pelo sistema de ensino são ignorados na representação um tanto quanto bruta oferecida pela PNAD. Atualmente, novas fontes de dados permitem investigar outros aspectos das trajetórias educacionais, e outros tipos de resultado, como o grau de aquisição de competências. Também permitem estudar melhor a faixa de zero a seis anos de idade, que cada vez mais é tida como decisiva para os processos de mobilidade. Porém, estudos feitos a partir dessas novas fontes serão “censurados”, pois a informação sobre as trajetórias pode ser mais detalhada, mas é sobre pessoas que não as terminaram. No futuro, poderão enriquecer com detalhes o conhecimento sobre a produção da desigualdade educacional, racial e geral. No período estudado, contudo, há que se contentar com a história contada pela PNAD.

Finalmente, a questão das desigualdades regionais aliada à distribuição desbalanceada da população negra pelo território nacional emergiu como sendo de grande importância para a compreensão da desigualdade racial nos dois últimos capítulos da pesquisa. Todavia, embora considerada, não recebeu destaque maior, que talvez merecesse. É um tema a ser atacado por pesquisas futuras.

Retomando o diálogo teórico

Esta tese se aninha na tradição sociológica brasileira de estudos das desigualdades socioeconômicas entre os grupos raciais. Como visto no *Primeiro Capítulo*, as teorias oriundas dessa tradição explicam a persistência no período pós-Abolição da desigualdade racial gerada pela escravidão como resultado da interação entre “classe” e “raça” nos processos de mobilidade social. A persistência da desigualdade racial de renda foi estudada nessa moldura analítica, embora com uma implantação particular da “classe”, e um cuidado especial para isolar seus efeitos dos da “raça”.

A raça nessas teorias, e nesta pesquisa, é uma construção sócio-histórica cuja relevância sociológica vem da crença popular na sua existência, fundada na diversidade humana, e nas atitudes e comportamentos daí derivados, prejudiciais a grupos considerados inferiores ou estranhos. Remete a uma origem comum dos grupos, cuja história é uma mistura de mito e realidade, que geralmente fornece uma “explicação” das suas características.

Ressalte-se que as diferenças usadas pelas sociedades humanas para embasar suas concepções de raças são em geral bem visíveis, marcadas principalmente por diferenças corporais. Por mais que a genética insista na indistinção entre o Neginho da Beija-Flor e a Xuxa, é difícil ignorar a facilidade de se classificá-los em duas categorias raciais distintas. O problema da raça não reside no ato “naturalmente social” de classificar o visivelmente diferente, mas na atribuição coletiva de características negativas aos membros das categorias. A atribuição de características espúrias à raça pode estar estruturada e explicitada em um livro de doutrina racista, pode estar inculcada sob a forma de medo do outro e preconceito, ou escondida nas normas jurídicas.

O racismo e o preconceito racial disseminados na sociedade aumentam a probabilidade de que as pessoas negras venham a sofrer discriminação. Essa ocorre quando um indivíduo negro recebe de um agente, outra pessoa ou instituição, um tratamento diferente do que foi dispensado a um branco em igualdade de condições. Pode ocorrer

também em situações nas quais o tratamento é potencialmente igual, mas as vicissitudes do pertencimento racial impossibilitam a real igualdade de tratamento.

Certas discriminações têm conseqüências duradouras sobre suas vítimas. A discriminação pode ser a causa do menor desempenho escolar de algumas crianças, pode ser a razão pela qual um trabalhador tem o salário menor do que o colega com o mesmo tempo de empresa e funções. Se as situações de discriminação motivadas pelo racismo ou pelo preconceito são freqüentes, muitos indivíduos negros terão resultados inferiores aos de brancos que lhes são equivalentes nos atributos necessários para sua obtenção. Na média, a população negra terá uma situação socioeconômica pior do que a da população branca.

O elo entre a desigualdade e a raça é este processo, que leva das idéias e motivações – racismo e preconceito – às discriminações – comportamentos e atitudes – contra certos indivíduos, gerando desigualdade entre os grupos raciais.

No *Segundo Capítulo* foram discutidas essas e outras questões relacionadas à raça. Deu-se uma atenção especial à forma pela qual a raça é captada nos levantamentos do IBGE, que são as fontes dos dados não só desta pesquisa, como também da maior parte dos estudos brasileiros sobre desigualdade racial. Viu-se que a classificação, embora não seja perfeita, é adequada para o estudo da desigualdade racial, e dificilmente poderia ser substituída por algo melhor. Debateram-se também as razões para agregar os pretos e os pardos – categorias originais da classificação racial – em um só grupo que compõe a população “negra”.

Embora chamar de negro o grupo resultante da agregação tenha uma carga política, acredita-se que atualmente não existe opção neutra nesse sentido, e a agregação em si é legítima e justificável: a disputa é em torno do nome do agregado. O que importa, porém, é que existe uma inegável desigualdade – não só em renda, mas em várias dimensões – entre as pessoas brancas e as “pretas-e-pardas”, ou “não-brancas”, ou “negras”, ou “afrodescendentes”. A desigualdade entre os grupos raciais, que independe do nome que se dá ao agregado de pretos e pardos, é persistente, e é em parte produzida pela discriminação racial.

Classe, por sua vez, é um conceito similar ao de raça em alguns aspectos. Enquanto a raça é uma forma de representar a diversidade humana, a classe é uma forma de representar a desigualdade de riqueza e poder que existe em uma sociedade. A

desigualdade de riqueza e de poder é contemplada tanto por representações diluídas no senso comum quanto por representações sociológicas. Essas fazem parte de teorias de estratificação social, que envolvem um modelo da estrutura da desigualdade de riqueza e poder e da posição dos indivíduos e de diversos grupos sociais nessa estrutura em um momento específico; e uma representação do processo que leva os indivíduos às posições que ocupam. Essas questões relativas à estratificação social foram discutidas no *Terceiro Capítulo*.

As teorias da estratificação diferem mais no modelo que oferecem da estrutura da desigualdade, que compreende o mapa das posições, as relações entre as posições, e as conseqüências da estrutura para a desigualdade presente e futura, do que na especificação das características globais do processo de mobilidade entre as posições. Os estudos brasileiros sobre desigualdade racial discutidos no *Primeiro Capítulo*, por exemplo, consideravam que a sociedade brasileira durante a escravidão teria um modelo de estratificação em castas, ou estamental, ou agrário escravista, dependendo do autor, e estaria em transição para uma sociedade de classes nos moldes da que se instalara em muitos países europeus.

Existem atualmente fortes críticas ao uso dos modelos da estratificação em classes para o estudo da desigualdade nas sociedades contemporâneas. As duas principais vertentes de entendimento da desigualdade ao longo do século XX, a marxista e a liberal, fizeram predições distintas sobre o futuro das classes e das desigualdades que não se concretizaram. De um lado, o proletariado não se tornou uma classe para si e tomou as rédeas da história para fazer a revolução e instaurar um novo modo e um novo conjunto de relações de produção. Do outro, a desigualdade não diminuiu, e as diferenças devidas à classe de origem persistiram contrariando a profecia de que a combinação de capitalismo, democracia representativa e proteção social levariam à meritocracia e à desigualdade “funcional”. De resto, os movimentos sociais mais importantes que emergiram recentemente, por mais próximos que seus ativistas estivessem na dimensão econômica, resultaram de mobilizações em torno de conflitos em outras esferas. Isso só salientou a improbabilidade de a proximidade econômica por si só servir de base a ações coletivas.

Às críticas de que as teorias baseadas em modelos da estratificação em classes falharam em prever a dinâmica das desigualdades de riqueza e poder, que as falseou; de que as classes jamais se constituíram em classes para si, ou propiciaram o substrato exclusivo

de ações coletivas; e de que modelos estruturalistas desprezavam a margem de autodeterminação dos atores, se somou a crítica mais recente de que tais modelos são simplesmente inadequados para a representação da sociedade contemporânea.

Na alta-modernidade, ou na pós-modernidade, como preferem alguns, a sociedade industrial avançada, que sucedera à sociedade industrial de classes, teria dado vez a uma sociedade de consumo. Nessa, a parcela das identidades individuais constituída pela ocupação desempenhada na esfera econômica perde relevância para a definida pela adoção de estilos de vida, que podem ser representados por padrões de consumo. A cristalização entre as múltiplas dimensões da desigualdade diminui e aumenta a indeterminação por causa da multiplicidade crescente da possibilidade de escolhas que não eram abertas no passado. Pode-se trocar de religião e mesmo de sexo.

A desigualdade de riqueza e poder deixa de ser balizadora da identidade do indivíduo, mas continua a ser um limitador das oportunidades, pois na sociedade de consumo, talvez até mais do que na de classes, entre o que se pode consumir estão os recursos que garantem a estabilidade futura da própria renda e da dos descendentes. Mas a liberdade para compor arranjos de consumo é enorme, só limitada pela capacidade de consumir. E nada representa melhor a capacidade de consumir do que a renda. Na sociedade de consumo, a renda é o símbolo da posição das famílias na estrutura produzida pela desigualdade de riqueza e poder.

Neste ponto, faz-se importante lembrar as reflexões de BOURDIEU, ecoadas por outros críticos da análise de classes. As classes “no papel” do modelo do analista, conquanto não sejam as “classes reais”, devem guardar alguma correspondência com essas, ou a teoria na qual se situam sofrerá duplamente. Será incapaz de explicar a desigualdade socioeconômica, de prever sua dinâmica, e de destrinchar suas causas; e à medida que é ignorada pelos indivíduos em seus discursos e práticas, será incapaz de suscitar a mobilização para a transformação social, se essa estiver no seu horizonte.

Talvez como signo da emergência da sociedade de consumo, é possível notar que a representação da desigualdade de riqueza e poder por meio da desigualdade de renda caracterizada por pesquisas domiciliares tem se tornado ostensivamente popular. A partir da segunda metade da década de 1990 foram publicados vários estudos sociológicos importantes sobre a desigualdade e a estratificação social no Brasil, empregando modelos distintos de estratificação social por classes. Mas nenhum deles

teve divulgação semelhante à que tem todo ano o novo indicador de desigualdade de Gini da distribuição da renda, ou o crescimento de uma “classe média” que nada mais é que uma faixa de renda que engordou graças ao crescimento com redução da desigualdade. Quando a intelectualidade brasileira, os colunistas de jornais, os políticos, discutem a desigualdade no Brasil, se está crescendo ou diminuindo, e dizem que é a maior ou uma das maiores do mundo, estão falando da desigualdade de renda.

Por todas essas razões aqui se adotou a desigualdade de renda domiciliar *per capita* como representação da desigualdade de riqueza e poder, enquanto teorias pregressas usaram modelos de estratificação em classes. A renda, como símbolo de posição social, ultrapassa a simples expressão da capacidade de consumo e agrega outras dimensões. Não esquecendo que as relações são sempre probabilísticas, considera-se que a maior renda também é um sinal de maior capital cultural, de inserção em redes de relacionamento que trazem oportunidades vantajosas, dentre outras vantagens.

Embora se tenha optado por uma representação diferente da desigualdade, o processo de mobilidade é concebido segundo o padrão das teorias de estratificação. As pessoas nascem em uma família, cujas circunstâncias influenciam de várias formas a socialização para a vida adulta, também levada a cabo nas instituições de ensino e trabalho, e terminam por se refletir na posição futura dos indivíduos na distribuição de renda. Quando esses indivíduos se reproduzem, seus filhos dão início a uma nova fase do ciclo, na qual o processo se repete. Quanto mais a posição dos filhos na estrutura de desigualdade na vida adulta depende da posição dos pais – a que determinou os contornos da sua socialização – menor é a mobilidade social.

A influência da renda, portanto, se dá mediante a origem social, da mesma forma que a influência da classe no outro modelo. Porém, é importante ressaltar que a influência da renda via origem social nos processos de mobilidade não explica de forma alguma o grau da desigualdade de renda. Podem existir sociedades de alta mobilidade e muito desiguais, de baixa mobilidade e pouco desiguais, e de baixa mobilidade e muito desiguais, o caso do Brasil. Mas, embora não sirva para explicar o grau de desigualdade total da sociedade brasileira, o regime de baixa mobilidade é importante para a compreensão da desigualdade racial.

A relevância analítica da desigualdade socioeconômica, representada pela classe ou pela renda, para a explicação da desigualdade racial decorre da situação “inicial” da

desigualdade entre os grupos. Oracy NOGUEIRA notara que se um grupo parte de uma posição subalterna na estrutura de desigualdade e a sociedade apresenta baixa mobilidade social no sentido da associação entre posição dos indivíduos e a de seus antepassados, esta posição tende a se reproduzir, perpetuando a desigualdade inicial entre os grupos, independentemente do nível global e do tipo de estrutura de desigualdade que venha a se instalar.

A escravidão determinou uma inserção subalterna dos negros na sociedade, fazendo com que o regime de mobilidade, de classe ou de renda, seja fundamental para a compreensão da dinâmica da desigualdade racial. A Abolição implicou o fim das barreiras formais à ascensão social dos negros. Por isso, a maior parte das teorias sobre a desigualdade racial no Brasil a têm como um evento central, dividindo sua história em antes de depois da Abolição. O que acontece depois depende da relação entre a estratificação social e a composição racial naquele momento que marca a transição normativa abrupta da sociedade escravista para a sociedade de classes, operando a “metamorfose do escravo” em proletário. Depende também da perspectiva do analista sobre os padrões de mobilidade que devem acompanhar tal transição. E de como se dá o jogo de forças entre a “raça”, discriminação racial, e a “classe”, origem social, nos processos de mobilidade, em um período de profundas transformações em todas as dimensões da vida social.

A pesquisa apresentada não retorna até a Abolição, todavia, o regime de mobilidade que desvelou permite até a interpretação de que a desigualdade racial daquele momento inicial perdura até hoje. Se a origem social e a discriminação racial mantêm sempre o mesmo balanço do período estudado, predominando a primeira complementada pela segunda, a desigualdade racial pode flutuar em torno dos níveis iniciais indefinidamente. Também há outras combinações de “classe e raça” que podem produzir a persistência, e talvez no passado a discriminação tivesse um peso maior do que tem hoje, ou mesmo tenha chegado a ser maior do que o da origem social. Seria difícil, por outro lado, considerar que a desigualdade racial de hoje é maior do que na época da Abolição. E embora a desigualdade racial possa ter diminuído de 1888 a 1976, a sua persistência de 1976 a 2006 aponta a influência da estratificação do passado no presente.

Florestan FERNANDES considerava que o racismo e as idéias preconceituosas eram racionalizações surgidas no período colonial para justificar a escravidão, em última instância incompatível com os valores cristãos. A Abolição lhes teria subtraído a função,

e a racionalidade moderna da sociedade de classes provocaria o seu desaparecimento. Os processos de mobilidade social, ainda que marcados pela influência da origem social, e atrapalhados pela discriminação remanescente, levariam ao progressivo espalhamento dos negros na estrutura socioeconômica fazendo cessar a coincidência entre estratificação e raça. Já Costa PINTO postulava que encontravam sua funcionalidade não na sociedade escravista, mas na de classes, como ferramenta de prevenção da competição dos negros com os brancos. A Abolição suprime as barreiras formais lhes conferindo função e a competição crescente na sociedade de classes provocaria o seu acirramento.

Fernando Henrique CARDOSO e Carlos HASENBALG operaram uma espécie de síntese dessas visões considerando que o racismo e o preconceito existem e embasam discriminações antes e depois da Abolição, porém a transição para a modernidade e para a sociedade de classes lhes alteram tanto o conteúdo quanto a função. A constatação da intensidade e da constância dos efeitos da discriminação sobre a desigualdade racial e a elucidação do caráter cíclico de sua reprodução, pelos estudos de HASENBALG e Nelson do Valle SILVA, proporcionaram uma série de evidências a favor dessa síntese, às quais se podem acrescentar as aqui apresentadas. No período 1976-2006, a desigualdade racial é relativamente estável segundo vários indicadores. Mais importante: as parcelas da desigualdade que se estimou serem devidas à discriminação racial também são estáveis. Isso quer dizer que continuam existindo racismo e preconceito, provocando situações de discriminação e gerando parte da desigualdade, sem sinais de grandes variações de seus efeitos.

A teoria de FERNANDES, à época hegemônica, tinha um de seus pilares derrubados pelas descobertas de HASENBALG e SILVA. Os quais no desejo de chamar a atenção ao conhecimento radicalmente novo sobre o processo de reprodução da desigualdade racial defenderam a “desenfaturização” da herança da escravidão.

É preciso entender a “desenfaturização” em dois planos distintos. Um plano é o das idéias e valores no qual a “desenfaturização” é a rejeição à construção de FERNANDES das idéias e valores racistas e preconceituosos como arcaísmos destinados ao desaparecimento por supressão da função. O racismo e o preconceito, que suscitam a discriminação contemporânea contribuindo para a reprodução da desigualdade racial, têm conteúdo e função distintos do que tinham antes da Abolição: não são fatores de estratificação destinados ao lixo, mas à usina de reciclagem da história.

O outro plano é a “desenfaturação” da herança da própria estratificação do passado. Essa “desenfaturação” pode ser interpretada como oposição a teorias de representantes da primeira onda que explicavam a desigualdade em função da proximidade histórica da Abolição. Para “desenfaturar” esse aspecto, porém, foi necessário minimizar o peso da origem social e ressaltar o peso da discriminação nos processos de mobilidade.

HASENBALG e SILVA acertaram na crítica a FERNANDES, mas erraram a mão ao tratar do peso da origem social. Como demonstrado e argumentado inúmeras vezes na pesquisa, não é possível entender a desigualdade racial no Brasil sem a referência à condição inicial de associação entre raça e estratificação social legada pela escravidão. Estudos mais recentes, como este, embora inseridos no mesmo arcabouço analítico, têm mostrado o acerto no diagnóstico da persistência da discriminação, o que indica que o racismo e o preconceito que as embasam é capaz de se renovar e encontrar novas funcionalidades acompanhando as mudanças na estratificação. Mas também têm apontado a larga preponderância da origem social sobre a discriminação nos processos de mobilidade.

Considerações finais

Além de ser reconhecidamente muito desigual – por vezes apontada como uma das mais desiguais do mundo – a sociedade brasileira também é marcada pela desigualdade racial, manifesta em múltiplas dimensões. Essa desigualdade racial é uma herança do passado escravista, mas se manteve após a Abolição e sobreviveu às transformações estruturais profundas e rápidas pelas quais passou o Brasil ao longo do século XX.

Tanto cientistas sociais brasileiros quanto estrangeiros a estudaram, e geraram várias explicações dessa desigualdade, consubstanciadas em teorias que previam sua dinâmica futura. Algumas dessas teorias, de inspiração modernista, consideravam que os processos de desenvolvimento terminariam por produzir a igualdade racial, pois em um contexto de racionalização das relações de produção não haveria espaço para o racismo e o preconceito racial, e, na ausência de barreiras, logo os negros deixariam a posição em que se encontravam. Os negros seriam progressivamente integrados e se espalhariam pela estrutura social, fazendo cessar a coincidência entre cor e posição na estratificação. As que reconheciam a existência e a importância do preconceito consideravam que atrasaria o processo, mas, no devido tempo, se esvairia.

A desigualdade racial, porém, sobreviveu a essas teorias, e sua persistência as falseou. Ficou a perplexidade expressa por GUIMARÃES na epígrafe da *Introdução*: como pode a desigualdade racial se manter com a crescente suavização dos comportamentos e atitudes racistas? Poder-se-ia acrescentar: e com a crescente conscientização de que tais comportamentos e atitudes existem, não são excepcionais, e devem ser combatidos assim como suas conseqüências? Tais questionamentos não são exclusivos das ciências sociais e fazem parte do debate contemporâneo sobre a desigualdade racial e os remédios para combatê-la.

A desigualdade racial no Brasil tem estado na ordem do dia desde o reconhecimento “oficial”, por parte do Governo Federal, de que tem o racismo, o preconceito e a discriminação entre suas causas. Isso levou ao recrudescimento do debate sobre a adoção de políticas específicas para combater essa desigualdade, e, finalmente, à implantação de algumas políticas. HOFBAUER, na epígrafe do *Primeiro Capítulo*, lamenta o fundamentalismo que tomou conta do debate. De um lado, uma oposição radical se faz em nome dos mitos da democracia racial e do Brasil mestiço, do cadinho onde se fundem as raças. A desigualdade racial, ainda que nem sempre se negue a presença do racismo e da discriminação, é fruto da falência da escola pública. Sua solução é a “educação de qualidade para todos”. No outro pólo, uma visão igualmente radical tende a ver no racismo e na discriminação a causa de toda a desigualdade racial. Numa paródia inconsciente do marxismo, a história do Brasil é movida pela luta de raças, marcada pela exploração e dominação do branco racista sobre o negro.

Como seria de se esperar, as respostas aos questionamentos sobre a desigualdade racial no Brasil não são obtidas de posições fundamentalistas. Os mitos da democracia racial e do Brasil mestiço são, parafraseando Florestan FERNANDES, ideais muito bonitos, talvez os mais altos a que a sociedade pode aspirar, mas não se pode confundir a realidade com os ideais. E na realidade, os efeitos da discriminação racial são tenazes. Por outro lado, não é possível considerar que o racismo está enfronhado em tudo, e que toda a desigualdade entre negros e brancos é fruto da discriminação racial. Não é por serem racistas as companhias telefônicas que a população negra tem uma porcentagem menor de pessoas com telefone fixo em casa.

Ambas as posições são incapazes de explicar a persistência da desigualdade racial. Conforme demonstrado, se o problema fosse apenas a incapacidade da sociedade brasileira na promoção da igualdade de oportunidades educacionais, a desigualdade

racial tenderia à redução, em ritmo vinculado ao grau da desigualdade de oportunidades. Embora o Brasil seja um país de elevada desigualdade, não só de resultados, mas também de oportunidades, a mobilidade de renda é baixa, mas não é nula. A maior parte das pessoas permanece em uma posição relativa semelhante à de seus pais – ainda que a elevação do padrão de consumo e acesso a serviços possa incutir a sensação de que é uma vida “melhor”, se comparada à dos últimos. Porém, se aqueles que escapam à origem social – para o bem ou para o mal – o fizessem por processos sociais cegos à cor, haveria mais negros ascendendo e brancos caindo na distribuição de renda, o que lentamente levaria à equalização.

Ou seja, mesmo jogando fora outro mito, o de que a sociedade brasileira é altamente móvel e razoavelmente equânime nas oportunidades, território para os “self-made men”, é impossível entender a persistência da desigualdade racial como sendo fruto exclusivo da “reprodução da pobreza”. A condição histórica inicial, de identificação quase completa entre raça e estratificação social fez com que no momento da Abolição os negros estivessem concentrados entre os mais pobres. Um regime de baixa mobilidade pode reproduzir por muito tempo essa configuração, ainda que, como demonstrado, de forma atenuada. E, de fato, a origem social é um determinante muito importante das chances e dos resultados que os brasileiros alcançam, e sua influência se exerce principalmente mediante a educação. A baixa mobilidade social, porém, apenas aumenta a inércia da concentração entre os mais pobres, é preciso o complemento de uma força específica contra os negros para que a desigualdade seja persistente. Essa força é a discriminação racial, a realização nas relações sociais das idéias e representações preconceituosas, com conseqüências sobre a capacidade de alcançar resultados das suas vítimas.

A persistência da desigualdade racial no Brasil, representada aqui pela desigualdade racial de renda, se deve a uma combinação do elevado peso da origem social nos processos de mobilidade, complementada pela incidência de discriminação nas trajetórias educacionais e de trabalho. Essa combinação não é uniforme ao longo do país, e a desigualdade regional conjugada à variabilidade da composição racial das populações locais dá uma contribuição extra ao processo. Tal regime de mobilidade faz com que os negros coletivamente estejam sempre situados em posições relativamente equivalentes nas configurações socioeconômicas bem distintas que marcam os

momentos das profundas transformações pelas quais o Brasil passou nos últimos dois séculos, de território colonial a sociedade de consumo.

Se um ser Todo-Poderoso se compadecesse dessa situação e operasse a supressão mágica da discriminação, o regime de baixa mobilidade levaria à lenta redução da desigualdade racial, e talvez a igualdade fosse alcançada em uns dois séculos. Pouco tempo para o Todo-Poderoso, mas muito para os mortais. Estabelecer a igualdade de oportunidades transformando o Brasil em meritocracia – que por definição é incompatível com a discriminação racial – certamente teria efeitos quase imediatos e a igualdade racial seria atingida mais rapidamente. Ainda assim, a condição inicial e o saldo de vítimas do regime anterior imporiam algumas décadas até a equalização.

Contudo, nenhuma sociedade conhecida alcançou a estrita igualdade de oportunidades. A sociologia dos países que se costuma acreditar estarem mais próximos desse ideal revela que, a despeito das transformações identificadas com o desenvolvimento, a posição social dos indivíduos e de suas famílias continua sendo em larga escala determinada pela de seus antepassados. E também não há notícia de sociedade neste subcontinente na qual não exista discriminação contra grupos raciais ou étnicos particulares. A superação completa da discriminação racial e o estabelecimento de estrita igualdade de oportunidades seriam realizações fantásticas, mas parecem estar além da capacidade imediata da sociedade brasileira. Ao menos, de acordo com a Constituição atual do país, ambas as realizações são objetivos nacionais.

Por tudo isso, o prognóstico da desigualdade racial de renda, baseado principalmente no que aconteceu de 1976 a 2006, nas evidências levantadas pela pesquisa, é desanimador. No cenário pessimista, tudo continuará como descrito, e a desigualdade racial persistirá flutuando em torno de seu nível histórico.

No cenário otimista, a sociedade brasileira, convencida da importância de se perseguir esses objetivos pode assumir o compromisso político de elaborar um programa de ação bem definido para combater a discriminação racial e reduzir a desigualdade de oportunidades, eventualmente acompanhado de medidas para compensar àqueles em cujas trajetórias a origem social e a discriminação já se fizeram sentir e se cristalizaram em desvantagens. Mantendo o otimismo, os programas, ações e medidas que comporão essa política serão bem desenhados – baseados nos fatos e não em palavras de ordem – bem implantados e gerenciados, monitorados e avaliados de forma rigorosa. Se tudo

desse certo, produziriam reduções dos efeitos da discriminação racial e da desigualdade de oportunidades. Talvez em menos de um século conseguissem fazer subir a renda média dos negros dos 48% atuais para 75-80% da média dos brancos. A desigualdade, no entanto, permaneceria bem perceptível.

Decerto os brasileiros não devem se acomodar, mas provavelmente ainda terão que conviver com a desigualdade racial por muito tempo.

Referências Bibliográficas

- ALLAN, J.-A. Review of the measurement of ethnicity: international concepts and classifications. Wellington: Statistics New Zealand, 2001.
- ALMEIDA, A. C., YOUNG, C. e PINTO, A. S. *Qual é a cor do brasileiro*. Insight Inteligência, n.17, Abril-Maio-Junho, p.31-39. 2002.
- ALTONJI, J. G. e BLANK, R. M. *Race and gender in the labor market*. In: ASHENFELTER, O. C. e CARD, D. (Eds.). Handbook of labor economics. Amsterdam: Elsevier, 2003. p.3143-3259.
- AMORIM, A. M. D. C. O. Cor e ensino superior: trajetórias e o sucesso escolar de universitários negros na UFMT. Cuiabá: NEPRE, UFMT, 2007.
- ANDRADE, E., VELOSO, F., MADALOZZO, R. e FERREIRA, S. G. Do Borrowing Constraints Decrease Intergenerational Mobility in Brazil? A Test Using Quantile Regression. São Paulo: IBMEC, 2003.
- ANDREWS, G. R. *Desigualdade racial no Brasil e nos Estados Unidos: uma comparação estatística*. Estudos Afro-Asiáticos, n.22, p.47-83. 1992.
- ANGRIST, J. D. e KRUEGER, A. B. *The effect of age at school entry on educational attainment: an application of instrumental variables with moment from two samples*. Journal of the American Statistical Association, v.87, n.418, p.328-336. 1992.
- AQUINO, J. G., (Ed.) Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1998.
- ARELLANO, M. e MEGHIR, C. *Female Labour supply and on-the-job search: an empirical model estimated using complementary datasets*. Review of Economic Studies, v.59, p.537-559. 1992.
- ATKINSON, A. B. *On the measurement of inequality*. Journal of Economic Theory, v.2. 1970.
- ATKINSON, A. B. e BOURGUIGNON, F., (Eds.) Handbook of income distribution. Handbooks in Economics. London: Elsevier, 2000.
- AZEVEDO, T. Cultura e situação racial no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- _____. As elites de cor numa cidade brasileira: um estudo de ascensão social e classes sociais e grupos de prestígio. Salvador: UFBA, 1996.
- BARBOSA, M. L. D. O. *A qualidade da escola e as desigualdades raciais no Brasil*. In: SOARES, S. S. D., BELTRÃO, K. I., BARBOSA, M. L. D. O. e FERRÃO, M. E. (Eds.). Os mecanismos de discriminação racial nas escolas brasileiras. Rio de Janeiro: Fundação Ford, IPEA, 2005. p.93-115.
- BARCELOS, L. C. *Educação: um quadro de desigualdades raciais*. Estudos Afro-Asiáticos, v.23, p.37-69. 1992.
- _____. *Educação e desigualdades raciais no Brasil*. Cadernos de Pesquisa, v.86, p.15-24. 1993.
- BARROS, R. P. D., CURY, S. e ULYSSEA, G. *A desigualdade de renda no Brasil encontra-se subestimada? Uma análise comparativa usando PNAD, POF e Contas*

- Nacionais*. In: BARROS, R. P. D., FOGUEL, M. N. e ULYSSEA, G. (Eds.). Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente. Brasília: IPEA, 2007. p.237-273.
- BARROS, R. P. D., FOGUEL, M. N. e ULYSSEA, G., (Eds.) Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente. Brasília: IPEA, 2007.
- BARROS, R. P. D., FRANCO, S. e MENDONÇA, R. *Discriminação e segmentação no mercado de trabalho e desigualdade*. In: BARROS, R. P. D., FOGUEL, M. N. e ULYSSEA, G. (Eds.). Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente. Brasília: IPEA, 2007. p.371-399.
- BARROS, R. P. D. e MENDONÇA, R. *Diferenças entre discriminação racial e por gênero e o desenho de políticas anti-discriminatórias* Estudos Feministas, v.4, n.1. 1996.
- BARROS, R. P. D., RAMOS, L. e REIS, J. G. D. A. Mobilidade de Renda no Brasil: 1981/1989. Rio de Janeiro: IPEA, 1992.
- BARTHOLOMEW, D. J. Stochastic models for social processes. New York: Wiley, 1967.
- BASTIDE, R. e FERNANDES, F. Brancos e negros em São Paulo. 4.ed. São Paulo: Global, 2008.
- BATISTA, M. A. R. e GALVÃO, O. M. R. *Desigualdades raciais no mercado de trabalho brasileiro*. Estudos Afro-Asiáticos, v.23, p.71-95. 1992.
- BAUMAN, Z. Intimations of postmodernity. London: Routledge, 1992.
- BECKER, G. S. e TOMES, N. *An equilibrium theory of the distribution of income and intergenerational mobility*. Journal of Political Economy, v.87, n.6, p.1153-89. 1979.
- BELL, D. Las contradicciones culturales del capitalismo. Mexico: Alianza Editorial Mexicana, 1976.
- BELTRÃO, K. I. *Raças e fronteiras sociais: lendo nas entrelinhas do centenário hiato de raças no Brasil*. In: SOARES, S. S. D., BELTRÃO, K. I., BARBOSA, M. L. D. O. e FERRÃO, M. E. (Eds.). Os mecanismos de discriminação racial nas escolas brasileiras. Rio de Janeiro: Fundação Ford, IPEA, 2005. p.41-87.
- BELTRÃO, K. I. e TEIXEIRA, M. D. P. *Cor e gênero na seletividade das carreiras universitárias*. In: SOARES, S. S. D., BELTRÃO, K. I., BARBOSA, M. L. D. O. e FERRÃO, M. E. (Eds.). Os mecanismos de discriminação racial nas escolas brasileiras. Rio de Janeiro: Fundação Ford, IPEA, 2005. p.143-186.
- BENABOU, R. e OK, E. A. *Social mobility and the demand for redistribution: the POUM hypothesis*. Quarterly Journal of Economics, v.116, p.447-487. 2001.
- BENDIX, R. e LIPSET, S. M. *Karl Marx's theory of social classes*. In: BENDIX, R. e LIPSET, S. M. (Eds.). Class, status and power. London: Routledge, 1967.
- BENEDICT, R. Race: science and politics. New York: Modern Age Books, 1940.
- BERGER, P. e LUCKMAN, T. The social construction of reality: a treatise in the sociology of knowledge. London: Penguin Books, 1971.
- BERMAN, M. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

- BERTAUX, D. e THOMPSON, P., (Eds.) *Pathways to social class*. Oxford: Oxford University Press, 1997.
- BJÖRKLUND, A., ERIKSSON, T., JÄNTTI, M., RAAUM, O. e ÖSTERBACKA, E. *Family structure and labor market success: the influence of siblings and birth order of young adults in Norway, Finland and Sweden*. In: CORAK, M. (Ed.). *Generational income mobility in North America and Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. p.207-225.
- BJÖRKLUND, A. e JÄNTTI, M. *Intergenerational income mobility in Sweden compared to the United States*. *The American Economic Review*, v.87, n.5, p.1009-1018. 1997.
- BLAU, P. M. e DUNCAN, O. D. *The american occupational structure*. New York: Free Press, 1967.
- BLUMER, H. *Industrialization and race relations*. In: HUNTER, G. (Ed.). *Industrialization and race relations*. London: Oxford University Press, 1965.
- BOAS, F. *The mind of primitive man*. New York: MacMillan, 1922.
- BOUDON, R. *Mathematical structures of social mobility*. San Francisco: Jossey-Bass Publishers, 1973.
- _____. *A desigualdade das oportunidades: a mobilidade social nas sociedades industriais*. Brasília: Edunb, 1981.
- BOURDIEU, P. *Distinction: a social critique of the judgement of taste*. Cambridge: Harvard University Press, 1984.
- _____. *Campo do poder, campo intelectual e habitus de classe*. In: *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- _____. *Espaço social e gênese das classes*. In: *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.
- BOURGUIGNON, F., GOH, C.-C. e KIM, D. I. *Estimating individual vulnerability to poverty using pseudo-panel data*. In: MORGAN, S. L., GRUSKY, D. B. e FIELDS, G. (Eds.). *Mobility and inequality: frontiers of research in sociology and economics*. Stanford: Stanford university Press, 2006. p.349-369.
- BOWLES, S. *Understanding unequal economic opportunity*. *American Economic Review*, v.63, n.2, p.346-356. 1973.
- BRANDÃO, A. A. P. e TEIXEIRA, M. D. P. *Censo étnico-racial da Universidade Federal Fluminense e da Universidade Federal de Mato Grosso*. Niterói: UFF, 2003.
- BREEN, R., (Ed.) *Social Mobility in Europe*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- _____. *Foundations of a neo-weberian class analysis*. In: WRIGHT, E. O. (Ed.). *Approaches to class analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p.31-50.
- CAMPANTE, F. R., CRESPO, A. R. V. e LEITE, P. G. *Desigualdade salarial entre raças no mercado de trabalho urbano brasileiro: aspectos regionais*. *Revista Brasileira de Economia* v.58, n.2, p.185-210. 2004.
- CARDOSO, F. H. *Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas*. 1.ed. Florianópolis: Insular, 2000.

- _____. Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARDOSO, F. H. e IANNI, O. Cor e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil meridional. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.
- CARNEIRO, I., KNUDSEN, L. e OSORIO, R. G. "Late-stayers", who are they? The home leaving process in Brazil and Denmark. Odense: Danish Center for Demographic Research, 2002.
- CARNEIRO, M. L. T. Preconceito racial: Portugal e Brasil-Colônia. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- CARVALHO, J. J. D. Inclusão étnica e racial no Brasil. São Paulo: Attar, 2005.
- CASTORIADIS, C. A instituição imaginária da sociedade. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- CAVALLEIRO, E., (Ed.) Racismo e anti-racismo na educação. São Paulo: Selo Negro, 2001.
- CAVALLI-SFORZA, L. L. Genes, povos e línguas. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- CEERT. Igualdade das relações étnico-raciais na escola: possibilidades e desafios para a implementação da lei nº 10.639/2003 São Paulo: CEERT, Ceafro, Ação Educativa, 2007.
- COQUERY-VIDROVITCH, C. *O postulado da superioridade branca e da inferioridade negra*. In: FERRO, M. (Ed.). O livro negro do colonialismo. São Paulo: Ediouro, 2004. p.748-792.
- COR-DA-BAHIA, P. A., (Ed.) Educação racismo e anti-racismo. Salvador: Novos Toques, 2000.
- CORAK, M., (Ed.) Generational income mobility in North America and Europe. Cambridge: Cambridge University Press, 2004a.
- _____. *Generational income mobility in North America and Europe: an introduction*. In: CORAK, M. (Ed.). Generational income mobility in North America and Europe. Cambridge: Cambridge University Press, 2004b. p.1-37.
- COSTA, M. A. Mobilidade entre classes de renda no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 1988.
- _____. Mobilidade urbana e rural entre classes de renda no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 1989.
- COSTA, S. Dois Atlânticos: teoria social, anti-racismo e cosmopolitismo. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- COULANGES, F. D. A cidade antiga. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- COURSEIL, C. H. e FOGUEL, M. N. Uma sugestão de deflatores para rendas obtidas a partir de algumas pesquisas domiciliares do IBGE. Rio de Janeiro: IPEA, 2002.
- COWELL, F. A. Measuring inequality. 3.ed. London: Oxford University Press, 2000.

- COWELL, F. A. e MERCADER-PRATS, M. *Equivalence scales and inequality*. In: SIELBER, J. (Ed.). Handbook on income inequality measurement. Boston: Kluwer, 1999. p.405-435.
- CROMPTON, R. *Class and stratification: an introduction to current debates*. 2.ed. Cambridge: Polity Press, 1998.
- CROMPTON, R. e SCOTT, J. *Introduction: the state of class analysis*. In: CROMPTON, R., DEVINE, F., SAVAGE, M. e SCOTT, J. (Eds.). *Renewing class analysis*. Oxford: Blackwell, 2000.
- D'ADESKY, J. *Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismos e anti-racismos no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.
- DAHRENDORF, R. *Classe e seus conflitos na sociedade industrial*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.
- DARWIN, C. *The origin of species by means of natural selection*. 2.ed. New York: Hurst & Company, 1860.
- DASILVA, D. F. e LIMA, M. *Raça, gênero e mercado de trabalho*. Estudos Afro-Asiáticos, v.23, p.97-111. 1992.
- DEATON, A. *The analysis of household surveys: a microeconomic approach to development policy*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1997.
- DEUS, Z. A. D. *Centro de estudos e defesa do negro do Pará*. Cadernos de Pesquisa, v.63. 1987.
- DUNCAN, O. D. *Methodological issues in the analysis of social mobility*. In: SMELSER, N. J. e LIPSET, S. M. (Eds.). *Social structure and mobility in economic development* Chicago: Aldine, 1966. p.98-140.
- ESPING-ANDERSEN, G. *Unequal opportunities and the mechanisms of social inheritance*. In: CORAK, M. (Ed.). *Generational income mobility in North America and Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. p.289-314.
- FERNANDES, F. *A integração do negros na sociedade de classes*. 1.ed. São Paulo: Dominus, 1965.
- _____. *O negro no mundo dos brancos*. 2.ed. São Paulo: Global, 2007.
- FERRÃO, M. E. e SIMÕES, M. D. F. *Competência percebida e desempenho escolar em matemática*. In: SOARES, S. S. D., BELTRÃO, K. I., BARBOSA, M. L. D. O. e FERRÃO, M. E. (Eds.). *Os mecanismos de discriminação racial nas escolas brasileiras*. Rio de Janeiro: Fundação Ford, IPEA, 2005. p.121-139.
- FERREIRA, F. H. G., LEITE, P. G., LITCHFIELD, J. A. e ULYSSEA, G. *Ascensão e queda da desigualdade de renda no Brasil: uma atualização para 2005*. In: BARROS, R. P. D., FOGUEL, M. N. e ULYSSEA, G. (Eds.). *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Brasília: IPEA, 2007. p.359-377.
- FERREIRA, S. G. e VELOSO, F. *Intergenerational mobility of wages in Brazil*. *Brazilian Review of Econometrics*, v.26, n.2, p.181-211. 2006.
- FIELDS, G. *Distribution and development: a new look at the developing world*. 1.ed. New York: Russel Sage Foundation, 2001.

- FIELDS, G. e OK, E. A. *The measurement of income mobility: an introduction to the literature*. In: SIELBER, J. (Ed.). Handbook on income inequality measurement. Boston: Kluwer, 1999. p.557-598.
- FIGUEIRA, V. M. *O preconceito racial na escola*. Estudos Afro-Asiáticos, v.18, p.63-71. 1990.
- FREYRE, G. Casa Grande e Senzala. 29.ed. Rio de Janeiro: Record, 1994.
- FRY, P., MAGGIE, Y., MAIO, M. C., MONTEIRO, S. e SANTOS, R. V., (Eds.) Divisões perigosas: políticas raciais no brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- FRYER, R. G. e LEVITT, S. D. Testing for Racial Differences in the Mental Ability of Young Children. National Bureau of Economic Research, 2006.
- GIDDENS, A. Modernity and self-identity. Stanford: Stanford University Press, 1991.
- GILROY, P. *Race ends here*. Ethnic and racial studies, v.21, n.5, p.838-47. 1998.
- GLASS, D. V., (Ed.) Social Mobility in Britain. London: Routledge & Kegan Paul, 1954.
- GOLDTHORPE, J. H. On sociology: numbers, narratives and the integration of research and theory. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- GOLDTHORPE, J. H., LOCKWOOD, D., BECHHOFFER, F. e PLAT, J. The affluent worker in the class structure. Cambridge: Cambridge University Press 1969.
- GOLDTHORPE, J. H. e MCKNIGHT, A. *The economic basis of social class*. In: MORGAN, S. L., GRUSKY, D. e FIELDS, G. (Eds.). Mobility and inequality: frontiers of research in sociology and economics. Stanford: Stanford University Press, 2006. p.109-136.
- GOMES, J. B. B. Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social, a experiência dos EUA. São Paulo: Renovar, 2001.
- GONÇALVES, R. *Oficina infantil de dança afro*. Cadernos de Pesquisa, v.63. 1987.
- GRAWE, N. D. *Intergenerational mobility for whom? The experience of high- and low-earning sons in international perspective*. In: CORAK, M. (Ed.). Generational income mobility in North America and Europe. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. p.58-89.
- GRUSKY, D. *The past, present, and future of social inequality*. In: GRUSKY, D. (Ed.). Social stratification: class, race and gender in sociological perspective. Boulder: Westview, 2001. p.3-51.
- GRUSKY, D. e GALESCU, G. *Foundations of a neo-durkheimian class analysis*. In: WRIGHT, E. O. (Ed.). Approaches to class analysis. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p.51-81.
- GRUSKY, D. e WEEDEN, K. A. *Does the sociological approach for studying social mobility have a future?* In: MORGAN, S. L., GRUSKY, D. e FIELDS, G. (Eds.). Mobility and inequality: frontiers of research in sociology and economics. Stanford: Stanford University Press, 2006. p.85-108.
- GUIMARÃES, A. S. A. Classes, raças e democracia. São Paulo: Editora 34, 2002.

- _____. *Acesso de negros às universidades públicas*. Cadernos de Pesquisa, v.118, p.247-268. 2003.
- _____. *Preconceito de cor e racismo no Brasil*. Revista de Antropologia, v.47, n.1, p.9-43. 2004a.
- _____. *Preconceito e discriminação*. 2.ed. São Paulo: Editora 34, 2004b.
- GUJARATI, D. N. *Econometria Básica*. 3.ed. São Paulo: Makron, 2000.
- HALL, S. *O "político" e o "econômico" na teoria de classes marxista*. In: HUNT, A. (Ed.). *Classes e estrutura das classes* São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1982. p.19-70.
- HALPIN, B. e CHAN, T. W. *Educational homogamy in Ireland and the UK: trends and patterns*. The British Journal of Sociology, v.54, n.4, p.473-495. 2003.
- HANCHARD, M. G. *Orfeu e o poder: movimento no negro no Rio e São Paulo*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.
- HARRIS, M. *Race relations in Minas Velhas, a community in the mountain region of central Brazil*. In: WAGLEY, C. (Ed.). *Race and class in rural Brazil*. Paris: UNESCO, 1952.
- HASENBALG, C. A. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. 2.ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- _____. *Ciclo de vida y desigualdades raciales en Brasil*. In: CEPAL (Ed.). *Pueblos indígenas y afrodescendientes de América Latina y el Caribe: información sociodemográfica para políticas y programas*. Santiago de Chile: CEPAL, 2006.
- HASENBALG, C. A. e SILVA, N. D. V., (Eds.) *Estrutura social, mobilidade e raça*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.
- _____, (Eds.) *Relações raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992.
- _____. *Família, cor e acesso à escola no Brasil*. In: HASENBALG, C. A., SILVA, N. D. V. e LIMA, M. (Eds.). *Cor e estratificação social*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.
- HASENBALG, C. A., SILVA, N. D. V. e LIMA, M., (Eds.) *Cor e estratificação social*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.
- HELLEVIK, O. *Class Inequality and Egalitarian Reform*. Acta Sociologica, v.40, n.4, p.377-398. 1997.
- HENRIQUES, R. *Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90*. Brasília: IPEA, 2001.
- _____. *Raça e gênero no sistema de ensino: os limites das políticas universalistas na educação*. Brasília: UNESCO, 2002.
- HOBBS, T. *Leviathan*. 1660.
- HOFBAUER, A. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: UNESP, 2006.
- HOPENHAYN, M. e BELLO, A. *Discriminación étnico-racial y xenofobia en América Latina y el Caribe*. Santiago de Chile: CEPAL, 2001.
- HOUT, M. *Mobility tables*. Londres: Sage Publications, 1983.

- HUNT, A. *Teoria e política na identificação da classe operária*. In: HUNT, A. (Ed.). *Classes e estrutura das classes São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1982. p.93-128.*
- HUTCHINSON, B., (Ed.) *Mobilidade e trabalho: um estudo na cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1960.
- HUTCHINSON, H. W. *Race relations in a rural community of the Bahian Recôncavo*. In: WAGLEY, C. (Ed.). *Race and class in rural Brazil*. Paris: UNESCO, 1952.
- HUXLEY, T. H. *Man's place in nature and other anthropological essays*. New York: D. Appleton & Company, 1896.
- IANNI, O. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.
- _____. *Raças e classes sociais no Brasil (edição revista e ampliada)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- IBGE. *Resultados preliminares do Censo demográfico de 1960*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, p.41. 1965
- _____. *Resultados definitivos do Censo demográfico de 1960*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, p.140. circa 1970
- JÚNIOR, H. S. *A discriminação racial nas escolas: entre a lei e as práticas pedagógicas*. Brasília: UNESCO, 2002.
- KAHL, J. A. *The measurement of modernism: a study of values in Brazil and Mexico*. Austin: University of Texas Press, 1968.
- KILSZTAJN, S., CARMO, M. S. N. D., SUGAHARA, G. T. L., LOPES, E. D. S. e PETROHILOS, S. S. *Concentração e distribuição do rendimento por raça no Brasil*. *Economia contemporânea*, v.9, n.2, p.367-384. 2005.
- KINGSTON, P. W. *The classless society*. Stanford: Stanford University Press, 2000.
- KLEIN, R. *Indicadores educacionais para subpopulações caracterizadas pela cor*. *Ensaio*, v.5, n.17, p.495-514. 1997.
- KLINEBERG, O. *As diferenças raciais*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.
- KOLM, S. C. *The optimum production of social justice*. In: MARGOLIS, J. e GUITTON, H. (Eds.). *Public economics*. London: Macmillan, 1969.
- LAMBERT, P. *The distribution and redistribution of income*. 3.ed. Manchester: Manchester University Press, 2001.
- LASCH, C. *A cultura do narcisismo*. Rio de Janeiro: Imago, 1983.
- LEE, V. E. e BURKAN, D. T. *Inequality at the starting gate: social background differences in achievement as children begin school*. Washington: Economic Policy Institute, 2002.
- LENIN, V. I. *El imperialismo, fase superior del capitalismo*. In. *Obras escogidas*. Moscou: Editorial Progreso 1970.
- LÉVI-STRAUSS, C. *Raça e história*. 6.ed. Lisboa: Editorial Presença, 2000.
- LIAO, T. F. *Interpreting probability models: logit, probit and other generalized linear models*. London: Sage, 1994.

- LIMA, M. *Trajetória educacional e realização socioeconômica das mulheres negras*. In: HASENBALG, C. A., SILVA, N. D. V. e LIMA, M. (Eds.). *Cor e estratificação social*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999. p.148-158.
- LIPOVETSKY, G. *A era do vazio*. Lisboa: Relógio d'água, 1989.
- LOCKWOOD, D. *The black-coated worker*. London: Allen and Unwin, 1958.
- LOPES, H. T. *Educação e identidade*. *Cadernos de Pesquisa*, v.63, p.38-40. 1987.
- LOVELL, P. A. *Raça, classe, gênero e discriminação salarial no Brasil*. *Estudos Afro-Asiáticos*, v.22, p.85-98. 1992.
- MAIO, M. C. *Uma polêmica esquecida: Costa Pinto, Guerreiro Ramos e o tema das relações raciais*. *Dados*, v.40, n.1, p.127-162. 1997.
- _____. *O Brasil no concerto das nações: a luta contra o racismo nos primórdios da UNESCO*. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, v.5, n.2, p.375-413. 1998.
- _____. *O projeto UNESCO e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.14, n.41, p.141-158. 1999.
- MAIO, M. C. e SANTOS, R. V. *Política de cotas raciais, "os olhos da sociedade", e os usos da antropologia: o caso do vestibular da Universidade de Brasília*. *Horizontes Antropológicos*, v.11, n.23, p.181-214. 2005.
- MANCERO, X. *Escalas de equivalencia: reseña de conceptos y métodos*. Santiago de Chile: CEPAL, 2001.
- MARX, K. e ENGELS, F. *The communist manifesto*. 1848.
- MCKAY, A. *Should the survey measure total household income?* In: GROSH, M. e GLEWWE, P. (Eds.). *Designing household survey questionnaires for developing countries: lessons from 15 years of the Living Standards Measurement Study*. Washington: World Bank, 2000a. p.83-104.
- _____. *Transfers and other nonlabor income*. In: GROSH, M. e GLEWWE, P. (Eds.). *Designing household survey questionnaires for developing countries: lessons from 15 years of the Living Standards Measurement Study*. Washington: World Bank, 2000b. p.273-291.
- MEDEIROS, M. *O que faz os ricos ricos? O outro lado da desigualdade brasileira*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- MEDEIROS, M. e OSORIO, R. G. *Mudanças na composição dos arranjos domiciliares no Brasil - 1978 a 1998*. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v.17, n.1/2, jan./dez., p.67-85. 2000.
- _____. *Arranjos domiciliares e arranjos nucleares no Brasil: classificação e evolução de 1977 a 1998*. Brasília: IPEA, 2001.
- MEDICI, A. C. *A mensuração da subjetividade: notas sobre a variável renda nas PNADs*. In: SAWYER, D. O. (Ed.). *Pnads em foco: anos 80*. Belo Horizonte: ABEP, 1988. p.121-151.
- MELLO, L. G. B. D. *Experiências de recuperação da identidade negra*. *Cadernos de Pesquisa*, v.63. 1987.
- MILL, J. S. *Principles of political economy*. New York: Colonial Press, 1899.

- MIRANDA, C., AGUIAR, F. L. D. e PIERRO, M. C. D. Bibliografia básica sobre relações raciais e educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- MOEHLECKE, S. *Ação afirmativa: história e debates no Brasil*. Cadernos de Pesquisa, v.117, p.197-217. 2002.
- MONTAGU, A. Man's most dangerous myth: the fallacy of race. 6.ed. New York: Altamira, 1998.
- MUNANGA, K., (Ed.) Superando o racismo na escola. Brasília: Ministério da Educação, 2001.
- NOGUEIRA, O. Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais. São Paulo: T.A. Queiroz, 1985.
- _____. Preconceito de marca: as relações raciais em Itapetininga. 2.ed. São Paulo: Edusp, 1998.
- OLIVEIRA, A. M. H. C. D. e RIOS-NETO, E. L. G. *Tendências da Desigualdade Salarial para Coortes de Mulheres Brancas e Negras no Brasil*. Estudos Econômicos, v.36, n.2, p.205-236. 2006.
- OLIVEIRA, I. D., (Ed.) Relações raciais e educação: a produção de saberes e práticas pedagógicas. Niterói: UFF, 2002.
- OLIVEIRA, L. E. G. D., PORCARO, R. M. e ARAÚJO, T. C. N. O lugar do negro na força de trabalho. Rio de Janeiro: IBGE, 1985.
- OSORIO, R. G. Mobilidade social sob a perspectiva da distribuição de renda. Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2003a.
- _____. O sistema classificatório de cor ou raça do IBGE. Brasília: IPEA, 2003b.
- _____. A mobilidade social dos negros brasileiros. Brasília: IPEA, 2004.
- _____. Is all socioeconomic inequality among racial groups in Brazil caused by racial discrimination? Brasília: International Poverty Centre, 2008.
- OSORIO, R. G. e SOARES, S. S. D. *A geração 80: um documentário estatístico sobre a produção das diferenças educacionais entre negros e brancos*. In: SOARES, S. S. D., BELTRÃO, K. I., BARBOSA, M. L. D. O. e FERRÃO, M. E. (Eds.). Os mecanismos de discriminação racial nas escolas brasileiras. Rio de Janeiro: Fundação Ford, IPEA, 2005. p.21-35.
- OSSOWSKI, S. Estrutura de classes na consciência social. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.
- PAIXÃO, I. R. D. *Mimbó: a educação no quilombo*. Cadernos de Pesquisa, v.63. 1987.
- PAKULSKI, J. *Foundations of a post-class analysis*. In: WRIGHT, E. O. (Ed.). Approaches to class analysis. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p.152-179.
- PARSONS, T. O sistema das sociedades modernas. São Paulo: Pioneira, 1974.
- PASTORE, J. Desigualdade e mobilidade social no Brasil. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- PASTORE, J. e SILVA, N. D. V. Mobilidade Social no Brasil. São Paulo: Makron, 2000.

- PENA, S. D. J., CARVALHO-SILVA, D. R., ALVES-SILVA, J., PRADO, V. F. e SANTOS, F. R. Retrato Molecular do brasileiro. *Ciência Hoje*. Rio de Janeiro: SBPC. 27: 16-25 p. 2000.
- PERO, V. e SZERMAN, D. *Mobilidade Intergeracional de Renda no Brasil*. Pesquisa e Planejamento Econômico, v.38, n.1, p.20-40. 2008.
- PETRUCELLI, J. L. A cor denominada. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- _____. A declaração de cor/raça no Censo 2000: um estudo comparativo. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.
- PIANIGIANI, O. Vocabolario etimologico della lingua italiana. 1907.
- PIERSON, D. Brancos e pretos na Bahia: estudo de contato racial. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.
- PINTO, L. D. A. C. O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudanças. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.
- PNUD. Atlas Racial. Brasília: PNUD, 2005.
- PORCARO, R. M. *Desigualdade racial e segmentação no mercado de trabalho*. Estudos Afro-Asiáticos, v.15, p.171-207. 1988.
- POULANTZAS, N. *A nova pequena burguesia*. In: HUNT, A. (Ed.). Classes e estrutura das classes São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1982. p.93-128.
- POWERS, D. e XIE, Y. Statistical methods for categorical data analysis. San Diego: Academic Press, 2000.
- RAMA, G. W. *Estrutura social e educação: presença de raças e grupos sociais na escola*. Cadernos de Pesquisa, v.69, p.17-31. 1989.
- RAMOS, A. O negro brasileiro. 5.ed. Rio de Janeiro, 2001.
- RAMOS, A. G. Introdução crítica à sociologia brasileira. 2.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.
- REUTER, E. B. The mulatto in the United States: including a study of the role of the mixed-blood races throughout the world. Boston: Gorham Press, 1918.
- RIBEIRO, C. A. C. *Classe, raça e mobilidade social no Brasil*. Dados, v.49, n.4, p.833-873. 2006.
- _____. Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil. Bauru: Edusc, Anpocs, 2007.
- RIBEIRO, C. A. C. e SCALON, M. C. *Mobilidade de classe no Brasil em perspectiva comparada*. Dados, v.44. 2001.
- RINGEN, S. Citizens, Families and Reform. Oxford: Clarendon Press, 1997.
- ROCHA, S. A investigação do rendimento na PNAD: comentários e sugestões à pesquisa nos anos 2000. Rio de Janeiro: IPEA, 2002.
- RODRIGUES, F. *Racismo Cordial*. In: TURRA, C. e VENTURI, G. (Eds.). Racismo cordial: a mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil. São Paulo: Ática, 1995.
- RODRIGUES, N. Os africanos no Brasil. 7.ed. Brasília: UnB, 1988.
- ROEMER, J. E. *Equal opportunity and intergenerational mobility: going beyond intergenerational income transition matrices*. In: CORAK, M. (Ed.). Generational

- income mobility in North America and Europe. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. p.48-57.
- ROGOFF, N. *Changes in rates and forms of mobility*. In: SMELSER, N. J. e LIPSET, S. M. (Eds.). *Social structure and mobility in economic development* Chicago: Aldine, 1966. p.98-140.
- ROMERO, S. *História da literatura brasileira*. 4.ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1949.
- ROUSSEAU, J. J. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- SANTOS, J. A. F. *Estrutura de posições de classe no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- _____. *Efeitos de classe na desigualdade racial no Brasil*. *Dados*, v.48, n.1, p.21-65. 2005.
- SANTOS, T. *Trajetórias de professores universitários negros: a voz e a vida dos que trilham*. Cuiabá: NEPRE, UFMT, 2007.
- SAVAGE, M. *Class analysis and social transformation*. Buckingham: Open University Press, 2000.
- SCALON, M. C. *Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências*. Rio de Janeiro: Revan, 1999.
- SCHAFFNER, J. A. *Employment*. In: GROSH, M. e GLEWWE, P. (Eds.). *Designing household survey questionnaires for developing countries: lessons from 15 years of the Living Standards Measurement Study*. Washington: World Bank, 2000. p.217-250.
- SCHWARCZ, L. M. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SCHWARTZMAN, S. *Fora de foco: diversidade e identidades étnicas no Brasil*. *Novos Estudos CEBRAP*, n.55, p.83-96. 1999.
- SHICASHO, S. T., (Ed.) *Desigualdade racial: indicadores socioeconômicos, Brasil 1991-2001*. Brasília: IPEA, 2002.
- SIELBER, J., (Ed.) *Handbook on income inequality measurement*. Boston: Kluwer, 1999.
- SILVA, N. D. V. *Black-white income differentials: Brazil, 1960*. Michigan, Ann Arbor, 1978.
- _____. *As duas faces da mobilidade*. *Dados*, n.21. 1979.
- _____. *O preço da cor: diferenciais raciais na distribuição de renda no Brasil*. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v.10, n.1, p.21-44. 1980.
- _____. *Cor e o processo de realização sócio-econômica*. In: HASENBALG, C. A. e SILVA, N. D. V. (Eds.). *Estrutura social mobilidade e raça*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988. p.144-163.
- _____. *Cor e pobreza no centenário da abolição*. In: HASENBALG, C. A. e SILVA, N. D. V. (Eds.). *Relações raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992. p.119-137.

- _____. *Situação social da população negra*. In: ALBUQUERQUE, R. C. D. e VELLOSO, J. P. D. R. (Eds.). *Pobreza e mobilidade social*. São Paulo: Nobel, 1993. p.175-198.
- _____. *Morenidade: modo de usar*. In: HASENBALG, C. A., SILVA, N. D. V. e LIMA, M. (Eds.). *Cor e estratificação social*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999a. p.240.
- _____. *Uma nota sobre "raça social" no Brasil*. In: HASENBALG, C. A., SILVA, N. D. V. e LIMA, M. (Eds.). *Cor e estratificação social*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999b. p.240.
- _____. *Cor e mobilidade ocupacional*. In: PASTORE, J. e SILVA, N. D. V. (Eds.). *Mobilidade Social no Brasil*. São Paulo: Makron, 2000.
- SILVÉRIO, V. R. *Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil*. Cadernos de Pesquisa, v.117, p.219-246. 2002.
- SOARES, F. V., SOARES, S. S. D., MEDEIROS, M. e OSORIO, R. G. *Programas de transferência de renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade*. In: BARROS, R. P. D., FOGUEL, M. N. e ULYSSEA, G. (Eds.). *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Brasília: IPEA, 2007. p.87-129.
- SOARES, S. S. D. *Perfil da Discriminação no Mercado de Trabalho - Homens Negros, Mulheres Brancas e Mulheres Negras* Brasília: IPEA, 2000.
- _____. *A demografia da cor: a composição da população brasileira de 1890 a 2007. As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a Abolição*. THEODORO, M. L. Brasília: Ipea 2008.
- SOARES, S. S. D., FONTOURA, N. D. O. e PINHEIRO, L. *Tendências recentes na escolaridade e no rendimento de negros e de brancos*. In: BARROS, R. P. D., FOGUEL, M. N. e ULYSSEA, G. (Eds.). *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Brasília: IPEA, 2007. p.401-415.
- SOARES, S. S. D. e OSORIO, R. G. *Desigualdade e bem-estar no Brasil na década da estabilidade*. In: BARROS, R. P. D., FOGUEL, M. N. e ULYSSEA, G. (Eds.). *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Brasília: IPEA, 2007. p.175-206.
- SOLON, G. *A model of intergenerational mobility variation over time and place*. In: CORAK, M. (Ed.). *Generational income mobility in North America and Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. p.38-47.
- SØRENSEN, A. B. *Employment relations and class structure*. In: CROMPTON, R., DEVINE, F., SAVAGE, M. e SCOTT, J. (Eds.). *Renewing class analysis*. Oxford: Blackwell, 2000. p.16-42.
- SOROKIN, P. A. *Sociedade, cultura e personalidade*. Porto Alegre: Editora Globo, 1968.
- SOUZA, A. D. *Raça e política no Brasil urbano*. Revista de Administração de Empresas, v.11, n.4, p.61-70. 1971.
- SPIEGEL, M. R. *Estatística*. 3.ed. São Paulo: Makron, 1994.
- TELLES, E. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003.

- TELLES, E. e LIM, N. *Does it matter who answers the race question? Racial classification and income inequality in Brazil*. Demography, v.35, n.4. 1998.
- TOURAINÉ, A. *Is sociology still the study of society*. In: JOYCE, P. (Ed.). Class. Oxford: Oxford University Press, 1995.
- TRATTNER, E. R. *Arquitetos de idéias*. 3.ed. Porto Alegre: Globo, 1967.
- TUMIN, M. *Some principles of stratification: a critical analysis*. American Sociological Review, n.18, p.387-394. 1953.
- VIEIRA, A. *Sermão aos escravos*. In: SCOTT-BUCCLEUCH, R. L. e OLIVEIRA, M. T. D. (Eds.). An anthology of Brazilian prose. São Paulo: Ática, 1971. p.60-64.
- WAGLEY, C., (Ed.) *Race and class in rural Brazil*. Paris: UNESCO, 1952a.
- _____. *Race relations in an Amazon community*. In: WAGLEY, C. (Ed.). *Race and class in rural Brazil*. Paris: UNESCO, 1952b.
- WEBER, M. *Economia e sociedade*. Brasília: Edunb, 1999.
- WEININGER, E. B. *Foundations of Pierre Bourdieu's class analysis*. In: WRIGHT, E. O. (Ed.). *Approaches to class analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p.82-118.
- WIEVIORKA, M. *The making of differences*. International Sociology, v.19, n.3, p.281-297. 2004.
- WILENSKY, H. L. *Measures and effects of mobility*. In: SMELSER, N. J. e LIPSET, S. M. (Eds.). *Social structure and mobility in economic development* Chicago: Aldine, 1966. p.98-140.
- WRIGHT, E. O. *Foundations of a neo-marxist class analysis*. In: WRIGHT, E. O. (Ed.). *Approaches to class analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p.4-30.
- ZIMMERMAN, B. *Race relations in the arid Sertão*. In: WAGLEY, C. (Ed.). *Race and class in rural Brazil*. Paris: UNESCO, 1952.
- ZONINSEIN, J. *Minorias étnicas e a economia política do desenvolvimento: um novo papel para universidades públicas como gerenciadores da ação afirmativa no Brasil?* Econômica, v.6, n.1, p.105-121. 2004.